

DELAMBRE RAMOS DE OLIVEIRA

**‘SUSTENTABILIDADE TRANSDISCIPLINAR –
INTEIRA’ COMO SOCIOMUSEOLOGIA.
A TENSÃO NA URBANIZAÇÃO/REMOÇÃO NA
FAVELA DE SANTA MARTA, RIO DE JANEIRO**

Orientador Professor Doutor Mário Caneva de Magalhães Moutinho

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Lisboa
2015**

DELAMBRE RAMOS DE OLIVEIRA

**‘SUSTENTABILIDADE TRANSDISCIPLINAR-
INTEIRA’ COMO SOCIOMUSEOLOGIA.
A TENSÃO NA URBANIZAÇÃO/REMOÇÃO NA
FAVELA DE SANTA MARTA, RIO DE JANEIRO**

Tese apresentada para obtenção do Grau de Doutor em Museologia, no Curso de Doutoramento em Museologia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Prof. Doutor Mário Caneva de Magalhães Moutinho

Tese defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 06 de fevereiro de 2015, perante o júri, nomeado pelo despacho de nomeação n. 30/2015, de 21 de janeiro de 2015, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor Manuel Azevedo Antunes

Vogais:

Prof. Doutor José Gregório Viegas Brás

Prof. Doutor Manuel Serafim Pinto

Prof.^a Doutora Maria Mota Almeida

Prof.^a Doutora Maria Neves Gonçalves

Prof. Doutor Mário de Sousa Chagas

Prof. Doutor Pedro Jorge de Oliveira Pereira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Museologia

Lisboa

2015

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

Desde o dia em que perdi completamente o sentido de viver e a
esperança, encontrei o Sentido para batalhar por um Brasil justo e
sustentável!

Daqui a pouco, tudo será memória ...

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

Às minhas avós Paulina e Maria Joana.

À minha mãe Rita, que inspirou meu engajamento social.

Ao meu pai (In Memoriam), que me deu à vida.

Às minhas tias, que deram o amor pela educação.

Aos meus irmãos, primos e sobrinhos.

À minha namorada, Atriz Ariane Viegas.

Aos amigos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Agradecimentos

Esta tese de doutoramento tem um significado muito especial em minha vida. Ela completa um ciclo e abre outros. Ela é parte do que sou e me torno em cada letra que escrevo. Por isso, gostaria de agradecer, primeiramente, ao professor e amigo Mário Moutinho, pessoa que tenho como inspiração de compromisso intelectual e sensibilidade humana. Foi ele que, no encontro do MINOM, no Rio de Janeiro, em 2013, percebeu que minha intuição poderia render um trabalho de doutorado. Preciso considerar que pouquíssimas universidades conseguem perceber que alguns alunos são diferentes. No mesmo ano de 2013, fui aprovado para um doutorado em sustentabilidade numa universidade na Alemanha. Expliquei que não tinha condições de me mudar do Brasil porque estava engajado em projetos que não poderiam parar, e meu material de pesquisa estava no Rio de Janeiro. Não adiantou. Mesmo tendo o projeto aprovado, não pude cursar o doutorado. Passados três meses, numa conversa com Mário Moutinho, no morro Cantagalo, Rio, comendo uma 'quentinha' em preparação para visita técnica ao Museu de Favelas, MUF, ele me disse que minha ideia era coerente e que seria possível fazer a pesquisa do Brasil. Por isso, meu agradecimento à sensibilidade do prof. Mário Moutinho.

Agradeço também ao MINOM. Mesmo trabalhando há anos com memória e favela, não sabia que existiam pessoas compromissadas, pesquisas sérias e sonhadores nesse campo com toda essa articulação e vinculação histórica. Sempre me senti um sonhador solitário nos morros cariocas. Com a participação no MINOM, abriu-se uma caixa de Pandora e, até o momento, colho os frutos de ter participado do encontro e conhecido pessoas que acreditam num mundo melhor e instrumentalizam tudo o que têm para construí-lo. Portanto, a participação, como um dos redatores no GT que sistematizou a Declaração MINOM Rio 2013, foi um paradigma na minha caminhada acadêmica e pessoal. Portanto, o MINOM é parte dessa história.

Agradeço aos moradores da favela de Santa Marta, Botafogo, Rio de Janeiro. Essas famílias compartilharam suas dores, frustrações, abandonos e lutas. Não é simples entrar na vida de pessoas em situações tão delicadas e marcadas por grande fragilidade. Em alguns dias, voltava para casa transtornado, por ouvir relatos tão difíceis. Na comunidade do Metrô-Mangueira, colhi todos os testemunhos no dia em que a polícia entrou para derrubar os imóveis. Mesmo assim, as pessoas me recebiam dentro de casa, aceitavam falar. Jamais será possível agradecer à altura a generosidade. Agradeço também às lideranças locais, a saber, o presidente do Grupo Eco, Itamar Silva, à criadora da empresa Brazilidade, Sheila Souza e ao presidente do Ecomuseu Nega Vilma, Kadão Costa. Ambos são lideranças comunitárias que possibilitaram que o trabalho tivesse um caráter crítico, com densidade afetiva e acadêmica.

Delambre Ramos de Oliveira

'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.

A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

Tenho que fazer um agradecimento especial ao presidente do Ecomuseu Nega Vilma, o Produtor Cultural Kadão Costa. O convite para estar atuando no Ecomuseu foi o diferencial que me possibilitou aproximar, com afetividade, das pessoas no Pico do Santa Marta. Ao mesmo tempo, preciso agradecer à produtora e diretora executiva do Ecomuseu Nega Vilma, Julyanna Costa; foi ela que, pela primeira vez, me apresentou o projeto do Ecomuseu, quando eu ainda trabalhava numa favela na Zona Norte do Rio de Janeiro, Jacarepaguá. Só depois conheceria o projeto de se criar um Ecomuseu no morro de Santa Marta. Enfim, agradeço à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em particular, ao departamento de Museologia, por permitir que eu passe a fazer parte dos anais de sua história. Sendo assim, fica evidente que ninguém chega a algum lugar sem a contribuição de outros, teoria dos 'Fios Sustentáveis'.

Resumo

A pesquisa analisa o processo de Urbanização/Remoção na favela de Santa Marta, Botafogo, Rio de Janeiro, a partir da 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira (STI)' em diálogo com a Sociomuseologia. Construímos o referencial, mostrando a 'tensão criativa de sentido' na História Oral, Memória, Ecomuseologia e Nova Museologia. Essa abordagem teórica foi importante porque a urbanização/remoção revelou semelhante tensão na relação entre a comunidade local e governo. Os moradores reivindicavam participação e preservação da identidade, construída na relação com o significado do território. Com um laudo de área de risco, o governo propunha um modelo de urbanização vigente na cidade, que incluía a remoção dos moradores de um local histórico da favela.

Portanto, na primeira parte, pesquisamos os contextos de tensão em História Oral, Memória, Ecomuseologia e Nova Museologia. Assim construímos a 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira'. Na segunda parte, apresentamos os testemunhos dos moradores e os argumentos do governo sobre a urbanização/remoção. No final, mostramos como a participação poderia ser uma nova forma de construção equitativa da cidade que uniria os interesses da comunidade local e os objetivos do governo. Na favela Santa Marta, o ecomuseu poderia exercer importante papel para participação comunitária no processo de urbanização. A sustentabilidade transdisciplinar-Inteira revelaria sempre a tensão entre as partes e as lideranças locais trabalhariam para que o desenvolvimento não se torne violência contra a dignidade, o patrimônio, as heranças culturais e a memória.

Palavras-Chave: 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira', Sociomuseologia, Nova Museologia Urbanização/Remoção, Favela Santa Marta

Abstract

This research analyzes the Santa Marta slum's urbanization/removal process, in Botafogo, Rio de Janeiro's neighborhood, from the "Whole-Transdisciplinary Sustainability" theory and the Sociomuseology. The referential has been built showing the 'creative tension of sense' in Oral History, Memory, Ecomuseology and New Museology. This theoretical approach was important because the urbanization/removal revealed a similar tension between local community and government relation. The neighborhood residents claimed identity participation and preservation, once constructed in the relation with the territory significance. On the other hand, the government had proposed an effective-in-city urbanization model that included the residents' removal from a historical part of the slum using a hazard report of the area.

Therefore, initially, the 'tension' contexts in the Oral History, Memory, Ecomuseology and New Museology had been researched. Thus, the 'Whole-Transdisciplinary Sustainability' theory was constructed. Second, the residents' testimonies and the government's urbanization/removal arguments were presented. At last, the participation as a new city equitable construction form uniting the local community and the government goals was demonstrated. In Santa Marta slum, the ecomuseum might exercise an important role to the community participation within the urbanization process and the "Whole-Transdisciplinary Sustainability" theory would reveal the tension between the parts in it. Therewith, the local leaderships would work for the development do not become violence against dignity, patrimony, cultural heritage and memory.

Keywords: 'Whole-Transdisciplinary Sustainability', Sociomuseology, New Museology, Urbanization/Removal, Santa Marta Favela.

Lista de Abreviaturas

APERAM - Aperam South America

CENIBRA – Celulose Nipo Brasileira

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DUIIn - Desenvolvimento Urbano In-Sustentável

DUIEx - Desenvolvimento Urbano In-Sustentável e Exclusivo

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

ICOM - International Council of Museums [Conselho Internacional de Museus]

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil

IPM - Instituto Português de Museus

MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MUF - Museu de Favela

ONU - Organização das Nações Unidas [United Nations]

STI - Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira

TeCS - Tensão Criativa de Sentido

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]

UNIMINAS - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

WTS - Whole-Transdisciplinary Sustainability

Índice Geral

Dedicatória.....	4
Agradecimentos.....	5
Resumo.....	7
Abstract.....	8
Lista de Abreviaturas.....	9
INTRODUÇÃO.....	12
O tema, questões e razões da aproximação.....	13
PARTE A – REFERENCIAL TEÓRICO: ‘SUSTENTABILIDADE TRANSDISCIPLINAR-INTEIRA’..	43
CAPÍTULO I: UMA VIDA, VÁRIAS HISTÓRIAS: MEMÓRIA DA CAMINHADA PESSOAL.....	44
1.1 Nossa formação acadêmica: projeto de vida.....	45
1.2 A opção pelas favelas: promoção da saúde integral e da sustentabilidade a partir do local	51
CAPÍTULO II: HISTÓRIA ORAL: METODOLOGIA, TEORIA E O PESQUISADOR	
PARTICIPANTE.....	54
2.1 ‘Zeitgeist’ e “Escola dos Annales”: dificuldades no campo da História.....	55
2.2 Transdisciplinaridade da História Oral e a possibilidade de narrar a história a partir da margem.....	61
2.3 Mais do que uma metodologia apropriada, Para Além dela Mesma.....	70
CAPÍTULO III: MEMÓRIA COLETIVA E INDIVIDUAL, A COMUNIDADE.....	78
3.1 ‘Zeitgeist’: Dificuldades no campo do racionalismo, subjetivismo e do individualismo: Maurice Halbwachs.....	79
3.2 Complexidade das Memórias e a crítica à busca pelo objetivismo dos relatos: Elizabeth Loftus.....	87
3.3 ‘Direito à Memória’ e as memórias da favela: disputas de poder e a ‘tensão criativa de Sentido	94
CAPÍTULO IV. ECOMUSEU: EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E ‘SENTIDO DE LUGAR’.....	106
4.1 ‘Zeitgeist’: Dificuldades no campo dos museus tradicionais.....	107
4.2 Ecomuseu a partir de Hugues de Varine: o desenvolvimento comunitário e a problemática em torno do desenvolvimento.....	113
4.3 Definição ‘Evolutiva’ de Ecomuseu a partir de Georges Henri Rivière.....	129
4.4 A Abordagem ampla a partir de Peter Davis: o ‘sentido de lugar’.....	137

CAPÍTULO V. NOVA MUSEOLOGIA E MUSEOLOGIA TRADICIONAL.....	148
5.1 'Zeitgeist': 'tensão criativa de sentido' no Campo da Museologia e da Nova Museologia.....	149
5.2 A Mesa-redonda de Santiago do Chile, 1972: transdisciplinaridade, hermenêutica e 'Museu Integrado'.....	157
5.3 A Declaração de Quebec, 1984: autenticação da hermenêutica da Mesa-Redonda de Santiago do Chile e da Nova Museologia.....	166
5.4 Declaração MINOM Rio 2013: celebração criativa da prática local. Para além dela mesma.....	173
Conclusão Parcial: REFERENCIAL TEÓRICO: A “SUSTENTABILIDADE TRANSDISCIPLINAR-INTEIRA (STI)”	181
PARTE B – URBANIZAÇÃO/REMOÇÃO E 'SUSTENTABILIDADE TRANSDISCIPLINAR-INTEIRA': 'TENSÃO' ENTRE DOIS MODELOS DE CIDADE.....	188
CAPÍTULO VI: MEMÓRIAS DO ENTORNO DO ECOMUSEU NO PICO SANTA MARTA: TRANSEUNTES NA PRÓPRIA PÁTRIA E DESENVOLVIMENTO URBANO IN-SUSTENTÁVEL (DUIn).....	189
6.1. A 'Remoção' como paradigma de urbanização da cidade do Rio de Janeiro no século XX: 'Desenvolvimento Urbano In-sustentável e Exclusivo' (DUiEx).....	190
6.2 A Controversa Retirada da 'Praia do Pinto' na Lagoa Rodrigo de Freitas: caso prático do paradigma de urbanização in-sustentável.....	199
6.3 Ecomuseu Nega Vilma no Pico do Santa Marta: raízes identitárias na Lagoa Rodrigo de Freitas.....	205
CAPÍTULO VII: CONTEXTUALIZAÇÃO DA URBANIZAÇÃO/REMOÇÃO NA FAVELA SANTA MARTA, RIO DE JANEIRO.....	209
7.1 'Zeitgeist' 1: O argumento do Governo do Estado para Urbanização/Remoção: reunião de apresentação da proposta no Santa Marta no dia 17.01.2012	210
7.2 'Zeitgeist' 2: Histórico sobre da Urbanização/Remoção Pico do Santa Marta a partir da Associação de Moradores e de algumas lideranças comunitárias.....	226
7.3 'Zeitgeist' 3: Histórico da Remoção/urbanização no Pico do Santa Marta a partir do 'contra laudo' do engenheiro solicitado pela comunidade e apresentado no morro no dia 25.07.2012.....	242
CAPÍTULO VIII: OS TESTEMUNHOS DOS MORADORES SOBRE A REMOÇÃO NO PICO DO SANTA MARTA.....	275
8.1 As famílias que aceitaram Sair do Pico do Santa Marta.....	276

8.1.1 Leonildo Soares da Silva.....	276
8.1.2 Sr ^a Ângela.....	280
8.1.3 Maria Tereza.....	283
8.1.4 João Marcelino do Nascimento.....	288
8.1.5 Maria da Guia.....	293
8.2 As famílias que resistem à Remoção no Pico do Santa Marta.....	300
8.2.1 Wanderleia dos Santos.....	300
8.2.2 Paula Fernanda.....	305
8.2.3 Aparecida Ribeiro.....	312
8.2.4 Helen Marcela.....	320
8.2.5 Manoel Isidoro Ferreira.....	326
CAPÍTULO IX. URBANIZAÇÃO/REMOÇÃO NA FAVELA SANTA MARTA A PARTIR DA 'SUSTENTABILIDADE TRANSDISCIPLINAR-INTEIRA': URBANIZAÇÃO IN- SUSTENTÁVEL E A DESCONSIDERAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES DA COMUNIDADE LOCAL	337
9.1 A empresa de turismo local 'Brazilidade' e a empreendedora Sheila Souza: capital econômico.....	338
9.2 A Organização Não-Governamental 'Grupo Eco' e a liderança comunitária de Itamar Silva: capitais social e humano.....	358
9.3 O Ecomuseu Nega Vilma e o Produtor Cultural Kadão Costa: Capitais cultural e ambiental.....	376
CONCLUSÃO.....	412
BIBLIOGRAFIA	430

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O tema, questões e razões da aproximação

O tema da urbanização/remoção na cidade carioca é um dos mais importantes, quando se discute o direito à memória e à diversidade na cidade. O assunto também interfere no significado do território e o lugar da preservação dos patrimônios material, imaterial e cultural no desenvolvimento urbano. Quando o assunto diz respeito às comunidades carentes, a questão toma uma proporção maior por causa da necessidade contemporânea de trabalhar a equidade na cidade. No caso específico do Rio de Janeiro, temos situações peculiares, em função do lugar que as favelas ocuparam no processo de desenvolvimento da cidade. Apenas a partir das décadas de 80 e 90 é que a favela, no Rio de Janeiro, começa a receber investimentos que poderiam ser caracterizados como urbanização, casos do programa Favela-Bairro¹ e, centemente, o Morar Carioca² e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)³. Antes desses períodos, dois momentos são paradigmáticos na forma como a favela

¹ O programa Favela-Bairro foi criado em 1994 no governo municipal do Rio de Janeiro, prefeito Cesar Maia. O objetivo do programa era proporcionar às favelas os mesmos serviços de urbanização que eram oferecidos no resto da cidade, isto é, suprir a ausência do poder público nas comunidades. Dentro do paradigma do século XX sobre como as favelas foram incluídas no processo de urbanização, o programa foi considerado pioneiro nessa tentativa de inserir uma nova política que não priorizava remoção das favelas, mas a inserção no cenário integral da cidade. Outra característica importante estava na amplitude de suas ações e propostas. A urbanização estaria inserida num contexto de outras necessidades que são inerentes à realidade da favela. Porém, na prática, o programa receberia diversas críticas por deixar profundas lacunas nas dimensões sociais e culturais e no desenvolvimento econômico das favelas. (Conde & Magalhães, 2004); (Mendes & Cristina, 2006)

² “O programa Morar Carioca foi criado em julho de 2010 pela Prefeitura do Rio com o objetivo de promover a inclusão social, através da integração urbana e social completa e definitiva de todas as favelas do Rio até o ano de 2020. O programa faz parte do legado da Prefeitura para a realização das Olimpíadas e tem como meta investir R\$ 8 bilhões, sendo 2 bilhões até 2012. Resultado da experiência acumulada pela Prefeitura em áreas carentes, o Morar Carioca é um plano municipal de integração de assentamentos precários informais. Com foco na inclusão social e no respeito ao meio ambiente, o programa envolve um amplo processo de planejamento urbano. Além da implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços, o Morar Carioca incorpora conceitos mais abrangentes. Entre as inovações está a implantação de um sistema de manutenção e conservação das obras, controle, monitoramento e ordenamento da ocupação e do uso do solo. Outra iniciativa do programa é garantir o acesso à moradia. Desta forma estão previstas melhorias habitacionais nos domicílios das áreas beneficiadas. Além disso, as intervenções urbanas do Morar Carioca irão além dos limites das comunidades, beneficiando também o seu entorno. Para ampliar e consolidar o universo de atuação, o programa busca parcerias com os governos federal e estadual, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil. Em outubro foi assinado um convênio com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), para realização do “Concurso Morar Carioca: conceituação e prática em urbanização de favelas”. A iniciativa selecionou 40 escritórios de arquitetura que vão desenvolver projetos de urbanização de comunidades, respeitando a cultura e a história dos seus moradores. As obras de urbanização do Morar Carioca serão executadas de acordo com o porte e a condição de cada comunidade. Nas áreas enquadradas como urbanizáveis, estão previstas implantação de redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, iluminação pública e pavimentação.” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2011) Entretanto, passados quase quatro anos do lançamento do projeto, segundo matéria do jornal O Globo, de maio de 2014, os projetos escolhidos não puderam iniciar os trabalhos: “Até agora, ela (assim como outros 21 escritórios premiados) não assinou nenhum contrato com a Secretaria Municipal de Habitação, responsável pela execução, e diz não ter garantia de que o projeto irá adiante. O Secretário de Habitação, Pierre Batista, diz que não há motivos para tanto desânimo, já que o prazo para que os 40 projetos sejam colocados em prática só vence em 2020.” (O Globo, 2014) No momento, o programa Morar Carioca está envolvido num emaranhado de complexidades; comunidades escolhidas não sabem se serão reurbanizadas ou se serão removidas. Assim, existe uma grande diferença entre aquilo que o programa é no papel e o que, de fato, acontece na realidade, conforme o artigo de Chatherine Osborn, ‘História das Urbanizações nas Favelas Parte III: Morar Carioca na Visão e na Prática (2008 – Presente)’. (Osborn, 2013)

³ O Plano de Aceleração do Crescimento 2007 – 2010 (PAC) foi anunciado em 22 de janeiro de 2007 pelo Governo Federal. Conforme explica Andrade: “Portanto, o PAC consiste num conjunto de estratégias de implementação

foi integrada ou desintegrada da cidade. Seria aquilo que caracterizaria mais tarde a chamada política de remoção entre as décadas de 50 até o final de 70, que tentaram acabar com as favelas cariocas. Estamos falando das reformas urbanas de Pereira Passos⁴, no início do século XX, e a política de remoção do governador Carlos Lacerda, na década de 70, que removeu várias famílias da Zona Sul Carioca para áreas inóspitas da cidade. Esse aspecto ganharia mais complexidade e robustez com a instalação da ditadura militar, em 1964. Nesse período, seria cunhado o termo 'remoção' com o mesmo cunho político e, por vezes, com o mesmo significado de limpeza étnica das áreas nobres da cidade, conforme explica o ex-prefeito e idealizador do programa Favela-Bairro, Cesar Maia:

"A EXPRESSÃO 'REMOÇÃO' foi cunhada no início do regime autoritário, entre 1964 e 1965, para nominar a transferência compulsória de moradores de algumas favelas de bairros de classe média, no Rio, para conjuntos habitacionais construídos em bairros afastados, com recursos dos programas de ajuda dos EUA. A palavra 'remoção', aplicada à mudança de objetos, foi usada pelo regime autoritário, nas demolições de favelas, para marcar uma ação de força. Passou a carregar, dali para frente, essa marca repressiva no imaginário da população. No Império, o problema habitacional dos mais pobres não foi colocado como questão. Os pobres eram basicamente escravos e viviam no local em que trabalhavam. O problema começa a surgir com o retorno das tropas da Guerra do Paraguai e se agrava com a exclusão dos escravos, pelos fazendeiros, após a Abolição. Surgem e proliferam os cortiços. A reforma sanitária do Rio iniciou a demolição dos cortiços e a abertura de fronteiras para a expansão imobiliária. O caso de maior força simbólica foi a queima do cortiço Cabeça de Porco (passou a ser a denominação dos cortiços), em 1892, na base do morro da Providência, em frente à ferrovia Central do Brasil. A solução foi subir o morro, que depois se ampliou com o retorno das tropas de Canudos. Chamaram favela, planta onde ficava o acampamento. A reforma urbana do Rio, em 1904, com suas demolições, construiu apenas um pombal de 200 micro casas." (Maia, 2010)

É importante considerar que, no passado e no presente, a questão da valorização do solo, com subsequente especulação imobiliária, uso da mão de obra da favela e a ambiguidade em usar os moradores da favela, estará presente no tema da urbanização⁵/remoção na cidade do Rio de Janeiro. Assim explica Cesar Maia:

que aproveita as diretrizes e prioridades previamente definidas pelo poder executivo através de seus ministérios. Um de seus maiores méritos foi viabilizar a execução financeira e a articulação entre os diversos programas, garantindo recursos imunes ao fantasma do contingenciamento. Outro grande mérito do PAC consistiu na articulação entre as instâncias federativas (governo federal, estadual e municipal) na definição dos projetos prioritários. Quem trabalhava há muito tempo nas áreas de planejamento e gestão e compunha o coro dos que reivindicavam a articulação de esforços, se viu entusiasmado em poder finalmente participar de negociações com componentes dos três níveis de governo, contando ainda com a Caixa Econômica Federal como agente operador do programa." (Andrade, p. 4); (Silva, 2010)

⁴ "Embora políticas públicas voltadas para as favelas não tenham sido delineadas em documentos do governo até 1937, quando o Código de Obras dizia que as moradias deveriam ser demolidas, a primeira intervenção do governo em áreas de baixa renda ocorreu em 1910, quando o Prefeito Francisco Pereira Passos demoliu centenas de cortiços e inúmeras favelas para dar espaço a 'Hausmanização do Rio', uma imitação das ruas largas de Paris com jardins projetados pelo urbanista francês. O Código de Obras de 1937, refere-se às favelas como 'aberrações'. Próximo ao ano de 1940, o Prefeito Henrique Dodsworth as denominou como um problema de saúde pública e, como responsável oficial do governo, removeu as pessoas que moravam lá para 'parques proletariados'." (Osborn, 2011)

⁵ Uma das principais pesquisas sobre o conceito de 'remoção' foi realizada pelo historiador Mário Sérgio Brum. Nos capítulos 2 e 3 de sua tese de doutorado, ele faz detalhada contextualização mostrando como se consolidaria

“As expansões imobiliária e industrial e a opção por não investir em transporte de massa e em habitação popular atraíram a mão de obra para perto do local de trabalho. O adensamento começou a produzir conflitos. Em 1942, realizou-se a primeira demolição com forte simbolismo, transformando em fogueira a favela do largo da Memória, no Leblon. No final dos anos 40, o STJ confirmou o usucapião das cinco maiores favelas.

O vereador Carlos Lacerda defendia a urbanização. Um programa de acesso à cidade e a seus serviços e de moradia digna se transformou em confronto. A expressão ‘remoção’ afirmou um estilo repressivo e unilateral, transformando o que deveria ser um direito dos pobres em direito dos ricos. Agora volta com a mesma entonação.” (Maia, 2010)

Uma importante pesquisa do historiador Mário Brum serve para fundamentar o termo remoção da forma como aparecerá em nossa pesquisa. Ou seja, o termo se refere ao lugar que as favelas ocuparam no processo de expansão, urbanização, especulação imobiliária e higienização nas décadas de 60 e 70, na cidade do Rio de Janeiro, no governo de Carlos Lacerda. Assim Mário Brum define o período:

“Na década de 1960, a política de segregação espacial da cidade tomou proporções inéditas, removendo os favelados das áreas centrais da cidade, particularmente na Zona Sul, e transferindo-os para terrenos vazios na periferia, a algumas dezenas de quilômetros do centro e de seus antigos empregos. Este período pode ser caracterizado como a ‘era das remoções’, quando foi implementada uma política sistemática de erradicação das favelas.

O período remocionista trouxe uma mudança drástica na relação entre Estado e favelas. Principalmente, a partir de 1969, no contexto ditatorial, a remoção, ameaça sempre presente na vida das favelas, pôde ser executada com força total, garantida por uma repressão nunca vista antes. O poder do voto, que anteriormente havia sido utilizado pelos favelados através de diversas estratégias de sobrevivência, estava bastante enfraquecido, e os favelados viam drasticamente reduzidas suas margens de manobra para se contraporem aos interesses envolvidos na erradicação das favelas.” (Brum, 2011, p. 66)

Embora possamos datar um espaço de quase cem anos das reformas de Pereira Passos e a situação da sociedade hoje, em 2014, a questão da remoção de favelas continua sendo um tema fundamental para compreender o lugar que a memória, os patrimônios cultural, material e imaterial dessas regiões ocupam na construção da cidade e como os serviços básicos de urbanização são oferecidos na favela. O tema também revela como as comunidades são inseridas na construção da identidade da cidade do Rio de Janeiro. No século XXI, já não existe mais a legalidade de uma política de remoção. No entanto, é possível perguntar por que em diversos lugares da cidade do Rio de Janeiro e, em particular, na favela

uma política de remoção e o estigma de ‘favelado’. Em sua ampla cronologia, o pesquisador mostra os diferentes momentos em que diversas famílias foram removidas na cidade do Rio de Janeiro por causa da urbanização ou da reclamação dos moradores das áreas nobres da cidade ou em função da especulação imobiliária na Zona Sul do Rio de Janeiro. Conforme temos mostrado, ele também cita a política do Governador Carlos Lacerda e a criação de órgãos para tratar da questão da remoção, a saber, Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (Serfha) e a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam). Ele mapeará as primeiras remoções nas décadas de 60 a 70 e mostrará suas consequências para a cidade carioca. Brum chama as décadas de 60 e 70 de ‘Era das Remoções’. (Brum, 2011, pp. 66-220)

de Santa Marta, a remoção⁶ de famílias ainda está presente. Embora não tenha sido nosso objetivo inicial estudar a urbanização, a pesquisa revelou que o tema da remoção no Santa Marta estava diretamente ligado à urbanização, aos projetos de desenvolvimento da cidade e ao lugar que a favela ocupou na história de expansão.⁷ Portanto, por abarcar um problema da realidade local, que implica uma abordagem mais ampla do território e dos projetos passados e presentes do desenvolvimento urbano, a pesquisa é atual e de pertinência científica. Isso porque o trabalho toca diretamente nos elementos centrais de construção de identidade na sociedade contemporânea. Com isso, é possível discutir a construção de cidades que priorizam justiça social, mobilidade, equidade, garantia de direitos, preservação da diversidade e inclusão das memórias das diferentes etnias e das classes sociais nos programas de desenvolvimento das cidades. Poderíamos ainda situar o assunto em torno do debate sobre a construção de cidades sustentáveis no século XXI.⁸

Todas essas questões estão presentes no tema da remoção/urbanização na favela Santa Marta, Botafogo, Rio de Janeiro. Por se tratar de um assunto intrinsecamente ligado à dinâmica de vida da comunidade local, o tema da remoção/urbanização no Santa Marta tem relevância particular para nossa área de pesquisa, porque envolve um ecomuseu que tem sua identidade e origem vinculadas ao tema da remoção na história da expansão e do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.⁹ Narrar a história do Ecomuseu Nega Vilma, que está na área delimitada para ser removida pelo governo no Pico do Santa Marta, já revela pertinências centrais da pesquisa, a saber, o êxodo urbano, a formação das classes sociais

⁶ Como veremos na parte B, no processo do Santa Marta, existe uma disputa política no uso do nome; no olhar do governo, o que se tem é uma 'realocação', já que os moradores são deslocados para outras áreas dentro da própria favela e, na interpretação das lideranças comunitárias e moradores, o que acontece é uma 'remoção', porque a favela se insere dentro dessa continuidade histórica sobre seu lugar na urbanização e desenvolvimento da cidade. Embora usemos as duas palavras, inserimos o problema na história do desenvolvimento da cidade e do lugar que a favela ocupou no processo. Por isso, nosso uso se aproxima da concepção dada pelos moradores e lideranças comunitárias. Quando descrevermos a contextualização das remoções no Santa Marta através da identidade do Ecomuseu Nega Vilma, será possível perceber a vinculação histórica desse ecomuseu com as remoções ocorridas nas décadas de 60 e 70 na Zona Sul do Rio de Janeiro, conforme Mário Brum pontua em sua tese.

⁷ A partir do referencial teórico da sustentabilidade transdisciplinar, cunhamos uma expressão para denominar dois momentos da urbanização no Rio de Janeiro que os pobres e as comunidades foram empurrados para a favela na reforma de Pereira Passos no início do século XX e, mais tarde, nas décadas de 60 e 70, com política de remoção do governador Carlos Lacerda, quando várias favelas foram removidas da Zona Sul para a Zona Oeste e para o subúrbio da cidade. Chamamos esses períodos de 'Desenvolvimento Urbano In-Sustentável', porque é possível traçar 'modus operandi' que vão se repetir no desenvolvimento da cidade até os dias de hoje, principalmente, quando se pergunta qual lugar as favelas e os pobres ocupam no desenvolvimento contemporâneo da cidade carioca. Por isso, também, é possível vincular esse processo de desenvolvimento urbano com a remoção na favela de Santa Marta. Na parte B, mostramos como a identidade do Ecomuseu Nega Vilma está imbricada nesse processo.

⁸ Essa discussão é importante porque mostra a preocupação recente com a diversidade das cidades no tema da urbanização vinculada à sustentabilidade. (Haughton & Hunter, 1994)

⁹ "No caso da Zona Sul da cidade, a favela contrastava com a beleza da paisagem, sendo os favelados um estorvo. Já nas zonas Norte e Oeste, eles poderiam ser de grande utilidade para abastecer de mão-de-obra as Zonas Industriais delimitadas pelo Estado, no que precisariam residir próximo a esse mercado em expansão. A transferência, então, dos moradores das favelas da zona Sul para os conjuntos localizados na Zona Norte, particularmente na área da Leopoldina, se conjugaria com uma política de expansão da oferta de empregos nesta região, através da instalação de indústrias." (Brum, 2013, p.186)

nos grandes centros, o refúgio das famílias pobres na favela, o lugar da mulher na formação da identidade carioca e na preservação da cultura musical, folclórica e culinária, o desenvolvimento urbano insustentável do século XX, o lugar da memória das periferias na expansão da cidade, o processo de participação local na construção das políticas públicas para cidade. Portanto, é necessário perguntar quais memórias são contadas sobre o Rio de Janeiro, quando o apresentamos aos milhares de estrangeiros que visitam a cidade, e quais modelos de expansão excludentes se repetem no presente. Essas questões estão postas quando correlacionamos a história do Ecomuseu Nega Vilma ao processo de remoção na história do desenvolvimento do Rio de Janeiro, e da urbanização no Santa Marta.¹⁰

Na década de 60, Geralda, uma adolescente de aproximadamente 13 anos de idade, nascida numa família de quase 18 irmãos, oriunda de Minas Gerais, chegaria ao Rio de Janeiro para trabalhar na casa do irmão mais velho. Por infortúnio da vida, a jovem seria abusada sexualmente pelo irmão, que planejava vender a criança para um casal de estrangeiros com o objetivo de encobrir a gravidez. Na semana do nascimento da criança, ainda na maternidade, a adolescente Geralda desistiu da ideia e foi acolhida por uma família num morro carioca da Zona Sul. No Morro do Sossego, Geralda fincaria sua raiz, cresceria e teria mais sete filhos. Sob os auspícios da política de remoção do governador Carlos Lacerda, na década de 60, várias favelas e comunidades seriam removidas na cidade do Rio de Janeiro. O caso mais complexo se refere ao incêndio, atualmente, compreendido como criminoso, ocorrido na favela da Praia do Pinto. Essa favela carioca, diferente da maioria, não estava no morro, senão numa das áreas mais caras e belas da cidade do Rio de Janeiro, a saber, na Lagoa Rodrigo de Freitas, Zona Sul. Após o incêndio, a favela foi completamente removida e seus moradores deslocados para áreas distantes da Zona Sul. Assim, seria formado, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, um dos bairros que, por quase quatro décadas, seria considerado um dos mais violentos do município carioca, a Cidade de Deus. O bairro, sem saneamento básico, dominado pelo tráfico de drogas, distante do raio de trabalho dos moradores e com altíssimo índice de violência, inspiraria um dos filmes clássicos da ficção brasileira, Cidade de Deus, filme nacional mais visto no exterior.¹¹

O êxito do movimento de remoção ocorrido com a Praia do Pinto atingiria outras favelas que estavam nas adjacências da Lagoa Rodrigo de Freitas. Com isso, Geralda, moradora do morro do Sossego, receberia a notícia de que sua casa seria destruída. Temendo ocorrer o que já acontecia com outros moradores, Geralda decide se mudar para outro morro já conhecido, que ficava também na Zona Sul carioca. Com filhos entre sete, oito, nove e dez anos, Geralda derrubou o barraco e, literalmente, colocou a casa no caminhão e se mudou

¹⁰ (Perlman, 2010)

¹¹ (Nunes, 1980)

para o morro Santa Marta, na parte mais alta, hoje denominada Pico do Santa Marta. Nesse morro, Geralda conseguiria manter sua relação de trabalho com a adjacência, tornar-se-ia uma referência da religião africana, mãe de leite, defensora dos direitos dos moradores contra supostos abusos policiais, e exemplo no serviço à comunidade. Em sua casa e também local de celebração religiosa, desenvolveram-se as primeiras rodas de samba do Pico. Esse fato, uniria, no morro, famílias ricas que residiam em Botafogo e subiam para as festas. Como quase todas as famílias do morro, eles viviam experiências difíceis, que não anulavam o sentido da vida. A tônica da família de Geralda misturaria resiliência, superação e arte que seria desenvolvida na caminhada particular dos filhos. Nega Vilma, após a morte da mãe, assumiria o papel de rezadeira e de prestadora de serviço à comunidade. Walmir da Costa, o filho mais velho, além de compositor, atualmente desenvolve pratos específicos da culinária brasileira na França; Mestre Sorriso, outro filho de Geralda, participaria da fundação de um dos grupos de capoeira mais importantes do país, o Grupo Senzala. Morador da França, Mestre Sorriso participaria da organização de um dos primeiros festivais de capoeira da Europa, além de ser um dos divulgadores da capoeira no velho continente. Rosa da Costa, uma das filhas de Geralda, tornou-se artista plástica e mora no Canadá. Praticamente todos os filhos de Geralda teriam algum engajamento, envolvendo arte ou serviço à comunidade. Toda essa memória levaria à criação do Ecomuseu Nega Vilma, idealizado pelo neto e produtor cultural, Kadão Costa. O objetivo seria preservar a memória da favela, entrelaçada na história de sobrevivência da família. Praticamente após setenta (70) anos da saída de Geralda do Morro do Sossego, por causa de uma remoção, em 2014 sua casa, sede do Ecomuseu Nega Vilma, está numa área demarcada para remoção. Se Geralda e Nega Vilma estivessem vivas, estariam buscando novamente um local para morarem.¹²

Portanto, o objetivo inicial da pesquisa foi registrar, através da vida de dezesseis famílias que aceitaram ser removidas, o que significava a remoção ou a realocação para apartamentos que estão sendo construídos na parte mais baixa da favela. Como já tínhamos um conhecimento prévio sobre o processo de remoção no Pico do Santa Marta, por causa do trabalho que já realizávamos com o Ecomuseu Nega Vilma, nosso objetivo era, primeiramente, registrar a memória dessas famílias que aceitaram sair. Com isso, poderíamos dialogar sobre os significados do território, do barraco e do local para os moradores. Como já era do conhecimento de todos às razões dadas pelo governo para retirar os moradores, a saber, que a área é de risco¹³, não tínhamos interesse em problematizar essa questão. Não

¹² Em nossa pesquisa de pós-doutorado em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro, aprofundamos os legados da vida de Geralda e Nega Vilma para preservação da memória, cultura e identidade do Rio de Janeiro. (D. Oliveira, 2013)

¹³ Atualmente, temos vários debates, protestos, manifestações, organizações de grupos específicos porque, embora os moradores das favelas tenham alcançado direito à moradia, nos últimos cinco anos, vários casos de

optamos inicialmente por esse caminho, porque em várias outras comunidades, essa é uma justificativa que tem fundamentado as remoções. Nosso foco também estava no fato de que desejávamos apreender os sentimentos quentes da transição, pois, tínhamos a informação de que, a qualquer momento, esses moradores seriam removidos e, imediatamente, suas casas seriam derrubadas.

Nosso objetivo era registrar a memória desses moradores e, em seguida, problematizá-la a partir do trabalho que já realizávamos em História Oral, Memória e algumas perspectivas das teorias de Ecomuseu e de Sustentabilidade. Porém, com a realização de alguns diálogos prévios dentro da favela, participando de reuniões específicas sobre o tema da remoção e conversando com algumas lideranças, tivemos a convicção de que a questão era muito mais complexa do que imaginávamos. Assim, tivemos que tomar uma decisão rápida, pelo pouco tempo que tínhamos para escrever a tese, isto é, reduzir a pesquisa a um trabalho de memória sobre a vida desses moradores e suas interpretações do problema, ou nos arriscaríamos adentrar a problemática que o diagnóstico prévio nos revelava. A escolha do segundo caminho implicou buscar uma teoria que, mais do que responder às questões que íamos descobrindo, deveria ter condições de dialogar, a partir de um paradigma mais amplo, sistêmico, dialético e relacional. Assim, percebemos que o problema da remoção na favela Santa Marta tinha relação direta com os desenvolvimentos urbano e econômico da cidade do Rio de Janeiro. Nos últimos dez anos, as mudanças realizadas pelos governos estaduais e municipais tinham o objetivo de adaptar a cidade carioca ao modelo das maiores metrópoles do mundo, através das recentes grandes obras de preparação para os chamados megaeventos que aconteceriam na cidade, a saber, jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos em 2007, Jogos Mundiais Militares em 2011, Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Ainda: a Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012 e a Jornada Mundial da Juventude Católica, em 2013. Poderia citar também diversos shows internacionais.¹⁴

remoções têm ocorrido no Rio de Janeiro. Dentre os motivos dados, a alegação de que essas casas estão em área de risco está entre os principais argumentos para retirar essas famílias dos locais de nascimento e conduzi-las para outras regiões. Por essa e outras razões, evitamos polarizar essa discussão em nossa pesquisa, ainda que não se possa prescindir dela. No estudo de Paula Paiva, intitulado 'Do Ponha-se na Rua' ao 'Sai do Morro hoje', a autora mostra como, diante das mudanças de épocas, foi necessário buscar argumentos para sustentar a retirada dessas famílias. Do 'Ponha-se na Rua' (PR), que traz a memória da época, ainda o Império, ao 'Sai do Morro Hoje' (SMH), que atualiza modelos de remoção no presente, a população da favela é tratada de forma semelhante por quase duzentos anos. Em sua perspectiva, assim como em nossa pesquisa, a urbanização está no centro do problema. Preferimos denominar a repetição desses modelos como como 'Urbanização Insustentável'. (Paulo, 2013)

¹⁴ Uma das obras de grande valia foi construída com a participação de diversos autores e proporcionou importantes debates, a saber, 'Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais'. Dentre outras constatações, a pesquisa mostra como as comunidades mais pobres são impactadas diretamente com as recentes mudanças no Rio de Janeiro, denominadas urbanização. A mercantilização da cidade em função dos megaeventos traz elementos da urbanização discriminatória e elitista que marca o desenvolvimento da cidade carioca. Outra questão presente nesse recente movimento de urbanização é a necessidade de esconder áreas pobres da

Aos poucos, constatamos que a urbanização no Santa Marta estava inserida nesse projeto maior do desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro que, na forma de implementação, também tinha vinculação histórica com a expansão e urbanização da cidade do século passado. A partir dos testemunhos, começamos a perceber que não era possível separar a urbanização da remoção no morro Santa Marta, como já acontecia em várias comunidades do Rio de Janeiro. A situação no morro Santa Marta era complexa porque a situação do presente remetia diretamente ao passado da favela e da cidade.

Embora descobríssemos que estávamos diante de um trabalho desafiador, também constatamos que essa discussão já fazia parte dos estudos que desenvolvíamos em sustentabilidade, a saber, a relação entre os interesses locais e globais no processo dos desenvolvimentos econômico e socioambiental. O que nós percebemos era que o tema da remoção na favela do Santa Marta, por se tratar de uma questão central da identidade local da favela, implicava a inter-relação de todas as áreas do conhecimento e, principalmente, do desenvolvimento econômico que, segundo a compreensão das lideranças comunitárias, era uma das questões centrais para a realização da remoção. A alta valorização financeira da área da favela, após a implantação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), e a realização de algumas obras localizadas possibilitaram a chegada com facilidade dos turistas à parte mais alta do morro. Essa área, chamada de Pico do Santa Marta, onde se tem uma vista privilegiada, está demarcada para os moradores serem removidos. Esse fato, unido a outros, gerou a especulação imobiliária em toda a favela, com aumento de até 200% no valor dos imóveis, conforme revelam as lideranças comunitárias entrevistadas. Outro elemento entraria como problema central para remoção: o processo de urbanização que o governo realizava na favela nos últimos seis anos. Na verdade, quando fizemos o diagnóstico para reorientar a pesquisa, mantendo a memória dos moradores que seriam removidos, suspeitamos que a questão da remoção no Pico do Santa Marta estava ligada diretamente à urbanização que o governo realizava desde 2009 na favela. Através de vários diálogos com lideranças locais e o acesso às publicações de alguns órgãos externos, pudemos reconstruir o cronograma da urbanização/remoção no Santa Marta, para levantar o 'status quaestionis'.

Portanto, construímos uma hipótese que implicava a relação entre urbanização e remoção no Santa Marta, a saber, o conflito entre dois modelos de urbanização: um local-comunitário e outro externo-governamental. O primeiro modelo, esboçado nas entrelinhas pelas lideranças comunitárias, prioriza a preservação da memória; a construção participativa com a comunidade; respeito ao passado da favela; proteção aos empreendedores locais

visibilidade estética da cidade. Nesse contexto, os centros urbanos passam a ser lugares de conflitos, pois, os moradores dessas localidades têm buscado formas de resistir às mudanças abruptas de urbanização, que precisam cumprir prazos de entregas das obras e ofuscar comunidades que estão no raio de realização desses grandes eventos. (Gomes, Maria, Cardoso & França, 2013)

contra as empresas externas que passam a ter acesso à favela; manutenção das riquezas culturais locais; execução de obras de saneamento básico em toda a favela, não apenas na parte baixa; e a reparação da suposta área de risco, para que a maioria dos moradores que não quisesse sair, pudesse viver, pois foi onde suas histórias foram construídas. Nesse modelo interno e local de compreender o que deveria ser a urbanização, também existem conflitos e jogos de interesses. O outro modelo, o do governo, enxergava a urbanização como melhorias urbanas situadas, que se concentravam na realização de obras e projetos que já chegavam predefinidos à favela e não consideravam variantes como aumento do custo de vida para população local.¹⁵ Metodologicamente, não tínhamos o interesse que a pesquisa tivesse como objetivo dirimir o problema, ou pesquisar prioritariamente as premissas que nos levassem a dizer no final quem tinha razão: moradores ou governo. Em nossa interpretação, essa leitura acabaria por reforçar o estigma de cidade partida que existe no Rio de Janeiro, quando se fala de favela. Por esse motivo, percebemos que seria possível caminhar na exposição da tensão que existia entre a proposta da comunidade, através dos entrevistados, e a do governo, tendo como paradigma uma reunião sobre a urbanização ocorrida na comunidade, no dia 17 de janeiro de 2012, onde estavam presentes o Vice-Governador, Luiz Fernando Pezão, o Secretário da Empresa de Obras Públicas – Emop - Ícaro Moreno; a Assistente Social responsável pelo Pouso, que fiscaliza as áreas decretadas como de riscos, Ruth Juberg. O objetivo dessa reunião com a comunidade era anunciar o retorno das obras de urbanização, que ficaram paradas durante um ano, e ouvir as reivindicações dos moradores, já que uma parte da obra tinha sido realizada. Ela se tornou paradigmática porque boa parte das perguntas que elencamos nas entrevistas foram feitas para o governo nesse encontro e foi possível, a partir das respostas, construir traços estruturais da sua concepção sobre o que significa desenvolvimento urbano na favela.

Com esse pano de fundo, tivemos outro trabalho importante, que confere certo ineditismo científico à pesquisa, isto é, a construção do referencial teórico da 'sustentabilidade transdisciplinar-inteira'. Diante da complexidade da realidade local e, ao mesmo tempo, da percepção de que a questão da urbanização na favela tinha raízes fora dela, construímos um referencial teórico que preservava dualidade, complexidade e tensão dialética. Como citamos anteriormente, o Rio de Janeiro assumiu um modelo de cidade de grandes metrópoles, com grandes eventos, obras enormes de adaptação às cidades modernas do mundo, sem resolver problemas elementares da vida cotidiana. Isso também terá implicações diretas sobre o lugar que as favelas e os morros ocuparão na estética mercadológica e cultural da cidade. Assim,

¹⁵ Essa era uma das razões da urbanização se situar dentro do 'modus operandi' do desenvolvimento urbano histórico da cidade e, ao mesmo tempo, revelar os traços da 'urbanização in-sustentável' do início do século e das décadas de 60 e 70.

constatamos que o desenvolvimento urbano/remoção na favela necessitava dialogar com um referencial teórico que fosse transdisciplinar; que evidenciasse, sem síntese apressada e simples, a relação entre local e global; que contemplasse a problematização dos desenvolvimentos econômico e socioambiental para a comunidade local; que inserisse a memória, os patrimônios material, imaterial e cultural na discussão sobre desenvolvimento; que dialogasse com a racionalidade fechada do paradigma de conhecimento da modernidade, que forma os profissionais que elaboram e executam os projetos de desenvolvimento da cidade e aqueles que são implantados na favela. Mais do que uma teoria que respondesse a todas essas questões que percebemos no processo de urbanização e remoção na favela do Santa Marta, mais importante era a hermenêutica, isto é, a maneira de enxergar e de interpretar esse problema de forma inteira, sistêmica, plural e multirrelacional. Por implicar diretamente questões relacionadas ao desenvolvimento, chamamos o referencial teórico de 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira (STI)'¹⁶. Muito mais do que conteúdos fechados, essa teoria é a possibilidade de expor o conflito, o lugar de crise, o movimento e a tensão no tema da urbanização/remoção na favela Santa Marta.

Na construção do referencial teórico, a saber, 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira', estão implicadas as concepções de sustentabilidade e transdisciplinaridade. Em nossa abordagem, a sustentabilidade fornece uma hermenêutica. Captamos o sentido original da sustentabilidade como um conceito que, na sua origem, ou na primeira vez em que a palavra foi usada no contexto da silvicultura econômica por Carl Von Carlowitz, na Alemanha, há duzentos anos, o autor enfrentava uma questão prática do cotidiano, isto é, pedia o uso consciente das florestas, pois, percebia que, da forma predatória como já começava a ser utilizada a madeira, faltaria matéria-prima para comunidade local do presente e dos anos seguintes. Vista pelo prisma da realidade local, a sustentabilidade tem alto grau de simplicidade, praticidade e 'comunitariedade'. Não é trabalho de apenas um segmento, ainda que, desde o início, economia e desenvolvimento estejam imbricados como dimensões centrais que precisavam ser repensadas.¹⁷ Assim Salzmann explica a origem do conceito:

¹⁶ A 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira (STI)' não é uma teoria clássica. Ela vem sendo elaborada em nossas pesquisas aproximando áreas novas do saber; por isso, oferece uma hermenêutica que pode ser aplicada em diferentes áreas do conhecimento. Nesse trabalho de doutoramento, a 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira (STI)' traz a proposta de rompimento com o paradigma de conhecimento da modernidade. Em nosso trabalho, é uma hermenêutica construída com mais propriedade a partir do diálogo com temas correlatos à Museologia e Ecomuseologia. (D. Oliveira, 2013); (Delambre, 2014)

¹⁷ Uma breve historiografia do tema insere o debate na discussão sobre ambientalismo. Na década de 50, ainda que a questão ecológica se remonte ao século XIX, o ambientalismo como significando uma profunda mudança de mentalidade, surgiria com força apenas no período pós-Segunda Guerra Mundial. O trabalho ganharia visibilidade mundial através do campo científico. Muito importante foi a realização, em 1949, da Conferência das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos. Na década de 60, a preocupação científica pela questão ecológica já estava consolidada e influenciaria a opinião pública mundial. Um exemplo foi a importantíssima obra da escritora Rachel Carson, 'Silent Spring', em 1962. Surgem diversos grupos e ONGs. Nasceria o 'Fundo para a Vida Selvagem' (WWF), primeira ONG ambiental internacional de espectro mundial, criada em 1961. Também o Clube de Roma começa a trabalhar a partir de 1968, etc. Na década de 70, marcada

“O conceito sustentabilidade foi usado pela primeira vez no ano de 1713 num texto de Carl von Carlowitz, ‘Silvicultura econômica’. Ele criticou o grande desmatamento irresponsável das florestas.” (Salzmann, 2012, p. 8). Quando falamos de sustentabilidade, temos também como pano de fundo o alerta dado por Alexander Von Humboldt, em 1843. Ele dizia que o ser humano transformava o clima “através da derrubada de florestas e (...) através do desenvolvimento de grandes massas de vapores e gases que estão no ponto central das indústrias.”¹⁸ (Von Humboldt, 1844, p. 214). Sem muito esforço, é possível dizer que, além do conceito de sustentabilidade ter implicações locais diretas, uma questão central é a subsistência da vida no presente e no futuro. Nos dois exemplos, estão imbricados o significado do progresso, as modalidades do desenvolvimento, a natureza da expansão, a industrialização, as culturas, os patrimônios materiais e imateriais, a antropologia e, portanto, fatores que determinam a sobrevivência com condições saudáveis de vida do ser humano e da biodiversidade. Embora a questão econômica esteja em evidência como paradigma da modernidade, todas as consequências da insustentabilidade afetam integralmente os setores e segmentos da sociedade. Neste sentido, já seria redundante denominar a sustentabilidade como transdisciplinar. Para se referir à totalidade da vida, ela só pode ser transdisciplinar, plural e conflituosa. Porém, a especialização do conhecimento em áreas e subáreas, departamentos e múltiplos segmentos sem preocupação em aproximar os resultados para intervirem na realidade prática, picotou a sustentabilidade ou a realidade em fatias autônomas e independentes. O próprio conceito de ‘sustentabilidade’, ‘Nachhaltigkeit’, que nasce do risco de não haver a perpetuação da vida inteira, foi cooptado pelo paradigma científico e econômico da modernidade. Por isso, ainda que nosso conceito faça diálogo com o significado que a sustentabilidade recebeu na sua relação com o desenvolvimento, acreditamos que essa combinação serve apenas para apontar a ‘tensão’ entre dois grandes projetos de sociedade e acenar uma passagem para outro tipo de mundo. Na verdade, a sustentabilidade, da forma como propomos, é o ápice do questionamento filosófico e prático do paradigma de sociedade da modernidade - é outro estilo de vida. A agonia da biodiversidade seria o último brado por socorro, que faz eco com todos os outros clamores do planeta que, infelizmente, não são

pela ‘Conferência de Estocolmo’, em 1972, começa a preocupação do sistema político (governos e partidos). Emergem e expandem as agências estatais de meio ambiente. Surgiria o ‘Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente’ (UNEP). Já na década de 80, os partidos verdes se tornariam expressivos. Os anos 80 e seguintes seriam marcados pelo ‘Relatório Brundtland’ ou ‘Nosso Futuro comum’, 1987 (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ONU) e pela entrada dos atores vinculados ao sistema econômico. As empresas da década de 90 começam a se preocupar com a questão ambiental vinculada à ideia de ‘Desenvolvimento Sustentável’. Entretanto, a força do mercado e da questão econômica dominaria a discussão. (Leis & D’Amato, 1998, pp. 77-103)

ouvidos no dia a dia. Enrique Leff conseguiu traduzir exatamente o pano de fundo hermenêutico do nosso conceito de sustentabilidade em diálogo com a pós-modernidade. Assim fala Leff:

“Antes de apresentar-se como um problema do conhecimento no campo da epistemologia, esta crise da racionalidade moderna se manifestou na sensibilidade da poesia e do pensamento filosófico. Mas a crítica à razão do Iluminismo e da modernidade, iniciada pela crítica metafísica (Nietzsche e Heidegger), pelo racionalismo crítico (Adorno, Horkheimer, Marcuse), pelo pensamento estruturalista (Althusser, Foucault, Lacan) e pela filosofia da pós-modernidade (Lévinas, Deleuze, Guatarri, Derrida) não tem sido suficiente para nos mostrar a radicalidade da lei limite da natureza diante dos desvarios da racionalidade econômica. Esta precisou mostrar-se no real da natureza, fora da ordem simbólica, para fazer justiça à razão. A crise da modernidade irrompe no momento em que a racionalidade da modernidade se traduz em razão anti-*natura*. Não é uma crise funcional ou operativa da racionalidade econômica imperante, mas de seus fundamentos e das formas de conhecimento do mundo.” (Leff, 2006, p.16)

A sustentabilidade, da forma como foi trabalhada na relação com o desenvolvimento, por vezes, não aprofundou a dimensão filosófica que sustentava esses programas. Isso acarretaria consequências drásticas para a história da sustentabilidade e do ambientalismo com modismo 'verde'. O tema seria cooptado pela lógica que antes criticava e alertava em sua origem. Para expor essa transição, temos como referência, a 'tensão' entre dois modelos de desenvolvimento socioambiental que estão disputando espaço na história da ONU, desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, até a Rio+20. Por um lado, é possível falar de certo progresso na percepção, aceitação e busca global para solucionar os problemas do modelo de sociedade mundial num período que vai da Conferência de Estocolmo, 1972, até a Rio 92. Nessa época, foram produzidos os principais documentos que balizariam a transição para outro projeto de economia e de sociedade planetária, no que se refere à sustentabilidade. Nessa 'tensão', os resultados e metas definidos nesse período não foram alcançados, e o modelo hegemônico, no qual os interesses globais se sobrepõem às demandas locais, passaram a determinar o rumo do crescimento e da relação entre economia, biodiversidade e comunidade local. Isso se dá com o não cumprimento das principais metas da Rio 92. Portanto, da Rio+10 em diante, foi possível perceber o fracasso das propostas que buscavam relativizar a força do desenvolvimento econômico não equitativo, dependente dos combustíveis fósseis e comprometedor da vida em suas múltiplas facetas. O crescimento e o desenvolvimento tornaram-se sinônimos de perdas para a comunidade local e ainda trouxeram dificuldades enormes para países que não faziam parte do eixo Europa-EUA. Com isso, colocava a biodiversidade em risco e aumentava o problema da fome no mundo. (Sachs, 2009). Como propomos, a sustentabilidade é um estilo de vida vivido na realidade local, em sua relação constante com a global, que precisa sustentar o conflito, a 'tensão' e passagem

para que seja percebida a necessidade de nascer o novo, que ainda não sabemos o que será.¹⁹

A ratificação de que um único modelo de desenvolvimento econômico e socioambiental estava imperando no mundo viria com a frustrante Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em Junho de 2012, no Rio Janeiro, a Rio+20. Por isso, o documento final, 'O Futuro que nós Queremos', nos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável tinha como marcas centrais: o pragmatismo, a ambiguidade e o relativismo. Nos diálogos preparativos para a Conferência, e em sua realização, os líderes mundiais faziam um diagnóstico coerente dos principais problemas da sociedade planetária, propunham a erradicação da pobreza e a implantação da economia verde. Porém, no momento de decidir e interpretar a crise econômica de 2008 como chance e sinal do esgotamento do modelo, pelo contrário, mantiveram o paradigma de desenvolvimento econômico e socioambiental vigentes, ao mesmo tempo em que defendiam a erradicação da pobreza e a implantação da economia verde. O ambíguo documento foi duramente criticado pelos principais representantes da sociedade civil, a saber, os vários movimentos presentes na Cúpula dos Povos, representantes de ONGs e os quinhentos cientistas de todo mundo. Todos esses segmentos enviaram textos para o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, criticando a timidez do documento da ONU frente aos problemas que abrem o novo milênio. Em resumo, a sociedade convive, em diferentes áreas, com o conceito de 'Sustentabilidade In-sustentável', pois, assim como na Rio+20, essa sustentabilidade é marcada por pragmatismo, relativismo e ambiguidade. Nesse processo, principalmente em países onde a população não conquistou direitos básicos de cidadania e de gestão participativa e corresponsável, os principais projetos de intervenção na sociedade, realizados pelo governo ou pela iniciativa privada, desconsideram a concepção integral do desenvolvimento ou da promoção da saúde completa e da subsistência dos destinatários. Isso acontece, principalmente, porque, nesse modelo vigente de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, os interesses globais e hegemônicos externos estão sobre as

¹⁹ Novamente, a humanidade está diante de uma profunda crise de sentido, que reverbera em todas as áreas. Por isso, como mostraremos, o 'Zeitgeist' de tensão presente na chegada do tema da Memória à História, a Nova Museologia, na Museologia, e os Ecomuseus, com os Museus Tradicionais são 'locus' de 'tensão criativa de sentido' que apontam para dimensões mais profundas da transição imprescindível. Da mesma forma, por estar num contexto da comunidade local, o tema da urbanização no Santa Marta tem as mesmas propriedades. Mas, é importante percebermos a 'crise' da transição que também coloca a pergunta sobre o que é ser humano na pauta da discussão. O filósofo e teólogo Leonardo Boff foi sensível para perceber a necessidade de trazer o sentido do que é e pode ser o ser humano para dentro do debate: "Marxistas, socialistas, positivistas, liberais, budistas, hinduístas, ateus e cristãos fazem do humanismo um tema central de suas reflexões. Como se criará um tipo de homem (o quarto já) capaz de proporcionar mais autonomia, mais fraternidade e mais justiça num mundo sumamente complicado e de sistemas secundários, fruto da atividade técnica? Esse homem deverá ser, na expressão de Nietzsche, um Cesar com alma de Cristo, um santo de uma espécie nunca antes existente. Será um homem capaz de assumir o poder sobre tudo aquilo que ele mesmo criou e evitar uma catástrofe cósmica? Pela primeira vez na história, o conceito de escatologia foi secularizado. Não é só Deus que pode pôr fim ao mundo. O homem também é capaz disso. Com meios suficientes e eficazes." (Boff, 1970, p. 461)

necessidades e as riquezas das comunidades locais, tanto na execução de projetos quanto nos lucros que são extraídos da mão de obra local ou da matéria que é retirada dessas regiões. (Delambre, 2014).

Portanto, um dos caminhos para transitar da 'Sustentabilidade In-sustentável' para a sustentabilidade transdisciplinar, inteira, integrada, local/global, situada, progressiva, orgânica e sistêmica²⁰ é, por um lado, o questionamento do conhecimento científico ou filosófico que sustenta e subjaz a organização da maioria das sociedades no século XXI e, por outro, fortalecer as comunidades locais nessa 'tensão criativa e agressiva' entre os jogos de interesses presentes no modelo de desenvolvimento econômico e socioambiental que impera na sociedade, conforme presenciamos na Rio+20.²¹ O tema da urbanização no morro Santa Marta remete a todas essas questões acima citadas, principalmente, porque, na realidade local do morro, a urbanização/remoção se refere ao direito à memória, aos patrimônios material, imaterial e cultural, à identidade, aos significados práticos, simbólicos e afetivos do território e às heranças culturais. Nessa tensão, a comunidade local provoca a construção de um referencial teórico que insere o problema do desenvolvimento urbano para além dos benefícios econômicos, de infraestrutura e estéticos. Por isso, denominamos o referencial como 'Sustentabilidade Transdisciplinar'.

Outro aspecto que subjaz nosso conceito de Sustentabilidade vem do diálogo com a Prof. Dr^a Ute Stoltenberg, há três anos. Essa pesquisadora de sustentabilidade em educação da universidade de Lüneburg recebeu nossa proposta de sustentabilidade sobre a Rio+20. Dra. Ute Stoltenberg nos enviou uma reação à tese que defendíamos no livro sobre o conceito de sustentabilidade do documento final da Rio+20. Dra. Ute Stoltenberg enviou esse texto exclusivamente para nosso livro 'Sustentabilidade In-Sustentável'. Ele serve também como pano de fundo do nosso conceito de sustentabilidade, porque mostra a transdisciplinaridade e a ênfase na realidade local. Assim pontua Dr^a Ute Stoltenberg:

“Educação quer possibilitar que às pessoas participem na construção de um desenvolvimento sustentável. Para isso, deve-se adquirir conhecimento apropriado para essa tarefa:

- Conhecimento especializado sobre perguntas centrais do presente e do futuro e
- Conhecimento de Orientação (*conhecimento científico*), a fim de compreender não apenas as ideias, como também poder avaliar e
- Conhecimento prático, que significa que também se deve aprender que tipo de conhecimento é bom.²²

²¹ Aqui está um das razões de denominarmos o referencial teórico como 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira'. A discussão que fizemos, mostrando a 'tensão criativa de sentido' nos temas da Memória, Museologia e Ecomuseu tem esses atributos, a saber, o questionamento filosófico do conhecimento da modernidade por um lado, e a proposta de outro estilo de vida na dimensão com os ecomuseus, por outro. Ambos os problemas estão presentes no tema da urbanização/remoção no Santa Marta.

²² O texto, no original alemão: „Bildung will Menschen ermöglichen, sich an der Gestaltung einer nachhaltigen Entwicklung zu beteiligen. Dazu muss man sich Wissen aneignen, das geeignet ist für diese Aufgabe: - Sachwissen

Esse tipo de conhecimento adquire-se muito melhor através do envolvimento e da participação em tarefas e interrogações sérias (Stoltenberg 2002, 2009; 2013), através de “engajamento com questões sociais e dilemas reais da comunidade.” (Scott 2012) Interrogações complexas surgidas da vida real requerem um modo de trabalhar integrado. Nós analisamos problemas complexos em quatro dimensões – a ecológica, a econômica, a social e a cultural – a fim de examinarmos como se deve aparentar uma solução sustentável (Stoltenberg 2009).²³

A inclusão da dimensão cultural significa a “descoberta” das estruturas culturais. A dimensão cultural oferece a oportunidade de reconhecer conhecimentos tradicionais, cosmovisões, estilos de vida e cultura material (artefatos) como importantes para um desenvolvimento sustentável. Assim, as relações entre o ser humano e a natureza podem ser compreendidas através desses elementos culturais – e, possivelmente, ser alteradas. Com isso, a diversidade cultural pode ser reconhecida como riqueza e sua relação com a biodiversidade pode ser entendida. Participação é o recurso para uma realização sólida, não-convencional e estável de um desenvolvimento sustentável. Ela é uma forma organizacional de produção de conhecimento e de tomada de decisão. A participação pode integrar diferentes tipos de conhecimentos (saberes de diferentes gerações, conhecimento científico, saberes cotidianos, conhecimento tradicional; conhecimento formado etnicamente) e, assim, possibilitar o trabalho inter e transdisciplinar. Participação é a expressão de uma outra cultura de ensino e comunicação, a qual parte da suposição de que se deve aspirar a análise (também conflituosa) de assuntos, levando em consideração suas dimensões social, econômica, cultural e ecológica.”²⁴ (Stoltenberg, 2014, p. 15)

Alguns elementos destacados pela Dr^a Ute Stoltenberg questionam a lógica do desenvolvimento sustentável vigente na forma como os projetos de desenvolvimento urbano e econômico são implementados na comunidade local. O que mostramos com nosso conceito de sustentabilidade transdisciplinar é que por trás dessa lógica existe um conceito de sustentabilidade que nem sempre é explicitado, mas ele está lá. Por isso, compreendemos sustentabilidade como hermenêutica, isto é, existe um conteúdo básico, mas o mais importante é problematizar as relações a partir de um olhar que observa o limite, a fronteira ente perpetuar a vida e todas as expressões humanas, culturais e ecológicas, ou destruí-las. Como estilo de vida, em cada realidade, a sustentabilidade pode, inclusive, receber o nome

über zentrale Gegenwarts- und Zukunftsfragen - Orientierungswissen, um Sachverhalte nicht nur verstehen, sondern auch beurteilen zu können und - Handlungswissen, das heißt man muss auch lernen, wofür Wissen gut ist.“

²³ „So ein Wissen erwirbt man am besten durch die Beteiligung/ Partizipation an ernsthaften Aufgaben und Fragestellungen (Stoltenberg 2002, 2009; 2013),²³ durch „engagement with real social and community issues“ (Scott 2012). Komplexe Fragestellungen aus dem realen Leben erfordern integriertes Arbeiten. Wir analysieren komplexe Problemstellungen in vier Dimensionen - der ökologischen, der ökonomischen, der sozialen und der kulturellen - um zu prüfen, wie eine nachhaltige Lösung aussehen muss (Stoltenberg 2009).“

²⁴ „Die Einbeziehung der kulturellen Dimension bedeutet das „Freilegen“ von kulturellen Strukturen. Sie bietet die Chance, traditionelles Wissen, Weltbilder, Lebensstile, Artefakte als bedeutsam für eine nachhaltige Entwicklung zu verstehen. So lassen sich die Beziehungen von Mensch und Natur auch über die Dinge verstehen – und möglicherweise verändern. So kann kulturelle Vielfalt als Reichtum erkannt und ihr Zusammenhang mit Biodiversität verstanden werden. Partizipation ist die Ressource für eine fundierte, unkonventionelle und tragfähige Gestaltung einer nachhaltigen Entwicklung. Sie ist eine Organisationsform von Wissensproduktion und Entscheidungsfindung. Sie vermag Wissen unterschiedlicher Art zu integrieren (Wissen unterschiedlicher Generationen, wissenschaftliches Wissen, Alltagswissen; traditionelles Wissen; ethnisch geprägtes Wissen) und so inter- und transdisziplinäres Arbeiten zu ermöglichen. Partizipation ist Ausdruck einer anderen Lern- und Verständigungskultur, die davon ausgeht, dass man die (auch konflikthafter) Auseinandersetzungen über Fragen unter Beachtung ihrer sozialen, ökonomischen, kulturellen und ökologischen Dimension suchen muss.“

que as pessoas do ambiente onde o conflito está instaurado quiserem dar. Receber esse texto exclusivo da prof^a Ute Stoltenberg é importante porque ela fala de um paradigma que é diferente da América Latina, a saber, a Europa. A continuidade da análise de Ute Stoltenberg é fundamental para o significado que a nomeação de 'Sustentabilidade Transdisciplinar' terá com a aproximação entre História Oral, Memória, Nova Museologia e Sociomuseologia. De forma diferente, a ênfase dada por Enrique Leff está presente na proposta da pesquisadora. Assim pontua a Dr^a Ute Stoltenberg:

“São para encontrar e praticar novos caminhos na relação do ser humano com a natureza, do ser humano com as coisas e uns com os outros. Isso exige criatividade, fantasia, audácia, capacidade de antecipação; exige pensar em alternativas e encorajamento do ser humano para visões e ações comunitárias. Por isso, processos educativos para um desenvolvimento sustentável precisam não apenas do impulso do conhecimento científico e das experiências cotidianas, mas também de abordagens inovadoras de educação estética (como teatro, artes plásticas, novos usos de materiais, etc.). Incentivam novas perspectivas, motivações e cooperação. Desse modo, o indivíduo é abordado em seu desenvolvimento e relacionamento com a natureza e as outras pessoas e, ao mesmo tempo, é colocada a pergunta sobre a responsabilidade e possibilidades de construção de um mundo comum. No caminho para um desenvolvimento sustentável, nós devemos nos arranjar com muita falta de conhecimento e insegurança. Não obstante a isso, nosso conhecimento atual é suficiente para encontrar alternativas econômicas, ecológicas, sociais e culturais. Para realizar essas alternativas, precisa-se de pessoas que se deixem comover pelos problemas, que se sintam interpeladas emocionalmente, que vivenciem um “novo” sentido. Processos culturais – e como uma forma de arte – podem evocar capacidades emocionais, a fim de seguir para novos caminhos.²⁵”
Stoltenberg, 2014, p. 15)

Portanto, reiteramos que, em nossa pesquisa, sustentabilidade não é apenas conceito teórico, senão o projeto de outro estilo de vida por um lado, e uma hermenêutica por outro, isto é, modo de enxergar, interpretar e viver a relação entre os interesses locais e globais, regionais e nacionais, do passado e do presente, teoria e prática, ciências humanas e exatas. Todos os segmentos da sociedade podem desenvolver a sustentabilidade transdisciplinar I.²⁶ Esse olhar diferenciado está no conflito, no intervalo, na pausa da partitura musical, no ínterim, isto é, na tensão que sempre fornece conceitos, mas por estarem,

²⁵ „Neue Wege im Verhältnis von Mensch und Natur, von Menschen und Dingen und der Menschen untereinander sind zu finden und zu praktizieren. Das erfordert Kreativität, Phantasie, Mut, Antizipationsfähigkeit, Denken in Alternativen und Ermutigung von Menschen zu Visionen und gemeinsamem Handeln. Bildungsprozesse für eine nachhaltige Entwicklung brauchen deshalb nicht nur den Impuls von wissenschaftlichem Wissen und Alltagserfahrungen. Innovative Ansätze ästhetischer Bildung (wie Theater, bildnerisches Gestalten, neue Verwendungen von Materialien etc.) fördern neue Sichtweisen, Motivation und Kooperation. Damit wird die einzelne Person in ihrer Entwicklung und Beziehung zur Natur und anderen Menschen angesprochen und gleichzeitig die Frage nach Verantwortung und Gestaltungsmöglichkeiten für die gemeinsame Welt gestellt. Wir müssen auf dem Weg zu einer nachhaltigen Entwicklung mit viel Unwissen und Unsicherheit leben. Dennoch reicht unser heutiges Wissen für ökonomische, ökologische, soziale und kulturelle Alternativen. Um diese zu realisieren, bedarf es der Menschen, die sich berühren lassen von den Problemen, die sich emotional angesprochen fühlen, die (neuen) Sinn erfahren. Kulturelle Prozesse – und als eine Form Kunst – kann emotionale Potenziale wachrufen, um neue Wege zu gehen.“

²⁶ A partir da 'sustentabilidade transdisciplinar-inteira', criamos a 'sustentabilidade Fitness', aplicada como novo estilo de vida para o ambiente das academias e do mundo do fitness.

transdisciplinarmente, situados, eles são sempre provisórios, são sempre partes de um todo da realidade. Para ser genuinamente transdisciplinar, a sustentabilidade precisa receber o nome do conflito em questão, senão ela continua sendo interpretada a partir do paradigma que ela, inicialmente, criticava. Mais do que um jeito de fazer, é uma maneira de encarar, de se colocar e interpretar. Por isso, provisoriidade, comunitariedade, inteireza e transdisciplinaridade são intrínsecas a esse conceito. Por ser hermenêutica, a 'sustentabilidade transdisciplinar-inteira' precisa se abrir às outras áreas, ao mesmo tempo que se abre para uma realidade inabarcável para construir seu 'status'. Seu estatuto também é provisório, porque busca responder sempre à realidade específica, plural, multirrelacional e inesgotável. Essa é uma das razões por que denominamos essa sustentabilidade como transdisciplinar.

Quando falamos, portanto, de transdisciplinaridade, não estamos nos referindo ao extenso debate que difere interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, concentrando atenção ao campo das disciplinas ou apenas da ciência.²⁷ Pelo contrário, em nossa pesquisa, transdisciplinaridade tem como referência central, a 'Carta da Transdisciplinaridade', adotada no Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade do Convento de Arrábida, Portugal, de 2 a 6 de novembro, 1994. Os redatores da carta foram Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarab Nicolescu. Neste sentido, transdisciplinaridade como qualificação da sustentabilidade em nossa pesquisa é mais do que o diálogo que se remete às disciplinas, mas é a possibilidade de perceber conflitos e tensões comuns às áreas do conhecimento que questionam o paradigma da racionalidade fechada e especializado da modernidade. Porém, o que determina não é o debate teórico das áreas de conhecimento, mas como a teoria é 'provocada' pela realidade local na relação com o global.²⁸

Não estamos falando, prioritariamente, de disciplina, mas de grandes modelos de transição de interpretação da modernidade. Por isso, a transdisciplinaridade acompanha a sustentabilidade. No fim, é possível perceber certa redundância ao falar de 'sustentabilidade transdisciplinar', porque, nessa perspectiva e transitando para outra abordagem que considera os desafios e as riquezas da realidade, a sustentabilidade só pode ser transdisciplinar. As contribuições disciplinares, a saber, da inter e da multidisciplinaridade são utilizadas, mas a construção está para além da disciplina porque inclusive acolhe o mistério transcendente da realidade como 'locus' provocativo e criativo. Por isso, o significado que damos ao 'transdisciplinar' é o espírito do conceito de 'transdisciplinaridade' presente na

²⁷ Embora inclua as disciplinas, o que propomos transcende as disciplinas do conhecimento ou a própria ciência. (Weil, D'Ambrósio & Crema, 1993)

²⁸ "O termo 'transdisciplinar', por sua vez, foi forjado por Piaget, um dos nossos mestres ocidentais, num encontro sobre interdisciplinaridade promovido pela Organização da Comunidade Europeia. (OCDE), em 1970." (Weil, 1993, p. 39)

'Carta da Transdisciplinaridade'. Esse 'espírito' sustenta crise e abertura sem limites e subjaz nosso conceito de sustentabilidade. Vale citar alguns artigos da carta que mais expressam esse 'espírito' da transdisciplinaridade, presente em nosso conceito de sustentabilidade:

“Artigo 1

Qualquer tentativa de reduzir o ser humano a uma mera definição e de dissolvê-lo nas estruturas formais, sejam elas quais forem, é incompatível com a visão transdisciplinar.

Artigo 2

O reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade, regidos por lógicas diferentes é inerente à atitude transdisciplinar. Qualquer tentativa de reduzir a realidade a um único nível regido por uma única lógica não se situa no campo da transdisciplinaridade.

Artigo 3

A transdisciplinaridade é complementar à aproximação disciplinar: faz emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre si; oferece-nos uma visão da natureza e da realidade. A transdisciplinaridade não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa. (...)

Artigo 5

A visão transdisciplinar está resolutamente aberta na medida em que ela ultrapassa o domínio das ciências exatas por seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência espiritual.
(...)

Artigo 8

A dignidade do ser humano é também de ordem cósmica e planetária. O surgimento do ser humano sobre a Terra é uma das etapas da história do Universo. O reconhecimento da Terra como pátria é um dos imperativos da transdisciplinaridade. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade, mas, a título de habitante da Terra, é ao mesmo tempo um ser transnacional. O reconhecimento pelo direito internacional de um pertencer duplo – a uma nação e à Terra – constitui uma das metas da pesquisa transdisciplinar.

Artigo 11

Uma educação autêntica não pode privilegiar a abstração no conhecimento. Ela deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdisciplinar reavalia o papel da intuição, do imaginário, da sensibilidade e do corpo na transmissão do conhecimento.

Artigo 12

A elaboração de uma economia transdisciplinar é fundamentada no postulado segundo o qual a economia deve estar a serviço do ser humano e não o inverso.”
(Carta da Transdisciplinaridade, 1994)

O importante é percebermos que, em nossa pesquisa, sustentabilidade não é uma disciplina, não é um método, talvez o esboço de uma teoria que gera, de forma frágil, uma hermenêutica que, ao mesmo tempo em que interpreta, também intervém na realidade. Por esse motivo, ao constatarmos a complexidade e a pluralidade inesgotável do tema da urbanização/remoção no Santa Marta, mais as pesquisas de nossa caminhada acadêmica e pessoal, percebemos que seria necessária outra abordagem teórica que fugisse da pretensão de querer interpretar categoricamente o objeto ou a realidade. Assim, percebemos que os elementos teóricos e a epistemologia presentes no campo da Museologia, desde a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972, forneciam o ponto de partida para a construção de um

referencial teórico que dialogasse com a realidade da urbanização/remoção dentro de uma complementariedade, isto é, a teoria iluminava o objeto e o objeto iluminava a teoria. Isso porque, epistemologicamente, começamos reconhecendo a fragilidade teórica, isto é, qualquer recorte que fizemos da realidade será infinitamente mais abrangente do que qualquer teoria que escolhêssemos para analisá-la. Por isso, na construção do referencial teórico, fizemos esforço para apontar como, nas áreas delimitadas, o 'Zeitgeist' revela uma 'crise', que chamamos de 'tensão criativa de sentido'. Propositadamente, mostramos essa 'tensão' numa disciplina, História Oral; numa área, Memória; num curso, Museologia; e numa epistemologia que se faz e refaz a partir das experiências locais e práticas, a Nova Museologia das Declarações da Mesa de Santiago do Chile, 1972, Quebec, 1984; e Rio, 2013; e nos movimentos intrinsecamente encarnados na dinâmica inteira da realidade local, os Ecomuseus. Sendo assim, o referencial teórico que chamamos de 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' fornece um jeito de olhar e participar da realidade, no qual a crise e o movimento entre o local e o global são sustentados durante todo o processo, sem pressa de chegar à síntese. Realizadas essas considerações sobre a peculiaridade do referencial teórico, isto é, 'Sustentabilidade Transdisciplinar ou Inteira', podemos completar o 'estado da arte' sobre a urbanização/remoção na favela de Santa Marta.

O morro de Santa Marta ou Dona Marta está localizado no Bairro de Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro, e sofreu, como já dissemos, diferentes alterações. No entanto, a reurbanização, que provoca a remoção, segundo os moradores, tem ligação com a política de segurança do governo implantada na favela. Cunha e Mello fazem essa consideração:

"Para a implantação do projeto piloto das UPPs foi escolhida a favela Santa Marta, localizada no Morro Dona Marta, entre os bairros de Laranjeiras e Botafogo, no coração da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Segundo dados da Seseg, a favela teria atualmente 6 mil moradores, distribuídos em uma área de 54.692 m², hoje limitada do lado direito por um plano inclinado e do lado esquerdo por um muro, construído em 2009." (Cunha & Mello, 2011, p. 395-396)

As duas obras citadas, a saber, o muro e o plano inclinado estarão no foco do debate sobre as mudanças estruturais da favela. Mas, bem antes das consequências dessas obras recentes, é importante perceber que a questão da remoção faz parte da história da favela. Num importante Relatório de Pesquisa-Diagnóstico realizada pelo Grupo Eco e Pelo IBASE, com o apoio da 'Norwegian Church Aid', um dos líderes comunitários que entrevistamos, Itamar Silva, fez a radiografia da história da favela:

"De acordo com Itamar Silva, liderança do Grupo Eco, a ocupação do morro onde hoje se situa a comunidade Santa Marta teve início na década de 1930. Os primeiros moradores vieram do norte fluminense e do sul de Minas Gerais. A partir da década de 1950, intensificou-se o movimento migratório vindo das regiões Norte e Nordeste, que persistiu até a década de 1970. A favela resistiu à ameaça de remoção na década de 1950, sendo apoiada pelo então deputado Margarino Torres e por setores da Igreja Católica. A associação de moradores, criada em 1965, foi muito

importante para a organização desta localidade, principalmente entre o ano de sua criação e 1971. Nos anos seguintes, a associação fica centralizada na figura de seu presidente e só retoma a participação mais democrática dos moradores, com eleições sistemáticas, a partir de 1979.” (Projeto Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem. Relatório de Pesquisa-Diagnóstico Socioambiental do Santa Marta, 2012, p. 12)

É possível perceber que o tema específico da remoção já está presente na história da favela conforme mostraremos na pesquisa. Ao mesmo, na parte seguinte dessa Pesquisa-Diagnóstico, problemas relacionados à urbanização também estarão presentes na história da favela.

“A luz e a água estão historicamente entre os principais problemas do Santa Marta. A partir de 1979, houve forte movimento pela melhoria do fornecimento de energia elétrica. O êxito dessa mobilização acontece no início da década de 1980, com a nacionalização da Light, em que o Santa Marta aparece entre as primeiras favelas beneficiadas pela eletrificação social. Esse processo possibilitou que, a partir de 1982, toda a favela estivesse recebendo fornecimento de energia elétrica. No caso da água, bem muito escasso na favela, foi, a partir de 1983, a entrada do Santa Marta no Proface – Programa de Favelas da Cedae – que permitiu a instalação de uma elevatória, viabilizando a entrada de grande quantidade de água, suficiente para o consumo dos moradores, ainda que tenham persistido problemas na distribuição.” (Projeto Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem. Relatório de Pesquisa-Diagnóstico Socioambiental do Santa Marta, 2012, p. 12)

Como veremos nas entrevistas, muitos desses problemas persistem até hoje. Por isso, em nossa leitura, não seria novidade reafirmar o que a grande maioria dos estudos sobre a história da favela já revela, a saber, o abandono do estado e a consciência da cidade partida. Desde o início, percebemos que seria mais interessante expor as diversas leituras sobre o problema e realçar a interpretação a partir das realidades local e externa, governo e empresas. Esse aspecto é importante porque o Pico do Santa Marta esteve, quase sempre, à margem dos poucos serviços que chegavam à comunidade. Vejamos algumas áreas da comunidade:

“A comunidade pode ser dividida, geograficamente, em algumas áreas, conforme relato dos próprios jovens participantes dos grupos focais: Pé da escada, Cantão, Campinho, Pico. Um plano inclinado foi inaugurado em 2008 e dá acesso ao Pico por um dos lados da comunidade. Contudo, o lado oposto continua desguarnecido de meios de transporte para os moradores, que precisam subir a pé os incontáveis degraus que compõem os caminhos por dentro da comunidade.” (Projeto Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem. Relatório de Pesquisa-Diagnóstico Socioambiental do Santa Marta, 2012, p. 12)

A análise seguinte desse relatório é importante porque ajuda a delimitar o período de nossa pesquisa. Isso porque, no cronograma que fizemos sobre o processo da remoção, ouvindo diferentes moradores, de modo informal, e participando de diversas reuniões, ações pontuais de política pública do governo do estado nos últimos seis anos estão na raiz das razões que levaram os moradores do Pico do Santa Marta a serem impedidos de continuarem residindo em suas moradias. Alguns moram no Pico do Santa Marta há cinquenta anos, como

é caso do senhor Manuel Isidoro, que entrevistamos. O relatório de Pesquisa-Diagnóstico Socioambiental do Santa Marta fala sobre essas mudanças.

“Um intenso processo de urbanização teve início em 2003 no Santa Marta. Os caminhos internos foram reconstruídos, tornando-os mais seguros para os moradores que os utilizam. Casas de madeira foram demolidas e construções de alvenaria foram erguidas em seu lugar; muitos moradores foram beneficiados com essas obras, embora ainda haja um sem-número de casas de madeira, a despeito da promessa governamental de substituir todas. Nesse processo de urbanização, instalou-se o bondinho – plano inclinado – e, mais tarde, uma rede ‘wi-fi’ de acesso à internet para os moradores. Em 2008, instalou-se no local a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, que acabou com o domínio do tráfico de drogas no local, permitindo novas experiências a seus moradores. A experiência é hoje largamente difundida e replicada não apenas em outras comunidades populares do Rio de Janeiro, mas também em outros estados.” (Projeto Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem. Relatório de Pesquisa-Diagnóstico Socioambiental do Santa Marta, 2012, p. 12)

Praticamente, todos os estudos recentes sobre as mudanças ocorridas com as obras no Santa Marta mostram esse paradoxo do desenvolvimento. Por um lado, as melhorias são necessárias, a segurança é imprescindível, mas, por outro, pelo fato de a favela estar situada na Zona Sul, estas mudanças e melhorias trouxeram outros problemas que são desconsiderados quando não se tem uma leitura transdisciplinar do processo de urbanização. Seria também, nesse contexto, que a interpretação da remoção deveria ser inserida. Os entrevistados vivem as consequências das mudanças ou do desenvolvimento com a morte de valores, princípios, patrimônios culturais, materiais e imateriais intrínsecos à formação do território e das identidades da favela. A análise do Relatório Pesquisa-Diagnóstico Socioambiental mostra:

“Em geral, os jovens pouco conhecem da história do Santa Marta e os que mais sabem são aqueles que já participaram, em algum momento, do Grupo Eco ou aqueles cujas famílias cultivam a transmissão da história oral, conversando com filhos e netos sobre como era a vida quando chegaram ao morro, como viviam seus pais etc. Contudo, todos consideram importante que essa história seja registrada a fim de ser preservada.” (Projeto Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem. Relatório de Pesquisa-Diagnóstico Socioambiental do Santa Marta, 2012, p. 38)

Nesse aspecto específico, temos um ponto de tensão entre os dois modelos de urbanização, a saber, o externo, do governo e empresas, e o interno, a memória e a história dos moradores. Por isso, também, construímos um referencial teórico que insere, de forma contundente, História Oral, Memória e Museologia no processo de construção do conceito de sustentabilidade. A conclusão do Relatório Pesquisa-Diagnóstico revelou um dos problemas centrais do processo de urbanização:

“A saída de moradores antigos – empurrados, principalmente, pelo aumento do custo de vida no local – produziria prejuízo significativo desse registro histórico, visto que carregam consigo suas memórias. Os jovens relatam mudanças significativas na comunidade e, que vieram em função de duas ações principais – obras de reurbanização e a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora. As obras melhoraram a estrutura dos caminhos, facilitaram

a circulação na comunidade, melhoraram o abastecimento de água e a oferta de luz, mas não acabaram com problemas relativos a esgoto, coleta de lixo e mesmo o fornecimento de água e luz, que enfrenta problemas. A cobrança de taxas é muito mobilizadora da conversa, mas a maioria concorda que os serviços públicos devam ser pagos, contestando apenas cobranças consideradas injustas ou indevidas – contas de luz muito altas para alguns e cobrança de esgoto, quando ainda persistem valas abertas na comunidade.” (Projeto Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem. Relatório de Pesquisa-Diagnóstico Socioambiental do Santa Marta, 2012, p. 38)

Outra importante pesquisa foi realizada pelos professores Neiva da Cunha (UERJ) e Marco Mello (UFRJ) no Santa Marta. O trabalho analisa a relação entre UPPs e urbanização nas favelas: 'Novos Conflitos na Cidade: a UPP e o processo de Urbanização da Favela.' Na conclusão da pesquisa, Cunha & Mello afirmam:

“Mas as desigualdades com relação ao 'direito à cidade' se mantêm, ao menos por enquanto, como marca definidora no que diz respeito aos modos de habitar. Uma tentativa de controle mais sistemático das estratégias informais de acesso a serviços urbanos, como vimos, e a necessidade do pagamento de taxas por seu fornecimento elevaram sensivelmente o custo de vida da população que habita o Morro Dona Marta. Alguns estabelecimentos comerciais, por exemplo, fecharam as portas, por não conseguirem arcar com as taxas decorrentes do processo de regularização. Aliado a isso, observou-se uma valorização de até 200% no preço dos imóveis, tanto para aluguel quanto para compra e venda, após a ocupação da favela pela Polícia Pacificadora. Enfim, muito tem se falado de uma espécie de “expulsão branca” nas favelas com UPP, ou seja, de uma gradativa saída de seus moradores devido ao aumento do custo de vida e à especulação imobiliária, favorecendo a ocupação dos antigos endereços por uma espécie de classe média emergente.” (Cunha & Mello, 2011, p. 395-396)

O processo de remoção/urbanização no Pico de Santa Marta está inserido nesse contexto histórico do lugar que a favela ocupou e ainda ocupa na cidade. De um lado, o processo histórico de desenvolvimento e urbanização e, do outro, as mudanças recentes. Temos os moradores buscando sustentar valores locais forjados em mais de cem anos de história, e o processo de urbanização, operando dentro da mesma lógica da sustentabilidade in-sustentável que citamos anteriormente, na qual a economia sobrepõe todas as outras dimensões do desenvolvimento. A complexidade e a tensão aumentam quando inserimos outros fatores ligados ao paradigma de conhecimento da racionalidade fechada da modernidade presente nas universidades, nas políticas públicas, nos projetos de desenvolvimento urbano, na execução das obras e na relação entre governo e comunidade local. O lugar da favela e dos pobres no processo de urbanização sempre esteve muito bem definido na cidade do Rio de Janeiro, conforme pontuam Cunha e Mello:

“Nesse contexto, torna-se importante observar que o acesso ao solo urbano e a escolha do local de moradia continuam representando um dos maiores obstáculos a ser enfrentado pelos pobres urbanos nas grandes regiões metropolitanas do país. (...) Tanto no caso dos loteamentos de baixa renda quanto no caso das ocupações que deram origem às favelas, o segmento mais pobre da população esteve sempre destinado a viver em espaços precarizados, porque constituídos à margem da

cidade formal, tanto do ponto de vista das normas e regras jurídicas que regulam o espaço urbano, quanto nos modos de habitar, no sentido das práticas e relações sociais que eles constituem." (Cunha & Mello, 2011, p. 396)

Essa contextualização sobre o desenvolvimento urbano na cidade é fundamental para descobrirmos quais modelos ainda persistem. Algumas consequências das recentes obras de urbanização no Santa Marta, com a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora, UPP, devem ser inseridas nesse processo histórico, a fim de que percebamos que não é simples encontrar uma teoria que dê conta de analisar um processo tão complexo. Cunha & Mello fazem essa consideração:

"Dessa perspectiva, a complexidade dos processos de urbanização em curso nas favelas cariocas, sustentados no momento pela aposta nas UPPs, talvez deva precipuamente ser vista como uma oportunidade de enfrentamento, pelo poder público, da pobreza urbana e da precariedade que ainda caracterizam esses espaços. De fato, o que se coloca é a possibilidade de extensão do direito à cidade aos moradores das favelas por meio da regularização fundiária e urbanística desses espaços, da provisão de serviços e equipamentos urbanos, da cobrança de impostos e outras taxas públicas. O afastamento das populações pobres das áreas mais nobres da cidade, no entanto, permanece como uma espécie de fantasma que paira permanentemente sobre suas cabeças. Embora o que pareça estar em questão desta vez, em termos de políticas públicas, não seja propriamente a remoção dessas populações, ele pode se dar como uma espécie de efeito não esperado da implantação das UPPs e das consequentes ações de urbanização nas favelas por elas ocupadas." (Cunha & Mello, 2011, p. 396, 397)

Cunha e Mello tocam no ponto central da discussão, a saber, se não existe mais uma política de remoção, por que o processo de remoção ainda está presente de forma tão ávida nas favelas cariocas e no Santa Marta? O que pensam os moradores que tiveram suas casas marcadas para serem removidas? Se não existe uma política de remoção, qual argumento o governo oferece para remover esses moradores? Como a urbanização é desenvolvida pelo governo? Quais impactos da urbanização/remoção para a vida da população da comunidade e das áreas consideradas de risco para moradia? A remoção implica alteração da identidade local, portanto, como o tema da memória, dos patrimônios material, imaterial e cultural são inseridos no processo de urbanização no morro Santa Marta, do período de 2008 a 2014? Como se dá a participação da comunidade e das lideranças comunitárias no processo de urbanização/remoção? Qual seria o papel de um Ecomuseu nessa realidade? Todos esses questionamentos brotaram quando participamos, no morro Santa Marta, de encontros sobre urbanização/remoção: reuniões para discutir o problema do lixo, manifestações contra o aumento do custo de vida na favela, trilha ecológica contra a remoção, intervenção cultural no Ecomuseu Nega Vilma sobre a remoção, diálogos informais com moradores, conversa com empreendedores locais do ramo do turismo e entrevistas. Sendo assim, através do testemunho oral, ajuntamos as informações e fizemos um pequeno cronograma da

Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta para termos uma linha do tempo do 'status quaestionis' do problema que a pesquisa abordará.

No dia 19 de dezembro de 2008, foi inaugurada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela Santa Marta, pela Secretária de Segurança do Rio de Janeiro. Março de 2009: a favela do Santa Marta é murada, impedindo sua expansão. Segundo os moradores, o fato ocorreu, mesmo não tendo sido registrada nenhuma expansão nos últimos trinta anos. Abril de 2009: Instalação do POUISO, Programa de Orientação Urbanística e Social, pela prefeitura.²⁹ O local controla e fiscaliza construções nas favelas.³⁰ Julho de 2009, com o do decerto n.º 30.870, foram estabelecidas normas de uso e ocupação do solo do Santa Marta. O decreto regulamentou a lei n.º 3.135, de 5 de dezembro de 2000, que havia declarado a favela como Área de Especial Interesse Social (AEIS). (Cunha & Mello, p. 388) Outubro de 2009: o morador e presidente do Grupo Eco, Itamar Silva, entrega uma carta ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva, falando sobre o problema da remoção para a vida da comunidade dentro do processo de urbanização. No dia 19 de Novembro do ano 2009, aconteceria uma manifestação solicitada pelo Grupo Eco, reivindicando que o novo projeto de urbanização do governo para o Santa Marta fosse conhecido, discutido e reelaborado por moradores e lideranças da favela. Em julho de 2010, o decreto de nº 32.398 reconheceu logradouros, ruas, travessas, praças, largos e escadarias da favela do Santa Marta. Isso aconteceu com participação de moradores, lideranças locais e representantes da Associação de Moradores. No dia 30 de agosto de 2010, o morador e presidente do Grupo Eco, Itamar Silva, entrega a segunda carta ao presidente Lula, reivindicando novamente o direito dos moradores permanecerem em suas moradias no Pico do Santa Marta, portanto, não serem removidos.

No dia 4 de Janeiro de 2011, institui-se, formalmente, a UPP Social Carioca, coordenada pelo Instituto Pereira Passos, na favela de Santa Marta. O objetivo da UPP Social era atender as demandas sociais e culturais das favelas onde se instalava uma UPP. Do ponto de vista do 'estado da arte', é possível definir um encontro na UPP Social como fundamental para mapear os processos de urbanização que envolvem a remoção. No dia 27 de outubro de 2011, nesse encontro na UPP Social da favela, a prefeitura expôs o projeto de urbanização. Várias lideranças perceberam que se confirmou uma alteração no projeto que tinha sido discutido e elaborado com lideranças comunitárias há 15 ou 10 anos. O novo projeto define a parte mais alta da favela como área de risco, segundo laudo geotécnico fornecido pela Geo-Rio, Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro. Assim, confirma-se a retirada das famílias da área mais alta da favela, a saber, o Pico do Santa Marta. Sendo assim,

²⁹ Cunha & Mello, 2011, p. 390.

³⁰ O POUISO foi criado em 1996 no âmbito da Secretária Municipal de Habitação, representando uma tentativa de controle e realização de ações de regularização do solo na favela.

no dia 11 de Novembro de 2011, acontece uma reunião no Grupo Eco para debater o retorno das obras na favela e, principalmente, o fato de o projeto propor a remoção de boa parte das famílias que residem há mais de cinquenta anos no Pico do Santa Marta. Vários moradores compartilham suas experiências nessa reunião e a tônica fica em cima da questão da perda da memória, das mudanças urbanísticas que preparam a favela para outras pessoas morarem, o aumento do custo de vida e, principalmente, a necessidade de uma articulação inteligente e estratégica para enfrentar a proposta de remoção do governo. Nessa mesma reunião do dia 11 de novembro de 2011, os moradores da área mapeada para serem removidos, confeccionam uma carta com as principais reivindicações. Define-se a criação de uma comissão de moradores para discutir o problema e encaminhar as reivindicações ao governo. No dia 17 de janeiro de 2012, acontece a reunião, em nossa leitura, paradigmática, para construir o conceito prático de urbanização do governo. No encontro que ocorreu na quadra da favela do Santa Marta, estiveram presentes o vice-governador, Luís Fernando Pezão; Icaro Moreno, presidente da EMOP, Empresa de Ordem Pública, responsável por conduzir os 64 apartamentos na entrada da favela que receberão os moradores que serão realocados ou removidos. A reunião seria para ouvir as reivindicações dos moradores, pois o projeto de urbanização já estava sendo executado e ficou parado por mais de um ano. Essa reunião que seria para debater a urbanização em curso, acabou sendo para o governo expor o projeto de reurbanização e realizar a cerimônia de retorno das obras. Ou seja, o projeto de urbanização já chegou pronto.

Outro encontro importante aconteceu no dia 25 de julho de 2012. O engenheiro Maurício Campos apresenta o contra laudo sobre a área delimitada pelo governo como área de risco. No contra laudo, Maurício Campos problematiza algumas conclusões do laudo da prefeitura e mostra a possibilidade da manutenção dos moradores, sendo necessária a realização de algumas obras de contenção de encostas. A partir daí, várias reuniões têm sido feitas pelos moradores do Pico e criou-se um verdadeiro movimento de resistência contra a remoção, para discutir os reais beneficiários dessas obras a curto, médio e longo prazo. Além das manifestações que envolvem toda comunidade, é possível citar as Trilhas de Resistência contra a Remoção, realizadas pelos moradores do Pico do Santa Marta. Essas trilhas têm o apoio das lideranças locais, de vários moradores, instituições de fora da favela, segmentos de universidades e até turistas que conhecem esse problema na favela. Em nossos diálogos, conseguimos mapear as trilhas realizadas no 2 de setembro de 2012, 20 de Outubro de 2013 e 23 de Fevereiro de 2014. No momento, as obras de construção dos 64 apartamentos continuam, sendo que, na primeira fase, será liberado um bloco com 16 apartamentos. Um grupo de 16 famílias aceitou se mudar. Os apartamentos deveriam ter sido entregues em novembro de 2013, mas, até o momento, a obra não foi concluída. Sendo assim, desde o

momento em que a área foi considerada de risco, aproximadamente em 2009, os moradores são impedidos de fazer qualquer reforma, reparo ou aumento do raio do barraco ou da casa.

Portanto, é dentro desse contexto que pesquisamos a urbanização/remoção na dinâmica de vida de moradores da parte mais alta do Pico Santa Marta. Nosso trabalho utiliza a metodologia da História Oral, tanto como metodologia de captação da realidade, através dos testemunhos, quanto como proposta que ajuda a construir o referencial teórico. No início, planejamos trabalhar com 16 famílias que aceitaram a proposta do governo. Porém, em função das dificuldades para coletar os testemunhos, mudamos. A dificuldade se deu porque naturalmente as pessoas não gostam de falar sobre esse tema. Outro fator foi que, na data que tínhamos para realizar as entrevistas, em maio e junho de 2014, um jovem dançarino foi assassinado no morro Pavão-Pavãozinho, envolvendo operação policial. Esse fato gerou uma tensão em todas as favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro. Por duas vezes em que estávamos realizando a pesquisa com moradores, recebemos comunicados que deveríamos encerrar o trabalho. Nosso objetivo inicial era comparar a metodologia e o processo de remoção com outra experiência que acontecia na comunidade do Metrô-Mangureira, Zona Norte do Rio de Janeiro. Lá conseguimos realizar as entrevistas, pois, ficamos dois dias no local, na primeira semana de janeiro de 2014, quando a polícia entrou para derrubar as casas. Porém, optamos em ficar apenas com o Santa Marta porque o processo na comunidade do Metrô-Mangureira demonstrava ser profundamente escuso e perigoso, e seria necessário conversar novamente com os líderes externos e mediadores institucionais dos quais gravamos depoimentos no dia da derrubada das casas. Porém, não conseguimos mais encontrar a advogada e os estudantes que pernoitaram no local. No mês de agosto de 2014, vários militantes que entrevistamos na comunidade do Metrô-Mangureira foram presos por terem participado das manifestações de junho de 2014, sendo enquadrados em crimes de incitação à desordem, depredação, etc. Três pessoas centrais de quem colhemos depoimentos nos dias 07 e 08 de janeiro de 2014, no ato da derrubada de algumas casas na comunidade Metrô-Mangureira, estavam presas. Depois disso, não conseguimos mais contato com ninguém para concluirmos o diagnóstico da remoção. Porém, nesses dias 07 e 08, em meio ao risco de invasão da polícia, discussão intensa com representantes do governo, representantes de movimentos estudantis, direitos humanos, imprensa nacional e internacional, das 18 famílias cujas casas seriam derrubadas, conversamos e gravamos testemunhos com aproximadamente 13. Embora não tenhamos incluído material nessa pesquisa, porque as prisões em junho e o medo fizeram com que as pessoas deixassem de falar, temos um riquíssimo material de memória sobre a remoção, ligada, possivelmente, às obras para o estacionamento do estádio do Maracanã. Dois fatores foram decisivos para conseguirmos o material: primeiro, a afetividade; os alunos das áreas de humanas da UFRJ dormiram no local nos dois dias do

anúncio da invasão da polícia. Como me identificava como pesquisador-estudante, as visitas, que já tinham blocos de perguntas feitas para todos, ganharam um caráter de despedida do local, de choro, de solidariedade, de oportunidade do morador compartilhar sua indignação. As entrevistas também significavam formas de encontrar elementos que ajudaram os removidos a fazer a despedida do local. Outro aspecto foi o sigilo do nome. Prometemos que usaríamos nomes fictícios na pesquisa. Segue apenas uma fala, de uma senhora grávida que foi trabalhar e, ao voltar, não avistou sua casa. Tinha sido derrubada, assim narra Valda:

“É, eles chegaram ali, passaram o trator na casa da menina que tem um ne'ném recém-nascido de um mês; foram ali na casa da Vovozona, passaram o trator na casa, tirou o fogão, um tanquinho, porque estavam novo, e um som, e passou os trator ali nos móveis da mulher. Os móveis dela está lá nos escombros, debaixo dos escombros, 'né! Passou e fez. Um menino da casa de cima, o Éber, tirou tudo rápido, quebrou o guarda-roupa. O guarda-roupa tá lá jogado, quebraram o guarda-roupa do menino. E uma mulher ali, um casal com três filhos, o rapaz da casa de cima com dois filhos e botou todo mundo na rua. Todo mundo na rua. Foram: a menina que teve ne'ném, o Ebinho, a Vovozona, a Moreninha, o casal que tinha filha, tem três filhas, são oito famílias desocupada. Vai sair e vai morar aonde? Isso aí vai contar a história desgraçada de um monte de família cheia de filho: Lá vai um bando de desgraçado. A gente não é bicho, igual o candidato ali falou, que a gente era bicho. A gente é ser humano. Quem veio aí quebrar a casa falou que a gente era um bando de bicho. A gente é unido, entendeu? Mas isso já tá virando... Não tirando foto, você pode fazer o que você quiser.” (Valda, 2014)

Por causa das dificuldades, optamos mesmo em desenvolver a pesquisa apenas na favela Santa Marta. Portanto, das 16 famílias que iriam sair, tivemos o mesmo problema, o medo de falar. Esse fato nos conduziu para trabalharmos com dez famílias do Pico do Santa Marta, a saber, cinco famílias que aceitaram a proposta do governo e cinco famílias que fazem parte da resistência para permanecer no local onde cresceram e têm as histórias da família. Essa mudança ocorreu também porque, em função do clima tenso, algumas pessoas que vão sair não aceitaram conversar sobre o processo de remoção, algo que eu já esperava, conhecendo um pouco a favela. Outro elemento que acrescentei trouxe mais a realidade local para dentro da pesquisa, conforme tinha sugerido o orientador na construção do projeto: escolhemos três lideranças comunitárias do Santa Marta para dialogar sobre o tema da remoção. Essas lideranças foram importantes porque elas problematizavam a urbanização na história do Santa Marta na relação com os testemunhos dos moradores. Portanto, metodologicamente, da parte do governo, tomamos a reunião do dia 17 de janeiro de 2012 como a resposta do estado, já que estavam presentes o Vice-Governador, a empresa que executa as obras da remoção e os moradores que fizeram as principais perguntas sobre urbanização/remoção apresentadas nas entrevistas. Neste sentido, utilizamos os testemunhos dos moradores, de forma bruta, a fim de trazer a realidade e expor a 'tensão' entre os dois modelos de urbanização, a saber, da comunidade local e do governo. Para o processo de coleta dos testemunhos, utilizamos a metodologia da História Oral. No entanto,

a problematização que fizemos da História Oral possibilitou que ela seja utilizada também como teoria³¹ no conjunto de diálogo com as propostas da Memória, Nova Museologia e Ecomuseologia. Com isso, o pesquisador não é interpretado distante do objeto que pretende dissecar; pelo contrário, ele é construtor e interprete do objeto junto com o entrevistado. Esse fato é muito importante porque, embora a pesquisa tenha nos revelado elementos novos, que nunca tínhamos percebido, através do Ecomuseu Nega Vilma, já participávamos desse processo que ocorria na favela. Por isso, nessa metodologia, as perguntas foram criadas em blocos, de forma que privilegiasse o diálogo e a participação intensa do morador. Não estávamos preocupados com a precisão das informações, mas em perceber os pontos de tensão que remetiam ao significado amplo do território, o 'sentido de lugar', conforme fala Peter Davis. A pesquisa, que acabou detectando que na favela Santa Marta a 'remoção' não pode ser interpretada sem a 'urbanização', não tinha uma palavra específica sobre urbanização. O tema tomou destaque nos diálogos, por isso, também a percepção da sustentabilidade como referencial teórico. Isso pode ser visto pelos blocos de temas que conversamos:

“PERGUNTAS SOBRE A REALOCAÇÃO/REMOÇÃO FEITA AOS MORADORES: CHEFE DA FAMÍLIA (HOMEM OU MULHER OU OS DOIS JUNTOS)

HISTÓRIA DA FAMÍLIA

- 1) Qual seu nome? Quais são os membros da família?
- 2) Quanto tempo sua família mora aqui no Santa Marta?
- 3) Antes de morarem aqui, vocês vieram de onde?

REMOÇÃO OU REALOCAÇÃO

- 4) Esse processo que está ocorrendo, você prefere que eu chame de REALOCAÇÃO OU REMOÇÃO?
- 5) Qual governo é responsável pela remoção/relocação?
- 6) Quando se iniciou o processo de remoção do Pico?
- 7) Quais motivos o governo oferece para realocar ou remover vocês?
- 8) Existe algum grupo de moradores que faz reuniões para discutir essa situação?
- 9) Como os moradores do Pico do Santa Marta analisam o processo de remoção?
- 10) Existe um grupo que deseja sair e aceitar a proposta do governo? Quais são os motivos?
- 11) Como vocês foram notificados que seriam realocados?
- 12) Como o senhor ou a senhora analisa essa situação?
- 13) Existem famílias que não querem sair? Quais são os motivos?

³¹ Em nossa pesquisa, a História Oral serve também para mostrar a 'tensão criativa de sentido' que ocorre no campo da História. Uma das principais críticas que fizemos é que, até alguns oralistas que criticavam o objetivismo do paradigma antigo, mais tarde acabaram se adequando ao modelo cartesiano de interpretar a realidade e o objeto de pesquisa quando, para dar cientificidade aos testemunhos, usavam os mesmos critérios que a metodologia criticava. Compreender a História Oral também como teoria significa a afirmação de que pesquisador e teoria interpretam na medida em que selecionam e escolhem os caminhos da pesquisa. Os processos de distanciamento para legitimar a pesquisa precisam primeiro considerar a participação e a construção conjunta. (Amado & Ferreira, 2006); (Alberti, 2005); (Montenegro, T. 2010); (Burke, 2002) (Papke, S. 2010) Utilizamos o manual da APA, American Psychiatric Association.

MEMÓRIA

- 14) O que essa casa significa para a história da família de vocês?
- 15) O que o Pico do Santa Marta significa para a história de sua família ou para você?
- 16) Existe algum trabalho do governo para preservar a memória e a história de vocês após a realocação ou remoção?
- 17) Se sim, qual é? Se não, como isso poderia ser feito?
Caso não conheça o Ecomuseu Nega Vilma, perguntar: O que a senhora acha da criação de um ecomuseu/museu nesse local, contando a história do Pico do Santa Marta?" (Perguntas feitas aos moradores, 2014)

Sendo assim, nossa pesquisa está dividida em duas partes. Na primeira, construímos o referencial teórico, a saber, a Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira (STI). No primeiro capítulo, compartilhamos como essa pesquisa é parte de uma caminhada pessoal, fechamento de um ciclo. No segundo capítulo, aprofundamos a História Oral, como metodologia e teoria para captar os testemunhos. No terceiro capítulo, discutimos sobre a relação entre memória coletiva e memória individual para chegar no 'Direito à Memória'. No quarto capítulo, aprofundamos a especificidade do Ecomuseu na diferença com o Museu dito tradicional. E, no capítulo cinco, apresentamos a Nova Museologia, a partir de algumas declarações, em contraposição à Museologia Tradicional. Em cada uma dessas áreas e em cada um desses capítulos, mostramos como existe uma 'tensão criativa de sentido' com o paradigma de conhecimento e de sociedade vigente na Modernidade. Em todas as áreas citadas, temos a crise com uma leitura unívoca e linear da realidade: crise entre o protagonismo das comunidades locais e os interesses hegemônicos; crise entre as múltiplas formas de interpretar os valores da localidade com a força do paradigma econômico como um fim em si mesmo. Por compreendermos sustentabilidade também como hermenêutica, que capta a tensão entre as partes de um ecossistema, e transdisciplinaridade como a interação criativa, caótica e infinita entre elas, chamamos a 'tensão criativa de sentido' dessas áreas de hermenêutica da 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira'. Por esse motivo e por questão didática, nosso trabalho tem uma conclusão na primeira parte. Essa conclusão é a teoria que estará implícita na segunda parte, sem que seja necessário citá-la formalmente.

Na segunda parte, 'Urbanização/Remoção e Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira', aprofundamos nosso objeto, a partir do referencial teórico: qual a participação da Comunidade Local?' Assim, no capítulo sexto, trabalhamos dois modelos de urbanização na história de desenvolvimento da cidade carioca, que usaram a remoção. A identidade do Ecomuseu Nega Vilma está ligada a um desses momentos na década de 70, a saber, 'Memórias do Entorno do Ecomuseu no Pico Santa Marta: Transeuntes na própria Pátria e urbanização in-sustentável'. No capítulo sete, fizemos uma 'Contextualização da Urbanização/Remoção no Pico do Santa Marta, Rio de Janeiro', mostrando os argumentos do governo, das lideranças comunitárias e da Associação de Moradores e dos moradores,

representados pelo contra laudo solicitado por eles. No capítulo oito, tivemos o trabalho de apresentar os dez testemunhos sobre a remoção no Pico do Santa Marta, isto é, cinco famílias que aceitaram a proposta de realocação/remoção do governo e cinco que resistem. No capítulo nove, retomamos as conclusões que já podem ser tiradas a partir da pesquisa. Por isso, retomamos a 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' e acenamos para o lugar que as instituições locais devem ocupar no processo de construção equitativa da cidade. Assim, retomamos os testemunhos das três lideranças locais, a partir de suas organizações.

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

PARTE A – REFERENCIAL TEÓRICO: SUSTENTABILIDADE TRANSDISCIPLINAR- INTEIRA (STI)

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO I: UMA VIDA, VÁRIAS HISTÓRIAS: MEMÓRIA DA CAMINHADA PESSOAL

1. Uma Vida, Várias Histórias: Memória da Caminhada Pessoal

1.1 Nossa formação acadêmica, projeto de vida

Em determinados momentos da vida, descobrimos que tudo que fazemos é parte daquilo somos. Depois de alguns anos na caminhada universitária, novamente perguntamos o lugar que a formação acadêmica ocupa em nossa vida. No início dos nossos estudos no ensino médio, jamais imaginaríamos o ingresso na função de pesquisador na área de ciências humanas, Nova Museologia e Sustentabilidade. Nossos primeiros passos se deram na química, numa cidade cercada por indústrias, região leste de Minas Gerais. As três cidades, Coronel Fabriciano, 103 mil habitantes³²; Timóteo, 81 mil habitantes³³ e Ipatinga, 239 mil³⁴ habitantes, formam o Vale do Aço. Quase tudo gira em função de duas grandes empresas de aço instaladas na região, a saber, Usiminas³⁵ e 'Aperan South America'. A terceira multinacional fabrica Celulose, CENIBRA, Celulose Nipo Brasileira. Nessa última, com a formação técnica em química, trabalharíamos por alguns anos antes da mudança para o Rio de Janeiro. Esse período numa empresa que opera na lógica estritamente capitalista seria muito importante para compreender, mais tarde, a lógica do mercado e da economia global que está sobre a realidade local. Muito antes de ter contato com as teorias sobre a hegemonia do capital, a problematização dos conceitos de desenvolvimento, progresso e sustentabilidade, sentíamos na pele todas as incongruências desse projeto de sociedade. O suposto desenvolvimento e bem-estar da nossa cidade chegava com um preço muito grande, e unia degradação da biodiversidade, comprometimento da arqueologia da paisagem e a ausência de um coerente trabalho de memória e proteção dos parques ambientais. Em nossa cidade, Timóteo, até a década de 90, a cidade girava em torno da empresa de aço ali instalada, Acesita, que se tornaria Acelor Mital, e atualmente, 'Aperan South America'³⁶. Inclusive, a cidade possui dois nomes: Acesita e Timóteo. Após a década de 90, com o processo de privatização, dos 8.600 empregados, foram demitidos, 2.200 de uma vez, sendo a maioria da cidade. (Portal Diário do Aço, 2012). A identidade da cidade, ligada ao primeiro nome da empresa, também não foi devidamente considerada com as mudanças. Memória e desenvolvimento, Memória e remoção já faziam parte do nosso olhar para vida.

Apenas com a mudança para o Rio de Janeiro e a chegada à educação, isto é, Pedagogia e Teologia, compreenderíamos que parte importante do projeto de economia

³² IBGE (2010).

³³ IBGE (2010).

³⁴ IBGE (2010).

³⁵ Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais [Usiminas]. (2014). <http://usiminas.com/quem-somos/institucional/> Acedido a 05 de Setembro, 2014 de Usiminas em <http://usiminas.com/>

³⁶ Aperam South America. [Aperam] (2014) <http://www.aperam.com/brasil/port/home/> Acedido em 05 de Setembro, 2014 de Aperam em <http://www.aperam.com/brasil/port/home/>

mundial e seus subsequentes problemas passavam pela pequena e pacata região do Vale do Aço, em Minas Gerais. Muito importante seria a leitura do livro sobre sociedade e relações de trabalho, do Psiquiatra Francês Christophe Dejours, 'A Banalização da Injustiça Social'. Ainda bem jovem na cidade de Timóteo, trabalhando no laboratório químico de uma multinacional e muito próximo de ingressar na faculdade de Química Industrial, decidimos que nossa área seria Educação. Na graduação em Pedagogia/Educação, tivemos o primeiro contato com o prof. Dr. Silvino Neto. Com uma formação Paulo Freiriana e com estudos nos EUA, Dr. Silvino Neto reformularia completamente um curso de pedagogia, transformando-o quase que numa Ciência da Educação. Ainda na graduação em Pedagogia, seria convidado por ele para participar da construção epistemológica do curso. Essa experiência acadêmica e a proximidade desse pensador seriam fundamentais para minha formação. Silvino Neto sempre foi visionário, sonhador, poeta, educador e voraz pelo conhecimento na sociedade.

Na mesma época, agora na faculdade de teologia protestante, conhecemos dois referenciais teológicos: conceitual e prático. Um modelo fundamentalista, representante do imperialismo econômico-cultural norte-americano do Sul dos Estados, e outro modelo, crítico, formado por teólogos brasileiros que buscavam compreender as relações de poder presentes na América Latina. Aos poucos, constataríamos que, Teologia e Educação retratavam, de formas diferentes, os conflitos sociais que presenciávamos na cidade natal, região do Vale do Aço em Minas Gerais. Era preciso escolher que tipo de Teologia fundamentaria o anseio de atuar na sociedade. Teoria e prática sempre estiveram juntas. Começamos trabalhando no centro do Rio de Janeiro, projeto idealizado pelo teólogo e cientista político Dr. Valdemar Figueredo Filho: 'Esperança na Praça'. Por quase quatro anos, coordenamos esse trabalho que tinha como ação principal ouvir e atender pessoas em situação de vulnerabilidade, moradores de rua ou empresários em crise pela pressão de rendimento.

Em seguida, iniciamos um trabalho teológico e educacional numa favela. Nesse ambiente dominado por traficantes e milicianos, descobriríamos que a função de teólogo possibilitava acesso às famílias, mediante a sensibilidade provocada pela religião em situações de profundo abandono.

Optaríamos, portanto, pela Teologia para continuar a formação acadêmica, embora a transdisciplinaridade já estivesse presente no diálogo constante que realizávamos entre Teologia, Educação e Química através da experiência no laboratório. Assim, finalizaríamos a graduação numa faculdade protestante e, posteriormente, pediríamos transferência para uma faculdade católica, PUC-Rio. Estudávamos de manhã e à noite. Na PUC-Rio, ao ser aprovado no mestrado em Teologia, tivemos que estudar mais dois anos na graduação, já que, na Faculdade Batista do Rio de Janeiro, a graduação era apenas em quatro anos. Enquanto realizávamos graduação na PUC-Rio, cursávamos o mestrado em Teologia na Faculdade

Batista. Enquanto a PUC-Rio priorizava o rigor metodológico dos conceitos semelhante às academias europeias, a epistemologia da ciência e a apresentação rigorosa de importantes teólogos da Europa e da América Latina, no mestrado em Teologia, na Faculdade Batista, a proposta era completamente diferente. O eixo fundamental era a sociedade e possíveis formas de interpretá-la. Apenas no segundo momento, a Teologia/Ciências da Religião entrava com seus conceitos. Compreender o Brasil e os entrelaçamentos culturais era mais importante do que o rigor dos conceitos teológicos. Aos poucos, percebíamos que as duas formações se completavam. Na verdade, ainda que não percebêssemos, construíamos os primeiros esboços da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade que assumiríamos mais tarde. No mestrado na faculdade protestante, seria muito influenciado pelas aulas do orientador, professor Dr. Luiz Longuini Neto, recém-chegado da Alemanha, com formação nas áreas de Ciências da Religião, Educação e Sociedade. Nesse mestrado, na Faculdade Batista do Rio Janeiro, receberíamos uma formação profundamente crítica sobre a realidade social do Brasil e da América Latina. Conheceríamos os principais teólogos protestantes e católicos que, na década de 70, 80 e 90, em diálogo com a sociologia e a filosofia, sistematizaram a expressão teológica mais importante da América Latina, a saber, Teologia da Libertação. Grata surpresa seria perceber que os documentos da Mesa-Redonda de Santiago do Chile fazem referência à hermenêutica da libertação presente na abordagem de Paulo Freire.

Com essa base teórico-prático-existencial, finalizaríamos os créditos do Mestrado e começaríamos o Doutorado em Teologia na PUC-Rio. Do ponto de vista prático, nossa observação sempre esteve na exclusão social e nos processos estruturais que a autenticam. Esse caminho nos levaria naturalmente a encontrar a reflexão sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade, fato que ocorreu quando lidamos com um problema ambiental de uma favela, na qual realizamos o primeiro trabalho teológico e educacional no Rio de Janeiro. Na PUC-Rio, conheceríamos uma das teólogas mais importantes da América Latina, a Ex-Decana Dr^a Maria Clara Luchette Bingemer. Além de profunda conhecedora da Teologia da Libertação, era perita no diálogo entre Teologia e Literatura. Através de sua indicação, participaríamos da criação da ALALITE, Associação Latino-mericana de Literatura e Teologia. Esse ambiente forjaria também nosso olhar transdisciplinar e, mais tarde, incluiria Literatura, poema e composição musical. Com isso, em 2005, num concurso com quatorze mil participantes, com uma redação sobre a paz, fomos escolhidos pela UNESCO como um dos cem (100) melhores escritores universitários do Estado do Rio de Janeiro. A redação foi traduzida para o Inglês e o Francês e distribuída em todas as embaixadas da UNESCO no mundo. Em seguida, passamos a participar do grupo de pesquisa coordenado pela professora Maria Clara Bingemer. Esse fato acrescentaria mais um elemento na epistemologia transdisciplinar que construíamos.

Dr^a Maria Clara Bingemer seria nossa orientadora no doutorado, fato importante por dois motivos: primeiro, porque pudemos estudar as raízes do pensamento eco-teológico do teólogo e filósofo Leonardo Boff. Lembramos que esse teólogo é um dos mais importantes da história da teologia na América Latina, sendo um dos precursores da Teologia da Libertação. (Boff, 1972). Atualmente é o teólogo brasileiro mais estudado fora da teologia, tendo todas as suas mais de 70 obras todas traduzidas para o alemão. (Von Sinner, 1994). Segundo, porque Maria Clara Bingemer seria fundamental para que passássemos um período de pesquisa na universidade de Tübingen, Alemanha, com o co-orientador Dr. Bernd Jochen Hilberath, diretor do Instituto para pesquisas Ecumênicas e Inter-religiosas da Faculdade de Teologia da Universidade de Tübingen. Nesse ambiente, embora ainda não fosse colocado como epistemologia, o tema da transdisciplinaridade estava posto. Além da história, a universidade de Tübingen abriga uma das maiores pesquisas no mundo sobre o diálogo entre Teologia e Literatura, tendo um dos mais importantes expoentes da atualidade, o professor Dr. Karl-Josef Kuschel, que é um dos diretores do Instituto. (Kuschel, 2004).

Os sete anos de mestrado e doutorado se deram num intenso diálogo com a prática. Nunca tivemos o privilégio de apenas estudar, idiosincrasia de quem nasce numa família sem recursos no Brasil. Parte do mestrado, cursamos coordenado o Projeto 'Esperança na Praça', centro do Rio de Janeiro. A maior parte do doutorado, estudaríamos atuando dentro de uma favela na Zona Oeste do Rio de Janeiro, Mato Alto, Jacarepaguá. Nesse ambiente, descobriríamos a relação mais intensa entre memória, sustentabilidade e desenvolvimento. Dona Maria da Glória, poetisa de 80 anos, expunha-nos, nas tardes ensolaradas, a história de formação da favela: no passado, era área de preservação ambiental. Após uma enchente no Rio de Janeiro, os moradores seriam deslocados para dentro do condomínio, pelo governo municipal e, em algumas décadas, o local se tornaria uma favela. Da pacata cidade de Timóteo em Minas Gerais para o Rio de Janeiro, o modelo de desenvolvimento, do ponto de vista hermenêutico, era o mesmo e tinha a mesma estrutura. Essa história de desenvolvimento insustentável está registrada no vídeo "Recontando a História", na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na Favela, que realizamos com os moradores. (Delambre, 2012).

O período de estudos na Alemanha seria imprescindível para encontrar um elo que unia pesquisa e nossa história de vida. Naquele país, descobrimos como os acadêmicos da área de ciências humanas participavam do debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade.³⁷ Existia o início de uma pesquisa em transdisciplinaridade. Após quase 15 anos, encontraríamos, na academia, possibilidade de equacionar nossa própria história de

³⁷ Nessa época conhecemos o sociólogo e ex-professor da Universidade de Munique, Dr. Karl-Werner Brand e seu extenso trabalho de Sociologia e Sustentabilidade. Sustainability Research Consulting. (2014). <http://www.src-brand.de/> Acedido a 05 de setembro, 2014 em <http://www.src-brand.de/>.

vida: o laboratório químico da empresa com a favela; memória com sustentabilidade; começaria a construção da nossa abordagem sobre transdisciplinaridade. Ao finalizar o doutorado em Teologia, realizamos a pós-graduação em Mudanças Climáticas, Projetos Sustentáveis e Mercado de Carbono na Universidade Federal do Paraná, UFPR. No doutorado em Teologia, abordávamos o tema da crise ecológica pelo viés das ciências humanas, isto é, crítica à racionalidade da modernidade presente no projeto de Economia e Desenvolvimento. Porém, faltava estudar o tema ambiental a partir mesmo das ciências exatas. Assim, a experiência na UFPR seria importante para compreender, tecnicamente, por qual viés passava a sustentabilidade nos acordos internacionais da ONU. Da mesma época, organizaríamos no Rio de Janeiro, dentro de uma favela, a Semana de Ciência e Tecnologia com o tema Recontando a História: História Ecosocial da Favela. Esse trabalho abriria as portas para que nós conhecêssemos, através da produtora cultural Julyanna Costa, o projeto do Ecomuseu Nega Vilma, no Santa Marta. Mais uma vez, ampliaríamos nosso raio acadêmico e teórico, consolidando um caminho de pesquisa na área de favela, memória e ecomuseu. (Delambre, 2011, 2012, 2013). Descobrimos que, ainda que não conhecêssemos esses referenciais conceituais, o trabalho realizado há mais de cinco anos na favela de Jacarepaguá estava enquadrado no da Ecomuseologia e da Sociomuseologia. Essa conclusão só foi possível porque, como relatamos, a transdisciplinaridade era o fio condutor que amarrava o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. (Delambre, 2012). Na estada na Alemanha, dois pesquisadores alemães foram importantíssimos para a consolidação da transdisciplinaridade e da sustentabilidade: a professora Dr^a Ute Stoltenberg, da Universidade da 'Leuphana Lüneburg Universität' e o professor aposentado da Universidade de Munique, Karl-Werner Brand. Já no Brasil, estabelecemos vários diálogos com a professora Ute Stoltenberg. Em 2010, fomos aprovados para desenvolver uma pesquisa de sustentabilidade na 'Leuphana Lüneburg Universität', sob a orientação da professora Ute Stoltenberg. Infelizmente o projeto não pôde ser iniciado por falta de verba.

Em 2011, receberíamos o convite para nos tornarmos o Consultor em Sustentabilidade do Ecomuseu Nega Vilma³⁸, função que já desempenhávamos de forma voluntária no Centro de Educação Ambiental Gênesis, São Gonçalo, Rio de Janeiro.³⁹ Em pouco tempo, começaríamos a estudar a história da Ecomuseologia. Participaríamos da criação do Ecomuseu Amigos do Rio Joana, no morro do Andaraí.⁴⁰ Descobriríamos que a

³⁸ Ecomuseu Nega Vilma. (2014) <http://ecomuseunegavilma.wix.com/santamartarj#!ecomuseu/c123z> Acedido a 05 de setembro, 2014 em <http://ecomuseunegavilma.wix.com/santamartarj#!ecomuseu/c123z>.

³⁹ Centro de Educação Ambiental (2014). <http://www.centrogenesis.net/> Acedido a 05 de setembro, 2014 em <http://www.centrogenesis.net/>.

⁴⁰ Ecomuseu Amigos do Rio Joana (2014). <https://www.facebook.com/EcomuseuAmigosDoRioJoana>. Acedido a 07 de setembro, 2014 em <https://www.facebook.com/EcomuseuAmigosDoRioJoana>.

reflexão teórica e prática sobre Ecomuseu condensava nossa caminhada, isto é, a pesquisa era também um caminho de encontrar sentido de vida. Quanto mais estudávamos, mais descobríamos que o ecomuseu poderia ser um espaço no qual a lógica do global não estava sobre o local. O projeto teórico-prático e prático-teórico do ecomuseu criticava o paradigma de desenvolvimento que percebíamos nas multinacionais da pacata região do Vale do Aço. Da mesma forma, em nossa tese de doutorado em Teologia, a teologia de Leonardo Boff criticava o modelo de desenvolvimento da sociedade atual. Mas era sob esse mesmo modelo, que o governo desconsiderava a memória local na favela do Mato, primeira favela na qual trabalhamos no Rio de Janeiro.⁴¹

Pelo fato de ser extremamente espontâneo, questionador das hierarquias, possuir gestão colegiada e ser guardião da memória local, o Ecomuseu Nega Vilma possuía uma abordagem transdisciplinar, ainda que não houvesse uma fundamentação teórica sobre sua prática. Com isso, descobrimos que parte da nossa reflexão acadêmica podia ser aproveitada e atualizada na reflexão sobre sociomuseologia. Assim, com o objetivo de vincular o Ecomuseu Nega Vilma à uma instituição acadêmica importante, realizamos o Pós-doutorado em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No entanto, uma ampla leitura da realidade da favela se abriria com a consolidação da pesquisa sobre Nova Museologia. O contato mais intenso aconteceria com a participação na XV Conferência Internacional da Nova Museologia, no Rio de Janeiro, de 08 a 10 de Agosto de 2013. Não imaginávamos que, em várias partes do Brasil e do mundo, pessoas de diferentes áreas estavam refletindo sobre temas que há anos ruminávamos sozinhos no trabalho nos morros cariocas. Conduzimos a gravação de um curto documentário com os professores Mário Chagas e Mário Moutinho.⁴² Sua repercussão também foi importante para consolidar essa área de pesquisa em nossa vida pessoal. Descobriria a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, bem como a faculdade de Museologia. Assim começaria uma pesquisa de doutorado, unindo parte das minhas indagações pessoais e a caminhada acadêmica.

⁴¹ Esse trabalho seria a grande inspiração para criarmos o projeto Gol para o Planeta. Gol para o Planeta. (2014). <https://www.youtube.com/watch?v=SIOIDigbsMc>. Acedido a 07 de Setembro, 2014.

⁴² Uma jovem que trabalha no hospital do câncer, no Rio de Janeiro, compartilhou que seu sonho era construir um 'Museu do Afeto' para ajudar os pais nesse momento delicado. Alunos de diferentes universidades testemunharam como a ideia da 'museologia do afeto' é acessível. Recebemos pedidos de autorização para utilização do vídeo em diferentes contextos. Delambre, D. (2013) Museologia do Afeto. <https://www.youtube.com/watch?v=6PZI0TM0KtM> Acedido em 07 de setembro, 2014 de Canal Gol para o Planeta em <https://www.youtube.com/watch?v=SIOIDigbsMc>.

1.2 A opção pela favela: promoção da saúde integral⁴³ e da sustentabilidade a partir do local

Muito antes de esboçar qualquer movimento para assumir a favela e a promoção da saúde local como opções de vida e, portanto, de pesquisa, na memória da nossa infância, subsistiam elementos ocultos que conduziram à escolha. Mesmo com o fato de termos vivido toda a adolescência numa família de cinco irmãos, passando os mais difíceis problemas sociais, essas não foram as razões principais do futuro engajamento. Duas experiências foram fundamentais. Aos quinze anos de idade, tornamo-nos Vereador Mirim, representando a Escola Municipal de Timóteo e os bairros da adjacência na Câmara Municipal da cidade. Tínhamos um patrono, isto é, um vereador adulto, participávamos das decisões e escrevíamos projetos para a melhoria da escola. Ouvíamos os alunos e as propostas, redigíamos as ideias e organizávamos eleições. Sem perceber, vivenciávamos a gestão participativa e comunitária. Na Câmara Municipal, existia o dia da reunião dos vereadores mirins, momento no qual apresentávamos nossas propostas que, após votadas e aprovadas, eram encaminhadas para análise de vereadores adultos. Seria um período curto, mas que causaria enorme impacto sobre nossa caminhada pessoal no momento de escolher entre o laboratório químico e teologia, entre a educação e a comunidade.⁴⁴

A segunda experiência dizia respeito à vida que vivíamos em casa. Nossa mãe, Rita de Cássia, professora de educação física no ensino fundamental,⁴⁵ cuidava sozinha de seis filhos e, ainda, encontrava tempo para realizar importante trabalho social na cidade. Em 2008, dona Rita de Cássia, por seus anos de trabalho voluntário, receberia, dentre outros, a condecoração de Cidadã Honorária da cidade de Timóteo.⁴⁶ Minhas grandes inspirações estão na espiritualidade cristã engajada e na vida coerente de nossa mãe, Rita. Nossa casa, em Minas, estava sempre cercada de pessoas pobres, aguardando algum encaminhamento. Dona Rita, como é chamada, sempre foi uma grande líder que nunca aceitou cargo político. Numa entrevista realizada com ela, remontamos os quase 40 anos de trabalho dedicados ao serviço comunitário. Dona Rita criou a 'Creche Comunitária Caminho da Esperança', Bairro Alvorada, Timóteo, que funcionava na casa da dona Maria do Português. (R. C. Oliveira, 2013). O local passaria por alguns problemas na infraestrutura e, em negociação com a

⁴³ Optamos por usar 'promoção da saúde integral' no lugar da palavra desenvolvimento, explicaremos melhor na pesquisa.

⁴⁴ Exercemos o mandato no ano de 1990.

⁴⁵ Escola Estadual Capitão Egidio Lima.

⁴⁶ "Roberto Poeta Pereira (PPS) homenageou Rita de Cássia Santos Oliveira, da cidade de Ferros. Tida por Beto como uma guerreira, Rita de Cássia veio para a cidade na década de 50, onde exerceu a profissão de professora na Escola Carlos Drummond de Andrade. Contribuiu ainda para o desenvolvimento educacional do povo timotense, além de ser membro da Conferência São Vicente de Paulo, do bairro Alvorada. Ela fez um discurso, emocionada, agradecendo pelo título, mas também cobrando mais empenho de todos em benefícios das pessoas mais simples." (Câmara Municipal de Timóteo, 2007)

prefeitura, a creche seria transferida para o bairro Alvorada 2. Porém, aos poucos, outro grupo de crianças passaria a ficar em nossa casa, pois as mães precisavam trabalhar. Nasceria a segunda creche, também no bairro Alvorada, 'Creche Comunitária Irmã Lila'. A partir dessa creche, seria aberta uma nova filial num dos bairros mais pobres da região, o Novo Tempo. Detalhe importante: em nenhum momento era cobrado qualquer valor financeiro das mães. Dona Rita e suas amigas não recebiam salário ou qualquer ajuda pelo trabalho que realizavam. Nos primeiros anos, dona Rita e os voluntários solicitavam ajuda dos moradores do bairro para cobrir todas as despesas da creche. Nos anos seguintes, os profissionais que trabalhavam nas creches eram efetivados como funcionários da prefeitura. Assim, dona Rita e suas amigas, grande maioria da Igreja Católica, partiam para outro trabalho. (R. C. Oliveira, 2013). A segunda ação, que teve muito impacto em nossa vida, foram as cem famílias que dona Rita e suas amigas, juntamente com outros voluntários, ajudaram a assentar em terrenos abandonados. Essas famílias foram distribuídas nos bairros: Alegre, Macuco, Limoeiro e Novo Tempo, da cidade de Timóteo. O processo de legalização dos terrenos contava sempre com a ajuda de um vereador. (R. C. Oliveira, 2013).

Embora estivéssemos sempre envolvidos indiretamente com esse trabalho, porque um deles acontecia em nossa sala (alfabetização de adultos), nunca assumimos, na cidade, alguma liderança comunitária ou política, senão a função de vereador mirim, aos 15 anos. Passado esse período, nossa vida seguiu seu rumo distante da política partidária. Estávamos sempre ali, crescendo no meio da solidariedade familiar. Em nosso caso, havia ainda uma situação particular, porque dos 16 até os 19 anos, o futebol profissional da cidade era nossa prioridade.⁴⁷ No ano de 1993, seríamos convocados para seleção da cidade de Timóteo e de Coronel Fabriciano para disputar o Campeonato Mineiro de Juniores. Em seguida, entraríamos para o curso de Química e, após quatro anos trabalhando numa multinacional da cidade de Ipatinga,⁴⁸ decidimos iniciar nova caminhada na área da Teologia e Educação na cidade do Rio de Janeiro. Após alguns anos, nos envolvendo com os trabalhos sociais, e em particular, com a favela, percebemos que tudo isso já fazia parte da nossa história e da

⁴⁷ Durante quatro anos seguidos, jogamos no júnior do time chamado Olaria e disputamos quatro campeonatos da cidade.

⁴⁸ Realizamos estágio numa das áreas mais perigosas da fábrica, chamada de Planta Química. Nessa área, eram fabricados quase todos os produtos químicos usados para o branqueamento da celulose. Existia um mito entre os funcionários de outras áreas de que a Planta Química era o lugar do perigo. Comentava-se que alguns funcionários inalavam produtos químicos sempre, mas não tinham coragem de registrar o acidente com receio de serem demitidos. Assim, nessa área, também existia o mito de que o leite cortava o efeito dos produtos químicos inalados. Após sermos efetivados, agora para trabalhar no laboratório químico central dessa empresa, começamos a vivenciar outra experiência, por causa do conforto e a ausência de contato com as áreas mais críticas da produção. Nossas primeiras reflexões sobre sustentabilidade, saúde ocupacional e pressão por resultado se deram dentro dessa empresa. Praticamente tudo que escutava irmãos e primos falarem sobre as disputas dos sindicatos da cidade, a não divisão dos lucros e a exploração do modelo de sociedade capitalista voltaram muito forte nesse período. Essa também foi uma das razões para sairmos e migrarmos para a pesquisa. No entanto, a empresa continua sendo um referencial, por causa desse primeiro emprego oficial, que marcou profundamente nossa vida pessoal e profissional.

memória da infância, construída com dificuldades e muita solidariedade. Buscamos no 'interior', no silêncio místico da nossa história, o sentido que precisávamos para viver. A transição para o Rio de Janeiro era a corrida atrás de intensas perguntas que foram condensadas com o anseio de ver uma sociedade mais justa. A opção pela favela, periferia, e a promoção da saúde integral eram muito mais do que uma opção acadêmica, que encontrava o objeto de pesquisa num contexto social ou num tema. Não! Encontramos primeiro sentido de vida, vivências intrapessoais, retorno às origens e às raízes para, em seguida, exercer o distanciamento acadêmico e estar como cientista participante do processo. Nossa opção acadêmica é um projeto de vida e nosso projeto de vida passa diretamente pela academia.⁴⁹

⁴⁹ Parte dessa história pode ser vista no Projeto Gol para o Planeta e todas as atuações que temos atualmente no Rio de Janeiro. <http://golparaoplaneta.wordpress.com/> Acedido em 07.09.2014

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II – HISTÓRIA ORAL: METODOLOGIA, TEORIA E O PESQUISADOR PARTICIPANTE

Capítulo II – História Oral: metodologia, teoria e o pesquisador participante

2.1. 'Zeitgeist' e 'Escola dos Annales': dificuldades no campo da História

A cientificidade dos testemunhos dependeu da escolha do método de pesquisa. Há alguns anos, pesquisamos a História Oral como metodologia. Porém, a escolha do método em nossa pesquisa, também diz respeito a longa e pesada discussão sobre a valia da História Oral, sua função no campo da história, como fonte documental e o diálogo com outras áreas do conhecimento. A História Oral ocupa um lugar especial em nosso trabalho porque não pretendemos utilizá-la apenas como metodologia, mas mostrar como encontramos elementos conceituais que servem para compor nossa proposta transdisciplinar.⁵⁰ Do ponto de vista do paradigma, é possível perceber que a discussão está em várias áreas. Ao mesmo tempo em que descrevemos a singularidade da História Oral como metodologia apropriada para a aproximação do nosso objeto, é possível descrever problemas que ela teve para se firmar como área do conhecimento científico. Reconhecidas todas críticas que ajudaram a aperfeiçoar a proposta da História Oral, sobrava ainda aquela que estava ligada diretamente ao modelo do conhecimento: era uma discussão epistemológica. Por isso, em nossa pesquisa, a História é mais do que metodologia.

Uma breve historiografia da História Oral remonta aos anos 50, nos EUA. Porém, seu desenvolvimento subsequente em outros contextos se deu com uma vertente chamada de História de cima, focada nas elites políticas; e, outra, com a História de baixo, focada na história dos excluídos. Nos anos 60, seria um novo momento para a História Oral, que se definia como outra história ao lado da Antropologia. (Joutard, 2006, p. 44.) Certa euforia dos anos subsequentes marcaria um terreno de militância e engajamento político que, de certa forma, renderia muitas discussões futuras quanto à função da História Oral. Na década de 70, alguns eventos indicariam tendências futuras da História Oral, conforme narra Joutard:

“Em 1975, no XIV Congresso de Ciências Históricas de San Francisco, realizou-se uma Mesa-Redonda intitulada 'A História Oral como uma nova Metodologia' para a pesquisa histórica, que muito impressionou os congressistas. No ano seguinte, organizou-se em Bolonha o que foi considerado o primeiro colóquio internacional de história oral, significativamente intitulado 'Antropologia e História: Fontes Oraís'.” (Joutard, 2006, p. 46)

Nessa atmosfera, nos anos subsequentes, surgiriam novas etapas, gerações e tendências com historiadores, revistas especializadas, centros universitários, grupos não

⁵⁰ Nos capítulos seguintes, explicaremos como a História Oral ajuda a compor nosso referencial teórico transdisciplinar.

especializados e associações de História Oral em diferentes países da Europa, Japão e América Latina. No Brasil, uma das primeiras experiências pode ser vinculada ao Museu da Imagem e do Som (MIS – 1971); concomitantemente, o Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina, PR, (1972) e a Universidade Federal de Santa Catarina, com o primeiro laboratório de História Oral, em 1975. Experiência que marca uma etapa para a História Oral no Brasil foi a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), ligado à Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Vários outros eventos, congressos, encontros serviram para consolidar a pesquisa sobre história oral no Brasil. (Freitas, 2006, p. 37-39). Podemos ainda destacar a criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) em 29 de abril de 1994, durante o II Encontro Nacional de História Oral, realizado no Rio de Janeiro.

Como já existe uma longa produção crítica sobre História Oral,⁵¹ não é necessário que retomemos a discussão. Porém, é importante mostrar que o 'Zeitgeist' de surgimento da História Oral, com as dificuldades de sua aceitação, se referem ainda ao positivismo. Em diversos seminários, congressos e conferências na década de 70 e 80 sobre História Oral, era perguntado, segundo Freitas, "se seria mais correto história oral ou fontes orais? Seria história oral uma técnica, um método, ou um procedimento de pesquisa?" (Freitas, 2006, p. 18)⁵² O 'status' da história oral estava sendo construído e, ao mesmo tempo, por diversos fatores, acumulava desconfianças⁵³ e euforias.⁵⁴ No entanto, certa reserva quanto ao

⁵¹ Essas obras representam um pouco da pesquisa que existe sobre História Oral. . Albert, V. (1990). *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da FGV: CPDOC.; Ferreira, M., & Amado, J. (Org.). (1996). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.; Meihy, B. (Org.) (1996b). (Re) *Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã/USP.; Meihy, B. (Org.). (1996a). *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola.; Montenegro, T. (1994). *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto. Moraes, M. (Org.) (1994). *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora LTDA.; Preti, D. (Org.). (2001). *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH/USP.; Ritchie, D. (2003). *Doing Oral history: a practical guide*. (2nd ed.) New York: Oxford University Press.; Thompson, P. (1992) *Voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.; Vansina, J. (1985) *Oral Tradition as history*. Madison: University of Wisconsin Press.

⁵² Uma excelente discussão analisa as três possibilidades da história oral, a saber, como método, técnica ou teoria: Penna, S. (2005). *Fontes orais e historiografia: avanços e perspectivas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 19-35. O que está por trás dessa discussão é justamente a proposta de transdisciplinaridade que observamos na História Oral. A necessidade de debater se ela era uma técnica, disciplina ou metodologia mostrava que, no seu surgimento, dialogava com diferentes áreas. As pesquisas futuras a consolidarão como metodologia, porém, essa historiografia indica que, nas origens, a História Oral tinha essa possibilidade de abrangência.

⁵³ Uma das questões centrais nas constantes desconfianças baseava-se no valor da oralidade para o campo da História. No momento em que o material de trabalho da História Oral é o testemunho oral, narrativa, interpretação e coleta dos mesmos, poderia trazer inúmeras desconfianças se não fossem seguidos critérios bem claros. Por isso, se torna tão importante considerar seriamente a relação entre historiador e entrevistado. Cf. Penna, S. (2005) *Fontes orais e historiografia. Avanços e perspectivas*. Porto Alegre: EDIPURS, pp. 25, 26. Outra questão que precisava ser solucionada era a definição se a História Oral era uma disciplina, uma técnica ou método. Cf. Amado, J. & Ferreira, M. (Org.). (2006) *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

⁵⁴ Certamente, uma das grandes euforias dos pesquisadores da história oral aconteceria na década de 90, onde o uso da História Oral chega à história. Nessa época, ela vinha carregada de um teor ideológico muito forte, vinculada aos ideais do marxismo, aos mais desfavorecidos, às causas das mulheres, dos negros e de movimentos à margem, isto é, os esquecidos da história. Isso gerou historiadores que se confundiam com militantes que criticavam de forma ferrenha a história tradicional, definida por estes como positivistas. Por um lado, essa euforia possibilitou de fato que histórias esquecidas e de sofrendores fossem contadas e inseridas como material de pesquisa no âmbito acadêmico. Porém, foi necessário certo amadurecimento e até a descoberta de que esta não

testemunho oral, ponto de partida da história oral, pode estar relacionada tanto ao positivismo, que marcou o pensamento acadêmico na modernidade, como ao lugar privilegiado que a escrita adquiriu na sociedade contemporânea. Alberti comenta que, no “século XIX, entretanto, com o predomínio da história ‘positivista’ e a quase sacralização do documento escrito, a prática de colher documentos esteve relegada a segundo plano.” (Alberti, 2005, p. 18). Essa postura afetava a validade e o objeto primordial da história oral, a saber, o testemunho oral. Não há dúvida sobre a necessidade do rigor metodológico e todos os cuidados que devem ser tomados com a aquisição e a interpretação dos testemunhos orais. O campo da oralidade, algo específico de nossa pesquisa, por se tratar do ambiente das favelas, principalmente quando se refere às remoções, está imbuído de subjetividade. As entrevistas mostraram um campo indefinido, movediço e arriscado. Pesquisador e objeto, por vezes, se confundem, e o material pode ser a simbiose dos dois. Essas peculiaridades traziam reservas quanto à validade da história oral, conforme narra Alberti: “Considerava-se que o depoimento não poderia ter valor de prova, já que era imbuído de subjetividade, de uma visão parcial sobre o passado e estava sujeito a falhas de memória.”⁵⁵ (Alberti, 2015, p. 18.) O aspecto destacado como negativo foi um dos fatores que permitiu que escolhêssemos a História Oral como metodologia apropriada para aproximarmos-nos do nosso objeto. Por mais complicado que isso possa ser para o modelo positivista, que exige rigor e distanciamento, algumas entrevistas só puderam ser feitas porque havia troca e afetividade.⁵⁶ Por isso, a história oral não possui apenas um método; o método é inserido no processo de construção conceitual-teórica, que considera a subjetividade e a complexidade presentes no ambiente da favela quando se busca compreender a urbanização/remoção. Numa das entrevistas que realizamos na Comunidade Metrô-Mangureira, uma jovem de 15 anos tinha dificuldade de articular perguntas simples sobre sua própria realidade. Na proposta da História Oral, essa

seria a função principal da história oral. A partir das discussões, ficaria evidente que não existe história neutra, mas que a função primeira da história oral é ser apenas um método que permite a aproximação de um determinado objeto. Nesse sentido, os usos subsequentes do material organizado com o método já estão em outra esfera diferente da história oral. Para nossa pesquisa, essa reflexão é imprescindível ainda que, em nosso objeto de pesquisa, não seja possível essa especificidade. Por isso, nosso trabalho propõe um referencial teórico transdisciplinar que, inclusive, não separa tanto a metodologia das teorias que interpretam o objeto.

⁵⁵ Discutimos por quase seis meses o tema ‘Falhas da Memória’ com o Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese, supervisor da pesquisa de Pós-doutorado em História que realizamos na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os lapsos, esquecimentos e interpolações da memória seriam suficientes para desqualificar a validade de um testemunho? Quais critérios são importantes para considerar a memória trazida nos testemunhos como digna de valor de pesquisa? Quando a História Oral possibilita a reflexão sobre memória e estabelece outros critérios que levam em conta as peculiaridades da memória, ela está no limite de um projeto de conhecimento que avança à frente do paradigma do ‘objetivismo’ presente na modernidade. Nesse momento, nosso supervisor, apresentaria a pesquisadora de memória e psicóloga social Elizabeth Loftus.

⁵⁶ O fato de já estarmos há quase três anos no Ecomuseu Nega Vilma, como participante do projeto, possibilitou que tivéssemos acesso às famílias para conversar e, ainda, gravar, sobre um tema delicado para a comunidade. Na segunda parte, será possível perceber que a afetividade foi o fio condutor que tornou possível trazer a realidade da favela para pesquisa. Mesmo nos conhecendo ou conhecendo o coordenador do Ecomuseu Nega Vilma, Kadão Costa, ex-morador do Pico do Santa Marta, algumas pessoas ficavam desconfiadas se estávamos mesmos do lado delas. O mesmo problema ocorreu para coletar as entrevistas na comunidade do Metrô-Mangureira.

subjetividade não é vista como entrave, mas como caminho, já que é inerente à realidade dessas pessoas. Quanto mais amplo e dialogal o método, maior a capacidade de captar nuances que fogem às categorizações, símbolos do silêncio nas casas marcadas para irem ao chão.⁵⁷ Essas nuances estão presentes nas faixas de protestos penduradas nas janelas. Num ambiente onde a fala é silenciada e arriscada, outros códigos de comunicação são criados para a sobrevivência do 'sentido' na favela. Por isso, a noção de que o pesquisador participa da construção do objeto com os entrevistados terá relação direta com as propostas da Ecomuseologia e da Sociomuseologia.

Após vários congressos e seminários, a História Oral se consolidaria como método. Entretanto, seu desenvolvimento exigiria necessidade de fomentar o debate sobre memória. Esse fato revelaria os diversos níveis de complexidade para a utilização do material para pesquisa e consolidaria o diálogo com outras áreas.⁵⁸ Porém, historiadores adeptos do positivismo tinham dificuldade ainda de aceitar a História Oral. Outros temas de outras áreas seriam colocados no debate, e um deles, a cultura. Cada vez mais, a História Oral remetia à multidisciplinaridade e à leitura sobre as formas de comunicação que transcendiam a escrita, como bem resumiu Gwyn Prins ao falar das três formas de comunicação no passado:

- “1. Culturas orais em que a linguagem assume uma forma puramente oral. Essas são tipificadas por linguagens orais; são hoje em dia, e tem sido ao longo do tempo, relativamente raras.
2. Culturas escritas, em que a linguagem assume somente uma forma de escrita, porque a forma oral não mais existe. Essas são tipificadas pelas línguas clássicas.
3. Culturas compostas, em que a linguagem assume tanto formas orais, quanto escritas, para todo o povo ou para uma proporção dele. Somos obrigados a categorizar mais e distinguir entre culturas *universalmente alfabetizadas*, que nós muito facilmente admitimos de modo tácito, mas que são historicamente incomuns, e culturas *restritamente alfabetizadas*, em que a maior parte das pessoas vive à margem, mas sob o domínio do registro escrito.” (Gwyn, 1992, p.169)

A descrição de Prins Gwyn revela que a fonte oral como objeto da História Oral não é menos importante que a escrita, embora reconheçamos as complexidades inerentes à fonte oral, caso alguns critério não sejam rigorosamente seguidos.⁵⁹ Contudo, no entrelaçamento entre História Oral e Memória, deve-se estar atento para que os critérios de apreensão do

⁵⁷ Esse é outro aspecto importantíssimo no Pico do Santa Marta. Toda paisagem faz parte de um conjunto simbólico da favela que narra uma história de quase 70 anos, diferente da parte baixa da favela.

⁵⁸ No Brasil, o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy levantaria importante discussão, pois temas como identidade e memória estão em várias áreas do conhecimento. Para não cair numa 'glossolalia' que gere uma armadilha prolixa, qualquer pesquisa que utilize História Oral como método precisa enfrentar, de forma profunda, qual abordagem sobre memória utilizará. Em nossa opinião, a escolha precisa considerar que tipo de função a História Oral terá na pesquisa: história oral temática, história oral de vida, Tradição Oral ou a história oral testemunhal. José Meihy é um dos que aprofunda a discussão sobre memória e identidade e suas variações para a utilização em História Oral. Dentro das interpretações transdisciplinares da memória, para ele, memória oral é matéria da história oral. (Meihy, 1996a, pp. 52-60).

⁵⁹ Para aprofundar algumas discussões sobre o uso da fonte oral, bem como as possibilidades e limites da história oral como método histórico-científico, Cf. (Papke, 2010, pp. 7-18).

objeto de pesquisa sejam sempre diferentes. Por isso, até a noção de transcrição ou a passagem do oral para o escrito precisa ser problematizada, a fim de que não se aproxime do material, as entrevistas, como se estivesse diante de um documento como tradicionalmente é utilizado no campo da História.

A proposta de remontar o 'Zeitgeist' serve para destacar esses elos com o contexto, e realçar essa *tensão criativa de sentido* entre o passado e o presente. O objetivo não é reconstruir todo o contexto de surgimento e desenvolvimento da História Oral. A proposta está na observação sobre como o tema da memória é inserido na História pela 'Escola dos Annales'. Isso será fundamental para o desenvolvimento e a consolidação da História Oral e renovação da História. A 'Escola dos Annales' levanta novamente o problema do positivismo, do paradigma da racionalidade da modernidade e da superespecialização do conhecimento científico. A história do lugar da memória dentro da História Oral deve se referir às discussões, na primeira metade do século 20, sobre a historiografia da História. Neste campo, historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre foram fundamentais para renovação dos estudos em História com abertura à transdisciplinaridade, como bem descreve Peter Burke:

"Na França, os anos 20 testemunharam um movimento rumo a um 'novo tipo de história', conduzido por dois professores da Universidade de Estrasburgo, Marc Bloch e Lucien Febvre. A revista fundada por eles, 'Annales d'Histoire Économique et Sociale', fez críticas implacáveis aos historiadores tradicionais. [nasceria a 'Escola dos Annales']. [...] Ambos interessavam-se por linguística, ambos liam os estudos sobre 'mentalidade primitiva' realizados pelo filósofo e antropólogo Lucien Lévy-Bruhl. [...] Bloch estava mais próximo da sociologia de Émile Durkheim e sua escola (principalmente Maurice Halbwachs, autor de um estudo famoso sobre a estrutura social da memória)." (Burke, 2002, p. 30-31)

No entanto, é preciso lembrar que, antes de Marc Bloch e Lucien Febvre, na universidade de Leipzig, Karl Lamprecht já fazia dura crítica ao modelo neo-hankeano de história. Para ele, era necessária uma história coletiva que dialogasse com outras disciplinas para formar seus conceitos. História para ele é uma abordagem 'sociopsicológica'. (Burke, 2002, p. 28.) Enquanto na Europa, o problema de fundo parecia ser o contexto do pensamento científico, conforme destacou Peter Burke, no Brasil, o problema era de ordem política, Golpe Militar de 64. O contexto do golpe militar de 64 impediu diversas pesquisas com gravações, atingindo diretamente o objeto da História Oral, isto é, a fonte oral, o testemunho e as narrativas. Por isso, apenas na década de 80 e 90, a História Oral teria de fato seu apogeu no Brasil com a discussão se a metodologia brasileira e latino-americana deveriam se diferenciar das abordagens estrangeiras. J. Meihy foi um dos teóricos que defendeu essa posição em alguns congressos realizados no Brasil na segunda metade da década de 90. Meihy explicaria a dificuldade do trabalho no Brasil, enquanto outros lugares avançavam:

"Durante os anos da ditadura militar – coincidentemente época em que os oralistas do mundo, em particular do Reino Unido, Estados Unidos, Itália e México,

avançavam –, devido à censura, controle direto ou não da produção intelectual, nós ficamos estagnados, pois gravações eram sempre suspeitas.” (Meihy, 1996, p. 49)

A caracterização desses dois aspectos no 'Zeitgeist' será importante para o tópico seguinte sobre o estatuto transdisciplinar que damos à História Oral. Primeiro, a dificuldade da História Oral no campo da História, representada por Marc Bloch e Lucien Febvre, ambos expoentes da 'Escola dos Annales'. E o ponto central dessa dificuldade foi justamente a provocação à transdisciplinaridade, a saber, a utilização de teorias de outras áreas do conhecimento. Analisemos: isso aconteceu no curso de História. O outro aspecto se refere à realidade mesma do Brasil no que se refere ao trato com a memória. O Brasil foi o último país da América Latina a realizar a abolição da escravatura, em 1888; e é também o único país da América Latina que não realizou uma investigação completa sobre os excessos, tanto de militares como de civis nesse período. Essa é uma das razões porque alguns modelos se repetem e o acesso à memória coletiva, de forma crítica, não faz parte do processo de desenvolvimento, seja do país seja das cidades onde se dá o problema da remoção. Isso terá efeitos diretos quando se trata de preservar a memória de comunidades pobres, pois em nosso contexto, essa realidade interfere diretamente no estatuto da História Oral. Por um lado, o contexto do desenvolvimento da História Oral, optando pela *história de baixo*, remete ao contexto de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, na qual as memórias das comunidades periféricas não são consideradas como critério para expansão da cidade⁶⁰; por outro lado, ainda que no Brasil não estejamos mais no ambiente de ditadura, modelos do relacionamento da polícia com a sociedade e o apagamento da memória permanecem vivos. Nesse contexto, as populações mais carentes que residem em regiões com baixo índice de desenvolvimento humano sofrem e experimentam ainda algumas dificuldades. Silêncio, medo, ordens arbitrárias, poderes paralelos e hierarquias simbólicas fazem parte da estrutura social. Quando realizávamos as entrevistas na comunidade do Metrô-Mangureira, dois fatos nos chamaram a atenção. Primeiro, foi necessário convencer uma família que não éramos um representante disfarçado da polícia. Apenas depois aceitou dar entrevista. Segundo, tivemos que interromper uma gravação porque chegou um recado anônimo de que ninguém mais poderia falar naquele dia. Esses elementos subjetivos precisam ser considerados e as narrativas devem ser qualificadas dentro dessa realidade.

⁶⁰ Essa é uma das hipóteses que será retomada com a análise dos dois casos de remoção que pesquisamos.

2.2 Transdisciplinaridade da História Oral e a possibilidade de narrar a História a partir da margem

A História Oral se consolida provocando e questionando a univocidade do pensamento e da história; ela constrói sua fundamentação conceitual aproximando disciplinas diferentes e se desenvolve como metodologia, tornando-se essencialmente transdisciplinar. O fato de agregar diferentes áreas, a saber, antropologia, ciências política e sociologia, levou, inclusive, à discussão se a História Oral não seria uma nova disciplina. (Grele, 2006, p. 48.) Num segundo estágio, Marc Bloch e Lucien Febvre, sobre os quais falaremos melhor no capítulo seguinte, ao trazerem a discussão sobre memória, questionam o paradigma do conhecimento vigente na História. Com isso, a transdisciplinaridade estaria posta no campo de pesquisa. A definição de Laura Benadiba e Daniel Plotinsky sinaliza recortes fundamentais da História Oral em nossa pesquisa. Pode-se observar como a transdisciplinaridade já estava presente, ainda que não fosse conceitualmente definida conforme pontuam Benadiba e Plotinsky:

“La historia oral es una *metodología específica de las ciencias sociales* que ha alcanzado um gran desarrollo en el ámbito de la investigación histórica contemporánea en los últimos cincuenta años. [...] Puede definirse como un *procedimiento establecido para la construcción de nuevas fuentes* para la investigación histórica, con base en testimonios orales recogidos sistemáticamente bajo métodos, problemas y puntos de partida teóricos explícitos.

Como campo de conocimiento, es un espacio de confluencia conceptual y metodológica de diversas perspectivas del análisis social, así como un ámbito donde convergen prácticas científicas de distintas disciplinas de las ciencias sociales. Si bien el uso de testimonios orales no es una novedad en el trabajo de los historiadores, su utilización sistemática y reflexiva está asociada al desarrollo de la historia social contemporánea, más preocupada por los procesos sociales y la vida de la gente ‘comum’ que por las descripciones de acontecimientos ‘importantes’ y la vida de personajes destacados.

La historia oral se concentra en las experiencias directas de la vida de las personas. La entrevista de historia oral es el procedimiento por el que un entrevistador recupera esas almacenadas en la memoria de la gente las vivió. Estas personas entrevistadas se convierten en informantes y sus recuerdos – registrados en una grabación – se transforman en fuentes orales para el historiador.” (Benadiba & Plotinsky 2005, p. 21)

A transdisciplinaridade, ainda que não fosse discutida conceitualmente, torna-se um elemento central da História Oral quando a reflexão sobre ‘memória’ passou a ocupar um destaque especial para cientificidade dos testemunhos, que relatavam temas do passado.⁶¹

⁶¹ Devemos estar atentos para o fato de que, no conceito de Sociomuseologia definido por Mário Moutinho, a transdisciplinaridade será um ponto forte. Na Mesa-redonda de Santiago do Chile, a transdisciplinaridade será uma marca, ainda que, conceitualmente, não estivesse em pauta. O simples fato de colocar profissionais de outras áreas para falar num encontro de museologia já é uma provocação à transdisciplinaridade. Nos capítulos seguintes abordaremos o assunto.

Na verdade, o dilema sobre a relação entre História Oral e Memória é antigo.⁶² Qualquer trabalho que busque compreender a relação entre fonte oral e memória precisa problematizar, por um lado, o lugar que o entrevistador ocupa no processo de coleta da fonte e, por outro, o papel que o entrevistado assume ao rememorar histórias que imbricam, de alguma forma, sua existência no presente, como bem destacou Alistair Thomson:

“Alguns praticantes da história oral, na ânsia de corrigir preconceitos e fabulações, deixaram de considerar as razões que levaram os indivíduos a construir memórias de determinada maneira, e não perceberam como o processo de relembrar poderia ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual.”⁶³ (Thomson, A., Frisch, M., & Hamilton, 2006, p. 67)

Temos a suspeita de que, nesse contexto, alguns historiadores que não problematizavam devidamente as nuances e os problemas da memória nos relatos eram induzidos a acreditar que, na história relatada, não poderia haver disparidades e ela deveria ser quase sempre uma.⁶⁴ Nesse sentido, conforme explica Thomson, ao “tentarem descobrir uma histórica única, fixa e recuperável, alguns historiadores orais foram levados a negligenciar os muitos níveis da memória individual e a pluralidade de versões do passado, fornecidos por diferentes interlocutores.” (Thomson, A., Frisch, M., & Hamilton, 2006, p. 67) O processo de amadurecimento ocorrido nas pesquisas em História Oral ao longo dos anos levou, inclusive, à descoberta de uma fecunda relação entre história e memória coletiva.⁶⁵ A problematização dos dados coletados e o aprofundamento da memória coletiva possibilitaram olhares bem diferentes para a história. Essa descoberta se chocava contra as ‘verdades’ tradicionais e vernaculares presentes no campo das metodologias vigentes no campo da História,⁶⁶ como destacaria Thomson:

“Ao situarem a memória simultaneamente como fontes alternativas e resistências vernaculares ao poder estabelecido e como objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas do poder cultural e político, os historiadores fizeram muito mais do que simplesmente incorporar a memória à sua coleção de ferramentas, fontes, métodos e abordagens. A memória coletiva vem se

⁶² Paul Thompson foi um autor que dedicou boa parte de seu trabalho para descrever o lugar que a memória deveria ocupar na História. Cf. Thompson, P. (1998) *Voz do passado: história oral*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

⁶³ Thomson, A., Frisch, M., & Hamilton, P. (2006). Os debates sobre memória e História: alguns aspectos internacionais. In Amado, J., Ferreira, M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. (8 th ed. pp. 65-93) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

⁶⁴ Mais à frente, ao apresentar nosso referencial teórico, isto é, o conceito de memória desenvolvido por Elizabeth Loftus, discutiremos a evolução dos estudos sobre a relação entre memória individual e coletiva, bem como autores pioneiros importantes para a aproximação desses campos de estudos. Para uma rápida análise, cf. Freitas, M. (2006). *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, pp. 30-77.

⁶⁵ O trabalho de M. Halbwachs inicialmente foi um dos primeiros a ser visitado. Falaremos sobre ele mais à frente. Cf. Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. No capítulo seguinte, abordaremos pontos importantes de sua proposta para nossa pesquisa sobre as remoções.

⁶⁶ Algumas obras tornaram-se fundamentais para recompor a aproximação entre história oral e memória. Cf. Montenegro, T. (1992). *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto.; Montenegro, T. (2010). *História, metodologia, memória*. São Paulo: Ed. Contexto.; Pollak, M. (1989) Memória, esquecimento e silêncio. In *Estudos Históricos*. 2, 3, CPDOC, 3-15.

convertendo cada vez mais em objeto de estudo: ela tem sido entendida, em todas as suas formas e dimensões, como uma dimensão da história com uma história própria que pode ser estudada e explorada." (Thomsom, A., Frisch, M., & Hamilton, 2006, p. 77)

Portanto, a memória individual se forma dentro de múltiplas relações coletivas; por isso, Halbwachs afirmaria que "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios." (Halbwachs, 1990, p. 51). Aos poucos, seria percebido que a discussão sobre memória possibilitaria um debate bastante profícuo dentro da História Oral. A natureza das discussões sobre memória se aproximava, em muito, daquilo que inicialmente era objetivo da História Oral. Nesse campo proliferaram diferentes trabalhos que buscavam diálogo entre memória e história⁶⁷, História Oral e memória.⁶⁸ Novas possibilidades se abriam dentro da História⁶⁹. Como bem destacou Michael Frisch, os diferentes projetos de História Oral abriram caminhos novos para outras interpretações da memória coletiva:

Em vários contextos, desde os esforços de busca das raízes familiares à impressionante diversidade de representações históricas mediadas pelas massas, as questões atinentes à memória coletiva estão, através do envolvimento construtivo e aberto frequentemente promovido pelos projetos de história oral, produzindo um estimulante discurso público sobre a influência do passado rememorado sobre o presente. Thomsom, Frisch & Hamilton, p. 2006, p. 81)

O caráter transdisciplinar, cada vez mais evidente da História Oral, possibilitava que novos contextos fossem abordados, novas formas de se aproximar da realidade e, portanto, de interpretá-la. Quanto mais rígido, positivista e cartesiano é o modelo científico, mais dificuldade de lidar com a História Oral. Ao debater os desafios da educação, o filósofo, educador e conhecedor da realidade socioeducacional brasileira, Dermeval Saviani, atesta que "a história oral tem um papel muito importante na construção das diversidades, das conflitualidades e dos climas, embora se revele menos segura na verificação e certificação dos fatos." (Saviani, 1999, p. 52). Mesmo aqueles que veem a valia da história oral fazem quase sempre uma ressalva que tem a ver com verdade, precisão e certa necessidade de controle de resultados e objetivos. Isso porque, para alguns críticos, na História Oral os critérios de verdade, checagem e outros tornam-se por demais voláteis. Ao debater o tema,

⁶⁷ Cf. Ricour, P. (2007). *A Memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP. Le Goff, J. (1996) *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP.

⁶⁸ Cf. Montenegro, T. (1992) *História Oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto.

⁶⁹ Importante abordagem sobre essas perspectivas pode ser encontrada em: Cf. Burke, P. (1992). *A Escrita da história: novas perspectivas* (Org.). São Paulo: Editora UNESP. pp. 7-39. No contexto brasileiro, devemos destacar a tese de doutorado de Ecléa Bosí defendida nos anos 70 na USP. Nesse trabalho, ela comparava as abordagens de M. Halbwachs e H. Bergson Cf. Bosí, E. (1987). *Memória e sociedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Penna afirma que “Lins Caldas acusa mesmo os historiadores que combatem o positivismo, a exigir do oralista um trabalho, um resultado eminentemente positivista, juridicamente intocável, e da História Oral, um fundamento objetivo, científico e factual.” (Penna, 2005; p. 28) Por isso, propomos que não se deva enxergar essa resistência como simples crítica à História Oral. Pelo contrário, essa é uma das razões pelas quais inserimos a História Oral no âmago da crise do conhecimento, por um lado, e no contexto simbólico da favela, como realidade que a provoca, do outro. Assim, em nossa pesquisa, a História Oral é mais do que apenas uma metodologia, do ponto de vista hermenêutico, seu ‘Zeitgeist’ de consolidação a aproxima da reflexão teórica da Ecomuseologia e da Sociomuseologia. É possível perceber a grande força do positivismo e da suposta neutralidade científica presentes nesses discursos contra a História Oral; por isso, alguns a consideram não-científica, pois seu objeto, a oralidade, por vezes, é captada de forma amorfa e em narrativas, supostamente, sem precisão objetiva. Se muitas dessas narrativas são testemunhos silenciados há anos, situações que envolvem abusos e grande carga afetiva, outros critérios de cientificidade precisam ser pensados de forma que a realidade da vida seja soberana e desafiadora à academia e à sistematização de novos conhecimentos e teorias de interpretação da realidade. A questão não é necessariamente o objeto, ele precisa chegar com toda liberdade, ainda que venha da forma mais complexa com desafios ainda não sistematizados teoricamente. O cuidado precisa estar na teoria que será utilizada para interpretar o testemunho. Deve-se ter atenção com os preconceitos, pelo fato de o pesquisador fazer parte de realidades muito diferentes da favela.

O estranhamento, em parte, ilumina a alteridade, e, em parte, pode ofuscar e nem permitir que elementos, radicalmente diferentes dos pressupostos pessoais e acadêmicos, tomem corpo e voz nos testemunhos. É possível perceber um complexo criativo que abarca teoria e prática na dinâmica do ecomuseu. Nesse complexo, História Oral, Memória, Ecomuseologia e Sociomuseologia podem oferecer elementos comuns para uma teoria transdisciplinar. Isso porque a favela e o ambiente dos museus comunitários, principalmente percebidos na XV Conferência para uma Nova Museologia, é um campo de subjetividades e trocas constantes. Veremos esse aspecto ao falar das Declarações da Nova Museologia. Nessa relação, acreditamos que os limites são tênues, por isso, consideradas as diferenças e cuidados, a construção do objeto é conjunta entre o entrevistado e o entrevistador.⁷⁰ Essa discussão toca diretamente nos dois casos de remoções que abordamos na pesquisa. O problema é que as teorias, dependentes por demais do modelo positivista e dos seus

⁷⁰ Quando começamos pesquisar História Oral há alguns anos, e, mais tarde, a Nova Museologia, percebemos que, se considerarmos a complexidade e as múltiplas experiências de ecomuseus e museus comunitários, é possível afirmar que a transdisciplinaridade mantém ambas abertas para o questionamento da prática. O encontro do Movimento Internacional para uma Nova Museologia, ocorrido em 2013 no Rio de Janeiro, foi um exemplo da força e do protagonismo dessas novas experiências museais.

subsequentes desdobramentos, nem sempre consideram a complexidade, a tensão criativa e a transdisciplinaridade como condições 'sine qua non' de pesquisa e revisão das teorias existentes. No modelo superespecializado, cada teoria é uma ilha, julgando a realidade como se fosse todo o oceano. Os modelos de aproximação da realidade, quando falam da precisão, lembram a neutralidade científica e a ingenuidade de que é possível captar, mesmo que seja num recorte, toda a *verdade* de uma realidade, que é entornada de subjetividades. Parece ser necessário que conceitos como verdade, precisão e distanciamento sejam desconceituados e deem lugar a coerência, multiplicidade, tensão e participação. Se no texto abaixo, por exemplo, retirássemos a discussão do campo da epistemologia da pesquisa qualitativa em sociologia e psicologia social, e disséssemos que o debate sobre as novas *zonas de sentido* se dava entre os pesquisadores da História Oral, Ecomuseologia e Sociomuseologia, não seria possível dizer que se tratava de áreas diferentes. Já se faz necessário descobrir esse lugar de 'tensão criativa de sentido' comum àqueles que propõem mudanças estruturais na forma de interpretar a realidade. Portanto, Rey descreve:

“É interessante a rapidez com que se produziram as mudanças entre as décadas de 80 e 90; essas mudanças são radicais na problematização e discussão dos princípios epistemológicos positivistas na pesquisa qualitativa.

A reflexão e desenvolvimento sobre novos conceitos e procedimentos de pesquisa estão acompanhados de uma reflexão epistemológica que, na opinião de alguns autores, entre os quais nos incluímos, considera o surgimento do qualitativo essencialmente o surgimento de uma nova epistemologia (Ibáñez, Starke, Rodrigues Sutil e outros). A elaboração de novas epistemologias, capazes de sustentar mudanças profundas no desenvolvimento de formas alternativas de produzir conhecimento nas ciências sociais, requer a construção de representações teóricas que permitam aos pesquisadores ter acesso a novas 'zonas de sentido' sobre o assunto estudado, impossíveis de serem construídas pelas vias tradicionais.” (Rey, 2002, p. 6,7)

Ao abordando o tema da urbanização e da remoção nas favelas, o estatuto da História Oral é questionado continuamente, pois se depara com o desafio de transcender os limites do método e de buscar constantemente as possibilidades de acesso dessas 'zonas de sentido'⁷¹ nas narrativas. Por isso, Alberti alerta que a “entrevista adquiriu estatuto de documento, mas isso não quer dizer que a história oral tenha se ajustado aos ditames da história 'positivista'.” (Alberti, 2005, p. 19). Quando enfatizamos a transdisciplinaridade da História Oral, nos referimos à complexidade do objeto, mas também à discussão epistemológica que ela levanta quando devidamente situada no 'Zeitgeist' de seu surgimento e desenvolvimento. A epistemologia positivista ainda está presente nas ciências humanas, como se vê no alerta de Rey:

⁷¹ Rey compreende o conceito como 'zonas de sentido' como “aquelas zonas do real que encontram significado na produção teórica e que não se esgotam em nenhum dos momentos em que são tratadas dentro das teorias científicas.” Rey, G. (2002). *Pesquisa quantitativa em psicologia – caminhos e descaminhos*. Cengage Learning Editores: São Paulo, p. 7.

“(…) o empirismo característico da epistemologia positivista é um dos fatores que tem impedido aos pesquisadores qualitativos ver que o ponto forte de uma representação metodológica alternativa é reconhecer o status das ideias, da produção teórica como atributo essencial da produção do conhecimento.” (Rey, 2002, p. 7)

A mesma questão está presente na História Oral. Existe o risco que, após as narrativas e os testemunhos virarem textos, eles serem tratados dentro da lógica epistemológica fragmentada, que retira os relatos do seu 'Sitz im Leben'.⁷² Alberti alerta que isso é um perigo em História Oral e deve receber atenção:

“Ao contrário: trata-se de tomar a entrevista como documento, sim, mas deslocando o objeto documentado: não mais o passado, 'tal como efetivamente ocorreu', e sim as formas como é e foi apreendido. A entrevista de história oral – seu registro gravado e transcrito – documenta uma versão do passado. Isso pressupõe que essa versão e a comparação entre diferentes versões tenham passado a ser relevantes para estudos na área de ciências humanas. Trata-se de ampliar o conhecimento, acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é compreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações.” (Alberti, 2005, p.19).

Não se faz esse exercício complexo e multifocal fundamentado num paradigma de conhecimento unívoco e monossilábico. Pelo contrário, quanto mais elementos, melhores são as possibilidades. As condições de coleta das entrevistas no morro Santa Marta foram delicadas, em meio a conflitos, medos, reservas. Por causa da situação de conflito, não poderia demorar, não poderia colocar a vida do entrevistado em risco e era necessário captar os elementos fundamentais sobre memória, remoção e desenvolvimento das cidades.

Quanto mais jogos interativos, maiores serão as condições de percepção dos elos e do sentido. Portanto, podemos até arriscar em intuir que esse conhecimento é inesgotável, porque, de épocas em épocas, poderá ser revisitado na medida em que novos instrumentais de acesso à realidade forem sendo construídos pela sociedade e a teoria transdisciplinar. A História Oral remete a uma ciência transdisciplinar, sempre em construção. A transdisciplinaridade de sua abordagem inverte o valor conferido ao significado de erros e acertos, exatidão dos acontecimentos e precisão comparativa dos relatos, exigindo-lhes média aritmética de verificação e coincidência. Esses dados são importantes dentro de um conjunto transdisciplinar que está para além das falhas e lapsos de memória e exatidão de detalhes. Nesse aspecto, a problematização da memória feita por Elizabeth Loftus ajudou

⁷² O conceito 'Sitz im Leben' significa “situação na vida, lugar na vida, lugar vivencial, ambiente vital. Chama-se assim a situação real em que, por exemplo, surge um texto, livro, ou em que se efetua sua unidade. [...] O termo 'Sitz im Leben' é da crítica da forma. Foi cunhado por Herman Gunkel (1862-1932), estudioso do AT.” (Schüller, 2002, p. 431)

muito. Não buscamos a verdade do discurso, mas a 'tensão criativa de sentido'. Por isso, Alberti, ao falar do documento da História Oral, dirá que, "não é mais negativo o depoente poder 'distorcer' a realidade, ter 'falhas' de memória, ou 'errar' em seu relato." (Alberti, 2005, p. 19) Essa é uma significativa mudança com relação ao paradigma da modernidade em suas vertentes acadêmicas ainda fortemente ligadas ao positivismo e ao *método histórico crítico*. A História Oral fará outra valoração da realidade que implicará diretamente seu método, pois, como destaca Alberti, "o que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes." (Alberti, 2005, p. 19).

Embora não esteja se referindo diretamente ao debate sobre o estatuto da História Oral, a recomendação dada por Gonzales Rey aos pesquisadores qualitativos também se aplica à História Oral.⁷³ Antes de citar sua proposta, é interessante pontuar a contribuição de Alberti que vai na mesma direção: "Como método quantitativo e produtora de fontes de consulta, a história oral adquiriu uma especificidade tal que nos permite estabelecer apenas frouxas aproximações com as práticas de coleta de testemunhos de que se tem notícia desde a Antiguidade." (Alberti, 2005, p.19). Considerando, portanto, as mudanças significativas apresentadas pela História Oral no trato com a realidade, é possível perceber, por um lado, o questionamento de um modelo de conhecimento e, por outro, a aproximação com o que já é observado em outras áreas. Comparando-a com o debate que acontece em Psicologia Social, podemos retomar a contribuição de Gonzales Rey:

"Consideramos muito importante que os pesquisadores qualitativos apontem as mudanças nas representações gerais do objeto da ciência; essas mudanças têm se desenvolvido a partir de diferentes pontos de partida, entre os quais se destaca o da complexidade, o qual tem apresentado sugestões importantes para as ciências sociais, como os trabalhos de Morin e, no caso da psicologia, os trabalhos de Mun'né." (Rey, 2002, p. 7)

A multidisciplinaridade na história oral possibilita esse diálogo constante com outras áreas do saber. Falando sobre o papel do entrevistador na história oral, Voldman relata que, "por um lado, servir-se das contribuições da sociologia na condução e na formulação das pesquisas; por outro, não negligenciar elementos de psicologia, psicossociologia e psicanálise." (Voldman, 2006, p. 38) Ao dialogar com as proposições de vários autores, em particular, com Mikka, sobre o 'status' da História Oral, as pesquisadoras J. Amado e M.

⁷³ O professor Mário Moutinho fez uma comunicação na XV conferência do MINOM, no Rio de Janeiro, mostrando elementos dos testemunhos museais que deveriam estar presentes na Declaração MINOM Rio 2013. Quando citarmos os pontos destacados por Mário Moutinho, será possível perceber que as propostas apresentadas aqui fazem parte de um mesmo complexo prático e teórico.

Ferreira propõem uma síntese que evidencia tanto o diálogo das disciplinas quanto a opção por histórias que estão à margem na sociedade.

“O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos e processos que às vezes não têm como ser entendidos e elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha construído ligada à história dos excluídos.” (Amado & Ferreira, 2006, p. xiv)

O avanço da discussão sobre o estatuto da história oral deixa entrever que, para a maioria dos pesquisadores, a história oral é uma metodologia que pode ser aplicada a qualquer contexto. Na historiografia da história oral, está a densidade conceitual e crítica, que é fruto também de um diálogo com a história tradicional e as outras abordagens sobre o desenvolvimento humano e as culturas. Pelo viés transdisciplinar, essa condição dialogal, que vai desde a economia a um plano municipal de desenvolvimento das cidades, se refere a um problema de conceituação de sustentabilidade. A teoria e prática da sustentabilidade tornou-se vítima da superespecialização e da fragmentação do conhecimento através da apropriação indébita do mercado com marketing verde. É mister ratificar que, na etiologia da história oral, ainda que seja de forma oculta e indireta, está um intenso diálogo com os modelos canonizados de narrar a história dos estados e, portanto, a história nacional. Não é demais recordar os conflitos, as ‘tensões’, que ocorrem quase sempre que uma discussão teórica sai do ostracismo e propõe mudanças. Por isso, a necessidade de comprovar sua valia beira o risco de que ela se aproprie e faça uso, para sua manutenção, dos mesmos modelos antes criticados. Além de ser metodologia apropriada para dialogar com nosso objeto, a história oral possibilita esse olhar enviesado para a história. Esse olhar deveria se estender para diferentes áreas da sociedade, se assumirmos a transdisciplinaridade como um novo paradigma de aproximação e interpretação da realidade, que não também não se esgota na realidade supostamente captada. Talvez por esse motivo Michel Trebitsch, ao fazer extensa argumentação sobre o estatuto da história oral, faria vinculação com a história da etnologia, buscando no passado esquecido as significações para interpretar e dialogar com o presente. Assim narra Trebitsch:

“A história oral assegura o seu *status* de contra-história, ao buscar uma fonte privilegiada na pré-história da etnologia, e perpetua, ao alimentar uma de suas lendas sombrias – a do atraso francês – o persistente mal-entendido entre antropologia e história. Ao mesmo tempo, oculta outras fontes de inspiração, tais como a tradição das grandes pesquisas operárias do século XIX, de Villermé aos ‘Blue Books’, de Engels a Le Play, ou ainda a expansão do jornalismo popular, do qual, em parte, toma emprestada a técnica da entrevista. Genealogia por demais ‘moderna’, por demais urbana, é verdade, e que não combina com a ideia de salvar do naufrágio o ‘mundo que perdemos’.

3. Quando recorre a Heródoto contra a tradição positivista, apresentando-se como volta às fontes da história autêntica, a História Oral não está equivocada: é retorno, adaptação e repetição dos grandes paradigmas sobre os quais o populismo, já desde o século XIX, sonhou reconciliar o saber com o povo. Opondo à fria trilogia acadêmica – Estado, história e escrita – a sua própria trindade – revolução, memória e oralidade –, a História Oral assume um projeto utópico de democratização da história, contra a instituição, a civilização, o progresso, a cidade, propondo-se desenvolver a palavra ao povo, ao rural, ao primitivo. História quente, militante, história dos excluídos, em que o oral se opõe ao escrito como a natureza à cultura, o vivenciado ao concebido, o verdadeiro ao artificial. A História Oral construiu sua identidade sobre um sistema maniqueísta de antinomias, de que decorrem os seus princípios metodológicos – uso da pesquisa de campo e da observação participante, abertura interdisciplinar para as demais ciências sociais. (Trebitsch, 1994, p. 24, 25.)

Esse 'status' transdisciplinar da História Oral possibilita criar uma hermenêutica aberta e sempre provisória, situada no contexto. Ela sempre pode refazer o seu caminho e acrescentar novos elementos, por vezes, irreconciliáveis em modelos científicos reféns do positivismo, da superespecialização do conhecimento e do desenvolvimento social, no qual a lógica global está sobre a local. Pela transdisciplinaridade da História Oral, faz-se a escolha por narrar uma meta-história e opta-se por desconsiderar alguns elementos simbólicos de populações carentes no planejamento da expansão de uma cidade como o Rio de Janeiro. Com isso, o modelo de desenvolvimento acaba por autenticar uma estrutura de exclusão legalizada, que retira o direito à memória das comunidades em suas múltiplas relações de vivência. Essas inter-relações não são consideradas dentro do paradigma de desenvolvimento, quando, por exemplo, a formação de um arquiteto, engenheiro, economista, empresário ou gestor aborda os macroprocessos sociais sem priorizar o micro, o local, onde esses profissionais atuarão e terão que administrar os conflitos humanos. A transdisciplinaridade da História Oral possibilita um olhar integral e crítico para a realidade, a fim de descobrir as histórias dos ofuscados pela História. Assim é possível questionar em que sentido e medida o direito à memória se torna também uma condição imprescindível para a formação universitária e, por conseguinte, a construção do desenvolvimento equitativo das cidades.⁷⁴

Nessa rota, onde a História Oral vincula-se com a memória, não seria surpresa a descoberta que, o projeto tratado como desenvolvimento era retrocesso. Se não quisermos perpetuar o ostracismo das ciências humanas no campo das humanas, será necessário, a

⁷⁴ Embora a Ecomuseologia e Sociomuseologia não sejam metodologias de coleta de testemunhos, será possível perceber que o surgimento da Nova Museologia, do ponto de vista hermenêutico, estabelece a mesma discussão com a área da Museologia chamada de tradicional. A proposta de 'Museu Integral' é a inserção do museólogo nos dramas do contexto local do museu. Essa é uma das razões que optamos por construir um referencial teórico transdisciplinar, a partir da aproximação de diferentes áreas do conhecimento. Por esse motivo também, entendemos que a História Oral é mais do que uma metodologia de coleta de dados. Distanciando-se do positivismo que também a marcou, ela também fornece elementos para repensar e reelaborar o conhecimento científico na sua relação com a realidade nos últimos séculos.

partir da transdisciplinaridade, reconstruir os conceitos de cidade, centro, periferia e desenvolvimento. Com isso, é fundamental perguntar para quem é o desenvolvimento e quais meios têm sido usados para atingi-lo. Embora as discussões recentes sejam contundentes em afirmar que a História Oral deva ser encarada apenas como uma metodologia de coleta de dados, é sempre importante ressaltar que, pela transdisciplinaridade, as raízes de sua autoafirmação na década 60 se deram por se posicionar firme a favor de que a história dos excluídos da história estivesse do lado dos incluídos na história, conforme narra Trebitsch.

2. A esta hierarquia, a História Oral vem se opor como contra-história, operando uma inversão historiográfica radical, tanto do ponto de vista dos objetos como dos métodos. História vista de baixo, história do local e do comunitário, história dos humildes e dos sem-história, tira do esquecimento aquilo que a história oficial sepultou: tradições pré-colombianas recolhidas pelos cronistas franciscanos do século XVI, em que se enraíza a História Oral mexicana; relatos dos veteranos da revolução mexicana, relatos dos veteranos da revolução americana, coletados por volta de 1840; [...]. É a história de todas as 'vendées' (resistência armada) e só pode buscar os seus precursores nas margens da ortodoxia histórica, entre os 'primitivos da etnografia', os literatos românticos ou os folcloristas saudosistas. (Trebitsch, 1994, p. 23, 24)

2.3 História Oral: mais do que uma metodologia, 'para além dela mesma'

Como temos mostrado até o momento, a opção por narrar uma 'História de Baixo', 'Geschichte von innen', faz parte da historiografia da História Oral e de seu estatuto. Na aproximação que fazemos entre História Oral, Memória, Ecomuseologia e Sociomuseologia, percebemos, desde o início que, embora caracterizada como método de captação da realidade, a História Oral fornecia elementos para compor a discussão teórica. Por isso, optamos em explorar o 'Zeitgeist', a partir do questionamento do paradigma do conhecimento. Nesse paradigma, os limites entre as áreas são bem definidos; por isso, a reformulação teórica pela alteridade quase não é possível. Numa das obras mais recomendadas sobre História Oral no Brasil, as importantes pesquisadoras Marieta Ferreira e Janaína Amado propuseram discussão semelhante, mesmo sendo taxativas que a história oral deva ser apenas uma metodologia.⁷⁵

"Poucas áreas, atualmente, têm esclarecido melhor do que a história oral, o quanto a pesquisa empírica de campo e a reflexão teórico-metodológica estão indissociavelmente interligadas, e demonstrando de maneira mais convincente que o objeto histórico é sempre resultado de uma elaboração: em resumo, que a história é sempre construção." (Amado & Ferreira, 2006, p. xi)

Em função da complexidade do nosso objeto, isto é, as remoções, e o 'status' da História Oral, optamos em aproximarmo-nos da História Oral, considerando-a como metodologia, mas ao mesmo tempo, aproveitando toda sua densidade teórica, a saber, para

⁷⁵ Em nossa pesquisa, tratar a História Oral apenas como metodologia corre o risco de cair na crítica que a própria História Oral imprimiu no campo da História para ser reconhecida. Para fazer a crítica e se reafirmar como área do conhecimento, foi necessário discutir os elementos teóricos e epistemológicos do conhecimento.

além de uma simples metodologia e de um campo específico. Na verdade, mesmo aqueles que têm consciência da complexidade do objeto e das limitações de qualquer teoria em apreender a realidade, ainda permanecem construindo sobre o paradigma do positivismo ou do estruturalismo. As razões dadas por Marieta e Ferreira⁷⁶ a fim de conservar a História Oral apenas na funcionalidade de metodologia revelam essa contradição interna:

“Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho –, funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da história oral – o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de ‘suscitar’, jamais de ‘solucionar’, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer respostas.” (Amado & Ferreira, 2006, p. xvi)

A pergunta que se faz é se realmente é possível estabelecer esses recortes de forma tão precisa. Será que não é possível conservar seu rigor metodológico e, ao mesmo tempo, uma abertura à surpresa de uma realidade sempre em movimento e reconstrução simbólica e interpretativa? Quando nosso objeto carrega grau extremo de complexidade e subjetividade, é possível se manter o tempo todo dentro desses limites preestabelecidos pelo método? Como metodologia, partimos, sim, do princípio de que o objetivo primeiro não seria fornecer respostas, mas suscitar e formular perguntas. No entanto, será que existe mesmo, na alteridade de subjetividades profundas e no diálogo com memórias quentes, a certeza de que o contato, por si só, com o objeto não produza respostas captáveis apenas para os produtores dessa memória, isto é, entrevistado e entrevistador? Será que pelo fato de haver no processo de aquisição do objeto, todo esse feixe de interconexões amorfas, dispensaria ou contradiria as teorias de interpretação? Mesmo após o recorte metodológico e a coleta do material, seria coerente esvaziar esses testemunhos da consistência afetiva e existencial, difícil de ser comunicada integralmente na escrita? E os códigos e pactos subliminares de comunicação estabelecidos entre entrevistado e entrevistador?⁷⁷ Por tudo isso, será que os testemunhos não deveriam ser situados numa teia de relações simbólicas, semióticas e ecossociais, compreendidas quase sempre a partir da realidade local e de uma arqueologia da paisagem?⁷⁸

⁷⁶ Como não estamos fazendo uma tese sobre a proposta das autoras, não nos preocupamos em descobrir em quais outras obras elas fundamentam melhor a hipótese ou até se escreveram teorias recentes que contradizem essa proposta. Como nosso objetivo é pegar a fundamentação apenas como exemplo, sentimos que não seria necessário realizar essa pesquisa com as autoras.

⁷⁷ Nesse campo específico, veremos que a Declaração MINOM Rio 2013 tem uma contribuição importante, pois, a teoria implícita na declaração foi colhida dos testemunhos de pessoas que vivem a experiência na prática.

⁷⁸ Nessa obra, é possível conhecer as diferentes abordagens sobre 'Arqueologia da Paisagem'. Barcelos, A. (2000). *Espaço e arqueologia nas missões Jesuítas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: EDIPUCRS. Coleção arqueologia, v. 7.

A questão que surge é: se a História Oral for encarada para além do paradigma do conhecimento na modernidade, onde se acredite nas fronteiras muradas do saber, será que ela deve ainda ser vista apenas como ponte entre prática e teoria? Para responder o questionamento feito na citação anterior se a História Oral pode responder perguntas, Marieta e Ferreira afirmam que as “soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história. Aí se agrupam conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico.” (Amado & Ferreira, 2006, p. xvi) Em nossa proposta, conservar as respostas na boa e antiga teoria da história é interpretar a realidade com modelos importantes e imprescindíveis, mas é também não assumir a crise de paradigmas vigente nos modelos científicos de aproximação da realidade. Para responder a situações tão complexas e, por vezes, não captadas pela limitação da linguagem, é preciso transcender o referencial da história, por mais importante que ele seja. A arqueologia da paisagem é história; a engenharia da cidade é história; a museologia é história; a teologia é história. Mas ainda poderia haver o argumento de que a teoria da história é também a contribuição dessas áreas. Sim, mas uma contribuição vista a partir da interpretação da teoria da história que, por coerência, sua epistemologia possui seus pressupostos históricos, metodológicos e ideológicos de interpretar a realidade e qualquer objeto. O desafio é se abrir e enfrentar o novo que tem mais possibilidade de nascer quando áreas diferentes se aproximam e relativizam o fechamento de seus conceitos. Para nossa tese, essa discussão é muito importante e, ao mesmo tempo, não é tão simples perceber uma mudança. É possível dizer as mesmas coisas, porém, sem significar as mesmas coisas. No paradigma da ciência da modernidade, é possível aproximar as disciplinas sem assumir nenhum risco de que os monopólios e as hierarquias sejam questionados. Nesse modelo, apropria-se daquilo que é semelhante no outro sem permitir que o outro, de fato, forje o nascimento de algo diferente, fruto das áreas que se encontraram. Usando o recurso poético num trabalho acadêmico, pode-se dizer que esse encontro jamais pode gerar amor e filhos. Ambos retornam para casa sempre modificados, alterados, mas intactos na capacidade geradora e criativa, que permite que o novo nasça de dois ou de muitos: transdisciplinaridade.

Para se enxergar a História Oral para além dela mesma, não bastam apenas aproximações e apropriações de elementos de outras áreas, como mais à frente apontaremos a importância da discussão sobre memória dentro da História Oral e os desafios de uma ecomuseologia e sociomuseologia inseridas nas múltiplas realidades das favelas cariocas. Para fazer justiça à argumentação das pesquisadoras Marieta e Ferreira, batalhadoras na pesquisa sobre História Oral no Brasil, colocaremos a totalidade do texto, que é muito coerente por sinal, mas que em nossa leitura reflete certa dependência do modelo de

conhecimento especializado e compartimentado que a própria História Oral, em sua primeira fase de consolidação, questionava. Assim conclui Marieta e Ferreira:

“Para tentar esclarecer seu dilema, nosso pesquisador poderá ainda lançar mãos de contribuições oriundas de outras disciplinas, como filosofia (os trabalhos de Henri Bergson sobre a memória, por exemplo), a teoria sociológica (as reflexões de Maurice Halbwachs ou Pierre Bourdieu, entre outros), a teoria psicanalítica (que, desde Freud, vem trabalhando conceitualmente a memória, em especial o seu potencial regenerador e transformador). Seja qual for a disciplina a que recorra, porém, o historiador encontrará encaminhamentos e soluções para esse tipo de questão na área da teoria (histórica, sociológica, psicanalítica etc.), já que esta tem capacidade de pensar abstratamente questões oriundas da prática, filtradas pela metodologia, produzindo conceitos que, por sua abrangência, são aplicados a situações análogas, iluminando e transformando a compreensão da própria prática – no caso específico, do exercício da história oral. A interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico; mas é a teoria que oferece os meios para refletir sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos historiadores, aí incluídos os que trabalham com fontes orais.” (Amado & Ferreira, 2006, pp. xvi, xvii)

Indo além do 'status' de ser apenas uma metodologia na abordagem do nosso objeto, a História Oral se refaz e se redefine no contato com as teorias que utilizaremos na pesquisa. Por isso, a proposta é construir um referencial teórico transdisciplinar. Embora assumamos a História Oral como metodologia, sua abrangência transdisciplinar possibilita fazermos recortes situados, porém, dialogais com a realidade. Ainda que, como metodologia, ela não esteja limitada ao uso em situações semelhantes à que analisamos, é possível dizer que o contexto das remoções na história do Rio de Janeiro, se assemelha às fases importantes do seu desenvolvimento,⁷⁹ entendendo ser bastante pertinente essa abordagem. No entanto, se analisada pelo âmbito da Transdisciplinaridade e pela crise de paradigma nas ciências, é possível trabalhar a História Oral para além da circunscrição do método, ainda que não prescindamos dessa categorização. Como mostramos anteriormente no 'Zeitgeist' e no estatuto, até chegar a se definir como método, são elencadas discussões que, em muito, se aproximam da própria teoria.

A justificação dessa nossa abordagem se refere principalmente à necessidade constante de interpretação dos testemunhos que são coletados no campo. Uma metodologia aberta à revisão constante, precisa, no processo, estar aberta a transitar minimamente no campo da pergunta e na suposição da resposta, embora essa seja provisória para não comprometer a teoria de interpretação. Quando se leva às últimas consequências a realidade dessas pessoas e se estabelecem critérios para coleta dos testemunhos, é preciso considerar elevado grau de peculiaridades presentes apenas nessa realidade. A escolha do local é definida por opções pessoais, às vezes, inconscientes; e a escolha do método também,

⁷⁹ Na segunda parte apresentaremos as entrevistas e os contextos, assim será possível perceber o alto grau de complexidade presente nos dois contextos.

embora busquemos aquele que se aproxima da natureza do problema que se quer investigar. Considerar até que ponto essas condições interferirão na cientificidade da pesquisa é fundamental, mas isso não desqualifica o trabalho e a afirmação de que não há neutralidade na escolha.

Esse é o motivo porque a história oral questiona uma aproximação fria aos contextos a serem pesquisados. O pesquisador não é apenas um coletor de objetos que serão dissecados, pelo contrário, nesse viés, o 'para além' da História Oral significa se fazer e refazer pela realidade. Por isso, propusemos que a História Oral seja integralmente transdisciplinar, isto é, passível de se refazer a partir do objeto e da teoria, gerando algo novo que pode ser fortalecido como método ou instrumento que ajuda a interpretar a realidade que ela capta. Por isso a importância de teorias mais amplas que analisam o objeto, teorias também abertas à transdisciplinaridade.⁸⁰ Essa mesma discussão é levantada pela Ecomuseologia, pois, em diferentes experiências de ecomuseus e museus comunitários, todos participam juntos, têm funções conjuntas. Essa é a única forma do pesquisador realizar seu trabalho, não existe outra. Ele até pode chegar distante, dependente das formas acadêmicas, mas aos poucos, torna-se um pesquisador participante. E há casos em que o morador é o próprio pesquisador, que só descobrirá que fazia um excelente trabalho de pesquisa anos depois. Na prática dos ecomuseus no Brasil, pelo que percebemos na XV Conferência para uma Nova Museologia, há uma radical inversão da lógica da modernidade no que se refere a aquisição e elaboração do conhecimento. No contexto do Morro de Santa Marta, onde realizamos as entrevistas, a moradora enfatizou com propriedade o distanciamento do servidor público, do pesquisador e de todos que atuam nas comunidades cariocas. A fala de Sheila Souza, moradora da favela do Santa Marta, pode dialogar com o que apresentamos em todo o capítulo:

“Mas eu acho, Dell, até que eles ouvem; o problema é que o cara não tira a bunda do escritório para vir aqui e ver. Então, tem essa dificuldade também, ele faz uma análise muito fria, muito distante, cara. Se você não tiver aqui, falando com as pessoas aqui dentro, não tem como você sentir: como é que você sente o cheiro, cheiro de vala, pra você entender a urbanização? Você precisa entender o quão é importante pra gente, por exemplo, fechar as valas. Você tem que tá aqui, sentir o cheiro da vala, você tem que ver o rato, você tem que ver como é que isso impacta no dia a dia das pessoas. Se você não viver isso, não tem jeito, cara. Então, o cara tá lá no escritório dele, tá despachando. Então, o que acontece também é que os nossos políticos não saem da sua zona de conforto; então, ou seja, eles fazem a

⁸⁰ Uma das teorias que utilizaremos será a memória. As reflexões sobre memória mostraram sua base profundamente transdisciplinar. A redescoberta dos estudos da memória no primeiro trabalho de Maurice Halbwachs, através da memória coletiva, também está em diálogo com um modelo que não privilegiava a interconexão dos elementos. Se estamos denominando transdisciplinaridade como a possibilidade de nascer algo novo a partir do encontro de diferentes, a saber, alteridade, significa que existe importante característica da hermenêutica transdisciplinar nas primeiras reflexões sobre memória. Além do tema da urbanização/remoção remontar intrinsecamente o tema da memória, a reflexão transdisciplinar sobre memória é um dos motivos pelos quais inserimos a teoria da memória em nossa pesquisa. A memória diz respeito à História Oral e é um dos elementos centrais, tanto na Ecomuseologia no Rio de Janeiro como na Sociomuseologia.

política lá dentro dos escritórios. Político só vem na favela pra ganhar voto no dia de eleição. O cara não vem aqui pra saber do que eu...
Isso é muito complicado hoje. Aí, o que acontece? Às vezes a gente bate de frente com jornalistas, com pessoas que vêm dizendo: a gente tá querendo ajudar. Eu tô ouvindo isso já há um tempão. Dell, eu ouço isso há mais de 15, 20 anos. Gente entrando aqui, entrevistando, e tipo assim, não muda nada. Esse pessoal já foi embora, já se formou, tem título, tá ganhando bem, sei lá, tá fazendo alguma coisa bacana, mas não retorna." (S. Souza, 2014)

Nesse momento, Sheila Souza fala especificamente dos pesquisadores.

Pergunto a ela se de fato não há retorno das pesquisas e dos resultados dos trabalhos.

Sheila Souza responde:

"Nada, nada, nada, nada. E dizer que: 'Ah, vai dar visibilidade'. Entendeu? Visibilidade é só você botar uma foto no facebook: isso é visibilidade, até aí 'morreu Neves'⁸¹, entendeu? Então, assim, e as pessoas não entende também essa coisa da gente tá cansado, que a gente tá dentro disso e tá querendo sair. O cara vem aqui e volta pra sua zona de conforto e eu tô aqui na zona do desconforto. Você tá entendendo? Então, essa que é a nossa dificuldade realmente de um trabalho real. E hoje é o que diz, 'né! Eu sempre que eu saio pra fazer alguma coisa e eles dizem: Lá no Santa Marta tem um monte de gente entrevistando, é o perímetro quadrado que mais tem entrevistador. E eu fico puta com isso! Entendeu? Porque isso não tem agregado muito valor no sentido de transformação de base. As pessoas não vêm aqui para as nossas reuniões, entendeu? Eu vou para as reuniões. Ah, legal! Vamos lá, vamos agitar, vamos fazer não sei o quê. Aí, volta pra cá, acabou, acaba a reunião, acabou. É porque ninguém quer botar a mão na massa, ninguém quer botar o pé na lama, cara. Não quer. Então é complicado.
É um trabalho duro, de longo, não é nem médio e longo prazo, é de longo, longuíssimo prazo." (S. Souza, 2014)

Através do testemunho de Sheila e de outros moradores que mostraremos, na segunda parte, é possível dizer que existe um incômodo sobre como se desenvolvem as pesquisas nas favelas. Pela fala de Sheila, pode-se perceber que, sem afetividade e envolvimento concreto do pesquisador, ele corre o risco de não captar nuances importantes do objeto. Por isso, defendemos que até a metodologia torna-se relativa, porque ela mesma pode ser reelaborada depois de estar pronta. Diante de situações que escapam às apreensões do pesquisador, o caminho de construção torna-se bastante flexível.

Estranheza, aproximação e alteridade estão presentes durante todo o processo de coleta dos testemunhos. Citamos uma experiência vivida na comunidade do Metrô-Mangueira que exemplifica o que falamos. Nos dois dias que passamos junto aos moradores do local, um grupo de estudantes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro ficou sabendo que a polícia derrubaria casas e barracos. Assim, esses estudantes universitários se dirigiram para a área, conversaram com os moradores e ouviram todas as questões. Na verdade, eles já acompanhavam o caso. Eles também fizeram uma mediação com representantes do Estado. Nesses dois dias profundamente tensos, nós só conseguimos falar com quase 70% das

⁸¹ Expressão idiomática que significa, *não estou me importando com isso*.

famílias, porque estávamos próximos aos estudantes da UERJ. Quando nos identificávamos como pesquisador, a associação era direta. Já existia uma afetividade que possibilitou a troca. Em função das mudanças rápidas no local, o planejamento foi mudado várias vezes, a partir da realidade complexa: polícia, tropa de choque, grupos não nominados, mídia, mulheres grávidas, tensão e receio de invasão, “tiro, porrada e bomba”⁸², três casas já tinham sido derrubadas e duas famílias perderam tudo. Em alguns casos, a entrevista era uma logoterapia, um divã psicanalítico no qual o entrevistador apenas levantava a questão e, pelo calor do momento, os testemunhos fluíam, seguindo seu próprio percurso, unindo memórias do presente com histórias do passado. Quase sempre a dor estava presente. Esse grau de complexidade exigiu que outra proposta de memória dialogasse com o objeto.

Quando propomos que a História Oral deva ser encarada ‘para além’ dela mesma, estamos nos referindo, de um lado, à complexidade dos dois objetos que pesquisamos, a saber, as remoções na Comunidade do Metrô-Mangureira e no Pico do Santa Marta. De outro, estamos nos referindo à necessidade de que as teorias sejam amplas, de certa forma, questionadoras dos muros que separam a relação com outros campos do saber e com o método. A natureza da História Oral provoca a ‘tensão criativa de sentido’. As teorias precisam considerar o poço de afetividade, a dor da partida, a indecisão, os cortes, o significado do território e outros elementos presentes nesses casos de remoções. Isso atinge diretamente o estatuto da História Oral e, principalmente, aquela visão de que o pesquisador precisava se distanciar do seu objeto. Fazendo a mesma discussão, Barreto concluiria:

“Esse é um aspecto importante na discussão da História Oral: não há um pesquisador pronto, não há receitas para pesquisar. Há um processo de formação contínua do pesquisador, que implica a discussão de questões que os sujeitos envolvidos no processo vão colocando, das opções que são assumidas, dificuldades do campo, das surpresas, sempre consequentes. O pesquisador para nós, vai se constituindo nesse processo de diálogo com seus entrevistados e suas fontes diversas, processo que se pauta tanto na formação anterior que carrega como na troca de experiências com outros pesquisadores. Pode-se afirmar que o pesquisador, neste caso, também carrega em sua formação e em sua prática de

⁸² Essa expressão faz parte da música da cantora Valesca Popozuda. Colocamos aqui porque, ao final de um encontro da Rede de Museologia Social no Museu da Maré, Rio de Janeiro, esperávamos do lado de fora. Um senhor se aproximou e nos indagou se éramos de alguma ONG. Em seguida, ele realizou um protesto contra a ocupação militar na área. Ele repetia seguidamente a frase: ‘é só tiro, porrada e bomba’ sobre nós, nossas casas, nossos amigos, ‘é só tiro, porrada e bomba’. Duas questões estão implicadas nesse fato: primeiro, se não conhecêssemos a música, não seria possível compreender na íntegra o protesto do senhor. Segundo, a apropriação que esse senhor fez dessa música para comunicar algo que estava no seu campo afetivo e de sobrevivência. Como existem códigos muito particulares de comunicação dentro da favela, a música possibilitou que moradores da favela e moradores de fora da favela pudessem se comunicar e compreender o sentido do protesto do jovem que buscava a comunicação. A primeira pergunta dele, em tom de desespero era: “Vocês são de uma ONG? Vocês são de alguma ONG? Vocês são de alguma ONG?” Quando respondi ‘sim’, ele então desabafou: “é só tiro, porrada e bomba”. Essa experiência foi muito simbólica, porque no ano de 2014 abriu-se um debate, em diferentes segmentos, porque um professor de filosofia utilizou essa letra numa avaliação numa classe de ensino médio. Na avaliação, a fanqueira Valesca Popozuda foi denominada como ‘Pensadora Contemporânea’. Colocamos esse exemplo aqui para problematizar os códigos de informação, pois temos um caso concreto onde a letra da música serviu para comunicar um anseio, um protesto e, principalmente, nós que não éramos da comunidade compreendemos o sentido do protesto porque a letra é conhecida por todos nós.

pesquisa a memória dos estudos que desenvolveram de modo semelhante ao seu.”
(Demartini, 2006, p. 280)

Essa questão está muito longe de ser reduzida apenas à História Oral: é um problema do conhecimento na atualidade. Não é possível trabalhar com critérios de verdade e veracidade presentes em propostas dependentes de uma racionalidade fechada, explicativa. Nossa pesquisa está no coração do problema do conhecimento na atualidade, isto é, a relação entre sujeito e objeto. A História Oral – *para além* dela mesma – levanta o questionamento se já não é necessário que cada grande área do conhecimento científico reconheça os pontos de 'tensão criativa de sentido', 'Zeitgeist', e forneça elementos para uma ciência transdisciplinar introdutória. Essa ciência seria a simbiose dos conteúdos específicos de áreas supostamente diferentes. Essa é a razão pela qual desde cedo percebemos que, no nosso caso, as remoções possuem grau elevado de complexidade, difícil de ser abarcada apenas por uma área. Não basta apenas ter um recorte coerente e bem delimitado, pois a subjetividade que interfere nas escolhas antes e durante o processo. Em nossa abordagem, a reflexão epistemológica sobre a História Oral, junto com a inserção da memória, pode servir à Ecomuseologia e Sociomuseologia, não apenas como método, mas também como teoria que interpreta ao construir objetivo. Até pelo fato de termos trabalhado por quase três anos no Ecomuseu Nega Vilma, a História Oral foi fundamental para traduzir essa construção conjunta do objeto que se dava antes mesmo de decidir fazer a pesquisa.

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO III: MEMÓRIA COLETIVA E A INDIVIDUAL

Capítulo III: Memória Coletiva e a Individual, o 'Direito à Memória'

3.1 'Zeitgeist': Dificuldades no Campo do Racionalismo, Subjetivismo e do Individualismo: Maurice Halbwachs

Como vimos, um dos grandes impulsos para validação da História Oral foram os estudos sobre memória. O risco da banalização exigia problematização mínima com critérios que validassem a cientificidade dos testemunhos como documento de pesquisa. Nos tópicos anteriores, mostramos um pouco, como pensadores e pesquisadores de História Oral fizeram de tudo para dar objetividade aos testemunhos. Com isso, passariam pelo crivo das críticas. Porém, devemos considerar que muitos daqueles que aderiram à História Oral não conseguiram perceber que a discussão fundante era, na verdade, sobre a crise de um modelo de conhecimento. Nesse quesito específico, a inserção do tema da memória por March Bloch e Lucien Febvre foi fundamental para evidenciar um dos problemas centrais, a saber, de um lado, o isolamento das ciências e, de outro, a dificuldade de abandonar o poder de ser o único detentor do conhecimento. A transdisciplinaridade, nessa leitura, tornava-se uma ameaça.

O que tentaremos mostrar com o 'Zeitgeist' é que esse não era um problema específico da História Oral, mas do paradigma de conhecimento também presente na História, Museologia e no conceito de Desenvolvimento.⁸³ A inserção de outros temas dialogais dentro da História pelo historiador e fundador da 'Escola dos Annales', Marc Bloch, foi o elemento central. Nascido em Lyon, França, em 1886, estudou em Paris, Berlim e Leipzig. Na universidade de Estrasburgo, participou da criação da revista 'Annales d'Histoire Économique et Sociale' que foi fundamental para o surgimento da 'Nova História' ou 'História das Mentalidades'. Marc Bloch foi morto no dia 16 de junho de 1944, quando os nazistas invadiram a França. A primeira metade do século XX assistiria a um dos debates mais intensos sobre a historiografia da História. Junto com Marc Bloch, estava Lucien Febvre. Ambos foram importantes para reconstruirmos esse momento. O mesmo problema presente na História Oral, olhar unívoco para a realidade, estará nesse debate também. O aspecto dialogal não era considerado conforme Burke descreve:

"Na França, os anos 20 testemunharam um movimento rumo a um 'novo tipo de história', conduzido por dois professores da Universidade de Estrasburgo, Marc Bloch e Lucien Febvre. A revista fundada por eles, 'Annales d'Histoire Économique et Sociale', fez críticas implacáveis aos historiadores tradicionais. [nasceria a 'Escola dos Annales']. [...] Ambos interessavam-se por linguística, ambos liam os estudos sobre 'mentalidade primitiva' realizados pelo filósofo e antropólogo Lucien Lévy-Bruhl. [...] Bloch estava mais próximo da sociologia de Émile Durkheim e sua escola (principalmente Maurice Halbwachs, autor de um estudo famoso sobre a estrutura social da memória)." (Burke, 2002, p. 30-31)

⁸³ Por isso, falar de Desenvolvimento na Europa tem um significado muito diferente do que falar de desenvolvimento na América Latina.

Para mostrar que existe um 'Zeitgeist' com questionamentos comuns da realidade, consideramos que o primeiro impulso a fim de que a memória fosse encarada de forma coletiva aconteceu com o sociólogo francês Maurice Halbwachs⁸⁴. Ele trabalhou o conceito, inicialmente, na sua obra 'Les cadres sociaux de la mémoire'⁸⁵, que foi publicada em 1925, e depois desenvolvido na obra póstuma, 'La Mémoire Collective', 1950. Halbwachs desenvolve a tese sobre a memória, partindo do pressuposto de que quaisquer que sejam as lembranças do passado presentes no ser humano, ainda que pareçam consequência de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente pessoais, só existem a partir de *quadros sociais da memória*.⁸⁶ (Halbwachs, 1990, p. 26). No que diz respeito à crise de paradigma, ao individualismo e às leituras univocizantes da história, Maurice Halbwachs estava tocando no coração do problema que mais tarde ficaria evidente. Para Halbwachs, ainda que a experiência com qualquer realidade se dê individualmente, ela é mediada por diversos objetos presentes na construção coletiva da identidade pessoal. Por isso, lembranças estão sempre inseridas em quadros sociais, e memórias são peças de algum contexto social do passado. Neste caso, a coletividade não é contrária à individualidade, apenas reitera que a última é uma construção dentro da coletividade.⁸⁷ (Halbwachs, 1990, p. 25-48). Do ponto de vista hermenêutico, é possível observar que, em contextos diferentes, a questão levantada por Halbwachs é semelhante à demanda principal dos teóricos da História Oral.⁸⁸ É preciso dizer também que existiam diferentes e contraditórias abordagens sobre a memória. Para nosso contexto, é importante perguntar se seria possível e legítimo ter outro olhar para a história e para o passado que não fosse aquela que privilegiava apenas abordagens mais individualistas ou individualizadas?

Indiretamente, a provocação de M. Halbwachs é uma questão que toca no modelo, no paradigma de leitura da realidade. Por isso, fizemos questão de situar também a História Oral dentro dos contextos de suas dificuldades e das críticas que a oralidade recebia, justamente

⁸⁴ O trabalho de M. Halbwachs também foi importante para o historiador Michel Pollack, que estabeleceu constante diálogo com sua proposta de Memória Coletiva. Cf. Pollak, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. (1989) In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. 2, 3, pp. 3-15.

⁸⁵ Alguns autores, apesar de aceitarem que, de fato, o livro marca uma nova abordagem para estudos sobre a memória, enxergam nessa obra um acento muito positivista e funcionalista. Nas obras seguintes, M. Halbwachs aprofundaria melhor estes conceitos. Halbwachs, M. (1990). São Paulo: Edições Vértice.

⁸⁶ Para conferir a discussão completa no livro original, Cf. Halbwachs, M. (1925) *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, p. 26. Cf. link: http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/cadres_soc_memoire/cadres_sociaux_memoire.pdf Acedido em abril de 2014.

⁸⁷ A mesma discussão pode ser encontrada na obra principal de M. Halbwachs. HALBWACHS, Maurice. (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925, pp. 105-108.

⁸⁸ Quando aprofundarmos as teses de Peter Davis sobre Museologia, será também possível perceber que ele faz uma ligação da Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972, à história de alguns movimentos por uma museologia mais 'comunitária' ou do local que se deram na primeira metade do século XX. Nesse paradigma, a ideia de individual e coletivo está posta em ambos os casos como problema e tensão.

pela sua suposta ausência de objetividade.⁸⁹ Se deslocarmos a argumentação de M. Halbwachs para o contexto no qual a História Oral teve que fundamentar a validade científica do seu objeto, é possível perceber os pontos de contatos.

“As palavras também são mais numerosas do que as letras, e as combinações de palavras são mais numerosas do que as próprias palavras. O que há de novo em cada página não são as palavras, nem mesmo os membros da frase: tudo isto reteríamos bem depressa. O que é preciso reter agora ou compreender, aquilo sobre o que a atenção deve se concentrar, é a combinação dos temas elementares, das combinações de notas ou de palavras já conhecidas. Assim se encontra reduzida e simplificada a tarefa da memória.” (Halbwachs, 1990, p. 170)

M. Halbwachs percebe que a discussão sobre a memória pode favorecer um deslocamento de olhar para ‘combinação dos temas elementares’. Na construção do referencial teórico da pesquisa, essa fato está presente, embora não tenhamos a intenção de fazer definições fechadas, pois, nessa combinação está a ‘tensão criativa de sentido’. O conjunto de referenciais teóricos que estamos utilizando para dialogar com a realidade complexa das remoções tem a memória como elemento aglutinador. Isso se dá tanto pelo fato de remontar a dimensão coletiva da favela quanto pela consciência do ‘Direito à Memória’ presente nos testemunhos das lideranças locais. Na História Oral, já mostramos; na Ecomuseologia e Sociomuseologia, o tema memória é fundamental, uma vez que a pergunta sobre o ‘Direito à Memória’ aparece em várias iniciativas de ecomuseus e museus comunitários. Memória estará entrelaçada ao debate profícuo sobre território, patrimônio, heranças culturais e outros. Isso gerará discussões sobre as dimensões coletiva, participativa e comunitária, situações que provocam a construção de teorias mais abrangentes e menos cartesianas. Para não serem também reféns do positivismo, muito forte ainda na formação do conhecimento da modernidade, a construção de conhecimentos, cada vez mais dialogal e abrangente, é o desafio também para essas áreas intrinsecamente transdisciplinares. Como se abrir às áreas diferentes, ao mesmo tempo em que a identidade pode ser fortalecida? Um dos critérios seria a dimensão transdisciplinar e diversa da própria realidade. As teorias precisam se reinventar a partir de um movimento de alteridade com novas realidades complexas.

Quando descrevermos os detalhes do ambiente da favela, o tema da memória coletiva estará presente em símbolos que vão desde as construções de pau-a-pique até os códigos secretos, quase impossíveis de serem percebidos para quem não faz parte desse ambiente. Existem comunicações e preservações da memória que estão para além dos modelos tradicionais tanto de registro e narrativa quanto de compreensão da própria memória.

⁸⁹ Embora abordaremos nos capítulos seguintes, a Nova Museologia receberia as mesmas críticas supostamente porque não tinham os critérios objetivos daquilo que poderia ser considerado museu. Nosso objetivo é mostrar que estamos dentro de um mesmo complexo e é necessário observar essa ‘tensão criativa de sentido’.

Por isso, há necessidade também de abordagens abertas a essa multiplicidade de leituras. Uma mesma área pode ter um significado de lembrança para um grupo e outro significado para outro. Existe uma densidade pluripotencial de símbolos e significados no mesmo entorno, com a mesma paisagem e com os mesmos objetos. Por isso, as leituras sobre a remoção no morro Santa Marta são diversas, assim como são diversas as interpretações da memória e suas possibilidades de narrar a mesma história. A coletividade carrega em sua natureza, por um lado, a complexidade e, por outro, a transdisciplinaridade. De forma diferente, grande parte da reflexão de M. Halbwachs insere essa questão na reflexão sobre a memória. A inserção da discussão sobre a memória coletiva no diálogo com a memória individual é um dos fatores. Para Halbwachs, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.” (Halbwachs, 1990, p. 51). Nosso objetivo nesse trabalho não é discutir todas as nuances da proposta de Halbwachs, senão aproveitar elementos que já foram discutidos e aceitos como dados centrais de seu pensamento.⁹⁰ A proposta de M. Halbwachs se torna base de constante diálogo em nossa pesquisa por uma série de fatores. Porém, o que mais nos interessa é o fato dele, por um lado, definir com bastante propriedade que os ‘quadros sociais da memória’ têm antecedências, porém não são fechados ou deterministas, e que a identidade é fruto de construções⁹¹; e, por outro, mostrar que a memória coletiva está presente em lugares físicos e espaciais. Para Halbwachs, “cada sociedade recorta o espaço a seu modo, por sua vez para todas, ou seguindo sempre as mesma linhas, de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças.” (Halbwachs, 1990, p. 160). Num contexto de comunidade de periferias, onde os espaços são usados como mediadores constantes do diálogo comunitário e das relações interpessoais, intrapessoais e artísticas, algumas abordagens de M. Halbwachs são fundamentais, principalmente a que se refere à memória do passado. Assim M. Halbwachs explica:

⁹⁰ Muitas pesquisas já foram realizadas sobre o trabalho de Maurice Halbwachs. Nosso trabalho utiliza algumas de suas intuições centrais que estão em consonância com esse nosso olhar para o paradigma de conhecimento da modernidade, principalmente na sua vertente positivista e individualista que gera modelos unívocos de interpretação da realidade. O simples fato de fazer uma reflexão na qual mostra que a memória individual se forma a partir de premissas coletivas seria suficiente para compor nosso quadro transdisciplinar que se aproxima de um objeto complexo que é a urbanização/remoção. Para aprofundamentos sobre algumas nuances e controversas da sua obra, no Brasil, duas pesquisadoras realizaram excelentes trabalhos sobre o pensamento de Maurice Halbwachs, a saber, Eclea Bosi e Myrian Sepúlveda dos Santos. Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade - Lembranças de velhos*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras; SANTOS, M. (2003). *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume.

⁹¹ Apesar de sua obra fundamental ser sempre referência, M. Halbwachs desenvolveria sua tese nas obras que viriam depois. Um exemplo foi um trabalho empírico que ele realizou com músicos, do qual nasceria um escrito sobre memória coletiva de músicos, mostrando como suas eficiências nas execuções das peças dependiam da experiência coletiva. Cf. Halbwachs, M. *La mémoire collective chez les musiciens* (1939). In *Revue Philosophique*, n. 127, pp. 136-165.; Halbwachs, M. (1941). *La topographie légendaire des évangiles en Terres Saintes: étude de mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France.

“Não é certo, então, que para lembrar-se, seja necessário se transportar em pensamento para fora do espaço, pois pelo contrário é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente; mas é assim que podemos definir a memória; e o espaço só é suficientemente estável para poder durar sem envelhecer, nem perder nenhuma de suas partes.” (Halbwachs, 1990, p. 160).

A noção de Halbwachs de que o passado é sempre construído através de estruturas sociais do presente possibilita que nossa pesquisa também dialogue com os conceitos de memória material e imaterial, patrimônio tangível e intangível, heranças que estão na base fundamental do conceito de Ecomuseu. Neste sentido, os referenciais teóricos se complementam ou se acrescentam nesse campo de complexidade. A base teórica que fundamenta o conceito de ecomuseu valoriza o patrimônio e a memória justamente enquanto produtoras de sentido para a comunidade local. Fato importante para analisarmos é que o mesmo movimento que ocorrera com a História Oral, propondo que outros atores tivessem espaço na historiografia da História, ocorrera também na década de 60 com o surgimento dos ecomuseus na Museologia,⁹² como podemos ver na descrição de Amado Mendes:

“A ideia viria a ser retomada no Continente Europeu, a partir dos anos de 1960, num contexto diferente e com a utilização de novas metodologias, já na sequência ou sob a ameaça da desindustrialização de vastas áreas, nas quais vieram a ser criados ‘ecomuseus. Le Creusot’, em França, ou Ecomuseu Municipal do Seixal, entre nós – como já se disse – são alguns dos muitos exemplos que poderiam indicar-se.

Estes novos espaços museológicos, além de conciliarem a preservação do patrimônio com a sua interpretação – pelo que são considerados, pela nova museologia, como “museu da terceira geração” – caracterizam-se também pelo envolvimento direto da respectiva comunidade, assim como pela sua inserção em estratégias de desenvolvimento.” (Amado, 2009, pp. 114-115)

Como questionamento de um paradigma através da abordagem sobre a memória coletiva, Halbwachs é o primeiro. Ao fazer uma análise crítica sobre a proposta de Maurice Halbwachs, Sepúlveda Santos destacará que ele é “uma das pessoas que mais contribuiu para a compreensão do significado da memória coletiva. Um de seus grandes méritos foi ter escrito sobre memória coletiva numa época em que a memória compreendida primordialmente enquanto fenômeno individual e subjetivo.” (M. Santos, 2003, p. 35). Além de sua contribuição sobre memória ser importante para nosso objeto, é fundamental situá-lo no em seu contexto histórico para percebermos a *tensão criativa de sentido*. Isso porque sua proposta, isto é, a hermenêutica que subjaz sua tese, difere, inclusive, das abordagens que

⁹² Conceitos como “Nova Museologia” e “Museologia de Ação” são alguns exemplos dessa discussão na história da Museologia. Essa nova perspectiva visava discutir o fato de que o modelo de museu tradicional, constituído no século XVIII, e difundido no Ocidente com o mito da homogeneidade cultural, privilegiava a cultura dominante para narrar o passado. Com isso, grupos minoritários, em sua maioria, ficavam esquecidos ou suas histórias, quando narradas, eram registradas a partir do dominador. Essa discussão, naquilo que mais tarde seria denominado de Ecomuseu, torna-se imprescindível para ajudar a compor o referencial teórico que interpreta a memória de Nega Vilma em sua relação com a comunidade, preservada no ecomuseu que leva seu nome.

outros importantes teóricos da sua época faziam sobre a mesma memória. Sepúlveda Santos destaca essa particularidade da teoria de Halbwachs.

“Embora hoje essas premissas sejam amplamente aceitas, elas surgiram em um período em que o tema da memória era ignorado pela antropologia, pela sociologia e até mesmo pela história. Marcel Proust, William James e Sigmund Freud, contemporâneos de Halbwachs, estavam todos a sua maneira voltados para os estudos da memória como forma de conhecimento da realidade, amplamente fundadas em características subjetivas.” (Santos, 2003, p. 35).

Mas é preciso destacar que o subjetivismo é um dos elementos da racionalidade fechada e elemento do conhecimento superespecializado da modernidade. A proposta teórica transdisciplinar que estamos propondo fomenta o olhar multifocal e relacional constante. Crise e conflitos são bem-vindos e precisam ser destacados, a fim de que se evidencie a ‘tensão criativa de sentido’. Na historiografia da História Oral, o movimento de etnografia da sociologia seria importante⁹³. Sepúlveda Santos mostra como o tema da memória era ignorado na Antropologia, Sociologia e na História. A possibilidade de ler a sociedade, considerando a memória coletiva, é um legado de Maurice Halbwachs, que seria sistematizado em uma de suas mais importantes obras: ‘Quadros Sociais da Memória’. Por isso, Santos afirmaria que o livro publicado “sobre os quadros sociais da memória representa ainda hoje um dos trabalhos mais importantes sobre memória coletiva com que podemos contar. [...] Procurou lidar com a memória enquanto fator social, em debate aberto com os principais pensadores de sua época.” (M. Santos, 2003, p. 38). Por isso, inserimos esse tema num quadro maior de questionamento do paradigma de conhecimento presente em diferentes vertentes. A mudança de Halbwachs para universidade de Estrasburgo, em 1919, encontraria um terreno sólido. Mais tarde, a História Oral se fortaleceria com a entrada do tema da memória. Estaria um complexo em torno da memória construído justamente pelos dois expoentes que já citamos, Marc Bloch e Lucien Febvre, conforme narraria Santos:

“Se o livro de 1925 contém de forma implícita uma resposta do sociólogo às teorias filosóficas de Bergson, suas publicações posteriores irão refletir o diálogo com teses acadêmicas defendidas pelas diversas lideranças intelectuais que faziam parte do campo teórico em que ele se encontrava. Era preciso encontrar resposta às críticas levantadas principalmente pelo psicólogo Charles Blondel e pelo historiador Marc Bloch, ambos professores de Estrasburgo. Blondel fazia críticas pela forma a qual a memória individual era reduzida ao fenômeno coletivo, enquanto Bloch, co-fundador da revista ‘Annales’, escreveu um artigo sarcástico criticando a tentativa de aplicar os critérios da objetividade e comprovação empírica aos estudos sobre o passado. Bloch defendia que os fatos históricos eram produto da construção ativa do historiador e rejeitava a perspectiva teórica adotada por Halbwachs.” (M. Santos, 2003, pp. 38-39).

⁹³ No contexto da Museologia, um dos primeiros criadores do ‘Conceito Evolutivo de Ecomuseu’ também seria influenciado pela etnografia, Georges Henri Riviere. Nos capítulos seguintes, retornaremos a esse ponto. Porém, é importante perceber o quanto vários pontos estão dialogando indiretamente dentro de um mesmo complexo.

Dentro da nossa pesquisa, dois aspectos são importantes na proposta de Halbwachs. Primeiro, o lugar que sua proposta ocupa no questionamento do modelo de tratar a realidade. As controvérsias são fundamentais porque sinalizam as tensões e desconfortos da época. Com isso, inserimos, diante da complexidade do passado, o fato de que sua proposta inaugura a possibilidade de outra forma de leitura da realidade; isso já tem um grande valor hermenêutico para nosso trabalho. Encontramos, na abordagem de Halbwachs, elementos de um novo paradigma do conhecimento. O segundo motivo diz respeito à realidade mesmo. O contexto de urbanização que remete às remoções na favela se refere à memória coletiva. Essa forma de tratar a memória numa favela no século XXI, de certa forma, está em diálogo com a pós-modernidade, ainda que seja com os elementos da modernidade. Parece que esses dois fatores, especificidade do conhecimento e realidade comunitária da vivência, foram destacados por Zygmunt Bauman ao discutir as ambivalências da modernidade:

“Parece que a perspectiva cognitiva da classe média erudita, dividida como se encontra hoje numa multiplicidade de seções especializadas que se ligam apenas frouxamente, não favorece nem o universalismo nem o relativismo e atenua a controvérsia entre os dois. Não admira que as filosofias mais populares de hoje sejam aquelas que humildemente admitem fronteiras de verdades localizadas, de base comunitária, ao mesmo tempo que lutam para defender sua prerrogativa de distinguir entre o certo e o errado dentro das linhas de fronteira aceitas. Pode-se dizer que nessas filosofias as comunidades (ou formas de vida, ou tradições, ou línguas) tornaram-se sinônimos da ideia de verdade: a comunidade é a área na qual uma verdade pode ser tida como objetiva e obrigatória, enquanto a verdade é objetiva e obrigatória na medida em que há uma comunidade que aceita isso e, portanto, a transforma em realidade dentro de suas fronteiras. A comunidade e a verdade são duas figuras retóricas que se referem uma à outra, cada uma legitimando-se através da outra num mundo de especialistas e verdade compartimentada.” (Bauman, 1999, p. 105)

Bauman descreve exatamente o pano de fundo da discussão que buscamos levantar com a construção do nosso referencial teórico que chamamos de 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira (STI)'. Por isso, fizemos esforço para aproximar, pelo viés da 'tensão criativa de sentido', a História Oral e a Memória conforme destaca Maurice Halbwachs. Se encarmos a partir da especialização e da compartimentação do conhecimento, o trabalho de aproximar diferentes propostas é inviável porque seria preciso uma única tese de doutoramento para cada segmento, isto é, História Oral, Memória, Ecomuseologia e Sociomuseologia. No entanto, quando a Ecomuseologia, no contexto do Brasil, reconstrói constantemente seu 'status' a partir das novas experiências da realidade local, podemos dizer que essa tarefa é imprescindível. Talvez, pesquisas futuras nessa área revelem que a memória era a força de resistência contra a lógica do desenvolvimento universal sobre o local. Não a memória vista no seu sentido intimista ou subjetivo, mas a memória na sua abordagem coletiva que não se esgota em apenas uma interpretação da realidade. É o lugar essencial da *tensão criativa de sentido* e do 'Direito à Memória' nas comunidades. Portanto, a provocação

de Halbwachs possibilita perceber a tensão e a chamada para a dimensão coletiva da construção da memória, fato que toca no conhecimento herdado da modernidade. O historiador Le Goff, ao escrever sobre o legado deixado por Marc Bloch, fará também referência à obra de Halbwachs. Do ponto de vista do 'Zeitgeist', ou da 'tensão criativa de sentido', todos fazem parte de um mesmo complexo de propostas que acenam um novo tempo. Assim pontua Le Goff:

“Ele [Marc Bloch] almeja em primeiro lugar um acordo da comunidade dos historiadores para definir 'previamente, por um comum acordo, alguns grandes problemas dominantes' e, além disso, espera que 'as sociedades consentirão enfim em se organizar racionalmente, com sua memória, com seu conhecimento de si próprias.'

Estamos aqui em plena atualidade. Que objeto atualmente suscita mais a investigação e a reflexão dos historiadores, em colaboração com outros especialistas das ciências humanas e sociais, do que a investigação da memória coletiva, base da busca de identidade? Marc Bloch evoca aqui provavelmente os trabalhos de seu colega sociólogo de Estrasburgo, Maurice Halbwachs, 'Estruturas Sociais da Memória' que havia sido publicado em 1925.” (Le Goff, 2001, pp. 29-28)

Por um lado, ainda que esteja separada por um longo período, a memória coletiva, da forma como Halbwachs a sistematizou, ajuda a aproximar da realidade de vida da favela, onde os 'quadros sociais da memória' podem ser observados em todas as formas simbólicas de comunicação presentes na arqueologia da paisagem. Como bem narrou Trindade: “Partindo da ideia de Durkheim, Halbwachs vai estudar não mais a memória, mas 'os quadros sociais da memória', onde as relações a serem determinadas não ficam adstritas ao mundo das pessoas (relações entre corpo e espírito), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais.” (Trindade, 2011, p. 14) O questionamento do positivismo, como possibilidade de inserir o coletivo como ponto de partida, estará presente. Nesse aspecto, Halbwachs está afirmando que a “memória do indivíduo depende então do relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.” (Trindade, 2011, p.14) Na verdade, a memória coletiva provoca outra hermenêutica de aproximação da realidade e se torna um caminho sem volta, porque cada contexto terá suas formas próprias de narrar a própria história. Por esse motivo, na abordagem a partir do 'Zeitgeist', Halbwachs “supera a visão dicotômica do positivismo e indica o caráter social da dinâmica entre a lembrança e o esquecimento em cada indivíduo.” (Trindade, 2011, p. 14). Assim como na História Oral, pesquisadores sobre o trabalho de memória coletiva no pensamento de Halbwachs mostrarão como não é possível superar totalmente o positivismo. Cada período fornece elementos novos para a interpretação da realidade. Por isso, será importante a abordagem teórica transdisciplinar que construímos com a Ecomuseologia e Sociomuseologia, presentes nos documentos onde se encontra o 'espírito' da Nova

Museologia, a saber, Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972; Declaração de Quebec, 1985; e Declaração MINOM, Rio 2013.

3.2 Complexidade das Memórias e crítica à busca pelo objetivismo dos Relatos:

Elizabeth Loftus

Ao mesmo tempo que a memória da favela é intrinsecamente uma memória coletiva, como diria a artista plástica Rosa da Costa, que cresceu no morro Santa Marta, “na favela, cada um cuida de si e todos cuidam de todos.” (R. Costa, 2013), é preciso considerar que a interpretação de relatos não é simples, pois agrega experiências vividas há sessenta, setenta anos. Por isso, a problematização da memória é fundamental.⁹⁴ Nesse contexto, temos uma demanda coletiva e comunitária que gira em torno do nosso objeto e, por outro, encontramos peculiaridades que, a despeito de sempre se construírem num âmbito interpessoal e comunitário, revelam características que pedem interpretações individuais e específicas das complexidades inerentes aos problemas que envolvem, por um lado, o tema da memória e, por outro, a Historiografia.⁹⁵ A discussão é pertinente porque toca diretamente naquilo que se convencionou definir como fonte em História. Esse fato está presente nas abordagens que a memória receberá no futuro. No momento em que se admite que a história do presente, do cotidiano e das experiências individuais são importantes, torna-se necessário buscar outras ferramentas para compreender as nuances da ‘Nova História’⁹⁶, como já mostramos na História Oral. Foi nessa época, conforme narra Maria, que o “tema da Memória, juntamente com o da Cultura, passou a ser, para os historiadores, um desafio e motivo de renovada criação, como atestam os trabalhos de J. Le Goff, Pierre Nora, E. P. Thompson,⁹⁷ Christopher Hill e Keith Thomas⁹⁸, [...]” (Freitas, 2006, p. 43). Muitos utilizaram os trabalhos do psicólogo social Charles Blondel, dentre eles, o historiador Lucien Febvre. São diferentes abordagens, porém, sem uma intenção explícita de construir uma leitura transdisciplinar, a partir da memória. A demanda impulsionava essas diferentes leituras como consideramos no final desse capítulo. Aos poucos, ficaria evidente que eram necessários tratos diferenciados com

⁹⁴ Para uma importante atualização sobre esse tema, basta consultar os textos do VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO). Associação Brasileira de História Oral. [ABHO]. (2014). <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=index> Acedido a 18 de janeiro, 2012 em <http://www.historiaoral.org.br/>.

⁹⁵ Sobre o assunto, Cf. Novais, F. (2005) *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Editora Cosac Naify. Importantes discussões sobre a Historiografia como trabalho de registro de eventos do passado, ou a designação do termo como estudo mais crítico sobre aquilo que foi produzido sobre a História, ou ainda as principais correntes da historiografia, dentre elas, ‘Positivismo’, ‘Materialismo Histórico’ ou a ‘Escola dos Annales’ podem ser encontrados nas seguintes obras: Cf. Vergara, R. & Almeida, M. (Coords.). (2008). *Ciência, História e Historiografia*. VIA LETTERA.

⁹⁶ Cf. Zentrum Mach Bloch. Deutsch-französisches Forschungszentrum für sozialwissenschaften. (2014) *Acedida em 07 de fevereiro de 2012, em <http://www.cmb.hu-berlin.de/cmb>.*

⁹⁷ Thompson, P. (1998). *Voz do passado: história oral*. 2. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

⁹⁸ Thomas, K. (2003). *Religion and the Decline of Magic: Studies in Popular Beliefs in Sixteenth and Seventeenth-Century England*. London: Penguin UK.

as lembranças. Pierre Nora desenvolveria sua proposta como 'Lugares de Memória', conforme M. Sepúlveda Santos relata:

"O uso da memória pela História consolidou-se, nos primeiros anos da década de 80 do século XX, com a organização, pelo historiador francês Pierre Nora⁹⁹, de uma grande coletânea de artigos sobre o que ele denominou lugares da memória (Nora, 1984)". (M. Santos, 2003, p. 88)

O trabalho se tornou um marco para os estudos que buscam relacionar o tema da memória com a história, como destacou M. Sepúlveda Santos:

"Na introdução deste trabalho, uma referência obrigatória para os estudiosos do tema, Nora contrastou as abordagens ao passado pela história e pela memória. Enquanto a história estaria associada a narrativas lógicas e lineares, mas vazias de conteúdos sobre o passado, as memórias coletivas seriam aquelas que resultariam de movimentos vivos e lembranças transmitidas entre gerações. A proposta do historiador passa a estudar os 'lugares de memória', ou seja, os lugares simbólicos constituídos 'pela' e constituídos 'da' nação francesa." (M. Santos, 2003, p. 88)

Essa abertura realçaria a característica profundamente transdisciplinar da memória e diferentes pesquisadores trabalhariam alguma área a partir de seus pressupostos teórico-metodológicos. De alguma forma, esse seria mais um exemplo da *tensão criativa de sentido*. A ausência de uma ciência transdisciplinar e os resquícios do paradigma da modernidade faziam também com que cada abordagem da memória fosse vista como a totalidade, isto é, isolada. Porém, é preciso considerar que os diversos olhares para um mesmo objeto já sinalizava a interdisciplinaridade de uma época, conforme destacou Peter Burke: "O compromisso de Bloch com a geografia era menor do que o de Febvre, embora seu compromisso com a sociologia fosse maior. Contudo, ambos estavam pensando de uma maneira interdisciplinar." (Burke, 1997, p.27.) Nesse ambiente interdisciplinar, outra área visitada para discutir o tema da memória seria a psicologia, em particular, a psicologia social.¹⁰⁰ A psicologia social seria outro capítulo, outro aspecto que demonstra a *tensão criativa*. Isso porque o modelo anterior, como mostramos em Halbwachs, privilegiava ainda a dimensão da subjetividade. Utilizamos a abordagem da memória da psicóloga Social Elizabeth Loftus¹⁰¹ porque existe o questionamento sobre o uso 'objetivo' dos testemunhos no

⁹⁹ Pierre Nora consultou o trabalho sobre 'Memória Coletiva' de M. Halbwachs.

¹⁰⁰ O diálogo com o psicólogo social Charles Blondel foi importante nessa época que o tema da memória começa a fazer parte da discussão dos historiadores, conforme narra Peter Burke. "Quando Febvre e Bloch se encontraram, em 1920, logo após as suas nomeações como professor e 'maître de conférences' respectivamente, rapidamente tornaram-se amigos (Febvre, 1945, p. 393). Suas salas de trabalho eram contíguas, e as portas permaneciam abertas (Febvre, 1953, p. 393). Em suas infundáveis discussões, participavam colegas como o psicólogo social Charles Blondel, cujas ideias eram importantes para Febvre, e o sociólogo Maurice Halbwachs, cujo estudo sobre estrutura social da memória, publicado em 1925, causou profunda impressão em Bloch." (Burke, 1997, pp. 27-28).

¹⁰¹ Conhecemos a teoria de Elizabeth Loftus em 2011, através do prof. Dr. André Leonardo Chevitaese, que seria supervisor da nossa pesquisa de pós-doutorado em História, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A proposta de Elizabeth Loftus foi importante para problematizarmos os testemunhos que colhemos na família de Nega Vilma, pessoa falecida que tem sua memória preservada no Ecomuseu que leva seu nome. Desde então,

contexto jurídico americano. Seu trabalho é importante, pois, a construção transdisciplinar é um dos elos de sustentação do nosso referencial teórico.¹⁰² Com um trabalho de memória respeitado nos EUA, suas obras problematizam os testemunhos e questionam a veracidade das lembranças, a fim de que se encontre mais coerência para a utilização dos relatos referentes aos eventos do passado. Nossa pesquisa não trabalha com o aspecto de verdade e falsidade; todos os relatos são importantes e serão interpretados dentro de um conjunto dialogal de testemunhos, relacionados com o ambiente inteiro. A importância de Elizabeth Loftus está justamente no fato de que, ao problematizar os relatos usados como provas nos tribunais nos EUA, ela estava questionando um trato positivista, objetivo e hermético com as lembranças do passado. Por isso, Elizabeth Loftus¹⁰³ tornar-se-ia imprescindível em nossa pesquisa, pois podemos considerar a complexidade dos relatos.

Elizabeth Loftus era professora de Ecologia Social, Direito e Ciências Cognitivas da universidade da Califórnia. Sua especialidade é psicologia cognitiva, memória humana, psicologia e direito. Elizabeth Loftus é uma pesquisadora da memória humana. Seu trabalho com a memória pode ser datado por um longo período e está focado na 'memória humana,

estudamos a proposta de Elizabeth Loftus, que é 'distinguished professor' da Universidade da Califórnia nos Departamentos de Psicologia e Comportamento Social, Criminologia, Direito e Sociedade. Foi também professora adjunta na Universidade de Washington, onde ensinou por quase vinte anos na cadeira de Direito. Loftus, E. (2003) Make-believe memories. *American Psychologist*. V. 58, 11, 864-873.

¹⁰² O início da pesquisa de Elizabeth Loftus se deu após propor outras interpretações para casos de assassinatos, onde as pessoas eram condenadas através de testemunhos que usavam exclusivamente lembranças e memórias do passado. Segundo ela, a memória é imperfeita e sujeita a intermináveis interpolações. Para Elizabeth Loftus, o ser humano pode, inclusive, ter lembranças de eventos e fatos que nunca viveu: 'falsas memórias'. Para provar sua tese, Loftus realizou vários experimentos com diferentes grupos até seu trabalho ser reconhecido, servindo, portanto, de suporte para ajudar aqueles que, diariamente, usam a memória ou lembranças do passado como parte fundamental de seus ofícios. Um dos seus trabalhos mais importantes é o famoso *Perdidos no Shopping*. Neste caso, E. Loftus e sua equipe tentaram mostrar como é possível implantar memórias falsas de fatos que as pessoas nunca viveram. Eles reuniram um grupo de adultos e, ao coletar com os familiares histórias verdadeiras da infância, acrescentaram um fato que supostamente teria ocorrido no shopping quando ambos tinham cinco anos de idade. A pesquisa mostrou que é possível implantar memórias falsas em pessoas a partir de graus de sugestões que podem ocorrer em processos terapêuticos ou outras situações, como a exposição do ocorrido nos meios midiáticos. A contribuição de E. Loftus estava em mostrar que, para uma pessoa que não é da área e não está acostumada a lidar com a complexidade da memória, no caso, juízes de tribunais e advogados, seria muito difícil discernir quais são as lembranças verdadeiras do passado e quais são as falsas. Não trabalhamos com premissas de lembranças verdadeiras e falsas em nossa pesquisa, mas sua problematização nos ajuda a delimitar e interpretar relatos dentro de um conjunto de coerências. Cf. Loftus, E. (1997). Creating false memories. *Scientific American*. V. 277, 3, 70-75.

¹⁰³ Os principais trabalhos de E. Loftus mostram elementos de sua tese. Cf. Loftus, E. (1979). *Eyewitness testimony*. Cambridge: Harvard: University Press. Loftus, E. (1980). *Memory. Surprising new insights into how we remember and why we forget*. Massachusetts: Addison-Wesley. Loftus, E., & Ketcham, K. (1994). *The myth of repressed memory: false memories and allegations of sexual abuse*. New York: St. Martin's Griffin. Loftus, E., & Ketcham, K. (1991). *Witness for the defense. The accused, the eyewitness, and the expert who puts memory on trial*. New York: St. Martin's Griffin.

testemunhos oculares e procedimentos do tribunal de justiça'.¹⁰⁴ Seu pensamento é respeitado e reconhecido no ambiente acadêmico americano e europeu.¹⁰⁵

E. Loftus trabalhou como assistente de advogados de defesa em casos que envolviam testemunhas oculares. Sua preocupação com a imprecisão da memória viria nos anos seguintes, quando fora convidada para acompanhar um caso, onde um pai estava sendo acusado, pela filha, de matar e estuprar a melhor amiga quando ambas tinham oito anos de idade. Ali começaria seu intenso trabalho que questionava como alguém pode guardar memórias tão precisas de fatos que aconteceram há tanto tempo.¹⁰⁶ A memória pode ser criada, distorcida e modificada, teoria que E. Loftus desenvolveria por um longo período de carreira. Por causa de sua pesquisa em memória, ocupou o 58º lugar numa lista dos 100 psicólogos mais influentes do século XX.

Ao trazermos E. Loftus como um dos referenciais teóricos transdisciplinares de nossa pesquisa, estamos chamando a atenção para a singularidade da memória dentro da sua construção coletiva nos quadros sociais, conforme já pontuamos em Halbwachs. Nos EUA, que utilizavam os testemunhos como elemento preponderante nos processos judiciais, a pesquisa de E. Loftus foi fundamental. E. Loftus realizou um experimento no qual mostrava aos participantes a gravação de um acidente de trânsito e depois lhes perguntava qual era a velocidade dos carros. Quando a pergunta era – A que velocidade circulavam os carros antes de colidirem violentamente? – eles respondiam velocidades muito mais altas do que quando lhes perguntavam – A que velocidade estavam os carros antes do momento da colisão? O trabalho de E. Loftus é utilizado para orientar advogados, oficiais de polícia e juízes a serem conscientes dos problemas relativos aos testemunhos¹⁰⁷, com o objetivo de desenvolver novas técnicas de investigação mais eficazes.

¹⁰⁴ E. Loftus já recebeu diversos prêmios por diversos órgãos, pelo reconhecimento social e científico de seu trabalho acadêmico e sua proposta teórica voltada à memória. Dentre eles, podemos destacar a condecoração da 'Academia Americana de Psicologia Forense', em 1995. Em 2003, foi eleita membro da 'Academia Americana de Artes e Ciências e da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais'. Em 2005, ganharia o prêmio de 200 mil dólares pelas suas ideias de grande significância e impacto. Suas obras já foram traduzidas para o francês, alemão, japonês, chinês e outras línguas. Cf. UCI Social Ecology. [UCI]. Elizabeth Loftus Brief Biography. (2014). <http://socialecology.uci.edu/faculty/eloftus/>. Acedido a 07 de outubro, 2014 em <http://socialecology.uci.edu/faculty/eloftus/>.

¹⁰⁵ Elizabeth Loftus publicou 22 livros e 500 artigos científicos. Já recebeu cinco graus de doutorado 'honoris causa' nas mais importantes universidades americanas: Doctor of Science, Miami University (Ohio), 1982; Doctorate Honoris Causa, Leiden University, The Netherlands, 1990; Doctor of Laws, John Jay College of Criminal Justice, City University of New York, 1994; Doctor of Science, University of Portsmouth, England, 1998; Doctor of Philosophy, Honoris Causa, University of Haifa, Israel, 2005; Doctor Honoris Causa, University of Oslo, Norway 2008. Cf. School of Social Ecology – University of California. Irvine. Elizabeth Loftus. (2012). <http://socialecology.uci.edu/faculty/eloftus/>. Acedido a 24 de fevereiro, 2012, em <http://socialecology.uci.edu/faculty/eloftus/>.

¹⁰⁶ Loftus, E. (1979) *Eyewitness testimony*. Cambridge: Harvard: University Press.

¹⁰⁷ Nesse artigo, E. Loftus discute especificamente os problemas relativos ao uso da memória para recordação de eventos. Cf. Loftus, E. (2011). Intelligence Gathering. In *American Psychologist*. V. 66. 6, 532-541.

E. Loftus mostra a complexidade das memórias.¹⁰⁸ Por um lado, ela é uma riqueza que produz vida, está recheada de lembranças boas, mas por outro, também guarda experiências de grande tristeza.¹⁰⁹ Esse fato ficou evidente em uma das entrevistas que realizamos com Rosa da Costa, irmã de Nega Vilma. Ao recompor a história social do Pico do Santa Marta, local onde acontece o debate sobre o processo de remoção, Rosa da Costa narraria algumas experiências vivenciadas com a irmã. Nesse momento seu semblante se alegrava, recordava-se jubilosa e saudosa da infância lúdica. Entretanto, quando narrou o momento em que presenciou a irmã sendo violentada por traficantes dentro da comunidade, Rosa da Costa segurou a respiração, sua face emudeceu, a voz embargou na garganta e ficou por um tempo quieta. O silêncio só foi quebrado com um copioso choro que duraria alguns minutos, até o momento em que foi novamente possível recomeçar a entrevista. Estávamos diante de uma memória de mais 40 anos. A mesma situação ocorreria no momento em que numa segunda entrevista, o irmão de Nega Vilma, Walmir da Costa, narra o instante em que a mãe, no leito da morte, o chama e revela o segredo que carregava por anos: “sua filha, Nega Vilma, era consequência de um incesto que acontecera quando ela tinha apenas treze anos.” (Walmir da Costa, 2013). O pai era o tio. Novamente o silêncio tomou o recinto e, em algumas vezes, Walmir da Costa inseria outras histórias paralelas no roteiro daquilo que estava narrando. Em um dos momentos, ele disse: “Agora vamos voltar pra história da família novamente... Eu conto esses causos, porque não dou conta de falar sobre esse assunto direto.” (Walmir da Costa, 2013) Como podemos perceber, o ambiente da favela está sustentado por experiências coletivas vivenciadas na individualidade de cada formação. São lembranças antigas e atuais; individuais, sendo coletivas. Essa peculiaridade do pessoal com o coletivo era uma das preocupações de Loftus, conforme narra que “memória dá à vida um tipo de riqueza – tanto o prazer de lembranças felizes quanto a tristeza de memórias infelizes.” (Loftus, 1980, p.13)

Elizabeth Loftus explica que é possível as pessoas terem memórias de coisas que nunca aconteceram; se lembrarem de coisas que elas nunca ouviram e recordarem de conversas inteiras, após terem sido anestesiadas numa cirurgia.¹¹⁰ Elizabeth Loftus explica

¹⁰⁸ Um dos pesquisadores do pensamento de Loftus no Brasil, o professor L. Chevitarese discute esse fato citando as conclusões que o trabalho de E. Loftus pode fornecer: “Quando o tema é a memória, erros e confusões parecem ser mais a regra do que a exceção. E o esquecimento é uma experiência comum para todos nós (Loftus, 1980: 65). Uma teoria sobre o porquê de as pessoas esquecerem acontecimentos que tem experimentado é que outros eventos as impedem de se lembrar deles. Em outras palavras, novos eventos interferem naqueles que já estão armazenados na memória (Loftus e Ketchman, 1994: 62-63). Na medida em que muitos de nós somos pessoas regularmente ativas, é provável que venhamos experimentar numerosos acontecimentos, que potencialmente podem interferir com outros, os quais gostaríamos de nos lembrar.” (Chevitarese, 2011, p. 18).

¹⁰⁹ Loftus, E. (1980). *Memory. Surprising new insights into how we remember and why we forget*. Massachusetts: Addison-Wesley. p. 13.

¹¹⁰ Loftus realiza importante discussão, mostrando diversos casos e os mecanismos de imperfeição da memória. É muito importante percebermos que essa proposta é muito diferente do valor, por exemplo, que Freud dava às

que a memória pode separar entradas de experiências conforme a nossa necessidade. Por isso, as lembranças são colocadas em arquivos que ela distingue em três fases diferentes do sistema da memória: 'sensory register', registro sensorial; 'short-term memory' (STM), memória de curto prazo; e 'long-term memory' (LTM), memória de longo prazo. (Loftus, 1980, p. 14) Essa sensível diferenciação feita por Loftus permite também situar alguns testemunhos que cobrem diferentes raios de tempo. Por isso, será importante o aprofundamento na distinção das três fases.

Para exemplificar a diferença entre os três estágios do sistema de memória, E. Loftus apresenta como funciona o registro sensorial. Suponhamos que estivéssemos folheando um livro numa livraria e um livro chamasse a atenção. Após uma rápida olhada, o guardássemos pelo seu estilo, lembrássemos da cor da identificação de sua capa. Porém, o processo de lembrança dessa informação é muito complexo, porque primeiro, a informação entra no nosso sistema de memória através de um órgão sensitivo, neste caso, os olhos. Essa experiência ativa uma memória puramente sensorial, que por muito pouco tempo conserva uma lembrança literal da imagem. Essa imagem tende a desaparecer em menos de um segundo ou mais. Se desejamos que a informação permaneça, ela tem de ser transferida para a memória de curto prazo (STM). (Loftus, 1980, p. 14). Como se vê, existe um grau de complexidade presente nos detalhes. Voltamos a pontuar que, diferentemente dos casos em que nasceram suas primeiras intuições, nossa pesquisa não está em busca de uma verdade sobre o passado. Essa diferenciação feita por ela é importante na medida em que admitimos os 'quadros sociais de formação da memória'.

“Short-term memory' é uma memória ativa, às vezes semelhante à consciência, desde que mantenha viva a atenção. Se você pensa constantemente sobre um fato, você pode, por um tempo indefinido, mantê-lo na STM. Você usa o STM para arquivar informações quando, por exemplo, você procura um número de telefone e o repete para você enquanto está digitando. O que nós escolhemos para guardar na STM é, em geral, um objeto de nosso interesse pessoal. [...] Se você, conscientemente, não transfere a informação para a STM, ela se perderá em quinze e vinte segundos.” (Loftus, 1980, pp. 14, 15)

Quando se tem o conceito de memória como teoria para interpretar o objeto de nossa pesquisa, esses detalhes tão sutis sobre a complexidade da memória devem ser considerados. Os relatos das pessoas no contexto das remoções são os mais diferenciados possíveis. Eclea Bosi mostra a complexidade ao narrar a confusão de nossas próprias lembranças: “Somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão.” (Bosi, 1994, p. 407).

lembranças do passado. Embora trate a memória a partir de outro viés, existe um fio conductor que a insere também no questionamento do paradigma que busca na memória determinadas precisões, sem considerar os elementos psicossociais. (Loftus, 1980, pp. 54-62).

Na mesma linha, E. Loftus mostra algumas particularidades da 'Memória de Longo Prazo'¹¹¹ no sistema de memória.

“‘Long-term memory’ é o componente extenso do sistema de memória. Ela é praticamente ilimitada, comparando-se a uma estante da biblioteca com milhares de livros em suas prateleiras. De vez em quando, colocamos mais livros novos nessa biblioteca, entretanto, parece que nunca irá ocupar todos os espaços. Tem sido estimado que no tempo de vida de alguém, a ‘long-term memory’ pode arquivar um quadrilhão de partes separadas de informações. ‘Long-term memory’ mantém informações em minutos, como por exemplo, pontos de destaque numa conversa recente. Mas também pode manter diversas informações de décadas de idade, como as reminiscências que uma pessoa velha tem de sua infância. (Loftus, 1980, p. 15)

Por uma série de fatores, a teoria da memória de E. Loftus contribuiu para interpretar nosso objeto. Alguns testemunhos, tanto dos moradores do Metrô-Mangueira quanto do Pico do Santa Marta, são formados por diversas contradições, desvios, repetições e necessidade de justificar a presença no local. Outros são dores, como relatou Kadão Costa, “a favela sempre esteve em estado de remoção.” (Costa, 2014). Uma análise mais apressada qualificaria alguns relatos como mentira e, portanto, de valor insignificante para a pesquisa. No entanto, E. Loftus alerta: “Memória é imperfeita.” (Loftus, 1980, p. 37). A partir de outro prisma, temos o diálogo com a História Oral, pois aconteceram tentativas de desqualificar os testemunhos como científicos, por serem subjetivos demais. As supostas diferenças na leitura de um mesmo fato podem, na verdade, ser a riqueza do objeto. Isso, “porque muitas vezes não estamos vendo o que de fato está acontecendo. Mas mesmo que nós adquiramos uma imagem razoavelmente exata sobre nossa experiência, ela, necessariamente, não se mantém intacta na memória. Existe outra força trabalhando.” (Loftus, 1980, p. 37).

A realidade que trazemos para a pesquisa agrega duas experiências de remoções, operadas por duas esferas do governo, isto é, estadual e municipal. É possível, pelo acesso à memória coletiva, construir o ‘modus operandi’ do desenvolvimento da cidade e do lugar que as comunidades ocupam nesse processo. Esse é o olhar global para o processo, por isso, nuances de datas, aumentos e erros não desqualificam os testemunhos quando os inserimos numa teia significativa de sentidos. Portanto, os “traços da memória podem passar por uma distorção. Com a passagem de tempo, com motivações adequadas e com a introdução de fatos de um tipo especial que podem criar interferência.” (Loftus, 1980, p.37). A cientificidade

¹¹¹ E. Loftus aprofunda o conceito de memória de longo prazo mostrando sua capacidade infinita de organizar e armazenar informações podendo ser acessada conforme a necessidade. “A memória de longo prazo é mais ou menos considerada um armazém permanente de fatos. Ela contém todos os eventos do nosso tempo de vida e é praticamente ilimitada, e não há riscos de sobrecarregá-la. É surpreendente e admirável, dado o espaço relativamente pequeno de nosso cérebro. Mas a armazenagem não é o problema. Para que a biblioteca seja útil para nós, deve ter um esquema sobre a maneira que a informação está organizada, senão não poderemos encontrar nada. Em algum lugar no cérebro de cada pessoa, existe um bibliotecário sem igual.” Loftus, E. (1980). *Memory. Surprising new insights into how we remember and why we forget*. Massachusetts: Addison-Wesley. p. 27.

está em justamente considerar esses lapsos, imprecisões e até distorções que fazem parte da realidade cotidiana, principalmente quando o recorte desse cotidiano são experiências, nas quais o passado está imbricado diretamente no presente, como se vê nas remoções. Fazendo essa ressalva, E. Loftus agrega outros elementos mais técnicos que ajudam a problematizar os relatos conforme afirma: “Os traços da memória parece que podem ser modificados ou transformados. Essas distorções podem criar muito medo porque podem nos trazer memórias de coisas que nunca aconteceram. Até nas pessoas mais inteligentes, a memória é maleável.” (Loftus, 1980, p. 37) Embora tenha se desenvolvido em ambientes que precisavam de muita objetividade, a teoria de Elizabeth Loftus consolidou seu ‘status’ como ajuda para a aproximação das lembranças do passado de forma mais leve. Dependendo da escola e da formação social do entrevistador, seus objetivos podem comprometer a pesquisa pela pressa em interpretar as diversas nuances e ‘incoerências’ da entrevista. Aqui também é importante uma ‘tensão criativa de sentido’. Por isso, pontuamos que as complexidades dos relatos em torno das remoções precisam dessa leitura multifocal na interpretação. Em diferentes entrevistas, retornávamos para casa bastante emudecidos. Numa entrevista concedida ao prof. Mohazir Bruck, a pesquisadora e professora emérita da USP, Eclea Bosi, também compartilha essa característica da memória e os cuidados para realizar o trabalho:

“O passado, a rigor, é uma alteridade absoluta que só se torna cognoscível mediante a voz do nosso depoente, nosso narrador. Eu insisto sempre com meus alunos, na formação do pesquisador que vai entrevistar seu memorialista: quando a narrativa dele é hesitante, cheia de silêncio, ele não deve ter pressa de fazer interpretação ideológica do que está escutando ou de preencher as pausas. Importante destacar que a fala emotiva e fragmentada do nosso memorialista é portadora de significações que nos aproxima da verdade. Nós temos que aprender a amar esse discurso tateante, as suas pausas, as suas franjas, com fios perdidos quase irreparáveis. Bem mais que um documento unilinear, a narrativa da testemunha mostra a complexidade do real. Oferece uma via privilegiada para compreender a articulação dos movimentos da história com a cotidianidade. E nós, então, compreendemos que se pode fazer da memória um apoio sólido para a construção do presente, e ela se torna para nós uma verdadeira matriz de projetos.” (Bruck, 2012, p. 197)

3.3 ‘Direito à Memória’ e as memórias da favela: disputas de poder e a ‘tensão criativa de sentido (TeCS)’

Desde os primeiros trabalhos de Maurice Halbwachs, o tema da memória recebeu diferentes abordagens e se inseriu em importantes discussões que envolvem a sociedade contemporânea. Os diversos atentados contra a dignidade humana, ocorridos em diferentes partes do mundo na metade do século XX, fariam com que o tema fosse inserido no âmbito dos direitos. Diferentes abordagens, na primeira metade do século XX, priorizavam a dimensão mais subjetiva até ser trabalhada dentro da sua dimensão social. Em várias propostas que buscavam interpretar a sociedade no âmbito social, inseriram o tema da

memória. Teoria social, História Social, Psicologia Social e outras áreas. No entanto, é importante destacar que, enquanto na modernidade valorizavam-se as metalinguagens, metateorias e metanarrativas que, de certa forma, apagavam ou ofuscavam as diferenças, a pós-modernidade busca o valor das diferenças, das classes minoritárias e grupos menores.¹¹² No entanto, nesse ambiente, a readaptação ao modelo econômico capitalista seria uma realidade. Essas duas vertentes em nossa sociedade causavam contradições internas. Por um lado, cresce a consciência do valor das diferenças, das minorias, das questões de gênero, etnias e tradições antigas e, por outro, o modelo econômico, que opera na lógica de agregar valor econômico às esferas da vida, alcança hegemonia.¹¹³ Ou seja, a lógica do desenvolvimento presente no modelo econômico contradiz justamente elementos inerentes aos valores dos grupos emergentes na pós-modernidade. Nesse campo de contradições internas, situamos a memória nos temas dos direitos. Mesmo que em cada país a proposta do ecomuseu ofereça contornos particulares, é muito importante inserir o desenvolvimento dos ecomuseus na América Latina dentro desse contexto do 'direito à memória'. Nas favelas cariocas, esse fato é um diferencial. No '1º Encontro Internacional de Ecomuseu', ocorrido no Rio de Janeiro em 1992, Mário Moutinho fará uma ressalva importante, quando fala da etiologia dos ecomuseus no contexto de Portugal:

“É certo que o processo iniciado com o 25 de abril tenha sofrido algumas oposições por parte de setores mais retrógrados da sociedade portuguesa, e que, passados 20 anos, o prazer da criação e participação tenha contornos bem mais complexos. No entanto, quanto à centralização política, econômica e cultural são, na sua essência, resultantes da mudança na macroeconomia europeia, julgo não errar ao pretender que a modernização do Portugal contemporâneo está passando cada vez mais pela ideia de regionalização que saíram os ecomuseus e outras iniciativas museológicas que englobamos na ideia geral de museus locais. Assim ecomuseologia e a nova museologia, em geral, podem e devem ser consideradas como aspectos das mudanças profundas da sociedade, e não como por vezes se pretende, como expressões de uma museologia marginal ou em ruptura com o sistema.” (Moutinho, 1992, p. 94)

¹¹² No contexto da América Latina, um trabalho muito importante foi realizado com o apoio do Ministério da Educação do Brasil. Seria o projeto 'Memória e Direitos Humanos no Brasil. MERCOSUL' (Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil). O projeto considerou a necessidade de refletir sobre os processos de ditaduras que aconteceram no continente. Ao mesmo tempo, a proposta de acessar essas memórias tinha o objetivo de construir projetos pedagógicos que mostrassem os danos de modelos autoritários de gestões. Por um lado, tinha a intenção de fazer o resgate histórico e, por outro, fomentar a ideia de que a democracia passa também pelo acesso à memória. Tudo no contexto dos direitos humanos que, de certa forma inclui o direito à memória. Cf. Santander, U. (Org.) (2010). *Memória e direitos humanos*. Brasília: LGE.

¹¹³ Esse tema é bastante trabalhado por vários autores que buscam refletir sobre os valores da chamada Pós-modernidade. Provavelmente, uma das primeiras obras que levantaram a discussão e foi usada por vários autores foi a 'Condição Pós-moderna'. Jean-François Lyotard aprofunda o termo 'pós-moderno'. Conforme destaca Nascimento, a "condição pós-moderna é a primeira obra filosófica dedicada a formalizar a noção de pós-moderno. Ela faz com que Lyotard se torne uma das grandes referências desse debate, colocando a ideia de incredulidade nas 'metanarrativas' como uma das principais definições do pós-modernismo e como ponto central de grande parte das discussões sobre o assunto." Nascimento, P. (2011). *Abordagem do Pós-moderno em Música: a incredulidade nas metanarrativas e o saber musical contemporâneo*. São Paulo: Ed Unesp. p. 13.

Após vinte anos, talvez Mário Moutinho tenha outras conclusões sobre as 'expressões de uma museologia marginal ou em ruptura com o sistema.' Observe que, pelo viés da 'tensão criativa de sentido', 'Zeitgeist', a discussão é exatamente a mesma de quando se iniciou a reflexão epistemológica sobre o 'status' da História Oral. Esse aspecto é importante, porque embora a abordagem da memória tenha nuances próprias na Ecomuseologia, no contexto do Brasil, existe um complexo transdisciplinar que fornece certo fio condutor nessas áreas diferentes. Portanto, se analisarmos apenas a partir do tema da remoção na cidade do Rio de Janeiro, é possível perceber as contradições da pós-modernidade. Essas contradições são importantes porque realçam a 'tensão criativa de sentido' e, ao mesmo tempo, que memória é poder. Um dos exemplos recentes está diretamente ligado às manifestações históricas que ocorreram no Brasil em junho de 2013. Por um lado, existem discussões sobre as questões de gênero, racismo, acessibilidade, sexualidade, comunidades quilombolas, mobilidade urbana, ribeirinhos, folclores tradicionais e as culturas regionais, por outro, a mesma cidade e, de certa forma, o modelo de desenvolvimento assumido pelo país, prioriza uma lógica global de desenvolvimento, onde os interesses internacionais e universais estão sobre os nacionais e locais.¹¹⁴ Para nossa pesquisa, o melhor exemplo desse conflito é o plano de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.¹¹⁵ Por exemplo, em várias entrevistas realizadas no ambiente da remoção na comunidade do Metrô-Mangueira, os moradores afirmaram que será construído um polo automotivo no local ou um estacionamento para o estádio do Maracanã. No Pico do Santa Marta, quando perguntados sobre os motivos da remoção, eles atestam que existem boatos de projetos do governo para a construção de uma grande rede de hotelaria no local, já que a vista é privilegiada e o acesso é viável pelos bairros ricos, a saber, Botafogo e Laranjeiras.

¹¹⁴ Não existe aqui necessariamente um juízo de valor sobre o governo do PT no Brasil. A comparação com os governos passados revela aproximação das classes menos favorecidas, fato que se confirmaria com a votação expressiva da região nordeste do país nas eleições de 2014, decidindo o rumo do país. O que estamos discutindo é o projeto de desenvolvimento do Brasil alinhado com os modelos norte-americanos e, de certa forma, com modelos europeus. Esse fato ficou muito evidente na realização, em 2012, da Conferência para Desenvolvimento Sustentável da ONU, a Rio+20. Em nosso livro, mostramos que, no momento em que a discussão para elaboração do documento final foi travada por causa de um impasse, a saber, seguir o modelo vigente de desenvolvimento econômico, onde os interesses do desenvolvimento global estão sobre os interesses locais, o país sede, no caso o Brasil, poderia apresentar uma alternativa. Nesse momento, o governo brasileiro optou pelo unilateralismo e o consenso, fato que consolidou uma tendência que há dez anos vinha ganhando força dentro da ONU. Essa tendência era diametralmente diferente da corrente que conduziu as decisões na Rio 92 que produziram documentos que até o momento são referências em diferentes setores da sociedade. Cf. Delambre, D. (2014). Sustentabilidade In-Sustentável. Os Conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável no documento oficial da Rio+20: diálogo com a proposta de *Ecodesenvolvimento* de Ignacy Sachs. Curitiba: Editora CRV.

¹¹⁵ O Brasil alcançou crescimento econômico, foi inserido nos BRICs sem distribuição de renda. Da mesma forma, existem lacunas e demandas sobre memória no Brasil que revelam o *modus operandi* de acesso a ela, diferente de todos os países. Devemos considerar que uma das dificuldades da história oral se desenvolver no Brasil está ligada ao regime de exceção. A cidade do Rio de Janeiro é reflexo de quase todas as contradições e paradoxos que significa assumir. Por um lado, o modelo neoliberal de desenvolvimento e, por outro, enfrentar as novas demandas sociais de preservação das identidades de grupos, comunidades e segmentos antes excluídos da participação no processo de construção integral da cidade.

Em quase todos os casos, os entrevistados levantam o questionamento: se será possível transformar essas áreas em lugares comerciais, por que não é possível que o governo faça investimentos em infraestrutura e saneamento a fim de que os moradores não precisem ser removidos para outras áreas?¹¹⁶

Nesse sentido, podemos dizer que o problema está na temática central da nossa pesquisa, a memória como direito e sua inserção ou não no planejamento das cidades (cidades sustentáveis). O projeto histórico de desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro e o contexto das remoções precisam dialogar com a História Oral (método e teoria), a Memória, a Ecomuseologia e a Sociomuseologia. Quando se fala, portanto, em direito à memória no Rio de Janeiro, é possível afirmar que acontecem discussões intensas e conflitos visíveis entre as estruturas de poder no país: governos, mídias tradicionais e alternativas, novos segmentos das áreas de cultura, arte, religião e memória; moradores das favelas que compreenderam a relação entre memória, território e poder. As remoções e as teorias precisam ser inseridas nessa 'tensão criativa de sentido', 'Zeitgeist', na qual existe a disputa pelo poder que se manifesta na apropriação da arqueologia da paisagem da cidade. Não seria por acaso que um dos problemas citados por vários moradores do Pico do Santa Marta nas entrevistas está ligado à especulação imobiliária. Na entrevista realizada com uma das representantes do Museu da Maré, Cláudia Rose, evidencia-se com a clareza a problemática sobre memória, disputas e direito no Rio de Janeiro. Nas entrelinhas, Cláudia Rose também percebe a importância de sustentar 'tensão criativa de sentido'. Portanto, assim Cláudia Rose explica as implicações da memória como poder e direito:

"A primeira coisa é que eu vejo a memória como um instrumento mobilizador. Assim, não interessa de que lugar você esteja falando: se você está falando do lugar do poder ou do lugar de quem é dominado pelo poder. Não interessa. Falou em memória, isso mobiliza. Então, significa que memória também é uma disputa de poder. Mobiliza e também gera uma disputa. E aí é essa disputa que eu acho interessante. Memória é importante nesse sentido porque ela é um campo de disputa. E aí a disputa de quem esteve sempre à parte, de quem nunca teve a sua memória valorizada pra se colocar com os outros. Assim, eu acho que é uma burrice você ter uma história oficial que coloca a memória dos vencedores sempre como a única possibilidade. Porque isso empobrece todo o resto. Porque, a partir do momento que você não tem a fala dos outros, mas só de um grupo, você só tem a memória daquele grupo, e aí isso empobrece a diversidade natural, digamos, não sei se essa é a palavra, mas a diversidade que existe na sociedade, nesse estado, nesse país. A diversidade é uma riqueza tão grande que você alija uma parcela enorme da memória desses grupos do cenário nacional, você empobrece a cultura, você empobrece a participação. Isso por um lado, para quem está no poder, a princípio parece bom, mas não é, porque você tem um país cada vez mais fraco culturalmente, cada vez mais à parte de tudo que está sendo discutido. Então, eu acho que a memória é um instrumento fundamental de luta, de resistência e de você

¹¹⁶ Não temos a pretensão de definir tão claramente o que seja a *tensão criativa de sentido*. O objetivo é mostrar que, a partir dos 'Zeitgeist' e das aproximações de áreas diferentes, é possível elencar elementos comuns e contraditórios para se pensar uma ciência transdisciplinar para nossa época. Em nossa pesquisa, ela seria condição 'sine qua non' por causa da complexidade do ambiente das comunidades cariocas diante do tema das remoções.

trazer à tona todos esses discursos que foram alijados, foram colocados à margem do cenário nacional. É isso mesmo, as pessoas têm que dizer: 'a dona Antônia, daqui da biroasca, aqui do lado'. Dona Antônia tem uma memória que precisa ser valorizada, porque essa memória faz parte da construção desse lugar e esse lugar faz parte da construção dessa cidade. Isso não pode ser deixado de lado. E as pessoas não podem dizer: 'Isso não presta!' ” (Rose, 2014)

As remoções estão ligadas diretamente ao conceito de desenvolvimento e expansão da cidade que, implicitamente, carrega um conceito de sustentabilidade. Quando ampliamos o conceito de sustentabilidade, isto é, como um plano de integral que sinaliza os beneficiados pelas transformações urbanas da cidade, podemos dizer que as remoções são essencialmente a discussão sobre cidades sustentáveis ou insustentáveis. Inserir o tema do direito à memória na sustentabilidade, é uma forma de discutir os processos de formação da cidade. São todos os questionamentos que Cláudia Rose levantou sobre a memória. Outro exemplo se refere ao processo de Instalação das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas do Rio de Janeiro. Com esse processo, o custo de vida nas favelas da Zona Sul aumentou, assim como o valor dos barracos, que passaram a ser alvos de estrangeiros e empresários. Nos relatos que ouvimos nas favelas, várias pessoas vendem seus barracos porque não é mais possível manter o custo de vida no local, ou simplesmente porque não resistem às ofertas. Isso toca diretamente no tema do direito à memória. Numa das entrevistas realizadas com o jovem Vítor Lira, morador do Pico do Santa Marta, é possível também perceber como a relação entre território e poder remete ao direito à memória. No testemunho de Vítor Lira, é possível perceber algumas semelhantes aos questionamentos de Cláudia Rose. Assim pontua Lira, ao falar da especulação sobre seu barraco, que fica na parte mais alta do Pico do Santa Marta, onde os moradores vivenciam o dilema das remoções:¹¹⁷

“Esse processo existe mesmo, é visível, só não enxerga quem não quer. Hoje descobriu-se que as favelas, principalmente aquelas que estão situadas dentro da Zona Sul, têm várias dimensões das especulações e, uma delas, é a imobiliária, por ter uma vista panorâmica que vocês estão vendo, privilegiada; porque na verdade, querem realmente tomar esses lugares das pessoas que estão aqui desde pequeno, cresceram, nasceram e sobreviveram aqui, 'né. E digamos, se nós roemos o osso, e agora que temos que comer o filé, tem que nos remover desse lugar. Uma atitude que eu não concordo e que hoje em dia já ocorre aqui no Santa Marta, a especulação que é uma das favelas muito cobiçada por mega empresários da questão de imóveis. Nós temos que dar continuidade porque essa trajetória vem

¹¹⁷ Na verdade, o que estamos mostrando é que, na pós-modernidade, subsistem diferentes contradições na sociedade: por um lado, a sociedade assume o modelo de desenvolvimento focados no consumo e no lucro econômico e, de outro, paulatinamente, cresce a consciência sobre o valor das tradições, da cultura, da preservação ambiental, das heranças culturais, do patrimônio material e imaterial, portanto, vertentes que entrelaçam a memória ou elementos do direito à memória presente em todos esses segmentos. Um dos objetivos de construir os 'Zeitgeist' é mostrar que a 'tensão criativa de sentido' é marca dessa época. Isso significa dizer que estamos no coração do referencial teórico que construímos no final desse capítulo, isto é, sustentabilidade e transdisciplinaridade, sendo a memória um dos elementos que podem questionar o modelo de desenvolvimento contemporâneo. Embora existam diferentes leituras sobre a memória na sua relação com o social, pela realidade vivida na cidade do Rio de Janeiro, o tema do direito à memória torna-se imprescindível: resquícios do modelo da colonização, da escravidão e da ditadura.

com bisavós, com avós, por exemplo, meu pai e eu estou dando seguimento a todo esse processo porque as pessoas sobreviveram aqui por muito tempo através de todo preconceito, toda luta, toda desigualdade que nós ocorremos e não pode deixar que essa história, nossa memória seja apagada simplesmente por um alvo de cobiça. Nós temos que nos empenhar e, assim, sucessivamente, e orientar os outros jovens, que vem após a nossa geração, a também dar continuidade, senão toda nossa história, toda nossa vivência, será apagada com o passar do tempo e será ocupado por algumas pessoas que não têm nenhum compromisso com a nossa trajetória e a nossa vivência.” (Lira, 2011)

Em diferentes favelas do Rio de Janeiro essa discussão está posta. E de alguma forma, ainda que o número de ecomuseus e museus comunitários institucionalizados seja pequeno, os lugares que lutam para manter a memória dentro do processo complexo de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro é incomparavelmente maior que as memórias institucionalizadas. Ao ser perguntado, se algum empresário se ofereceu para comprar sua casa, Vítor Lira responde que várias vezes. Quando perguntado sobre os motivos pelos quais ele não vendeu seu barraco, Vítor Lira levanta elementos que facilmente poderiam ser debatidos em grandes centros que trabalham direito à memória e os modelos de desenvolvimento da cidade no século XXI.

“Eu não negocio porque eu não estou vendendo simplesmente minha residência. Estou vendendo toda uma luta, toda uma trajetória, toda uma história, toda uma vivência, toda uma cultura que existe naquele local, por onde começou toda a ocupação do Santa Marta, pela parte alta que se denomina Pico. Hoje em dia, nós sobrevivemos nessa área com todas as limitações, nós ficamos à margem de todo o processo de urbanização; nada pra nós chegou nessa área, na parte mais alta.” (Lira, 2011)

Embora receba contornos bem particulares, as realidades dos morros cariocas devem ser situadas nessa mudança no trato com a memória, que marca uma transição a partir da metade do século XX, em particular, após a Segunda Guerra Mundial. Da uniformização, chega-se à reflexão sobre a diversidade e o valor da diferença. Isso entra em contradição com os processos institucionalizados que se perpetuam no poder. Por isso, é tão importante que as teorias de interpretação da realidade não tenham pressa de chegar à síntese, mas sustentem a 'tensão criativa de sentido'. Para isso, a transdisciplinaridade torna-se condição imprescindível, pois, ela revela essa tensão, crise e disputas em quase todas as áreas do segmento acadêmico e da sociedade. Cada local terá um contorno peculiar. Nesse ponto, a transição para o Brasil das teorias da Europa não teve essa malícia. Nem sempre dizer as mesmas coisas significa as mesmas coisas nos contextos onde as teorias serão aplicadas ou serão usadas para interpretar a realidade. Apenas um exemplo: em sociedades marcadas por modelos absolutistas ou modelos democráticos que preservem traços de dominação e recentes ditaduras, o tema do direito à memória revela várias idiosincrasias e apropriações indébitas dos sistemas de dominação. Quando mencionarmos o conceito de desenvolvimento e mostrarmos a discussão na proposta de Hugues de Varine, falaremos melhor sobre o

assunto. No que se refere à memória e direito, é preciso sustentar os conflitos, revelar o 'Zeitgeist' e evidenciar onde se dá a 'tensão criativa de sentido'. O acesso a essa dimensão também propicia a perda da ingenuidade de que aqueles que tiveram suas memórias alijadas não fariam o mesmo apagamento da memória se estivessem no poder.

Neste sentido, as lutas pelo poder podem se dar de formas diferenciadas, uma vez que os grupos alijados historicamente exigirão, por um lado, que suas memórias façam parte da história nacional e, por outro, que os espaços onde nasceram e desenvolveram essas memórias sejam preservados. Como esse processo de preservação das memórias nas favelas cariocas sempre sobreviveu sem qualquer participação institucional, a Ecomuseologia e a Sociomuseologia precisam sempre se colocar como coadjuvantes. Essa é uma característica que difere radicalmente as expressões da Ecomuseologia e da Sociomuseologia na França, em particular, e na Europa, de uma forma geral. De um lado, a institucionalização é parte do processo e, de outro, a memória, no contexto das favelas cariocas, sempre estiveram ligadas à resistência, à religião, às origens na África, ao nascimento do samba, à culinária, ao lugar da mulher e à sobrevivência. Pelo viés da *tensão criativa de sentido*, tudo que chegar para 'legalizar' e institucionalizar precisa compreender que essas memórias já possuem dimensões políticas e resilientes que atravessam séculos.

O exemplo mais plausível da instrumentalização da memória ofuscando a 'tensão criativa de sentido' está no samba. Ao sair do ostracismo do morro e ganhar os redutos oficiais e institucionais de poder da cidade, essa dimensão resiliente nem sempre é pontuada como forma de repensar as estruturas de poder do presente. Isso porque a memória revela a disputa pelo monopólio do poder e, assim, ficam evidenciados os jogos e os interesses que, muitas vezes, não podem ser percebidos sem um referencial teórico transdisciplinar, onde a memória e a *tensão* forcem o olhar para o processo com todas as suas virtudes e mazelas. Falando, portanto, sobre os grupos que exigem direito à memória, Grynszpan & Pandolf afirmam:

"A própria noção de patrimônio histórico e cultural nacional se altera para contemplar práticas, espaços, objetos relacionados a esses grupos. Há que se perceber contudo, que a releitura de determinados grupos na memória nacional ou a incorporação de novos não se dão de forma passiva, sem a mobilização deles. A luta por ter reconhecida a sua memória é parte da luta pelo reconhecimento dos próprios grupos." (Grynszpan & Pandolf, 2007, p. 68)

Por isso, também, é imprescindível que a própria memória seja encarada de forma transdisciplinar. Isso porque, em cada contexto, em cada país, em cada cidade, os processos sociais oriundos do direito à memória terão causas diferentes. Em alguns lugares, mesmo que o econômico seja forte, não será ele o fator principal que provoca as disputas; em outros contextos, o econômico não aparece como elemento central; no entanto, o 'telos' será ele. No contexto do Rio de Janeiro, o lugar que as favelas ocupam no desenvolvimento da cidade,

estão imbricados esses dois elementos e muitos outros invisíveis para quem não convive diariamente na dinâmica social da favela.¹¹⁸

Ao situarmos as remoções dentro do direito à memória, precisamos destacar que fazemos parte de um processo de politização da memória da favela que começou na década de setenta nas favelas do Rio de Janeiro. Porém, nem sempre essas iniciativas de preservação, acesso e discussão tiveram o devido espaço nos setores especializados da cidade. Quando tiveram, receberam leituras etnocêntricas e hoje existem tantas possibilidades que a memória ficou fragmentada, com o risco de perder o elo de resistência que era sua marca no passado. Memória, ligada ao território no contexto das remoções pode realçar elementos imprescindíveis para pensar a sustentabilidade como condição justa de vida para todos na cidade. Conforme pontua o morador da favela do Santa Marta, Itamar Silva, o problema está na pauta quando pergunto se a discussão é melhor hoje ou do nos anos passados:

“É lógico que tem mais espaço; não, com certeza! Hoje se fala muito mais de favela do que nos anos 80, por exemplo. Na faculdade, eu fico impressionado o número de teses, de mestrados sobre favela e tudo mais é muito grande em tudo quanto é lugar. Então, eu acho que hoje tem mais espaço pra gente discutir isso, mas eu acho complexo também. Porque não dá pra você pegar a leitura dos anos 70 e 80, você tem alguns marcos, 'né. Ah, vai estudar a questão da manifestação religiosa, vai estudar um pouco a composição. Isso hoje não tem e tem muito misturado. Qual é a especificidade hoje quando você olha pra favela? O que você quer estudar? Existe uma cultura da favela ou não? Essa é a discussão. A gente produz uma cultura própria? Mas o que a gente tá chamando de cultura própria? Tem uma discussão enorme por aí pela frente, mas, enfim, vamos...” (I. Silva, 2014)

A crítica está justamente na pulverização. Em função dos problemas dos currículos acadêmicos no Brasil e das expressões de poder, os resultados desses trabalhos de pesquisas não se transformaram em teorias acadêmicas ou fundamentos para construções de políticas públicas que vinculam desenvolvimento ao 'direito à memória'. A urbanização/remoção no morro Santa Marta é um excelente exemplo para elencar traços do 'modus operandi' de como os governos inseriram a memória no processo de desenvolvimento.¹¹⁹ Nessa contextualização, nossa pesquisa realça o direito à memória e mostra como essa questão é central para o debate atual sobre favela no Rio de Janeiro, ainda que o tema da memória seja antigo, conforme pontua Grynszpan & Pandolf:

¹¹⁸ Esse é o motivo pelo qual, no segundo capítulo, antes de falar especificamente da urbanização/remoção, narramos a história de Geralda e Nega Vilma que são símbolos de resistência do Ecomuseu Nega Vilma. Em nossa pesquisa de pós-doutorado, focamos apenas a história da família, que oferece os principais elementos simbólicos para preservação de uma memória que interliga o Brasil com a África e os elementos culturais que surgiram nas favelas cariocas.

¹¹⁹ A inserção radical da memória no processo de desenvolvimento das cidades não é um problema que atinge apenas moradores das comunidades. No Rio de Janeiro, existem várias discussões sobre áreas históricas que foram completamente alteradas no processo de urbanização e desenvolvimento sem o menor cuidado com a memória.

“Foi a partir principalmente da década de 90 que começou a ganhar vulto, na cidade do Rio de Janeiro, um movimento de recuperação, preservação e divulgação das memórias da favela. O trabalho de registro e divulgação de memórias das favelas, como tal, não é algo propriamente novo. A partir de fins dos anos 1970, para citar um exemplo, a antropóloga Lygia Segala desenvolveu interessante trabalho nessa linha, nas favelas da Rocinha, o que teve como um de seus resultados o livro *Varal de lembranças: histórias da Rocinha*. Mas se o trabalho em si não é novo, há que se notar que uma série de mudanças significativas ocorreu desde então.” (Grynszpan & Pandolf, 2007, p. 70)

Poderíamos ainda citar algumas iniciativas específicas de Ecomuseologia ou Museologia Social no Rio de Janeiro. No entanto, o que estamos mostrando é: ainda que não tenha tido uma sistematização metodológica, a partir dos critérios acadêmicos de pesquisas, as favelas cariocas são poços de memória, verdadeiros ecomuseus a céu aberto. E a preservação já acontece há muito tempo, embora a década de 80 revele importantes tentativas de institucionalização dessas memórias. O grande problema é que, se o processo não é inserido legitimamente nos segmentos de produção do saber, que conduzem os desenvolvimentos urbanos e econômicos da cidade, essas memórias são facilmente relegadas, algumas apagadas da história e não são instrumentalizadas pedagogicamente nos centros de poder e memória da cidade. Por isso, as remoções devem ser situadas dentro da discussão sobre o direito à memória. O direito à memória, por um lado, possibilita relativizar o significado do ‘desenvolvimento’ e rever o conceito de capital como sendo apenas o econômico e, por outro, é possível agregar valor financeiro nas outras dimensões, a saber, os capitais humano, social, cultural, ambiental; dos patrimônios tangível e intangível e de todos os elementos referentes à memória e à vida local, incluindo a biodiversidade. Nosso olhar para o direito à memória serve para dizer que o grau de politização de atores sociais das favelas é fruto de trabalhos de memória iniciados há vários anos. Um exemplo é que, na década de 80, já se tinha certa institucionalização como se vê na fala de Grynszpan & Pandolf:

“Muitas são as iniciativas voltadas para as memórias de igualmente muitas favelas em diferentes regiões da cidade. Na Zona Norte, nas favelas da chamada Grande Tijuca, que abrange os bairros da Tijuca, Praça da Bandeira, Alto da Boa Vista, Grajaú, Andaraí, Vila Isabel e Maracanã vem sendo desenvolvido, desde início dos anos 2000, um projeto intitulado ‘condutores de memória’, apoiado pela ONG Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). O projeto tem procurado propiciar a circulação da memória em cada favela, promovendo encontros em que os moradores mais antigos contam aos mais novos suas histórias. Próximo à Grande Tijuca, no bairro da Mangueira, cuja origem é a favela de mesmo nome, foi criado um centro de memória, em fins da década de 1990, com a ajuda do produtor musical Hermínio Bello de Carvalho. O Centro de Memória da Mangueira tomou como eixo de trabalho a trajetória da escola de samba local, a Estação Primeira.” (Grynszpan & Pandolf, 2007, p. 70)

Atualmente, em cada favela do Rio de Janeiro existem os redutos que, sem estudo teórico sobre o direito à memória, preservam tradições que remontam aos tempos antigos em que os negros foram trazidos como escravos da África. A seu modo, essas pessoas criaram suas próprias metodologias, inventaram as próprias teorias e, seguindo os critérios comunitários e locais, selecionam, agrupam e dão novos significados para práticas que sobrevivem em constante diálogo com os costumes do ambiente urbano em franco desenvolvimento. O direito à memória, situado na ótica desses agentes comunitários, tem outro contorno, tem especificidades difíceis de serem compreendidas para quem não está imerso nesses ambientes. Nesse quesito, existe um conflito muito grande entre os processos de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro dos últimos 70 anos. No período de dois anos em nossa pesquisa de pós-doutorado em História, visitamos diferentes iniciativas de memória presentes no Rio de Janeiro. O volume é tão alto que seria quase impossível catalogar os 'museus do afeto' de cada casa nas, aproximadamente, 800 favelas do Estado do Rio de Janeiro. Nossa experiência em três favelas diferentes do Rio de Janeiro, a saber, Zona Oeste, Zona Sul e Zona Norte, possibilita essa leitura diversificada; favoreceu para percebermos que os elementos do direito à memória são inerentes aos trabalhos realizados por moradores das favelas cariocas. Cada favela explora um tema, dependendo dos conflitos sociais que ela vivenciou no passado e vive no presente. A descrição abaixo é parte do nosso pós-doutorado.

“Guardando sempre o cuidado para não desviarmos o foco de nossa pesquisa, a busca desses elementos nas outras comunidades nos revelaria outro universo dentro das favelas. A intenção desse objetivo ocorreria justamente no período em que o programa Territórios da Paz (Pavão, Pavãozinho e Cantagalo) e “Favela Mais Limpa”, apoiados pela “Fundação Arte de Viver”, Botafogo, organizariam a primeira Troca de Saberes, no dia 18 de agosto de 2012, no Cantagalo. A segunda Troca de Saberes, 25 de agosto, ocorreria no mesmo local, e a terceira, no dia 23 de fevereiro de 2013, na Rocinha. A participação nesses encontros foi fundamental para nossa pesquisa. Cada líder de comunidade explanava a realidade de sua comunidade e a iniciativa em que estava envolvido. Sem que percebêssemos, estávamos num grande encontro de memória, onde elementos centrais da cultura da favela eram expostos como pontos centrais das discussões: o passado e o presente em sua relação com as mudanças atuais sofridas pela favela. O risco do apagamento da memória fazia com que, em todos os encontros, elementos da memória de cada favela fossem realçados pelos próprios moradores e representantes. (D. Oliveira, 2013 p. 19, 20)

Outra experiência de semelhante valia possibilitou contato direto com moradores de algumas favelas pacificadas que participaram das discussões para construção do Plano Estadual de Histórias e Memórias da Favela, conforme destacamos abaixo. Em praticamente todas as 'Trocas de Saberes' e em todos encontros para construção do Plano Estadual com moradores que tinham trabalho de memória, o tema da remoção, do desenvolvimento, das cidades e da especulação imobiliária estava presente, conforme descrevemos abaixo:

“Outra experiência digna de ser destacada como ganho, por estar no programa de História desenvolvendo essa pesquisa, foi a oportunidade que tivemos, através do Ecomuseu Nega Vilma, de participar da construção do Plano Estadual de Histórias e Memórias das Favelas. Tanto o primeiro quanto o segundo encontro, ocorrido no dia 21 de março de 2013, ambos na Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, estavam diretamente relacionados com nossa pesquisa. Primeiro, gestores sociais das favelas, junto com lideranças e pessoas anônimas que tinham alguma ligação com a memória, se reuniram nas favelas e discutiam pontos desse plano e quais seriam as melhores formas de preservar a memória de sua favela, considerando mudanças rápidas. Os resultados dessas elaborações locais eram levados para os encontros intercomunitários na Secretária de Direitos Humanos e Ação Social, onde dialogávamos todos juntos: moradores e lideranças das comunidades envolvidos com a memória, pesquisadores das universidades e órgãos públicos, formando grupos de trabalhos sobre o papel e a preservação da memória das favelas na cidade do Rio de Janeiro. Desses intensos diálogos, nasceria o Projeto História e Memória das Comunidades, que seria apresentado à Superintendência de Territórios da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. O projeto seria retrabalhado por nós e apresentado como Plano Estadual de Histórias e Memórias das Favelas, como proposta de política pública para preservação da memória das favelas do Rio de Janeiro, começando pelas pacificadas. (D. Oliveira, 2013, p. 20)

Para o contexto das remoções no Metrô-Mangureira e no Santa Marta, a Ecomuseologia e a Sociomuseologia agregam a realidade de forma mais abrangente que as contribuições de Halbwachs e Elizabeth Loftus. Isso acontece porque a força está na realidade que é captada na sua forma bruta, transdisciplinar e plural do contexto local. Nessa realidade, a ‘tensão criativa de sentido’ e o direito à memória são elementos de um mesmo segmento. Essa consideração é importante por causa das críticas que são feitas à presença do estruturalismo na abordagem de Halbwachs e de certo subjetivismo na proposta de Elizabeth Loftus. No contexto do Rio de Janeiro, a Ecomuseologia e a Sociomuseologia têm a chance de propor caminhos conectados com as demandas do século XXI, possibilitando que realce a tensão entre os interesses globais e os locais. Mas, para isso, é imprescindível que as teorias da Ecomuseologia e Sociomuseologia sejam constantemente reelaboradas a partir dos conflitos que envolvem o direito à memória e a ‘tensão criativa de sentido’ que sobrevive, como resiliência, nesses ambientes. Em todo nosso trabalho, não nos referimos ao direito à memória, primeiramente, como um conceito acadêmico que tem uma história importante. O direito à memória em nosso referencial teórico é mais simples; ele tem a ver com toda essa discussão que fizemos sobre o tema da memória: as angústias, as alegrias, as resiliências produzidas pelos moradores das favelas nesses anos de sofrimento. Por isso, direito à memória e ‘tensão criativa de sentido’ são apenas formas de interpretar o mesmo fenômeno de sobrevivência em situações complexas. Se souberem dialogar com essas iniciativas e se colocarem apenas como coadjuvantes, a Sociomuseologia e, ao mesmo tempo, a Ecomuseologia poderão fornecer elementos importantes sobre como instrumentalizar pedagogicamente essas memórias no projeto de construção equitativa e integral das cidades,

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

sustentabilidade. Mas, também, Sociomuseologia e Ecomuseologia, como teorias situadas no tempo e no espaço, 'Zeitgeist', poderão reelaborar suas hermenêuticas de interpretação e intervenção nas transformações da sociedade de forma contundente.

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO IV – ECOMUSEU: EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E 'SENTIDO DE LUGAR'

Capítulo IV – Ecomuseu: Educação, Desenvolvimento Comunitário e 'Sentido de Lugar'

4.1 'Zeitgeist': dificuldades no campo dos museus tradicionais

A história do surgimento dos ecomuseus precisa ser situada no tempo, ainda que nossa pesquisa não seja de historiografia dos ecomuseus. A intenção de sinalizar elementos que formam o 'Zeitgeist' é justamente para mostrar que, em situações diferentes, várias áreas estão questionando modelos práticos e teóricos de organização da sociedade na modernidade. Esse questionamento acontece tanto na esfera teórica quanto na prática, mesmo sabendo que não é tão fácil separá-las. Em alguns casos, pessoas que nunca se conhecem, jamais se comunicam, e vivem em continentes diferentes passam a fazer perguntas similares e ter intuições semelhantes. Do ponto de vista prático, embora os ecomuseus não surjam diretamente em oposição aos museus tradicionais, no seu desenvolvimento, será inevitável o conflito, já que as novas experiências começam a ser qualificadas como museológicas.¹²⁰ Nas diversas teorias que formamos para analisar a urbanização/remoção, os ecomuseus se tornam importantes porque são iniciativas que brotam da prática, das vivências comunitárias. No início de século XX, a Museologia sofria diferentes críticas dos profissionais da arte. A opção por narrar histórias nacionais; apelo demasiado aos objetos; e descuido com questões que tangenciavam a realidade social. Os museus priorizavam a institucionalização e o serviço à instituição.¹²¹ Embora tenha um cunho teórico, como discutiremos a seguir, a crise dos museus revela sintomas da prática cotidiana, conforme revela Susana Lobo:

“Na década de 60, os museus serão confrontados com uma enorme crise que viria abrir caminho à chamada 'nova museologia'. Esta crise detonou, no contexto da sublevação francesa, comumente designada como *maio de 68*. Essa sublevação, no que a museologia concerne, pautou-se por uma viva contestação movida por críticos da arte, profissionais de museus e estudantes que identificavam os museus como instituições passivas e burguesas. Os inquiridos aos públicos de então concluíram que os visitantes dos museus pertenciam às classes sociais mais ricas, mais escolarizadas e mais cultas, logo, iam ao encontro de uma sociedade elitista, refletindo a inversão da situação real da sociedade.” (Lobo, 2006, p. 38)

Para nossa pesquisa sobre remoções, é muito importante situar os ecomuseus nesse espaço de tempo, porque não será diferente no contexto brasileiro. Em nosso contexto, o agravante será maior, por vários motivos. Primeiro, porque parte da história do Brasil é escrita

¹²⁰ Precisamos considerar aqui uma importante diferença. No contexto da Europa, a evolução dos ecomuseus se aproxima mais do significado dos museus. Já na América Latina, as diferenças entre os ecomuseus e os museus são enormes.

¹²¹ Aprofundaremos melhor esse tópico quando descrevermos as propostas da 'Nova Museologia' no próximo capítulo. Nesse tópico, o objetivo é perceber a dinâmica prática que os ecomuseus oferecem. Isso está em oposição ao paradigma vigente nos museus.

com a participação de índios e negros. Segundo, porque a maior parte das pessoas que ainda lutam pela terra no processo de remoção é de maioria negra. Mais do que uma questão social, é um problema de não aceitação da memória nacional. Nesse sentido, o diálogo com os museus tradicionais no Brasil passa diretamente pela discussão sobre os poderes estabelecidos em toda a história do Brasil. Em 1992, Tereza Scheiner pontuou características dos museus brasileiros que, guardando algumas exceções, podem ter semelhanças com o momento atual:

“O museu possível da sociedade brasileira tem sido, até agora, o museu tradicional – o modelo de museu tradicional na sua forma mais ortodoxa. A maioria das pessoas já conhece o modelo. (...) É um edifício, onde um conjunto de objetos é recolhido do mundo e trabalhado por um conjunto de especialistas, que sobre esses objetos detém um total poder. E a sociedade vai a esse edifício para ver o trabalho que é feito. Este é o desenho do modelo conceitual do Museu Tradicional.”
(Scheiner, 1992, p. 57)

Na abordagem transdisciplinar que propomos, as diferenças entre a proposta fundamental dos museus tradicionais e dos ecomuseus podem ser utilizadas como chave hermenêutica que interpreta o surgimento de novos protagonistas na história do Brasil e o recrudescimento dos segmentos antigos que não querem perder a hegemonia no país. Aqui também a composição do 'Zeitgeist' possibilita acenar para a *tensão criativa de sentido*. E se a hegemonia passa pelo monopólio cultural, serão necessárias leituras mais críticas desse processo.¹²² E, nesse quesito, valem as perguntas de Scheiner: “Que tipo de espelho o museu tem sido da nossa realidade? Ele é um espelho virtual ou um espelho deformante? Por que não têm sido possíveis, no Brasil, outras formas de museus?” (Scheiner, 1992, p. 57)

É por esse motivo que propomos, a partir da leitura de diferentes modelos, que a relação entre os museus tradicionais e os ecomuseus pode ser chave hermenêutica de análise da sociedade brasileira dentro de uma composição transdisciplinar. Por isso, é possível propor caminhos de inserção social, construção de políticas públicas e desenvolvimento sustentável que transcendam a área da museologia. Essa crise ou conflito de modelos museológicos acontece em quase todas as áreas que, há séculos, exercem monopólio de poder no país. Na educação universitária brasileira, discute-se cotas de reparação; na questão midiática, as mídias alternativas, impulsionadas pelas redes sociais, querem ter o direito de publicar informações com outras versões dos mesmos fatos; nas questões de gênero, as mulheres se organizam para exigir direitos; diferentes movimentos se unem e exigem a reforma agrária; e

¹²² Por esse motivo, não basta estabelecer o 'desenvolvimento' como critério fundamental para os ecomuseus ou para uma Nova Museologia. Interpretando o ecomuseu a partir do dilema das remoções, a definição de ecomuseu precisa ter características que possibilitam, sempre no contexto local, discernir através da memória (direito à memória) quem são os exploradores e quem são os explorados. Nessa definição, é preciso abrir a possibilidade de que o explorador seja também aquele que, no sistema maior, é o menor, ou seja, o próprio agente comunitário que proporia o desenvolvimento local. Esse tópico talvez seja um dos mais complexos dentro dessa discussão. Nem sempre é fácil assumir posturas críticas quando o explorado descobre que também pode se beneficiar das vantagens.

o último fenômeno, mais intenso, deu-se em junho de 2013, quando, num ato histórico, a população brasileira de todos os estados foi às ruas com uma série de exigências.¹²³ Embora o movimento tenha arrefecido, em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, os jovens continuam nas ruas realizando manifestações localizadas, solicitando direitos básicos e benfeitorias que só atingiam parte pequena da sociedade brasileira.¹²⁴

Ainda que seja possível a convivência pacífica dos dois modelos de museus no Brasil e em diferentes países da Europa, no contexto brasileiro, a práxis dos ecomuseus, principalmente no trato e acesso às memórias local e nacional, pode revelar profundas e antigas idiosincrasias da sociedade brasileira. Em alguns casos, estarão em jogo muito mais do que modelos de organização e preservação de objetos, mas a forma como cotidianamente são expostas as mazelas estruturais de organização da sociedade, seus agentes e os meios utilizados para sua manutenção.¹²⁵ Porém, não se deve querer sair rapidamente desse lugar

¹²³ Com o trabalho de jornalismo em sustentabilidade do 'Gol para o Planeta', cobrimos quase todas as manifestações no Rio de Janeiro. Escrevemos matérias. Dialogamos sobre o assunto em mesas redondas. Organizamos aprofundamentos na faculdade. Em vários desses debates, a surpresa e a novidade eram o fato de não haver líderes do movimento. Começou com a plataforma da mobilidade urbana e, rapidamente, cada brasileiro confeccionou seu cartaz expondo as mazelas do país. Pela primeira vez na história do país, a maioria dos estados vai às ruas sem uma liderança específica, sem um motivo específico como foi no passado recente contra a ditadura (1964 a 1985).

¹²⁴ Esse tipo de engajamento social é muito novo no Brasil, embora esteja sendo discutido por vários teóricos e, em função das redes sociais, possa ser enquadrado também nas grandes revoltas presentes em vários lugares do mundo, conforme observamos em várias partes do planeta, desde a chamada 'Primavera Árabe'. Porém, precisamos pontuar que, no Brasil, em particular, esses movimentos tomam formas próprias em função das peculiaridades históricas da formação dos traços da identidade do Brasil. Nesse ponto específico está a razão de propormos um referencial teórico transdisciplinar, aproximando as áreas que temos descrito nessa pesquisa. Por um lado, vários pesquisadores e educadores afirmam ser constante a dificuldade de encontrar teorias que se transformem em práticas, e práticas que se transformem em teorias na realidade brasileira. Um dos problemas é que, na teoria, aqueles que acompanham a epistemologia da pós-modernidade sabem da insuficiência de propostas criadas com grande dependência do positivismo europeu ou do pragmatismo estadunidense. Na prática, falta ousadia para transpor as barreiras da própria área do saber e, ao lado de outras disciplinas, propor a criação de teorias mais abrangentes e transversais que nasçam das provocações pelo 'sentido absoluto da existência', presente em realidades locais situadas. Por esse motivo, o ecomuseu é uma provocação, porque a teoria da academia chega por último, ou pelo menos quando as perguntas já foram gestadas, elaboradas e ruminadas por aqueles que, transdisciplinarmente, realizam tudo junto. Cf. Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar. Delambre, D. (2013a). Momento Histórico do Brasil: Povo nas Ruas. Fechou-se um ciclo? E agora? In <http://golparaoplaneta.wordpress.com/2013/06/22/momento-historico-do-brasil-povo-nas-ruas-fechou-se-um-ciclo-e-agora/>. Acedido em 15 de junho 2014 em <http://golparaoplaneta.wordpress.com/>; Delambre, D. Novo Ciclo do Brasil passa por atender demandas locais. Manifestações no hospital do Andaraí, um exemplo. (2013b). Acedido em 10 de fevereiro de 2014, In *Gol para Planeta*. <http://golparaoplaneta.wordpress.com/2013/06/28/o-novo-ciclo-do-brasil-passa-por-atender-as-demandas-locais-manifestacao-no-hospital-do-andarai-um-exemplo/>.

¹²⁴ O Fronteiras do Pensamento. (2013). Manuel Castells analisa as manifestações brasileiras. In <http://www.fronteiras.com/canalfronteiras/entrevistas/?16%2C68>. Acedido em 15 de junho de 2013 em <http://www.fronteiras.com/>.

¹²⁵ Esse aspecto é muito importante e já foi trabalhado muito por Paulo Freire em quase todas as suas obras. Se estamos propondo uma abordagem transdisciplinar, seria muito importante que os debates sobre Ecomuseologia pudessem discutir dois aspectos fundamentais. Primeiro, a inevitável institucionalização dos ecomuseus, museus comunitários e museus de favela. Segundo, como institucionalizar sem aderir ao modelo de institucionalização subserviente da economia de mercado ou da hierarquização autocentrada de muitas instituições públicas. Ainda que não queira, esse aspecto é sociológico e está ligado diretamente à apropriação que os setores dominantes fazem dos movimentos que, outrora, nasceram contracultura dominante e a favor dos segmentos mais deficientes. Por isso, tanto a Nova Museologia quanto a Ecomuseologia têm o imenso desafio de agregar às suas discussões experiências já vividas por outras áreas do conhecimento. No caso específico do Brasil, por um acaso, as práticas cotidianas de trato com a memória e sua relação comunitária foram categorizadas como ecomuseu ou

de crise e de conflitos. Esse 'locus' de crise é necessário e até imprescindível para que se mova para condições de vida equitativas e duradoras. Por isso, o lugar de 'tensão criativa de sentido' do direito à memória é fundamental. Em ambientes nos quais a democracia ainda está a caminho e, por vezes, a liberdade é cerceada com o aparato do Estado, em áreas dominadas por poderes paralelos e milícias, em contextos nos quais o silêncio é uma das formas de sobrevivência, o engajamento em ecomuseus pode ser também uma expressão de sacerdócio, com possibilidades reais de martírio.¹²⁶ No 23º Encontro Internacional para uma Nova Museologia, ocorrido no Rio de Janeiro em agosto de 2013, Girllhene Bulhões, Diretora dos Museus do IBRAM em Goiás, apresentou uma comunicação com o seguinte título: 'Colonização da Museologia Social no Museu das Bandeiras (???)' Em sua experiência, Bulhões narrou as dificuldades para inserir, na dinâmica de exposição do Museu das Bandeiras, a memória de grupos excluídos que representavam também a cultura local. Nenhum desses segmentos estavam presentes, tanto na estética do museu quanto na sua identidade ou objetos selecionados para narrar a história do Estado.¹²⁷ O trabalho geraria

museu comunitário. Mas é sempre bom lembrar, como mostramos no Direito à Memória, que esse trabalho já existe há muito tempo. Há casos projetos no Rio de Janeiro que sobrevivem sem nenhum processo de reflexão e elaboração acadêmica. Seríamos dualista ou maniqueístas, se por esse motivo defendêssemos que a teoria é menos importante. Isso não é verdade. No entanto, pode-se construir uma hermenêutica de ecomuseu que está para além do próprio ecomuseu, já que, intrínseca e etiologicamente, ele é, em si, a sociedade, em sua complexidade e espelho, memória.

¹²⁶ Essa discussão é importante porque é possível perceber certa ingenuidade em algumas exposições que, sem vivência cotidiana da realidade dos contextos onde estão muitos desses museus, têm leituras ingênuas. A experiência de quase cinco anos, entrando e saindo de uma comunidade no Rio de Janeiro, trabalhando como educador e teólogo - bem antes de tornar-me pesquisador de ecomuseu - revelou conflitos semelhantes aos que temos em toda a sociedade brasileira. É bem verdade que, esses conflitos são processados de forma diferente, dependendo da favela, falando especificamente do contexto da cidade do Rio de Janeiro. Por isso, numa abordagem transdisciplinar, um breve aprofundamento sobre antropologia teológico-filosófica mostraria alguns traços do ser humano presentes em praticamente todas as culturas. Esses elementos ficarão muito evidentes quando discutimos as remoções tanto no morro Santa Marta quanto no Metrô-Mangueira. No segundo dia em que estávamos acompanhando as negociações da remoção no Metrô-mangueira, uma advogada dos direitos humanos que mediava a saída junto a representantes do Estado, fazia muito esforço para os moradores saírem. As famílias, em torno de 18, concordaram e se cadastraram. Porém, faltavam ainda 10 famílias que não tinham os nomes na lista, ou seja, elas ficariam sozinhas. Assim que alguns estudantes da UERJ perceberam a situação, o estudante Igor pediu a palavra e alertou os moradores que, talvez, não seria justo um grupo ser beneficiado e outro ter que lutar sozinho depois. Começava uma intensa discussão entre eles e, no final, optaram em cadastrar apenas as 18 famílias sem saber o que aconteceria com as outras.

¹²⁷ No contexto Brasil, a proposta de museu tradicional e dos ecomuseus podem até conviver. No entanto, existem situações em que não é possível sustentar a equidade. Esse é um dos motivos pelos quais diferentes experiências de memória de comunidades no Rio de Janeiro optam por assumir o ostracismo. Nas comunidades cariocas, a institucionalização dos ecomuseus implica também participar de uma agenda política marcada de interesses, mesmo sendo em favelas. Esse é um tema também decisivo para a sobrevivência digna de um ecomuseu e passa diretamente pelos financiadores dos projetos, no caso, os editais dos governos. Em 2012, o Ecomuseu Nega Vilma ficaria de fora de um importante evento no Rio de Janeiro. Na primeira reunião, representantes de museus comunitários compartilharam que a participação do Ecomuseu Nega Vilma tinha sido discutida e houve resistência porque, como o evento de memória era patrocinado pelo governo, não seria possível convidar o Ecomuseu Nega Vilma, porque um dos seus temas era a remoção. Essa experiência é um dos exemplos de que a institucionalização e sua manutenção implica participar, como instituição, do processo de configuração das estruturas de poder da cidade. O Ecomuseu Nega Vilma é um exemplo para ilustrar essa discussão e mostrar que, embora falemos da relação entre museus tradicionais e ecomuseus, do ponto de vista hermenêutico, ela transcende e se aplica às formas de relação da sociedade brasileira. Existe uma dimensão política muito bem orquestrada com a dimensão econômica, que vai arrastando outras áreas até falarmos de um modelo maior de desenvolvimento econômico e arquitetônico da cidade. O tema da remoção é parte desse processo, nem sempre percebido por aqueles que são

conflitos com os setores que, tradicionalmente, narram a história do Brasil apenas por uma vertente. Basta analisarmos a nova descrição da missão, construída por esse museu, a fim de percebermos que as filosofias dos ecomuseus ou da Sociomuseologia estão para além da própria museologia ou de um ambiente de periferia. Analisemos o que narra Bulhões:

“Preservar, pesquisar e comunicar a memória nacional relativa à ocupação bandeirante na região Centro-oeste do Brasil, enfatizando as contribuições dos diversos segmentos étnico-sociais presentes nesse processo; visando à universalidade do acesso; à sustentabilidade econômica, ecológica, social e cultural; e contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da promoção da inclusão social e da igualdade racial; da valorização da diversidade cultural; e do respeito aos direitos humanos e à dignidade humanas.” (Bulhões, 2013)

Quantos segmentos na sociedade estão provocando a ‘tensão criativa de sentido’ ao assumirem, como filosofia de vida, os princípios expostos acima? Os museus tradicionais, de uma forma geral, remontam modelos de organização das sociedades que privilegiam determinados segmentos em detrimento do ‘esquecimento’ de outros. Na Europa, a demanda dos ecomuseus são outras e eles podem ser referenciais, ao fornecerem novos elementos teóricos. Mas, no contexto da América Latina, essa discussão toma contornos mais agonizantes e beligerantes, em função do processo de colonização. Existe ainda o histórico abismo entre ricos e pobres. As sabedorias das culturas populares não são transformadas em conhecimento nas universidades. No primeiro Encontro Internacional de Ecomuseus, ocorrido em maio de 1992, no Rio de Janeiro, que debateu a situação da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, Mário Moutinho resumiria uma situação que ainda é vigente na realidade das

atingidos pelos resultados de decisões que são tomadas, distantes da realidade local. Em 2011 e 2013, duas ações políticas do Ecomuseu Nega Vilma foram efetuadas, a fim de que a realidade local pudesse intervir minimamente no processo. Como já sabíamos, o Ecomuseu Nega Vilma está catalogado na área do Pico do Santa Marta que vivencia o dilema das remoções. Em 2011, uma de nossas estratégias políticas para considerar a memória do ecomuseu foi começarmos a desenvolver a pesquisa que inseriu o próprio governo no processo de discussão sobre a memória. Assim, conseguimos iniciar uma pesquisa de Pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizamos um evento comunitário de pesquisa-memória com a presença do professor coordenador de nosso trabalho, Dr. André Leonardo Chevitarrese, do departamento de História. No título, dizíamos, ‘UFRJ Chega com Pesquisa de Memória na Favela Santa Marta’. A segunda ação política importante deu-se em 2014, quando começamos as discussões para a construção da parceira institucional do Ecomuseu Nega Vilma com a Universidade Cândido Mendes, no Rio. Deixamos claro que a qualidade e as diretrizes do projeto seriam dadas pela equipe de gestão do Ecomuseu Nega Vilma que, no momento, conduzia a instituição: Kadão Costa, Dell Delambre, Julyanna Costa e Thiago Leite. Assim, o projeto foi dividido em três áreas, a saber: pesquisa, oficina e acervo. Na parte da pesquisa, discutimos sobre a necessidade do ecomuseu fazer a construção da memória do seu entorno. Oferecemos um projeto de pesquisa construído a partir das demandas do local, analisadas por quase três anos de vivência. A questão é que a memória do entorno do Ecomuseu Nega Vilma tem o problema político sobre a remoção. Quando construímos o projeto de pesquisa, pudemos fornecer os dados e, portanto, no segundo semestre de 2014, o tema da remoção, ainda que não de forma explícita, torna-se assunto dos alunos e dos professores da Universidade Cândido Mendes, que serão inseridos no programa. O que estamos mostrando é que, no lugar da universidade, poderia ser uma empregada, uma personalidade ou um artista, desde que tivesse os princípios básicos da justiça social e da memória local como identidade. Outro exemplo vivido pelo Ecomuseu Nega Vilma foi a realização do ‘1º Seminário do Ecomuseu Nega Vilma. 125 anos de Memória’ em 2013. No mesmo lugar, o seminário reuniu a Universidade Cândido Mendes e o Museu da República. Quem abrigou o evento foi o Museu da República, através do professor Mário Chagas, que intermediou a parceria. O Museu da República é um Museu Tradicional que se abre para dialogar com as novas expressões museais. Pelo momento que o país vive, sustentar a ‘tensão criativa de sentido’ com a aproximação de segmentos diferentes e, por vezes, antagônicos, torna-se mais importante do que priorizar a síntese e rápidas conclusões ou sistematizações teóricas.

favelas cariocas. Há, praticamente, 20 anos, as palavras de Moutinho são lidas como se lêssemos as páginas dos jornais do ano de 2014:

“Sem dúvida que a Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro é uma terra onde a ânsia frustrada do direito à igualdade se sente a cada instante, em cada olhar e em cada coisa.

Terra diferente e igual ao mesmo tempo no desencanto dos pais que tão cedo perdem o destino dos seus pivetes, para quem sonharam caminhos mais abertos.

Terra diferente e igual ao mesmo tempo no tardar do reencontro de cada um com os seus, com a memória e com o dia de amanhã.

Mas, também, terra diferente e igual na luta e na vontade de contrariar o abandono, e que obriga cada um ao seu jeito e no seu saber a tomar, a gritar e aprovar a mudança.

Uma espécie de rosar que amedronta os donos do mundo...

Saint-Hilaire de Dorset, 24 de setembro de 1992. ” (Moutinho, 1992)

A luta pelo direito à memória presente na prática das favelas cariocas é o ambiente no qual a produção das memórias material, imaterial e territorial darão contornos peculiares à prática de um ecomuseu.¹²⁸ Isso porque, os processos de institucionalização da memória presentes nos ecomuseus e museus comunitários são infinitamente menores do que as experiências vivas dos guetos e vielas das mais de 800 favelas do Estado do Rio de Janeiro. Essa área tem produções de memórias e não são contempladas nos museus tradicionais. Se é possível falar aqui de uma teoria, mesmo sendo da Ecomuseologia, deve-se considerar que ela chega bem depois; primeiro, as práticas se fazem e se refazem para driblar situações adversas e perigosas para continuarem 'ecomuseu-ando' seus territórios. Não estamos sugerindo que haja uma exclusão da lógica do museu tradicional. Estamos afirmando que o processo nos ecomuseus ou dos centros de memória informais e não-normativas se fazem de forma diferente, e essa é uma das razões centrais porque os ecomuseus, no contexto do Brasil,¹²⁹ guardando raras exceções, gira em torno da prática, foge completamente das lógicas positivistas e cartesianas de acesso à realidade. Nesse campo, a vivência prática da favela

¹²⁸ Embora Hugues de Varine tenha abandonado o uso da expressão *ecomuseu*, conforme mostraremos no próximo tópico, no contexto das favelas cariocas e no contexto brasileiro, que o Museu reflete a cultura da elite, a palavra 'ecomuseu' possui intrinsecamente um conteúdo político de crítica e inclusão. É verdade que também uma provocação ao modelo tradicional chamar as novas expressões museais de museus. Sobre a XV Conferência para uma Nova Museologia, Rio de Janeiro, Museu da República, a moradora Sheila Souza, do morro Santa Marta, deu um importante testemunho na entrevista. Em sua fala, ela disse que quando foi convidada para o encontro, logo imaginou museu, isto é, coisa de rico, que não era para o seu contexto. Assim que explicamos o que era um ecomuseu, ela percebeu que se tratava da sua própria realidade e que vários moradores da favela possuem ecomuseus dentro de casa. (Souza, 2014).

¹²⁹ É sempre importante fazer essa ressalva porque, por exemplo, na Itália, muitos ecomuseus não possuem essa identidade tão delimitada pela defesa da justiça. Foi por esse motivo que nos esforçamos em todo esse capítulo para mostrar o 'Zeitgeist'. Na 15ª Conferência do Movimento Internacional para uma Nova Museologia foram apresentadas algumas experiências de ecomuseus na Europa, ficou bem evidente que tanto a definição quanto a ação do Ecomuseu vão variar de acordo com o contexto no qual ele está inserido. Uma das teses de Hugues de Varine é que não existe um modelo de Ecomuseu. Discutiremos esse ponto a seguir, porque isso toca diretamente na ecomuseologia.

sempre foi transdisciplinar, comunitária, ecológica¹³⁰ e sustentável¹³¹. A transição urbana e a força do consumo sobre todas as esferas da vida questionaram essa vivência também na favela. Os testemunhos da segunda parte revelam esse fato. Num caminho de mudança da sociedade, os museus tradicionais podem assumir princípios dos ecomuseus, mantendo-se museus com uma identidade voltada à preservação da história nacional. Quanto mais elementos encontramos para compor o 'Zeitgeist', mais possibilidades teremos de realçar a *tensão criativa de sentido*. No documentário 'Museologia do Afeto', ao ser perguntado se os museus tradicionais não exercem essa função social, o museólogo Mário Chagas explica:

"Isso que eu estou dizendo merece uma relativização: os museus tradicionais, em sua maioria, deixaram de cumprir esse papel. O que impõe um desafio: o desafio seria, no meu entendimento, a necessidade dos museus ditos tradicionais se articularem com esse movimento da Nova Museologia, se articularem com a museologia social. Nós vimos na mesa de hoje esse exemplo; por isso é que eu quis relativizar; nós vimos dois museus ditos tradicionais: o Museu das Bandeiras e o Museu do Homem do Nordeste que, na verdade, chamaram para si um compromisso de articulação com a Museologia Social e o compromisso de trabalhar a favor da dignidade humana. Então, é perfeitamente possível que os museus ditos tradicionais cumpram esse papel também e se aproximem desse espírito de transformação, esse espírito de Nova Museologia e de Museologia Social. Mas muitos não fazem isso. Nós temos consciência!" (Chagas, 2013).

4.2 Ecomuseu a partir de Hugues de Varine:¹³² o desenvolvimento comunitário e a problemática em torno do 'desenvolvimento'.

O motivo pelo qual começamos falando sobre de Hugues Varine é porque ele cunhou a palavra 'ecomuseu' e foi um dos fundadores do primeiro ecomuseu, 'Le Creusot Montceau' na França.¹³³ Hugues de Varine esteve, durante doze anos (1962-1974), como Secretário do

¹³⁰ Interpretamos ecológico como estando em relação com o todo, isto é, a casa inteira vista como favela.

¹³¹ Chamamos de sustentável mais do que reciclagem ou sustentabilidade financeira. Sustentável aqui são os princípios de sobrevivência que se forjaram na relação com os modelos globais e internacionais de desenvolvimento econômico, social e urbano que sempre foram assumidos pelo Brasil e que, inclusive, estão na base das razões que levaram ao surgimento das favelas cariocas.

¹³² Como temos mantido em nossa tese, precisamos pontuar que não se trata aqui de esmiuçar todos os pontos sobre ecomuseus defendidos por Hugues de Varine. Para isso, seriam necessárias muitas páginas. A intenção, além de situar historicamente o surgimento da palavra ecomuseu, é colher algumas contribuições sobre como, depois de quase 40 anos, Hugues de Varine compreende o que é ecomuseu. Sem muita complicação, ele vem repetindo seus posicionamentos em diferentes contextos ao longo desses anos. Por isso, não é nosso objetivo aqui fazer uma extensa revisão bibliográfica, senão aproveitar algumas entrevistas que respondam nosso objetivo. Para um aprofundamento melhor sobre o conceito de ecomuseu em Hugues de Varine, Cf. Varine, H. Ecomuseu (2000). In *Revista Ciências e Letras*, Fapa, Porto Alegre/RS, 27, pp. 62-69; Davis, P. (2011). *Ecomuseums, a sense of place*. 2. Ed. London: Continuum International Publishing Group.

¹³³ Como se pode ver, antes de se chamar Ecomuseu Le Creusot, o nome era simplesmente Museu do Homem e da Indústria, conforme explica Hugues de Varine: "No mesmo ano, 1971, e continuo no meu tema, que são os ecomuseus na Europa, no mesmo ano de 1971, e sobretudo em 1972, criou-se de forma inteiramente marginal, na França, numa região industrial do centro da França, um museu do qual vou falar a vocês, porque acho interessante ver como ele foi feito e como é hoje vocês verão sua evolução em 20 anos, e é um museu que deveria se chamar, e se chamou no início, Museu do Homem e da Indústria. Era um museu da Sociedade industrial, numa região que é uma das origens da revolução industrial na França e na Europa." (Varine, 1992, p. 285). O mais interessante foi como esse museu se transformou num ecomuseu, conforme explica Varine: "Por razões puramente administrativas e financeiras, esse museu achou por bem, em 1975, adotar o nome de ecomuseu, e a partir desse dia houve de fato duas famílias de ecomuseus: os museus ecológicos, se assim se pode dizer, os ecomuseus de

Conselho Internacional de Museus (ICOM), dos quais dez como diretor. Participou da criação do Conselho Internacional de Monumentos (Icomos), 1965. Em 1972, Hugues de Varine coordenaria a criação da Mesa de Santiago do Chile.¹³⁴

A concepção de ecomuseu em Hugues de Varine vem marcada por longa experiência atuando em diferentes áreas: no Sindicato Misto do Sul da Picardia, depois no Ministério da Cultura (Serviços de Estudos e Pesquisas); Instituto Franco-Português de Lisboa, na Secretaria para a Economia Social, na Comissão Nacional para o Desenvolvimento Social dos Bairros. Do ponto de vista histórico, uma das contribuições de Hugues de Varine foi ter cunhado a palavra ecomuseu, conforme explica Amado.

"A expressão 'Ecomuseu' teve origem em França, nos inícios dos anos 1970. A palavra foi inventada em 1971, por Hugues de Varine-Bohan e adoptada em Dijon, por Robert Poujade, ministro do Meio Ambiente Francês numa seção internacional dos Museus. Posteriormente, viria a ser 'sancionada' e enriquecida com as reflexões dessa grande figura da museologia e da museografia do século XX, que foi Georges Henri Rivière." (Amado, 2009, p. 65)

Em nossa interpretação, Hugues de Varine levanta questões emblemáticas no que diz respeito ao conceito de ecomuseu atualmente. Embora o desenvolvimento do conceito seja trabalho do seu amigo Georges Henri Rivière,¹³⁵ Hugues de Varine também protagonizaria outra novidade: participaria, como já dissemos, da criação do primeiro ecomuseu na França, o 'Le Creusot Montceau'.¹³⁶ No entanto, para nossa pesquisa, importante é o fato de que, nas últimas conferências de Hugues de Varine, ele ter expressado que não acredita mais na palavra 'ecomuseu', preferindo ficar simplesmente com a palavra 'museu':

"Na minha atividade profissional de consultor em desenvolvimento local, quando encontro um projeto de ecomuseu, procuro, na maioria das vezes, desencorajar seus interlocutores a utilizar este termo, dizendo-lhes que eles correm o risco de se ver obrigados a fazer coisas que os afastarão de seus reais objetivos." (Varine, 2012a, p. 185)

Essa mudança é bastante paradigmática e acaba tocando na tese que temos construído ao longo desse trabalho, quando pensamos em mudança de paradigma e na necessidade de se construir novos referenciais teóricos para esse tempo. Como não é nosso objetivo descrever a evolução do conceito de ecomuseu no pensamento de Hugues de Varine,

parque, os ecomuseus naturais, por assim dizer, do Creusot, o que chamei depois de ecomuseus de desenvolvimento, e hoje chamo mais de museus comunitários." (Varine, 1992, p. 285).

¹³⁴ Hugues de Varine criou o 'Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento', para apoiar os diversos programas de desenvolvimento no mundo. Ele convidaria o educador Paulo Freire, que estava exilado na França, para presidir-lo. Paulo Freire seria a grande influência acadêmica de sua vida, fato que de Varine compartilharia em diferentes palestras no Brasil e no mundo. Outra situação interessante é que o próprio de Varine convidaria Paulo Freire para ser o conferencista oficial da 'Mesa Redonda de Santiago do Chile.'

¹³⁵ No tópico seguinte, dialogaremos com a proposta de Georges Henri Rivière.

¹³⁶ Cf. Ecomusee-Creusot- Montceau. In <http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/>. Acedido em 17 de março de 2014 em <http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/>.

podemos ir direto ao coração do problema. Interessa-nos perceber que um dos motivos por que ele desistiu da palavra ecomuseu é justamente o relativismo que, segundo Hugues de Varine, a palavra alcançou.

“Esse termo tornou-se umas dessas ‘palavras-valises’ em que cada um pode colocar o que quiser: um museu industrial, um centro de interpretação, um centro de memória de uma aldeia, um museu local de artes e tradições populares, um lugar de recepção para turistas ‘culturais’, etc. Pessoalmente, apesar de que a invenção do termo me seja devida (totalmente por acaso como já expliquei muitas vezes), prefiro conservar o termo ‘museu’ e atribuir-lhe um qualitativo que define sua principal característica: (...)” (Varine, 2012a, p. 182)

Para o nosso tema das remoções e a crise de paradigmas, esse aspecto é fundamental. Na pós-modernidade, as palavras perdem sua força conceitual e política, recebendo apropriações específicas sempre dentro dos contextos nos quais são aplicadas. Na pós-modernidade, aqueles que se utilizam das palavras não estão nem um pouco preocupados com o sentido original. No entanto, quem cria conceitos precisa estar atento a esse fato. Quando o contexto é diversificado e os elementos do paradigma não estão claros, ‘Zeitgeist’, os conceitos criados em outro ambiente e em outra época serão mais facilmente adaptados a outras realidades, podendo perder o sentido original da criação. Mas também o mesmo conceito pode receber acréscimos importantes que não eram contemplados inicialmente e, assim, alargar sua concepção original à luz de necessidades novas. Nesse aspecto, será possível perceber considerável diferença nos significados que o conceito de ecomuseu terá para a Europa e para a América Latina. Embora Hugues de Varine abandone a palavra, o desafio maior dos ecomuseus situados dentro da favela é redefinir seu ‘status’, realçando elementos que, por um lado, dialogam com o ambiente dos museus, mas, por outro, possibilitam que seus participantes tenham consciência dos conflitos de interesses na sociedade. Quando mostramos a ‘tensão criativa de sentido’ no tema do direito à memória, é possível perceber essas questões. Esse é um exemplo de que é necessário sustentar essa ‘tensão criativa de sentido’. Nessa zona de conflitos permanentes, que é o contexto das remoções nas favelas, os dois movimentos são igualmente importantes: primeiro, o de retornar à palavra museu conforme propõe Hugues de Varine e, segundo, manter a palavra ecomuseu, pelo significado político que ela carrega para quem milita dentro da favela.

O importante é que Hugues de Varine tem consciência das necessidades de atualização dos museus tradicionais. Nesse ponto, sua experiência com Georges Rivière foi muito importante. Ele mesmo narraria que, em 10 anos como diretor do ICOM, visitou 75 países. Hugues de Varine levou a proposta de que a conferência do ICOM de 1972 deveria ter outro paradigma, diferente do referencial europeu e estadunidense. Por esse motivo, Hugues de Varine mesmo orientou para que todos os palestrantes fossem oriundos da América Latina e, inicialmente, tivessem Paulo Freire como referência, através da educação

libertadora. No entanto, é preciso pontuar que o próprio Hugues de Varine falaria em outros momentos, que ele já estava observando outras práticas de alguns poucos museus que já usavam alguns princípios daquilo que mais tarde ele condensaria como museu a serviço do desenvolvimento local ou ecomuseu. Alguns desses elementos já faziam parte da vida de Georges Rivière, como mostraremos em seguida e também quando analisarmos a contribuição de Peter Davis. Quando Hugues de Varine se abstém da palavra ecomuseu, além de criticar implicitamente o relativismo, ele percebe que os princípios fundamentais que deveriam sustentar a prática de um ecomuseu não são exclusivos dos ecomuseus, mas deveriam ser a busca de todos os museus do mundo, considerando cada contexto.¹³⁷ Esse aspecto ficará mais claro quando apresentarmos a leitura de Peter Davis. Talvez, por isso, suspeitamos que a palavra 'desenvolvimento' há de ser fundamental na totalidade das definições de Hugues de Varine.

Nesse aspecto, vale a consideração de Paula dos Santos: "Os ideais sustentados pela declaração de Santiago encontraram espaço no pensamento e discurso no campo dos museus, como no caso da adição em 1974 do fragmento 'a serviço da sociedade e seu desenvolvimento' na definição de museu do ICOM". (Santos, 2012, p. 9) Fiquemos atentos à palavra desenvolvimento. Numa palestra dada por Peter Davis na Universidade de Newcastle, ao falar sobre Nova Museologia e ecomuseu, podemos perceber que a questão do desenvolvimento será evidente. Assim afirmou Davis: "Em 1980, o museólogo francês André Devallées escreveu uma nota para a 'Encyclopedia Universalis' promovendo essa nova visão do 'social development' para os museus com o título 'Nouvelle Muséologie'". (Davis, 2010) Peter Davis ainda mostrará os diferentes significados das duas palavras: "Assim, em grande parte do mundo, isso é o que se entende por Nova Museologia: teoria e prática de museus

¹³⁷ Essa é uma discussão importantíssima. Infelizmente não teremos tempo hábil de fazê-la aqui. A construção do 'Zeitgeist' serve para sinalizar alguns traços desse tema. Valeria nesse ponto um aprofundamento sobre a Museologia como Ciência e os elementos novos trazidos pela Nova Museologia que interferem na epistemologia e no estatuto da Museologia. Cf. (Mensch, 1994). Seria também muito salutar mostrar as especificidades da Ecomuseologia, naquilo que os ecomuseus se diferem tanto dos museus tradicionais como de outros museus que não aceitaram a qualificação de ecomuseu, como é o caso do Museu de Favelas e o Museu da Maré, no Rio de Janeiro. Existe uma densa discussão política e prática nessas diferenças que não podem ser relegadas apenas a uma relativização e uso indiscriminado das palavras. A obra de Peter Davis 'Ecomuseums: a sense of place', é, de fato, uma referência. No entanto, parece que ainda não temos uma obra no contexto do Brasil que investigue essas diferenças, que são sensíveis, porém, fundamentais. Entretanto, quando apresentarmos a 'Declaração do Rio MINOM 2013', será possível perceber também que existem pontos fundantes que estão presentes na prática cotidiana e política de todos esses museus comunitários e ecomuseus. Nossa tese é que esses pontos fundamentais que sustentam a 'tensão criativa de sentido' estão para além do campo da Sociomuseologia. Quando analisamos essa situação apenas pelo 'direito à memória' no contexto das favelas, fica evidente que outros grupos nada conhecem sobre essa discussão estão defendendo os mesmos princípios, ainda que trabalhem de formas isoladas. Pelo fato de estar num importante centro simbólico de poder na sociedade, isto é, na universidade, e, ao mesmo tempo, enraizada na prática de diferentes comunidades, a Sociomuseologia ou a Nova Museologia deveria assumir esse protagonismo de articulação no Rio de Janeiro e em outros lugares do Brasil. Para isso, será imprescindível inserir a 'tensão criativa de sentido' como lugar de revisão da teoria e da prática, abstendo-se da ansiedade de querer rapidamente chegar à síntese. Neste sentido, um braço do diálogo pode ser a Museologia tradicional, que realça sempre a contradição, mas o outro braço deverá ser a sociedade com todas as vicissitudes das estruturas sociais ou os 'Quadros Sociais'.

ligados às agendas de desenvolvimento.” (Davis, 2012). Esse aspecto do desenvolvimento será um dado importantíssimo em nossa observação sobre a proposta de Varine.

É bem verdade que precisamos considerar que existe um hiato entre aceitar as novas formulações sobre museu, implementar mudanças na prática e formar profissionais para sustentá-las. Como temos mostrado em todos os 'Zeitgeist' anteriores, quase todas as áreas do conhecimento enfrentaram problemas com o paradigma de conhecimento da modernidade, seja na versão do positivismo e do racionalismo das escolas europeias ou com o pragmatismo reducionista das escolas norte-americanas, principalmente sua versão presente no econômico. Paula Santos perceberia esse fato na análise sobre teoria e prática dos museus.

“Porém, na prática, até o final dos anos 90, o espírito da mesa-redonda ficou em grande parte circunscrita à nova museologia e suas formas de ação local, e às 'museologias alternativas'. O vagaroso mundo dos museus ainda passaria por uma verdadeira revolução ao aproximar-se do fim do século. Pouco antes, em 1992, o seminário 'A missão do museu na América Latina hoje: novos desafios', organizado em Caracas, em comemoração aos 20 anos da Mesa-redonda de Santiago, procurou reanimar e atualizar a ideia do museu integral a serviço do desenvolvimento, enfocando seu potencial de comunicação, como instrumento de diálogo entre diferentes forças sociais e a parceria com as comunidades.” (P. Santos, 2012, p. 9).

Na obra que comemora os 40 anos da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, a pesquisadora e atual presidente do MINOM, Paula dos Santos, faz uma leitura central sobre o significado do encontro para a Museologia. Parece que a questão do 'desenvolvimento' tornou-se, por um lado, o sucesso das novas museologias, e por outro, o fracasso dos museus tradicionais. Portanto, numa abordagem mais ampla sobre o assunto, podemos perceber que o tema é o 'desenvolvimento'. Vale ressaltar, como disse Peter Davis, que já existiam agendas do desenvolvimento. E afirmamos que essas agendas sobre esse tema fora da Museologia era e ainda é muito mais complexo, lugar de disputas entre modelos internacionais e locais de desenvolvimento. E nesse aspecto específico, parece-nos que Hugues de Varine precisa ser visitado e contextualizado, pois esse tema foi levado para a Museologia na Mesa de Santiago. Além de ser importante pontuar isso aqui, o conceito de 'desenvolvimento' estará também como elemento central para compreender o lugar das remoções numa política de cidades e expansão urbana. Na época, as propostas ou teses de Hugues de Varine estavam vinculadas aos projetos de desenvolvimento que tinham disputas acirradas em diferentes segmentos da sociedade, que já percebiam os efeitos do modelo de sociedade vigente. Nesse quesito, fez grande diferença o fato de Varine não ser formalmente um museólogo, não ter passado pelos estudos formais de graduação em museologia.¹³⁸ E também o fato do tema do

¹³⁸ “No começo dos anos 50, um tio (irmão do meu pai) me fez encontrar um arquivista conhecido que me persuadiu a me preparar para o concurso vestibular à Escola do Louvre, dizendo-me que era muito difícil e permitia uma carreira muito interessante. Nesse momento, eu terminava uma licenciatura em História na Universidade de Paris e não sabia qual orientação profissional tomar. Preparei-me, então, para a Escola do Louvre, fui aprovado (o concurso era, na realidade, muito fácil...) e cursei três anos de formação em vista de uma carreira nos museus. Mas a Escola do Louvre formava essencialmente em História da Arte e, no meu caso, em arqueologia (oriental) e

desenvolvimento estar sendo discutido na ONU na preparação para a famosa conferência de Estocolmo, que ocorreria no mesmo ano da Mesa de Santiago do Chile, 1972.

Com o objetivo específico de dialogar com a urbanização/remoção e analisar o papel de um ecomuseu nesse contexto, devemos ficar atentos a esse foco no desenvolvimento por um lado e, por outro, a influência que Hugues de Varine receberia de Paulo Freire. Ambos serão delineadoras do seu pensamento. É importante lembrar que, grande parte dos teóricos brasileiros da época tinham cunhado o termo 'libertação', em oposição justamente ao 'desenvolvimento' dos chamados países desenvolvidos. Tenho a suspeita de que, se Paulo Freire não fosse impedido de estar na Mesa-redonda de Santiago do Chile, alguns conceitos que marcam a diferença entre a América Latina e a Europa seriam destacados de forma mais incisiva no documento. Na época, na América Latina, quase todos acompanhavam a chamada 'teoria econômica da dependência',¹³⁹ conforme pontua Kucinski:

“André Gunder Frank, a partir das teses de Immanuel Wallerstein, de que a América Latina, desde a sua descoberta, fazia parte de uma economia mundial mercantil, disse que nessa economia, as relações eram formadas por círculos nos quais havia sempre uma periferia perdendo excedentes para um centro. A pequena vila para a cidade, a cidade para a capital, o país periférico para o país central. O subdesenvolvimento era criado pelo próprio desenvolvimento. Todos estes teóricos postulavam que as elites locais eram em algum grau agentes ativos desse processo, mas havia divergências de ênfases importantes. Assim como divergências sobre o que é determinante, o fator endógeno ou exógeno, a estrutura de classe do país, ou sua dependência política. (...) E Celso Furtado disse que o subdesenvolvimento econômico era a manifestação do fenômeno mais geral da dependência. Os países periféricos, ao copiar padrões sofisticados de consumo dos países desenvolvidos, apenas aumentavam sua dependência, pois esses padrões não eram adequados à sua etapa de desenvolvimento.” (Kucinski, 1996, p. 48)

Sobre esse pequeno parágrafo seria possível escrever muitas páginas que mostrassem como vários sociólogos, economistas, educadores, teólogos da libertação, cientistas políticos e vários movimentos sociais compreendiam o 'desenvolvimento' na relação

não em museologia ou museografia. Tive somente em três anos duas horas de aulas sobre a legislação francesa dos museus, duas horas sobre diferentes tipos de vitrinas e duas horas de trabalhos práticos sobre segurança contra incêndio. O resto do tempo era gasto em reconhecer obras de arte através de slides em preto e branco (à exceção da arte egípcia que eram a cores) e em visitar as salas dos museus nacionais (22 horas por semana, oito meses por ano, durante três anos, uma overdose). Fiz também voluntariamente um estágio de Verão de três semanas num museu próximo à minha casa (em Autun) para classificar uma coleção de vasos pré-históricos, porém sem nenhum guia: fiz então uma péssima classificação. Terminei em 1958 meus três anos de Escola do Louvre, mas me recusei a fazer a tese final, pois tinha a impressão de não ter aprendido nada e não queria, sobretudo, trabalhar nos museus!” (Varine, 1996, p. 6)

¹³⁹ Não seria possível aprofundar o tema da 'teoria econômica da dependência' aqui, mas o resumo de Kucinski é importante: “Foi Fernando Henrique Cardoso quem formulou a versão mais acabada da teoria da dependência, ao postular que são as relações internas de cada país que tornam possível e dão forma à dependência. Para Fernando Henrique, dependência é a condição de funcionamento geral do sistema econômico e político, e subdesenvolvimento a medida do grau de diferenciação dos subsistemas. Ao contrário da maioria dos demais, impressionado pelo milagre econômico dos anos 70, Fernando Henrique dizia ser possível o desenvolvimento autossustentado, mesmo dentro da relação de dependência, em virtude de uma solidariedade econômica entre o centro e a periferia, apesar dos obstáculos políticos a serem vencidos na periferia. Por ironia da história, a crise monetária dos mercados emergentes dos anos 90 mostrou que a dependência apenas se aprofundou, exatamente quando Fernando Henrique ascendeu à presidência do Brasil.” (Kucinski, 1996, p. 48)

entre América Latina e Europa. Poderíamos ainda problematizar as diversas nuances das teses de Hugues de Varine sobre ecomuseu. No entanto, parece que o tema do desenvolvimento, desde o início, possuiria certo grau de peso na totalidade do seu pensamento. Como vimos, o próprio Hugues de Varine afirma ter abandonado o termo ecomuseu, optando por museu, que tem como pano de fundo uma proposta de desenvolvimento comunitário ou relação com o entorno. Será que um dos motivos é o fato de que o desenvolvimento, dito com outras palavras, se torna elemento aglutinador, antes aplicado à noção de ecomuseu? Ao perceber que essa era uma questão central, Hugues de Varine prefere manter o termo museu e submetê-lo às premissas do que denomina 'desenvolvimento', tanto no museu quanto no ecomuseu? O que nos interessa é que ele assume um conceito que, na América Latina, significava outra coisa, completamente diferente do que na Europa e EUA. Hugues de Varine afirma ter inserido a palavra 'desenvolvimento' explicitamente nos documentos do ICOM no tempo em que foi diretor. Hugues de Varine passa a assinar como 'Consultor em Desenvolvimento Comunitário'. Vale observar essa afirmação de Hugues de Varine alguns anos depois:

"Desde 1969, após inúmeras viagens através do mundo, em particular o mundo dos museus, cheguei à conclusão de que o museu era – ou antes, deveria ser – um instrumento a serviço do desenvolvimento. Um texto escrito na ocasião, e inédito durante muito tempo, trazia o título: 'O museu a serviço do homem e do desenvolvimento.'" (Varine, 2012a, p. 171)

Em sua leitura, museu deve ser um instrumento de desenvolvimento. Respeitando o que ele mesmo afirmaria anos mais tarde, isto é, não haver um modelo fixo e pronto, será necessário problematizar o que significa desenvolvimento para cada contexto. Em pouco tempo, o tema do desenvolvimento seria o objetivo e os ideais de Hugues de Varine:

"Na época, tratava-se de um sonho, de uma quimera ou ainda de uma intuição. Apenas alguns profissionais de museus do mundo, na Índia, nos Estados Unidos, na Nigéria, e no México, preocupavam-se com o desenvolvimento de seus países, de seus territórios ou de apenas suas comunidades. Foi em 1971, por ocasião da conferência geral do Icom, realizada na França, depois de 1972, na Mesa-Redonda de Santiago do Chile, sobre o papel dos museus na América Latina, que esse conceito tornou-se evidente para um número crescente de pessoas que trabalhavam no campo museológico." (Varine, 2012a, p. 171)

Talvez, seja importante perguntar os motivos pelos quais, num período de quase vinte anos após a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, as teses dessa conferência não conseguiram fazer eco no campo da Museologia chamada tradicional. Não existiria um alto grau de complexidade e relativismo na questão fundamental, isto é, o desenvolvimento comunitário? Assumir esse tema não exigiria uma mudança radical de paradigma e o diálogo crítico com o modelo de economia vigente que, inclusive, subsidiava da maioria dos museus? Outro fator é que desenvolvimento tinha um significado crítico e político na América Latina,

enquanto para a Europa e os EUA, o desenvolvimento significava, de certa maneira, a manutenção ou remendo no mesmo paradigma que funcionara há décadas. Em nossa leitura, Hugues de Varine fala, inicialmente, do desenvolvimento a partir da matriz europeia, isto é, ONU/Unesco. Era a concepção que vinha dos setores internacionais ligados ao meio ambiente, as agendas a que Peter Davis se referia.¹⁴⁰ Portanto, nesses anos iniciais, é preciso situar Hugues de Varine mais na Europa e no mundo internacional do ICOM e da Unesco, do que, necessariamente, nos debates políticos dos teóricos latino-americanos. Hugues de Varine era presidente do ICOM, órgão internacional ligado a outras instituições internacionais; o ambiente de surgimento da palavra ecomuseu foi justamente um almoço com o representante de Robert Poujade, que era Ministro do Meio Ambiente da França, e que seria o primeiro a usar o termo em um ambiente público. Portanto, a leitura de Hugues de Varine 20 anos depois torna-se importante para nosso objetivo e esclarece alguns pontos sobre a etiologia histórica e contextual da palavra ecomuseu, ao mesmo tempo que revela seu papel no contexto da urbanização/remoção que interfere drasticamente na identidade da comunidade comunidade local. Assim pontua Varine:

“Foi um ano antes da Conferência das Nações Unidas sobre o meio-ambiente, em Estocolmo, de que se falou ontem, e nós do ICOM estávamos preocupados em fazer inscrever politicamente o museu como instituição que podia contribuir para o meio-ambiente e a natureza.¹⁴¹ Nós sabíamos muito bem que os museus ditos de história natural, os mais próximos da natureza e do meio-ambiente, esses museus eram, em geral, em muitos países, os museus mais atrasados, os mais tradicionais, os mais empoeirados. Então, tentamos, e digo porque isso toca na origem da palavra ecomuseu, quisemos que os políticos falassem de museu, falassem dos museus como um fenômeno novo, como um fenômeno moderno, e muito particularmente, já que a conferência seria na França em 1971, que o Ministro do Meio-Ambiente, um francês, que era prefeito de uma cidade importante, dissesse publicamente que o museu podia servir ao meio-ambiente. Mas esse prefeito não queria pronunciar a palavra museu, e foi nesse momento que, do ponto de vista puramente oportunista, almoçando num restaurante com um assistente do Ministro, descobri, provavelmente inspirado por um bom vinho, essa palavra, ecomuseu, que jamais passou de uma combinação de sílabas, uma combinação de palavras de origem grega, e que foi repetida por esse Ministro num discurso que ofereceu e que deu existência à palavra ecomuseu, sem que na época houvesse nada por trás, só a palavra, sem conteúdo.” (Varine, 1992, p. 284)

Na década de 60 e 70, aconteceriam as reflexões dos movimentos ambientais, onde nasceriam as principais instituições que alertariam sobre os sinais emergentes do planeta e a necessidade de todos os setores da sociedade estarem envolvidos.¹⁴² Seria a época da

¹⁴⁰ O problema era que, dentro do setor de meio ambiente, existia uma forte discussão na qual o modelo de desenvolvimento da época deveria ser completamente combatido. Ele era excludente e, principalmente, poluidor. Em nossa percepção, o segundo modelo, por razões políticas e econômicas, foi o que venceu e foi assumido pelos órgãos internacionais. O mesmo que seria assumido por Hugues de Varine.

¹⁴¹ Devemos pontuar aqui que o primeiro significado do conceito *ecomuseu* faz referência específica à dimensão da natureza.

¹⁴² Apenas para mostrar que Hugues de Varine fazia parte de um 'Zeitgeist', cito aqui uma análise do economista Ignacy Sachs, que é conhecido por ter inserido na economia 'Ecosocioeconomia' a problematização do desenvolvimento, utilizando o adjetivo 'Eco'. Ele desenvolvia para a ONU o conceito 'Ecodesenvolvimento' após

famosa conferência de Estocolmo, em 1972, que aconteceria no mesmo ano da Mesa de Santiago do Chile. Por isso, é tão importante pontuar que, embora Hugues de Varine tenha citado a ausência de conteúdo na palavra ecomuseu no início, isso é algo relativo e, de certa forma, impossível. As palavras têm significados semânticos a partir dos contextos e da época em que são utilizadas e, ao ser usada pelo Ministro do Meio Ambiente, passava a carregar um sentido político e ideológico, inerente ao debate ambiental do momento. Provavelmente, por isso, a primeira conceituação da palavra no processo de evolução e apropriações teria forte acento ecológico-ambiental, como Hugues de Varine continua a descrever agora, em 1992.

“Foi em 1972, num colóquio internacional, mais uma vez na França, organizado também pelo ICOM, que trabalhamos para dar um conteúdo à palavra ecomuseu. O ecomuseu, em sua origem histórica, é um museu de ecologia, é um museu ecológico, é um museu. Para a França, onde a palavra foi pronunciada pela primeira vez, era um museu para os parques, era a mesma coisa que os norte-americanos chamavam de centro de interpretação, não era outra coisa. Eu preciso dizer isso porque é a história da palavra e da coisa.” (Varine, 1992, p. 284)

Segundo esse balanço feito por Hugues de Varine vinte anos depois da criação da palavra, existe um primeiro momento em que o ecomuseu se refere à natureza e, num segundo momento, ao desenvolvimento. Esse último é o que mais interessa a H. Varine. Ao falar das diversas formas de ecomuseu na Europa, Hugues de Varine conclui, em 1992:

“Portanto, temos no plano europeu um quadro contrastante, ao mesmo tempo um desenvolvimento rápido, multiplicação dos ecomuseus, digamos, do tipo original, do tipo autêntico, quer dizer, o ecomuseu de parque, etnográfico, etc, industrial, e, por outro lado, um desenvolvimento mais lento, mais difícil, mais

ter contato com a discussão no mundo. Analisemos a interpretação de Sachs: “A problemática do meio ambiente era, para mim, um tanto alheia. Foi em 1970 que participei do primeiro colóquio internacional sobre o meio ambiente como desafio às ciências sociais.” (Sachs, 2009, p. 227) Devemos observar que o desafio era às Ciências Sociais. Sachs continua narrando: “Quando Sami Friedman, do Conselho Internacional de Ciências Sociais, ligado à Unesco, me telefonou para perguntar se eu aceitaria ir ao Japão – país que ainda não conhecia – para um colóquio sobre meio ambiente e as ciências sociais, a expressão ‘meio ambiente’ não fazia parte de meu vocabulário.” (Sachs, 2009, p. 227). O interessante é que Sachs já tinha um doutorado em economia nessa época e nada conhecia sobre o assunto. Se pudéssemos situar a intuição de Hugues de Varine no ‘Zeitgeist’ mundial, vale bem a descrição de Sachs: “Em Tóquio, pela primeira vez captei o elo profundo que une a problemática do meio ambiente e a do desenvolvimento. (...) Eu tinha muito trabalho pela frente. Assim, soube com alegria que, por sugestão da Unesco, iria participar da preparação da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, programada para junho de 1972 em Estocolmo. Em 1971, nos reunimos na Suíça, num motel em Founex, pois em Genebra todos os hotéis estavam lotados por causa da conferência. Duas posições extremas se confrontavam a respeito das relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento.” (Sachs, 2009, p. 231). Porém, no ano de 1971 aconteceram intensas discussões em vários setores da ONU e da Unesco sobre justamente o desenvolvimento e as outras áreas. E parece que esse tema fará parte de uma forma de se pensar a sociedade. Hugues de Varine era o presidente do ICOM nesse período. Vale ressaltar o término da análise de Sachs: “Graças a esse colóquio, conseguimos definir uma via mediana que consistia em dizer: nada de parar o crescimento enquanto houver pobres e desigualdades sociais gritantes; mas é imperativo que esse crescimento mude, no que se refere às suas modalidades e, sobretudo, à divisão dos frutos. Precisamos de outro crescimento para outro desenvolvimento. Olhando para trás, eu diria que, na prática, saímos de Founex com as ideias claras sobre a articulação do social, do meio ambiente e do econômico. Os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais, há uma condicionalidade ambiental que é preciso respeitar, e finalmente, para que as coisas avancem, é preciso que as soluções pensadas sejam economicamente viáveis. Essa posição foi retomada em Estocolmo, em 1972, primeira grande conferência internacional sobre o tema. (...) A conferência de Estocolmo inscreveu definitivamente o meio ambiente na ordem do dia da comunidade internacional.” (Sachs, 2009, pp. 232, 233)

arriscado do que os que chamo de museus comunitários, museus de desenvolvimento.” (Varine, 1992, p. 282).

Sob qual lógica está esse desenvolvimento? O problema é que, da forma como está amarrado o mundo no fenômeno ‘globalização’, numa abordagem sistêmica de economia, o desenvolvimento comunitário depende do desenvolvimento nacional, que dialoga com o internacional. Portanto, a conclusão de Hugues de Varine é muito importante para mostrarmos que a proposta fundamental de um tipo de ecomuseu assumido por Varine, ‘desenvolvimento’, ainda que seja o comunitário, estava situada num contexto para além da Museologia. Pelo menos nessa perspectiva, Hugues de Varine revela essa dimensão fundante ao dizer no primeiro encontro internacional de ecomuseus no Rio de Janeiro que “gostaria de retomar o enfoque do ecomuseu, do museu comunitário, não como fiz até agora, a partir do ICOM, a partir da museologia, mas retomar no sentido inverso, a partir do desenvolvimento.” (Varine, 1992, p. 282) Hugues de Varine fazia parte de um ‘Zeitgeist’ e fora da Museologia existia a mesma ‘tensão criativa de sentido’, quando se referia ao tema do ‘desenvolvimento’. Para isso, citamos a análise do economista Ignacy Sachs que é conhecido por ter inserido na economia (Ecosocioeconomia) a problematização do desenvolvimento, utilizando o adjetivo ‘Eco’. I. Sachs desenvolveria para a ONU, o conceito ‘Ecodesenvolvimento’. Analisemos a interpretação de Sachs: “A problemática do meio ambiente era, para mim, um tanto alheia. Foi em 1970 que participei do primeiro colóquio internacional sobre o meio ambiente como desafio às ciências sociais.” (Sachs, 2009, p. 227)

Se pudéssemos situar a intuição de Hugues de Varine no ‘Zeitgeist’ mundial, vale bem a descrição de Sachs um ano antes da Mesa-redonda de Santiago:

“Em Tóquio, pela primeira vez captei o elo profundo que une a problemática do meio ambiente e a do desenvolvimento. (...) Eu tinha muito trabalho pela frente. Assim, soube com alegria que, por sugestão da Unesco, iria participar da preparação da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, programada para junho de 1972, em Estocolmo. Em 1971, nos reunimos na Suíça, num motel em Founex, pois em Genebra todos os hotéis estavam lotados por causa da conferência. Duas posições extremas se confrontavam a respeito das relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento.” (Sachs, 2009, p. 231).

No ano de 1971, aconteceram intensas discussões em vários setores da ONU e da Unesco sobre o desenvolvimento e as outras áreas da sociedade. No contexto da ONU, dominado pelos interesses da Europa, um grupo era radicalmente contra qualquer desenvolvimento. Eram os favoráveis ao crescimento zero, pois essa era uma das razões da crise ambiental. O outro grupo, no qual Sachs e grande parte dos teóricos europeus se situavam, defendia o desenvolvimento com regras. Parece que esse tema fará parte de uma forma de se pensar a sociedade na época. Hugues de Varine era o presidente do ICOM nesse período. Vale ressaltar o término da análise de Sachs:

“Graças a esse colóquio, conseguimos definir uma via mediana que consistia em dizer: nada de parar o crescimento enquanto houver pobres e desigualdades sociais gritantes; mas é imperativo que esse crescimento mude, no que se refere às suas modalidades e, sobretudo, à divisão dos frutos. Precisamos de outro crescimento para outro desenvolvimento. Olhando para trás, eu diria que, na prática, saímos de Founex com as ideias claras sobre a articulação do social, do meio ambiente e do econômico. Os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais, há uma condicionalidade ambiental que é preciso respeitar e, finalmente, para que as coisas avancem, é preciso que as soluções pensadas sejam economicamente viáveis. Essa posição foi retomada em Estocolmo, em 1972, primeira grande conferência internacional sobre o tema. (...) A conferência de Estocolmo inscreveu definitivamente o meio ambiente na ordem do dia da comunidade internacional.” (Sachs, 2009, p. 232, 233)

Estamos cômicos de que que Hugues de Varine tem consciência dessas nuances e de que as mudanças nas formas de interpretar o significado do museu querem, de certa forma, responder esse problema do desenvolvimento.¹⁴³ Porém, assim como os teóricos que queriam tratar seriamente a crise perceberam que era necessário enfrentar a discussão sobre os modelos de desenvolvimento, suspeitamos que a questão da Museologia também deveria ser a reflexão sobre as modalidades do desenvolvimento, já que ela o assumiu tão contundentemente em seus documentos. Mas o problema é que, no modelo de economia da época e de hoje, a dimensão local é sacrificada e sofre as consequências do desenvolvimento global. É a lógica de mercado focada no consumo e no lucro dividido por pouco como motor da economia. Em sustentabilidade crítica, essa é uma das questões mais sérias, pois, é justamente na comunidade local onde está a biodiversidade e as heranças culturais. Aqui há muita diferença sobre como essa relação se dá na Europa e nos EUA e na América Latina, que ainda sente as dores dos traumas das colonizações europeias e das recentes ditaduras. Talvez, aqui esteja uma das razões para o fato de que, rapidamente, no contexto da Europa, o termo ecomuseu ter sido, na leitura de Hugues de Varine, banalizado e cooptado à lógica de qualquer nova iniciativa que surgia. Porém, na América Latina, ecomuseus e museus comunitários encarnariam muito mais o sentido pretendido por Santiago do Chile do que os museus tradicionais e ecomuseus europeus que dependiam do modelo vigente de economia

¹⁴³ Quando falar do conceito de ecomuseu, a partir de Peter Davis, mostraremos nuances mais conceituais do que significa ecomuseu no pensamento de Hugues de Varine. Por esse motivo, optamos seguir essa abordagem, uma vez que, dessa forma, é possível situar o papel de um ecomuseu no contexto da remoção, isto é, um problema comunitário e territorial ao mesmo tempo. No entanto, situado no projeto de desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, ele tem referência às situações que dizem respeito ao paradigma de desenvolvimento do estado, do país e, como sabemos, é parte do modelo atual de desenvolvimento econômico assumido pelo Brasil, que copia os moldes internacionais. Conforme explica Hugues de Varine: “Coloco que assim, porque me parece que não existem duas pessoas que deem à palavra ecomuseu o mesmo sentido. Já tentei, em um artigo publicado em 1978, na ‘Gazette des Musées Canadiens’ e depois reproduzido diversas vezes, mostrar a diferença que existe entre o conceito original, aquele de 1971-1972, desenvolvido em seguida por G. H. Rievière, de um museu de parque, de vocação essencialmente natural e rural, e o conceito derivado, aquele oriundo do Creusot nos anos de 1973-80, de um museu instrumento de desenvolvimento comunitário. Na realidade, o sucesso do termo provocou numerosas derivações, que foram finalmente analisadas por Peter Davis.” (Varine, 2012, p. 182)

para continuarem existindo. Em nossa interpretação, esse tema ainda está aberto e a Nova Museologia poderia contribuir tanto no campo da Museologia quanto nas propostas que buscam construir uma abordagem científica da realidade genuinamente transdisciplinar, diante dos desafios de nossa época. Embora já tenhamos citado parte deste texto antes, repetimos agora, na íntegra, para analisarmos a conclusão de Hugues de Varine ao falar do termo 'ecomuseu':

“Esse termo se tornou uma dessas ‘palavras-valises’ em que cada um pode colocar o que quiser: um museu industrial, um centro de interpretação, um centro de memória de uma aldeia, um museu local de artes e tradições populares, um lugar de recepção para turistas ‘culturais’, etc. Pessoalmente, apesar de que a invenção do termo me seja devida (totalmente por acaso como já expliquei muitas vezes), prefiro conservar o termo ‘museu’ e atribuir-lhe um qualitativo que define sua principal característica: museu comunitário, se ele emana realmente de uma comunidade particular; museu de território, se ele representa a complexidade de um conjunto de comunidades que coexistem em um ‘pays’, museu de sítio (monumental, industrial, arqueológico) ou ainda centro de interpretação, quando este último termo reflete bem a vontade de traduzir uma paisagem, uma história, um personagem, um fato, um problema.” (Varine, 2012a, p. 182)

Quando, por exemplo, analisamos a situação do ‘direito à memória’ nas comunidades do Rio de Janeiro, não é possível separar comunidade, território e área de preservação. Um aspecto está sempre entrelaçado ao outro e, ao mesmo tempo, à história de expansão e formação de toda cidade. Por isso, a urbanização/remoção ser interpretada à luz desses entrocamentos de propostas teóricas. Esses elementos estão juntos e a ênfase pode mudar a qualquer momento. Há casos em que, por causa das complicações políticas e de risco de vida nas comunidades cariocas, o território precisa ser discutido de forma implícita porque ele possui donos que podem ser: um político, um miliciano, um traficante ou mesmo um morador que exerce liderança ditadora sobre todos. Existem vários benefícios dos modelos de ecomuseus e o avanço que têm em relação aos museus ditos tradicionais, no contato com a localidade. No entanto, precisamos considerar que as questões levantadas pelos teóricos latino-americanos são muito mais profundas do que as intervenções pontuais nos contextos locais e a Ecomuseologia poderia também contribuir. Jamais se deve prescindir dessas intervenções, mas elas devem ser discutidas sempre dentro de um desenvolvimento sistêmico que, mais cedo ou mais tarde, inviabilizará ou até decapitará qualquer possibilidade de reação ou até sobrevivência das iniciativas locais. Esse ponto interessa à nossa pesquisa e tem o problema do ‘desenvolvimento’¹⁴⁴ no centro, ainda que não se utilize esse nome. Nesse

¹⁴⁴ Preservaremos os nomes das pessoas, por questão de ética e de segurança. No mês de maio, conversamos com um líder comunitário que cuida da memória numa favela. Ele citou que se sentiu incomodado quando em sua favela foi construído um excelente hotel para turistas. Num trabalho realizado no local, percebeu que as pessoas tomavam um vinho que custava muito caro. Segundo ele, isso era uma agressão ao contexto onde as pessoas passavam. Na mesma semana, tive a oportunidade de conversar com um empresário que tinha um negócio de hotelaria dentro da favela. Ele reclamava que era difícil promover o desenvolvimento na favela porque os moradores não aceitaram o empreendimento, e eles já estavam tendo problemas. Com isso, ele entendia que seria

questo, existe abissal diferença entre os paradigmas europeus de interpretação da realidade e os paradigmas latino-americanos. E, nesse ponto, encontramos um problema com a semântica das palavras na pós-modernidade.¹⁴⁵ Tanto ecomuseu quanto desenvolvimento precisam desse aprofundamento crítico, expondo quase sempre a relação entre o global e o local, dentro e fora, visando discutir os modelos que sustentam a estrutura do desenvolvimento. Ironicamente, com o crescimento econômico do Brasil nos últimos sete anos, a realidade local tenta copiar exatamente o modelo de desenvolvimento global que segue muito dos padrões norte-americanos. Portanto, pelos sistemas históricos de exclusão, o desenvolvimento não é equitativo. E se fosse, teríamos sérios problemas, por exemplo, com a energia, pois todo incluso almejaria o estilo de vida consumista que nós temos, uma vez que a economia é dependente do mesmo modelo de desenvolvimento.

A questão é, já que se assumiu o desenvolvimento como paradigma nos documentos do ICOM, seria interessante analisá-lo de forma integral, e seus significados e consequências em cada contexto, país e continente. Um trabalho interessante seria analisar a mudança do conceito de desenvolvimento na ONU entre 1972, na conferência de Estocolmo, 1992, com a Rio 92; e 2012, com a Rio+20. Porém, a análise deve ser feita perguntando-se quais forças estão vencendo e, portanto, quais modelos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental estão conduzindo os últimos documentos da ONU sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Ou seja, o foco da questão é o desenvolvimento, novamente analisado dentro da lógica global sobre a lógica local. Por isso, vários grupos sociais que incentivaram a conferência de Estocolmo e a Rio 92, atualmente, já se distanciaram do assunto justamente por perceberem que a lógica da economia de mercado cooptou a linguagem ambiental e ecológica com o adjetivo verde. Esse fato foi constatado com a frustração da sociedade civil, dos acadêmicos e cientistas com relação à Rio+20.¹⁴⁶ O tema da urbanização/remoção na favela de Santa Marta revela que a palavra 'desenvolvimento local' também pode sofrer o

melhor passar o negócio para frente. Estamos diante de um dilema que toca diretamente na memória local e no território, a saber, como o empreendimento foi construído ali? As pessoas tiveram que ser removidas? Mesmo no silêncio, qual o significado do local para comunidade? E a questão social? Quantas pessoas do local trabalham no hotel? São valorizadas? Essas são questões simples que problematizam o conceito de desenvolvimento, tanto para o empresário que só pensa no retorno financeiro quanto para um ecomuseu que protege o bem-estar integral da comunidade. Numa leitura menos problemática, construir o hotel poderia ser sinônimo de desenvolvimento local.

¹⁴⁵ Parece que as mudanças na pós-modernidade passam pela valorização da realidade local. Qualquer verdade, por mais que seja relativa, só faz sentido dentro de comunidades menores que acreditam naquilo. Para essas comunidades, o significado é dado dentro do grupo que também encontra o sentido. A crítica de Varine à palavra ecomuseu pode ter relação com essa pluralidade de apropriações, chegando a contradizer o que ela queria dizer inicialmente. Embora a palavra ecomuseu não tenha nascido dentro da discussão de Santiago do Chile, ela faz parte desse 'Zeitgeist' e das novas expressões museológicas herdeiras de Santiago do Chile.

¹⁴⁶ Cf. Delambre, D. (2012b). Rio+20+Paralelos = Sustentabilidade, Casa da Transdisciplinaridade no Século XXI. In *Gol para o Planeta*. Acedido em 17 de março, 2014 em <http://golparaoplaneta.wordpress.com/2012/07/12/rio20paralelos-sustentabilidade-casa-da-transdisciplinaridade-no-seculo-xxi/>

mesmo relativismo, dependendo do contexto. É muito difícil para alguém que não vivencia o dia a dia da comunidade compreender a complexidade desses temas dentro da localidade. No 'modus operandi' e analisado a partir de fora, a urbanização da favela é um dos maiores sinônimos de desenvolvimento: abre a comunidade para os 'investidores externos', promove novas construções, tem a super valorização do solo, gera especulação imobiliária, aumenta o custo de vida e assim, começaria o outro lado do processo, conforme aprofundaremos na segunda parte da pesquisa.

No momento em que Hugues de Varine assume o desenvolvimento e insere o tema na conferência do ICOM de 1972, sob o olhar de profissionais que não eram da Museologia, é uma ação revolucionária e transdisciplinar, que antecipa uma hermenêutica imprescindível dos museus na relação com a sociedade. Mas por outro lado, corre-se o risco de tocar num problema que, a prática, não depende apenas de um segmento ou uma área do conhecimento, pois, o assunto se refere ao modelo, ao paradigma, à estrutura funcional dos contextos e toca diretamente em grandes interesses econômicos e políticos. A questão do desenvolvimento, interpretado a partir da lógica da crise ecológica, diz respeito ao problema que temos levantado sobre a necessidade de outros modelos de organização da sociedade, outros modelos de universidades e, portanto, outro tipo de conhecimento, sociedade e ser humano.

A urbanização/remoção, tanto no Pico do Santa Marta e todo processo de desenvolvimento urbano recente na cidade do Rio de Janeiro são exemplos excelentes desse problema a que nos referimos. Os discursos de dentro da comunidade e os discursos de quem está fora não combinam. Não é uma questão simples enfrentar as diferentes nuances e interpretações do tema do desenvolvimento porque, dentro da mesma região da cidade do Rio de Janeiro, o desenvolvimento e o crescimento podem significar a extinção da memória e da biodiversidade de outros. Por isso, os processos que aprofundam a visão sistêmica e transdisciplinar são imprescindíveis para situar como as ações no contexto macro interferem no micro e vice-versa. A favela no Rio de Janeiro é o local que, no contexto da cidade, recebe a pressão do desenvolvimento global em todos os sentidos. Em setembro de 1984, isto é, quatorze anos após a realização da mesa de Santiago do Chile, da criação da palavra ecomuseu e da fundação do Ecomuseu de Le Creusot, Hugues de Varine faria a seguinte conclusão sobre o evento: "O choque psicológico e intelectual foi tamanho que os participantes, mesmo depois da partida de J. Hardoy¹⁴⁷, se organizaram espontaneamente em uma comissão para redigir uma declaração, a qual deu origem à noção de 'museu integral',

¹⁴⁷ Jorge Henrique Hardoy foi a pessoa escolhida para falar na mesa de Santiago do Chile sobre os aspectos de desenvolvimento na América Latina. Hardoy foi escolhido para falar do urbanismo. Ele era professor no Instituto Torquato di Tella, de Buenos Aires. (Varine, 2012b, p. 142)

prefigurando a de ecomuseu de desenvolvimento.” (Varine, 2012b, p. 142) Esse detalhe é muito importante, pois, a ideia de museu integral terá valor importante para Hugues de Varine:

“A meu ver é, aliás, lamentável que o vocábulo ‘ecomuseu’, nascido em outras circunstâncias e com outros objetivos, tenha substituído o de museu integral, como que em um retorno ao eurocentrismo. Na própria América Latina, o encontro de Santiago não teve resultados concretos para os museus: o conservadorismo local acabou por se impor.” (Varine, 2012b, p. 142)

Caso tenhamos razão em nossa leitura sobre essa noção de desenvolvimento local em Hugues de Varine, um dos desafios da ecomuseologia e museologia será enfrentar uma discussão sobre esses temas no âmbito estrutural. Na dimensão local, a ideia de participação e desenvolvimento comunitário são fatores imprescindíveis para interferir nas condições de vida. No entanto, temos dois problemas: primeiro e, talvez, seja um dos motivos do não avanço da concepção de *museu integral*: mesmo no contexto local, quando se fala em desenvolvimento automaticamente se processa o modelo vigente da lógica da economia de mercado com os seguintes agravantes: consumo, competição e acúmulo individualista. No contexto de França, Itália, Alemanha, EUA e Portugal, onde alguns direitos básicos do coletivo são protegidos pelo Estado, as consequências podem ser amenizadas.¹⁴⁸ No entanto, no contexto da América Latina, onde os direitos básicos são solapados com autenticação, muitas vezes, do próprio Estado, assumir a lógica de desenvolvimento traz, a longo prazo, diferentes problemas. O segundo problema diz respeito ao paradigma mesmo, a proposta de um museu integral exige que a formação universitária em Museologia ou em áreas correlatas seja também integral. Após citar os diferentes tipos de ecomuseus, Hugues de Varine falará sua preferência:

“Creio que os museus comunitários ou de desenvolvimento,¹⁴⁹ os ecomuseus de desenvolvimento, o nome não tem muita importância, são muito mais importantes como instrumentos de desenvolvimento e como instrumento de participação comunitária do que os museus – os outros tipos de museus que se tornam mais institucionais.” (Varine, 1992, p. 286)

Nesse tópico, apresentamos com mais detalhes, a proposta de Hugues de Varine por uma série de motivos históricos e práticos. Histórico, porque seu trabalho faz parte da gênese do conceito; prático, porque seu tema central, o desenvolvimento comunitário, refere-se diretamente ao tema da urbanização como consequência do desenvolvimento. Tudo isso, tem a

¹⁴⁸ A crise econômica de 2008 revelou as fragilidades desse modelo em praticamente toda a Europa, com pequenas exceções na Alemanha.

¹⁴⁹ Seria uma interpretação um pouco ingênua acreditar que a participação comunitária, por si só, é possível para instigar uma leitura crítica da realidade de forma que se promovam a justiça social e o bem coletivo. Em parte, a participação coletiva é condição ‘sine qua non’ e, na outra parte, é o contato crítico e refletido sobre a realidade que, inclusive está para além do contexto local, mas que interfere diretamente nesse ambiente. Suspeitamos de que a participação seja o caminho, importantíssimo, mas jamais o fim em si mesmo. Por esse motivo, dentro do paradigma de desenvolvimento econômico, social e ambiental vigente (Rio+20), assumido pela Europa, EUA e BRIC, ‘desenvolvimento local’ pode ser tão relativo quanto ‘Ecomuseu’.

ver com o problema da remoção de moradores no morro Santa Marta. Por isso, finalizamos com um resumo feito por Hugues de Varine no balanço dos 30 anos de trabalho. Devemos observar que o tema do 'desenvolvimento local' aparece novamente como um elo aglutinador: ele inicia destacando-o. No entanto, nada se fala sobre a dimensão estrutural do desenvolvimento que, atualmente, na América Latina, é mais forte do que as iniciativas comunitárias e, em muitos casos, dita as formas e modalidade do desenvolvimento local. Certamente, a participação será outro elemento importante para a realidade que pesquisamos.¹⁵⁰ Assim, pontua Hugues de Varine:

“Para mim, o que representa hoje o conceito de ecomuseu, em termos de serviço ao desenvolvimento local? Se eu tentar fazer uma síntese de tudo o que vi e ouvi nos últimos trinta anos, em matéria de nova museologia e de ecomuseologia, esta parece refletir várias ideias complementares:

- Sua matéria primordial é o patrimônio global de uma comunidade ou de um território, fora de toda noção restritiva de coleção constituída, apropriada, inalienável.

- Seu quadro é territorial, não estando limitado a um ou a vários edifícios especializados.

- Sua criação toma a forma de um progresso longo e lento, multiforme, que acompanha o desenvolvimento, no mesmo ritmo que este.

- A participação dos membros da comunidade ou das comunidades é permanente, instrumental e operacional, o que significa que são os atores locais que decidem o que é bom para eles e que participam na realização, de acordo com modalidades variadas.

- Ele é uma fonte de educação popular, de transmissão cultural, de abertura para o mundo e para as outras culturas.

- A pesquisa e a conservação são um meio de ação, e não um fim em si mesmo, ou obrigações e funções.

Enfim, e principalmente, não há modelo, não há regra. Esses museus, ou ecomuseus, são todos diferentes uns dos outros, não somente pela natureza de seu patrimônio e de sua comunidade, mas pela história de seu processo. É assim absurdo querer submetê-los a normas e a etiquetas e pretender impor-lhes equipes 'funcionizadas'.

Esta é a razão para que eu me pergunte frequentemente, muito seriamente, se serão mesmo 'museus' ou se não é preciso fazer como os

¹⁵⁰ Há alguns anos temos lidado com esse tema no Rio de Janeiro e observado que, enquanto os movimentos são movimentos informais, eles guardam certa originalidade e espontaneidade diferente do modelo estrutural de desenvolvimento, focado na competição, agressividade e concorrência. No entanto, quando se dá o processo de institucionalização, algo quase inevitável do ponto de vista sociológico, eles começam a usar os meios que estão socialmente legalizados de gestão, vivência e administração. Em parte, estamos de acordo com Hugues de Varine sobre o valor do desenvolvimento local. Porém, acreditamos que a força do modelo de desenvolvimento vigente é tão vigorosa que não é possível acreditar que pela sabedoria interna seja possível combater esse modelo que, na essência, é contrário, por exemplo, aos movimentos de memória que trabalhavam na cooperação. Em nossa leitura, no Rio de Janeiro, a teoria do Ecomuseu deveria ter um tópico dedicado ao problema do desenvolvimento em toda as suas modalidades. E todas as vezes que, num texto, a palavra aparecesse, deveria haver uma explicação mostrando a radicalidade da diferença com os modelos estruturantes. Somos da opinião de que essa palavra deveria ser retirada e substituída por 'Subsistência Interdependente'. No ano de 2013, desenvolvemos um projeto de consultoria para uma escola particular de classe média no Rio de Janeiro. Apresentamos o projeto da primeira 'Empresa Social Sustentável Jr. (Emp.S.S.Jr.)' do Brasil. Aqui os alunos aprendem outra lógica empresarial fundada na cooperação, no lucro e na transformação de problemas sociais do entorno do colégio (a favela) em fontes de renda. Esses potenciais empreendedores da favela são capacitados pelos serviços da empresa que aumenta o lucro do negócio informal da favela. No lugar de pagar com juros à 'Empresa Social Sustentável Jr. (Emp.S.S.Jr.)', o negócio da favela, que recebeu o investimento, descobre outra potencialidade da localidade e investe em outra empresa, colocando-a em 'rede econômica de subsistência interdependente'. Ainda não o implantamos, pois, é necessário seguir algumas etapas e análises para perceber como nossa ideia se aplicaria nesse contexto educacional.

promotores do Maestrazgo e da Quarta Colônia, e lhes dar outros nomes, para não agravar a confusão." (Varine, 2012b, p. 183, 184)

4.3 Definição 'Evolutiva' de Ecomuseu, a partir de Georges Henri Rivière¹⁵¹

Por diversos motivos, Georges Henri Léon Benjamin Rivière é uma figura importante para a história da Ecomuseologia. Georges Rivière nasceu em 5 de janeiro de 1897, na casa de seus pais, Jules Rivière e Marguerite Dacheux, num distrito do bairro parisiense das 'Grandes Carrières', em Montmartre, e faleceu em 1985. Georges Rivière cresceu num reduto intelectual, na célebre 'Colina', animada por um café literário frequentado por vários artistas. No contexto, estava a Basílica de 'Sacre-Coeur', a moda do bairro da 'Nouvelle Athenès', muito concorrida pela burguesia intelectual. Música era outro capítulo da vida de Georges Rivière. Durante parte de sua vida, gostava de ouvir a música descritiva de 'Cris de Paris', de Clément Janequin, obra que Georges Rivière pedira que fosse tocada durante seu funeral. Do lado do pai, Georges Rivière receberia essa influência mais urbana e, do lado da mãe, receberia uma educação campesina. Essa dualidade da educação seria acentuada mais tarde por G. Rivière, bem como a educação com forte influência da burguesia da época. (Leroux-Dhuys, 1993, pp. 13,14)

Antes, portanto, de compartilharmos a importância da definição 'evolutiva' de ecomuseu de Georges Rivière, gostaríamos de lembrar seu lugar na história, ao falarmos de ecomuseu. Assim como foi necessário falar de Hugues de Varine, também é mister dizer que Georges Rivière participou, em 1971, do épico almoço em Paris com Hugues de Varine e Berge Antoine, conselheiro do Ministro do Ambiente que se chamava Robert Poujade, o qual utilizaria o conceito de 'ecomuseu' na 9ª Conferência do ICOM. Não é tão simples compreender o conceito de ecomuseu em G. Rivière.¹⁵² Ele fez algumas modificações, finalizando-o em 1980. De uma maneira geral, Hugues de Varine identifica essas

¹⁵¹ Nosso objetivo não é debater todas as nuances do pensamento de Georges H. Rivière, fato que necessitaria de mais páginas para o trabalho. Nossa intenção é situá-lo na história do ecomuseu já que, junto com Hugues de Varine, ele foi um dos primeiros a oferecer uma definição para o conceito. Na verdade, sua história com os museus é anterior a de Hugues de Varine. Outro fator importante é que Georges Riviera seria um personagem importante na história da museologia, bem como nas mudanças que aconteceriam no final da década de 60 e início dos anos 80. O estudo da trajetória de vida de Georges Riviera, a saber, os museus que ele fundou, a direção por vários anos do ICOM e aulas ministradas em Paris podem oferecer elementos para compreender transições futuras que ocorreriam na museologia. Em nossa pesquisa, o objetivo é apresentar sua definição *evolutiva de ecomuseu*. Para um aprofundamento sobre a história de vida de Georges Riviera, a evolução do seu pensamento e as teses defendidas em suas aulas, Cf. Rivière, G. (1993). *La Museologia*. Madri: Ediciones AKAL.; Weis, H. (Coord.) (1989). *La Museologie selon Georges Henri Riviera: cours de muséologie, textes et témoignages*. Paris: Dunod.

¹⁵² Outro material importante sobre o trabalho de Georges Henri Rivière foi fruto da cerimônia que vários autores fizeram para ele após sua morte no Museu Nacional de Artes e Tradições Populares, em 26 de novembro de 1985 seria publicado no volume 16 na revista 'Ethnologie Française'. Isac Chiva publicaria um artigo completo que narra a história de vida de Georges Rivière. Chiva, I. (1985). *George Henri Rivière: un demi-siècle d'ethnologie de la France*. *Terrain*, 5, pp. 76-83. Acedido a 04 de novembro, 2014, em <http://terrain.revues.org/2887>.

complexidades no conceito de ecomuseu¹⁵³, mostrando a diferença que existe entre o conceito original, “aquele de 1970-1972, desenvolvido em seguida por Georges Rivière, de um museu de parque, de vocação essencialmente natural e rural, e o conceito derivado, aquele oriundo do Creusot nos anos de 1973-80, de um museu instrumento de desenvolvimento comunitário.” (Varine, 2012a, p. 182) Em princípio, temos dois grandes modelos de ecomuseu na origem do termo, um voltado para a dimensão ecológica-territorial e outro para o desenvolvimento como já mostramos. Em 1992, no 1º Encontro Internacional de Ecomuseu, Hugues de Varine explicaria que os primeiros ecomuseus foram do tipo ‘Ecomuseus Ecológicos’, de parque (Le Creusot), chamado depois por Hugues de Varine de ‘Ecomuseus de Desenvolvimento’; mais tarde, ele mesmo chamaria esses ecomuseus de ‘Ecomuseus Comunitários’. (Varine, 2012a, p. 285). Como Hugues de Varine se tornou um expoente no assunto, essa descrição é importante para dialogar com a proposta de Georges Rivière. Veremos ainda as considerações feitas por Peter Davis, pois nos oferece uma leitura abrangente. Antes, porém, apresentaremos um texto de Georges Rivière que receberia três revisões, em anos diferentes, e seria finalizado em janeiro de 1980. O texto ‘An Evolutive Definition’ que foi publicado na revista ‘Museum’ em 1985, ‘Images of the Ecomuseum’.

A história de engajamento de Georges Rivière em vertentes mais populares de museus é anterior ao surgimento do ecomuseu ou à Nova Museologia na década de 70. Portanto, existe certa continuidade, com iniciativas realizadas anteriormente.¹⁵⁴ Esse detalhe é relevante até para compreender, por um lado, as alterações que Georges Rivière fará no conceito de ecomuseu e, por outro, porque, na Europa, ecomuseu passou a significar uma coisa e, na América Latina, outra. Ao falar de Georges Rivière como fundador do Museu de Artes e Tradições Populares, Pascal Ory deixa entrever esse fato:

“Ainda que nunca tenha sido militante de partido político algum, G.H.R pode ser considerado como um exemplo de ‘militante cultural’ da frente popular, e não só por sua presença ao lado de Paul Rivet, que foi cabeça da lista da ‘frente popular’ (...), senão por necessidade, à frente do movimento de popularização da cultura. Se o processo que devia conduzir no início de 1937 a criação do departamento do museu de Artes e tradições populares foi efetivamente iniciado alguns meses antes da chegada ao poder de Léon Blum, é a este, sem dúvida, a quem se deve a tomada de decisão política sobre o tema e também graças à habilidade com que Rivière soube situar esse projeto de autonomia em relação ao novo museu do Homem no quadro da ideologia democrática desse momento. Continuando os impulsos dados ao trabalho da Comissão internacional de Artes e tradições populares do Departamento Internacional de Museus, o ‘folclorista’ de

¹⁵³ Hugues de Varine desenvolveu as nuances do conceito num importante artigo publicado na revista *Vagues* e traduzido para o português e publicado: Varine, H. Ecomuseu. *Ciência e Letras*, Fapa, Porto Alegre, 27, pp. 62-90, 2000.

¹⁵⁴ Mesmo que não seja o *status quo* dentro da Museologia, é possível citar o ‘Heimattmuseum’ na Alemanha. Aliás, a Alemanha já tinha uma tradição na etnologia o que facilitava essa aproximação de tradições que destoavam do modelo tradicional de museu. Como citaremos a frente, Georges Rivière participou da criação do Museu de Artes e Tradições Populares. Sobre o ‘Heimattmuseum’. Hauenschild, A. (1993). Heimattmuseum. In Rivière, J. *La Museología. Curso de museologia/textos y testimonios*. (1st. p. 80). Madri: Ediciones AKAL.

'Maio 36' da 'Casa de Cultura' ou da 'Associação Popular de Amigos dos Museus' (APAM), não teve, para dizer a verdade, muitas dificuldades para fazer repentinamente de esquerdistas em pensamento preocupados em conciliar a investigação científica com a pedagogia cultural. Essa dupla preocupação se encontra em vários informes e notas que G.H.R. dirige a Belas Artes ou diretamente a Jean Zay, entre julho de 1936 e maio de 1938." (Ory, 1993, p. 81)

Leitura semelhante sobre Georges Rivière foi realizada por Hugues de Varine e é possível perceber esse seu olhar mais amplo para cultura. Georges Rivière se torna uma figura emblemática porque ele também se difere dos fundadores do ICOM, que eram diretores de grandes museus, a saber, Georges Alles e Chauncey Hamilin. Aos poucos, Georges Rivière dará outros rumos para o ICOM, conforme destaca Hugues de Varine.

"De 1928 a 1947, Rivière descobre o mundo por meio da etnologia e da museologia: o museu do homem vai o colocar em relação não apenas com personalidades francesas, tais como Paul Rivet e Robert Gessain, senão também com especialistas estrangeiros e com as diferentes culturas do mundo do mundo inteiro." (Varine, 1993, p. 98)

No entanto, se existe continuidade, há também descontinuidades da chamada Nova Museologia ou do desenvolvimento que o ecomuseu sofreria na América Latina, e, em particular, no Brasil, principalmente no quesito liberdade e autoridades formais. Essa diferença reflete tanto na academia quanto nas áreas dos governos. Nesse sentido, a 'Definição Evolutiva de Ecomuseu' reflete também o valor que Georges Rivière dava aos especialistas e ao poder público na definição sobre o que é um museu. Ao sintetizar o pensamento de Georges Rivière, A. Desvallées pontua esse aspecto que se torna importante, uma vez que algumas teses da 'definição evolutiva' destoam da liberdade e dos rumos que o ecomuseu tomou, em muitos casos, em relação às autoridades públicas e institucionais. Em relação à urbanização/remoção e em contextos de democracias deficitárias da América Latina, esse conflito é bastante evidente e merece atenção especial. Assim pontua Desvallées:

"A doutrina museológica de Georges Henri Rivière se apoia em primeiro lugar na definição de museu que o ICOM definiu em 1946 em seus estatutos. Georges Henri Rivière foi, como sabemos, cofundador deste organismo internacional e, sem dúvida, corredor da mencionada definição: 'O ICOM reconhece a qualidade de museu a toda instituição permanente que conserva e preserva coleções de objetos de caráter cultural ou científico, com fins de estudo, educação e lazer'. Essa definição era o reflexo da linha dominante nos meios profissionais da época; Georges Henri Rivière lhe será por demais fiel durante a maior parte de sua carreira, que se iniciou antes de 1946. Sua originalidade e, portanto, sua força reside em ser capaz de evoluir e incentivar outras pessoas a evoluírem também: a partir daí, que a definição fez várias versões sucessivas." (Desvallées, 1993, p. 458)

Para o contexto dos museus tradicionais que estavam sob um paradigma que, na verdade, é o 'Zeitgeist', como já pontuamos em outras áreas, a 'Definição Evolutiva de Ecomuseu' de Georges Rivière é interpretada como avançada, principalmente se considerarmos o contexto europeu e a sua formação erudita. Para Desvallées, mesmo que a exposição fosse considerada o ponto alto de comunicação do museu, Georges Rivière daria um acento a mais: "o meio específico de comunicação própria do museu é a exposição: todas as demais são educativas – publicações, conferências (...) – são complementos ou consequências da exposição (...)." (Desvallées, 1993, p. 461). Georges Rivière daria peso diferenciado e atenção especial à qualidade educativa do museu, conforme pontua Desvallées: "É pois, sobre as qualidades educativas das suas exposições que dedicou seus maiores esforços." (Desvallées, 1993, p. 461). Esse aspecto é importante porque já tem sinais em sua intuição de que o museu estabelece relações mais intencionadas com seu público. Desvallées completa a leitura, mostrando que isso era importante no desenvolvimento do pensamento de Georges Rivière.

"Se ele intitulou um dos capítulos dos seus cursos 'O museu, instrumento de educação e cultura', é porque pensava que o museu podia ser um verdadeiro instrumento das massas, proporcionando a formação mediante o prazer, sem excluir, ademais, uma ação mais específica. Por esse motivo, a definição de museu que apresentou em seu curso de 1974 e que foi adotada pelo ICOM em seus estatutos – em parte corrigida nas conclusões da Mesa-Redonda de Santiago em 1972 – inclui nela a educação e a cultura." (Desvallées, 1993, p. 461)

É importante salientar que Georges Rivière escreve o primeiro parágrafo da definição evolutiva, enfatizando que o ecomuseu existe como construção de uma autoridade pública junto com a população local. Nesse caso, não é possível prescindir do especialista ou do profissional. Georges Rivière é fiel à sua história de vida como se pode ver abaixo.

"Um Ecomuseu é um instrumento concebido, projetado e operado conjuntamente por uma autoridade pública e uma população local. O envolvimento da autoridade pública é através de especialistas, instalações e recursos que ela oferece; o envolvimento da população local depende de suas aspirações, seus conhecimentos e abordagem individual." (Rivière, 1985, p. 182)¹⁵⁵

Ainda que encontremos diferenças num ponto e outro, ao visitar as bases do pensamento de Georges Rivière, é possível também compreender por que Hugues de Varine abandona o termo ecomuseu e prefere ficar apenas com museu. Seria muito interessante comparar o valor do tema do 'desenvolvimento' para Hugues de Varine e o da 'educação formal' para Georges Rivière. Ambos representam épocas bem diferentes. Assim seria possível perceber em que sentido são continuidades de um mesmo paradigma da

¹⁵⁵ A versão original em francês pode ser acessada no site do Ecomuseu Le Creusot Montceau. <http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/spip.php?rubrique39>. Utilizamos aqui a versão que foi disponibilizada na Revista 'Museum', 148, 1985, dedicada à memória de Georges Henri Rivière.

modernidade. Por isso, a observação sobre como G. Henri Rivière descreve o primeiro parágrafo da 'definição evolutiva' é importante. Parece que a educação ou a formação para ele equivale aquilo que o 'desenvolvimento comunitário' significaria para Hugues de Varine. Georges Henri Rivière tem por trás uma pesada tradição erudita e burguesa que fazia parte de sua história familiar, educacional, da docência em Paris e do mundo dos museus. Hugues de Varine tem a influência, por um lado, da 'libertação' segundo Paulo Freire, a tradição da Teologia da Libertação e, como suspeitamos, as fortes discussões sobre 'desenvolvimento e meio ambiente' que entraram na pauta dos órgãos internacionais desde a década de 70 até a Rio 92. Como já pontuamos o risco de certo relativismo sobre o 'desenvolvimento', não precisamos repetir. Mas a relação da comunidade local com as autoridades é um ponto nevrálgico quando se pensa no contexto específico do Rio de Janeiro ou dos ambientes que nossa pesquisa analisa.¹⁵⁶ Em mais uma parte da definição evolutiva é possível perceber como Georges Rivière faz a definição:

“O ecomuseu é o espelho no qual a população local se revê para descobrir sua própria imagem, no qual procura uma explicação do território, ao qual está ligada e das populações que lhe precederam, vistas como circunstâncias no tempo ou em termos de continuidades das gerações. Ele é um espelho no qual a população local mostra aos seus visitantes para que seja melhor entendida e para que a sua indústria, costumes e identidade possam inspirar respeito.” (Rivière, 1985, p. 182)

Em síntese, poderíamos dizer que, nessa parte, está a história do que foi a totalidade da vida de Georges Rivière em todas as experiências museais que ele viveu, buscando colocar o museu nessa relação mais fecunda e intensa com o local onde ele está inserido. Neste sentido, é possível perceber continuidade e descontinuidade com o paradigma de museu da época. Analisando de uma forma geral e em busca de princípios, a abordagem de Georges Rivière é importante porque elenca elementos que, de certa forma, devem fazer parte da tradição de preservação da cultura, conforme mostramos no desenvolvimento do seu pensamento. Já é possível perceber nas entrelinhas do conceito, as discussões em torno do território, relação com o ambiente e autodescoberta da população local. Parece que tudo tem um fim pedagógico na perspectiva de Georges Rivière.

¹⁵⁶ Em determinada época, numa comunidade carioca, trabalhávamos como teólogo e educador numa comunidade religiosa. A comunidade foi escolhida para que jovens fossem treinados com aulas de história, conhecimento geral e línguas. As aulas aconteciam na Associação de Moradores. Uma líder de uma ONG nos procurou porque descobriu que praticamente todas as lideranças daquela comunidade haviam sido cooptados pelas lideranças públicas. A pessoa percebeu que, junto com as aulas, os jovens recebiam diariamente as ideologias dominantes de milicianos em parceria com autoridades públicas. Como a comunidade religiosa era uma das poucas instituições que não se beneficiavam com os favores e o subsídio financeiro nem sistema político e nem das milícias, iniciamos um delicado processo com a pessoa que nos procurou a fim de que o curso fosse transferido para as instalações da comunidade religiosa, isto é, uma Igreja Protestante. Após constatarmos que a denúncia era verídica, começamos um processo para mostrar que as salas da comunidade religiosa eram mais confortáveis que do local onde ocorriam as aulas. Em dois meses, conseguimos, com muita cautela, porque existia risco inclusive de vida, transferir todo curso que aconteceu integralmente no espaço onde trabalhávamos e que, na época, gozava de neutralidade em relação às autoridades políticas internas e externas, o tráfico e as milícias paramilitares.

Portanto, podemos destacar diversos aspectos do texto que remontam à biodiversidade, ao território, à memória local, às heranças culturais, às gerações, à antropologia cultural, à etiologia e etnologia. Seria a primeira vertente de Ecomuseus a que Hugues de Varine se refere. De um lado, essas questões são importantes para dialogar com a noção de território que está em questão no tema da urbanização/remoção. E, de outro, existe certa limitação no conceito de George Rivière porque no contexto das favelas cariocas, território e poder são inseparáveis. No contexto de comunidades nas favelas cariocas e no morro de Santa Marta, o ecomuseu experimenta situações delicadas que exigem tomadas de decisões inteligentes e estratégicas. Isso se dá pelo contato com a história de formação da comunidade, 'espelho' que também revela as tensões. Por isso, a Declaração MINON Rio 2013 é importante para compor esse quadro teórico transdisciplinar, já que ela partiu da experiência prática dessas diferentes vertentes de museus comunitários, de favelas ou que seguem os princípios da Nova Museologia.¹⁵⁷ Georges Rivière continua sua 'Definição Evolutiva de Ecomuseu':

"Ele é uma expressão do homem e natureza. Ele situa o ser humano em seu ambiente natural. Ele retrata a natureza em sua condição virgem-selvagem, mas também adaptada pela sociedade industrial e tradicional em sua própria imagem." (Rivière, 1985, p. 182)

É muito importante a percepção de Georges Rivière de que o ecomuseu tem uma preocupação da relação do homem com seu meio, 'homem e natureza'. Em seguida, é possível dizer também que, implicitamente, está colocada a questão do desenvolvimento. A 'natureza em sua condição virgem-selvagem' e 'adaptada pela sociedade industrial e tradicional' remete também à discussão sobre território, as mudanças necessárias e as mudanças provocadas por diferentes intervenções nesse espaço, e um exemplo é a adaptação industrial. Nesse último aspecto, estamos diante de uma situação profundamente complexa e delicada: será que nesse início de século XXI, já não se pode qualificar melhor quais são os ganhos e quais são os prejuízos para a população local o desenvolvimento dependente do modelo vigente de economia? O mais importante é perceber que esse tema se torna um assunto do ecomuseu.

¹⁵⁷ Aos poucos, percebemos que não é tão simples construir uma definição de ecomuseu que possa ser aplicada em qualquer contexto do mundo. Ao mesmo tempo, é extremamente difícil descobrir o papel de um ecomuseu diante de um quadro tão complexo como o da urbanização/remoção. Quando situarmos o problema dentro daquilo que temos chamado de 'Zeitgeist', perceberemos que esse não é um dilema apenas da Museologia e da Ecomuseologia, mas é parte da crise de paradigmas da pós-modernidade. Uma dessas crises é a da linguagem. Tudo precisa ser situado e só faz sentido se utilizado e reinterpretado a partir de um contexto específico. Por isso, não é nossa intenção verificar todas as nuances da definição de Georges Rivière, mas apenas dialogar com o contexto específico, isto é, com demandas específicas, onde se situa um ecomuseu. Com isso, é possível visualizar traços do conceito aplicáveis apenas ao ambiente europeu e outros que servem à realidade do Rio de Janeiro, no que se refere à remoção.

Mesmo que se tenha certo relativismo com o termo ecomuseu, como defende Hugues de Varine, o engajamento comunitário, por exemplo, em favelas cariocas, revela que existe certa ingenuidade dos acadêmicos ao retratar a ideia de que, por si mesma, a população pode angariar forças e recursos para reconstruir a própria história. Esse é um ponto importante e os jogos de interesses internos que perpassam as remoções tornam-se laboratórios para construir leituras mais críticas sobre determinados ambientes. Por isso, em cada situação é necessário enfatizar um elemento das construções sobre ecomuseu de Georges Rivière e Hugues de Varine. Ao mesmo tempo, esse é o motivo por que construímos uma abordagem teórica transdisciplinar com História Oral e o 'Direito à Memória'. Até concordamos que parte do processo é permitir, de forma mais crítica, que a população tenha contato com sua história. Mas a questão é que algumas transições dependem de tocar a dimensão estrutural da organização social, que é excludente. Em alguns casos, é quase impossível não tomar decisões. Nesse aspecto, percebemos uma abordagem mais universal da definição evolutiva de Georges Rivière do que local, onde, diariamente, é necessário tomar decisões e escolher caminhos:

"O ecomuseu é uma expressão do tempo, quando as explicações que ele oferece retornam num tempo antes do aparecimento do homem, isto é, seguir o curso ao longo dos tempos pré-históricos e históricos, no qual ele viveu e finalmente chegou até o homem do presente. Com isso, também proporciona uma visão do futuro, ao mesmo tempo, não tendo pretensões de tomada de decisões, senão assumindo mais a função de informar e analisar criticamente." (Rivière, 1985, p. 182)

Quando levamos em consideração que essa versão da 'Definição Evolutiva' é a última de Georges Rivière, construída praticamente cinco anos antes de sua morte, encontramos continuidade com seu projeto museológico, dependente dos paradigmas da museologia europeia. Neste sentido, podemos suspeitar que a 'Definição Evolutiva de Ecomuseu' de Georges Rivière é tangenciada pelas opções que ele vinha fazendo antes na direção do ICOM. Hugues de Varine, ao escrever sobre sua projeção no cenário mundial, denominará Georges Rivière como 'O Profeta de uma Museologia Mundial', o homem que deu novos rumos ao ICOM e aprofundou definições de museu, a profissão museal, a museologia, a museografia e o ecomuseu. Por isso, Hugues de Varine resumiria a contribuição de Georges Rivière no tempo que ficou à frente do ICOM: "Vou tomar apenas três exemplos que me parecem reveladores do pensamento e da ação internacional de G.H.R.: as conferências gerais, a abertura para o terceiro mundo e as publicações." (Varine, 1993, p. 99)

Quando analisamos pelo viés da continuidade dentro da descontinuidade, isto é, a 'tensão criativa de sentido', é possível perceber que a definição evolutiva de Georges Rivière é importante para Ecomuseologia, Sociomuseologia e para Museologia. Ela reflete de fato uma evolução não apenas das tendências da Museologia, mas do pensamento de Georges

Rivière. Nesse aspecto, Peter Davis tem muita razão ao acenar para diversas experiências museais da primeira metade do século XX que se encaixariam nos princípios levantados por Georges Rivière na 'Definição Evolutiva de Ecomuseu'.¹⁵⁸ Partindo das diversas questões que envolvem a urbanização/remoção na favela Santa Marta, o tema do desenvolvimento comunitário de Hugues de Varine e a dimensão educacional e pedagógica de Georges Rivière são importantes quando pensamos numa prática continuada do ecomuseu que discute o território, a relação com o meio ambiente, os patrimônios tangível e intangível, as heranças culturais. Parece que, na perspectiva de Hugues de Varine, existe uma preocupação maior com o contexto local, e a percepção de Georges Rivière reflete mais seu olhar global, influenciado tanto pela academia parisiense quanto pela sua função no ICOM, mesmo que tendo contato com vários museus voltados para a realidade local, a saber, o Le Crousot Montceau, que só mais tarde assumiria o nome de ecomuseu. Quando a 'Definição Evolutiva de Ecomuseu' de Georges Rivière é interpretada a partir do paradigma da realidade das comunidades cariocas, descobrimos que faltaria uma abordagem a mais do paradigma estrutural de cidade que toca em todos os elementos elencados por ele. Como fazemos uso de um referencial teórico transdisciplinar, a 'Definição Evolutiva' é importantíssima como referencial teórico de um ecomuseu. Numa abordagem transdisciplinar, a leitura mais técnica e educacional também tem a sua função ao problematizar uma prática interna com pressupostos externos como Georges Rivière descreve nas entrelinhas:

“O ecomuseu é uma interpretação do espaço – de lugares especiais onde se para e se passeia. Ele é um laboratório tanto quanto contribui para estudo do passado e do presente da população em questão e de seu meio e promove o treinamento de especialistas nestas áreas em cooperação com instituições de pesquisas externas.

Ele é um centro de convenção, ao mesmo tempo que ajuda a preservar e desenvolver a herança cultural e natural da população.

Ele é uma escola, na medida que envolve a população no seu trabalho de estudo e proteção e encoraja a ter mais clara compreensão do seu próprio futuro.

Esse laboratório, centro de conservação e escola são baseados em princípios comuns. A cultura, em nome da qual eles existem, deve ser compreendida no seu sentido mais amplo, e preocupa-se em fomentar a consciência da sua dignidade e as manifestações artísticas, independente do estrato da população que lhes deu origem. A diversidade é ilimitada uma vez que os seus elementos são tão variados. Esta tríade não é, por conseguinte, fechada sobre si: dá e recebe.”
(Rivière, 1985, p. 182)

¹⁵⁸ Mostraremos algumas dessas teses no tópico seguinte, mas para conferência, basta consultar o trabalho de Peter Davis.

4.4 A Abordagem ampla a partir de Peter Davis¹⁵⁹: o 'sentido de lugar'.

De alguma forma muito precisa, Peter Davis consegue captar o âmago das diferentes e, por vezes, contraditórias, definições sobre o que é um ecomuseu. O diálogo com as propostas de ecomuseu de Hugues de Varine e Georges Rivière situam nosso objeto dentro de interpretações múltiplas, visto que nosso objetivo é o olhar transdisciplinar. Mas é possível, sim, perceber que o 'ambiente', o 'território' e o 'espaço', com todos os entrelaçamentos culturais, estarão presentes. Isso faz com que estejamos sempre atentos aos elementos que podem nos ajudar a compor esse referencial teórico e abarcar essa realidade complexa. Em uma de suas obras, Hugues de Varine pontua que Peter Davis¹⁶⁰ aprofundou bem as variedades do conceito de ecomuseu: "Na realidade, o sucesso do termo provocou numerosas derivações, que foram finalmente analisadas por Peter Davis." (Varine, 2012a, p. 182) A obra de Peter Davis, citada por Hugues de Varine, é 'Ecomuseums: a Sense of Place' que veremos a seguir. Da primeira edição, em 1999, para segunda edição, 2011, Peter Davis faz alguns acréscimos. Segundo ele, o desenvolvimento dos ecomuseus no mundo foram os motivos das modificações.¹⁶¹ Como nosso interesse não é fazer uma radiografia do seu pensamento, é muito importante a conclusão a que Peter Davis chega. Ele mesmo afirma sua opinião de forma bem reduzida:

"O subtítulo desse livro é uma indicação que, em minha opinião, ecomuseus buscam capturar as naturezas distintas do lugar. Porque eles são tão variados em suas estratégias e operações que podem atingir esse objetivo em muitas maneiras diferentes, selecionando elementos do "kit de ferramentas do ecomuseu" ou os "vinte e um princípios". Consequentemente, eles podem refletir sobre a história de uma única indústria num local, incentivar os visitantes a explorar uma área protegida, visitando uma série de atrações do patrimônio ou fornecer uma introdução à arqueologia local ou história natural. No entanto, tudo reflete sobre a natureza especial do lugar; as comunidades locais tomam posse do patrimônio que eles sentem importantes para sua localidade. Através da proteção e interpretação desses patrimônios, eles demonstram o orgulho pelo local e criam uma forte identidade local." (Davis, 2011, p. xiv)

¹⁵⁹ Em outros momentos, já tínhamos usado material de Peter Davis. No entanto, por indicação do nosso orientador, prof. Mário Moutinho, adquirimos a obra que será base desse capítulo, 'Ecomuseums: a sense of place'. Precisamos pontuar que esse é um dos mais completos livros que pesquisamos sobre o assunto. Sobre o tema do Ecomuseu, o autor faz uma pesquisa minuciosa sobre os diferentes ecomuseus espalhados pelo mundo. Discute conceitos, oferece caminhos e aprofunda com argumentos históricos e contextualizados. É uma pena que uma obra tão rica e importante para pesquisa sobre ecomuseu esteja disponibilizada apenas em inglês. Para o contexto dos ecomuseus no Brasil, seria de muita valia aprender com experiências valiosas que são relatadas no texto.

¹⁶⁰ Antes de entrar para o mundo dos museus, Peter Davis atuou como biólogo marinho, oceanógrafo e ecologista. Trabalhou também na conservação de parques nacionais. No contexto dos museus, tornar-se-ia especialista em curadoria, atuando em museus importantes. Depois de um período na prática, chegaria ao contexto da universidade, especificamente, o Departamento de Arqueologia da Universidade de Newcastle. Na mesma universidade, ajudaria a fundar o Centro Internacional para Estudos Culturais e Patrimônio (ICCHS) na Escola de Artes e Cultura, da qual ele seria o primeiro diretor. Em 2005, iria para a Universidade de Gotemburgo para acompanhar o processo de desenvolvimento de museus e programas de patrimônio. Seria também presidente da Sociedade de História Natural de Northumbria, tendo papel importante no desenvolvimento do Great North Museum. (Newcastle University - School of Arts and Cultures, 2014)

¹⁶¹ No capítulo 1, Peter Davis acrescenta um tópico sobre definições e características do Ecomuseu. (Davis, 2011, pp. 78-99)

Essa ênfase no lugar, local, não será revolução e provocação apenas à museologia, mas ao projeto de desenvolvimento econômico e socioambiental que prioriza o global em detrimento do local. A ampla pesquisa realizada por Peter Davis tem a virtude de mostrar o desenvolvimento histórico dos museus e as ideias que estariam presentes nos ecomuseus e na Nova Museologia. Nesse sentido, seu trabalho revela continuidades com o desenvolvimento dos museus, mas também rupturas. Num exemplo, ele mostra que muitas ideias presentes nas propostas dos fundadores do primeiro ecomuseu já estavam em outras situações do passado, por exemplo, o 'Heimatmuseum' na Alemanha.¹⁶² Nessa experiência, o 'Heimatmuseum'¹⁶³ foi uma novidade, inovou e inspirou outros pequenos museus, no que se refere ao cuidado com os patrimônios natural e cultural.¹⁶⁴ (Davis, 2011, pp. 50, 51) Essa abordagem histórica é importante porque Peter Davis mostra que os museus, ao longo da história, já têm envolvimento com a mudança social, fato que será debatido no século 20. Mesmo com os conflitos gerados pela Nova Museologia, não se pode dizer que o movimento seria totalmente estranho à história dos museus. Por isso, Georges Rivière torna-se importante.

Porém, a nova ênfase no patrimônio, nas heranças culturais e no território ('Heritage') tem originado diferentes museus. Museu do povo, museu a céu aberto, museu de fazenda, museu rural, museu industrial, museu escola, museu de transporte, museu de vizinhança e museu de comunidade. Todos têm um significado importante. Segundo Peter Davis, "o ecomuseu providenciou um mecanismo de acordo com as necessidades da sociedade e se ingressou nas fileiras dos novos museus. No entanto, pode-se argumentar que, mais do que qualquer outro museu, ele tem preservado (encapsulado) a ideologia da 'segunda revolução dos museus'". (Davis, 2011, p. 58)

A percepção de Peter Davis tem relação direta com nossa proposta de, em cada 'Zeitgeist' dos capítulos anteriores, mostrar a 'tensão criativa de sentido'. Ele pontua que as mudanças da chamada 'segunda revolução dos museus', tem duas grandes influências: o ambientalismo e as mudanças na sociedade da década de 60, com os direitos da sociedade. Isso geraria museus a serviço da sociedade, da comunidade e de seu desenvolvimento. Assim, seria na assembleia do ICOM, Munique, 1968, que a palavra 'Desenvolvimento'

¹⁶² Peter Davis citará outras experiências que se aproximam muito daquilo que mais tarde seria chamado de ecomuseu: 'America Folk Life Museums' nos Estados Unidos, Primeiro museu de vizinhança (The Anacostia Community museum), museus a céu aberto. (Davis, 2011, pp. 52-56)

¹⁶³ Porém, ele cita a idiossincrasia com o uso indevido que foi feito do museu pelo nazismo.

¹⁶⁴ Ao mostrar esse movimento que já se dava na prática dos museus, Peter Davis também destacará o espaço que foi dado à História Oral quando a dimensão local ganhou proeminência. (Davis, 2011, p. 55) Na construção desse referencial teórico transdisciplinar, a História Oral, embora seja trabalhada como metodologia, em nossa pesquisa apontamos que ela está para além do método. Principalmente no contexto de comunidades no Rio de Janeiro, a fala é um dos recursos mais eficazes para levantar e acessar a memória. Como pontuamos na introdução, a História Oral também oferece riscos.

entraria nas resoluções, e o museu poderia dar sua contribuição para as dimensões cultural, social e ambiental. (Davis, 2011, p. 58) Em momentos diferentes, as contribuições de Georges Rivière (educação) e Hugues de Varine (desenvolvimento) serão importantes para museologia e ecomuseologia, mas ambas contribuições fazem parte de momentos históricos específicos. Essa percepção é muito importante porque, no contexto local, a questão das remoções refere-se ao patrimônio e às heranças, 'Heritage', enquanto, no contexto global da cidade, o dilema é justamente o desenvolvimento.

Com essa abordagem, Peter Davis mostra que o conceito originado da Mesa de Santiago do Chile, 'Museu Integral', reflete essa discussão sobre o papel dos museus na sociedade. Entrarão em questão a relação com os objetos do meio, o ser humano, a história, a sociologia e a antropologia. Torna-se importante perceber que, não apenas na museologia, mas em várias outras áreas, existe essa demanda pelo novo, na década de 1960. Se compreendermos a mesa de Santiago como condensação dessas questões, ela pode ser interpretada dentro da continuidade. O problema é que, com a presença de teóricos latino-americanos, os mesmos conceitos teriam outra densidade histórica. Os museus na América Latina são também reflexos dos modelos de colonização europeia. Ao mesmo tempo em que o ecomuseu não tem a ver com Santiago, como pensa Hugues de Varine, ele está inserido dentro dessa atmosfera que antecede Santiago do Chile, como mostra Peter Davis.

Esse será também o motivo pelo qual Hugues de Varine optará em falar de 'Museu Integral' no lugar de ecomuseu. A virtude do trabalho de Peter Davis é mostrar a continuidade e a descontinuidade entre essas diferentes tendências, tanto na prática quanto na teoria da Museologia. Assim, na medida em que se percebe que a principal demanda dos museus torna-se o relacionamento com o contexto local, promovendo o desenvolvimento, o papel do museu se expande, aproximando-se daquilo que o ecomuseu já executava. Porém, devemos pontuar que haverá diferenças por causa da abordagem, sob o paradigma eurocêntrico de sociedade, principalmente porque o desenvolvimento privilegiou, historicamente, a Europa e os EUA. Por isso, no contexto do Rio de Janeiro, a palavra ecomuseu ganharia um significado político muito forte e marcaria cada vez mais diferença dos museus tradicionais, que refletem modelos europeus. Nesse sentido, o resumo de Peter Davis sobre o contexto da Nova Museologia, aplica-se também aos ecomuseus e à ecomuseologia:

"A nova museologia, em sua forma original, significa o engajamento na comunidade; daí o forte vínculo de ecomuseus e outras formas de museus comunitários e as ideias do "museu integrado" descritas pela primeira vez em Santiago. Ele mostra que o debate acadêmico e profissional sobre a nova museologia frequentemente ignorou este início histórico, talvez porque grande parte da literatura foi publicada em outros idiomas além do inglês." (Davis, 2011, p. 63)

Esse assunto é muito relevante. Na publicação do segundo encontro de ecomuseus realizado no Rio de Janeiro, Peter Davis diz que, na tese central do ecomuseu como 'senso/sentido' de lugar, os museus tradicionais não podem alcançar esse objetivo pela dependência que têm do objeto. Assim pontuou Peter Davis:

"Podem museus tradicionais capturar a essência do lugar?

No meu ponto de vista, a natureza complexa do que o lugar representa para indivíduos e comunidades torna-se evidente que o museu tradicional não pode capturar suas propriedades indescritíveis. Ele não consegue captar lugar por causa da ênfase naquilo que é raro e belo – o lugar comum é muitas vezes ignorado. No museu tradicional, esses objetos (e são, geralmente, objetos), que resumem o conceito de lugar – ou, mais estritamente, identidade cultural local –, são escolhidos por um especialista e não pelas pessoas que experimentam os lugares. Eu sinto que é impossível para o curador apreender o lugar, cuidadosamente, rotulá-lo e armazená-lo em um recipiente (livre de ácido). Museus tradicionais podem adquirir fragmentos do lugar e exibi-los em conjunto para recriar a sua versão do lugar, mas isso é tudo. A essência do lugar está além do museu, no próprio ambiente, e é definida pelos indivíduos e comunidades que vivem lá." (Davis, 2001. p. 35)

Mostrar os limites do museu tradicional, é realçar elementos da 'tensão criativa de sentido'. A tensão aqui está na ênfase ao lugar, ao contexto; e o lugar é, por si só, complexo. A realidade do lugar é maior do que as tentativas teóricas de enquadramento. Por isso, através do 'Zeitgeist' estamos tentando indicar que essa discussão sobre 'direito à memória', ecomuseu, Nova Museologia, a partir do tema das remoções, toca no paradigma da pós-modernidade. Peter Davis mostra que as reverberações de tudo o que se refere ao 'lugar' na vivência desses movimentos terão consequências práticas e teóricas na Nova Museologia: ênfase em desenvolvimento comunitário sustentável, elementos da modernidade e pós-modernidade. Essa contextualização possibilitará que Peter Davis faça uma diferença entre os museus na Modernidade e Pós-modernidade, e a partir da Nova Museologia. A virtude de sua abordagem está em conseguir mostrar que o ecomuseu faz parte desse complexo que recebe todas essas influências da Nova Museologia e do ambiente da pós-modernidade. Como buscamos fazer anteriormente, Peter Davis também percebe as contribuições pontuais de Georges Rivière¹⁶⁵ e Hugues de Varine. Porém, ao comentar algumas teses da Nova

¹⁶⁵ Referindo-se à definição evolutiva de Georges Rivière, Peter Davis primeiro pergunta se essa definição é suficiente para explicar o que é um ecomuseu. Em seguida, ele mostra que as características dessa definição estão presentes em todos os museus locais, na tentativa para interpretar história local, cultura local e ambiente natural circundante. Assim ele mostra que, a partir daí, foram incluídos muitos conceitos chaves, tais como: identidade local, território, paisagem, senso de história e continuidade, que são importantes na criação do senso de pertença. Peter Davis consegue perceber uma síntese na definição de Georges Rivière, conforme narra: "Talvez a mais importante característica da definição de Rivière são as repetições da palavra população (a ênfase na comunidade) e a ideia de que o ecomuseu tem diversidades ilimitáveis, isto é, pode entrar qualquer coisa que as pessoas da localidade e museus profissionais querem que entre." (Davis, 2011, p. 80). Devemos estar atentos que para ele, a questão é o local; para nós, a questão é a educação e a presença de especialistas e profissionais. Além da localidade, o contexto de ecomuseu do Brasil, em particular, do Rio de Janeiro, e em particular, o do Santa Marta, é importante, mas em sua vinculação ao trabalho de memória. Na abordagem de Georges Rivière, não é possível pensar o ecomuseu sem a presença dos profissionais. Parece que uma das virtudes do ecomuseu no Rio de Janeiro é que os profissionais chegam sempre depois, pois o trabalho de memória já é realizado pelos moradores. Em cada quadra é possível encontrar um ecomuseu dentro das casas. Nas entrevistas que realizamos

Museologia, Peter Davis afirma que algumas de suas ideias fazem parte da filosofia dos ecomuseus:

“Essas ideias são também consistentes com a noção de ecomuseu, que por sua vez, utiliza uma variação no lugar – ‘territoire’ (território) – como uma pedra angular de sua filosofia. O ecomuseu também se refere à conservação da natureza muito especial dos lugares – um território com suas paisagens, animais selvagens, artefatos históricos, povos, costumes e folclore, que são geridos por pessoas locais – com algumas ‘referências fundamentais’ e especiais que são valorizadas e expostas para a população local e os visitantes. Esses se tornaram a ‘antena’ do ecomuseu.” (Davis, 2001, p. 35)

Quando analisamos pelo prisma do ‘Zeitgeist’ e da crise de paradigmas, a partir da percepção de Peter Davis sobre o ‘sentido de lugar’, podemos afirmar que tanto a Nova Museologia quanto a prática dos ecomuseus (Ecomuseologia) são respostas prático-teóricas ao esgotamento do paradigma da racionalidade fechada da modernidade presente em todos os segmentos da sociedade. Os ecomuseus são frutos desse paradigma e, ao mesmo tempo, reações contra ele; uns mais, outros menos, dependendo do lugar. A tentativa de construir um referencial teórico que aproxime História Oral,¹⁶⁶ Memória Coletiva e Individual, Direito à Memória e Ecomuseu faz parte dessa busca por abarcar uma realidade que, em si, já se apresenta complexa e politizada. O contexto local, onde acontece a discussão pelo direito à moradia, está inserido no contexto global da cidade do Rio de Janeiro que recebe as influências das demandas surgidas na pós-modernidade. Uma dessas demandas é o conceito de desenvolvimento no qual o capital sobrepõe outros valores da sociedade.¹⁶⁷ Nesse ponto, haverá uma diferença enorme entre os ecomuseus na França e os ecomuseus e museus comunitários no Rio de Janeiro, principalmente aqueles que atuam dentro de favelas. Já vimos que o surgimento dos ecomuseus deve ser inserido na mudança ocorrida na história dos museus. Os ecomuseus também foram inseridos numa relação de continuidade e descontinuidade com a Mesa-Redonda de Santiago do Chile.

Peter Davis cita outro aspecto no contexto da França que será imprescindível para o desenvolvimento dos ecomuseus: as regiões rurais da França. Elas seriam beneficiadas com ações da Delegação para Desenvolvimento Nacional e Rural. Eles tinham interesse nas economias locais como parte do plano de desenvolvimento local. Nesse período, foram destinados recursos para a proteção de áreas naturais, e um decreto de primeiro de março de 1967 estabeleceu o sistema dos parques nacionais e regionais com os quais Georges

com moradores do morro Santa Marta, ao serem indagados sobre o significado de suas casas, é possível perceber o significado museal da casa.

¹⁶⁶ Peter Davis cita a história de George Rivière na etnografia, e mostra como algumas mudanças foram significativas para o surgimento do ecomuseu. Ele mostra a teoria de que na França, o ecomuseu está muito ligado a etnologia e história social, mais do que à história natural. (Davis, 2011, p. 67)

Rivière tinha sido profundamente envolvido. Tudo foi criado para proteger e encorajar a relação do ser humano com o meio ambiente. A reforma política e cultural dos anos 80, feita por governos socialistas, favoreceu valores comunitários e trabalhos de classes. (Davis, 2011, p. 68)

Buscando o diálogo com a América Latina, é imprescindível considerar que a situação é profundamente diferente do contexto brasileiro. Nesse contexto na Europa, seria muito mais sustentável e coerente propor o desenvolvimento local, pois o ponto principal está na preservação, papel que será dado aos ecomuseus pelos governos.¹⁶⁸ Esse é um dos motivos pelos quais reconsideramos o conceito de desenvolvimento em nosso contexto, ou seja, sem a inserção da dimensão estrutural e política, o desenvolvimento pode autenticar a exclusão e a transformação de áreas ambientais em empreendimentos empresariais; com isso, ceder à pressão da especulação imobiliária. Através dessa abordagem de Peter Davis, é possível perceber por que a primeira geração de ecomuseus tem ligação próxima com princípios ecológicos e a proteção dos parques ambientais, aliado aos movimentos de proteção do ambiente na França. Nesse contexto, também se entende a segunda ligação dos ecomuseus com museus comunitários ou de desenvolvimento, que garantem as necessidades da comunidade. Pela 'tensão criativa', vale lembrar que a mesma discussão está presente na História Oral, a saber, se ela deveria se restringir apenas a ser voz das classes minoritárias. Em todos os sentidos, a discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, como já mostramos no diálogo sobre a proposta de Hugues de Varine, também está na raiz prática e conceitual do surgimento e desenvolvimento dos ecomuseus na França.

Peter Davis apresenta uma variedade importantes de teóricos e organizações que buscaram conceituar ecomuseu: Van Mensch, Varine, Querrien, Desvalléss, Stephenson, Re'né Rivard, Comitê de História Natural do ICOM, documento de Gjestrum, China; 'European Network of Ecomuseums'. Após essas descrições, Davis mostrará a possibilidade de existir um elo que interliga essas abordagens, isto é, o envolvimento comunitário, a valorização do local com seus atores. Esse é um dos aspectos que nos ajuda a compor o referencial teórico a partir da ecomuseologia. Peter Davis afirma:

"Nenhuma das teses dos modelos é inteiramente satisfatória. Mas elas podem abrir caminhos e ajudar-nos no entendimento sobre o que é ecomuseu. O que estaria salientado é o fator chave, no qual se constrói a diferença entre o museu tradicional e o ecomuseu, isto é, o envolvimento comunitário. No Ecomuseu, a população local deve ter responsabilidade primeira e última pelos seus museus: as pessoas são os curadores. Esta é, entretanto, justamente uma das características que têm sido atribuídas ao ecomuseu." (Davis, 2011, p. 89)

¹⁶⁸ Talvez por isso, na definição evolutiva de Georges Rivière, não se prescindia das autoridades e dos especialistas.

Toda essa profunda abordagem de Peter Davis serve para fundamentar sua tese de que ecomuseu é um senso/sentido de lugar, de pertença, de território, patrimônio ('heritage'). Ele envolve outros elementos relacionados diretamente ao espaço no qual as pessoas vivem numa comunidade. Porém, ao mesmo tempo em que revela sua tese, ele coloca uma importante provocação, isto é, se vários museus têm buscado adotar as propostas da Nova Museologia, reavaliando suas práticas e teorias a partir da comunidade e perguntando para que serve um ecomuseu. (Davis, 2011, p. 262) A indagação faz muito sentido e revela a diferença entre os contextos da Europa e os contextos das comunidades carentes no Rio de Janeiro. Sendo assim, senso/sentido de lugar e envolvimento comunitário são elementos imprescindíveis para o aprofundamento na ecomuseologia, aplicada ao direito à moradia.

Peter Davis cita que, em muitos lugares, o debate sobre filosofia e prática de ecomuseu está restrito à academia.¹⁶⁹ (Davis, 2011, p. 261) Esse é um fator que, de certa forma, dá um acento peculiar à ecomuseologia no contexto do Brasil. As práticas cotidianas dos ecomuseus, museus comunitários, pontos de cultura e de memória sobrepõem qualquer tentativa de legitimação teórica. A XV Conferência Internacional da Nova Museologia, ocorrida no Rio de Janeiro, em 2013, revelou um número grande de experiências museais em que se aplicam os princípios dos museus comunitários e da Nova Museologia. Como citamos no capítulo sobre a memória, o número de iniciativas encontradas nas favelas cariocas e que poderiam ser categorizadas nos princípios básicos do ecomuseu, é imenso. Nesse contexto, existe uma diferença muito grande entre a prática dos ecomuseus e as teorias da ecomuseologia ou da Nova Museologia, ainda que não prescindam delas. Não acreditamos que devam andar separadas, mas os ecomuseus, museus comunitários e pontos de memória, por terem ênfase no 'sentido do lugar', são transitórios, voláteis, improvisados constantemente. Neste sentido, fornecem outros paradigmas tanto para a ecomuseologia quanto para a Nova Museologia, que estão para além dessas áreas, isto é, são referenciais transdisciplinares por excelência. Isso também gerará certa confusão, pois essa ênfase no local privilegia a pluralidade. Peter Davis admite haver muita confusão com esses termos e cita a diferença entre ecomuseu, Nova Museologia e Museus Comunitários. Assim, Davis afirma:

"Nova museologia é um conjunto de ideias, o propósito e a função dos museus; ecomuseologia é apenas uma variação da nova museologia cuja expressão tangível é um ecomuseu. No entanto, essa diferença deixou de ser devidamente reconhecida e o problema foi agravado pelo uso inconsistente de termos como 'museologia comunitária' (seu objetivo inicial, sendo desenvolvimento sustentável da comunidade) e 'museologia popular' (onde as comunidades se envolvem com seu próprio patrimônio). Ecomuseologia, como originalmente foi

¹⁶⁹ Como exceção, ele cita o trabalho do *Long Network. Ecomuseums and Europe*. Mondilocali (2014). Ecomusei in Italia e nel Lazio: passato, presente, futuro. <http://www.mondilocali.it/wp-content/uploads/2011/02/report04.pdf>. Acedido a 04 de novembro, 2014 em <http://www.mondilocali.it/>.

proposta, era a aplicação da museologia comunitária dentro de um determinado território; o objetivo era preservar o patrimônio dentro daquele lugar, trabalhar de uma maneira que a propriedade voltasse à população local. Assim, reviveria um senso de identidade que proporcionaria algum benefício econômico.” (Davis, 2011, p. 263)

Pelo viés da hermenêutica transdisciplinar, não importa tanto o nome, mas os princípios que reverberam na prática que inverte o paradigma e busca a radicalidade do contexto local na relação com o contexto global: dentro e fora, bairros e cidades, cidades e estados, estados e países, países e todos os acordos internacionais. Ao falar, portanto, de território, Peter Davis volta a enfatizar sua tese de que ecomuseu tem uma relação com o lugar, com o patrimônio, com o ambiente, com tudo o que diz respeito à vivência da comunidade local: 'a sense of place'. Dentro desse raio, cada ecomuseu terá ênfases diferentes e, em alguns períodos, enfatizou-se a sustentabilidade e o desenvolvimento local. Por isso, Davis dirá: “Território é talvez a mais importante das características que definem os ecomuseus como eles foram originalmente propostos na França.” (Davis, 2011, p. 264) O território, segundo Peter Davis, fará surgir ecomuseus que trabalham na preservação, conservação e exploração do turismo, e outros pequenos museus que são gerenciados completamente pela comunidade, relacionam-se com a identidade, cultura, natureza intangível, patrimônio, quase tudo nesses campos, 'heritage'. O princípio é que a própria comunidade busca compreender o senso de comunidade e desenvolver a identidade. São museus que vivem a vida da comunidade e, nesse sentido, são bem diferentes dos chamados 'museus convencionais'. (Davis, 2011, p. 269-270) Portanto, é possível perceber que, no ecomuseu, existe uma complexidade quando se fala em patrimônio, herança e território, e muito dessa complexidade está no fato de que, dependendo do contexto, as implicações políticas darão significado particular às mesmas palavras e conceitos.

Portanto, é possível perceber o quanto a abordagem de Peter Davis é importante para a construção do nosso referencial teórico. Provavelmente sua obra seja uma das referências de pesquisa mais completas sobre ecomuseu e Ecomuseologia. O 'sentido de lugar' que o livro desenvolve passa pelo território, patrimônio material e imaterial, paisagem e atinge a área em suas dimensões social, cultural e econômica. Nesse aspecto, o conceito se refere às dimensões física, ambiental, social e econômica da comunidade. Sendo um ecomuseu, os atores locais e a população terá um papel primordial no processo¹⁷⁰. O contato com o espaço, a partir dessas premissas, faz com que as pessoas se relacionem de forma

¹⁷⁰ Peter Davis apresenta diversos setores da sociedade europeia que trabalham elementos similares àquilo que ele percebe no Ecomuseu. Nesse caso, ele cita 'European Landscape Convention', que define o conceito de *paisagem*. Council of Europe (2014). European Landscape Convention. http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Landscape/default_en.asp. Acedido em 13 de junho, 2014 em <http://www.coe.int/en/web/coe-portal>.

diferente com o lugar (Davis, 2011, pp. 273-274). Nos trabalhos de preservação da memória em favelas que visitamos no Rio de Janeiro, é possível perceber essa realidade. As entrevistas realizadas na favela de Santa Marta, onde as pessoas moram há mais de 40, 50 e 60 anos, é possível perceber essa relação com o território da favela, carregada de subjetividade, afetividade e sentido. Sendo assim, em cada contexto, o ecomuseu prioriza a área que ele deseja abordar, dando sempre o benefício à comunidade e priorizando os atores daquela comunidade. Citado por Peter Davis, Corsane¹⁷¹ descreve as características essenciais de um ecomuseu:

- “• A adoção de um território que pode ser definido, por exemplo, por uma paisagem, dialeto, uma indústria específica ou tradição musical.
- A identificação dos recursos específicos do patrimônio dentro desse território, e a celebração dessas ‘referências culturais’, utilizando a conservação e a interpretação (in-situ).
- A conservação e interpretação de sítios individuais dentro do território é realizada através da ligação e cooperação com outras organizações.
- O empoderamento das comunidades locais - o ecomuseu é estabelecido e gerido pela população local. A população local decide quais os aspectos de seu ‘lugar’ são importantes para ela.
- Os benefícios para a comunidade local, com o estabelecimento do ecomuseu. Os benefícios podem ser intangíveis, tais como maior autoconsciência ou orgulho do lugar; tangíveis (o resgate de um fragmento do patrimônio/herança local, por exemplo) ou econômico. Muitas vezes, há benefícios significativos para os indivíduos da comunidade local que estão mais associados com o desenvolvimento do ecomuseu.” (Davis, 2010, p. 81)

Segundo Davis: “Estas características indicam a forte ligação entre ecomuseus e localidades geográficas específicas. Os dois últimos pontos exigem que ecomuseus abracem a capacitação local e atendam as vozes locais.” (Davis, 2010, p. 81) Ainda que seja possível encontrar pontos de contato com a Nova Museologia, como já dissemos no início, no que se refere aos ‘museus convencionais’, esses aspectos marcariam uma diferença consistente com os ecomuseus.¹⁷² A partir das conclusões de Peter Davis sobre as possibilidades dos ecomuseus, eles se posicionariam na direção dos direitos humanos, defesa da identidade local, formação específica de profissionais, posicionamentos contra todas as formas de violência, valorização dos capitais humano, cultural, social e ambiental. O ‘Sentido de Lugar’ – ‘Sense of Place’ –¹⁷³ vem desse constante engajamento, no qual os moradores têm contato

¹⁷¹ Corsane, G. (2007a) ‘Ecomuseum evaluation: experiences in Piemonte and Liguria, Italy’. *International Journal of Heritage Studies*. 13, 2, pp. 101-116.

¹⁷² Peter Davis elenca alguns pontos que ajudariam a resolver certas confusões e usos indevidos e comerciais do termo ‘ecomuseu’. Ele também mostra como museus tradicionais têm utilizado princípios dos ecomuseus para se aproximarem da comunidade, ou ainda aquelas organizações que não conhecem a ecomuseologia, no entanto, suas práticas condizem com a de um ecomuseu. Nesses pontos, Peter Davis afirma como a Nova Museologia provocou mudanças na prática dos museus e, com isso, surgiram museus que adotaram nomes diversos, tais como: ‘ecomuseu e museu de comunidade’. (Davis, 2011, p. 268)

¹⁷³ O ‘Senso/Sentido de Lugar’ sistematizado por Peter Davis em outros textos carrega a mesma profundidade e complexidade que encontramos na aproximação de História Oral e Memória. A sustentabilidade, como temos trabalhado, isto é, em seu aporte transdisciplinar, permite discutir a relação entre o local e o global. Na segunda

provocativo com seu ambiente na prática cotidiana do ecomuseu. Identidade e comunidade são inseparáveis. Portanto, no contexto das comunidades cariocas, os ecomuseus também deveriam priorizar a autossustentabilidade financeira e, assim, não depender da ajuda de governos e editais que comprometem essa identidade de serviço ao local. As práticas dos ecomuseus têm sido tão criativas que têm impactado as teorias de museologia e museografia. Segundo narra P. Davis:

“A ideologia capturada pela palavra “ecomuseu” tem provado ser um catalisador de ações em uma variedade de situações geográficas e sociológicas. Nos bairros do Rio e na cidade do México, nas favelas de Dakar, nos subúrbios de Montreal e Paris; antigos centros industriais da França e da Suécia, em zonas rurais em declínio na Itália, Espanha e Canadá, em aldeias étnicas afastadas na China; os ecomuseus têm provado ser um conceito flexível que tem trazido de volta orgulho e energia dentro das comunidades. Identidades culturais têm sido reestabelecidas e usadas para promover economias locais. Essas mudanças têm sido alcançadas através da firme convicção de que um museu pode ser o que a comunidade quer que ele seja, um museu sem paredes e barreiras em todos os sentidos.” (Davis, 2011, p. 289)

Enfim, é possível perceber que o ‘sentido de lugar’ abrange diferentes aspectos da vida comunitária em sua relação com o território. As qualificações dos ‘lugares de sentido’ são elegidas pela comunidade, que vive e interpreta as situações do presente à luz do passado. Pela conclusão de Peter Davis, é possível ver como a ecomuseologia e os ecomuseus estão imbricados diretamente no tema das remoções no Rio de Janeiro. Remoção, memória e território estão entrelaçados nos testemunhos dos moradores entrevistados. Um dado que mereceria destaque é que o território é sempre politizado em áreas que vivem a remoção. O território está sempre imbricado no coração da ‘tensão criativa de sentido’. Certamente, a Declaração MINON Rio 2013 faz questão de marcar essas diferenças. Talvez, nesse quesito, o significado do território, o ‘sentido de lugar’ possa também sofrer variações, dependendo do contexto. Com tudo que implica esses conceitos, a noção de ‘território’ e ‘senso/sentido de lugar’ é o que define ecomuseu, conforme Peter Davis afirma:

“Minha pesquisa sobre ecomuseus me convenceu de que ecomuseus estão intimamente ligados aos lugares e às pessoas que vivem e viveram lá. Ecomuseus, na minha opinião, têm sido a maneira como as pessoas tentam capturar a natureza especial dos lugares, essa coisa indescritível que chamamos de sentido/senso de lugar ou o espírito do lugar. Eles tentaram capturar a essência de ‘local distinctiveness’¹⁷⁴ e, ao fazê-lo, criaram um meio de promover o seu lugar, com os

parte, quando apresentarmos as entrevistas, será possível perceber que os moradores da favela do Santa Marta captam essa profundidade. Esse ‘Sentido de Lugar’, de pertença e de identidade provocou a resistência para defender a identidade local frente às galopantes mudanças, oriundas da urbanização. O ‘Direito à Memória’ pode ser outra forma de expressar o mesmo grito. Nesse sentido, é uma perda que tenhamos poucos encontros teóricos de Ecomuseologia no Rio de Janeiro e, assim, não aprofundamos essa obra de Peter Davis. Seria bastante salutar perceber como pessoas que nunca tiveram acesso à formação acadêmica formal conseguem captar, vivenciar e expressar teorias acadêmicas que nunca conheceram ou a que nunca tiveram acesso como veremos na segunda parte da pesquisa.

¹⁷⁴ Por ser uma palavra bem particular de Peter Davis, optamos em manter na língua original. No português, poderia ser traduzido como ‘locais distintos’, ‘específicos’, ‘de caráter distintivo’ que a comunidade elege. Esses ‘locais de

consequentes benefícios econômicos e sociais. No entanto, nem todos os ecomuseus parecem caber nos modelos teóricos que têm sido propostos - na verdade, alguns deles seriam melhor definidos como museus ao ar livre, ou museus de sítios ou museus comunitários. Minha opinião é que talvez devêssemos restringir o uso do termo aos ecomuseus que consistem em vários sítios conectados que tentam contar uma história holística de um território." (Davis, 2001, p. 36)

distinção' passam a ter significados próprios e sentidos particulares para as pessoas que vivem ali. A discussão sobre o direito à memória toca diretamente nesse aspecto, embora não utilize a palavra. O direito à memória não é qualquer memória, pois, a memória é construída em sua intensa relação com o território, visto em sua amplitude de significados e em suas peculiaridades de sentido. Há espaços visíveis e invisíveis dentro do território que são produtores de resiliência, reelaborações da memória coletiva da comunidade e, portanto, poços permanentes da 'tensão criativa de sentido'. Apenas as pessoas do ambiente experimentam essa relação diferenciada com o mesmo ambiente, ainda que não exista qualquer sistematização teórica, verbal ou formal sobre o assunto. Nesse campo, as relações e apreensões se dão também no campo semiótico, simbólico e subliminar. Para quem está de fora, a urbanização/remoção tem um significado, e para quem está dentro, ela tem outro. O que mais no interessa é essa 'tensão criativa de sentido' entre o paradigma interno e o paradigma externo.

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO V. NOVA MUSEOLOGIA E MUSEOLOGIA TRADICIONAL

CAPÍTULO V. NOVA MUSEOLOGIA E MUSEOLOGIA TRADICIONAL

5.1 'Zeitgeist': 'tensão criativa de sentido (TeCS)' no Campo da Museologia¹⁷⁵

O 'Zeitgeist' serve para mostrar como, do ponto de vista hermenêutico, áreas diferentes vivenciam crises semelhantes, seria a 'tensão criativa de sentido: numa mesma época, novas práticas forjam o nascimento de novas práticas, que se tornam teorias, e teorias forjam o nascimento de novas práticas. Esse movimento se dá no diálogo constante com o paradigma vigente. Quando o conhecimento acadêmico é mais transdisciplinar, podemos perceber esses elementos com mais rapidez. Enquanto nos tópicos anteriores, essa 'tensão-crise' era descrita a partir da prática dos museus e ecomuseus, nesse tópico, a tensão se dá pela teoria, isto é, Ecomuseologia e Nova Museologia. O detalhe é que, nessas abordagens, as linhas entre teoria e prática são tênues. Por isso, o diálogo com a realidade e o paradigma vigente é intenso. Os documentos da Nova Museologia revelam como ela reatualiza sua teoria a partir das diferentes experiências museais espalhadas pelo mundo. Ao buscar fazer uma genealogia dos ecomuseus, Heloisa Barbuy acentua pontos de ruptura, nos quais enxergamos os traços da 'tensão criativa de sentido.' Porém, Heloisa mostra que eles devem ser situados no contexto histórico:

"Vejam, antes de mais nada, como e por que surgiram os ecomuseus.

A História, recentemente, tem privilegiado a análise dos processos de ruptura e não a busca de raízes. No caso dos ecomuseus, as raízes representam, justamente, a ruptura com certos padrões de museus e de Museologia. O desenvolvimento e a maturação de movimentos voltados para uma chamada cultura popular, engendrados desde o final do século XIX, ganharam vulto e espaço na área dos museus no século XX e, em termos de Museologia, no início dos anos 1970, romperam (ou apresentaram-se como alternativa) com as tradições vindas do século XIX, dos museus de belas artes fixados nas obras primas e únicas, dos museus enciclopédicos de história natural e dos museus de história, calcados na história factual e oficial. Por isto mesmo, vale a pena nos remetermos aos seus primeiros tempos e aos movimentos que os antecederam." (Barbuy, 1995, p. 212)

Nesse trabalho, a discussão sobre Nova Museologia nos interessa na medida em que podemos perceber os pontos de ruptura e continuidade. O motivo está no fato de que o referencial teórico é transdisciplinar. Por isso, não abordamos a história de toda Museologia. Esse lugar de transição entre a Museologia Tradicional e a Nova Museologia nos fornece elementos que estão para além do próprio campo da Museologia. Tudo indica que essa situação já tinha sido percebida quando peritos de outras áreas do saber foram convidados

¹⁷⁵ Para a consulta de autores brasileiros que trabalham a Nova Museologia ou a Museologia Social, discutindo a realidade brasileira, seria interessante consultar as obras: Waldisia Russio Guarniere (1980), Maria Cristina Bruno (2010), (1997), (1998), (1997a,b) e Maria Célia Santos (1993), (1996), (2008a,b) e Heloisa Barbuy (2006).

para ministrar as conferências em Santiago do Chile, 1972. Em nossa leitura, esse conteúdo transdisciplinar ainda está para ser construído. Não é necessário repetir a complexidade do tema 'desenvolvimento' assumido pela Museologia. Por isso, a Nova Museologia passa a ter grande importância: a realidade tem provocado abordagens contextualizadas em todas as áreas. Do ponto de vista da hermenêutica, a 'tensão criativa de sentido' exposta no 'Zeitgeist' coloca a Nova Museologia ao lado das propostas que buscam discernir as necessidades de nosso tempo e propor novos caminhos. Muito mais do que construir uma descrição densa, esse é o aspecto que buscamos apresentar, conforme destacou Chagas:

"A importância da Nova Museologia reside não no adjetivo, mas nas questões que coloca em relação: 1 - à função social da instituição museu e à sua sobrevivência; 2 - ao processo de musealização e atribuição de sentidos aos bens culturais e naturais; 3 - à tendência de contextualização de bens culturais e naturais; 4 - à busca de formas alternativas (velhas e novas) de museus, de exposições e de ações preservacionistas e educativo-culturais; e 5 - à necessidade de se substituir a ideia de coleção pela ideia de patrimônio, e a ideia de edifício ou prédio de museu pela ideia de território ou região. e a ideia de visitante pela ideia de comunidade participante." (Chagas, 1994, p. 68)

A descrição do museólogo Mário Chagas acentua aquilo que buscamos evidenciar, isto é, as questões da Nova Museologia são elementos de um novo paradigma, por isso, como afirma Chagas na frase acima, 'as questões que coloca em relação'. Nos campos da História Oral e da Memória, também houve as 'questões em relação' e, em alguns momentos, essa relação foi conflituosa. Conhecimento também é sinônimo de domínio e perpetuação de hegemonias. Se aprofundássemos apenas os quatro pontos destacados por Chagas, eles revelariam áreas de construções sociais que fazem parte de um tipo de estrutura social e do desenvolvimento das sociedades. Embora esteja no campo da Museologia, são reflexos das formas como as sociedades estiveram organizadas no passado e como esses modelos se tornaram hegemônicos no presente. Como já dissemos sobre o 'direito à memória' nas favelas, a 'tensão criativa de sentido' da Nova Museologia provoca a mesma questão do diálogo com a Museologia Tradicional. Mário Chagas destacou com muita propriedade como esse tema toca na relação entre memória e poder. Assim Chagas pontua:

"A tendência para a celebração da memória do poder é responsável pela constituição de acervos e coleções personalistas e etnocêntricas, tratadas como se fossem a expressão da totalidade das coisas e dos seres ou a reprodução museológica do universal, como se pudessem expressar o real em toda a sua complexidade ou abarcar as sociedades através de esquemas simplistas, dos quais o conflito é banido por pensamento mágico e procedimentos técnicos de purificação e excludência.

As relações estreitas entre a institucionalização da memória e as classes privilegiadas têm favorecido esta concepção museal. Não é fruto do acaso o fato de muitos museus estarem fisicamente localizados em edifícios que um dia tiveram uma serventia diretamente ligada a estâncias que se identificam e se nomeiam como sedes de poder ou residência de indivíduos 'poderosos'." (Chagas, 2001, p.13)

Em princípio, a provocação da Nova Museologia é se a Museologia aceitará apenas o papel de documentar passivamente os modelos vigentes de sociedade, ou se ela pode também participar da transformação da sociedade. A participação exige posicionamentos, leitura crítica da realidade, rever caminhos, mas, principalmente, abrir-se ao diálogo com outras áreas do conhecimento que vivem as mesmas experiências. Nesse sentido, é plausível que tenhamos retrocessos, recrudescimentos, disputas e, até certo tempo, dificuldades para compreender o que de fato está acontecendo. Na reedição em 2012 do material produzido pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile, em 1972, vários teóricos afirmaram que as teses de Santiago ficaram esquecidas por um tempo. Aproximando a consideração de Mário Chagas com o comentário de Hugues Varine na reedição de 2012, é possível perceber que a proposta tocava na razão de ser dos museus e, conseqüentemente, da Museologia. Varine destaca:

“Se relermos, hoje, os textos de Santiago do Chile, nos daremos conta de que, evidentemente, eles envelheceram, tanto na forma como no conteúdo. Mas continua possível encontrar seu sentido verdadeiramente inovador, senão revolucionário. O mais novo, para além da época, são as duas noções, que aparecem melhor, mas às vezes de forma desajeitada, não propriamente nestas resoluções, mas nos ‘considerandos’.” (Varine, 2012b, p. 143)

O caráter ‘revolucionário’ da Declaração de Santiago realça a ‘tensão criativa’ que possibilita construir ‘sentidos’ novos. Dentro do conjunto da Nova Museologia, Santiago do Chile aparece como momento especial; por isso, vale destacar alguns pontos da fala de Hugues de Varine: ‘sentido verdadeiramente inovador, senão revolucionário’. Em seguida, ele destaca quais seriam esses elementos que estão ‘para além da época’. Ao descrevê-los, ele revela as mesmas tensões e rupturas descritas por Chagas. Assim, pontua Varine esses elementos:

- “a de museu **integral**, ou seja, aquele que leva em conta a totalidade dos problemas da sociedade;
- a de museu como **ação**, ou seja, como instrumento dinâmico da mudança social.

Deixou de lado o que havia, ao longo de mais de dois séculos, constituído mais claramente a vocação do museu: as missões de coleta e de conservação. Chega-se ao contrário, a um conceito de **patrimônio global a ser gerido** em prol do interesse do homem e de todos os homens.” (Varine, 2012b, p. 144)

Mas como temos descrito ao logo da pesquisa, essa ‘tensão’ não acontece apenas na Museologia. Quando tivermos de fato uma ciência transdisciplinar introdutória que revele essas ‘tensões criativas de sentido’ em todas as áreas, será muito mais fácil perceber que dialogar com as questões novas da sociedade e buscar caminhos para transformá-las ou apenas ouvi-las é uma demanda ‘sine qua non’ da sociedade atual. Não é necessário retomar

aqui a discussão sobre ecomuseu, embora faça parte. O ecomuseu e museus comunitários são excelentes exemplos. Mas poderíamos citar as escolas segundo 'Paulo Freire', as universidades, Igrejas e outras instituições que, direta ou indiretamente, detêm memória e constroem memória. Pelo 'Zeitgeist', todas vivem essa 'tensão' como se sentissem 'dores de parto'. O extenso trabalho que fizemos aproximando Georges Rivière, Hugues de Varine e Peter Davis serviu para mostrar as continuidades e descontinuidades, tanto na prática como na teoria dos museus. Embora Peter Davis seja muito feliz em mostrar como, em diferentes momentos da história, já existiam museus que estabeleciam relações diferenciadas com a comunidade, essa prática crítica e inclusiva não fazia parte do 'status quo' dos museus. Por isso, a Nova Museologia revela uma ruptura que completa nosso quadro teórico. Ruptura que precisa ser vista dentro da 'tensão criativa de sentido', já que acontece nesse diálogo permanente com a Museologia chamada tradicional, ainda que sempre a transcenda. Em nossa interpretação, esse conflito é bastante salutar e revela, ao mesmo tempo, a importância de ambos os movimentos.

A Nova Museologia será mais transdisciplinar, na medida em que conseguir apresentar esses pontos de conflitos, pois eles também estão na sociedade e em outras áreas do conhecimento. Essa é a carência de uma teoria de fundamento intrinsecamente transdisciplinar. Dessa forma, ela não será vítima do isolamento e da superespecialização do conhecimento que marcou a modernidade, e ainda está presente entre nós. Peter Davis faz importante observação, ao situar o movimento da Nova Museologia dentro das demandas da pós-modernidade. Uma dessas demandas é a diversidade cultural, na qual as minorias étnicas ganham espaço, exigem que a história de uma cidade e do país narrem também suas histórias, exigem uma interpretação mais ampla do território, do direito à memória e à moradia. Contudo, não se deve esperar que essa transição se dê sem conflitos e rupturas laboriosas, uma vez que expõe aos atores comunidade aqueles que sempre estiveram no controle de poder. Será necessário se posicionar, conforme destaca Davis:

"Envolvimento na representação da identidade cultural de minorias também obriga o museu a assumir o papel de advogado autônomo. Ambas as exigências são potencialmente problemáticas para os museus, principalmente porque é difícil para um membro de um grupo social (geralmente dominante - curadores), abandonar o seu próprio conjunto de valores e descrever uma outra cultura sem projetar seus próprios medos, frustrações e esperanças." (Davis, 2011, p. 33)

A questão é mais profunda porque não basta descobrir as necessidades, é preciso um trabalho que dialogue com todas as áreas: algumas transformações são estruturais. Quando apresentarmos as questões que envolvem a urbanização/remoção no morro Santa Marta, observaremos como não é simples se posicionar em favor dos direitos da comunidade local. O exemplo acima se aplica para um grupo de profissionais de museus, mas poderia ser

aplicado para qualquer curso numa universidade nesse momento de transição. É provável que grande parte das dificuldades em torno da Nova Museologia estivesse no fato de que os temas questionavam também nosso lugar na sociedade. Vale lembrar aqui que uma das virtudes da História Oral estava na possibilidade de permitir que o pesquisador fosse coprodutor do objeto da pesquisa junto com o entrevistado. Neste sentido, temos também uma discussão profunda com o paradigma dependente do positivismo que pressupunha que uma pesquisa dependia da chamada neutralidade científica.¹⁷⁶ Peter Davis continua mostrando que essa nova postura é uma demanda da pós-modernidade:

“Se a sociedade é para apreciar diferenças culturais, e crescer com o resultado, uma maior reflexão é desejável. O pós-modernismo ou, mais corretamente, sua manifestação como nova museologia, garantiu que as preocupações étnicas, morais e práticas das pessoas, das comunidades, dos museus e dos curadores estivessem sendo discutidas abertamente.” (Davis, 2011, p. 33)

Para falar dos documentos básicos da Museologia, Judite Primo recorre à discussão sobre o conceito de Patrimônio Cultural na Europa no século XX. Judite Primo cita a ‘Carta de Veneza’, 1964, aprovada no II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos que expandiu o conceito de patrimônio. O material influenciaria outras áreas como ICOMOS, ICOM, Conselho da Europa. Em torno do patrimônio, seriam inseridas diferentes discussões que atrelam cidadania, educação, desenvolvimento sustentado e local, democracia, minorias, inclusão social e Arqueologia. O patrimônio se tornaria um dos elos de cooperação internacional. (Primo, 2007, p. 122-127) A questão que buscamos levantar tem o objetivo de situar a Nova Museologia para além da Museologia, mesmo que esse campo seja seu primeiro lugar de diálogo e revisão constante de seu status. De um lado, a gênese histórica da Nova Museologia na Mesa-redonda de Santiago do Chile é transdisciplinar; de outro, as questões que envolvem as remoções são transdisciplinares. Por esses motivos, escolhemos apresentar a Nova Museologia a partir dos principais documentos¹⁷⁷. Alguns documentos, quando discutidos e situados no seu tempo, fornecem elementos para compreender a sociedade vigente com suas crises. Judite Primo cita ainda outros documentos

¹⁷⁶ Na introdução, pontuamos os cuidados que devemos ter justamente porque admitimos que nos aproximamos desse objeto com os pressupostos de quem conhecia minimamente o problema. Em qualquer escolha, existem pressupostos afetivos e emocionais que fornecem condições para que o pesquisador escolha um objeto e exclua outros. Isso acontece, muitas vezes, de forma inconsciente. Portanto, quanto mais o pesquisador está consciente dos pressupostos que induzem suas escolhas, melhor ele pode considerá-los, a fim de que não influenciem de forma negativa e indutiva os resultados em sua pesquisa. Nascimento, R. (1998). O objeto museal, sua historicidade: implicações na acção documental e na dimensão pedagógica. *Cadernos de Sociomuseologia*. 11. pp. 13-141.

¹⁷⁷ Essa consideração é importante porque não será possível aprofundar discussões importantes sobre o ‘status quaestionis’ completo da Nova Museologia ou da Sociomuseologia com os teóricos que produzem nesse campo. Para um aprofundamento, basta consultar os Cadernos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias de Portugal. Repositório Científico Lusófona [Recil]. (2014). Cadernos de Sociomuseologia. <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/723>. Acedido a 05 de novembro, 2014.

que, em sua leitura, foram importantes para o estatuto da Museologia. A 'Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural' (UNESCO, 1972), a 'Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico' (produzido em 1975), a Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua Função na Vida Contemporânea, mais conhecida como 'Carta de Nairobi' (UNESCO, 1976), o Apelo sobre a 'Arquitetura Rural e o Ordenamento do Território' (produzido pelo Conselho da Europa, 1976). Se analisarmos a síntese do que esses documentos solicitam, é possível perceber uma consonância com os temas que temos discutido até o momento em outras áreas. Assim, Judite Primo resume a tônica desses documentos:

“Todos esses documentos seguem uma linha de preocupação e atuação que **nos levam a perceber o patrimônio nas suas relações com o meio em que se insere, na sua dinâmica social e no seu papel como elemento simbólico.** É ainda importante ressaltar que essas preocupações também nos fazem refletir sobre o papel do patrimônio no contexto museal e museológico e serviu de influência para que os profissionais da museologia pudessem também formular documentos de base para fundamentar a ação museal.

Assim foram elaborados os documentos de referência na museologia, a saber: **Declaração do Rio de Janeiro de 1958**, que analisa e questiona o papel das exposições nos museus, a importância dos museus como recursos educativos e um novo entendimento do objeto museológico.” (Primo, 2007, p. 124)

Quando se insere o alargamento do conceito de patrimônio na discussão sobre Museologia, automaticamente remete-se à complexidade que é o tema do patrimônio. O patrimônio também só pode ser interpretado coerentemente se for inserido em suas múltiplas relações e significados. O patrimônio é outra grandeza que revela a 'tensão criativa de sentido' na sociedade na relação fecunda entre passado e presente em transformação. Patrimônio e Memória estão presentes numa Museologia Social, conforme Moutinho compreendeu, ao afirmar que “o conceito de Museologia Social traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionamentos da sociedade contemporânea.” (Moutinho, 1993, p. 5) Ele percebera também como a discussão sobre o patrimônio, entrelaçada com outros fatores, foi elemento importante nesse processo. Assim, Moutinho pontua:

“O alargamento na noção de patrimônio é a consequente redefinição de 'objeto museológico', a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como fator de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das 'novas tecnologias' de informação e a museografia como meio autônomo de comunicação; são exemplos das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas e fazem parte de uma crescente bibliografia especializada.” (Moutinho, 1993, p. 8)

Como temos mostrado através dos 'Zeitgeist', podemos afirmar que a Nova Museologia ou a Museologia Social está inserida num complexo de relações que interligam diferentes áreas do conhecimento. O aprofundamento em alguns desses conceitos gera conclusões em diálogo com outras áreas, ainda que os especialistas nunca tenham se encontrado. Os documentos que representam esse movimento dentro da Museologia são importantes porque demarcam campos sempre dentro da 'tensão criativa de sentido'. Em nossa pesquisa, esse fator é fundamental no conjunto teórico transdisciplinar que formamos.¹⁷⁸ Peter Davis, que fez uma brilhante pesquisa sobre ecomuseu, busca de todas formas situar a Nova Museologia, bem como a conferência de Santiago do Chile, 1972, dentro do contexto da Europa. Para ele, vários elementos presentes nesses documentos serão reflexos das demandas da sociedade, no que tange às discussões sobre identidade cultural e patrimônio. Assim Peter Davis explica:

“Nós também precisamos considerar o desenvolvimento da nova museologia dentro de um contexto mais amplo do patrimônio e se o aumento do interesse na identidade cultural, bens culturais e no patrimônio cultural intangível, também podem ser classificadas como parte de, ou parceiro para a nova museologia.” (Davis, 2011, p. 62)

Portanto, antes de citarmos os documentos que contêm os elementos centrais da Nova Museologia, gostaríamos de ressaltar que as dificuldades no campo da Museologia estão em consonância com as dificuldades presentes em outras áreas do conhecimento. Isso revela que existem demandas que terão muito mais condições de serem contempladas se o referencial teórico souber dialogar com os elementos comuns destacados por outros campos do conhecimento acadêmico e da sociedade.¹⁷⁹ Quando acessarmos as entrevistas realizadas na favela do Santa Marta, perceberemos que a mesma complexidade está presente na forma como o morador interpreta o patrimônio da favela e a forma como a favela é inserida no conceito de desenvolvimento das cidades. Por isso, em nossa pesquisa, a 'tensão criativa de sentido' ganha mais destaque do que, necessariamente, a definição que opta apenas por um caminho. O que estamos nos esforçando para mostrar desde o início é que a construção do objeto de estudo, conhecimento, atualmente não poderá privilegiar a teoria em detrimento da prática e nem a prática em detrimento da teoria. É imprescindível transpor algumas barreiras. Segundo Primo, essa questão ainda está aberta, quando se pensa no 'status' da Museologia:

“A vertente da museologia para o desenvolvimento, caracterizada pelo movimento da nova museologia, debate qual pode e deve ser seu campo de

¹⁷⁸ Devemos considerar que não é nossa intenção aprofundar todas as variantes dos documentos que apresentaremos a seguir, uma vez que já temos levantado o contexto histórico da Europa através de Georges Rivière, Hugues de Varine e Peter Davis. Nesse momento, o mais importante é o texto, embora saibamos da importância do ambiente social para compreender as variantes.

¹⁷⁹ Nesse campo específico, seria relevante um aprofundamento, acentuando todos os aspectos que revelam os pontos de tensão entre a Nova Museologia e a Museologia. Porém, não é nosso objetivo. Para isso, seria necessário também o estudo detalhado das diferentes abordagens teóricas da museologia, fato que tomaria muito tempo. Cf. (Mensch, 1994)

actuação e objecto de estudo e em consequência qual o seu método de investigação. Essas dúvidas e debates ocorreram por haver discordâncias, por parte dessa vertente, que o museu seja de facto o objecto de estudo da museologia, havendo uma maior aceitação para o facto de que o museu seja um meio para o desenvolvimento local. Nessa vertente museológica, o objecto próprio e específico de estudo passa a ser o património, e o seu objectivo consiste em discutir e descobrir, através do estudo da relação que se estabelece entre o sujeito e o património/ bem cultural dentro de um espaço/ cenário que pode, ou não, ser o museu, a função social da museologia, a sua importância na construção da cidadania e da memória colectiva." (Primo, 2008, p. 48)

A questão levantada por Judite Primo é crucial para a Museologia e para a definição do seu objeto. Na hermenêutica que nasce da 'tensão criativa de sentido', é possível manter a possibilidade de assumir o museu como ponto de partida e também o patrimônio, que chamamos de realidade. O que não pode acontecer é preterir um em detrimento do outro, pois a realidade da sociedade está presente, mesmo que de forma excludente, também dentro do museu. E o museu está também presente nos simbolismos da sociedade. Como já mostramos, a noção de patrimônio foi importante para uma nova leitura da realidade e da Nova Museologia. Porém, é preciso lembrar que a crise para escolher o objeto de estudo, descrita por Judite Primo, não é privilégio apenas da Museologia. A pergunta pelo 'status', epistemologia, 'locus' e outros elementos que definem os raios de atuação de uma disciplina está posta e aberta. Na Museologia, a pergunta é sobre o 'olhar museológico'. Segundo Mário Chagas, o "olhar museológico' revela que a casa, a rua, a praia, a montanha, a floresta e a praça pública, com área verde e brinquedos infantis, são museus não institucionalizados." (Chagas, 1994, p. 68). Talvez, por isso, o olhar para o patrimônio, isto é, como ele entrou nas discussões atuais de ciências humanas e sociais, é muito importante. Nessa vertente, o patrimônio é transdisciplinar por natureza, fato que impulsiona o diálogo com áreas diferentes. É bem verdade que muitas vertentes das ciências exatas trabalham com o patrimônio ainda na perspectiva positivista ou dependente da racionalidade fechada. Isso favorecerá a manutenção do desenvolvimento econômico, tendo o patrimônio como foco principal pelas do lucro. Nesse sentido, o patrimônio deve estar a serviço desse tipo de desenvolvimento e todas as áreas devem estar submissas a esse modelo de organização da sociedade. Para o nosso trabalho, esse também é o cerne da questão. A forma como os documentos gerados em 1972, Santiago do Chile; 1984, a Declaração de Quebec, no Canadá; em 1985, com a Criação do MINOM, e 2013, com a Declaração MINOM Rio 2013, já são contracultura e situam-se nesse lugar dialógico, transdisciplinar, conflituos e contextual, de onde se elabora a 'tensão criativa de sentido'. Por isso, como representantes de uma Nova Museologia, esses documentos estão para além dela mesma, porque assumiram a realidade como lugar por excelência da reformulação da teoria e da prática a partir de um novo olhar epistemológico.

Antes de apresentarmos os documentos, concluímos, ressaltando a consideração de Judite Primo:

“O Movimento da Nova Museologia, tendo por base o Documento de Santiago e legitimado pela Declaração de Quebec, em 1984, concebe uma actuação museológica mais alargada, onde, para além do alargamento da problemática das colecções, existe uma preocupação em relação aos problemas da sociedade e ao papel do museólogo nesse processo. O indivíduo passa a ser entendido nesta nova concepção de acção museológica, como sujeito activo e transformador da sociedade; sujeito esse que vivendo num mundo com referências essencialmente simbólicas, entende a cultura, a identidade, o património e a herança cultural como fenómenos que são construídos e reconstruídos pelos processos de interacção.” (Primo, 2008, p. 48)

Da mesma forma, citamos uma fala do morador Itamar Silma, da favela Santa Marta, que destaca fatores peculiares do processo de urbanização/remoção na favela Santa Marta em sua relação com a cidade do Rio de Janeiro. Assim descreve Itamar Silva:

“O Rio de Janeiro, que parece, traz elementos positivos, mas me traz muitos problemas, que eu acho que hoje há uma disputa por esse lugar da favela, entendeu? Que é um lugar das oportunidades, eu acho que isso vem cheio de problemas também. Problemas que eu acho que fragmentam o que já é complexo, porque essa questão é mesmo da identidade. Tem muitos moradores que têm vergonha de ser favelado, ‘né! têm vergonha de morar na favela. Claro que tem coisas muito objetivas sobre isso, por exemplo, não posso falar no emprego e tal, tal, tal. Mas não é só isso; é sim pelo pouco do que se construiu ou do que o senso comum acha que é a favela. Então, mas só ele [morador] vai poder enfrentar essa questão, só ele pode desconstruir essa questão. Então, assim, é uma briga grande essa. Então é esse o momento que a gente vive hoje nas favelas...” (I. Silva, 2014)

5.2 A Mesa-redonda de Santiago do Chile, 1972: Transdisciplinaridade, Hermenêutica e ‘Museu Integrado’

Esse primeiro documento que apresentamos, a Declaração de Santiago de Chile, é um marco na historiografia da Museologia. Por isso, gastaremos um pouco mais de tempo com ele, citando alguns trechos na íntegra, uma vez que será inspiração tanto para a Declaração de Quebec como para a Criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Embora façamos essa divisão, vale lembrar o extenso trabalho feito por Peter Davis para mostrar como, num segundo momento, as ideias do ecomuseu vão se cruzar com as da Nova Museologia. O encontro e as conclusões da Mesa-redonda são muito representativos nesse referencial teórico transdisciplinar que estamos discutindo até esse momento. Seus idealizadores conseguiram discernir as necessidades da época e foram sensíveis para tocar no ponto central que ainda está aberto na sociedade, a saber, a transdisciplinaridade e a questão do desenvolvimento econômico e social. Esses temas centrais foram inseridos em um encontro de Museologia numa época em que o isolamento disciplinar era maior do que hoje. Se, como mostramos anteriormente, e não é peculiaridade dos museus, mas várias organizações estão distantes da sociedade, a Declaração de

Santiago inverte o paradigma. A análise do Presidente do Comitê Intergovernamental do Programa IBERMUSEUS, José Nascimento Júnior, é importante.

“Há 40 anos, em um Chile ainda sob o governo de Salvador Allende, um grupo de profissionais do museu – de alma forte e de visão – se reuniu atendendo a uma convocação da Unesco para discutir, à época, a importância e o desenvolvimento do museu no mundo contemporâneo, em um formato de mesa-redonda como novo conceito de interação profissional entre duas áreas de expertise envolvidas: a do museu, especificamente, e a do desenvolvimento econômico e social. Grupo que levantava a bandeira da luta não apenas para definir, mas também para gerenciar políticas que mantenham vigentes os valores dos museus como atores vivos da sociedade e sua contribuição nas áreas de educação e desenvolvimento social. Grupo que introduziu dois novos conceitos de reflexão e curso de ação na área: o de museu integral e o de museu como ação.” (N. Junior, 2012, p. 101)

A descrição de Nascimento Junior é importante porque pontua aspectos que não podem ser contemplados apenas por uma área do conhecimento, por uma organização ou por um segmento social. Vamos insistir nessa hermenêutica porque é possível dialogar para dentro e para fora. Como veremos, por um lado, o encontro tem a virtude de enfrentar um desafio e propor outros caminhos – museu integral e o de museu como ação – mas, por outro, perceberá com os anos que mudar um paradigma requer a revisão de toda a estrutura, tanto interna quanto da própria sociedade. Esses últimos aspectos inserem alto grau de complexidade ao processo. O estudo da Declaração de Santiago, em comparação com outros documentos produzidos nas décadas de 60 e 70 revelará sua grandeza em dois pontos principais: primeiro, por colocar as bases para desdobramentos de ações que deverão ser desenvolvidas ao longo do século. Segundo, o documento é construído por prismas de áreas diferentes, inclusive não museólogos. Neste sentido, ele fornece elementos para compor a ciência transdisciplinar necessária para o século XXI e que pode dialogar com nosso objeto. Judite Primo percebe esse elemento diferenciando da Declaração:

“O documento de Santiago, provavelmente o mais inovador dos documentos produzidos pelo ICOM, define um novo conceito de ação dos museus: **O Conceito de Museu Integral**. Com este novo conceito, a instituição passa a ser entendida como um instrumento de mudança social e um instrumento para o desenvolvimento sustentável, destinada a proporcionar à comunidade local, uma visão de conjunto do seu meio material e cultural. O museu, a partir de então, deveria assumir-se como agente de desenvolvimento local, trabalhando com uma **comunidade participativa e consciente** do que é o patrimônio cultural e de como ele está inserido no território.” (Primo, 2008, p. 61)

Já trabalhamos anteriormente o contexto de surgimento dos ecomuseus que, em alguns aspectos, recebe as mesmas influências do ambiente no qual foi solicitada a conferência do ICOM. Através de Hugues de Varine, situamos o lugar que os temas sobre meio ambiente e o desenvolvimento ocupavam no cenário internacional. Os assuntos corolários, que surgem do tema das discussões socioambientais, serão aqueles que estarão

no centro dos debates nos diversos setores da conferência de Santiago do Chile. Sendo assim, é inegável o aspecto revolucionário da Conferência. No entanto, é preciso também pontuar que esses temas já eram e ainda são temas que causam profunda divisão nas sociedades contemporâneas. São áreas cerceadas por grandes conglomerados industriais e regiões dominadas por interesses políticos e financeiros. Antes de apresentarmos algumas resoluções, gostaríamos de citar diferentes assuntos discutidos na Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972. Abaixo reproduzimos alguns pontos do “Guia de Preparação Individual” para os participantes. Eles tiveram três meses para refletir sobre o assunto.

“1.3 OBJETIVO DA REUNIÃO

Tendo como base e ponto de partida os problemas fundamentais enfrentados atualmente na América Latina, a Mesa-redonda deverá identificar as soluções a serem propostas pelos museus para certos problemas provocados por uma sociedade latino-americana em processo de transformação e desenvolvimento. Embora seja desejável que algumas conclusões gerais sejam emitidas, o mais importante será promover uma mudança na atitude de cada um dos participantes em relação ao seu próprio museu. Por essa razão, todos os participantes devem dedicar os próximos três meses a preparar sua participação pessoal, com base no seguinte guia.

1.2 TEMA GERAL: MUSEU FUNCIONAL – MUSEU GALERIA

1. Os museus e o desenvolvimento cultural em áreas rurais e o desenvolvimento agrícola.
2. Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico.
3. Os museus e os problemas sociais e culturais.
4. Os museus e a educação permanente.” (Guia de Preparação Individual: Mesa-Redonda de Santiago de Chile, p. 109)

Apenas por esse ‘Guia de Preparação Individual’ é possível perceber que os organizadores tinham conhecimento apurado das questões que, naquele momento, tangenciavam a América Latina e o mundo. A divisão em três grandes áreas possibilitava aprofundamentos diferenciados, como o guia orienta ainda:

“O guia tem como objetivo apenas indicar diversas possibilidades de pesquisa e não segue o plano para os quatro temas que serão discutidos na Mesa-redonda. Ele propõe diversas linhas de pesquisa e temas de estudo.

Caberá a cada um dos participantes definir quais temas consideram relevantes.

Entre muitos outros, os seguintes temas de estudo são propostos:

- I. Estudo do Meio Ambiente. Condições geográficas e humanas (clima, recursos naturais, sistemas tradicionais de produção, população, grupos étnicos). História (principais épocas históricas, em termos de desenvolvimento <evolução das estruturas sociais, integração ou conscientização das massas>). Atmosfera cultural.
- II. Economia. A economia tradicional. Áreas desenvolvidas ou subdesenvolvidas. Planos atuais de desenvolvimento rural. Urbanização (movimento migratório do campo para a cidade, mão-de-obra, competência profissional, infraestrutura, consumo). Proteção ambiental.
- III. Educação. (Escolaridade, ensino médio, educação permanente, atitudes dos jovens).” (Guia de Preparação Individual: Mesa-Redonda de Santiago de Chile, p. 109)

Não chegamos ainda nas resoluções, mas já é possível perceber que as divisões nessas três grandes áreas podem ser vistas como formas diferentes de tocar os temas

relacionados à memória, patrimônio, heranças culturais, identidade, participação, subjetividade dos profissionais, necessidade de formação crítica e transdisciplinar, posicionamentos, formação continuada e modalidades do desenvolvimento. Para nossa pesquisa, o importante do texto é a capacidade de discernir elementos-chaves da sociedade de uma época. Esse aspecto fornece uma hermenêutica importantíssima para nosso referencial teórico, a saber, a necessidade de que, para cada contexto, seja necessário utilizar essa chave hermenêutica, a fim de que, em cada situação, se torne possível perceber quais são os agentes de exploração e quais os instrumentais necessários para a 'libertação'. Não existe museu acabado, universidade acabada, conhecimento acabado e teoria pronta.¹⁸⁰ É provável que essa chave hermenêutica tenha possibilitado a leitura também para dentro, isto é, da prática dos museus. Isso porque o guia não fala apenas da sociedade; ele sugere ferramentas, a partir da sociedade, a fim de que os museus fossem analisados para serem 'integrados' e 'participativos', conforme se vê abaixo:

“Essa preparação individual permitirá a abordagem adequada do principal tema da reunião, ou seja, os museus em si, suas perspectivas para o futuro, sua integração ativa na vida da comunidade. Nesse sentido, seria útil dispor de informações sobre os seguintes aspectos:

OS MUSEUS: 'Estudo da situação': Lista dos museus, especialização, localização geográfica, recursos humanos (pessoal, competência profissional, regulação, salário), recursos financeiros e técnicos (prédios novos ou antigos, oficinas, orçamentos); 'História': Quem criou os museus? Evolução de uma política nacional relativa a museus. Evolução das coleções.

Trabalhos científicos: Quem realizou a pesquisa? Documentação relativa às coleções. Publicações. 'O Público': Estatísticas. Resultados das análises sociológicas. Observações pessoais. Entrevistas com visitantes. Experiências educacionais. Exposições temporárias e itinerantes. Colaboração com as escolas. O museu como centro da comunidade. 'Avaliação crítica geral': Os museus são necessários na América Latina? Lacunas; análise da expressão museográfica atual e desejável. Necessidades de curto e longo prazo. Proteção e valorização do patrimônio. 'Estudo de certos tipos de museus': De acordo com a situação nacional e sua possível utilização (mesmo que esses museus ainda não existam): 1) museus de ciências exatas e técnicas; 2) museus de ciências naturais; 3) museus de agricultura; 4) museus de história; 5) museus de arte; 6) museus especializados. 'Estudo da possível influência dos museus': fora da cidade (museus itinerantes, trens museus, ônibus museus, exposições itinerantes); nas periferias das cidades (anexos, cooperação com escolas ou centros comunitários, museus de 'bairro').”
(Guia de Preparação Individual: Mesa-Redonda de Santiago de Chile, 2012, p. 109, 110)

Todos esses aspectos são importantíssimos para compreendermos os desdobramentos da Mesa-redonda no campo da Museologia, mas também em vários setores que trabalham diretamente com esses temas. No discurso de inauguração da Mesa-redonda, a representante do diretor geral da Unesco fez uma radiografia da história de outras conferências, a saber, Brooklyn, Atenas, Rio de Janeiro, Tóquio, México, Jos, Délhi e Argélia.

¹⁸⁰ Após quase 40 anos, a Declaração MINOM Rio 2013 capta essa hermenêutica, ao pontuar a dimensão transitória dos museus de favela.

No entanto, o aspecto que chama nossa atenção é justamente a possibilidade de ter a participação ativa de especialistas de áreas diferentes. Assim, Raymonde Frin explica:

“Esta Mesa-redonda é a nona do gênero convocada pela Unesco e a terceira na América Latina depois do Rio e México, mas essa oportunidade possui um caráter novo, já que especialistas que não atuam no campo da museologia foram convidados para expor aos especialistas em museologia aqui reunidos seus pontos de vista sobre os grandes problemas enfrentados no mundo contemporâneo; os problemas da agricultura, da cultura e da ciência, do meio ambiente, da tecnologia e da educação permanente.” (Frin, 2012, p. 113)

Como não será possível citar todo o documento com suas resoluções, elencamos alguns aspectos que são importantes dentro do que já construímos desde o início. Gostaria apenas de recordar esse esforço hermenêutico para interpretar os dramas da sociedade. Por isso, a importância que o documento dá à presença de dois grupos de especialistas, de um lado, da área de museologia, e do outro, conforme explica Varine, “especialistas no desenvolvimento econômico e social, para buscar a solução de um único problema, o da integração dos museus ao desenvolvimento.” (Varine, 2012, p. 114) Portanto, no dia 30 de maio de 1972, a mesa-redonda fez a seguinte recomendação para a Unesco:

“1. A Mesa-redonda considera que uma de suas realizações mais importantes foi a identificação de uma nova abordagem para a ação dos museus, a saber, o museu integrado, destinado a oferecer à comunidade uma visão integral do seu ambiente natural e cultural, e solicita que a Unesco utilize os meios de divulgação à sua disposição para promover essa nova tendência.” (Museus e Educação Permanente. Mesa-Redonda de Santiago de Chile, 2012, p. 139)

A noção de ‘museu integrado’ estará presente na discussão de vários museólogos que trabalhavam por um projeto de museu em diálogo constante com a sociedade. O ‘museu integrado’ tornar-se-á quase uma categoria à parte, que poderá ser aprofundada a partir de diversas realidades. Judite Primo faz o seguinte destaque:

“O Documento define um novo conceito de ação dos museus: O Museu Integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Com este novo conceito de museu, a instituição passa a ser entendida enquanto instrumento de mudança social, enquanto instrumento para o desenvolvimento e enquanto ação. Passando assim a trabalhar com a perspectiva de património global.” (Primo, 1999, p. 10)

Do ponto de vista hermenêutico e das demandas vigentes da sociedade nesse novo milênio, é possível perceber que o papel dado aos museus deveria ser também assumido por escolas, universidades, hospitais, departamentos públicos, empresas, igrejas, associações e outros segmentos. Para isso, precisaríamos de uma sociedade integral e integrada; uma ciência integral e integrativa. Aos poucos, ficará mais evidente que as mudanças sugeridas pela ‘declaração’ fazem parte de uma demanda estrutural. A declaração é parte desse complexo teórico que dialoga com a História Oral, a memória coletiva, o direito à memória, a prática dos ecomuseus. Como Nova Museologia, uma de suas contribuições é tentar levar às

últimas instâncias o discernimento da sociedade vigente. Para atender essa demanda, seria necessário engajamento, embates, crises e rupturas. Novamente, a sustentação da 'tensão criativa de sentido' é fundamental para revelar os fatores estruturais da sociedade. É possível perceber esse fator estrutural e transdisciplinar na fundamentação do documento, ao recomendar a criação do Museu Integrado.

"FUNDAMENTAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO MUSEU INTEGRADO

Os participantes da Mesa-Redonda sobre 'A importância e o desenvolvimento dos Museus no Mundo Contemporâneo' analisaram as abordagens apresentadas pelos senhores animadores em relação aos problemas relacionados a áreas rurais, a áreas urbanas, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à educação permanente. Após essa análise, ficou claro que tanto essas abordagens como outras não analisadas na Reunião são de grande importância para o futuro da sociedade latino-americana.

Os participantes concluíram que a solução desses problemas exige a compreensão da comunidade sobre os aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos envolvidos.

Considerou-se que a conscientização sobre a situação existente, bem como as possíveis alternativas para solucioná-la, constitui um passo fundamental para a execução da integração planejada. É com base nessa consideração que os integrantes da Mesa-redonda concluíram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação comunitária." (Recomendações para Unesco. Mesa-Redonda de Santiago de Chile, 2012, p. 115)

Em seguida, o documento apresenta 'Resoluções' nas diferentes áreas, a saber, Rurais, Urbanas, Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Educação Permanente. Em todas áreas, repete-se uma recomendação, a fim de que os museus sejam usados para aumentar a consciência sobre os problemas enfrentados nas áreas supracitadas. Para compor o referencial teórico que dialoga com o tema das remoções, as recomendações sobre as áreas urbanas são importantes para o contexto das favelas cariocas.

"Recomenda-se que os museus sejam usados para aumentar a consciência sobre os problemas enfrentados em áreas urbanas e, para esse fim, sugere-se:

- a. Que os museus da cidade dispensem especial atenção ao desenvolvimento urbano e seus problemas, tanto em suas exposições como em seus trabalhos de pesquisa;
- b. Que os museus organizem exposições especiais que ilustrem os problemas do desenvolvimento urbano contemporâneo;
- c. Que, com a ajuda dos grandes museus, sejam instalados museus ou exposições nos bairros das cidades ou nas áreas rurais para informar as populações locais das possibilidades e desvantagens da vida nas cidades grandes;
- d. Que seja aceita a proposta do Museu Nacional de Antropologia da Cidade do México de experimentar, por meio da realização de uma exposição temporária relevante para a América Latina, as técnicas museológicas do museu integrado." (Resoluções. Mesa-Redonda de Santiago de Chile, 2012, p. 117)

Está posta a relação diferenciada dos museus com os principais problemas da sociedade na época, a saber, as modalidades do desenvolvimento nos meios rural e urbano. Há também o valor do contexto local, a comunidade. Junto com a transdisciplinaridade, esses são os pontos nevrálgicos do documento de Santiago do Chile. Mas também será o problema,

porque exigirá mexer em toda uma estrutura para enfrentá-lo. Esses pontos estão no coração das questões que envolvem os dois casos de remoção que pesquisamos.

No 'Relatório Final', o engenheiro Enrique Enseñat, coordenador de um dos debates, descreve uma situação mundial que talvez esteja na base dos principais problemas que ocorrem no Rio de Janeiro, isto é, a distribuição desigual de renda. Ainda que não seja possível solucionar o problema através apenas da prática museológica, é bastante revolucionário colocar a questão na pauta dos museus. Destacamos que o problema é exposto com fundamentação teórica, pois esta é feita por um especialista que se debruça sobre os antagonismos e contradições trazidos pelo desenvolvimento tecnológico. Enrique Enseñat descreve a situação no Relatório:

"A era colonial nos mostrou de forma dramática que os avanços tecnológicos ocorreram por meio de uma estrutura de trabalho escravo. Na ocasião, a tecnologia reforçou essa estrutura e estabeleceu um sistema que permitiu a exploração vergonhosa do homem pelo homem. [...]"

Foi precisamente uma situação dessa natureza que levou o II Congresso Mundial de Alimentos a declarar que a injustiça social é o problema mais grave e fundamental em muitos países em desenvolvimento, indicando, assim, uma distribuição desigual da riqueza, ou seja, que uma grande parcela da receita nacional é dividida entre poucos. Isso decorre da relação entre trabalho e capital, latifundiários e inquilinos, empresários e trabalhadores do campo." (Enseñat, 2012, p. 122).

A descrição feita por Enseñat toca na dimensão estrutural da formação das sociedades em todo mundo. Esse dilema não se restringe ao problema do campo. Num mesmo bairro no Rio de Janeiro, a diferença social entre os moradores das favelas e os do 'asfalto' é enorme. Famílias paupérrimas e famílias ricas cruzam os olhares pelas janelas, um novo luxuoso apartamento e outro na favela. O relatório finaliza perguntando qual seria o papel dos museus diante dessa realidade. Entretanto, do ponto de vista transdisciplinar, a pergunta pode ser feita para todas as instituições da sociedade. Assim, Enseñat descreve como os participantes compreenderam que esse drama deveria estar como tema central na pauta dos museus. Embora a conclusão se dirija para o contexto rural, a questão levantada por Enseñat se aplica ao contexto urbano do Rio de Janeiro.

"Para desempenhar sua função de forma adequada no meio rural contemporâneo, o museu também deve afirmar-se como um fator de mudança social, que, enquanto trabalha para garantir a dignidade do morador rural, contribui para o processo de conscientização social, em cujo contexto as mudanças estão fadadas a ocorrer nas estruturas obsoletas que impedem a evolução real do homem que cultiva a terra." (Enseñat, 2012, p. 123)

Fizemos questão de mostrar como o desenvolvimento se torna tema aglutinador para Hugues de Varine. Nesse momento, pontuamos que vários temas trabalhados pela Mesa-redonda de Santiago tocam no cerne do problema do desenvolvimento. Esse detalhe é importante para a composição do nosso referencial teórico, pois temos dois movimentos

importantes. De um lado, o desenvolvimento impulsiona a discutir o paradigma global de formação das sociedades em todo mundo; e, do outro, como veremos, a Declaração MINOM Rio 2013 enfrenta problemas relacionados às consequências desse modelo de desenvolvimento experimentado na vivência das comunidades locais. Para dialogar com nosso objeto, essa relação entre global e local é fundamental para, a partir de uma leitura de paradigma, pontuar mudanças nas relações comunitárias, mas também nas políticas nacionais e internacionais sobre desenvolvimento.

Na pesquisa apresentada pelo arquiteto Jorge Hardoy, descreve-se o desenvolvimento urbano. Hardoy realiza um trabalho minucioso sobre o processo de formação dos grandes centros urbanos na América Latina, bem como os efeitos maléficos para as populações das periferias. A pesquisa cita as diferentes políticas de desenvolvimento, mostrando os lugares onde se obtiveram êxitos e aqueles onde o processo de urbanização gerou problemas de diferentes naturezas: crescimento demográfico, políticas diminutas de desenvolvimento urbano, ausência de investimento para gerar emprego e moradia, e os reflexos negativos na alteração das paisagens naturais. Portanto, os participantes elaboraram um conjunto de ações que os museus poderiam realizar para se situarem dentro das demandas específicas dos centros urbanos. O relatório ainda descreve a proposta do argentino Mário Teruggi como inovadora, pois ela foi gestada no diálogo com grupos multidisciplinares para a organização de exposições, que incluíam sociólogos, antropólogos e educadores. Assim versa o Relatório:

“Finalmente, o participante argentino, Dr. Mario Teruggi, sugeriu a criação de um novo tipo de museu, no qual o homem seria mostrado juntamente com seu ambiente. Cada exposição, independente do tema que abordasse e do museu no qual fosse realizada, deveria vincular o objeto ao ambiente, ao homem, à história, à sociologia e à antropologia. [...]

A ideia foi recebida com entusiasmo e foi designado um grupo, composto por seu proponente, o Dr. Mario Teruggi, e pelo Sr. Mario Vázquez e a Sr^a. Dussan, para definir o plano e lançar as bases para o 'museu social', como foi inicialmente chamado.” (Debate sobre Museu e Ambiente Urbano. Mesa-Redonda de Santiago de Chile, 2012, p. 130)

O documento faz ainda uma análise bem extensa dos problemas centrais dos modelos educativos estabelecidos na América Latina ao longo dos anos. Coordenado pelo Dr. César Picón Espinoza, cita pontos importantes para o debate, a saber, Educação na América Latina e Realidades Nacionais; Lacuna entre o Sistema Educacional e a Vida Real; Inflexibilidade dos Sistemas Educacionais; A Democratização da Educação na América Latina; o Conceito Acadêmico Intellectualista e Baseado na Sala de Aula da Educação; Lacuna entre o Desenvolvimento de Técnicas Educacionais e sua Incorporação ao Sistema; Cursos Profissionalizantes; o Mito de uma Educação Exclusivamente Orientada por Ministros da Educação. Todos esses temas servirão para o relatório propor a “Educação Permanente” e a

“Integração dos Museus à Comunidade”. Após essas intensas constatações, o documento dá algumas recomendações para a Unesco. Uma delas toca na definição sobre o que é museu.

“1. A mesa-redonda considera que uma de suas realizações mais importantes foi a identificação e definição de uma nova abordagem para a ação dos museus, a saber, o museu integrado, destinado a oferecer à comunidade uma visão integral do seu ambiente natural e cultural, e solicita que a Unesco utilize os meios de divulgação à sua disposição para promover essa nova tendência.” (Recomendações para a Unesco. Mesa-Redonda de Santiago de Chile, 2012, p. 139)

No que se refere à nossa pesquisa e ao contexto das favelas cariocas, o texto que aborda os “Princípios Norteadores do Museu Integrado” aponta os elementos fundamentais para o diálogo fecundo dos museus com a sociedade. Porém, como temos defendido, por assumir uma questão central da sociedade, o documento está para além da museologia. Por um lado, ele interpreta, de forma muito aguçada, a realidade da época. Mais do que análise do conteúdo, porque a sociedade da década de 70 é uma e hoje é outra, importa-nos destacar a hermenêutica da Mesa-Redonda de Santiago do Chile. Um dos elementos dessa hermenêutica é a multidisciplinaridade e a ratificação de que a realidade fragmentada pelo referencial teórico da modernidade é uma unidade complexa. Portanto, citamos parte considerável destes ‘princípios norteador do Museu Integrado’, a fim de que percebamos essas nuances:

“O desenvolvimento da ciência revela que a realidade é uma só e deve ser percebida como tal. Além disso, o desenvolvimento científico contemporâneo baseia-se no trabalho multidisciplinar e as visões compartimentadas estão desaparecendo até mesmo nos livros didáticos. A variedade e a diversidade dos problemas enfrentados pelo homem moderno finalmente irão forçá-lo a enxergar o mundo como sendo um todo integrado. Tudo isso implica que a tendência deve ser no sentido de estabelecer museus integrados cujos temas, coleções e exposições sejam interligados entre si e ao ambiente natural e social da humanidade.

A função básica dos museus é mostrar aos visitantes o seu lugar no mundo, bem como conscientizá-lo dos seus problemas enquanto indivíduos e membros de sociedade. Para atingir este objetivo, os museus devem apresentar esses problemas e indicar as perspectivas que conferem um sentido construtivo à existência humana. [...]

Por suas características específicas, o novo tipo de museu parece ser o mais adequado para funcionar como um museu regional ou um museu para pequenos e médios grupos populacionais.” (Princípios Norteadores do Museu Integrado. Mesa-Redonda de Santiago de Chile, 2012, p. 140-141)

Quando utilizamos o documento da mesa-redonda de Santiago e, no lugar da palavra museu, colocamos escola, universidade, hospital, Organizações do Terceiro Setor, associações e outras instituições que trabalham diretamente no serviço à sociedade, fica mais fácil perceber que esse documento deveria estar ao lado dos documentos de outras áreas do saber que também discerniram as necessidades urgentes de revisar o paradigma vigente de sociedade. Para as sociedades que, historicamente, foram violentadas pela colonização, por ditaduras, por governos absolutistas e com a exploração externa de suas riquezas naturais, a

necessidade é maior. Numa leitura estrutural, tanto o problema quanto a solução precisam ser universalizados. O documento da Mesa-Redonda de Santiago do Chile está para além da Museologia.

Passadas várias décadas da realização da Mesa-redonda, Hugues de Varine fez uma avaliação pessimista sobre os resultados: “Nos grandes museus da América Latina, não houve grandes mudanças.” (Varine, 2012, p. 142) A crítica de Hugues de Varine se refere ao ‘modus operandi’, pois, segundo Varine, os “acervos nacionais e suas instituições imitam, em maior ou menor grau, os estilos museológicos em vigor no mundo industrializado, os imperativos turísticos, os gostos das oligarquias do poder e do dinheiro continuam sendo a norma.” (Varine, 2012b, p. 142) De certa forma, o que é compreensível, os integrantes da Mesa-redonda à época tocaram nos sustentáculos que provavelmente separam a modernidade da pós-modernidade. Aventura por demais perigosa que realça de vez a ‘tensão criativa de sentido’ que falamos de diferentes formas na pesquisa. Nesse quesito, a ousadia do documento se encontra com o anseio de todo cidadão que se coloca como agente de libertação, a fim de que moradores de comunidades cariocas tornem-se conscientes do seu lugar na favela, na cidade do Rio de Janeiro e no mundo. Aventura igualmente delicada e perigosa, muito além do campo da Museologia, esse é um problema estrutural. Hugues de Varine também cita, como já mostramos, o reflexo da Mesa de Santiago na prática dos ecomuseus de ‘desenvolvimento’. Ele cita, como herdeiros de Santiago, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) e também as declarações de Quebec, Lisboa e de Oaxaca. Assim, pontua Varine nessa publicação comemorativa dos 40 anos da Mesa-Redonda:

“A noção de museu como **ferramenta de desenvolvimento**, desconhecida antes de 1972, agora é amplamente formulada e admitida. O mesmo ocorre com a noção de **função de social** do museu. E também com a de **responsabilidade ‘política’** do museólogo.

Enfim, a doutrina de Santiago, renovada pela declaração de Caracas, se desdobra na utilização do patrimônio natural e cultural, mesmo fora do âmbito do museu. A ideia do território como museu está avançando, seja em Seixal (Portugal), em Santa Cruz (Rio, Brasil) ou em Molinos (Aragão, Espanha).

No momento em que estamos falando não somente de teologia da libertação, mas de filosofia da libertação, o museu está pronto para desempenhar seu papel libertador das forças criativas da sociedade, para a qual o patrimônio deixou de ser apenas um objeto de deleite, mas se tornou acima de tudo um recurso maior do desenvolvimento.” (Varine, 2012b, p. 144)

5.3 A Declaração de Quebec, 1984:¹⁸¹ autenticação da hermenêutica da Mesa-Redonda de Santiago do Chile e da Nova Museologia

¹⁸¹ Usaremos nesse tópico, a tradução para o português da Declaração de Quebec, realizada por Mário Moutinho, exposta no site do MINOM.

Mesmo com tantos documentos que foram redigidos nas décadas de 60 e 70, os participantes do encontro, que construíram a Declaração de Quebec, fizeram questão de evidenciar que ela estava na linhagem da Mesa-redonda de Santiago do Chile. A introdução do documento já diz muita coisa daquilo que mostramos anteriormente. “Um movimento de nova museologia tem a sua primeira expressão pública e internacional em 1972 na ‘Mesa-Redonda de Santiago do Chile’ organizada pelo ICOM. Este movimento afirma a função social do museu e o carácter global das suas intervenções.” (Declaração de Quebec, 1984) Enquanto a Mesa-redonda de Santiago teve uma função aglutinadora de abertura da Museologia para outras áreas do conhecimento, fundamentação de uma hermenêutica de interpretação da sociedade e, portanto, o papel do museu junto à comunidade, após 20 anos, a Declaração de Quebec veio autenticar a existência de uma Nova Museologia. Nesse campo, muitas discussões foram realizadas para analisar que relação essa Nova Museologia tinha com a antiga ou tradicional. Porém, a Declaração de Quebec serviu para marcar um terreno. Judite Primo situa o documento:

“O Documento de Oaxtepec é redigido em 1984, no mesmo ano da Declaração de Quebec e reafirma muitas das questões apontadas e recomendadas na Mesa-Redonda de Santiago do Chile e em Quebec.

Os Documentos produzidos em Quebec e em Oaxtepec trouxeram para o contexto museológico algumas discussões conceituais, pois, no afã de legitimar o Movimento da Nova Museologia, se criou um antagonismo entre a **Museologia Tradicional** e a **Nova Museologia**, passando a falar-se da existência de duas museologias que se revela serem antagónicas.” (Primo, 1999, p. 22)

A legitimação da Declaração de Quebec se dá na reafirmação sistematizada de valores que tinham sido erigidos em Santiago do Chile e em documentos anteriores, mas que não foram totalmente inseridos na prática museal. Alguns ficaram mesmo esquecidos da prática por uma série de fatores. Como discutimos sobre o tempo que o documento da Mesa-redonda de Santiago do Chile ficou no ostracismo, compreende-se a radicalidade de sua hermenêutica para além da museologia. Talvez, por esse motivo a Declaração de Quebec, ao considerar a situação da época, reafirme conclusões já definidas anteriormente:

“1. Consideração de ordem universal

A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objectivos, para melhor inserir sua acção naquelas ligadas ao meio humano e físico.

Para atingir este objectivo e integrar as populações na sua acção, a museologia utiliza-se cada vez mais da interdisciplinaridade, de métodos contemporâneos de comunicação comuns ao conjunto da acção cultural e igualmente dos meios de gestão moderna que integram os seus usuários.” (Declaração de Quebec, 1984)

Fica evidente a intenção de afirmar um lugar no mundo contemporâneo que a Museologia deve ocupar. Como mostramos anteriormente, uma das novidades da Mesa-

redonda foi justamente a inserção de profissionais de áreas diferentes que pudessem apresentar dimensões da sociedade, a partir da leitura de especialistas. Embora não se tenha resolvido o problema em um encontro, lançava-se uma hermenêutica que pode estar presente na formação acadêmica, na prática cotidiana, nos debates, na construção do objeto e na análise crítica da sociedade. Reafirmar essa hermenêutica é uma das virtudes da Declaração de Quebec. A interpretação hermenêutica é muito importante para a análise do nosso objetivo nessa pesquisa. A hermenêutica, muito mais do que fornecer os conteúdos para interpretar a realidade, oferece uma maneira de enxergá-la a partir dos conteúdos apreendidos e daqueles que a realidade imbrica, isto é, a 'tensão criativa de sentido' presente na transição entre o passado e o presente, o antigo e o novo, o desenvolvimento e o retrocesso, a síntese e o complexo, o asfalto e a favela, a continuidade e a descontinuidade, as linhas e as entrelinhas. No momento em que a Declaração de Quebec cita as novas vertentes de Museologia, ela já está oferecendo uma hermenêutica muito particular de leitura e interpretação da realidade, por isso, a autenticação das vertentes que nascem desses princípios:

“Ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia actual, a nova museologia - ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia activa - interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, reflectindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo. Este novo movimento põe-se decididamente ao serviço da imaginação criativa, do realismo construtivo e dos princípios humanitários defendidos pela comunidade internacional. Toma-se de certa forma um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca.” (Declaração de Quebec, 1984)

Esse é um dos motivos por que a reflexão sobre a Nova Museologia, a partir desses documentos, é importante para compor o referencial teórico transdisciplinar que estamos montando. Embora o conteúdo seja relevante, o mais importante é essa crise, a tensão dialética presente nos dois modelos de fazer Museologia. A possível relação de continuidade e descontinuidade é fundamental para os nossos objetivos. Os temas abordados na Declaração de Quebec tornam-se relevantes na medida em que conseguem realçar essa tensão entre o antigo e o novo, morte e vida, tanto no conhecimento acadêmico como nas instâncias da sociedade. Por esse motivo, comentando sobre a importância da Declaração de Quebec, Judite Primo explica:

“Para se marcar a diferença supostamente existente entre as 'duas museologias', criam-se quadros comparativos, com os quais se pretendiam mostrar que a Museologia Tradicional era aquela que se exercia dentro de um Edifício, com uma colecção, para um público determinado exercendo uma função educadora (educação formal); enquanto a Nova Museologia era exercida dentro de um território, trabalhando o património cultural com uma comunidade participativa.” (Primo, 1999, p. 23)

A tensão criativa é fundamental para que haja o movimento de desajustes e, assim, a possibilidade de reformular conceitos e descobrir novos caminhos. É muito provável que a tensão entre a Museologia Tradicional e a Nova Museologia forneça elementos que podem compor o quadro de uma ciência transdisciplinar indispensável para dialogar com os problemas centrais de nosso tempo. Por isso, interpretamos a dimensão multidisciplinar da Mesa-redonda de Santiago do Chile como antecipação de uma forma de discernir a sociedade, interferir na realidade social e fazer ciência. Se, como destacou Judite Primo, na área da Museologia, foi possível conviver com duas Museologias, não é o que acontece em outras áreas do saber. A 'tensão criativa de sentido' é logo rechaçada para fora e, assim, as áreas não recebem confrontos e desafios. O recrudescimento, o dogmatismo e o apego ao poder provocaram cisões e, há casos em que a nova área do conhecimento precisou construir seu referencial teórico e epistemológico quase que em oposição ao modelo vigente, como aconteceu com a História Oral. Talvez, na Museologia, possa se manter a tensão. Segundo Primo: "Não se pode falar na existência de duas museologias, pois o que na verdade ocorre são duas formas diferentes de se actuar na 'ciência' museológica". (Primo,1999, p.24). Embora não queiramos abrir esse debate aqui, pois seria necessário consultar outros pesquisadores da Museologia, gostaríamos apenas de citar que, nessa 'tensão criativa' que acenamos, é imprescindível reconhecer o valor do antigo para que seja possível pontuar os elementos imprescindíveis do novo que são exigidos pelos contextos social, cultural e econômico da época. A Declaração de Quebec parece também considerar esse aspecto:

"Neste sentido, este movimento, que deseja manifestar-se de uma forma global, tem preocupações de ordem científica, cultural, social e económica. Este movimento utiliza, entre outros, todos os recursos da museologia (colecta, conservação, investigação científica, restituição o difusão, criação), que transforma em instrumentos adaptados a cada meio e projectos específicos." (Declaração de Quebec, 1984)

Manter o antigo ao lado do novo, significa também o reconhecimento de que o novo só pode construir seu referencial em diálogo com as contribuições do antigo. Esse aspecto é de vital importância, pois, o recrudescimento de algumas áreas científicas também não aceita que o passado seja patrimônio dos novos movimentos e, assim, acontecem as rupturas. Para a construção desse referencial transdisciplinar, é imprescindível que se mantenha a tensão dialética, a fim de que seja possível visualizar a relação de continuidade e descontinuidade dentro de uma mesma área. Com isso, é possível buscar esse mesmo movimento em outros campos e construir assim uma ciência transdisciplinar mais ampla, com a contribuição de todos os segmentos. Sob essa ótica, a Declaração de Quebec tem uma virtude própria, conforme destacou Primo:

“O Texto da Declaração de Quebec não traz em si novidades conceituais, mas a sua importância deve-se ao facto de ter reconhecido a existência do Movimento da Nova Museologia, tendo assim legitimado uma prática museológica mais activa, socializadora, dialógica e internacionalmente autónoma.” (Primo, 1999, p. 24.)

Devemos considerar ainda que a Declaração de Quebec (1984) foi base para a criação do Movimento Internacional para a Nova Museologia – MINOM (1985), que é afiliada ao Conselho Internacional de Museus (ICOM). Nesse aspecto, a Declaração de Quebec tem um valor muito significativo, pois autentica a existência de outra forma de compreender a Museologia e seu papel junto à sociedade. Como estamos defendendo, por se situar no limite da tensão dialética, ela fornece elementos para a construção de uma abordagem intrinsecamente transdisciplinar. Sobre a origem do Movimento Internacional para a Nova Museologia, vale citar sua autocompreensão e o lugar da Declaração de Quebec:

“MINOM foi fundado em 1985, em Lisboa, Portugal, durante o 2º Seminário Internacional da Nova Museologia. Esta fundação oficial foi o resultado do I Atelier Internacional de Ecomuseus/Nova Museologia, Quebec (Canadá), em 1984, quando museólogos de 15 países adotaram a Declaração de Quebec como um ponto de referência para o movimento. Suas origens ideológicas são encontradas na Declaração de Santiago, adotada em 1972, no Chile.” (MINOM-ICOM)

Essa ligação histórica requerida pelo Movimento Internacional para a Nova Museologia é importante dentro dessa tensão criativa. Estar situado dentro de uma caminhada unida ao passado revela opções metodológicas, teóricas e práticas. Essa ligação também mostra a confirmação da hermenêutica de continuidade com a Mesa-redonda de Santiago do Chile que, supostamente, não teve força em outros segmentos importantes da Museologia. Todos esses aspectos são relevantes nesse olhar para a crise dos modelos de instituições e sua relação com a sociedade. Na definição da filosofia e das expectativas do MINOM, é possível, claramente, perceber essa continuidade histórica e a ligação direta com as propostas da declaração de Quebec:

“Filosofia

Ajudar uns aos outros, aprender com as estratégias de utilização do património e dos museus como uma ferramenta para combater a injustiça, promover o desenvolvimento das comunidades e o diálogo de cada um. Para nós, esses aspectos não são apenas palavras, mas são parte de um projeto de sociedade com mais solidariedade. Isso não é um debate sobre organizações ou objetos, mas sobre as pessoas.

O que podemos esperar do movimento?

Essencialmente, o compartilhamento de experiências e técnicas humanas que muitas vezes são poucas por causa das condições financeiras indefinidas e do isolamento que são comuns a muitas expressões da nova museologia: ecomuseus, museus de vizinhança, museus locais, populares e museus comunitários. Incentivo a iniciativas inovadoras de museu. Encontros regionais e internacionais de membros e não-membros. A contínua troca de ideias sobre os objetivos da museologia e museografia. Comunicação pelos meios mais simples e diretos. Entusiasmo compartilhado por nossos membros.” (MINOM-ICOM)

Ao falar da Sociomuseologia, Mário Moutinho mostrará como a Mesa-redonda de Santiago do Chile e a Declaração de Quebec foram importantes no processo de construção da prática museológica, bem como para a reformulação da ciência museológica. A percepção de Mário Moutinho, ao definir o 'status' da Sociomuseologia, representa muito bem o esforço que buscamos fazer em todo esse capítulo, a saber, aproximar áreas diferentes do conhecimento, evidenciando a tensão criativa e o questionamento do paradigma vigente de desenvolvimento presente na organização da sociedade e do conhecimento acadêmico. Sobre isso, pontua Moutinho:

“O que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza de suas premissas e dos seus objetivos, como se dá em outras áreas do conhecimento, mas o foco interdisciplinar, que a compõe e com o qual recorre a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a própria Museologia.” (Moutinho, 2007, p. 40)

Moutinho capta a tese que buscamos construir nessa primeira parte da pesquisa. A Sociomuseologia busca, na história da Museologia, fundamentação para a construção de sua epistemologia. Sustenta a tensão criativa de sentido porque mostra a raiz – continuidade – ao mesmo tempo em que revela a diferença – descontinuidade. Através da definição de Moutinho, é possível perceber que a Sociomuseologia já compreendeu os principais desafios das ciências e também da sociedade. Da mesma forma que tem suas raízes numa área específica, a Museologia, a Sociomuseologia percebe que está para além dela, precisa buscar em outras áreas que já têm 'know-how', 'savoir-faire'. Neste sentido, a percepção de Judite Primo, a de que a Declaração de Quebec não traz novidades conceituais, mas o reconhecimento da Nova Museologia, pode também explicar a ligação direta que Mário Moutinho faz entre Sociomuseologia e os documentos de Museologia e de outras áreas do saber, portanto, foco transdisciplinar. Talvez por esse motivo, na definição evolutiva de Sociomuseologia, Mário Moutinho faz questão de citar esses documentos históricos:

“Há muito tempo, as principais preocupações da Sociomuseologia podem ser encontradas em inúmeros documentos elaborados dentro e fora do campo da Museologia. A título de exemplo, podemos citar a Declaração de Santiago do Chile, datada de 1972, a Declaração de Quebec (MINOM), de 1984, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO), de 2005, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (UNESCO) de 2003, a Convenção do Patrimônio Mundial, Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, a UNESCO – Paris, 1972. Em todos estes documentos, podemos encontrar uma linha de continuidade que indica claramente a ampliação das funções tradicionais da museologia e do papel que deverão assumir na sociedade contemporânea.” (Moutinho, 2007, p. 40)

Portanto, a Declaração de Quebec está inserida num complexo teórico que revela, por um lado, o esgotamento de um paradigma de sociedade que atinge todos os segmentos acadêmicos, áreas científicas e modelos de organização social. Por outro, ela também revela

que, nessa crise, existe uma tensão dentro da qual se constrói princípios e valores comuns e de diferentes áreas. Embora o conteúdo seja de extrema importância, para nossa pesquisa, fundamental é o quanto a Declaração de Quebec, ao ser a autenticação da Nova Museologia, alarga a hermenêutica de interpretação da sociedade herdada da Mesa-redonda de Santiago do Chile. Com isso, 20 anos depois da mesa, aproxima-se das organizações, dos campos de conhecimento das universidades e do ser humano, permitindo reinterpretar a sociedade. Nesse complexo teórico, de um lado, está a Sociomuseologia, enquanto reflexão que assume a transdisciplinaridade para a construção da epistemologia, e por outro, a Declaração de Quebec, que no título – Princípios de uma Nova Museologia – autentica as novas experiências museais espalhadas pelo mundo. Podemos perceber esse fato no tópico 'Tomada de Posição' da Declaração de Quebec:

"2. Tomada de posição

Verificando que mais de quinze anos de experiências de nova museologia - ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa - pelo mundo foram um factor de desenvolvimento crítico das comunidades que adoptaram este modo de gestão do seu futuro;

Verificando a necessidade sentida unanimemente pelos participantes nas diferentes mesas de reflexão e pelos intervenientes consultados, de acentuar os meios de reconhecimento deste movimento;

Verificando a vontade de criar as bases organizativas de uma reflexão comum e das experiências vividas em vários continentes;

Verificando o interesse em se dotar de um quadro de referência destinado a favorecer o funcionamento destas novas museologias e de articular em consequência os princípios e meios de acção;

Considerando que a teoria dos Ecomuseus ou dos museus comunitários (museus de vizinhança, museus locais...) nasceu das experiências desenvolvidas em diversos meios durante mais de 15 anos." (Declaração de Quebec, 1984)

Todas essas verificações mostram o quanto os participantes desse encontro tinham consciência do lugar que essas experiências ocupavam no mundo. Pela descrição acima, também é possível perceber porque o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) surge na esteira da confecção desse documento. Ainda que as experiências de Ecomuseologia, Museologia Comunitária e outras formas de Museologia de Ação tenham nuances diferentes, detalhamento que exigiria aprofundamentos, basta percebermos que elas representam outra forma de se colocar na vida e pensar as instituições que estão na mesma vertente. Por isso, a resolução adotada também precisa ser vista dentro dessa lógica. Como reconhecimento da existência dessas outras experiências de Museologia, a Declaração de Quebec cumpriu um papel que, pelo prisma hermenêutico, dialoga com o campo da museologia, mas também se insere ao lado de importantes documentos produzidos nas décadas de 80 e 90, principalmente no que se refere à sustentabilidade e ao enfrentamento da crise ecológica no planeta, como foi evidenciado na Carta da Terra, Agenda 21, Declaração

do Rio, a Declaração de Princípios sobre Uso das Florestas, o Convênio sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas e vários outros.

“É adoptado o que se segue:
que a comunidade museal internacional seja convidada a reconhecer este movimento, a adoptar e a aceitar todas as formas de museologia activa na tipologia dos museus;
que tudo seja feito para que os poderes públicos reconheçam e ajudem a desenvolver as iniciativas locais que colocam em aplicação estes princípios;
que neste espírito, e no intuito de permitir o desenvolvimento e eficácia destas museologias, sejam criadas em estreita colaboração as seguintes estruturas permanentes:
um comité internacional 'Ecomuseus/Museus comunitários' no quadro do ICOM (Conselho Internacional de Museus);
uma federação internacional da nova museologia que poderá ser associada ao ICOM e ao ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), cuja sede provisória será no Canadá;
que seja formado um grupo de trabalho provisório cujas primeiras acções seriam: a organização das estruturas propostas, a formulação de objectivos, a aplicação de um plano trienal de encontros e de colaboração internacional.
Quebec, 12 de Outubro de 1984.
Adoptado pelo I Atelier Internacional Ecomuseus/Nova Museologia” (Declaração de Quebec, 1984)

5.4 Declaração MINOM Rio 2013: celebração criativa da prática local. Para além dela mesma

Os dias 08 a 10 de agosto de 2013 não seriam os mesmos para a história de diversos atores sociais do Brasil e de outros países. Os participantes da XV Conferência Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) se reuniram, no contexto da 23ª Conferência do Conselho Internacional de Museus (ICOM), ocorrida na Cidade das Artes, Rio de Janeiro.¹⁸² A conferência do MINOM aconteceu no Museu da República, Museu da Maré e Museu de Favelas (MUF), Rio de Janeiro. Essa conferência teve um caráter especial. Embora a teoria estivesse presente, priorizou-se ouvir experiências práticas dentro da proposta da Sociomuseologia. Por esse motivo, ela completará esse complexo teórico que buscamos construir. O material distribuído previamente para realizar a inscrição já acena para o objetivo da conferência:

"XV Conferência Internacional do Minom aborda o papel de museus na mudança social.

Durante três dias, o Minom estará dedicado à teoria e à prática da museologia social, da sociomuseologia. O primeiro dia do encontro será voltado para a apresentação de experiências de sociomuseologia no Brasil e no Mundo, um

¹⁸² “O documento, que contém contribuições coletadas a partir das intervenções dos participantes da XV Conferência Internacional do MINOM, foi aprovado por aclamação na Assembleia Geral do MINOM realizada no dia 10 de agosto de 2013, no Museu da República, e foi sistematizado por representantes do Ecomuseu Nega Vilma, do Museu da Maré, do Museu de Etnografia de Neuchâtel, do Museu de Favela, do Museu Sankofa da Rocinha, do Museu Vivo de São Bento, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Rondônia e Universidade de Brasília.” (Declaração MINOM Rio 2013)

espaço de intercâmbios e articulações com as teorias e reflexões inovadoras no campo da museologia social. O GT1, voltado para os debates de caráter reflexivo, estará concentrado no tema proposto pelo ICOM e no intercâmbio com produções teóricas e suas articulações com as práticas e processos museais inovadores; o GT2 abrirá espaço para outras questões de interesse dos participantes do encontro. Teoria e prática, no âmbito do Minom, não estão dissociados. O Minom é práxis e é isso o que vamos vivenciar em sua XV Conferência Internacional, realizada no Brasil, na cidade Rio de Janeiro, com possibilidades de articulação com outras cidades." (Inscrição-MINOM, 2013.)

Dentre os vários aspectos que mostramos ao longo do trabalho sobre a Nova Museologia, pelo texto é possível perceber a sustentação da 'tensão criativa de sentido' no diálogo direto com o ICOM.¹⁸³ Ao mesmo tempo, pontuam-se os elementos da Sociomuseologia que são diferentes.

Durante a conferência, tudo girava em torno das experiências práticas de Sociomuseologia narradas todos os dias. Como anfitriões do Rio de Janeiro, os representantes do Museu Maré¹⁸⁴, Museu de Favela (MUF)¹⁸⁵ e Ecomuseu Nega Vilma (Santa Marta)¹⁸⁶ compartilharam experiências sobre características peculiares do trabalho inserido numa comunidade. Antes de dividir os grupos de debates e de sistematização do documento, Mário Moutinho compartilhou elementos que foram apresentados nas experiências dos ecomuseus, museus comunitários, museus tradicionais com práticas dos princípios da Sociomuseologia, acadêmicos que atuavam em pequenos museus de bairros, ecomuseus internacionais e outros. Assim, Mário Moutinho sintetizou, em forma de diálogo, alguns pontos que deveriam servir de ponto de partida para o GT da redação e sistematização da declaração:

"Se o documento não tiver aquilo que verdadeiramente foi dito aqui, vai ser outra história. O que foi dito aqui, de alguma uma maneira, foi ouvido, entendido e discutido. Isso tem que ser a essência do documento. Então, eu ouvi aqui sobre os limites do diálogo; aspecto da participação do cidadão: participo, falo, escuto; foi dito aqui. Tem ainda a atitude de quem está fora e se aproxima do museu; ontem foi falado e eu disse por minha permissão sobre a questão do conhecimento e do lugar são muito importantes; existe uma frase na Declaração de Santiago, que é preciso mudar a mentalidade dos conservadores. Acho que é preciso mudar outras mentalidades, não só dos conservadores, mas de quem se aproxima destes museus e que devem vir com uma outra mentalidade, não aquela que tinham antigamente que se reproduz de forma autoritária e etnograficamente sobre seu objeto de estudo." (Moutinho, 2013)

Por esta palavra de Mário Moutinho, é possível perceber o valor que foi dado às experiências práticas para a construção da Declaração MINOM Rio 2013 e, ao mesmo tempo,

¹⁸³ No dia 15 de agosto de 2014, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) e o Comitê de Coleções (COMCOL) se reúnem no Museu da Maré para dialogar sobre o lugar dos museus de território no cenário da Museologia. Discutiram ainda o lugar que as coleções e os acervos ocupam na comunidade.

¹⁸⁴ Representante Cláudia Rose.

¹⁸⁵ Capoeirista Sidney Tartaruga.

¹⁸⁶ Consultor em Sustentabilidade e Pesquisador Dell Delambre.

elementos que demarcam muito bem a 'tensão criativa de sentido'. Como tivemos o privilégio de participar do Grupo de Trabalho que sistematizou o documento, pontuamos o tempo todo que a ênfase estava em apreender a hermenêutica que esses museus comunitários e ecomuseus ofereciam como leitura e interpretação da realidade. Por esse motivo, a 'Declaração' ganhou um destaque especial nesse complexo teórico transdisciplinar que formamos nessa pesquisa. A princípio, iríamos relatar alguns testemunhos e compará-los com a declaração. No entanto, ao buscar em nosso arquivo pessoal a fala do professor Mário Moutinho, percebemos que era suficiente para representar as diversas narrativas compartilhadas nesses três dias de encontro. Os pontos destacados por Mário Moutinho revelam a preocupação de que houvesse fidelidade aos relatos oriundos da prática. Outro aspecto é a ligação histórica com as declarações de Santiago do Chile e de Quebec. Nesse sentido, a Declaração MINOM Rio 2013 capta esse espírito do momento e, ao mesmo tempo, reafirma suas raízes históricas:

“XV Conferência Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), realizada no Rio de Janeiro, Museu da República, Museu da Maré e Museu de Favela.

Em defesa de uma Museologia com intenção de mudança social, política e econômica, a partir da mobilização social, por intermédio de um processo de conscientização vinculado à memória e que reconhece as tensões e os vários tipos de violências sofridas pelos seres e agentes portadores de memória, consideramos a importância de:

- A) Reafirmar os princípios anunciados nas declarações de Santiago do Chile, 1972, e Quebec, 1984;
- B) Quebrar hierarquias de poder, a fim de que surjam novos protagonistas de suas próprias memórias.
- C) Compreender os museus comunitários como processos políticos, poéticos e pedagógicos, em permanente construção e vinculados a visões de mundo bastante específicas;
- D) Dar relevo à atuação dos museus sociais, dos museus comunitários, dos ecomuseus, dos museus de favela, dos museus de território, dos museus de percurso e dos espaços museais. Todas essas organizações tiram e põem, fazem e desfazem suas memórias, sentimentos, ideias, sonhos, ansiedades, tensões, medos e vivem sua própria realidade, sem pedir permissão às autoridades estabelecidas;
- E) Reconhecer que todos esses museus e processos museais assumem seus próprios “jeitos” de musealizar e se apropriam e fazem uso dos conhecimentos do modo que lhes convém;
- F) Colocar em destaque a compreensão de que a museologia social consiste num exercício político que pode ser assumido por qualquer museu, independente de sua tipologia.” (Declaração MINOM Rio 2013)

Sobre cada aspecto citado acima, é possível fazer um aprofundamento. No entanto, gostaríamos de destacar, por um lado, a reafirmação da hermenêutica que pontuamos nas Declarações de Santiago do Chile e de Quebec, isto é, leitura crítica da sociedade e transdisciplinaridade; e, por outro, a exposição clara da necessidade de manter a 'tensão criativa de sentido' através da demarcação de posições. Pelo fato de ser elaborada a partir da prática sem desprezar a teoria, a Declaração MINOM 2013 oferece subsídios teóricos que

dialogam com a sociedade contemporânea. É importante percebermos que temos três momentos históricos bem diferentes na transição dos séculos. Nas décadas de 60 e 70, sob os auspícios do 'Maio de 68', temos os movimentos de libertação e o despertar da consciência ecológica. Diferente da Europa, na América Latina o recrudescimento era a marca das ditaduras. Parece que, nas décadas de 80 e 90, os grupos que agiam para uma mudança social sentiam a necessidade de reafirmar alguns valores construídos e buscar novos caminhos. Provavelmente, a Declaração de Quebec esteja no mesmo espírito da Eco/Rio 92, quando documentos importantes foram elaborados.

Nesse início de milênio, vive-se um misto de frustração com teorias que não resultaram mudanças práticas na sociedade. Essa é uma crítica contundente feita ao documento final da Rio+20. (Delambre, 2014). Por que não é possível fazer essa crítica à Declaração MINOM Rio 2013? Porque a construção da Declaração MINOM Rio 2013 priorizou ouvir as experiências práticas do cotidiano, do dia a dia, lá onde está a biodiversidade, o grito pela vida ou a agonia da morte e frustração, mas também a esperança e a resiliência. Na Declaração MINOM Rio 2013, o global é pensado a partir do local e não o contrário. No documento final da Rio+20, o local é pensado a partir do global, ou melhor, a partir dos interesses das grandes corporações, das indústrias que assumem o lucro como um fim em si mesmo, do atravessador que explora as riquezas dos moradores da localidade, levando para fora da comunidade setenta ou oitenta por cento do lucro. Portanto, esse tipo de empreendedorismo agrega todos os efeitos do modelo de desenvolvimento mundial vigente e contradiz as propostas de documentos importantes que foram produzidos na Rio 92, como por exemplo, a 'Agenda 21'. Retomaremos esse aspecto mais à frente porque ele mostra nossa tese de que a Declaração MINOM Rio 2013 não devia ser encarada apenas como documento de Museologia, uma vez que é fruto dessa 'tensão criativa de sentido' que relatamos anteriormente. Mário Moutinho, em sua fala no segundo dia da conferência, destacaria mais elementos que representavam os testemunhos das práticas desses museus e que não podiam ficar fora da declaração. Assim Moutinho narra:

“Depois foi falado sobre a existência de uma nova materialidade do museu. Esses museus não têm a mesma configuração que os outros. Isso tem que ser reconhecido, é assim e não é de outra maneira. É tão mole o museu como o museu da Nega Vilma, que neste momento há um espaço cercado por um conjunto de propostas. Claro, é possível que uma pessoa de fora chegue lá e diga: onde é que está o museu? Eu não preciso dar outra materialidade, essas novas materialidades nestes museus, desses projetos, desses processos têm que ser vistas em consideração e em igualdade de circunstâncias ao que existe no museu de Nova York. É tão importante para os que estão aqui quanto para os que estão lá em Nova York. Digamos que há essa materialidade nova. Que existem diversificados jeitos de 'musealizar' e escutar: de 'musealizar' e 'musealugar'. Práticas: nos considerandos, o conceito de que se trabalha em cima de práticas, de múltiplas violências exercidas sobre essas realidades. Depois as recomendações. Foi falado aqui que existem novos perfis de escutadores e mediadores de visitantes. Ou seja,

há novos perfis que atuam dentro desses museus e com os quais ninguém se preocupa. Afinal de contas, o que se pode pretender para ajudar na formação dessas pessoas? Há aqui uma formação sobre essas profissões se quiser, essas funções dentro dos museus que não estão minimamente analisadas: o que é um escutador? Pode-se falar da História Oral, mas esse escutador deve estar imbuído dentro destes princípios, dessas preocupações, senão ele não será um escutador, será um investigador de História Oral. Depois ouvi que há ritos e ações que são diferentes; e esses ritos têm de ser reconhecidos como válidos. Não é como agências de financiamento, completou o trabalho, está tudo certo. Nesses museus não é assim. As coisas sobem e descem, as pessoas cuidam e outros fazem os casamentos; tudo isso são coisas internas, não são como nas estruturas oficiais da Museologia, onde há uma base que permite pensar (...); nesses projetos, depende muito daquilo em que cada um está envolvido e isso é um dado do problema.” (Moutinho 2013)

A descrição inteira precisa dar conta de tudo que foi apresentado nesses dias sobre as práticas inovadoras desses museus. Em todas as partes da fala existe uma preocupação para que elementos identitários não fiquem de fora. A fala de Mário Moutinho é muito importante porque é fruto de uma percepção, são traços de uma proposta teórica construída pela observação dos testemunhos da prática. A 'Declaração Minom Rio 2013' é a celebração das experiências oriundas da prática de museus comunitários, ecomuseus e museus tradicionais que vivenciam a hermenêutica de Santiago e Quebec à luz das questões da realidade local em diálogo com a sociedade pós-moderna. Cada elemento destacado por Moutinho que estará na Declaração pode ser destrinchado em diversas páginas. São múltiplos universos e diferentes mundos representados nas entrelinhas dessa narrativa. Quando, na próxima parte, perguntarmos sobre o papel do Ecomuseu no problema da urbanização/remoção no morro de Santa Marta, as identidades desses documentos estão presentes como pano de fundo.

A Declaração MINOM Rio 2013 pode apresentar a síntese complexa do esforço que fizemos em todos esses capítulos para construir um referencial teórico que fosse produzido nas entrelinhas, nos interditos e nos intervalos dos tempos, 'Zeitgeist': lugar da 'tensão criativa de sentido'. Essa tensão pode ser vista nos elementos que sobrevivem de forma amorfa nos diversos movimentos que exigem direito à memória que mostramos no início; também na História Oral e na problematização da proposta de Elizabeth Loftus. Na Declaração Minom Rio 2013, teoria e prática não são contraditórias. Na prática cotidiana da maioria dos movimentos dessas museologias, teoria e prática estão juntas ainda que não seja feita essa reflexão como estamos acostumados na academia: moradores, atores sociais, pessoas simples, às vezes, pesquisadores, instituições comunitárias e outras. Cada realidade é uma realidade. Poderíamos denominar essas experiências como a excelência da transdisciplinaridade ou como a multidisciplinaridade de convergência criativa de sentido. Isso não significa dizer que não se enfrentam problemas; pelo contrário, é também assumir os problemas como lugar de construção da prática e da teoria. Em nossa comunicação, fruto da

vivência na época no Ecomuseu Nega Vilma, favela Santa Marta, fizemos questão de pontuar a necessidade de quebrar hierarquias de poder. A partir dos testemunhos, Mário Moutinho apontou mais elementos que deveriam estar na declaração:

“Gostaria de falar da necessidade de assumir que tem de se quebrar as hierarquias de poder; não sei como poderia aparecer a ideia do que já foi falado aqui: museu se põe e se tira. A gente não tem que dizer que o nosso museu é permanente, etc. etc., como está na declaração ou como está na admissão dos museus. Os nossos museus podem ser diferentes daquilo que os museus são compreendidos, financeiramente até (...). Museu faz tudo aquilo que os outros não fazem. Portanto, esses museus trazem riqueza pelo trabalho, pelas pessoas que estão envolvidas. Portanto, essa ideia de museu permanente; não tem que continuar reproduzindo o mesmo discurso que está na declaração, que está na admissão do seu recorte. Os museus são intermitentes, por natureza, são intermitentes; esses museus começam e acabam, esses museus não são iguais, são sazonais. Portanto, há o 'enquadramento', há a 'descrição dos participantes', há os 'considerandos' e há as 'recomendações'. Com isso, a gente consegue compor uma página; já como foi dito, não é algo pessoal. (...) As pessoas que estão aqui passaram por um processo de seleção, só vem quem compreende o que estão falando. (risos de todos).” (Moutinho, 2013)

Assim que Mário Moutinho finalizou sua fala, resumindo as intervenções dos participantes, o prof. Mário Chagas tomou a palavra e dividiu os grupos que iriam discutir os pontos. No dia seguinte, o trabalho dos grupos de discussão foi encaminhado à sistematização, unindo ao material que estava sendo organizado pelo grupo de redação.¹⁸⁷ Dessa forma, nasceria a Declaração MINOM Rio 2013, como representação prática da Sociomuseologia:

“Por tudo isso, recomendamos que as considerações anteriores passem a representar os princípios de uma museologia sensível e compreensiva, constituída de novas formas de afetividade, respeito mútuo e indignação; recomendamos que estes princípios constituam as bases de uma museologia que tenha capacidade de escuta e que reconheça:

- As diferenças de ritmos, atitudes, tempos, materialidades, territorialidades e linguagens que favoreçam os movimentos sociais;
- A criação de estratégias libertárias diante das diferentes formas de opressão;
- O caráter dinâmico da memória e a importância de dialogar com seu tempo;
- A valorização dos estudos das memórias numa perspectiva libertadora e do respeito pela dignidade humana;
- A urgência de concepção, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de apoio e fomento, adequadas aos novos processos museais;
- O estímulo à pesquisa, produção e difusão desses novos processos museais, respeitando as peculiaridades de cada experiência museal;
- Os saberes e fazeres referenciados nas culturas locais e nos movimentos sociais;
- As instituições educativas e culturais que trabalham com os protagonismos museais e comunitários;
- O caráter democrático do confronto de ideias, do processo de construção de memórias e do respeito pelos diferentes pontos de vista e modos de qualificar e narrar experiências.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2013.” (Declaração MINOM Rio 2013)

¹⁸⁷ O Grupo Trabalho responsável pela redação e sistematização do documento final, a partir das comunicações do primeiro dia, da síntese proposta por Mário Moutinho e das conclusões dos outros grupos de discussão: Delambre, Dominic, Roseane, Marcell, Dalasen, Ana Paula e Vonderli.

Por todos os aspectos que consideramos sobre a Declaração MINOM Rio 2013, é possível inseri-la como um importante documento que dialoga com a crise do conhecimento na modernidade e as demandas da pós-modernidade. Em nossa interpretação, o motivo mais significativo pelo qual inserimos a Declaração nesse conjunto teórico se dá porque nela há uma inversão da lógica vigente de desenvolvimento, de construção do conhecimento e de abordagem da realidade. A Declaração é fruto da radicalidade da transdisciplinaridade captada da vida cotidiana com todas as suas vicissitudes. Aprendemos a fragmentar a realidade para pesquisar, mas ainda não nos ensinaram a unir a realidade para transformá-la e assumi-la como projeto de vida, de educação e de trabalho. Na preparação para conferência MINOM Rio 2013, convidamos moradores do morro Santa Marta que trabalham com memória e promoção da saúde local. Uma moradora esteve no encontro e narrou sua leitura. O importante é perceber que ela compreendia museu dentro do paradigma vigente de formação da sociedade, que privilegia uma vertente da história nacional. O testemunho da jovem Sheila Souza também serve para exemplificar essa mudança radical de paradigma presente na Declaração. Alguém que não é da área de Museologia e nunca tinha escutado falar do conceito, no encontro percebe a existência dos mesmos princípios que fazem parte de sua luta de anos por dignidade na favela. Na entrevista que fizemos, perguntamos como ela compreende o papel do ecomuseu na preservação da memória e o que significou pra ela participar da XV Conferência do MINOM. Sheila de Souza responde:

“Dell, eu me sinto uma pessoa privilegiada, no sentido de poder ter ido naquele encontro e poder ter entendido a coisa do ecomuseu de uma maneira que eu nunca pensei que fosse, que fosse possível entender. É tipo: era uma visão super, ultra limitada, e que a gente é um pouco educado pra isso, essa coisa muito tradicional de museu e que de repente, assim, o museu é mais amplo e maior do que a gente imagina. E isso foi muito bacana, de perceber isso e de ter tido essa informação naquele encontro. Por quê? Porque isso, na verdade, faz com que a gente tenha muito mais possibilidade do que a gente imagina que tem. Ou seja, você pode preservar a memória sem ter uma mega-infraestrutura. Você não precisa disso! Só que a gente fica achando que precisa e, nessa coisa de que precisa, você não preserva; porque, tipo assim, você fica, pô, não tem, então não tem, não rola! Entendeu? Então eu acho que a gente tem um compromisso de fazer as pessoas entenderem, porque eu acho que as pessoas não entendem o conceito de ecomuseu, até quem tem ecomuseu. Até quem tem, nas favelas que fazem, não tem...” (Souza, 2014)

Em seguida, Sheila já se sente parte do grupo, se sente agente de disseminação da ideia. O que impactou não foram os conceitos formulados com excelentes formulações teóricas. Ela construiu o conceito a partir das experiências que ela ouviu na XV Conferência. O conteúdo, essencialmente transdisciplinar e enraizado na realidade local, possibilitou que ela descobrisse os mesmos elementos presentes nos conflitos de luta pela subsistência que existe dentro das comunidades no Rio de Janeiro e em outros lugares onde os valores locais

buscam sobreviver em detrimento do desenvolvimento nacional ou internacional. Ainda falando sobre a XX Conferência do MINOM, Sheila Souza conclui:

“Por exemplo, eu me senti assim, agora eu me sinto agente polinizadora, porque já que eu entendi a nossa obrigação, agora é passar para as pessoas entenderem e jogarem do nosso lado. O problema é que as pessoas não entendem, então você não tem como também ter força pra...”

Exatamente, então eu acho que os ecomuseus assim, eles são importantes a partir disso que a gente aprendeu, ‘porra’, todo lugar tem que ter, favela principalmente tem que ter, tem que ter. E a gente precisa desconstruir, porque tipo assim, a gente tá com essa coisa muito tradicional, muito formalizada e muito elitizada.

É muito elitizado, então um museu não pode ser um barraco, entendeu? Que é a memória da favela? O barraco é a memória da favela! Aí você pergunta para si mesma o que foi isso. Eu falei: Caraca, que estúpido maluco! Eu falei pra mim mesmo quando eu fui lá, como eu não sabia do conceito. Mas isso é legal, isso é super legal. Porque...

É muito legal, é, exatamente. Tu é uma ‘estupidinha’ mesmo, hein? Eu falava pra mim: ‘Cara, tu é uma ‘estupidinha’ mesmo’. Tipo assim, saí das sombras, é verdade! E eu crente que estava bem lá, cara. Eu falei: ‘Caraca, tu é mesmo uma ‘estupidona’, cara, tu pensava assim’, se alguém gravou, cara, isso é bacana. Porque tipo assim, quando a gente fez aquela primeira reunião com a Sabira, foi lá no ecomuseu¹⁸⁸, não sei se você lembra!? Que sentou todo mundo lá, que vocês fizeram apresentação e não sei o que, então. Quando a gente olhou, sabe qual eram os planos? Pô, vamos fazer um espaço bacana aqui e não sei o quê. Não precisa disso! A gente tá comendo mosca, Dell! E aí, tipo assim, não precisa, olha o tempo que a gente perdeu pra poder fazer uma coisa bacana aqui. Na verdade, não depende de nada, além da gente se movimentar e falar: vamos fazer.” (Sheila Souza, 2012)

Portanto, em nossa leitura, a Declaração MINOM Rio 2013, ao assumir o risco da prática no confronto e construção de teorias, agrega o sentido profundo do ‘local’, que se representa no âmbito ‘global’. Os conflitos destacados na Declaração podem ser percebidos em diferentes realidades com configurações semelhantes, se pensamos no projeto de desenvolvimento socioambiental que atualmente está posto no mundo. Quando simplesmente pinçamos elementos chaves da Declaração MINOM Rio 2013, é possível perceber que ela poderia dialogar com outras propostas que buscam dar conta das principais demandas do século XXI. Concluimos, citando algumas palavras-chave da Declaração que poderiam fazer parte do testemunho de Sheila Souza: protagonistas de suas próprias memórias; organizações que se tiram e se põem; Museologia Social: exercício político que pode ser assumido por qualquer museu [qualquer instituição], princípios de uma museologia sensível e compreensiva; novas formas de afetividade, respeito mútuo e indignação; culturas locais; protagonismos museais e comunitários; caráter democrático.

¹⁸⁸ A reunião a que Sheila se refere aconteceu em 2013, quando apresentamos a proposta do Ecomuseu Nega Vilma para alguns líderes da favela.

Conclusão Parcial

REFERENCIAL TEÓRICO: A 'SUSTENTABILIDADE TRANSDISCIPLINAR-INTEIRA (STI)'¹⁸⁹

O contexto da urbanização e consequente a remoção no morro de Santa Marta é complexo e refere-se a muitas dimensões. Aproximar-se dessas diferentes áreas acadêmicas, a partir dos pontos-chaves de 'tensão' visa mostrar como elas abordam problemas semelhantes. Por isso, fizemos questão de apresentar elementos daquilo que chamamos de 'Zeitgeist'. Nesse lugar, aos poucos, mostramos a sobrevivência de uma 'tensão criativa de sentido' que brota das contradições, dos conflitos, das crises e de outros fatores que demonstram essa relação entre os referenciais antigos e novos, a saber, crises que revelam o esgotamento de modelos teóricos e práticos dependentes do paradigma acadêmico e prático da Modernidade. Mais do que os conteúdos específicos, a 'tensão criativa de sentido' é uma forma transdisciplinar e inteira de olhar a sociedade e seus problemas, isto é, interpretação provisória, contextualizada e sempre em construção de um objeto ou teoria. O importante é perceber que na hermenêutica da 'tensão criativa de sentido' não há, prioritariamente, a preocupação em chegar tão rapidamente à síntese. Em nossa construção, a 'tensão criativa de sentido' se refere às transições epocais que têm reflexos na prática e na teoria de diferentes segmentos acadêmicos e sociais. Por isso, é necessário que se mantenha constantemente o diálogo entre antigo e novo, passado e presente, centro e periferia, bairro e distrito, favela e asfalto, interesses globais e locais. Como veremos na segunda parte, do ponto de vista hermenêutico, esse será o problema fundante da urbanização no Santa Marta que gera a possível remoção. Urbanização e remoção são essencialmente processos que interferem em todas as dimensões da vida na comunidade, dá economia à memória.

Propositadamente, começamos abordando o lugar que nosso projeto de vida ocupa na pesquisa. A 'tensão criativa de sentido' está na escolha entre permanecer na área de exatas: química, ou seguir para humanas: educação, teologia. Após longos anos de caminhada, já é possível dizer o papel da sustentabilidade em nossa caminhada. Quando mostramos o 'Zeitgeist' de formação da História Oral, identificamos que, para se afirmar, ela enfrentou dificuldades relacionadas ao paradigma de conhecimento da modernidade. A História Oral levaria à crise sobre o que é 'documento' para a História. E uma das questões levantadas pelos precursores, referia-se à transdisciplinaridade. De um lado, a crise sobre o conteúdo, isto é, o testemunho, a tradição oral e a suposta não objetividade; e de outro, a metodologia, isto é, aceitar que a História depende de outras áreas do conhecimento para

¹⁸⁹ A 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira', numa linguagem mais acessível à comunidade local, pode ser chamada de 'Sustentabilidade Inteira', 'Sustentabilidade dos Valores da Vida', 'Sustentabilidade Orgânica e Sistêmica.'

construir e interpretar seu objeto. Não era mais possível olhar a história do passado por um único viés e interpretar, como documento, apenas o texto escrito. Mesmo entre os pesquisadores de História Oral, houve a tentação de provar a objetividade dos testemunhos, por isso defini-la apenas como metodologia. A História Oral, que poderia sustentar a 'tensão criativa de sentido', cairia na armadilha que, do ponto de vista do paradigma, ela criticava. Uma vertente da História Oral torna-se fria, recomenda distanciamento demais do objeto e transforma o testemunho quente num amontoado de palavras, interpretadas fora do contexto folclórico, alegórico, mitológico, resiliente e transbordante de sentido.

Outra vertente da História Oral, por causa da 'tensão' e em função das críticas, seria obrigada a problematizar a memória para considerá-la como documento. Despropositadamente, com a inserção da memória e a manutenção da 'tensão criativa', a História Oral tornar-se-ia intrinsecamente transdisciplinar. Chamamos de transdisciplinar a forma mais rústica de compreensão, a saber, o nascimento do novo a partir do encontro de alteridade de diferentes afins. Poderíamos apenas citar a História Oral como nossa metodologia de construção do objeto, mas como nosso objetivo é a construção de um referencial teórico transdisciplinar, fizemos questão de mostrar, através do 'Zeitgeist', que a 'tensão criativa de sentido' e a transdisciplinaridade estão em todos os referenciais teóricos que utilizamos para abordar o tema das remoções. Propositadamente, o que fizemos com a História Oral, também realizamos com a Memória, Ecomuseu e Nova Museologia. Será que dessas aproximações é possível construir a hermenêutica e alguns conteúdos de um referencial teórico transdisciplinar? Esse referencial teórico chamamos de 'sustentabilidade transdisciplinar' ou 'Sustentabilidade Inteira' (STI)

Ainda que o trabalho não fosse feito com várias áreas do conhecimento, a 'tensão criativa de sentido' ou os conflitos para o nascimento do novo, revelariam que o problema estava nos modelos de conhecimento e de sociedade da modernidade. Esses modelos de interpretação e de vivência dependiam ainda do positivismo e de modelos científicos que subjagam todas as outras dimensões humanas e ecológicas ao crivo particular da razão que prioritariamente está viciada a explicar, dissecar e fragmentar. O fundamento teórico e filosófico, que subjaz os desenvolvimentos econômico, social e ambiental nos últimos 200 anos, é dependente desse modelo. Para enfrentar coerentemente o problema da urbanização/remoção, é condição 'sine qua non' que se tenha uma hermenêutica transdisciplinar. No contexto do Rio de Janeiro, o desenvolvimento urbano que toca nas remoções revelará que não é possível discutir o crescimento da cidade, tendo como prioridade, os resultados econômicos, paisagísticos, modernos e adequados às grandes metrópoles do mundo. Está colocada a possibilidade de discutir a cidade por outros critérios que não sejam apenas os ganhos econômicos, ainda que não se possa prescindir deles.

A remoção, como veremos, levantará, no âmbito da expansão urbana no Rio de Janeiro, o tema do território. O território no morro Santa Marta, por sua vez, tem vinculação com a Memória, a Identidade, a biodiversidade, a subsistência, a história do passado, presente e futuro. A problematização da memória pelos estudiosos e praticantes da História Oral possibilitou analisar até que ponto o explorado repete os traços da memória do explorador. Portanto, Memória é poder. Outro capítulo importantíssimo se abriria na história das favelas cariocas: a luta pelo 'direito à memória' que já se transformara em memória de resistência e resiliente. De maneira diferente, é possível perceber a 'tensão criativa de sentido' da história das favelas cariocas nos incontáveis redutos de memória: festas religiosas, culinárias específicas, o lugar da mulher na religião herdada dos escravos, nas danças, nas tradições centenárias dos morros, na música, no samba, na vida em comunidade, no ajuntamento festivo. Essa vivência quente se mantém por anos no complexo urbano que reverbera outra lógica, outros modelos de relacionamento. A hermenêutica da 'tensão criativa de sentido' permite perceber as continuidades e as discontinuidades desses diferentes universos que compõem uma única cidade chamada Rio de Janeiro. Na teoria, a memória de guetos não tem significado para projetos de desenvolvimento urbano, mas, na prática, após sair da lógica da exclusão, ela é cooptada pelos centros de poder e instrumentalizada numa lógica que contradiz seu próprio nascimento. No Rio de Janeiro, um exemplo da instrumentalização da memória ofuscando a 'tensão criativa de sentido' são os muitos redutos onde o samba é instrumentalizado na lógica do desenvolvimento capitalista e consumista. Ao sair do ostracismo do morro e ganhar os redutos oficiais e institucionais de poder da cidade, a dimensão resiliente e histórica nem sempre é pontuada como caminho para construção de políticas públicas para repensar as estruturas da sociedade que foram importantes para seu nascimento. Isso porque a memória revela a disputa pelo monopólio do poder e, assim, ficam evidenciados os jogos e os interesses que, muitas vezes, não podem ser percebidos sem um referencial teórico transdisciplinar, onde memória e 'tensão criativa de sentido' são sustentados lado a lado. Dessa forma, a memória também será a memorização de virtudes e mazelas.

Nas comunidades cariocas, memória individual é coletiva. Se por um lado, a noção de memória coletiva de Maurice Halbwachs dialoga com nosso objeto, a saber, a vivência da comunidade na cidade, por outro, revela a hermenêutica da 'tensão criativa de sentido' em função do subjetivismo e do individualismo que o tema da memória recebia por importantes figuras na primeira metade do século XX. Essa discussão possibilitou que chegássemos a duas conclusões: primeira, inserir a psicóloga social Elizabeth Loftus e assim acenar para o fato de que não existe a objetividade esperada no tema da memória: lembranças são imperfeitas. Em nossas entrevistas, alguns testemunhos são complexos, descontinuados, no

entanto, são válidos. Porém, Elizabeth Loftus não é importante apenas para outra leitura da memória. Do ponto de vista da 'tensão criativa de sentido', sua abordagem toca novamente no modelo de formação das sociedades de uma época. Pontuamos, portanto, que no contexto do desenvolvimento, um dos impedimentos de inserir o tema da memória nas ciências econômicas se vale do argumento de que memória e cultura não possuem objetividade para valoração econômica. Apesar das numerosas tentativas de se incluir a noção dos capitais cultural, humano e social, não existe ainda uma interferência no paradigma vigente de desenvolvimento. Isso acontece por uma série de fatores, dentre eles: a superespecialização do conhecimento, a separação das áreas do saber e o lugar privilegiado do econômico sobre as outras dimensões humanas. Os centros de poder não foram atingidos pela formação integrada e dialogal do conhecimento. Na maioria das universidades no Brasil, os departamentos de ciências exatas estão separados dos de ciências humanas. Por isso, a sustentação da 'tensão criativa de sentido' é tão importante dentro da hermenêutica de uma ciência transdisciplinar. Com a aproximação de História Oral, Memória, Ecomuseu e Nova Museologia, buscamos apresentar a existência de uma hermenêutica que pode gerar uma ciência transdisciplinar, tanto do ponto de vista da hermenêutica quanto dos conteúdos. O tema das remoções exige abordagem inteira e sistêmica que busca situar o lugar das favelas na composição das cidades. É a prática multifacetada e intrinsecamente transdisciplinar das comunidades na cidade que provoca a teoria.

Certamente seria muito importante inserir, na construção teórica, uma área das ciências exatas para mostrar como a 'tensão criativa de sentido' também está presente nesse segmento. A 'ecossocioeconomia' do economista Ignacy Sachs seria um excelente exemplo, no campo da Economia. Sua proposta de ecossocioeconomia ajudaria a problematizar especificamente as modalidades do desenvolvimento e como o paradigma filosófico subjacente à economia é o mesmo que questionamos em nossa pesquisa. Inicialmente, a ecossocioeconomia estaria também na composição de teoria transdisciplinar. Entretanto, quando aprofundamos, no contexto global, os temas abordados pela Mesa-redonda de Santiago do Chile e a prática dos ecomuseus e museus comunitários no contexto local, encontramos os mesmos elementos centrais que revelam a 'tensão criativa de sentido' presente num contexto que tem a economia como fator decisivo na discussão sobre desenvolvimento e sustentabilidade. Nós constatamos que o documento da Mesa-redonda de Santiago do Chile, atualizado na Nova Museologia, apresenta uma proposta teórica e prática que questiona a lógica vigente do desenvolvimento no qual as dimensões globais e internacionais estão sobre as locais e regionais. É importante pontuar que os temas sobre sociedade debatidos na Conferência de Santiago do Chile e que possibilitaram concluir que o museu deveria ser agente de transformação social eram os temas centrais debatidos um ano

antes como preparação da conferência de Meio Ambiente de Estocolmo, em 1971. Observemos alguns temas que estiveram na Conferência de Santiago do Chile. O título já revela a percepção de que o desenvolvimento era o tema central da sociedade: Mesa-redonda era sobre 'Desenvolvimento e o Papel dos Museus no Mundo Contemporâneo'. Analisemos agora os desdobramentos do tema do desenvolvimento nos assuntos discutidos com especialistas das áreas: 'Tema 1: Os museus e o desenvolvimento cultural em áreas rurais e o desenvolvimento agrícola.' 'Tema 2. Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico.' 'Tema 3. Os museus e o problema do meio ambiente.' 'Tema 4. Os museus e a educação permanente'. Para abordar esses temas da sociedade, foram escolhidas três grandes áreas que cada participante da Conferência de Santiago deveria aprofundar: Estudo do Meio Ambiente, Economia e Sociedade.

Portanto, desenvolvimento e sustentabilidade são intrinsecamente temas que só se constituem integralmente se forem tratados e enfrentados de forma transdisciplinar. Sendo assim, deixou de ser necessário buscar um lócus no qual a realidade local sustentasse a 'tensão criativa de sentido' na relação com o global como apresenta, por exemplo, a Empresa Social de Muhammed Junnus ou o Ecodesenvolvimento de Ignacy. O aprofundamento sobre a dinâmica, principalmente, dos ecomuseus no Brasil são representações genuínas, no contexto local, de outro modelo de organização da sociedade com protagonistas locais, participação comunitária, presença de pesquisadores, diálogo com a sociedade, luta pelo direito à memória e todas as qualidades que citamos no trabalho. Do ponto de vista da 'tensão criativa de sentido' e do diálogo com o paradigma vigente de construção de sociedade, os ecomuseus e museus comunitários oferecem apenas uma tipologia, outra hermenêutica. Não são a solução para todos os problemas. Em resumo, os ecomuseus e, por conseguinte, a Ecomuseologia, são o questionamento da lógica de desenvolvimento vigente, onde o lucro com a riqueza da biodiversidade local é destinado para fora, isto é, administrado na lógica do acúmulo individualista que sobrepõe o suprimento das necessidades básicas do contexto local. Com ênfase no território, no desenvolvimento local, na valorização da memória local e da população local, os ecomuseus e museus comunitários serão a presença questionadora e incômoda de outra lógica de organização da sociedade dentro das cidades. Eles são a presença visível da 'tensão criativa de sentido' na dinâmica simples e conflituosa da prática cotidiana.

Embora ainda os ecomuseus não sejam o 'modus operandi' que transforma contundentemente o paradigma de desenvolvimento urbano, é uma proposta inovadora que poderia estar ao lado de várias outras, isoladas na cidade. A ênfase radical no 'sentido de lugar' (P. Davis), no desenvolvimento comunitário (Varine) e no território, visto em sua amplitude semiótica, arrasta, em cada contexto, as questões de tensão e de sentido que são

da realidade local na sua relação com o global. Do ponto de vista hermenêutico, os ecomuseus, museus comunitários e todos os segmentos, que têm práticas radicais nessa vertente completam nossa 'teoria transdisciplinar inteira', a saber, 'sustentabilidade transdisciplinar'. Nessa zona de conflitos permanentes, que é o contexto das remoções nas favelas, os ecomuseus são lugares-problemas-conflitos-caminhos que remontam todos os aspectos teóricos que construímos até o momento. Sua prática, enraizada na realidade local e com os protagonistas locais, problematiza o conceito de 'desenvolvimento' e todos os desdobramentos dele. Por isso, a Nova Museologia é tão importante, principalmente em sua vinculação historiográfica à Mesa-redonda de Santiago do Chile. Da mesma forma, é igualmente 'sui generis', após 20 anos, a confirmação da hermenêutica da Mesa-redonda de Santiago do Chile na Declaração de Quebec. E igualmente singular, se torna a Declaração MINOM-2013, pois, no raiar desse novo século é a celebração da sobrevivência da 'tensão criativa de sentido', captada da prática no contexto local de diferentes experiências museológicas que encaram a dimensão local em sua radicalidade. Nessas vivências, já está imbricada a relação entre teoria e prática, ciências humanas e ciências exatas, realidade local e realidade externa, interesses locais e interesses nacionais e internacionais, e todos os aspectos que revelam a tensão entre os interesses locais e os globais.

Nesse momento, podemos pontuar que a teoria transdisciplinar e a 'tensão criativa de sentido' são construídas através da aproximação da prática do ecomuseu, da Mesa-redonda de Santiago do Chile, da Nova Museologia, da Ecomuseologia e da Sociomuseologia. Dessa relação, construímos as fundamentações hermenêutica, epistemológica, prática e transdisciplinar que dialogam com a Museologia, mas estão para além dela. A teoria que chamamos de 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira STI' tem essa 'hermenêutica' porque assume reconstruir seu estatuto, a partir da interpretação radical da 'tensão criativa de sentido' da sociedade, a saber, os limites da vida no planeta, o desenvolvimento e seus desdobramentos corolários. Hermenêutica porque, embora o conteúdo seja importante, essa teoria provoca a Museologia e a prática dos museus com a pergunta constante sobre qual é a 'tensão criativa de sentido' da sociedade no presente, em outras épocas e em outros contextos (Declarações de Quebec e MINOM 2013). Hermenêutica porque nasce de uma maneira peculiar e relacional de interpretar a sociedade. A teoria da 'Sustentabilidade Transdisciplinar' é 'epistemológica' porque provoca o surgimento de uma Ciência Museológica que, após interpretar e sustentar a 'tensão criativa de sentido' da sociedade, escolhe a dimensão local e todos os desdobramentos advindos da inserção em outra lógica de formação e transformação da sociedade. Portanto, é uma ciência que opta pelo lugar que se situa na outra ponta do desenvolvimento, a da produção, do pensamento e da formação do conhecimento no jogo da sociedade. Dessa opção, por se movimentar a partir

da 'tensão criativa de sentido' da realidade local, surgem novos conteúdos teóricos que se formam e se reformam, numa relação permanente entre teoria da prática e prática da teoria: seria a fundamentação sustentável. Sendo assim, ela é 'transdisciplinar' porque sustenta em todas as etapas: a) a 'tensão criativa de sentido'; b) a formação de uma 'teoria aberta e tensa' na Museologia, a partir da alteridade com outras teorias e conhecimentos que sustentam a 'tensão criativa de sentido' nas áreas da academia e da sociedade; c) a inserção radical na realidade local, assumindo outra lógica de desenvolvimento, a saber, aquela que prioriza os valores locais em detrimento dos interesses nacionais e de todos os significados do território e do direito à memória; d) essa vivência que produz o surgimento de outro modelo de economia e relações sociais ainda que não se aprofunde, academicamente, em teorias econômicas, sociais ou se consiga denominar teoricamente o que surge dessas vivências; e) transdisciplinar porque parte sempre da realidade inteira, representada pela forma de ecomusealizar dos ecomuseus, museus comunitários ou qualquer instituição, organização, grupo ou movimento que, consciente ou inconscientemente vivencia, na prática cotidiana, os princípios da 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira', isto é, o nome que demos para a teoria que condensa a aproximação dos referenciais teóricos dessa pesquisa.

Por tudo o que afirmamos, não há necessidade de aprofundar a história do conceito de sustentabilidade, 'Nachhaltigkeit',¹⁹⁰ ou do desenvolvimento. Pelo que significava a discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento na ONU e pelo enfrentamento crítico dos mesmos temas pela Mesa-redonda de Santiago do Chile, podemos afirmar que essa teoria transdisciplinar, criada a partir dessas áreas importantes supracitadas, pode ser chamada de 'Sustentabilidade Transdisciplinar' ou 'Sustentabilidade Inteira'.

¹⁹⁰ "O conceito sustentabilidade foi usado pela primeira vez no ano de 1713, num texto de Carl von Carlowitz, 'Silvicultura econômica'. Ele criticou o grande desmatamento irresponsável das florestas." (Salzmann 2012, p. 8).

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

**PARTE B – URBANIZAÇÃO/REMOÇÃO E 'SUSTENTABILIDADE TRANSDISCIPLINAR-
INTEIRA (STI)': TENSÃO ENTRE DOIS MODELOS DE CIDADE**

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO VI: MEMÓRIAS DO ENTORNO DO ECOMUSEU NO PICO SANTA MARTA: TRANSEUNTES NA PRÓPRIA PÁTRIA E O DESENVOLVIMENTO URBANO IN-SUSTENTÁVEL

6.1 A 'Remoção' como paradigma de urbanização da cidade do Rio de Janeiro no século XX: 'Desenvolvimento Urbano In-sustentável e Exclusivo' (DUIEx)

As remoções fazem parte do processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Os temas 'favela' e 'remoções' provavelmente são os assuntos mais complexos da história do Brasil. Esses temas representam simbolicamente o processo social de formação da sociedade brasileira. Nas favelas, residem os mais pobres da cidade. Nas favelas, a maioria da população é negra. As favelas, são as áreas que mais necessitam de saneamento básico. A estética da favela revela o contraste com os bairros na cidade do Rio de Janeiro e mostra as diferenças que persistem na história do Brasil desde o processo de abolição da escravatura, que não conferiu possibilidades educacionais, de moradia e de trabalho para os escravos que, a partir daquele momento, seriam livres, porém, sem condições de sustentarem a liberdade com dignidade. Favela e remoções na cidade do Rio de Janeiro estão ligadas à história do Brasil. Até se discutir a possibilidade de realizar a urbanização, várias propostas foram feitas para tentar resolver os problemas das favelas no Rio de Janeiro. Esse pequeno histórico traçado por Paola Jacques contextualiza nosso tema ao mostrar que, em 1926, a favela já era vista como um problema, conforme narra o influente Dr. Mattos Pimenta¹⁹¹. Assim explica Jacques:

“O mesmo Mattos Pimenta disse em seu discurso no Rotary Club ('Para a remodelação do Rio de Janeiro') pronunciado em 12/11/1926: 'É urgente que [...] se levante uma barreira profiláctica contra a infestação desmedida das belas montanhas do Rio de Janeiro pela praga das favelas – lepra da estética [...]'. Logo em seguida, no dia 15, o novo prefeito Antônio Prado tomou posse, e já no dia 26 do mesmo mês ele almoçava no Rotary, onde Mattos Pimenta insistiu para que ele contratasse um urbanista estrangeiro renomado para resolver os problemas principais da cidade e, sobretudo, o problema das favelas. Alfred Agache, vice-presidente da sociedade francesa dos urbanistas, foi então convidado para fazer conferências no Rio (entre elas a conferência: 'Cidades-jardins-favelas', ainda com uma visão positivista das favelas) e, em seguida, um projeto para a cidade, ocasião em que Agache já passava a fazer o mesmo tipo de discurso higienista de Mattos Pimenta: 'Construídas contra todos os preceitos da hygiene, sem canalizações de água, sem exgotos, sem serviço de limpeza pública, sem ordem, com material heteróclito, as favelas constituem um perigo permanente d'incendio e infecções epidêmicas para todos os bairros atravez dos quaes se filtram. A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corre até as margens da mata na encosta das serras [...] A sua destruição é importante não só sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como o ponto de vista da hygiene geral da cidade, sem falar da esthetica.'” (Jacques, 2001, p. 18)

¹⁹¹ Por se tratar de um material antigo, não conseguimos encontrar a fonte primária da fala do Dr. Mattos Pimenta. Vários outros trabalhos sobre o processo de 'higienização' das favelas fazem referência a ele. Para conferir excelente artigo sobre a história do surgimento das favelas cariocas e os traços da 'higienização' (Valladares, 2000, pp. 6-34)

Essa interpretação higienista da favela persistirá durante muitos anos e estará presente na prédica de diferentes prefeitos que buscaram equacionar a urbanização da cidade com o problema das favelas. Num dos cartazes contra a remoção, colocado no Pico do Santa Marta em 2014, afirma-se que os moradores são contrários à 'higienização' das favelas. O urbanista Alfred Agache, no início do século XX, entrará para história por levantar uma questão que, praticamente, atravessará todo o século XX, a saber, as remoções. Assim pontua Jacques: "É então de Alfred Agache, em 1930, o primeiro discurso oficial de um urbanista a favor da remoção das favelas cariocas, prática que só vai ser realmente efetivada sistematicamente nos anos de 1960, pelo regime militar." (Jacques, 2001, p. 18)

A década de 60, portanto, no que se refere à política das remoções, será paradigmática. Antes, portanto, é imprescindível citar a reforma de Pereira Passos entre 1902 a 1906. Essa reforma fornecerá alguns modelos de expansão urbana que persistem até os dias de hoje. Nessa reforma de Pereira Passos, conhecida também como 'bota-abaixo', isto é, a tentativa de fazer do Rio de Janeiro a cidade parisiense, afetará e empurrará várias famílias para os morros. Com a destruição dos cortiços, vários moradores migram para o Morro da Providência, considerado a primeira favela do Rio de Janeiro. Assim, explica Mônica Velloso:

"No Rio de Janeiro, essa questão da territorialidade manifesta-se de forma latente. Nesse período, conhecido como 'Belle Époque', a cidade vai passar por modificações decisivas na sua estrutura urbana. Através da Reforma de Pereira Passos (1904), é realizada uma série de medidas destinadas a estabelecer a sintonia da cidade com a modernidade. Mas esta sintonia, além de precária, lacunar, é, sobretudo, artificial." (Velloso, 2003, p. 93)

As modificações realizadas pelo prefeito Pereira Passos deixaram marcas indeléveis nos processos futuros de urbanização na cidade do Rio de Janeiro. A questão da territorialidade se torna um problema mal resolvido. Assim, as reformas acabavam quase sempre beneficiando um modelo de cidade copiado da Europa que contrastava com o Rio de Janeiro que fora, no século XIX, o local onde se tinha o maior número de africanos fora da África. A região, próxima à zona portuária, onde aconteceram muitas reformas de Pereira Passos, foi chamada de 'Pequena África', como mostra Velloso: "Realmente se considerarmos que um dos projetos de Pereira Passos era tornar o Rio uma 'Europa Possível', a africanização será contrapartida dessa possibilidade. A 'Pequena África' e a 'Europa Possível': Como juntar realidades tão distintas?" (Velloso, 2003, p. 93) A pergunta ainda ecoa, pois a 'Pequena África' preservava, na memória festejada no dia a dia, os símbolos da terra natal de onde os negros foram trazidos como escravos para o Brasil. Na 'Pequena África', música, culinária e tradições religiosas se confluíam numa relação diferenciada com o território, que passava a ser símbolo de resistência. Por isso, para Velloso, a "'Pequena África',

trecho da cidade geralmente habitada pelos negros baianos, constituiu um exemplo neste sentido. Para eles, demarcar e defender o pedaço era uma estratégia de sobrevivência, que aparecia nas mais variadas práticas do cotidiano.” (Velloso, 2003, p. 94) Essa relação identitária com o território será herdada pelos moradores das favelas e estará no centro dos testemunhos no Pico do Santa Marta. Essa relação diferenciada também será a base para se discutir o direito à memória. Sendo assim, antes de citar a peculiaridade da década de 60, precisamos considerar que a reforma do prefeito Pereira Passos modificaria para sempre a cidade do Rio de Janeiro, conforme narra Velloso:

“Já no início do século XX, a reforma urbana de Pereira Passos viria modificar radicalmente a fisionomia da cidade. Uma das áreas mais atingidas pela famosa política do ‘bota-abaixo’ seria a zona portuária e imediações, trecho onde normalmente residiam os baianos. A maioria desloca-se, então, para a Cidade Nova, ao longo da Avenida Presidente Vargas, transformando os casarões construídos pela burguesia de meados do século XIX em habitações coletivas (cortiços).” (Velloso, 2003, p. 96)

Os estudos sobre o paradigma de urbanização na cidade do Rio de Janeiro, que copiou modelos da Europa, colocam a reforma do prefeito Pereira Passos no centro da discussão. A dificuldade de integrar os moradores da chamada ‘Pequena África’ e do ‘Bota-abaixo’ dos cortiços¹⁹² será um problema para outros governos. Aos poucos, o Rio de Janeiro estabelecerá um ‘modus operandi’ de compreender e realizar o desenvolvimento urbano e a modernização da cidade. Após citar a abertura e o alargamento de importantes ruas no centro do Rio, a saber, Rua do Sacramento, Rua da Prainha, Avenida Central, Rua Sete de Setembro, Avenida Beira Mar, Adreatta & Herce descrevem a herança da reforma do prefeito Pereira Passos:

“É fato que as obras de modernização do Rio de Janeiro levaram à expulsão de um grande número de pobres (que Lamarão estima em 20.000) do Centro, tanto pela derrubada de prédios quanto por causa da intensa valorização do solo, com o conseqüente adensamento dos cortiços e cômodos dos bairros interiores do Catumbi ou da Cidade Nova, aparição das primeiras favelas nos morros da Providência e Santo Antônio, e também incremento populacional da Zona Norte.” (Adreatta & Herce, 2006, p. 201)

Esse tipo de modernização aconteceu em outros lugares do mundo. O problema é que, desde o início, o centro do Rio de Janeiro tinha características peculiares por ter sido um porto de navios da África e capital do império. O problema foi que a modernização, sem uma política social de habitação equitativa, tornou a cidade sustentável apenas para aqueles que eram e ainda são protegidos pelos benefícios da estrutura de crescimento da cidade. Com os anos, agravariam ainda mais as tensões: de um lado, alguns modelos de urbanização que fazem parte da história de crescimento e modernização da cidade e, de outro, a capacidade

¹⁹² O mais famoso dos cortiços que foi derrubado chamava-se Cabeça de Porco.

de articulação dos moradores dessas regiões, que exigem cada vez mais seus direitos.¹⁹³ Assim como no início do século XIX a valorização do solo era um dos elementos que impulsionaram as reformas urbanas, nas épocas seguintes não será muito diferente. Por isso, também compreendemos que o problema do desenvolvimento é uma das chaves hermenêuticas para discutir a remoção na cidade do Rio de Janeiro. Adreatta & Herce completam a análise da reforma urbana de Pereira Passos:

“Mas é justo também concluir afirmando que não cabe fazer juízos de valor, sob a perspectiva atual, das políticas aplicadas de reforma da cidade, que foram as mesmas de todas as grandes capitais ocidentais da época, e cujos procedimentos e consequências se inscrevem no processo de geração de ‘mais-valia’ que tem sido o motor de crescimento da cidade desde a revolução industrial. Em todo caso, só cabe destacar a eficiência com que foram abordadas essas reformas pelo Prefeito Pereira Passos, em vista do resultado posterior.” (Adreatta & Herce, 2006, p. 201)

Em torno do problema do território, da segunda metade do século XX até os dias atuais, existe uma tensão constante entre os moradores das favelas e os diferentes governos, que seguem planos de expansão e modernização da cidade com grandes semelhanças à reforma de Pereira Passos. É sempre importante estarmos atentos ao pano de fundo do problema: modernização, capitalização de áreas e diferentes processos de higienização.

Outro capítulo importante nessa história da urbanização da cidade do Rio de Janeiro, ligada às remoções, deu-se nas décadas de 60 e 70. Os diversos processos sociais ocorridos na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil fizeram com que aumentasse cada vez mais o número das favelas no Rio de Janeiro. Sendo assim, no Rio de Janeiro, as remoções se tornaram praticamente um projeto político, conforme narra Bernardo Sorj:

“De um fenômeno populacional marginal, passou a representar uma parte relevante da cidade, transformando-se em motivo de preocupação política. Entre os anos 50 e 70, o objetivo das políticas públicas era a remoção das favelas e a transferência de seus moradores para conjuntos habitacionais, em geral mais distantes das regiões centrais onde eles trabalhavam. Apesar de algumas experiências de remoções, a maioria das favelas permaneceu e continuou a se expandir, inclusive sob o olhar passivo dos governos militares, que – à falta de uma política de moradia para os recém-chegados nas cidades que se inchavam na época do milagre econômico – aceitavam a ‘solução’ das invasões seguidas pela autoconstrução de moradia. Boa parte dos novos conjuntos habitacionais, produtos das remoções, entraram, por sua vez, num processo de ‘favelização’, isto é, de expansão sem plano urbano nem provisão de serviços públicos.” (Sorj, 2003, p. 94)

¹⁹³ Por esse relato, é possível perceber o quanto se torna complexo para os museus tradicionais que estão no Centro do Rio de Janeiro fazerem o levantamento da memória do entorno.

Os governos de Carlos Lacerda e Negrão de Lima seriam, portanto, implacáveis no que se refere a esse modelo de expansão urbana, utilizando as remoções. O que nos importa é perceber que as remoções sempre estiveram imbricadas no processo de valorização econômica da cidade. O Rio de Janeiro torna-se uma cidade assediada pela especulação imobiliária desde o início do século. Dr. Mattos Pimenta, que praticamente todos os estudos citam, no início do século, como sendo um dos primeiros a propor a remoção, era médico, engenheiro e tornar-se-ia corretor de imóveis.¹⁹⁴ Passadas praticamente cinco décadas, o modelo é ressuscitado por Carlos Lacerda conforme narra Marcos Alvaro Souza:

“Vale lembrar que nesse mesmo ano de 1948, Carlos Lacerda, então um destacado jornalista de ‘O Correio da Manhã’, desencadeou uma campanha de enorme repercussão, chamada a ‘Batalha do Rio’, cujo objetivo era ‘acabar com as favelas’, vistas por ele como o problema número um do distrito federal. Menos de duas décadas mais tarde, com a criação da Cohab, em 1962, Lacerda, então governador, iniciou a transferência de mais de 40 mil trabalhadores de um total de 27 favelas para conjuntos habitacionais. Numa dessas favelas, no Morro do Pasmado (hoje um mirante situado perto de um ‘shopping center’) o governador não se contentou com a ‘remoção’ dos moradores, mandando atear fogo nos barracos. Repetia-se assim o gesto do prefeito Henrique Dodsworth, que em 1942, na presença do secretário-geral de Saúde e de Assistência, do Secretário de Viação e Obras Públicas e do comandante do Corpo de Bombeiros, incendiou solenemente os vestígios de uma favela localizada às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas e cujos moradores haviam sido ‘removidos’ para um parque proletário.”(M. Souza, 2001, p. 272)

A história de expansão e urbanização da cidade do Rio de Janeiro está vinculada ao lugar que as remoções ocuparam nos processos econômicos e sociais do século XX. A interpretação transdisciplinar desse problema possibilita compreender como momentos centrais do desenvolvimento da cidade terão reflexos na vida das famílias mais pobres. Seja por uma questão estética e valor do solo, como vimos no

¹⁹⁴ Mattos Pimenta é uma figura emblemática. É citado por vários autores sobre o início do processo de higienização das favelas do Rio de Janeiro, mas pouco se encontra de material em fonte primária. Conforme Valladares, os “poucos autores contemporâneos que falam de Mattos Pimenta consideram, unanimemente, que ele era rotariano, mas o têm como médico sanitário, profissão que, na realidade, parece nunca ter exercido.” (Valladares, 2000, p. 28). Sua ligação com o Rotary Club mostra também um pouco sobre suas opções e os processos subsequentes, segundo narra Valladares: “Na ficha do Rotary Club do Rio de Janeiro ele aparece como corretor de imóveis, e nos jornais de 1926-1927, como engenheiro Mattos Pimenta. Enfim, no ‘Dicionário histórico-biográfico’ do CPDOC-FGV desvendamos o ‘mistério’, muito embora não haja qualquer menção ao seu estatuto de rotariano. Formado em medicina no Brasil, foi para a Alemanha em 1913 onde se especializou em psiquiatria. Participou da Primeira Guerra, em 1917, como capitão-médico na França, até ‘abandonar a profissão em 1918’. De volta ao Brasil em 1919, tornou-se superintendente de minas de carvão no Rio Grande do Sul e, a seguir, diretor da Companhia Construtora do Brasil, função que exerceu até 1926. No final da década de 20, fundou, no Rio de Janeiro, o jornal ‘A Ordem’, incendiado e fechado pelos revolucionários de 1930. Em seguida exilou-se em Paris, onde escreveu o livro ‘Um grito de alerta no tumulto da revolução’. De volta ao Brasil, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, tornando-se corretor de imóveis a partir de 1931. Fundou em 1937 o Sindicato dos Corretores de Imóveis, do qual seria presidente até 1946. Em 1948 engajou-se na Campanha do Petróleo e, fiel às suas tradições nacionalistas, opôs-se à criação dos contratos de risco durante o governo Geisel. Mattos Pimenta morreu na cidade do Rio de Janeiro em 1979.” (Valladares, 2000, p. 28-29)

início das discussões do corretor Mattos Pimenta, seja por um processo de higienização, como observamos nas reformas de Pereira Passos, as remoções têm forte ligação com a identidade da cidade que é apresentada para os visitantes, as mudanças econômicas que supervalorizam algumas áreas ou o processo de desenvolvimento urbano.¹⁹⁵ Na verdade, esses fatores fazem parte de um único complexo cujo tema do território está implicado no desenvolvimento e na construção da identidade da cidade. Não seria por acaso que, áreas da Zona Sul da cidade, atualmente supervalorizadas, foram lugares de onde várias famílias foram removidas pelo governo de Carlos Lacerda, conforme destaca Alvito: “Embora a política de ‘remoção dos favelados’, que continuou até 1973, tenha sido um retumbante fracasso, é significativo que a maioria das favelas ‘removidas’ fossem exatamente aquelas localizadas no Centro da cidade e na Zona Sul (principalmente as da orla da Lagoa).” (M. Souza, 2001, p. 272)

O mais importante é perceber que as remoções das favelas fazem parte do processo crescimento econômico e desenvolvimento das cidades. Em 2014, temos um complexo de todos esses fatores que ainda gravitam em torno da cidade. Antes de relatarmos dois exemplos paradigmáticos ligados ao governo de Carlos Lacerda, cabe pontuar que, após a década de 80, com a redemocratização, há uma mudança na política de urbanização. As remoções, como políticas públicas de modelamento da cidade, deixam de ser a prioridade, mas os moradores sobrevivem com esse fantasma que permenece de outras formas como mostraremos. Em cada mudança da cidade que implica valorização econômica, os projetos de remoção são apresentados novamente. Na entrevista que fizemos com o presidente do Ecomuseu Nega Vilma, Kadão Costa, que cresceu e viveu no pico do Santa Marta, ele relata:

“Então, legal e interessante essa colocação, mas aí durante a tua colocação eu fiquei pensando numa coisa, que as pessoas da minha geração conviveram toda a sua vida sob ameaça de remoção. A galera que tem ali entre 30 a 40 anos, da década de 70, 80, a gente viveu isso intensamente, governo a governo, sempre vivemos a ameaça da remoção. Houve até uma placa em Paciência escrito: Bem-vindo, Santa Marta.” (K. Costa, 2014)

Pergunto se houve alguma política do governo que ele saiba. Sua resposta revela a forma como nesses quase cinco séculos os moradores de favelas foram tratados. Costa responde:

“Olha, o governo atual... eu não sei se cabe dizer qual o governo, porque como a gente tratando de um vídeo que vai ficar eternamente, eu prefiro falar de que eu tenho 37 anos, tá? Todas as outras políticas foram ameaçadoras em relação

¹⁹⁵ Não teríamos condições de fazer um longo histórico do processo de urbanização no Rio de Janeiro e o lugar que as favelas ocuparam. Não é este nosso objetivo. Destacamos essas datas porque têm relação direta com nosso objeto, a saber, as remoções no Pico do Santa Marta, Bairro de Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro. Seria muito importante pontuar que após a redemocratização, diminuem as remoções como política governamental, e as favelas passam a ser alvos dos políticos e pesquisadores. (Fiori, J., Riley, E. & Ramirez R. pp. 189-211).

à comunidade Santa Marta, algumas pensando em tirar toda a comunidade e outras, como a atual, querendo fatiar, tirar um pedaço da comunidade para reutilizar de outra forma uma área que é privilegiada." (K. Costa, 2014)

Na mudança de política ocorrida na década de 80, devemos destacar as batalhas contra a remoção ocorrida na favela do Vidigal. Urani enxerga na visita do papa um divisor de águas:

"O divisor de águas pode ser simbolizado, nessa área, pela visita do Papa João Paulo II à comunidade do Vidigal, em 1980 – que fora objeto, apenas três anos antes, de uma batalha campal contra a remoção. A visão remocionista praticamente esvaziou-se após a visita do papa. E mais ainda com a eleição de Leonel Brizola ao governo do estado em 1982." (Urani, 2008, p. 98)

A chegada do Papa pode ter lançado luz ao problema, porém, a verdade é que houve uma mudança na forma como a favela seria inserida nos processos de desenvolvimento da cidade. Não existem grandes alterações no processo como um todo, porém, não se fala mais tanto de política pública de remoção. O certo é que essa mudança possibilitaria a criação do 'Programa Favela-Bairro', que seria lançado em 1994 no governo do prefeito César Maia. Novamente, a questão do território estaria em voga no debate sobre favela, e algumas posturas fizeram diferença com todas as formas de como o poder público se relacionou com as favelas. Assim narra Urani:

"O ponto de partida do Programa Favela-Bairro foi o reconhecimento explícito de que a principal diferença entre as favelas e o resto do território da cidade era a ausência de 'público' nas favelas. Com isso, por um lado, a prefeitura se comprometeria, direta ou indiretamente, a suprir o déficit de bens e serviços públicos nas comunidades faveladas; por outro, reconhecia, implicitamente, tudo o que havia de privado (tanto em termos de investimentos em moradias quanto no campo, mais material, da cultura) naquelas comunidades.

O Favela-Bairro contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se concentrou em comunidades de médio porte (ou seja, de 500 a 2.500 domicílios). Ao todo, 105 comunidades do município do Rio de Janeiro foram beneficiadas pelas obras: 54 na primeira etapa (1994-2000) e outras 51 na segunda etapa (2001-2004), para um investimento total de cerca de US\$ 600 milhões." (Urani, 2008, p. 99)

Do ponto de vista do paradigma, o Programa Favela-Bairro é importante porque pensa no processo de urbanização para dar condições aos moradores de permanecerem nos locais nasceram e construíram suas identidades. Outro importante aspecto é o início de uma leitura da favela a partir da ótica da integralidade e das necessidades. Nesse ponto específico, há uma mudança significativa no olhar que o poder público começa a ter sobre a favela. Urani destaca esse olhar:

"Embora o Programa sempre tenha considerado a necessidade de combinar as obras em infra-estrutura com políticas sociais (criação de creches, postos de saúde, centros de assistência social etc) e com atividades de geração de trabalho e renda, foi apenas a partir de 1997, com a criação da Secretaria Municipal do Trabalho, que essas últimas passaram a ganhar maior vigor – contando,

inclusive, com o apoio do governo federal, através de recursos do fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)." (Urani, 2008, p. 100.)

Atualmente, existe uma pulverização de trabalhos e ações dentro das favelas cariocas, ainda que seja possível traçar alguns perfis que se repetem em quase todas. Mais do que uma linearidade, temos a complexidade e a consciência maior da 'tensão criativa de sentido'. Várias tentativas de remoções não conseguiram acabar com as favelas. Marcelo Burgos explica que, "além do Favela-Bairro, há um amplo conjunto de políticas públicas que vêm sendo realizadas de forma continuada nas favelas e que precisam ser avaliadas, entre as quais a política de creches comunitárias, de 'agentes comunitários', de qualificação profissional, entre outras." (Burgos, 2002, p. 32). Essa descrição cabe muito bem ao que descrevemos sobre o 'direito à memória' nas favelas e também o papel que os Ecomuseus podem exercer dentro desse caldeirão de possibilidades e complexidades que se tornaram as favelas. Por um lado, ainda sobrevivem traços do 'modus operandi' do desenvolvimento urbano, vinculado à desapropriação de territórios que podem ter valor econômico e, por outro, a presença de inúmeros projetos, ONGs, empresas e outras instituições que conferem atualmente um caráter diferenciado para aqueles que vivem nessas áreas, conforme pontua Burgos:

"É preciso inventariar, também, o que há de novo na relação com as igrejas, com lideranças do mundo da cultura e com a universidade, considerando em especial as repercussões produzidas na superestrutura das favelas pela crescente presença de ONGs com projetos sociais, de indivíduos da cidade formal realizando atividades voluntárias, e sobretudo das igrejas evangélicas e seus pastores." (Burgos, 2002, p. 32)

Se não existe mais uma política pública de remoções, quais seriam as principais razões para várias comunidades lutarem nesse exato momento para não serem removidas para conjuntos habitacionais, bairros distantes do local de trabalho ou das regiões onde essas famílias criaram os filhos e formaram culturas que sobrevivem há mais de seis décadas? Essa pergunta já nos insere no coração dos casos de remoções que apresentamos nessa pesquisa. Como afirmamos anteriormente, as favelas cariocas atualmente são regiões tomadas por muita complexidade. As análises precisam reconhecer as sazonalidades e as limitações. Por isso, construímos um referencial teórico transdisciplinar que sustenta a 'tensão criativa' sem pretensão de solucionar rapidamente situações que tem muitas variáveis. O Rio de Janeiro é tão complexo que é possível encontrar pessoas que residem em bairros nobres, mas que não conhecem a realidade da vida e dos costumes da favela que é vista através da janela. Portanto, alguns têm leituras meramente econômicas do local. Esse dado de capitalização do território apareceu em vários testemunhos dos moradores do morro Santa Marta. Parece que a pesquisa de Burgos já tinha problematizado esse tema:

“A especificidade do mercado imobiliário informal, e o dinamismo do comércio e mesmo das manufaturas situadas nas favelas, além da atração que muitas favelas exercem sobre empresários da cidade formal, são itens de um dos principais capítulos do estudo das transformações em curso na favela. Nesse sentido, uma boa hipótese para se encaminhar novas pesquisas é a de que existiria uma tensão intrínseca entre o avanço do mercado e a lógica do território. Em que medida a mercantilização da favela favorece ou não a democratização do território é uma questão central para se pensar as possibilidades de emancipação de seus moradores.” (Burgos, 2002, p. 32)

Devemos ficar atentos à relação entre mercado imobiliário, território e mercado financeiro. É muito provável que a política de remoção não exista mais, porém, o modelo de expansão urbana que vigorou em boa parte do século XX ainda esteja vigente. Embora seja muito cedo para analisar a implantação das recentes Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs) instaladas nas favelas, no que se refere a duplicação e triplicação do valor financeiro dos imóveis nas imediações das favelas, esse é um fato constatado e indelével. Assim como no início do século XX, com Mattos Pimenta, no início do século XXI, as favelas, principalmente aquelas localizadas na Zona Sul do Rio de Janeiro, são alvos constantes da especulação imobiliária. Nesse caso, mais uma vez acentuam-se as tensões entre moradores das favelas e as propostas de remoções. No caso da favela Santa Marta, a primeira a receber uma Unidade de Polícia Pacificadora, o tema da remoção com o binômio especulação imobiliária aparece sempre. Foi criado um grupo articulado dentro da favela apenas para debater e discutir o assunto. Vejamos o que relata o presidente do Ecomuseu Nega Vilma sobre o assunto. Assim explica Kadão Costa:

“Então, o Santa Marta peculiarmente é uma favela cercada por muros, ele tem muro de ponta a ponta, dos dois lados, e esse muro ele existe há mais de 50 anos e ninguém construiu casa além do muro. As pessoas sempre respeitaram os limites da floresta e sempre viveu e criou uma relação com a floresta; então, é complicado... você não tem pra onde correr, literalmente. As pessoas crescem em cima das suas próprias casas, mas o morro não tem mais pra onde crescer. Então, essa política de remover é uma política que não sei se resolveria. Eu vou falar aqui - talvez isso não tem a ver - mas eu tive agora no Vidigal, e tive lá, e vi um hotel no máximo do máximo do mais alto da favela, o máximo onde o carro pode ir. Sério! São 20 minutos subindo de carro dentro do morro, como lá no Ecomuseu, sabe? Um lugar lá dentro. O cara fez um hotel de cinco estrelas; eu tirei foto, eu te mostro. E eu fui lá, e as pessoas estavam tomando Chandon, só que em volta era aquele lugar com barraco. Eu entendi como violência. Alguém tomar Chandon ali e construir um hotel de cinco estrelas, porque o hotel não conversa com a realidade da favela. Então, é isso assim. E pode conversar também, mas é uma discussão pra gente pensar.” (K. Costa, 2014)

A complexidade e as tensões criativas de sentido e a resiliência na favela atualmente se dão pelo processo de informação e formação de uma consciência crítica sobre as questões que envolvem a dinâmica de vida na relação com a cidade. Nas favelas que sofrem as remoções e, particularmente no Santa Marta, grande parte das pessoas entrevistadas demonstram ter consciência dos processos e as hipóteses para sua execução. Em 2010,

quando participamos da caminhada do alto do morro, contra as remoções, estavam presentes vários líderes comunitários de outras favelas que vivenciavam a mesma experiência. Em todas as falas no encontro, a relação entre território, mercado e desenvolvimento urbano era pontuada. Voltaremos a esse assunto nos outros capítulos. Esse tópico teve apenas objetivo de situar, através de momentos específicos, o lugar que as remoções das favelas ocuparam na relação entre expansão da cidade, território e identidade. Vale finalizar com o diálogo com o presidente do Ecomuseu Nega Vilma, Kadão Costa. Pergunto se ele sabe os motivos que o governo dá para realizar a remoção. Sua narrativa implica quase todas as questões que temos levantado. Assim, explica Kadão Costa:

“Sim, existem alguns motivos dados pelo governo e existem alguns fantasmas espalhados pela comunidade.

Os motivos dados pelo governo são que ali é uma área de risco, o que é uma controvérsia enorme. Existe uma obra ali feita por um outro governo para diminuir, minimizar ou acabar com esse risco, aí vem um novo governo com discurso do qual já foi tomado uma providência. Dois: havia um plano de construir ali uma rua que ligasse Laranjeiras a Botafogo, que foi altamente rechaçada, porque se passaria por dentro do Parque Lage. E os fantasmas são da realização de um polo turístico pleiteado pelos grandes empresários da cidade, a construção de condomínios de luxo.” (K. Costa, 2014)

Questionamos se ele acha isso possível, Kadão Costa responde:

“Acho possível, acho possível, porque como eu acabei de te dizer, eu vi, eu vi e fiquei muito assustado, e fiquei muito com medo e fiquei muito agoniado; tipo... os caras já estão, não é uma idealização, tem em todas as outras favelas um hostel, um hostel de ponta. Tem no Leme, tem na Rocinha, tem no Vidigal; no Santa Marta ainda não tem, e vai ter. Os caras falam: “Por que não vai ter um negócio ali?”. É isso, é o capitalismo avassalador. É óbvio que o nosso trabalho é de formiguinha; o nosso trabalho é de pelo menos mostrar que a gente não tá de tudo inocente, mas a gente vive num mundo que é isso. Eles vão expulsar os moradores aos poucos, de várias maneiras, de várias políticas, ‘né! É a tal da higienização.” (K. Costa, 2014)

6.2 A Controversa retirada da ‘Praia do Pinto’ na Lagoa Rodrigo de Freitas: caso prático do paradigma de urbanização in-sustentável

Pelo diálogo estabelecido até o momento, é possível perceber que todas as interpretações sobre a remoção devem ser consideradas. Não é irrelevante suspeitar que a remoção no Pico do Santa Marta faz parte de um processo de Higienização ou que ela se insere no contexto da supervalorização de áreas de grande valor comercial na Zona Sul. Ou simplesmente porque é área de risco, conforme alega o governo. A questão é que todas essas hipóteses têm sua fundamentação, quando acessamos a história do lugar que as favelas ocuparam no processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro. O problema é que a cidade também possui uma amnésia, e alguns episódios caem rapidamente no esquecimento. Por isso, fazemos questão de inserir nessa breve historiografia um dos casos mais famosos

de remoção, a saber, a favela da Praia do Pinto, que ficava numa das áreas mais valorizadas financeiramente da cidade do Rio de Janeiro, a Lagoa Rodrigo de Freitas. Uma série de fatores dessa remoção vincula ao que acontece no Pico do Santa Marta e, em particular, à história do Ecomuseu Nega Vilma. A região da Lagoa Rodrigo de Freitas representa simbolicamente o processo histórico de urbanização da cidade do Rio de Janeiro no modelo que denominamos 'sustentável para uns poucos e in-sustentável para muitos'. Com a Lagoa não foi diferente, como observam Souza & Farina que:

“Vale ressaltar que a valorização crescente da Lagoa e de seus arredores e o processo de transformação da área em local de moradia das classes altas despertaram o interesse de construtoras particulares que viram na urbanização, embelezamento e posterior loteamento da área, a possibilidade de obter lucros significativos.

(...) O plano-diretor da cidade do Rio de Janeiro, elaborado por Alfred Agache entre 1927 e 1930, foi uma das mais importantes tentativas das classes dominantes de controlar o desenvolvimento da forma urbana carioca. Ele propunha reorganizar o espaço segundo critérios funcionais da estratificação social do espaço.” (Souza & Farina, 2012, pp. 172, 173)

Essa forma de organizar o desenvolvimento urbano na cidade do Rio de Janeiro e, em particular na Lagoa, acarretará alguns problemas que eclodirão na década de 1960, com o aumento de moradores pobres numa área valorizada, sem uma política justa de habitação. Conforme explicam Souza & Farina, por “algum tempo, a população pobre e a elite habitaram simultaneamente a região da Lagoa. Essa convivência, no entanto, foi, e ainda é, marcada por grande conflito. A valorização da Lagoa atraiu as camadas mais abastadas mas, ao mesmo tempo, as favelas cresceram à sua margem.” (Souza & Farina, 2012, p. 173) É possível estabelecer um 'modus operandi' do desenvolvimento urbano carioca no século XX que entrelaça estratificação social, apropriação do território e especulação imobiliária. À medida que acontece uma mudança social e econômica no país, algumas áreas da cidade são valorizadas. Essa valorização fomenta a especulação imobiliária que, por sua vez, pressiona os governos a realizarem as remoções. Nos diversos casos da década de 60 e 70, o econômico e social estão unidos. Por um lado, a remoção favorece os grupos que ficaram com os terrenos e, por outro, possibilita que as famílias ricas não sejam incomodadas com o estilo de vida e o design das construções populares, que contrastam com as construções arrojadas dos prédios e casas luxuosas. Souza & Farina continuam sua análise sobre o que aconteceu na Lagoa após a valorização: “Nos anos de 1960 e 1970, começaram então as políticas de remoção da população pobre e das favelas que cresciam na região, como as da Praia do Pinto, da Macedo Sobrinho, da Catacumba e do Cantagalo.” (Souza & Farina, 2012, p. 173) A favela da Praia do Pinto preserva um dos capítulos mais tristes desse processo de urbanização. Como veremos à frente, Macedo Sobrinho terá uma ligação forte com a história do Ecomuseu Nega Vilma. A conclusão de Souza & Farina demonstra um traço do processo

econômico de valorização da área da Lagoa, antes local dos operários. Assim Souza & Farina explicam:

“As terras ao redor da Lagoa, como vimos anteriormente, se tornaram uma das áreas mais valorizadas da cidade e, assim, destinadas à moradia, ao lazer das classes altas. Nesse novo contexto, não havia lugar para moradia de populações de baixa renda. O processo de ocupação da rua Sacopã não foi muito diferente do que aconteceu no resto do bairro. Assim, as novas construções estavam voltadas para prédios e condomínios de luxo e para moradias das classes altas. Os moradores de classes mais baixas, que eventualmente residissem naquela área, deveriam ser removidos.” (Souza & Farina, 2012, p. 174)

O final da década de 60 e início de 70 provavelmente foi um dos períodos mais dolorosos das políticas de remoções. Uso da violência, desrespeito dos direitos humanos e uso do poder instituído contra as pessoas que moraram nessas regiões. Como já dissemos, a questão imobiliária no Rio de Janeiro há muito tempo é uma questão profundamente complexa. Oriunda de uma família de trabalhadores, a ex-deputada federal Benedita da Silva, narra sua experiência de infância sofrida e mostra como foi atingida pela remoção na Praia do Pinto:

“Mamãe veio para o Rio trabalhar, em 1936. Em 1938, voltou para buscar as crianças. Papai continuou em Minas Gerais e dizia: ‘Você é louca, mulher!’ Mas ela rebatia: ‘Não sou louca não, José. Nós vamos arrumar um lugar, e quando estiver bem eu mando te buscar.’ E foi isso que fez. Com os filhos, ela foi para a favela da Praia do Pinto, então localizada na Zona Sul Carioca, na Lagoa Rodrigo de Freitas, e hoje extinta, após um incêndio suspeito de criminoso e a remoção dos moradores, no Governo Negrão de Lima. Arrumou um barraco, abriu uma birosca e foi lavando roupa.” (B. Silva, 1997, p. 22)

O incêndio, supostamente criminoso, na Praia do Pinto, marcaria um capítulo na história das remoções e na consolidação do processo interpretado como de ‘higienização’. Os moradores removidos da região da Lagoa Rodrigo de Freitas foram conduzidos para diferentes lugares distantes da Zona Sul. Esse foi um período difícil porque, em função desses problemas, vários líderes de favelas se posicionaram, foram perseguidos e alguns presos, conforme documentam Souza & Rodrigues:

“Líderes favelados vinculados à antiga Fafeg (Federação de Associações de Moradores do Estado da Guanabara, substituída após a fusão Rio-Guanabara em 1975, pela Faferj), que assumiram a linha de frente na resistência das remoções, chegaram a ser presos. A Fafeg tinha liderado a resistência à remoção da favela no morro do Pasmado, no bairro do Botafogo (Zona Sul da Cidade), em 1964; mas foi depois que se opôs tenazmente à remoção da favela da Iha das Dragas, na área extremamente nobre da Lagoa Rodrigo de Freitas, em 1969, que uma forte repressão se abateu sobre a entidade. Seja como for, de 1962 (com Carlos Lacerda como governador do então estado da Guanabara) até 1974, oitenta favelas foram removidas, num total de 26.193 moradias destruídas e 139.218 pessoas expulsas.” (Souza & Rodrigues, 2004. p. 47)

E qual seria o futuro dessas pessoas? Será que não era possível construir apartamentos no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, principalmente no caso da Praia do Pinto, que não estava localizada no morro? Nas entrevistas realizadas com moradores do Pico do Santa Marta, estes fizeram, em sua maioria, a mesma reflexão. Reflexão que Souza & Rodrigues também fizeram: “Outra questão, então se coloca: onde foram morar as pessoas removidas?” (Souza & Rodrigues, 2004. p. 47) A resposta para esta pergunta pode ser dada pelo cinema. Embora não explore, especificamente, o tema da remoção, um dos filmes mais importantes do cinema brasileiro, “Cidade de Deus”, mostra a vida dos moradores que foram removidos, na sua maioria, do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas para o bairro “Cidade de Deus”, que fica em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Assim narram Souza & Rodrigues:

“Em 2002 foi produzido o filme ‘Cidade de Deus’, dirigido por Fernando Meirelles e baseado no livro publicado por Paulo Lins em 1997 (ver sugestão de leitura), o qual mostra a evolução daquele espaço segregado, o surgimento do tráfico de drogas e as diferentes formas que as pessoas buscam para viver. Na verdade, a Cidade de Deus surgiu, inicialmente, como um conjunto habitacional nos anos 60 na área de Jacarepaguá (que compreende diversos bairros), no Rio, para abrigar parte da população removida de várias favelas da cidade. (Ver mapa). No início, o filme mostra como era o conjunto: árduo, vazio, com péssima infraestrutura de água, luz e transporte, e habitações de qualidade duvidosa. Jacarepaguá, hoje em dia, é, em grande parte, um espaço denso e valorizado, mas na década de 60 absolutamente ‘longe de tudo’. Longe do centro da cidade, longe da Zona Sul e longe de bairros importantes da Zona Norte, como Tijuca e Méier. Ou seja, os moradores estavam distantes de serviços e equipamentos como hospitais e supermercados.” (Souza & Rodrigues, 2004. pp. 47, 48)

A remoção das favelas que ficavam no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas fornece vários elementos para se pensar um paradigma do projeto de urbanização do Rio de Janeiro que vai do início do século XX até as décadas de 60 e 70. É paradigma porque terá consequências na modificação de várias regiões da cidade nos anos que se seguiriam. Nesse momento, é possível perceber que, ainda que seja sistematizado de forma teórica ou consciente, no processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, está imbricado o tema do desenvolvimento urbano, o território, a especulação imobiliária e os conflitos das classes sociais. É possível abordar essas dimensões separadamente, porém, do ponto de vista da sustentabilidade transdisciplinar, é muito importante sempre perguntar que relação uma dimensão pode ter com a outra. Também é possível perceber que, em diferentes momentos, uma dimensão pode sobrepor a outra. Nesse aspecto, a questão econômica, que impulsiona a especulação imobiliária, parece ser constantemente um elo aglutinador que desencadeia outros desdobramentos, conforme demonstram Souza & Rodrigues, ao sintetizar a política de remoção desse período:

“A política de remoção fez com que numerosos favelados tivessem de ir morar em lugares distantes de seus locais de trabalho (o que representou ônus

financeiro adicional, devido ao custo do deslocamento) e insuficientemente dotados de serviços. A maior parte dos conjuntos habitacionais construídos para abrigar as pessoas removidas ficava nas partes mais afastadas do município (ou, até 1975, da cidade-estado da Guanabara), bem longe das vistas das elites e da classe média alta, principalmente na Zona Oeste ... Entretanto, apesar de todo sofrimento que causou, a política de remoções só foi 'eficaz' em parte, no sentido de 'liberar' algumas áreas particularmente nobres da Zona Sul da cidade. Em outras partes da cidade, as favelas continuaram crescendo e se multiplicando, e mesmo na Zona Sul, algumas favelas continuaram se expandindo (como a famosa Rocinha, onde vivem dezenas de milhares de pessoas)." (Souza & Rodrigues, 2004, pp. 48-51)

Passados vários anos, em 2014, o 'modus operandi' não mudou e as pessoas são deslocadas para áreas distantes de seus locais de nascimento. O modelo da política de remoção do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas dos anos de 1960 e 1970 continua presente como chave de interpretação das remoções de 2014. O testemunho da moradora Clea da Comunidade do Metrô-Mangueira mostra o agravante da distância. Assim diz Clea:

"É... sem precisar retirar, os que saíram já saíram, mas os que estão, fazer um bairro carioca, entendeu? Poxa, lá pra frente tem espaço pra caramba, mas já tá vazio também. Agora vê: hoje falaram aí que vão tirar 18 pessoas e jogar lá pra Santa Cruz. Eu tenho uma filha em Santa Cruz que sofre pra caramba; também ganhou apartamento grande lá, mas sofre pra caramba, coitada!

Tem a vida toda pra cá. Eu vou todo domingo lá, dentro das minhas condições, levar, porque ela tem três filhos, levar, ajudar, entendeu? E eu vou falar outra coisa: quase passando fome. Por quê? Porque dinheiro de condução, aonde jogaram ela lá? E aonde vão jogar não dá também não, não tem nada. A gente não dorme não, não dorme não. Eu acho uma tremenda covardia, falta de vergonha dos que estão aí em cima no poder. Mas fazer o que, 'né! Ninguém pode mudar. Ninguém pode mudar. A Dilma, a Dilma já falou várias vezes que ia dar moradia pra todo mundo, entendeu? Esse negócio de Bolsa Família pra ajudar tá valendo, 'né! Moradia, essas coisas aí... E cadê? Cadê a Dilma agora, cadê as moradias? Porque esse prédio que eles estão falando aí, esse condomínio que vai jogar essas pessoas que tá faltando está inacabado, entendeu? E nem se sabe quando que vai acabar, nem se sabe lá em Santa Cruz." (Clea, 2014)

Já a moradora Sheila Souza, do Santa Marta, perceberá aspectos mais delicados e aguçados do processo. Perguntamos se ela prefere chamar o processo que acontece no Pico do Santa Marta de remoção ou realocação. Nessa pergunta existe uma questão política muito forte com as duas palavras. A proposta do governo para os moradores do Pico do Santa Marta é diferente da proposta para os moradores do Metrô-Mangueira. São duas realidades que, embora guardem semelhanças, são completamente diferentes. Neste sentido, Sheila Souza oferece uma resposta bem profunda, que demonstra conhecimento das nuances históricas do problema da remoção, bem como a capacidade que atualmente os moradores têm para se articularem. Assim responde Sheila Souza:

"Não, eu acho que os dois movimentos são muito agressivos, entendeu? Eu acho que é um movimento também bastante descabido, assim, eu não consigo entender. A gente já, eu já participei de muitas reuniões aqui desse processo de urbanização. Pra mim sempre foi muito difícil, porque eu sempre vi com muita raiva, com muita chateação essa intervenção governamental aqui, que é muito desrespeitosa, e o Pico, na verdade, é só mais uma ponta dessa maneira de se

fazer política em área de favela. Então, o que acontece? A gente tem hoje no Pico é violência mesmo, eu acho que é remoção, eles tentam remover e realocar as pessoas. Então, eu acho que... e eu espero que a gente siga nessa resistência, e a gente consiga realmente lograr, porque o governo come pelas beiradas, 'né! Então, eles esperam a gente cansar pra depois vir dar o bote, 'né! Então, esperam os ânimos apaziguarem; esperam as pessoas acalmarem e tal, mas eu vejo que isso é um exemplo mesmo de como é que a intervenção governamental não deveria ser feita. Infelizmente, é isso. E o Pico é um exemplo disso. A gente sabe que aquilo não é uma área de risco como o governo fala. Eles têm aqui no Santa Marta, Delambre, eu não sei se vocês tiveram acesso: a gente teve uma das reuniões que eles mostravam que o morro inteiro era área de risco. Uma vez que fizeram a intervenção, eles minimizaram esse risco e as pessoas puderam morar aqui. O próprio governo. Esse trajeto todo do bonde ali era área de risco, e eles fizeram o bonde lá em cima. E aí eu lembro que eles foram mostrando o mapa e, tipo assim, conforme eles foram fazendo as intervenções eles foram tirando o vermelho, que o vermelho era área de risco. E eles foram mudando as cores. E aí só ficou o Pico como área de risco. Você tá entendendo?" (S. Souza, 2014)

Coincidentemente, a parte a que a moradora Sheila Souza se refere é o Pico do Santa Marta. Esse local é o mais valorizado atualmente e o que mais sofre a especulação. Ele possui algumas características que o tornam peculiar. Primeiro, para se chegar a essa área, não é necessário atravessar a favela e nem utilizar os bondes. O acesso é feito pelos bairros Botafogo e Laranjeiras, ambos de classe média alta. Por esses bairros, é possível chegar ao Pico do Santa Marta de carro, táxi, bicicleta ou mesmo fazendo uma deliciosa caminhada pelas ruas largas e arborizadas. As ruas são calçadas e têm uma vista panorâmica para os principais pontos turísticos da cidade. Outra peculiaridade é que, na chegada do Pico por esses bairros, está instalada a Unidade de Polícia Pacificadora – UPP, o que simbolicamente representa segurança para os turistas. A outra peculiaridade é a mata, quase virgem, que divide a área com o Pico. Numa caminhada de trinta minutos, chega-se ao famoso Mirante Dona Marta. Embora tenha o nome de Dona Marta, o acesso ao Mirante é feito pelo outro lado da cidade, e recebe uma quantidade enorme de turistas todos os dias. O Ecomuseu Nega Vilma está imbricado nessa problemática, desde a remoção na Lagoa Rodrigo de Freitas, e no momento atual, como veremos no próximo tópico.

A experiência de diversas comunidades que foram retiradas do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, pelo lugar que ocupa na formação da cidade, torna-se um paradigma de urbanização 'in-sustentável'. Embora da década de 80 em diante não se tenha mais a 'remoção' como política pública de urbanismo, vários elementos desse período estarão presentes nas falas dos moradores: a capitalização do território e subsequente valorização; a especulação imobiliária; o uso do modelo da força, isto é, 'modus operandi' da ditadura e a higienização da cidade.

6.3 Ecomuseu Nega Vilma no Pico do Santa Marta: raízes identitárias na Lagoa Rodrigo de Freitas

O Ecomuseu Nega Vilma está situado no pico do Santa Marta, área demarcada para remoção. Porém, existem outros fatores históricos que o colocam imbricado completamente nesse problema, ainda que legalmente ele tenha apenas três anos de existência. O trabalho de memória, porém, é bem antigo. Para compreendermos essa ligação identitária, é fundamental retomar um pouco da história de Geralda, mãe de Nega Vilma, que semelhantemente à mãe da ex-deputada Benedita da Silva, também saíra de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, como demonstramos abaixo:

“A saga de Nega Vilma simboliza a história de milhares de brasileiros e brasileiras: gênero, as questões racial, religiosa, social e de trabalho; discriminação, arte e vivência comunitária solidária. Por causa de necessidades de trabalho e sobrevivência, Seu João, irmão mais velho de Dona Geralda, sai de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, sonhando com dias melhores. Depois de um tempo, estabilizado no Rio de Janeiro, traz a irmã Geralda para os afazeres domésticos. Nesse contexto, Geralda é violentada pelo irmão, e fica grávida de Vilma. O irmão, por sua vez, venderia a filha-sobrinha pra um casal estrangeiro antes mesmo do nascimento. Após dar à luz, Geralda pediria para não avisar o irmão e pai da criança. Ela conta a história para uma amiga do hospital, que resolve ajudá-la. Geralda e Vilma seriam acolhidas por uma Mãe de Santo no morro. Dessa convivência, nega Vilma levaria para a caminhada a religião do terreiro e o acolhimento que salvaram sua vida. Com contornos diferentes, as entrevistas que fizemos com familiares deixam entrever essa narrativa como miolo que se repete da história de Geralda e sua filha Vilma. Isso está de acordo com nossa proposta em História Oral, isto é, buscar coerência e não veracidade das narrativas sobre Nega Vilma.” (D. Oliveira, 2013, p. 31)

Geralda, mãe de Nega Vilma, parte da sua vida criaria seus filhos na comunidade do Macedo Sobrinho que ficava também no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas. Na mesma década de 60, por causa da política de remoção de Carlos Lacerda, ela, com vários filhos pequenos, sofre as mesmas consequências desse processo que atingiu a composição da cidade do Rio de Janeiro. Na entrevista que realizamos com Kadão Costa, sobrinho de Nega Vilma, neto de Geralda e presidente do Ecomuseu Nega Vilma, ele traz a memória dessa ligação identitária com a Lagoa Rodrigo de Freitas. Assim narra Costa:

“Então, minha família foi para o Santa Marta como resultado da remoção do antigo Morro do Pinto¹⁹⁶, que fica do lado oposto da Santa Marta ali. E na época, os moradores dali seriam removidos para a Cidade de Deus ou Vila Kennedy, que eram as cidades planejadas da época que foram feitas para receber as pessoas que estavam sendo removidas da zona sul da cidade. Minha família, junto com algumas outras famílias, conseguiu mudar pra cá, porque já conheciam antes o Santa Marta. Pegou os destroços do seu barraco e se transferiu para o alto do Santa Marta, com as madeiras do barraco que moravam lá no morro.” (K. Costa, 2014)

¹⁹⁶ Também chamado de Praia do Pinto.

A narrativa de Kadão Costa é bastante detalhada pelos tios, que ainda eram crianças quando tudo ocorreu. No entanto, passados mais de quatro décadas, eles conseguem relatar com detalhes como se deu o processo de saída da comunidade do Macedo Sobrinho que formava esse complexo de favelas com a Praia do Pinto, Morro do Sossego e outras que ficavam no entorno da Lagoa, próximo também ao Jardim Botânico. Diferente de diversos outros ecomuseus, o Nega Vilma, como é chamado nas rodas de memória, é um dos poucos ecomuseus que parte da memória de uma família, de uma negra e mulher. Portanto, essa memória atravessa vários símbolos presentes na formação do povo brasileiro. Um dos filhos de Geralda, o capoeirista Mestre Sorriso, relata sua memória de infância do processo de remoção. Assim destaca Mestre Sorriso:

“Eu nasci no morro do Sossego. Nasci em casa. Cheguei no Santa Marta com cinco anos de idade. Na época, o Carlos Lacerda,... eles fizeram um projeto para tirar as favelas, “né, os morros que tinham aqui na Zona Sul. E tiraram a Praia do Pinto, tiraram o Querosene, tiraram alguns morros por ali, entendeu? Aí tinha uma favela perto da PUC, tiraram também, e tiraram o morro do Sossego também.”
(Mestre Sorriso, 2013)

É muito importante perceber que essa memória da remoção e da política de remoção do governador Carlos Lacerda é viva e destacada na fala de todos eles. Neste sentido, fica evidente que a ligação identitária e ‘sustentável’ do Ecomuseu Nega Vilma com a Lagoa Rodrigo de Freitas é uma ponte para interpretar o presente à luz do passado, que pode ser ainda muito presente. Essa vinculação indentitária e sustentável possibilita inserir outros elementos da constituição da dignidade humana no processo de construção de políticas públicas equidade social. Nesse campo específico, a pesquisa também se torna um instrumento político, já que por diversos fatores ‘políticos’ o próprio Ecomuseu Nega Vilma não pode instrumentalizar suas raízes identitárias de transeunte na própria pátria sob pena de exclusão e represálias. Na continuidade do diálogo, é possível perceber a descrição de elementos afetivos que, sob o paradigma da sustentabilidade transdisciplinar, são incluídos conflituosamente¹⁹⁷ no processo de urbanização e planejamento das cidades. Perguntamos onde ficava mesmo o morro do Sossego, na Zona Sul. Mestre Sorriso responde e demonstra toda afetividade a que a lembrança do local o reporta. Portanto, assim relata Sorriso:

“Lá no Jardim Botânico¹⁹⁸ era Ponte Tábua, não sei se ainda é; aí você subia a Maria Angélica; por ali você subia, ia sair no morro do Sossego. Entendeu? Tinha uma escadaria e tinha duas subidas, como aqui. Tinha uma escadaria que subia e tinha outra que você passava por uma mata. Pulava um canto. Não era um morro com essas coisas grandes; era um morro pequeno, bem familiar. Lá era o morro do Sossego. Até hoje eu passo por lá, olho assim, pô!... dá uma tristeza, ‘né, cara! Tinha uma história, ‘né! Lá que eu conheci meu pai, porque eu fiquei muito pouco tempo com meu pai. Depois viemos pra cá pro Santa Marta. Mas a gente não veio quando tirou lá o morro do Sossego. A gente ia lá de vez em quando, porque

¹⁹⁷ A ‘Tensão Criativa de Sentido’ que trabalhamos na primeira parte.

¹⁹⁸ O Jardim Botânico é uma região nobre que fica também nas intermediações da Lagoa Rodrigo de Freitas.

tinha algumas pessoas que moravam lá ainda. Saímos antes de pegar essa destruição lá, sacou? A gente tinha as pessoas, os conhecidos, minha madrinha morava lá, e de vez em quando, a gente saía daqui do Santa Marta pra ir pra lá. Vamos lá no Sossego? Vamos lá. Saía uma galera. Lá ia eu, meu irmão Walmir, Saladinha, uma galera daqui, entendeu? Lá no morro do Sossego.” (Mestre Sorriso, 2013)

A descrição do Mestre Sorriso é marcada por uma intensa expressão de afetividade que envolve o processo de remoção. O local das brincadeiras, a ponte, detalhes da subida, as escadas, a comunhão no morro, a dimensão familiar, a memória forte do pai, a madrinha, o retorno com os amigos e a tristeza de passar próximo ao local onde se construiu uma história, e presenciar total destruição. Provavelmente uma das maiores contribuições do conceito de ecomuseu está em discutir as remoções como musealização do território visto como poço de memória afetiva: museologia do afeto. Por isso, é tão importante estabelecer pedagogicamente a vinculação identitária e sustentável do Ecomuseu Nega Vilma com esse período da história de urbanização in-sustentável da cidade do Rio de Janeiro. Sua memória só existe porque a política de remoção do governo Carlos Lacerda aconteceu. Por isso, é extremamente importante estabelecer essas ligações como pesquisa porque, mesmo na sua prática, por fatores externos e políticos, nem sempre é possível instrumentalizar pedagogicamente essa memória como forma de repensar o lugar da favela na cidade. O irmão mais velho de Nega Vilma, Waldir da Costa, também compartilhou detalhes desse processo de remoção quando ainda moravam no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, como se vê abaixo:

“Ela [a mãe] derrubou toda sua casinha de madeira lá, tinha um amigo que tinha um caminhão, botou no pé do morro Santa Marta que ela tinha vínculo porque tinha vivido antes. Tinha uma área vaga no alto do morro. Então, ela transportou seu barraco de lá. Eu me lembro, eu tinha oito, nove anos de idade, nós jogávamos a madeira embaixo, botava no caminhão e depois subia. Tirava um barraco de lá e subia um outro. E ali ela descobriu uma área vazia, que era um outro terreno que pertencia à Gurilândia, Antunes... E o pessoal invadiu. Minha mãe era uma guerreira. Dizia: vamos fazer uma cidade nova! Construiu uma casinha lá com o material que tinha. Não muito tempo, dois meses depois, o governo, o secretário do prefeito subiu com a polícia e derrubou tudo, rapaz. Eu me lembro! Eu chorava porque era difícil. A gente comia... nossa base da comida era angu e feijão. Farinha de milho. Pra comprar isso, a gente tinha que... Eu vi o cara jogando nossa comida assim e dizia: ‘Qual é? Misturando com farelo!...’. Derrubaram nossa casa; tudo bem, era criança.

Não tinha luz elétrica... Não tinha dinheiro para comprar o lampião. Tinha gente que tinha isso. A luz era: pegava uma garrafa, colocava querosene e um barbante, a chapinha e fazia luz. Éramos felizes porque minha mãe tinha música no sangue; e ela tinha todos os instrumentos; não sei como ela conseguia; ela não tinha nada pra comer, mas chegava lá em casa, tinha um banjo, um violão, tinha um surdo, entendeu? Então isso é parte de minha infância.” (W. Costa, 2013)

A memória do passado é um dos excelentes recursos para interpretar e discernir o presente, ‘direito à memória’. Estabelecer as raízes identitárias do Ecomuseu Nega Vilma na

Lagoa Rodrigo de Freitas é fazer pedagogicamente esse caminho, que começa em Minas Gerais, passa pelo entorno da Lagoa, Jardim Botânico, até chegar ao Pico do Santa Marta. Se não houvesse nenhum instrumento provocativo que perguntasse as razões desse percurso e sua vinculação com o processo de urbanização da cidade do Rio, ele em si já é sintomático. A história de Geralda e Nega Vilma são rizomas que dão conta de aprofundar problemas crônicos da identidade de aceitação característica multifacetada da nação brasileira. No percurso dessas duas guerreiras, está posto o lugar da mulher na construção e sustentação da cultura de resistência, folclórica, lúdica, musical, maternal e matriarcal da Cultura Brasileira. Os filhos formam sua identidade numa vinculação quase que telúrica com a mãe. Na narrativa, é possível também perceber os elementos da dignidade humana que são solapados quando se tem a relação estreita entre ditaduras, poder e bens financeiros. E por último, o mais emblemático: transeuntes e estrangeiros na própria pátria, ¹⁹⁹ persistência de um modelo de urbanização insustentável.²⁰⁰ Quando analisamos pelo paradigma remoção, na década de 30, Alfred Agache faz o primeiro discurso que vincula urbanização às remoções das favelas. Na década de 60, Carlos Lacerda implementa a política de remoção como proposta de urbanismo. No início do século XXI, se Geralda e Vilma estivessem vivas, dentro do processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, elas estariam vivendo o mesmo drama que os fez chegar ao Pico do Santa Marta. Portanto, do ponto de vista da vinculação identitária, o Ecomuseu Nega Vilma poderia também se chamar Ecomuseu em Trânsito e resiliente.

¹⁹⁹ Num diálogo com a literatura, caberia uma ligação simbólica com o romance 'O Estrangeiro' de Albert Camus.

²⁰⁰ A expressão 'urbanização in-sustentável' se refere apenas aos momentos do século XX que as remoções foram usadas como elemento central para apropriação do território pelo governo ou por empresários que aproveitaram a valorização do solo em momentos específicos. Nossa pesquisa não teria fôlego para analisar outros elementos da urbanização da cidade que foram importantes no cenário de adequação da cidade às demandas do mundo na época. O termo 'insustentável' insere nossa discussão, que poderia estar restrita aos campos de Museologia e de Ciências Humanas, em outro paradigma tanto do conhecimento quanto de construção das cidades no século XXI.

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO VII – CONTEXTUALIZAÇÃO DA URBANIZAÇÃO/REMOÇÃO NA FAVELA DO SANTA MARTA, RIO DE JANEIRO

Capítulo VII – Contextualização da Urbanização/Remoção²⁰¹ na favela Santa Marta, Rio de Janeiro

7.1 'Zeitgeist' 1: O argumento do Governo do Estado para Urbanização/Remoção: reunião de apresentação da proposta no Santa Marta, dia 17.01.2012

Além de vários moradores do Pico Santa Marta, nessa reunião estavam presentes o Vice-Governador, Luiz Fernando Pezão; o Presidente da EMOP, Ícaro Moreno; e a coordenadora do PAC Social, Ruth Juberg. A abertura da reunião ficou por conta do presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, Zé Mário. Após, praticamente, dois anos em que as obras de urbanização ficaram paradas na comunidade, o governo do estado retomou os trabalhos. Antes, portanto, no dia 17 de janeiro de 2012, aconteceu uma importante reunião com os moradores na quadra do Santa Marta para a cerimônia de assinatura de autorização do início da segunda fase de obras na comunidade. O objetivo desse encontro era apresentar o que tinha sido realizado e discutir com os moradores o restante da obra de urbanização. Esse encontro torna-se paradigmático, porque o governo apresenta seus argumentos que vinculam urbanização à retirada de famílias do Pico do Santa Marta, como parte do projeto de urbanização da favela. A nota sobre a reunião na página da vice-governadoria assim pontuava:

“Primeira comunidade pacificada no estado, o morro Santa Marta, em Botafogo, vai receber mais obras de reurbanização. Um pacote de R\$ 8,1 milhões, em verbas estaduais, foi anunciado nesta terça-feira (17/1) para financiar a segunda fase das intervenções na comunidade, que inclui a construção de 64 unidades habitacionais. As novas moradias vão abrigar famílias que vivem em construções precárias, condições insalubres ou em área de risco. A previsão é que essa etapa seja concluída em um ano.

Os 64 novos apartamentos serão construídos em um terreno próximo à entrada do plano inclinado e ao muro que estabelece o ecolimite da comunidade, que tem por objetivo impedir o surgimento de construções irregulares. Quatro deles serão adaptados a portadores de necessidades especiais. Além disso, 225 residências receberão melhorias, para melhorar as condições de habitabilidade, e 450 casas terão sua regularização fundiária efetivada pela equipe do Trabalho Social, que permanecerá na comunidade até seis meses depois da conclusão das obras.”
(Secretária de Obras [SEOBRAS], 2012)

Para termos condições de compreender o processo de urbanização no Santa Marta e suas consequências para a vida dos moradores, decidimos apresentar a reunião praticamente na íntegra. O motivo é porque, assim, teremos o mapeamento completo sobre como o governo do estado compreende e implementa a urbanização na comunidade do Santa

²⁰¹ Como veremos na fala do presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, é possível falar tanto de Remoção quanto Realocação. Mantemos a palavra 'Remoção' por ser mais popularmente aceita. José Mário prefere falar 'Realocação' porque os moradores serão realocados, em apartamentos próximos, na parte baixa da favela. Para ele, remoção significa levar as pessoas para muito longe do bairro, como aconteceu em outros lugares.

Marta.²⁰² Outro aspecto importante são as perguntas feitas pelos moradores. Esses questionamentos, em linhas gerais, seriam os mesmos que faríamos para compor os elementos da pesquisa. Nesse caso, tendo como pressuposto o referencial teórico da primeira parte, o interessante é que temos aqui uma experiência viva, distante um pouco da frieza analítica em que se transforma uma entrevista de história oral se o pesquisador não se aproxima primeiro do universo afetivo e simbólico das pessoas. Essa reunião do dia 17 de Janeiro de 2012 já era aguardada pela comunidade. Em novembro de 2011, o presidente do Grupo Eco Itamar Silva reuniu-se com moradores do Pico do Santa Marta para discutir o projeto de urbanização, "Reunião sobre o Retorno da Urbanização". (TV Favela/Grupo Eco, 2011). Portanto, a importância desse encontro é que ele acontece na metade do processo de urbanização. Algumas obras já tinham sido feitas, houve uma parada, e agora seria a retomada.

A reunião de 2012 inicia-se com a fala do presidente da Associação dos Moradores, Zé Mário, que também estava na reunião de novembro de 2011, na qual lideranças comunitárias e moradores discutiram as consequências da urbanização para a vida do morador. Na fala inicial, devemos perceber que, embora o tema seja a urbanização, as principais questões destacadas por ele estão relacionadas à memória, à história e os significados mais amplos do território. Quando apresentarmos os tópicos seguintes, será possível perceber que essa discussão já estava posta na favela. Portanto, assim, destaca Zé Mário na abertura da paradigmática reunião de 2012 com o governo e a comunidade:

"Algumas pessoas estão com suas vidas atadas, sem saber o que vai ser feito deles, e nós, que temos uma história de resistência, uma história de luta, né, já vieram dos nossos pais, dos nossos avós... queremos continuar lutando para os nossos filhos e para os nossos netos. Queremos lutar para que o Santa Marta seja um lugar bom de se viver, mas pra nós, moradores daqui, né!? O Santa Marta possa ser bom para nós, nós que moramos, nós que criamos nossos filhos, temos os nossos netos. O Santa Marta não pode ser bom para o pessoal que vem de fora pra cá. Então, essa é uma luta árdua que a gente quer montar essa discussão e melhorar a vida dos moradores lá do alto! Sim, mas discutindo com eles, visando, mostrando o que é o melhor pra eles, né!? Nós pensamos em revitalização daquela área, mas eu não sou engenheiro, não sou arquiteto. Essa é a parte que cabe ao Ícaro. Então o que seja melhor para eles. Não queremos casa caindo? Não. Queremos ver o pessoal morando satisfeito? Sim. Discussão aberta, democrática, nós vivemos num país de estado de direito, democrático, onde todo mundo tem direito a voz, tem direito a explanação e aqui não vai ser diferente, né!? Vamos tentar costurar essa colcha, de maneira que todos saiam satisfeitos: estado, município e, principalmente, a nossa favela. Nós que somos os moradores aqui, nós que somos o dono desse chão, certo? Nós moramos aqui há 70 anos. Então, esse é um problema crucial, Pezão; queria que você passasse para o pessoal. Tem moradores também. Quando o Sérgio Cabral esteve aqui no primeiro mandato, ele falou que ninguém mais viveria em condições subumanas no Santa Marta. Ninguém moraria mais em barraco de madeira." (Mário, 2012)

²⁰² Isso só foi possível porque temos o áudio completo da reunião, com as intervenções dos moradores e as respostas do governo.

Em seguida, o presidente da Associação de Moradores faz um pequeno resumo sobre como o processo de urbanização aconteceu nos anos passados e quais as consequências para a dinâmica de vida dos moradores e algumas perguntas. Essas questões também estão presentes nos testemunhos dos moradores com quem dialogamos para trazer a realidade para a pesquisa, a partir do morador. Por isso, essa reunião tornou-se paradigmática em nossa pesquisa, uma vez que tínhamos as pessoas que poderiam responder diretamente para a comunidade. Assim narra Zé Mário:

“Então, começou esse trabalho muito bom, mas que depois parou, você sabe que parou um tempo, e os moradores, eles procuram a associação. Claro, eu fui eleito para isso; foi por isso que vocês me deram 83% dos votos. Tem pessoas cobrando de mim, eu vou lá e cobro dele. Cobro do governador, do vice-governador, cobro do Ícaro, ‘né, pra dar satisfação pra comunidade, para legitimar a situação dos moradores do Santa Marta. Sair do aluguel social; já falei com o Pezão. O pessoal parou de pagar o aluguel social e ficaram mais de dez meses sem o pessoal receber o aluguel social, Pezão. Inclusive, a moradora que morava debaixo do chão, o proprietário pediu a casa que ela estava morando por não receber o aluguel, ela voltou pra debaixo do chão.” (Mário, 2012)

Essa é outra situação que foi recorrente nas entrevistas e nas discussões que tivemos com as lideranças comunitárias. Após decretar que o terreno era de risco, a pessoa saía da casa, que era derrubada, e o morador recebia (e ainda recebe) um aluguel social de quatrocentos reais, até a obra ficar pronta. Esse problema relatado pelo presidente da Associação é recorrente em outros contextos. Na continuidade da fala, o presidente, Zé Mário, demonstra a insatisfação:

“Então, isso me causa um constrangimento, me causa uma indignação, né, porque nós lutamos pra mudar a vida daquela pessoa, e ela teve a força maior que é o estado; ela se sentiu decepcionada. E a moradia, gente, ela é um direito constitucional. Todo mundo tem direito à moradia, moradia digna, tal como o direito a saúde, a alimentação, o esporte, o lazer... isso tudo é direito constituído. Os grandes vêm para aplicar, né, pra fazer essa aplicabilidade dentro da nossa comunidade. Nós, como moradores, temos que estar atentos pra poder fazer com que esses nossos direitos sejam respeitados dentro da nossa comunidade. E também, Pezão, os moradores ficam com muito vai-e-vem de informação. Aí falaram que vai ser feito outro plano inclinado do outro lado. Eu disse para o pessoal, agora que é hora de saber a verdade diante do nosso vice-governador. Falam que vão fazer outro plano inclinado, e vão tirar diversas casas do lado de cá. Isso vai causar euforia, uma sensação de insegurança nos moradores, e eles vêm me cobrar, que não vão sair, que moram aqui há 50 anos. Eu falo assim: oficialmente, o governador e o vice-governador não passou nada disso. Nada disso! Isso é uma discussão que nós vamos ter nessa reunião agora, extraordinária. É, então, pra isso que eu convoquei vocês aqui, pra juntos, olho no olho, olho no olho com vocês, certo? Pra juntos a gente buscar o melhor caminho e o melhor jeito para que as pessoas possam viver em paz, em harmonia, em contato com a natureza dentro da nossa comunidade, porque o Artigo 1 da nossa Constituição diz que todos nós temos o direito à vida e viver em liberdade, em harmonia com a natureza. E é isso que a gente quer.” (Mário, 2012)

De alguma forma, questões importantes sobre a urbanização estão postas acima em forma de problema. Nesse aspecto, adiantamos que, lendo a partir de dois modelos do

paradigma de urbanização do século XX que citamos, temos uma evolução que agrava a 'tensão criativa de sentido'. Ainda que as respostas não sejam satisfatórias, a presença do vice-governador na comunidade para apresentá-las²⁰³ deve ser analisada com cuidado. Assim, Zé Mário pontua os principais problemas do processo de urbanização no Santa Marta:

"A gente não quer brigar com o governo do estado, com o prefeito, não quer brigar nada. A gente quer os direitos constituídos sendo estabelecidos dentro da nossa comunidade. E eu tenho certeza, 'né, eu conheço o Pezão há muito tempo; eu conheço o Sérgio Cabral há muito tempo, conheço Eduardo Paes há muito tempo. Eu tenho certeza que nós juntos vamos buscar a melhor solução para os moradores do Santa Marta.

Então, eu estou deixando aqui os maiores questionamentos que são feitos na associação. Como fica o pessoal lá do Pico, da parte alta, que está excluída do projeto social até hoje? Inclusive eu te levei lá quando a gente botou água lá em cima, bomba, o Pezão estava, vocês lembram? Então, como fica a situação dos moradores de lá? Posso construir ou não posso? Posso melhorar a minha casa ou não posso? Como é que fica o pessoal do aluguel social? Como é que fica a situação desses moradores que moram em barraco de madeira? E como é que fica o nosso saneamento básico? Porque hoje o povo tá pagando água e esgoto e morando em cima de barro, 'né !? Então, a briga que eu tenho batido bastante aí, tenho divulgado bastante na mídia, vocês têm acompanhado, colocado na Globo: a melhoria dessas pessoas que tem que conviver com o odor o dia inteiro e, no final do mês, tem que pagar sendo cliente da CEDAE. Então, são tópicos pequenos, mas tópicos que, dentro da comunidade, tornam-se grande, que é a grande maioria das reclamações. O nosso vice-governador, Luiz Fernando Pezão, estamos juntos!" (Mário, 2012)

Sem se referir conceitualmente aos temas da remoção, patrimônios material, imaterial e cultural, memória social, sentido de lugar, identidade, direito à cidade e à memória, desenvolvimento sustentável ou outras teorias que destacamos na 'sustentabilidade transdisciplinar-Inteira', podemos perceber que o processo de urbanização no Santa Marta implica, praticamente, todas as questões que se referem a território e suas interações corolárias na cidade. Portanto, temos a complexidade. Diante dessa fala, o Vice-Governador Luiz Fernando Pezão pontua:

"Vai falar, o Ícaro vai falar sobre as intervenções que nós vamos fazer aqui e tentar tranquilizar o máximo aí as pessoas que o Zé Mário falou que estão ansiosas. Vai colocar essa segunda fase das obras do PAC, e depois eu vou explicar qual é a terceira." (Mário, 2012)

O Vice-governador poderia dialogar com as questões levantadas por Zé Mário, como representação da comunidade. Porém, Luiz Pezão passou a palavra para Ícaro Moreno, presidente da Emop, a saber, Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro:

"Bom dia a todos, bom dia a todos os amigos. Zé Márcio, não, Zé Mário. Zé Mário, você eu acho que foi muito feliz aí; pra mim nota dez, tirou nota dez. Todas as suas palavras aí foram fantásticas. Agora, foi exatamente esse ato, esse tempo que a gente ficou fora daqui gerou esse problema todo, gerou essas indefinições; é assim

²⁰³ Como veremos, não há uma discussão porque o projeto já está pronto. Passados dois anos, as principais reivindicações dos moradores do Pico não foram atendidas. Mas, inserida no âmbito da 'tensão criativa de sentido', o movimento do encontro tem peso importante no processo de mudança.

mesmo, nós estamos voltando. Voltamos hoje. Estou com a empresa aqui, os engenheiros da EMOP, o diretor, o Roberto, que já estava aqui, e o Ivan que é coordenador; e estou com a Ruth, que é a parte social. Primeira coisa que nós vamos fazer aqui, que esclarece as dúvidas todas, é exatamente que nós temos um cadastro. Nesse cadastro, tem pessoas que estão em área de risco; tem pessoas que estão em casa de madeira, e tem pessoas que estão com casa de madeira e de alvenaria. Essas que estão em casa de madeira e alvenaria... nós estamos construindo, vamos construir agora 64 casas e mais 128: são 192 casas, apartamentos que são assim um bolsão. 192 apartamentos para poder remanejar as pessoas, e quem está na área de risco também. E tem melhoria habitacional: são melhorias que nós já começamos a fazer; são 457 melhorias habitacionais, entre 1ª e 2ª fase e a 3ª fase. Então, eu só quero dizer o seguinte: que a primeira coisa que nós vamos fazer... eu estava orientando o pessoal aqui. Eu vou participar também, como participei com o Zé Mário aqui dessa grande tabela." (Moreno, 2012)

Aqui já podemos mostrar um dos motivos pelos quais construímos o referencial teórico transdisciplinar. O presidente da Emop compreende as colocações do presidente da associação e responde, já mostrando que a urbanização, conforme planejou o governo do Estado, é uma resposta a esses problemas também. A primeira coisa foi cadastrar as famílias que estão nessas áreas. Em princípio, atitude coerente, por isso percebemos que a remoção está no projeto de urbanização da favela. No destaque seguinte, o presidente da Emop, Ícaro Moreno, reforça que a urbanização serve para resolver o problema desses moradores; porém, acrescenta a explicação central, a saber, o órgão que analisa quais são as áreas de risco. Ícaro Moreno completa:

"E as pessoas que estão lá em cima na área de risco, nós vamos conversar com a Geo-Rio, nós também temos da Emop, teve um concurso agora, tem pessoas de geotécnica na Emop e o pessoal da Geo-Rio, vamos conversar e ver as casas que realmente necessitam, que podem fazer melhoria ou as que vão ter que remanejar. As casas que estiverem em caráter em risco, e a gente tem que fazer uma construção muito pesada, uma contenção enorme, adiantamento enorme, essas casas certamente nós vamos conversar com as pessoas e mostrar pra elas o risco. Tudo democraticamente e bem aberto. Eu sei porque a gente trabalhou aqui: Olha, a sua casa tá em área de risco. E aí vai ter a oportunidade: ela vai para a área social, a Ruth vai entrar, tem o aluguel social e ela vai ficar esperando a casa. Essa fase 2 são um ano de obra, tanto para melhoria habitacional, como também para pessoas de casas novas." (Moreno, 2012)

Nesse aspecto, temos mais uma resposta do governo para as casas que estão em área de risco, e são necessárias grandes obras; a escolha do governo é o remanejamento, segundo ele, discutido democraticamente. Portanto, pela dimensão do governo, o preço do reparo é maior do que construir os apartamentos. Da mesma forma, é possível descrever aí o conceito de urbanização como transformação arquitetônica do espaço. Assim, na continuidade, Ícaro Moreno volta a afirmar a tese da urbanização vinculada à remoção:

"Eu penso assim. Eu já vou falando, não vai ter plano inclinado e não vamos remanejar as pessoas, fazer um remanejamento de pessoas aqui. São três tabelas: casa de madeira, casa de madeira pra alvenaria, quem tiver em área de risco e quem tiver em insalubridade. Se você tiver numa área que é muito insalubre, que a vala negra passa embaixo, tiver insalubre, esse também vai entrar na tabela, se não tiver o que fazer. Essa é uma avaliação que nós fizemos há um ou dois anos atrás,

vamos reavaliar tudo de novo, se tiver que fazer mais casas, a gente faz, a gente tem que ter esse quadro bem claro, bem transparente com o Zé Mário e junto com vocês a gente debater isso, tá?" (Moreno, 2012)

A solução para as questões insalubres e de saneamento básico faladas por Zé Mário, estarão presentes nos testemunhos dos moradores entrevistados. Avalia-se novamente, não é para rever o remanejamento, realizar obras para que as pessoas tenham qualidade de vida no local, mas fazer mais casas, isto é, remanejar mais pessoas. Nossa problematização tem como referência o valor significativo da casa e do território para a formação da subjetividade. A discussão sobre cidades sustentáveis no Rio de Janeiro precisa incluir esses valores na nova conceituação de desenvolvimento urbano. Se, em linhas gerais, o programa já está pronto, ele tem dificuldades de receber mudanças em sua estrutura fundamental e funcional. Na leitura do governo, basta fazer essas obras que já se tem uma melhoria na qualidade de vida dos moradores da comunidade. Por isso, o presidente apresenta as obras feitas na primeira fase. Isso também já é uma resposta do governo às lideranças comunitárias que entrevistamos, que pontuaram as consequências das obras de urbanização dessa primeira fase para elementos da identidade e a história da favela. Segue a fala de Ícaro Moreno:

"E o que nós vamos fazer agora, na 2ª fase, está programado; me ajuda aqui, por favor. Vou marcar uma reunião com a Ruth, com o Renan, com o pessoal nosso, já para a gente debater sobre essa planilha e, dentro dessa planilha, o que nós vamos fazer. Todas essas ações aqui estão dentro da planilha, mas já está desatualizada, e nós vamos atualizá-la de novo. Não sei se esclareci tudo ou grande parte. Estou mostrando o plano inclinado. A 1ª fase nós fizemos: são cinco estações. Vamos fazer a manutenção e operação da EMOP. Melhorou muito: (estou aberto às críticas.) o campo de futebol, com grama sintética, fizemos; a questão das moradias, onde tinha casa de madeira ou madeira e alvenaria, 95 moradias; construção de uma melhoria habitacional, 211 as melhorias que nós fizemos... Entra aí água, esgoto, estrutura elétrica e hidráulica, e implantação de um centro de internet comunitária, gratuito, rede 'wifi'. Tem a questão da UPP, que era a antiga creche, que a gente reformou e virou UPP. A questão da infraestrutura: rede de esgoto, drenagem, distribuição de água com 1500 ligações e pavimentações de vias. Então, nós fizemos essa primeira fase. Contenção de encostas, urbanização de área de lazer, fizemos essa área de lazer lá embaixo, alguns parquinhos. Aí são as melhorias habitacionais. Antes e depois. A parte do muro também de contenção." (Moreno, 2012).

Em seguida, Ícaro Moreno mostra onde serão construídas as unidades habitacionais. Esse talvez seja o aspecto mais destacado pelos líderes. Embora haja o movimento de diálogo com a comunidade, o projeto já chega pronto. Isso porque as construções dos apartamentos já estão destinadas às famílias que, segundo o governo, vivem em áreas de risco. Assim, explica Ícaro Moreno:

"Aquele muro limítrofe, limitamos aquele muro lá, do lado, subindo, olhando a comunidade; do lado direito, tem o plano inclinado, e do lado esquerdo, limitando, e é ali que nós vamos construir as 64 unidades habitacionais, novas, na comunidade. Segunda fase, 8.1 milhões, estamos começando hoje, 64 apartamentos, aproveitando aquela inclinação lá. Mais quatro, 60, mais quatro para portadores de necessidades especiais. Eu estava falando com o pessoal, aquela modulação que

a gente viu lá no Alemão. Vamos fazer aqui dentro daquela arquitetura. Todo mundo aprovou ontem aquela distribuição, muito boa." (Moreno, 2012)

Na continuidade da fala de Ícaro Moreno, ele cita a construção de um centro comunitário com lanchonete, próximo à estação cinco do plano inclinado. Esse aspecto será também pontuado pelas lideranças que entrevistamos e pelos moradores. O questionamento está relacionado ao fato de que a maior parte das casas em área de risco fica situada próximo à estação cinco. Portanto, decretar o local como área de risco e a subsequente retirada dos moradores é parte de um projeto maior de urbanização do governo que supervaloriza a área, retirando parte da favela. Analisemos o relato do presidente da Emop, Ícaro Moreno:

"A construção de um centro comunitário e ação social; quinze salas com atividades sociais; lanchonete; prédio de quatro pavimentos próximo à estação cinco do plano inclinado. Há um espaço lá que está programado; nós vamos avaliar isso. Melhoria de 225 unidades, exatamente naquela lista que vão entrar, reflorestamento de áreas devastadas, as áreas que vão remanejar as pessoas, vamos reflorestar e fazer a regularização fundiária que está por conta do pessoal da Ruth e o pessoal dela de 450 moradias. Com mais o trabalho social que a Ruth vai falar muito com vocês. Apoio ao processo de realocação, geração de trabalho e renda também, nós vamos ter funcionários aqui, campanhas de educação sanitária ambiental e o cadastramento físico e socioeconômico de regularização fundiária." (Moreno, 2012)

Completando primeira e segunda fases, Ícaro Moreno explica como será a terceira fase da urbanização:

"A terceira fase, que tá na Caixa Econômica lá, (tem um debate na Caixa vai e volta, estou vendo. E paralelo - o Pezão pode falar melhor - vou tentar liberar da Caixa isso, em paralelo, a gente pode começar essa obra, 17.1 milhões e, no final, pra que a gente tenha universalizado toda a questão aqui do Dona Marta. São cerca de 128 moradias; é o que está programado. Naquele lugar também, lá na parte externa, naquela parte onde a gente fez o muro... não é dentro da comunidade, e na comunidade a gente vai 'desadensar' um pouco. Algumas coisas sendo construídas internas, mas a gente vai tentar 'desadensar' o máximo que for possível. Centro de treinamento esportivo, o centro de treinamento está dentro da comunidade, é uma área onde tem casas de madeira; acho que aquela área é central, retirar ali e fazer o centro da comunidade. 232 melhorias habitacionais, área de lazer, recuperação ambiental, urbanização e regularização fundiária da 630 e o trabalho social. Acho que isso termina. Está aí as principais intervenções; está ruim de ver. Essa área azul, perto da estação cinco, tem um centro comunitário de ação social também daquela cor. 64 unidades é a amarela aqui, 128 é a cor de abóbora aqui e ali; essas duas áreas de lazer são roxas; o reflorestamento é aquela verde que está lá em cima, dentro daquela ideia de área de risco. Quer dizer, essa área de risco vai ser referendada pela Geo-Rio, Geo-Rio e o nosso pessoal. Bom, eu acho que é isso!" (Moreno, 2012)

A finalização da fala de Ícaro Moreno volta ao ponto central sobre urbanização e ações de remoção nas áreas consideradas de risco. Esse aspecto, como mostraremos, também acontece em outras regiões da cidade do Rio de Janeiro. A remoção é fundamentada no laudo de área de risco oferecido pela empresa de Geo-Rio, responsável pela contenção de encostas na cidade. Nesse momento, a coordenadora do serviço social assume a palavra.

Sua equipe foi às casas marcadas com um número e cadastrou as famílias que a Geo-Rio informou estarem numa área de risco. Assim explica Ruth Juberg:

“Bom dia, o meu nome é Ruth Juberg. Eu sou coordenadora da área social do PAC, trabalho na Secretaria da Casa Civil. É um prazer estar aqui. Nós viemos trabalhando juntos em várias comunidades: Emop, a secretaria de obras, coordenação do vice-governador - minha equipe está aqui. Nós temos um diferencial no trabalho social: a gente implanta na comunidade um canteiro social. Todas as dúvidas, as questões, as reclamações, os cursos que vão ser oferecidos serão a partir de um canteiro social. Então, um canteiro social, quando vocês tiverem algumas questões que o Zé Mário colocou da angústia de vocês, nós teremos uma equipe ali instalada; já encontrou a área, está em reforma a casa, a equipe está aqui. E na Casa Civil, a gente tem uma gerente: a Rafaela, junto com a Bruna, essas duas moças, elas vão estar sempre aqui na comunidade... é o nosso governo integrado com a obra. Então, o primeiro trabalho que a gente vai tá executando aqui, como Ícaro falou, é mapeando as famílias lá de cima, da área de risco, mas as famílias que a Geo-Rio indicar como área de risco; não serão todas as famílias que vão sair, somente as famílias que vivem em uma condição precária e em área de risco. O aluguel social será de 400 reais mensais, a partir da decisão da família, se ela vai para o apartamento; então ela passa a receber os 400 reais mensais, enquanto a obra durar. O trabalho social, ele vai ficar na comunidade todo o tempo da obra e mais seis meses; então, nós ficaremos além da obra... qualquer tipo de dúvida, de reclamação, de elogio. Então, obrigada e a gente vai tá anunciando agora junto com a obra o nosso trabalho. Obrigada.” (Juberg, 2012)

Pela fala da coordenadora da área social, é importante perceber mais uma vez que, o foco também está em cadastrar as famílias que moram na área de risco, segundo aquilo que foi documentado pela Geo-Rio. Tanto na exposição do presidente da Emop, Ícaro Moreno, quanto na de Ruth Juberg, é possível perceber que a urbanização está vinculada à remoção. Nesse momento, o Vice-Governador, Luiz Fernando Pezão, trará sua interpretação sobre o processo integral da urbanização. Ele começa pontuando sobre o tempo que as obras ficaram paradas. Esse fato e vários outros serão destacados nas entrevistas dos moradores. Assim teremos um mapeamento completo sobre como o governo compreende e implementa as obras de urbanização no morro Santa Marta dos últimos anos. Assim narra Luiz Fernando Pezão:

“É um prazer estar voltando aqui. A gente sabe que demorou, mas nosso presidente não deixou de cobrar. Agora, tem muita coisa que foge, às vezes, ao nosso controle. Infelizmente, a burocracia é muito grande: burocracia no Brasil, dentro do estado, ela é grande; é difícil vencê-la. A gente que tá aqui, o Ícaro, a Ruth, equipe de engenheiros, da ação social, da mesa do pessoal que tem que ir fazer o aluguel social na Serra é o mesmo que está tocando o Alemão, o Lins, Rocinha, Pavão-Pavãozinho. Então, a demanda ela é muito grande; a procura por nós, que temos que fazer esse serviço, é uma enormidade. A gente tá ali implodindo a CCPL, onde as pessoas moravam igual bicho, mais de três mil pessoas ali dentro de uma fábrica abandonada, mais de duas mil dentro da escola. E essa equipe aqui é que toca tudo, tanto com a ação social, como na obra. Então, às vezes a gente quer fazer rápido; às vezes a gente quer vencer a burocracia e, infelizmente, é muito mais fácil você desistir do que você persistir e tirar do papel. Então, a gente sabe da nossa falha; a gente tem que vencer os obstáculos... não é fácil! O presidente Lula veio aqui, colocou o dinheiro à disposição, mas daí a você licenciar ambientalmente, passar pela prefeitura, passar pelo governo do estado, fazer o projeto, aprovar, ir para dentro da Caixa Econômica Federal... É questionado uma série de

procedimentos, uma série de burocracias que você tem que vencer e lutar. Então, esse é o motivo do nosso atraso, ninguém deixou para debaixo da mesa, para debaixo do pano." (Pezão, 2012)

Essa fala do Vice-Governador tem um significado muito grande no contexto das suspeitas levantadas pelos moradores. Todos alertam que a demora em realizar as obras era uma forma de expulsar os moradores das áreas de riscos. Além dessa ser uma das questões centrais nos testemunhos que coletamos e no diálogo com as lideranças comunitárias, ela faz parte dos questionamentos da comunidade levantados pelo presidente da Associação de Moradores Zé Mário. Até o momento, essa foi a única resposta do governo para as questões, atraso e burocracia. Em seguida, o Vice-Governador afirmou a necessidade de aprender a desapropriar e realizar as intervenções. Esse detalhe é importante dentro do conceito de urbanização criticado pelos moradores. Assim, Luiz Fernando Pezão continua sua narrativa:

"A gente quer realizar: governador Sérgio Cabral, presidente Lula, presidenta Dilma têm um carinho especial pelas comunidades. A gente tem que agradecer muito ao presidente Lula, porque se não fosse ele, a gente não teria a chance de ter tido recursos para realizar todas essas fases e fazer essas intervenções. Pela primeira vez no Brasil que a gente tem crédito, tem financiamento, tem dinheiro para fazer apartamentos, fazer moradias baseado em três salários mínimos. Não existia isso no país. Então, até a gente aprender a desapropriar as áreas, fazer moradias dignas, nós vamos demorar muito e tem muito que se fazer, ainda mais numa comunidade encravada como essa aqui, uma topografia difícil, ambientalmente; a gente sabe que não é fácil fazer essas intervenções, passar pelos os órgãos ambientais. Então, a gente tem que ter muito cuidado. A gente não pode reconstruir errado. Não adianta tirar um barraco de madeira de uma pessoa que tá na área de risco e construir um apartamento numa outra área de risco²⁰⁴; depois cai, a cobrança e o pau, o cacete é muito maior do que foi na cobrança anterior. Então, nós temos que tomar esses cuidados todos." (Pezão, 2012)

Para justificar tanto a demora nas obras quanto a necessidade de realocar famílias, Luiz Fernando Pezão cita os deslizamentos ocorridos na região serrana que, após as chuvas, desabrigaram e mataram muitas pessoas. O governo foi criticado porque, passados mais de um ano, famílias não tinham sido assentadas. Portanto, Luiz Fernando Pezão continua sua argumentação:

"É o mesmo cuidado que a gente está tomando na região serrana. Às vezes, as pessoas criticam: 'tem um ano e não foi feito nada?' E não pode ser feito mesmo, porque você tem que escolher áreas seguras. Ali nós estamos entre o rio e a montanha. Se a gente constrói as casas em um lugar onde depois tem outro deslizamento, tem uma chuva forte e cai, vocês imaginam como vem a cobrança em cima da gente. Então, a gente tem que construir tudo, reconstruir com muito cuidado. Ninguém aqui quer tirar a vida de ninguém; ninguém desapropriar ninguém, ninguém quer tirar ninguém daqui. A gente quer que vocês morem dignamente e seguro, dando o título de propriedade como a Marta vai fazer aqui, dando a garantia pra vocês, coisa que vocês não têm. E isso é o que a gente quer fazer, e nós vamos fazer nesses três anos que faltam para o nosso governo, do Sérgio, da presidenta Dilma, nós vamos." (Pezão, 2012)

²⁰⁴ No contexto popular, existe a discussão de que os 64 apartamentos estão sendo construídos numa área que, no passado, foi um antigo lixão da comunidade.

Na sequência, o Vice-Governador responderá indiretamente a outra crítica que aparece em vários testemunhos e, principalmente, na interpretação das lideranças sobre as consequências da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no processo de urbanização. Devemos estar atentos, pelo relato do Vice-Governador: para o governo, a Unidade de Polícia Pacificadora significa uma coisa e, para as lideranças e a maioria dos moradores entrevistados, significa outra. Por isso a importância de se ter sempre como pano de fundo a 'tensão criativa de sentido' do referencial teórico da primeira parte. Continuemos com a análise do Vice-Governador Luiz Fernando Pezão:

“Quando nós entramos aqui, o mais importante pra gente hoje, claro que não é sozinho, mas o mais importante pra gente é a paz.²⁰⁵ Porque a paz deixa a gente trabalhar com tranquilidade, dá pra gente ver os erros e dá tranquilo aqui. E vencer essa guerra. A gente quer ajudar; nós estamos aqui. Vamos levantar outras demandas. Em dois anos, eu tenho certeza que as demandas aumentaram.”
(Pezão, 2012)

Esse ponto merece destaque porque a demanda central, segundo os moradores e lideranças entrevistados, foi agravada pelo tempo de parada das obras. Isso porque, após decretar que área é de risco, o morador não pode mais fazer nenhuma obra em seu barraco. Essa crítica, presente nos testemunhos que coletamos, foi também pontuada pelo presidente da Associação de Moradores, no início de sua fala. Porém, foi respondida com a fala de levantar outras demandas. O importante é que só fizemos as entrevistas com moradores e lideranças dois anos depois dessa reunião. Portanto, é possível compreender o modelo de urbanização do governo implementado no Santa Marta. Assim, continua Luiz Fernando Pezão explicando sobre as obras da terceira fase:

“Esse cardápio de obras que estão aqui, da segunda e da terceira fase, nós já temos o dinheiro. Então, nós estamos só na terceira fase, eu acredito, em três dias, eu estava falando com a diretora da Caixa, ver se ela já libera para nós licitarmos e indo vencendo essas obras e fazendo as conversões que precisam fazer. Tem um programa que a gente quer muito fazer e a gente apresentou à presidenta Dilma, que é a melhoria de condições habitacionais. Não é só fazer a casa nova. Às vezes a pessoa tem uma boa casa e a gente ajudando a emboçar, a melhorar, a arquitetura já ajuda muito na casa de vocês. E a gente pode vencer. Aqui são quatrocentas e poucas casas de melhorias, “né! Quatrocentas e poucas casas, então, a gente vai vendo. Nós estamos abertos ao diálogo. Ninguém aqui quer colocar nada pela goela de vocês. A gente quer trabalhar junto com vocês e melhorar a vida de vocês e, se Deus quiser, chegar ao fim do nosso mandato aqui, deixando um legado pra vocês, extraordinário, com paz, com tranquilidade, com moradia digna pra vocês, com creche, com escola, com centro esportivo, com centro social. Tudo que vocês merecem e que têm direito. Quero aqui agradecer muito, ‘né, por vocês terem tido a paciência de esperar, mas a gente nunca deixou de vencer essa burocracia para apresentar esses projetos aqui. E eu vou dar início de serviço aqui. Quero que sua firma aqui contrate o máximo de pessoas dentro da comunidade, aproveite a mão de obra daqui. Isso é

²⁰⁵ Luiz Fernando Pezão se refere indiretamente à primeira Unidade de Polícia Pacificadora do governo, instalada no morro Santa Marta. Para nossa pesquisa, isso é muito importante porque revela o modelo tanto da urbanização quanto da ação do governo nas favelas. Primeiro, a Unidade de Polícia Pacificadora; depois, vêm os outros serviços. Esse aspecto será bem discutido pelas lideranças comunitárias que entrevistamos.

muito importante, que o dinheiro circula aqui dentro e ajuda vocês. Vê quem está desempregado. E vamos à luta, vamos às obras. Estou aberto aqui também para prestar qualquer esclarecimento que vocês, porventura, tenham aqui. A Ruth faz um trabalho extraordinário nessa área social, com a equipe dela. É um trabalho que tem sido premiado todos os anos no Brasil e em todas as comunidades onde a gente trabalhou. No Alemão, na Rocinha, em Manguinhos; em todas as comunidades, nós ganhamos prêmio nessa área social. No Pavão-Pavãozinho. Então, vamos fazer aqui no Dona Marta também, trabalho de sucesso, que a gente ganhe o prêmio aqui também de fazer um trabalho social que atenda toda a comunidade. Muito obrigado, bom dia. E vamos às obras." (Pezão, 2012)

Dessa forma, mapeamos, a partir da leitura do governo, a compreensão sobre o processo e o projeto de urbanização na favela Santa Marta. Em seguida, foram feitas algumas perguntas pelos moradores. Fizemos questão de colocá-las também nesse mapeamento da urbanização, porque o governo tenta respondê-las. Com isso, vamos construindo essa contextualização com a leitura do governo. Sendo assim, a primeira questão levantada vem do morador identificado como Fernando. Observemos a natureza de sua pergunta porque ela também estará nos questionamentos das lideranças comunitárias que entrevistamos. Assim pergunta Fernando:

"Bom dia para todos. Meu nome é Fernando e eu moro ali no alto da comunidade, lá no Pico. E eu vi aqui no mapa, o qual apareceu aqui no finalzinho, que toda a área ali aonde eu moro, nós moramos, essa área estará sendo reflorestada. Eu queria saber, porque a minha família ela mora na comunidade há mais de setenta anos, e eu estou aqui há quarenta e oito anos na comunidade. Eu nunca ouvi falar de que caísse alguma coisa lá. Eu queria saber qual é a tese que vocês têm usado para falar que nós moramos em área de risco, "né! Porque estão caindo casas no subúrbio aí, essas chuvas torrenciais e a nossa casa continua de pé. Então, eu queria saber o porquê área de risco. Lá onde nós moramos, nós olhamos para o Mundo Novo lá e vimos uma barreira imensa do lado de uma mansão e ninguém falou que aquela mansão é área de risco. Aqui no Humaitá, em cima, uma mansão caiu praticamente a metade dela em cima, interditando a quadra, e ninguém fala que lá em área de risco. Então, eu queria saber de vocês, governantes, por quê?" (Fernando, 2012)

Nesse momento, Fernando toca na questão central de todos os testemunhos e que não foi colocada dessa forma pelo presidente da Associação de Moradores, Zé Mário. Em seguida, Fernando demonstra conhecer o processo e insere a urbanização dentro de um contexto histórico mais amplo da realidade da favela, conforme relata abaixo:

"A Geo-Rio, ela fez aí em 2010 um levantamento e falou que lá em cima, a região acima de 140 m é marcada pela ausência de infraestrutura, sem pavimentação nas vielas, sem pouco sistema de esgoto. Eu entendo isso aqui como um abandono de todos os governantes que passaram por aí. Nunca fizeram nada por nós lá em cima, só do campinho para baixo. Até hoje nós temos lá a Light: colocou poste na metade (os nossos postes são de madeira); pagamos taxa de iluminação, e a iluminação quem colocou fomos nós, porque a Light nem isso fez. Então, a gente quer saber de vocês, qual é a tese que vocês usam, porque até hoje, graças a Deus, nunca caiu nada lá. Se vocês têm algum registro de desabamento grave, entendeu? Porque isso aí eu acho que é errado, tá errado, porque eu estou lá há quarenta e oito anos e nunca caiu nada." (Fernando, 2012)

Devemos perceber que a resposta dada pelo presidente da Emop se fundamenta no laudo técnico da Geo-Rio. Esse detalhe é muito importante porque, de fato, o governo se sustenta nesse laudo, mesmo se abrindo para o debate sobre outros pontos do processo de urbanização, conforme aparece nas falas dos moradores. Assim, pontua Ícaro Moreno:

“Fernando, Fernando, como eu já falei aqui, aquilo ali é um planejamento, dentro do planejamento. Nós identificamos toda aquela área ali, através, mas eu já falei aqui, estou confirmando pra você. Nós vamos ter um debate específico pra isso junto com a Geo-Rio, que é o órgão de referência internacional, não é só nacional. Trazer o pessoal da Geotécnica, ali da Geo-Rio e sentar com vocês pra debater isso: essa casa está em risco, está não está. Não é porque não caiu nada até agora que ela deixa de ser área de risco; não é por causa disso. As chuvas estão com essa intensidade agora, mudou o clima. Na região da Serra, tem casas e mais casas que você olha a encosta, está tudo dentro da norma, tudo direitinho, morreu milhares de pessoas. Então, os riscos são muito maiores agora do que eram. Então, a gente tá lá. O Pezão colocou aqui, demorou um ano para começar uma obra lá... Você acha que a gente queria demorar um ano para começar a obra? Até encontrar o terreno, que a gente ratifique, que a gente solidifique ele, que não vai ter risco. Demoramos um ano aí e agora começamos a construir 2.200 casas. Então, a mudança, mas eu me comprometi e estou falando aqui. Nós vamos chamar o pessoal da Geo-Rio e vamos sentar e debater com vocês; debater primeiro tecnicamente, depois debater diretamente com vocês. Não vai ter nenhum tipo de ação sem vocês estarem altamente conscientes. Essa casa agora, também é o que eu falei. Não dá pra fazer uma contenção de cinco milhões, de 10 milhões em prol, não dá! Você fazer um espaço, leva uma segurança e um custo muito elevado, onde vocês poderão ir para uma casa melhor, num outro local melhor, com outro apartamento que tem mais condições. Bom, isso nós vamos debater; não é pacote fechado.” (Moreno, 2012)

A fala do presidente da Emop demonstra que a questão da área de risco é um problema da Geo-Rio. Com isso, ele também responde a uma pergunta recorrente no diálogo com as lideranças comunitárias, a saber, se é possível fazer novos armatamentos para remover as pessoas e obras de urbanização, por que não transformar as áreas seguras os locais descritos pela Geo-Rio como de risco? Ao mesmo tempo, ele dá exemplos da morosidade das obras em diferentes lugares da cidade. Esse aspecto também estará presente nas perguntas dos moradores entrevistados. Após dois anos dessa reunião, segundo os moradores entrevistados e as lideranças, não houve esse debate com a Geo-Rio para esclarecer quais são as áreas de risco. Na sequência de sua fala, o Vice-Governador, Luiz Fernando Pezão, apresenta a lei da cidade sobre os limites das construções acima do nível do mar e revela a dificuldade de lutar contra a remoção:

“Foi bom você colocar, Fernando. A gente tem uma limitação, a lei não permite construção acima da Cota Cem²⁰⁶. Esse é um grande debate que a gente tem hoje. É uma das coisas que a gente tem que vencer. Tudo que tá acima da cota 100, a lei de não permite construir. Então, esse é o grande debate que a gente tem hoje; é uma das coisas que a gente tem que vencer. Tudo que está acima da cota cem, a lei de zoneamento não permite. Então, tem essa discussão quando a gente faz essa discussão com a prefeitura. Eu, particularmente, até defendo em alguns locais, como aqui no Dona Marta, nas áreas nobres ali no Vidigal e tudo, porque já está lá

²⁰⁶ Cota Cem (cem metros acima do nível do mar). É o limite que se pode construir acima do mar.

impactado. As pessoas falam assim: 'Ah! Não pode construir em cima da Cota Cem'. Aí nego invade e vai lá, faz e constrói. Então, eu acho melhor autorizar o cara que quer bancar; faz uma construção segura, faz o muro dele. Mas infelizmente a lei não permite." (Pezão, 2012)

De fato, o Vice-Governador levantou uma questão que está em debate no Rio de Janeiro. Esse problema revelou, na verdade, uma dificuldade porque se tinha a imagem que as favelas eram as que mais se concentravam em encostas e em áreas que estavam acima da chamada Cota Cem. Porém, uma pesquisa revelou o contrário: que a maior parte das casas que estão acima desse limite no Rio de Janeiro é de classe média e alta. Devemos perceber que para esses casos o Vice-Governador se posiciona e afirma que ele é contrário à lei que deveria liberar para as pessoas que têm condições financeiras fazerem as reformas em suas casas. Mas a questão é que, nesse caso, ele acaba demonstrando não haver isonomia no cumprimento da lei, pois a todo momento o motivo que vincula urbanização e remoção no Santa Marta é o laudo técnico da Geo-Rio e sua fala de que terá que seguir a lei. O artigo de Alfredo Sirkis retrata a idiosincrasia que a lei acabou revelando e desmascarando um mito que sobrevivia há anos na cidade do Rio de Janeiro:

"O carioca costuma dizer que as favelas dominam o cenário das encostas da cidade, mas um estudo inédito apresentado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) joga o mito ladeira abaixo. Os pesquisadores revelam que 69,7% das áreas ocupadas acima dos cem metros de altitude (cota 100) no município — que totalizam 11,7 milhões de metros quadrados — estão nas mãos das classes média e alta. Apenas 30% são de favelas. Quando se analisa a população da área estudada, a proporção se inverte: 73,5% são moradores de favelas, e o restante se espalha pelo generoso espaço da ocupação formal. A legislação para construção acima da cota 100 é restritiva — estabelece limites como 10% da área ocupada e máximo de três pavimentos. Mas a fiscalização é falha." (Sirkis, 2009)

Nas entrevistas com os moradores e lideranças, aparece a alegação de que em outros países, as áreas mais altas são as mais valorizadas. Por isso, segundo eles, a suspeita de que a urbanização que denomina a parte mais alta como área de risco, já estava predefinida no pacote. Podemos observar que a próxima reivindicação da moradora Lana retoma a mesma questão da relação entre urbanização e remoção e o laudo da Geo-Rio sobre a área de risco. Depois do Laudo da Geo-Rio, nenhuma reforma na casa pode ser feita, conforme narra a moradora Lana ao falar sobre suas dificuldades na favela:

"Eu agora só ouvi falar das obras novas. E o que a gente sofreu com as obras antigas, depois que a Cedae colocou a água pelo chão? Há muitos vazamentos em todas as casas, estamos perdendo muita coisa. Eu estou com o meu avô, que ele está velho, já sem condições: a casa dele é esgoto. A obra fez o esgoto por cima e não viu onde passava o esgoto antigo. Então, assim alguém pra regular, pegar uma britadeira é muito difícil. Essa moça do Pouso só sabe embargar nossas obras. Ela diz: 'Não! Você tem que fazer assim!' Ela apenas diz: 'se você fizer eu vou derrubar!' Eu tenho uma casa boa, mas tem infiltração e ela não deixou eu fazer uma cobertura. Ela falou que eu não estou em cima da lei. Eu quero saber isso; que embargou a gente sabe, mas e a solução? E os meus filhos, o quarto deles está mofando; eu não posso colocar um telhado senão vão derrubar minha casa. Porque é muita informação. Tenho três filhos e o quarto deles está mofando e ela não deixa

a gente fazer nada... o quarto deles está mofando. Ela não deixa eu colocar um telhado, diz que se eu colocar, vai derrubar minha casa." (Lana, 2012)

Essa reunião aconteceu em janeiro de 2012, o laudo dizendo que as áreas eram de risco saiu em 2009. Nesse dia, foi dito que as obras finalizariam em 2013. Nossa pesquisa está em julho de 2014 e ainda nenhum morador que teve sua casa marcada como área de risco pela Geo-Rio está liberado para fazer reformas estruturais em sua casa. O presidente da Emop, Ícaro Moreno, responde ao questionamento da moradora:

"Como eu falei aqui, são dois anos que a gente está sem intervenção. Nós vamos juntos no posto ali ver. Estamos aqui agora na comunidade pra poder anotar essas reivindicações. Tem a Ruth na parte social. Vocês vão ter uma casa aqui no local - como ela já colocou - para vocês poderem colocar as reivindicações." (Moreno, 2012)

Ambos não respondem as indagações da senhora: Se as obras de construções dos apartamentos demoram todo esse tempo, o que o morador faz com sua casa? Nesse momento, o Vice-Governador Luiz Fernando Pezão fala sobre a dilema do saneamento básico e afirma que o esgoto era responsabilidade do ex-prefeito, Cesar Maia.

"O importante é a questão do esgoto, senhora: sempre está aqui junto com a comunidade. Logo quando nós assumimos o governo, eu e o governador Sérgio Cabral, o ex-prefeito César Maia pediu pra cuidar do esgoto da cidade do Rio de Janeiro em todas as comunidades, e nós passamos o esgoto para ele. Vocês viram, se os últimos dois anos entrou a alguém da prefeitura? Agora nós estamos retornando, acertamos com o Eduardo; esse esgoto vai voltar pra Cedae. A Cedae é que vai assumir. Infelizmente, em 2007, em janeiro de 2007, nós passamos esse esgoto com o ex-prefeito César Maia, que ele infelizmente não cuidou de comunidade nenhuma." (Pezão, 2012)

Na sequência, a moradora Sheila Souza, uma das lideranças que entrevistamos, solicita que o Vice-Governador e o Presidente da Emop discutam as questões que são colocadas sobre as consequências da urbanização para a vida do morador. Assim, pontua Sheila Souza:

"O que eu vou falar tem a ver com o que ela falou também, e a gente vem discutindo nos corredores. Eu moro aqui no Santa Marta também. Na verdade, assim, são as obras de melhoria, porque muitas pessoas aqui no Santa Marta, a gente é assalariado, então o pessoal levou anos da sua vida pra botar o seu materialzinho encostado no canto pra agora tá fazendo a sua obra, sua reforma, levantar a sua laje, levantar o seu puxadinho... E aí a gente tem essa questão que ela está falando, porque, na verdade, a gente precisa fazer um estudo de caso mais específico, porque cada caso é um caso, e a gente está com essa dificuldade. Eu estou com um material na minha casa; muita gente aqui no Santa Marta está passando pela mesma situação. A gente passou anos da nossa vida guardando material no canto porque não tinha grana para comprar material de primeira para reformar a nossa casa, e agora simplesmente não pode levantar aquela laje que a gente tá querendo levantar há milhares de anos porque vem uma intervenção e a gente, na verdade, não entende que parâmetros, que critérios vocês estão usando para fazer essas coisas. Então, a gente precisa de informação; precisa saber que critérios são esses; onde é que eu encontro essas informações,²⁰⁷ onde é que eu encontro essas

²⁰⁷ Entramos em contato com a Geo-Rio, mas até o momento não recebemos retorno.

informações. Eu procuro, não tem. Então, é isso! A gente tá fazendo, a gente quer mudança, a gente quer ter melhoria na qualidade da nossa casa, mas a gente precisa de informação também, né!" (S. Souza, 2012)

A questão da urbanização aos poucos vai sendo concentrada nos impactos das mudanças para a vida de quem mora na favela. E um dos maiores impactos é a questão da remoção dos moradores que estão em áreas de risco, segundo afirma a Geo-Rio. Portanto, o laudo técnico da Geo-Rio torna-se o elemento central.

Na sequência da fala, Ruth Juberg, responsável pelo setor social, traz a explicação sobre o seu trabalho:

"Vou tentar te responder em relação ao Pouso, Posto de Orientação Urbanística. Ele não, a casa, o local, é do município, é da prefeitura. Então, quando você pergunta assim: 'Onde eu encontro essa legislação que eu que procuro e não acho?'. E aí a outra moça disse: 'Ah, a obra está embargada; a moça diz que não pode construir.' É o que o vice-governador acabou de dizer, e a gente percebe isso em todas as comunidades. Existe uma legislação que é do município, é da prefeitura: um código e um decreto. Por isso, que estou aqui e ele informa: 'Olha, desse jeito você não pode construir ou fazer mais uma laje você não pode'. O que a gente vai tentar, a gente tem tentado, e tem conseguido sucesso é em diálogo mais próximo com a prefeitura... casos como o seu, casos como o dela, tentar solucionar. Isso a gente vai tentar: mediar essa relação, 'tá bem? Então, a gente está entrando agora, acabei de dizer para as duas meninas: 'não quero ver mais ninguém no escritório; é dentro da comunidade, e só na comunidade.' A gente sabe que as demandas estão todas reprimidas, porque se passaram dois anos com um governo fora, lutando para aprovar os projetos, né, parado. Então, agora a gente 'tá retornando, 'tá bem? Então, eu peço só um pouquinho de paciência, mais um pouquinho da paciência de vocês. A gente vai ter todas essas reclamações anotadas e vai tá fazendo esse meio de campo para solucionar." (Juberg, 2012)

Em seguida, o morador André Luiz assumiu a palavra e fez uma radiografia da história de vida no morro e do processo de urbanização. Aos poucos, devemos perceber que temos duas leituras diferentes sobre como se deveria implementar a urbanização. Por isso, no nosso referencial teórico, indicamos a 'tensão criativa de sentido'. Isso ficou também evidente nas falas dos moradores e nas lideranças que entrevistamos: o que o morador solicita é uma abordagem mais ampla da urbanização, que considera outros fatores no processo. Do lado do governo, ao que parece, pelas razões que foram dadas, a urbanização no Santa Marta faz parte de um 'modus operandi', um desenvolvimento urbano implementado em praticamente toda a cidade. Basta analisar as reivindicações do morador André Luiz para percebermos essa tensão entre dois modelos. E nesse caso do Santa Marta, o projeto de urbanização já chegou pronto, conforme veremos no testemunho do presidente do Grupo Eco, Itamar Silva. Analisemos as solicitações do morador André Luiz na reunião paradigmática ente comunidade e governo:

"Bom dia, meu nome é André Luiz, sou morador da comunidade. E o que eu queria dizer agora é nem fazer uma pergunta, é só deixar claro uma coisa: as obras estão voltando; ficaram muitas coisas pendentes da outra fase da obra, mas isso aí, com certeza, que vai chegar a um denominador comum; o resultado vai ser positivo, mas

um recado pra todos os moradores do Santa Marta, que eu vou falar agora é o seguinte: Décadas de sofrimento, guerras, muitas famílias choraram e muitas coisas, desabamento, outras coisas... Veio o governo para dar essa luz pra gente, essa pacificação. Realmente essa pacificação trouxe muitas melhorias e benefícios pra comunidade, mas o que eu quero dizer é o seguinte: o osso a gente já roeu, agora a gente quer comer a carne, certo? Então, eu espero que, realmente, dessa vez a obra não deixe pendências, como deixou na primeira, principalmente o aluguel social, que foi o que mais deixou as pessoas aqui complicadas foi esse aluguel social, porque ficaram morando... as pessoas foram expulsas das suas casas e pararam de pagar. Eu sou um morador que se me oferecerem o aluguel social, eu não saio da onde eu to morando, porque eu conheço moradores aqui que deixaram de receber aluguel social, ficaram em uma situação que até tá pedindo dinheiro emprestado aos outros para pagar o aluguel; e a obra só voltou agora. E se demorasse mais? Muito obrigado pela oportunidade." (Luiz, 2012)

A reivindicação de André Luiz insere a discussão sobre urbanização em outro paradigma, a saber, naquele que considera valores como credibilidade e confiança, presentes na dinâmica de vida dos moradores. Na sequência a moradora Raissa compartilha sua dificuldade e a resposta do presidente da Emop:

"Bom dia, meu nome é Raissa, e eu quero dizer uma coisa: Não só eu, acho que a grande maioria dos moradores aqui, nós moramos em casa. Eu tenho quatro crianças e, antigamente, eu morava de aluguel. Como eu não tive condição de pagar o aluguel, eu não tinha esse plano, mas a casa estava vazia, eu entrei pra dentro com os meus filhos. Eu estive lá embaixo, já conversei, só que a moça falou que não poderia fazer nada. Eu quero saber o que nós podemos fazer e o que vai ser feito." (Raissa, 2012)

A resposta do presidente da Emop segue o mesmo padrão: "Eu já falei, se a senhora mora numa área insalubre, quatro filhos, a senhora vai ter que sair de lá. Temos que demolir essa casa." (Moreno, 2012) Em seguida, uma moradora chamada Tânia, compartilha diversas demandas da favela.

"Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o fato de vocês estarem aqui ouvindo as demandas da gente. Mas choveu e não tem o bonde. E eu acho assim, que melhoria principal na comunidade, eu acho que... a Rio Luz ou Light disseram que iria iluminar a lateral da escada, e não fizeram. Os ferros das laterais estão todos enferrujados: tem que ter uma manutenção. O dia que acontecer qualquer problema ali, será responsabilidade do estado. Acho que no lugar de preocupar em tirar casas, deveria haver a preocupação com a melhoria. A água que a gente não consegue ter final de semana... porque o rapaz, o trabalhador da comunidade que pediu para botar água aqui. Não era nem pra ele tá trabalhando aqui na comunidade. Tem que ter pessoas dentro da comunidade ajudando ele; dentro da comunidade, entendeu? A gente não tem que estar implorando aquilo que a gente está pagando! Por exemplo, até sem luz os vizinhos pagam, mesmo não tendo água pagava, porque você paga, você tem direito. Entendeu? É um negócio assim deprimente. Você não tem água de manhã; você não tem água de tarde; você não tem água de noite. Aí a gente tem que pegar água da cisterna. A gente que mora no Pico do Morro, perto da caixa e não ter água. Antes nunca faltou água, entendeu? Dentro do projeto, e não tem água é demais, "né! Os esgotos não estão funcionando, tudo estourado. Gente, pelo amor de Deus, isso aqui não é para encher linguiça não. No momento que a gente tá aqui, a gente podia tá trabalhando!... Então a gente quer uma solução. Muito obrigada. Desculpa." (Tania, 2012)

Vários segmentos da favela compartilharam suas demandas, levantaram questões e exigiram seus direitos. Pela interpretação da 'tensão criativa de sentido', pode-se dizer que o movimento do governo para ouvir as demandas da comunidade foi uma atitude realmente importante pelo histórico abandono da favela. Em seguida, falou a representação pela associação dos comerciantes do morro:

"Bom dia, meu nome é Andréia. Eu sou presidente da Associação dos Comerciantes aqui do Santa Marta. Eu vi no mapa que você falava de todas as partes, mas parece que esqueceu de uma, a parte da ladeira. São 30 comerciantes que disseram que estariam dentro desse projeto. Eu não estou vendo isso. São 30 comerciantes que dependem daquele lugar pra trabalhar. São 30 comerciantes que dali tiram o seu sustento. E eu gostaria de saber como é que vai ficar a situação desses 30 comerciantes. Obrigada." (Andreia, 2012)

Assim, o presidente da Emop, Ícaro Moreno, responde que, na terceira fase, eles serão contemplados, e o Vice-Governador explica, solicitando paciência porque eles chegaram ali naquele momento:

"Peço um pouco de paciência porque não sabemos dos problemas agora. Me dá um tempinho para chegar e falar com vocês. A parte social está toda aqui. Estou aqui nesse início da obra, estou aqui ouvindo, está tudo anotado. Desde o primeiro momento que nossa área social está aqui para ouvir. A gente vai ficar três anos aqui trabalhando, estamos na maior boa vontade do mundo para resolver os problemas." (Pezão, 2012)

Assim, o Presidente da Associação de moradores, Zé Mário, finaliza a reunião retomando o que nós entendemos ser o aspecto mais importante da urbanização: O que fazer com as áreas chamadas de risco?:

"Bom, as maiores perguntas, as maiores demandas, né, que atingem a toda a comunidade, foram feitas. O vice-governador e o secretário geral do estado já deu a resposta para os moradores. O Ícaro vai direto pra comunidade com a presidente da Emop, para solução a todos os problemas do Santa Marta. Serão mais três anos de obra. E, Fernando, vai demorar aquilo que eu prometi pra vocês: que eu ia lutar até o final. Vocês estão aqui, cara a cara, eu também e o vice-governador. Ele falou: 'Não vai tirar nada sem antes discutir com o morador.' A intenção é quem 'tá em situação de risco sair e quem tem casa boa, moradia boa e segura vai fazer. Vamos continuar cobrando isso até o final, valeu? Valeu, comunidade!" (Mário, 2012)

7.2 'Zeitgeist' 2: História da Urbanização/Remoção do Pico do Santa Marta a partir da Associação de Moradores e de algumas lideranças comunitárias

A história da remoção no morro Santa Marta, como várias outras, está relacionada diretamente com o processo de urbanização da favela, as ações que foram realizadas na favela nos últimos dez anos e a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em 2008. Para realizar essa contextualização, conversamos com o presidente da Associação de Moradores, Sr. Zé Mário. Nesse processo de contextualização, também apresentaremos a leitura de outros moradores que acompanharam de perto o processo desde o início. Assim

podemos compreender o lugar que a remoção no Pico do Santa Marta ocupa dentro da discussão que temos levantado, a saber, o processo de urbanização da cidade do Rio Janeiro. Começamos com a Associação de Moradores porque ela é o órgão oficial eleito pela comunidade, conforme explica o presidente da Associação, Zé Mário: “A associação dos moradores é o órgão legítimo eleito pela comunidade para representar a população local, em busca dos seus direitos coletivos. A eleição acontece de quatro em quatro anos.” (Mário, 2014) Em seguida, como veremos, alguns testemunhos conciliam a instalação da UPP com o processo de especulação imobiliária na favela. Sendo assim, consultamos sua opinião sobre a instalação da primeira UPP em 2008. José Mário Santos apresentará algumas peculiaridades da comunidade do Santa Marta que serão importantes para compreendermos todo o processo que discutimos. Assim, Santos narra que “a comunidade do Santa Marta ela foi a primeira que foi pacificada, em 2008.” (Mário, 2014) Pergunto se há muita diferença entre o Santa Marta e outras comunidades que não são pacificadas, Zé Mário responde:

“Da pacificada pra quem não é pacificada tem uma diferença enorme. Porque a pacificada, a pacificação veio para permitir que você não seja mais considerado uma área de risco. Essa que é a grande diferença, “né! Aquela que não é pacificada vai ser considerada área de risco sempre pelo poder público, por isso os serviços públicos não entram.

O Santa Marta hoje é uma comunidade que recebe 10 mil turistas por mês, coisa que não acontecia. Então, é uma comunidade que está bem divulgada internacionalmente. E aí hoje ela é a menina dos olhos do governo, “né! Então, foi feito muita coisa, mas também tem muita coisa pra ser feita ainda. Então, o meu trabalho aqui é cobrar. Eu não posso parar de cobrar; eu não posso me acomodar. É degrau, degrau, passo a passo.” (Mário, 2014)

Em seguida, pergunto se essas mudanças interferiram na economia local da comunidade, ou seja, os dez mil turistas por mês. Zé Mário responde:

“É, vem mudando, “né! Porque o pessoal tem que mudar também a cultura, “né, mudar a mente. Mudar tudo. Porque o pessoal não tinha aqui curso de atendimento a clientes, diversas coisas que tem na área formal, “né! Hoje, com o tamanho do volume de visitantes aqui, somos obrigados a nos estruturarmos. Então, tem que fazer curso de empreendedorismo, atendimento ao cliente, essas coisas para poder melhorar, realmente crescer e melhorar a sua qualidade de vida.” (Mário, 2014)

É muito importante perceber que existem leituras diferentes sobre o mesmo processo de abertura da comunidade. Como estamos lidando com um tema complexo, as diferentes interpretações aconteceram o tempo todo. Em alguns momentos, elas serão bastante conflituosas. Por isso, na primeira parte, expusemos no referencial teórico, a ‘tensão criativa de sentido’, isto é, a necessidade de não querer rapidamente chegar à síntese de um problema que tem implicações que não podem ser captadas facilmente e, às vezes, até citadas na pesquisa. Percebemos, no tempo de convivência com os moradores, que as pessoas que convivem diariamente com essa realidade têm formas de comunicação que

extrapolam em muito os modos formais de compreender e se posicionar sobre determinados assuntos. Por isso, também, por um lado, o pesquisador formado na escola da Sociomuseologia e da Ecomuseologia é um angustiado que deseja, de todas as formas, levar a realidade da vida para dentro da pesquisa, como forma de contribuir para a mudança social, mas, por outro lado, precisa constantemente controlar seu ímpeto porque está trabalhando com um tema que envolve múltiplos jogos de interesse. E alguns dos interessados estão bem distantes da vida cotidiana da favela. Continuando o diálogo com Zé Mário, pergunto sobre o processo das remoções, qual governo é responsável, quais são os motivos dados para a remoção e o processo de urbanização. Zé Mário explica:

“No Rio de Janeiro, o responsável do assentamento urbano é a prefeitura. É a prefeitura. E no Santa Marta não tem remoção. Existe uma discussão. É uma discussão que é grande, porque a Geo-Rio, que é um órgão da prefeitura, ela diz que a área do alto da comunidade é uma área de risco pra Geo-Rio.

E o estado diz que não pode construir numa área que a prefeitura diz que é de risco, né! Então, por isso o estado tá fazendo os prédios para que essas pessoas sejam realocadas na própria comunidade. Então, não é remoção, é diferente. É realocação.

A Geo-Rio é o selo social do Rio de Janeiro, né! Do município. Então, se a Geo-Rio fala, aí ninguém vai querer botar o seu canudo em risco, né!” (Mário, 2014)

Dois aspectos que precisam ser destacados aqui. Primeiro, o órgão que analisa as áreas de risco que não podem mais ser habitadas, Geo-Rio, isto é, Fundação Instituto de Geotécnica, e, segundo, o fato do presidente da Associação de Moradores, Zé Mário, destacar que “não é remoção, é diferente. É relocação.” (Mário, 2014) Os dois aspectos são importantes para perceber o significado que o território tem para uns e o significado que tem para outros. Mais à frente, falaremos sobre a Geo-Rio e como esse órgão se insere nesse quadro complexo que é interpretar o valor do território num contexto com diferentes interesses. Por esse motivo que, antes de apresentarmos como o processo se dá na comunidade do Santa Marta, fizemos questão de situar a remoção no paradigma de urbanização da cidade do Rio de Janeiro no século XX entre as reformas de Pereira Passos e Carlos Lacerda.

Através da Associação de Moradores, como órgão oficial da comunidade, fizemos essa primeira contextualização para expor como se deu o processo de remoção desde o início no Santa Marta. Perguntamos, assim, quando começou o processo. Zé Mário continua explicando:

“O processo é longo. A discussão... a discussão veio desde 2009. É quando então começam os trabalhos aqui, os serviços públicos excluíam essa parte alta. E a gente foi saber porque estava excluindo ela dos serviços sociais. Aí veio a resposta do estado, que lá eles não poderiam fazer nada, porque a prefeitura deu a área como área de risco. Fizemos o nosso contra laudo, ‘né, lutando em favor dos moradores de lá. Apresentamos o nosso contra laudo, mas mesmo assim, nós não conseguimos convencê-los de que é uma área habitável, que talvez a gente gastaria menos lá do que fazendo os apartamentos, “né! Mas a gente não conseguiu convencer.

A gente trouxe um engenheiro, um outro engenheiro.
Não tenho esse nome comigo aqui, no momento, mas a gente trouxe um outro engenheiro. Ele fez o contra laudo, viu, falou ali embaixo... e falou que se tivesse força política, a vontade política poderia revitalizar o terreno e torná-lo habitável, mas...
Melhorar o próprio local onde as pessoas moram, moraram a vida inteira, né! Que era o nosso objetivo. Essa briga." (Mário, 2014)

Analisando apenas pela fala de Zé Mário, é possível detectar algumas mudanças nos paradigmas da remoção presente na cidade do Rio de Janeiro, que vai revelar justamente a discussão sobre o direito de permanecer no lugar onde as pessoas construíram suas raízes. Essa mudança na relação com o território será a mãe de, praticamente, todos os conflitos que abordaremos nessa parte. Dentro do processo de amadurecimento da democracia, esse aspecto é extremamente salutar. Para isso, é fundamental expor os jogos de interesses - quem ganha e quem perde - os olhares múltiplos, e deixar que cada pessoa envolvida no processo tenha tempo para chegar a algumas conclusões. Nesse aspecto, interpretando o processo pela ótica da 'sustentabilidade transdisciplinar', isto é, a 'tensão criativa de sentido', temos um avanço. No início do século XX, com a reforma de Pereira Passos, não existia a possibilidade da tensão, fato que dificulta a resistência, o contraditório. É preciso compreender isso dentro das configurações sociais do Brasil à época. Várias classes não tinham direitos fundamentais garantidos, mulheres ainda não votavam. Na década de 70, no paradigma da política de remoção de Carlos Lacerda, os grupos de interesses das classes com maior poder aquisitivo, aproveitam o contexto do governo militar para impor a possível limpeza social de algumas áreas. A partir da redemocratização do país, várias mudanças acontecem, vários grupos de periferia se fortalecem e exigem seus direitos. Do ponto de vista hermenêutico, a 'tensão criativa de sentido' se manifesta aqui, em duas polarizações: de um lado, os grupos e classes que sempre se beneficiaram com o processo de urbanização da cidade, em detrimento da perda das classes em vulnerabilidade social; e, de outro, os grupos marginalizados que tiveram acesso à história e à memória de formação da cidade, que lutam por seus direitos. Por isso, a cidade do Rio de Janeiro se transforma num vulcão-laboratório em constante erupção, no qual um mesmo fato possibilita diversas leituras que precisam ser colocadas lado a lado.

Um exemplo dessa luta por direitos nesse novo paradigma de construção da sociedade é o Grupo Eco, criado no início da década de 80. Um dos seus líderes, Itamar Silva, compartilhou sua participação no processo antes mesmo da área ser considerada de risco. Antes de apresentarmos sua abordagem, gostaríamos de destacar a missão do Grupo Eco:

"O **Grupo Eco** é uma entidade sem fins lucrativo de caráter educacional e cultural e destinada a promover e apoiar na Favela Santa Marta e, eventualmente, fora dela, atividades e iniciativas que visem ao desenvolvimento humano integral das pessoas e da comunidade, com atenção especial às crianças, adolescentes e jovens, em

busca da afirmação da dignidade da pessoa humana; do pleno exercício da cidadania; do fortalecimento da solidariedade comunitária participativa; contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade justa, livre e participativa. Criado em 1977, o Grupo mantém, na atualidade, o compromisso de debater e buscar caminhos que qualifiquem a vida dos moradores do Santa Marta, na perspectiva da garantia e exercício de seus direitos de cidadania.

Hoje é formado por aproximadamente 130 pessoas que se constituem no corpo de associados da entidade." (Grupo Eco, 2014)

Como mostramos na primeira parte da pesquisa, já existe uma longa caminhada de diferentes grupos que atuam na participação comunitária e produção de memória nas favelas do Rio de Janeiro. Essas experiências poderiam ajudar na reconstrução da teoria da ecomuseologia e sociomuseologia no contexto social do Rio de Janeiro. Em sua maioria, essas iniciativas não têm processos de sistematizações teóricas, mas atuam nos princípios da Nova Museologia, principalmente na posição que ocupam dentro da estrutura de formação da sociedade brasileira. O Grupo Eco é um desses exemplos. Quando analisamos algumas de suas atividades, é possível perceber como o grupo se insere nessa discussão sobre memória, território e desenvolvimento urbano. Também é possível perceber que o processo de conscientização das comunidades acentuará os conflitos em torno do território, pois, como mostramos inicialmente, território é poder. Por isso, citamos as atividades desenvolvidas pelo Grupo Eco para percebermos a discussão sobre remoções no processo de informação que atualmente existe em quase todas as comunidades do Rio de Janeiro:

"Atividades desenvolvidas pelo Grupo Eco:

Jornal Eco: O jornal é a atividade mais antiga do Grupo. Pode-se dizer que é a sua própria origem. Circula desde 1977, e é um veículo de comunicação, informação e, também, formação dos componentes do grupo. [...]

Grupo Cênico Musical Ecos do Santa Marta: Depois de existir como grupo de teatro, desde 1979, o grupo foi redefinido a partir do início de 2003 e assumiu uma identidade de grupo musical, trabalhando música e poesia. [...]

Informática: O grupo Eco foi responsável pela instalação da primeira escola de informática e o primeiro curso de montagem de computadores - "Uma garagem de computador" - no morro de Santa Marta, em 1995. [...]

Esporte e lazer: [...]

Organização Comunitária: Desde a sua fundação, o Grupo Eco está envolvido diretamente nas discussões sobre as melhorias estruturais para a favela de Santa Marta: Democratização da Associação de Moradores, em 1980; Construção da nova sede da Associação de Moradores (1983); criação do ambulatório Dedé, no alto do Morro (1984); nomeação das ruas e becos da favela; discussão do projeto de eletrificação do morro, (1979); projeto de revitalização da rede para distribuição de água (1983); discussão do primeiro projeto de urbanização em 1985; e, mais recentemente, desde 2000, o Grupo integrou a Comissão de Urbanização que discutiu e acompanhou o início do processo de urbanização da favela, executado pelo governo do Estado.

Grupo de Adolescentes: Esta atividade reúne os adolescentes candidatos a integrarem o Grupo Eco. A cada ano, no mês de março, é aberta a inscrição para os jovens que querem participar do Grupo. Um encontro semanal, todos os sábados, aproxima esses jovens dos temas trazidos pela coordenação do Grupo Eco, que investe na formação cidadã desses jovens. Ao final de um ano, após uma avaliação coletiva, estes jovens já podem ser ajudantes da Colônia de Férias que o grupo

realiza. Ao final do segundo ano, termina a formação inicial e eles são integrados como membros efetivos do Grupo Eco.

Tv Favela: A temática do vídeo está presente no Grupo desde 1984. Primeiro, registrando livremente as várias atividades do grupo e eventos da comunidade. Nesse período, não havia trabalho de edição do material registrado. A partir de 1996, foi estruturado o projeto Tv Favela. A partir de então, passou-se a discutir roteiro e a editar o material filmado. O produto final é apresentado à comunidade através de telão.

Colônia de Férias: iniciada em 1980, funciona durante 15 dias consecutivos do mês de Janeiro de cada ano, mobilizando 320 crianças de 6 a 12 anos de idade e mais 50 monitores (jovens e adultos) da própria favela. É a atividade que mobiliza o maior número de integrantes e admiradores do Grupo Eco." (Grupo Eco, 2014)

A narrativa do morador do morro Santa Marta, Itamar Silva, sobre o histórico da remoção tem grande valor porque ele é conhecedor de todo o processo de urbanização do Santa Marta, antes mesmo da oficialização da proposta de remoção, em 2009. Com isso, é possível visualizar mais elementos de 'tensão' que nos ajudam a construir, com maior número de leituras, esse mapa complexo do lugar que as remoções ocupam no processo de desenvolvimento urbano na cidade do Rio de Janeiro. Antes da narrativa sobre a remoção, é interessante perceber como a história de vida de Itamar Silva estará imbricada em todo o processo histórico de formação das favelas e também nos diferentes momentos da relação entre urbanização, valorização financeira do solo e remoção. A mãe, empregada doméstica, que se muda para o Santa Marta para ficar mais próxima do trabalho. O pai, ex-morador do morro do Querosene, que fazia parte do conjunto de favelas do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, que seria removida com a política de remoção do governador Carlos Lacerda. Observemos a narrativa de Itamar Silva:

"A minha família chega no Santa Marta em 54. Então, vindo do próprio Rio de Janeiro, mas a minha mãe é de Campos e meu pai é de Miracema. Então os dois já antes de ir para o Santa Marta já moravam em outros lugares no Rio. O meu pai morou em Padre Miguel; minha mãe veio como empregada doméstica, morou em Copacabana. Os dois se encontraram, formaram família e depois de Padre Miguel foram morar em Santa Marta.

O motivo, na verdade, é a proximidade do próprio lugar de trabalho. A minha mãe trabalhava em Copacabana. Então, na verdade, circulava bastante nessa área aqui e outras comunidades, outras favelas. O meu pai, eu falei, morou em Padre Miguel, mas a mãe dele morou no morro do Querosene, que é mais aqui no centro da cidade. E eles já tinham família. Tinha uma tia que morava no Santa Marta - por que eu não sei - mas já morava no Santa Marta. Então quando eles buscaram uma alternativa de moradia, o Santa Marta apareceu como alternativa.

Literalmente não. Não nasci, porque a minha gestação toda foi no Santa Marta, mas como era já o segundo, o terceiro filho da minha mãe, (os dois primeiros haviam morrido), o pai dela disse: 'Não, você vai ter filho aqui do meu lado.' Meu avô morava em Venda das Pedras, aqui em Niterói, próximo de Niterói. Então, na época, eu nasci, na verdade, em Venda das Pedras. No primeiro mês, a minha mãe ficou ali e depois eu voltei para o Santa Marta. Mas muito mais por uma proteção, porque lá tinha uma parteira que era de confiança deles, e ele queria que a criança nascesse lá perto dele.

A minha segunda irmã nasce em casa. Depois de mim, a minha tem uma outra gestação, e é uma menina. E ela nasce em casa, no Santa Marta, que é o parto feito por uma parteira do Santa Marta. E minha mãe só vai ter filho no hospital

a partir da minha irmã, do meu terceiro irmão que ela vai para o hospital.” (I. Silva, 2014)

Nos detalhes da narrativa de Itamar Silva, é possível perceber as semelhanças com a chegada da família de Geralda e Nega Vilma no morro Santa Marta: trabalhando para atender as necessidades da classe média da Zona Sul carioca e buscar melhores condições de vida. Mas, talvez, os aspectos desconsiderados nos processos de expansão da cidade formam os elementos de memória e afetividade que o território da favela agrega e passa a significar para os moradores. Nascer em casa e construir a subjetividade numa intensa relação com o local vai completamente na contramão do processo de capitalização mercantilista do território. São dois olhares distintos para o mesmo território, que, dos anos 80 para frente poderão ser postos lado a lado. Nesse sentido, torna-se provocativo, construir uma teoria para cidades sustentáveis, a saber, 'sustentabilidade transdisciplinar-Inteira', que inclui de forma contundente as dimensões simbólicas e culturais do território.

Outro dado característico que interfere diretamente na discussão sobre a remoção no Santa Marta é a divisão que existe dentro da favela. Como mostrou o presidente da Associação de Moradores, Zé Mário, algumas ações de urbanização não chegaram até a parte do Pico porque a área foi considerada de risco. Esse processo que deteriora as condições de vida no Pico também acabou por acentuar certa divisão que já existia na relação entre os moradores da parte baixa e os moradores da parte alta no Pico do Santa Marta. Embora seja extenso, vale analisar a narrativa de Itamar Silva que explica muito bem essa divisão, que faz parte da história da favela:

“A questão do Pico, e eu te falo porque como eu nasci no Santa Marta - quando criança, eu não circulei no Pico, eu morava do meio para baixo, né! - O pico sempre foi uma parte do Santa Marta meio distante. O Santa Marta, na verdade, até os anos 80, até o final dos anos 70, principalmente, você tinha essa espacialidade muito definida: você tinha o Pico, você tinha o Cantão, você tinha a outra área do outro lado, do Lopes: eram áreas, tinham pouca conexão, tinham identidades muito próprias. E nesse sentido, o Pico, ele sempre foi muito forte nessa identidade, pelas dificuldades de se acessar até lá, mas nem por isso, vou dizer com muitas aspas, com certo isolamento, também foi construindo a sua própria história, né! Sua própria identidade, uma vez também que tinha uma saída por Laranjeiras.

Sempre teve; o caminho pela mata sempre existiu. Então, por exemplo, tinha gente que eu não conhecia. Até 75, que eu circulava, a partir de 75 que eu comecei a circular mais no Pico, mas tinha gente que eu não conhecia, porque sempre faziam o caminho por Laranjeiras, e eu fazia o caminho por Botafogo, “né! Então, assim, essa dinâmica do morro ela vai sendo alterada exatamente no final dos anos 70 e aí, sem falsa modéstia, o Grupo Eco tem uma participação muito grande nisso, porque a gente vai, junto com o trabalho da igreja católica, que vai retomar o trabalho no Pico em 76, a gente começa a fazer trabalhos comuns ali e criar o jornal para fazer circular algumas discussões no Santa Marta. E eu digo sempre que a própria colônia de férias que a gente inaugurou lá no pico do morro - eu acho que juntava criança de toda a parte do morro - ajudou a fazer essas conexões. Então, eu acho, quer dizer, há uma mudança que vai acontecendo a partir desse movimento do final dos anos 70, mas até então você tinha essas identidades muito claras. Então, o pico sempre foi o pessoal do Pico. Mesmo que a igreja, né, aquela igreja lá, que tá lá na origem do morro, mas atendia muito mais as pessoas

ali de cima, era uma ação pastoral, sei lá, da igreja, mas que atendia aquelas pessoas ali de cima. A caixa d'água, que servia a todo mundo, ela estava já colocada ali, ela é a base da igreja, "né! Aquilo é de 56, então 'tá ali, 59 me parece, ela tá ali no pico do morro. Então você tem o serviço para todo o morro 'tá ali em cima; a origem da discussão de água 'tá ali em cima. Então também tem essa importância, tem essa referência para o Santa Marta." (I. Silva, 2014)

Precisamos também destacar que a remoção se tornou um fato que uniu a comunidade, motivando a participação comunitária nesse problema. No dia 02 de setembro de 2012, participamos da 'Trilha Contra a Remoção do Pico do Santa Marta', que começou na parte baixa do morro e finalizou no Mirante do Dona Marta. No evento, estavam presentes as principais lideranças do Santa Marta, e todas essas lideranças comunitárias se posicionaram contrários à remoção. Ainda estavam presentes moradores de outras comunidades que vivenciam a remoção, estudantes, advogados, crianças. Analizemos algumas falas. Na caminhada contra a remoção, um líder comunitário, Gonsalves Bento²⁰⁸, afirmou que as pessoas chegam no local e dizem:

"Olha a precariedade das casas. Porém, desde quando começou as obras aqui, eles embargaram e ninguém pode construir aqui. Então, não está assim porque o cara não pode fazer; não é opção dele viver assim. Ele não pode fazer a casa porque o governo não deixou. Então, hoje é muito fácil o cara chegar e falar que nessa situação que a casa se encontra tem que remover. Claro, mas o impasse está no fato dele não ter deixado o cara fazer a casa?" (Bento, 2012)

É importante perceber uma consciência aguçada sobre o processo e a consideração acima acena para um fato importantíssimo: se o processo começou em 2009, considerando aquela área como risco, e nenhuma obra pode ser feita no local a partir de então, significa que os moradores estão, desde 2009, sem poder realizar qualquer tipo de reforma em suas casas. O jovem Bento destaca que, numa região vulnerável, formada por construções de barracos de madeira, ficar três ou quatro anos sem poder fazer reformas, torna a vivência no local inviável. Nessa mesma dia de protestos, gravamos o testemunho de um dos principais líderes do movimento contra a remoção no Pico do Santa Marta, o morador e guia de turismo Vítor Lira. Assim como as famílias de Nega Vilma e de Itamar Silva, a família de Vítor Lira também veio de Minas Gerais e ele faz parte da quinta geração de moradores da favela. Vítor Lira realizou uma contextualização sobre o processo de remoção no Pico do Santa Marta e mostra que existe uma maneira velada do governo de remover, tornando o local mais insalubre do que é já. Assim explicou Lira:

"Nós estamos sendo impossibilitados, praticamente, dez anos, de fazer qualquer tipo de melhorias habitacionais na parte alta do Pico. Então, realmente, isso é mais uma ação arbitrária do governo do estado e do município aqui no Santa Marta, na favela considerada como modelo. Acho que isso é uma coisa que está muito longe de ser um modelo. Nós que somos moradores da parte alta do Pico, desde o início da ocupação do Santa Marta é uma área que contempla uma das

²⁰⁸ Nome fictício.

parcelas de moradores de gerações que são descendentes do Santa Marta desde os primeiros ocupantes. Essa área tem, praticamente, 180 graus de vista panorâmica e se tornou alvo de cobiça a partir desse projeto de militarização de favelas.²⁰⁹ Realmente nós estamos vulneráveis a qualquer atitude do poder público ou de instituições privadas. Ou seja, 'megas' empresários que hoje olham a favela não somente como um local de cobiça, mas um território de negócios; realmente, todo mundo hoje que tem dinheiro no Santa Marta pode fazer o que quiser. Simplesmente os moradores não são respeitados e são impossibilitados em várias dimensões, de realizar qualquer tipo de intervenção, inclusive cultural. Realmente são limitações que nós sofremos diariamente dentro desse processo de militarização de favelas, a partir dessa gestão atual. Esse ato é mais um ato da campanha 'Diga não à remoção do Pico', que é uma ação arbitrária que nós não estamos de acordo e de forma alguma o estado nos convence que essa área é uma área de risco. Nós provamos e podemos provar para qualquer um que há possibilidade de reverter esse quadro; só falta simplesmente vontade política e respeito por parte das autoridades com as pessoas que, por décadas, foram criminalizadas, marginalizados, esquecidos e realmente são ações arbitrárias e covardes que ocorrem hoje dentro das favelas, depois desse projeto de militarização. E as pessoas que realmente são moradores e devem usufruir de todo esse projeto que está vindo de intervenção para favela... Eu só faço uma pergunta para vocês: será que nós teremos condições financeiras de continuar aqui no Santa Marta ou a favela está sendo transformada para outros moradores que irão ocupar os nossos espaços?" (Lira, 2012)

O relato do morador e líder Vítor Lira toca em diferentes assuntos que se repetirão nos outros testemunhos que colhemos com os moradores. Sua contundente abordagem revela o alto de grau de tensão com o 'modus operandi' de urbanização e desenvolvimento das cidades presentes no Rio de Janeiro, desde o início do século XX no Brasil. Essas tensões tendem a aumentar porque existe, como já acenamos, um trabalho de base comunitária local que possibilita atualmente acessar a memória de formação das favelas e descobrir qual lugar elas ocuparam na construção da cidade: direito à memória. Essa não é uma peculiaridade do Santa Marta. Porém, do outro lado, também percebemos, não apenas no caso das remoções, mas em várias outras dinâmicas em que o governo precisa justificar suas ações, que ainda persistem formas ditatoriais do período do governo militar ou da ditadura, que começou em 1964 e finalizou em 1985. Porém, mesmo antes da instalação da ditadura, os governos tinham muita dificuldade de negociar suas propostas. Atualmente, já existe certa concordância que os militares não estavam sozinhos. Eles atendiam os interesses das classes dominantes no Brasil, estavam sendo contrariados, e o principal: o risco de que o presidente João Goulart fizesse a reforma agrária no país. O importante é perceber que até hoje a questão do território se torna elemento problema no aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

Talvez não seja por acaso que o líder comunitário Vítor Lira tenha sido incluído no grupo de pessoas que colocam suas vidas em risco por defender os direitos fundamentais. A

²⁰⁹ O processo de militarização de favelas a que Vítor Lira se refere é a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O morro do Santa Marta foi a primeira favela a receber, em 2008, uma UPP, que faz parte do programa de segurança do governo do Estado do Rio de Janeiro.

iniciativa foi feita pela campanha 'Linha de Frente: Defensores dos Direitos Humanos' da organização 'Justiça Global'. Segundo a instituição, "o objetivo das organizações 'Justiça Global', 'Terra de Direitos' e 'Front Line Defenders', que promovem a iniciativa, é sensibilizar a opinião pública a respeito das sistemáticas violações de direitos no país do futebol." (Justiça Global Brasil, 2014). Assim, o programa incluiu o líder Vítor Lira no programa:

"Vítor Lira é morador do pico do Santa Marta, histórica favela do bairro de Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro. Essa área possui uma das vistas mais bonitas da cidade e sofre, desde 2006, a tentativa de remoção por parte do governo do Estado. Além disso, após a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, em 2008, se intensificou a militarização e o controle do cotidiano das famílias, sem que houvesse mudança na qualidade dos serviços públicos oferecidos para a população, como prometido. Um grupo liderado por Vítor, na Comissão de Moradores do Pico do Santa Marta, se organizou para questionar as reais intenções do governo em removê-los da área. Desde 2011, uma série de atividades vem sendo realizadas contra a remoção de 150 famílias e pela urbanização do local, como caminhadas ecológicas, debates e oficinas. Vítor tem sofrido retaliações por parte do Estado, como intimidações constantes e insegurança." (Justiça Global Brasil, 2014)

Numa entrevista que realizamos com a Sheila Souza, que faz parte do comitê de memória do Santa Marta, sua narrativa nos ajuda a compor esse quadro histórico das remoções no Pico do Santa Marta, a partir de alguns líderes comunitários. O importante é perceber que existe uma coerência na análise e percepção do tipo de relação que o estado faz com a favela. Assim, Sheila pontua sua interpretação:

"O morro era todo área de risco. Aí eles foram fazendo as intervenções. Porque aí a gente perguntou: 'Pô, cara, então significa que vocês fizeram o bonde numa área de risco?' 'Não, a gente minimizou o risco, porque a gente fez as obras, fez um calçamento, não sei o que, não sei o que lá'. Ou seja, é possível fazer com que não seja área de risco, entendeu? Ainda que eu ache até que não seja, entendeu? Eu acho que ali é uma área que carece de um investimento para as pessoas morarem com qualidade. Então, a gente tem essa discussão, que é uma discussão que é bastante chata, porque o governo não quer ouvir. O governo tem um projeto pronto e ele não abre mão de cumprir os seus projetos, entendeu? Então, eu não sei, mas eu acho que a ideia de resistir é boa." (S. Souza, 2014)

O grau de lucidez sobre o processo de remoção é enorme. Sheila toca em elementos que fazem parte de uma vivência democrática já consolidada. Nesse contexto, as lideranças locais deveriam ser as primeiras a participarem dos processos de intervenção nos projetos que, em princípio, beneficiarão aqueles que moram no local. Seus questionamentos são plausíveis e necessários quando se vive numa sociedade representativa. O fato do governo ter projetos prontos também não é uma mazela apenas dos governos. Temos aqui um problema estrutural tanto das universidades que não ensinam os alunos a desenvolverem projetos em grupos transdisciplinares quanto do conhecimento mesmo. Teremos um problema crônico que interferirá na dinâmica de desenvolvimento das cidades. Pergunto à Sheila Souza se ela sabe há quanto tempo mais ou menos acontece o processo no Pico do Santa Marta. Na interpretação de Sheila Souza:

“Há pelo menos 5 anos, Delambre, que ‘tá nisso, mas, tipo assim, porque esse processo de urbanização do Santa Marta ele é bem antigo, entendeu? A gente já ‘tá numa luta há muito tempo. Só... o que acontece? Nesse processo, nessa coisa da urbanização, eu não tenho muita memória, porque a gente tinha outras pessoas: você tinha o Itamar, você tinha outras pessoas aqui que participavam diretamente dessas discussões. A gente só engrossava o caldo, entendeu? Mas eu nunca entendi exatamente essas discussões com o governo, porque naquela época não era como era hoje. Entendeu? Então, tipo assim, eles chamavam pequenos grupos pra conversar. Não é como hoje que você abre uma quadra, escola de samba e que faz as coisas desse jeito não. Naquela época era feita de uma outra maneira, até porque naquela época favelado era quase considerado como bicho. Então, tipo assim, os caras não queriam encher a sala com gente daqui não.” (S. Souza, 2014)

Vários outros testemunhos dão conta de que o processo de urbanização do morro Santa Marta se arrasta por vários anos. Algumas pessoas que foram entrevistadas afirmam que essa é uma forma de cansar o morador, a fim de que ele abandone seu barraco. O testemunho da líder Sheila Souza revela um pouco desse cansaço. Ao mesmo tempo, é possível perceber que a favela forma uma liderança que discute e participa cada vez mais da vida da favela. É bem verdade que a experiência de conviver na dinâmica comunitária também revela várias dificuldades de engajamento. Nos diferentes encontros de que participamos no Santa Marta, para discutir o problema do lixo na favela, o saneamento básico, a apropriação indevida do turismo por empresas externas, as pessoas engajadas eram quase sempre as mesmas. Algumas dessas, como Sheila Souza, participa desses processos de militância de base há mais de trinta anos. Entretanto, é preciso sempre pontuar que, como debatemos o direito à memória, existem ganhos consideráveis no processo de formação e participação dos problemas. Porém, ainda são necessários programas internos que inserem os moradores em redes sustentáveis para defenderem seus interesses. Nesse sentido, as trilhas contra a remoção foram exemplos de que é possível se unir em torno de uma mesma causa que diz respeito a todos. Na continuidade do testemunho da moradora Sheila Souza, é possível constatar, segundo ela, um dos motivos do processo se arrastar por tantos anos. Portanto, continua Souza:

“Ou vocês são um movimento organizado... então, traz meia dúzia de pessoas que a gente vai conversar. E foi por isso que esse processo se arrastou durante muito tempo. Então, tipo assim, já está se discutindo isso há muito, muito tempo. Tem gente que tem outras memórias. O pessoal mais velho que eu ele tem essa memória mais assim, mas precisa desse processo todo. Mas eu me lembro que durante todo esse tempo sempre foi isso, pelo menos agora nesse processo consciente assim da entrada do governo aqui, que foi um divisor de águas dentro do Santa Marta, esse discurso se repete sempre. E sempre assim, ora com determinados recursos, ora com outros recursos e o problema também é que a gente não tem acesso a esse material.” (S. Souza, 2014)

Em praticamente todas as favelas e comunidades do Rio de Janeiro existe espaço para que o ecomuseu ou museu comunitário assuma esse papel de articulador, fomentador do desenvolvimento local e descobridor das lideranças locais. Por isso, fizemos questão de

pontuar as contribuições de Georges Rivière, Hugues de Varine e Peter Davis. Cada favela no Rio de Janeiro é uma cidade. Cada comunidade tem uma história diferente de formação; cada uma se forma ao redor de um ponto específico da 'tensão criativa de sentido', que gera resiliência e resistência. Em quase todas, o território e a memória são elos aglutinadores e formadores da identidade comunitária. Em ambientes de grandes complexidades e diferentes peculiaridades, torna-se condição 'sine qua non' alargar o referencial teórico. No caso específico da nossa pesquisa, o tema urbaniza vinculada á remoção já agrega uma grandeza própria, permeada de complexidades oriundas da leitura de quem está dentro (comunidade) e quem está fora (governo). São muitos jogos de interesses envolvidos que não podem ser revelados de forma clara. O tema tem a virtude de acenar para dados do desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro que, na verdade, são características da forma como se formou a sociedade brasileira e ainda se organiza em diferentes regiões.

Retornemos novamente à construção do 'status quaestiones' sobre a remoção do Pico do Santa Marta através da abordagem bastante provocativa do líder comunitário Itamar Silva, do Grupo Eco, que também já foi presidente da Associação dos Moradores do Santa Marta. I. Silva, assim explica a história da remoção do Pico, ligada diretamente ao processo de urbanização:

"Não, o processo do Pico eu acompanho desde muitos anos. Na verdade, o Santa Marta naquela parte ali, você tem uma primeira redução daquela área é feita pelo IBDF - Instituto Brasileiro de Floresta - bom, é isso, o IBDF²¹⁰ que é responsável pelo controle daquela mata ali. O Santa Marta ia mais acima; eles fizeram uma redução e isso nos anos 70, final dos anos 70, uma redução para o morro, porque aquilo ali era uma área florestal. Desde então, o Pico sempre foi o lugar mais prejudicado, onde sempre os serviços, as melhorias chegavam sempre depois, sempre depois. E isso era uma reclamação dos moradores dali e, enfim. Quando agora..., que eu estava na associação dos moradores em 85, a gente desenhou o primeiro, discuti o primeiro projeto de urbanização do Santa Marta junto com o governo do Estado na época, a gente incluiu o Pico como uma área; A preservação do Pico era muito fundamental já naquele momento. Esse processo de 85 não foi à frente... bla, bla, bla. Mas quando em 99 se retomou a discussão em torno da urbanização do Santa Marta, eles retomaram o projeto de 85. Então, a base da proposta que ganhou o concurso do IAB em 2000, ela tem como base o projeto de 85, que tinha, como sugestão, o plano inclinado nos dois lados da favela, e a preservação do Pico como área de moradia e tudo mais. Muitas modificações aconteceram na verdade entre 2000 e final de 2003, quando começaram as obras. O próprio projeto foi muito alterado, por conta da briga da prefeitura com o governo do Estado, etc. Então, o plano inclinado, que era dos dois lados, passou a ficar só de um lado e que era pra dentro do muro, por conta da briga com o dono daquele terreno ali, que foi pra justiça e também foi obrigado a cair para dentro do morro e tudo mais, mas naquela proposta, o Pico ainda ficou preservado. Você tinha uma proposta, um projeto original de fazer uma rua, descer aquela rua que vem da Seabra Fagundes (eu sempre erro o nome)... eu acho que é Seabra Fagundes, que vem lá de cima. Você quer descer aí na altura do campo, fazer tipo um viaduto, você vai até o final pra fazer um... lá embaixo, pra ver o carro voltar: isso era uma proposta e você preservar as casas ali em torno desse desenho de intervenção urbanística que estava proposto para ali." (I. Silva, 2014)

²¹⁰ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

A explanação de Itamar Silva é importante para percebermos que existe uma longa discussão e que, no início, incluía a participação dos moradores. Esse fato também está atestado no testemunho da moradora Sheila Souza. Inclusive, segundo a fala de Itamar Silva, houve relevante participação dos moradores no processo de construção do primeiro projeto de urbanização da favela. Porém, alguma mudança ocorreu, no percurso, que alterou significativamente o projeto original e²¹¹ deixou de ouvir os interesses dos moradores que teriam suas vidas alteradas. Outro dado importante nesse levantamento histórico é o fato de que a parte mais alta do morro já sofreu uma remoção no final da década de 70, fato que também é relatado por outros moradores. Conforme destaca o presidente do Ecomuseu Nega Vilma, Kadão Costa, o Pico do Santa Marta viveu sempre em estado de remoção. O bairro de Paciência que, segundo ele, tinha uma placa recebendo os moradores do Santa Marta, fica na Zona Oeste do Rio de Janeiro, distante da Zona Sul, onde está o Santa Marta. Assim explica Kadão Costa:

“Lá em Paciência tinha uma placa escrito: ‘Bem-vindo, Santa Marta’. Tinha um projeto de governo que removeria as pessoas do Santa Marta. Então, é uma favela que ela está localizada num lugar de privilégio, ela está atrás da prefeitura e atrás do governo do estado. Ela está entre os dois pontos turísticos tido como patrimônio da humanidade, patrimônio turístico da humanidade, enfim. Tem alguns atravessamentos que tornam peculiar ali o Santa Marta. E essa ameaça, então, ela é constante; havia quando eu era muito moleque essa ameaça de que, pô, tinha uma pedra que ia cair e ia devastar o morro. Então, por isso, teria que remover as pessoas, mas aí teve um plano de conter a água, então esse medo acabou. E aí se dá conta hoje de que é uma área de risco. Mas se existe um risco, existe um estudo para você prever o risco, né! Se existe uma ideia de se construir ali uma outra coisa, alguém vai cuidar para que não haja um risco para o que vai ser construído. Então, dessa forma pode acontecer a mesma coisa para os moradores. O que fica claro pra gente que, sendo remoção ou realocação, é que há outros interesses naquela área, de uma área de privilégio, o Ecomuseu, inclusive, está localizado numa rua chamada Rua da Tranquilidade. Quem não quer um lugar como esse? Como é atrativo nos dias de hoje você, na zona sul do Rio de Janeiro, dizer que mora na Rua da Tranquilidade. Então, é isso assim, as pessoas vão, a ideia é realocar. Eu acho que a ideia é essa, realocar a miséria, tornar invisível. Inclusive, até o processo de urbanização da favela se deu de baixo para cima e se deu só até aonde eles entenderam que a favela deveria ir. Continuou deixando o pico do morro no lugar de esquecimento, no lugar onde tem as valas abertas, onde sempre aconteceram os confrontos mais intensos do tráfico, onde dentro da comunidade, sempre teve a coisa de que o Pico é a roça e embaixo é a zona sul. Então, o estado vem, e aí não se dá conta de que está tentando realocar pessoas que são importantíssimas para o patrimônio do Santa Marta no geral.” (K. Costa, 2014)

²¹¹ Em função da complexidade e da politização em torno da remoção, não foi possível ouvir todas as pessoas que gostaríamos. Algumas que procuramos, estão em outros cargos nas secretarias do governo. Infelizmente, a prática de mudar quase todas as pessoas, com a mudança dos governos, faz com que algumas informações preciosas fiquem difíceis de serem alcançadas. Tivemos esse problema para destrinchar informações preciosas fornecidas por Itamar Silva.

A fala do presidente do Ecomuseu Nega Vilma serve também para completar esse espelho histórico da remoção no Pico do Santa Marta. Ele levanta vários aspectos que precisam ser pontuados: a localização privilegiada da favela, principal atração turística da cidade. Por isso, relembra a história da relação entre a urbanização da cidade do Rio de Janeiro e as remoções. Assim é possível suspeitar que as razões para a remoção mudam de acordo com o tempo. Isso é muito importante porque já mostramos como a remoção se situa no processo de urbanização, no século XX, nas diferentes reformas que aconteceram na cidade. Kadão Costa também pontua as diferentes ações na comunidade para conter o risco, ações realizadas pelo próprio governo. Esse fato, com razão, levanta a pergunta: Por que não investir também hoje para minimizar os riscos, se eles existem? - como pontuou a moradora Sheila Souza. Também coincide com a abordagem de Itamar Silva sobre o fato de que as obras de urbanização sempre chegavam apenas até numa parte da comunidade, deixando a outra parte, de cima, sem os devidos cuidados. Nesse sentido, a situação do Pico do Santa se agravou consideravelmente com a intervenção do estado, considerando-o como área de risco. Após essa intervenção, nenhuma obra pôde ser realizada nos barracos que, por todas essas circunstâncias, já são precários. Quando questionamos o presidente do Ecomuseu Nega Vilma, Kadão Costa, se ele se lembrava especificamente quando se iniciou esse processo de considerar o Pico do Santa Marta uma área de risco, ele fez uma interpretação que está para além da data, ou dos últimos cinco anos. Analisando pela ótica do 'direito à memória', incluída nos projetos de construções de cidades sustentáveis, a conclusão do Presidente do Ecomuseu Nega Vilma, Kadão Costa, deve ser considerada com atenção. Kadão Costa mostra quando começou as novas intervenções na favela:

"Dessa forma, ele se iniciou logo após a entrada do poder militar na favela: foi o segundo discurso. O primeiro discurso foi de urbanizar, militarizar, reurbanizar e realocar um pedaço.

Isso estava dentro de um pacote; isso já veio. Eu fui agente comunitário e sei que isso já é um desejo antigo de diminuir um pedaço mesmo da comunidade, que é uma comunidade peculiarmente cercada por muros. Ela é ponta a ponta cercada por muros dos dois lados. Ou seja, ela não tem mais possibilidade de crescer; já impediram o crescimento, e agora eles querem remover. É bem séria essa proposta. O Santa Marta é fechado por muros dos dois lados.

Você não tem para onde correr literalmente. Agora ou você sai do morro ou você bota uma casa em cima da casa do seu vizinho, porque você não tem mais como crescer, e esses limites foram dados há mais de 50 anos e são respeitados. Essa é uma conclusão importante; eu vou falar disso de novo. Porque esses muros já existem há um tempão, ninguém fez casa além do muro. Por que querem remover as pessoas? Ah, não, quebrou muro, tá fazendo casa. Mentira, o muro 'tá lá; é um muro que pega da estação até lá embaixo e um muro do outro lado." (K. Costa, 2014)

A riqueza do debate possibilita realizar diferentes atravessamentos com o referencial teórico que construímos, a saber, Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira. Podemos isolar a remoção da conjuntura social social da cidade. É possível analisá-la apenas pela sua natureza

própria. No entanto, essas leituras mostram o quanto é importante manter a tensão que vincula com a construção da cidade em si. Em todos os sentidos, a favela é um produto da manutenção da vida na cidade. A tensão permite perceber os momentos da história da cidade em que mantê-la era necessário e descartá-la também. Fechar-se nessa leitura também seria pouco; esse movimento tem entrelaçamentos fortes com as mudanças econômicas no país. Interpretar o econômico separado do político também seria pouco. Até porque, como vimos, na década de 70, a remoção fazia parte de uma política de urbanização. Política de urbanização que se intensifica dentro de uma ditadura militar. Mas se fechar na leitura da militarização também é pouco. Como acenamos, no golpe de 64 interesses de outros setores da sociedade brasileira, que não eram dos militares, impulsionaram o golpe. Como afirmamos na primeira parte do trabalho, não temos a intensão de chegar tão rapidamente à síntese. Portanto, completamos esse histórico da remoção no Pico do Santa Marta, a fim de descrevermos outros encaminhamos do processo, que nos possibilitam construir esse quadro, a partir do testemunho dos moradores, isto é, aqueles que são os mais atingidos. Assim, continuamos com o espelho histórico sobre a urbanização e a remoção no Santa Marta feito por Itamar Silva:

“Porque, na verdade, nesse projeto, o estado vai mudando muito o que era em 2004: você tinha uma Comissão de Urbanização (eu era presidente da Comissão de Urbanização) que juntavam as instituições locais, as lideranças locais para acompanhar o projeto, que ganhou o concurso do IAD. Essa comissão vai perder o seu sentido em 2006, 2007, porque o próprio estado, quando entra a empreiteira pesada, ele desconsidera a comissão e passa a dialogar somente com a associação dos moradores. Então, a gente aí perde uma força de discutir o projeto, e o projeto já estava sendo alterado, na verdade. Então, essa parte de descer pra rua pra cá já não tinha mais e, nisso que não tinha mais, a proposta do Pico desaparecer já começou a ser gestada, mas nunca foi explicitado uma contraproposta. É claro que a gente foi descobrindo que havia proposta de construção de um parque ecológico ali; um pouco pra fazer uma trilha até sair lá para o mirante e, então, que o argumento começou a crescer bastante forte a partir do governo é de que aquilo era uma área de risco e que precisava ser removida. Então, essa história da remoção começa a crescer até, na verdade, final aí de 2007, 2008. Eles começam a fazer um cadastramento, identificar pessoas pra poder remover; há uma reação, a gente reage a isso. O próprio Pico lá se organiza; a gente tenta sensibilizar os moradores para comprar essa briga; há um certo retrocesso, não é bem retrocesso, mas há uma diminuição dessa dinâmica, porque muda a Serra Almeida, que era a empreiteira contratada, perde o contrato; eles ficam um tempo sem atuar nessa área, e isso acontece em final de 2008, 2009. Não, 2008. 2008 entra a UPP, em novembro, a gente tá sem nenhuma empreiteira atuando no Santa Marta. Esse discurso da remoção continua crescendo, blá, blá, blá... até que eu acho que tem um ano e meio talvez, eles contrataram uma outra empresa pra fazer um novo cadastramento. Aí, montaram um posto, serviço social lá pra cada casa pra conhecer o morador e aceitar a proposta de deslocamento aí pra lá pra os prédios das laterais. Então é isso, mas que, na verdade, como esse projeto do Santa Marta ele é um projeto muito intermitente, ele, na verdade, vai e para, ele vai e para, ele vai e para. Então, você vê, num projeto que era pensado, uma urbanização pra ser feita em três, quatro anos, nós estamos há 10 anos, 10 anos e com muita coisa incompleta ainda.” (I. Silva, 2014)

Além de estabelecer uma problematização e expor a 'tensão criativa de sentido', o histórico sobre a remoção contextualiza o problema da remoção, tanto nas questões internas da favela quanto das questões externas. Esse aspecto é muito importante porque ajuda a compreender qual deve ser o papel das instituições locais. Esse foi um aspecto que pontuamos, principalmente quando dialogamos com a proposta de Hugues de Varine sobre desenvolvimento comunitário. A abordagem de Itamar Silva, juntamente com outras interpretações, possibilita discutir que, no momento, o fato de ser liderança local não significa que os interesses de todos os moradores da localidade serão resguardados. Mais uma vez, estamos diante de um grau de complexidade inerente aos processos de militância inteligente que precisam ser desenvolvidos dentro de qualquer favela carioca que tenha, de um lado, o histórico de quase quatro décadas sem a oferta pelo estado dos serviços básicos de saneamento, saúde e segurança, conforme acontece no restante da cidade e, de outro, a presença de outros grupos que ocuparam esse espaço que deveria ser responsabilidade do estado. Todos esses fatores, ainda que não sejam aprofundados, subjazem o tema que discutimos. Seguindo essa linha de raciocínio, fica bastante evidente que a remoção no Pico do Santa Marta e em outras favelas não pode ser discutida isoladamente dos paradigmas de urbanização da cidade, principalmente no século XX, e o processo de redemocratização do país. Existe um 'modus operandi' do estado se relacionar com a população que também está presente em outras situações nas quais os interesses das camadas mais pobres precisam ser preservados. Quando apresentamos essa pergunta para Itamar Silva e outros líderes, ambos foram unânimes em afirmar que não é necessário muito trabalho para perceber certa convivência do governo. Ainda não queremos levantar hipóteses sobre qualquer tipo de favorecimento de determinados grupos externos com a remoção, embora saibamos que desenvolvimento econômico, especulação imobiliária e urbanização estão quase sempre juntos. Quando perguntado sobre as implicações desse processo para os moradores do Pico, a conclusão de Itamar Silva parece ser óbvia e faz coro com outras vozes do morro:

"Essa é a perversidade dessa ação do governo, porque ele blefa na verdade. Por que eu digo que ele blefa? Ele blefa quando diz: 'Isso é uma área de risco'. Quer dizer, a gente já contra-argumentou tecnicamente. E eu falo isso... eu fui presidente da associação dos moradores quando foi feita a canaleta. Se você olhar pra pedra que está ali, que está no Pico, está encostada no Pico, aquilo foi feita uma canaleta, porque o Santa Marta, na verdade, quando chove, a água desce toda e aquilo corre como um leito. Então, qual foi uma solução técnica para diminuir o volume de água dentro da favela? O que foi feito para diminuir a erosão do próprio terreno? Era construir uma canaleta na pedra, que ela recolhia da pedra e corria pela lateral. E isso foi feito. Foi feito exatamente para diminuir a pressão da água que estava caindo. Claro, isso não resolve todo o problema. Depois do acidente do Santa Marta em 88, de salvamento em 88, foi feito um trabalho de geotécnica forte no Santa Marta, vários pontos foram feitos contenções. Na área onde houve desabamento, foram criadas cortinas de contenção muito forte, mas em vários outros pontos no morro foram feitas contenções menores, inclusive, lá no Pico. Então, já houve uma atuação nesse sentido. Então, assim, tecnicamente, mesmo

que você diga que exista risco, existe solução para isso. Depois o meu argumento que eu tenho rebatido muito com o estado: se aquilo é uma área de risco, se alguma coisa vai rolar, necessariamente vai ter que ser feito um trabalho de contenção porque tem todo o resto da favela para baixo, ou então você tem que retirar toda a favela: não adianta retirar só o Pico, porque as pedras vão continuar ali. Então a ameaça 'tá por cima de todas as outras pessoas. Então, você pode retirar, você pode requalificar o espaço e requalificar as moradias que estão ali. Então, a discussão técnica eu digo que é um blefe do Estado, porque há solução para problemas que eles dizem que existem. A gente também já fez um contra laudo mostrando um pouco que existe uma ou pequenas pedras que podem ser contidas e você fazer, manter os moradores que querem ficar naquela área ou ficar nas suas moradias, porque a perversidade é que eles não permitem os moradores fazerem melhorias nas suas casas. Então você imagina. É uma área de risco? 'Tá bom!' (I. Silva, 2014)

O tema da remoção no Santa Marta, conforme os diferentes testemunhos dos diversos líderes comunitários narram, coloca em questão que a inserção da Museologia, como agente da transformação social, implica o discernimento de situações que estão muito além daquilo que classicamente é abordado numa formação em Museologia. Na verdade, no Brasil, a Museologia não está sozinha na percepção de que sua epistemologia talvez seja insuficiente diante de uma realidade com tantas interconexões. Como pontuamos na primeira parte, de um lado, temos a superespecialização do conhecimento, que também é marca da academia brasileira, e de outro, a ausência de uma ciência transdisciplinar que eduque o gestor, o projetista, o empresário e museólogo a olhar a realidade pelo viés da integração. Nesse olhar, a pergunta primeira será sempre que relação um fator tem com o outro. Ainda que a força do econômico sobreponha todas as outras dimensões da vida, o olhar integrado diminui os impactos desse desenvolvimento que tem como fim o capital.

7.3 'Zeitgeist' 3: Histórico da Remoção do Pico Santa Marta a partir do 'Contra Laudo' do engenheiro solicitado pela comunidade

Na discussão sobre 'direito à memória', na primeira parte da pesquisa, mostramos como a história de lutas e sofrimentos nas favelas formou um processo consolidado no trabalho com a memória. Infelizmente, essa sabedoria resiliente ainda não é instrumentalizada nas escolas de negócio no país, nos incentivos ao empreendedorismo e nos lugares simbólicos de poder que poderiam propor a formação de uma classe média mais equitativa e representativa das diferentes etnias presentes no Brasil. Nessa dinâmica de politização, o morro do Santa Marta é um exemplo dos diversos jogos democráticos que acontecem dentro da favela. Neste sentido, a favela é uma escola. Nos anos de 2011, 2012 e 2013, participamos de diferentes debates dentro das favelas no Rio de Janeiro. Nesses ambientes, os moradores e líderes comunitários discutiam os processos políticos internos, as mudanças no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro e quais as influências no aumento do custo de vida nas

favelas da Zona Sul. Eles debatiam sobre o saneamento básico, o aumento do custo de vida nas favelas situadas em regiões que receberam investimento, mas que deixaram a favela de fora. Participamos também da discussão sobre turismo comunitário e desenvolvimento local: o problema do lixo que está em quase todas as favelas do Rio de Janeiro. Em 2013, participamos com um trabalho de jornalismo, de uma manifestação pacífica, na qual os moradores e lideranças do Santa Marta caminharam pela rua principal de Botafogo a São Clemente. Crianças, adultos, senhoras e jovens, cada morador levava uma reivindicação diferente. Observemos alguns dizeres, presentes nas faixas e cartazes dos moradores:

“Valorizar os guias locais: Fora Jeeptour”; ‘Por que a luz na favela é mais cara do que no asfalto?’; ‘Mas eu só quero é ser feliz. Ser favela modelo como o Sr. Prefeito diz, eu não quero não.’; ‘Redução dos salários dos políticos já! Aí vai ter para saúde, educação e segurança.’; ‘O tempo é agora: educação já, saúde para já, não à remoção. Santa Marta são 70 anos de história’; ‘Comer ou pagar a luz?’; ‘Queremos nossos direitos respeitados nas favelas’”. (Caminhada por Direitos, 2013)

O que queremos mostrar é que o contra laudo construído pelos representantes dos moradores contrários à remoção faz parte desse processo maior de politização presente nas favelas. Cada uma dessas frases possui um recado social muito contundente para a sociedade. Dentro dos princípios da “sustentabilidade transdisciplinar”, chamaríamos todas elas de ‘museu das ruas que falam sem palavras’. Algumas dessas frases são simbólicas, sintetizam discussões intensas do universo de direito da favela. Representam conquistas de anos e sofrimentos de décadas. Para nosso diálogo com o paradigma da remoção, o importante é perceber que, embora a caminhada não fosse sobre o tema específico da remoção, as vozes, que usavam cartazes, tocavam nas mesmas questões que se referem também à remoção, a saber, o território, o desenvolvimento urbano e a memória. Alguns exemplos são bem contundentes: ‘Valorizar os guias locais: Fora Jeeptour’.

Qual é o contexto dessa frase? Após a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora, a favela, abriu-se para o turismo, conforme relatou o presidente da Associação de Moradores, Zé Mário: “O Santa Marta hoje é uma comunidade que recebe dez mil turistas por mês, coisa que não acontecia. Então, é uma comunidade que ela ‘tá bem divulgada internacionalmente.” (Mário, 2014). A Jeeptour, empresa que explora o turismo no Rio de Janeiro, percebeu uma oportunidade de mercado e passou a explorar o turismo também dentro da favela, deixando pouquíssimos benefícios para os moradores. Em princípio, está tudo legal. A favela passa a ser divulgada internacionalmente como local seguro; os barracos, antes símbolos de resistência e sofrimento, agora são ovacionados como construções do início do século XX. Do ponto de vista do modelo de economia capitalista na qual a lógica do global está sobre a lógica local, não é possível imputar erros ao processo. Um espectador que não vivencia a dinâmica de vida da favela ainda afirmará que a empresa está fazendo um

bem aos moradores, ao colocar a favela no roteiro turístico dos estrangeiros que visitam o Rio de Janeiro. Essa justificativa é feita a partir de um paradigma de desenvolvimento, que possui um modelo de economia, um modelo de expansão urbana, um modelo de sociedade. Em resumo, a lógica que sustenta a aprovação do turismo nesse modelo pela Jeeptour é aquela em que a maior parte dos ganhos e dos lucros de qualquer investimento devem ficar com o investidor. O local e a região onde há matéria-prima e biodiversidade ficam sempre com a parte menor. Uma situação vivenciada na prática cotidiana de uma favela se insere na lógica global e internacional do desenvolvimento. A grosso modo, qual seria a forma²¹² de questionar e talvez inverter esse processo? Sustentar a 'tensão criativa de sentido', isto é, fazer exatamente aquilo que os moradores fizeram nas ruas, ainda que não alcancem todos os resultados esperados. Analisemos mais algumas frases:

“O estado mata e nada é feito. Quem é o meliante da história? Ordem e progresso para quem?'; 'Por um turismo sustentável na favela. Turismo de base comunitária. Fora Jeeptour.'; 'Santa Marta na luta por direitos! – contra a remoção do Pico – Pelo bom funcionamento do bondinho – Contra o alto custo da conta de luz. Juntos lutamos por uma favela de qualidade e por justiça social no Brasil.'; 'Educação sim, caveirão²¹³ não.'” (Caminhada por Direitos, 2013)

A frase sobre o turismo que certamente não era compreendida na profundidade por muitos que passavam na Avenida São Clemente naquele momento, carregava uma crítica ao sistema de desenvolvimento econômico vigente não apenas no Brasil, mas no mundo. Ela denuncia as idiossincrasias desse modelo, conforme percebeu-se através das políticas de austeridade implantadas sobre Grécia, Portugal e Espanha no auge da crise econômica de 2008. A frase também não é apenas uma crítica teórica: ela aponta um caminho, a saber, a união dos moradores locais para defenderem seus direitos. No caso específico do problema exposto na faixa – 'Valorizar os guias locais: Fora Jeeptour' –, um grupo de moradores se uniram, foram estudar turismo numa escola especializada, se prepararam para enfrentar a lógica agressiva do mercado, e agora disputam com a empresa externa a exploração do turismo local. A partir desse momento, estarão em jogo dois modelos de economia, de formação de sociedade, de gestão de empresas e de distribuição dos lucros. Para o início do processo, manter a 'tensão criativa de sentido' entre esses dois modelos, pode, no futuro, questionar se a lógica interna de exploração do turismo não segue a mesma lógica externa, quando os lucros das empresas locais²¹⁴ não beneficiam o surgimento e fortalecimento de

²¹² Falamos de uma das formas porque não temos a intenção aqui de remontar todas as discussões já feitas pela Sociologia sobre o lugar que o Estado deve ocupar na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

²¹³ Caveirão é o carro blindado da polícia militar usado para realizar incursões dentro das favelas.

²¹⁴ Em nossa experiência de mais de dez anos atuando em favelas, percebemos que, após a acomodação das lutas e conquistas, os modelos vigentes de economia e distribuição dos lucros são copiados da sociedade. Aqui está um dos motivos que problematizamos o conceito de 'desenvolvimento comunitário' na perspectiva de Hugues de Varine. Sabemos que, em outras obras, Varine aprofunda o tema. No entanto, temos defendido que a palavra 'desenvolvimento' está tão viciada na lógica vigente de acúmulo egoísta, que precisamos de outro conceito que expresse a profundidade de outra forma de economia e relação social. Na 'Sustentabilidade Transdisciplinar ou

outros negócios dentro da favela.²¹⁵ Pelo prisma da 'sustentabilidade transdisciplinar-Inteira', conforme construímos na primeira parte, poderíamos pontuar como essa simples frase interfere em outros segmentos importantes da sociedade. Colocamos a frase nesse tópico, porque gostaríamos apenas de mostrar que, mais do que definir o problema, ela desestabiliza a ordem, provoca o modelo vigente. Na 'tensão criativa de sentido' dessa nova situação, que não existia antes na favela, podemos dizer que estão imbricados: a valorização econômica da área, após a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora, e a urbanização de algumas áreas da favela. Portanto, se há demanda haverá oferta: a exploração do turismo por uma empresa, com isso, especulação financeira e capitalização do território através da exploração do turismo. De alguma forma, o princípio permeia os outros protestos expostos na frase:

"Tarifa de luz social já.'; 'Não quero ratos na minha casa.'; 'A vala não é um bem'; 'Queremos amor sem violências no Santa Marta.'; 'Polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela. Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência.'; 'Ladeira dos Tabajaras, Estradinha 1014, Remoção é Crime Social, Todos Temos Direito à Moradia.'; ' Não às remoções forçadas'". (Caminhada Por Direitos. 2013)

As questões citadas acima estão no mesmo paradigma da reivindicação do turismo. Na lógica vigente, significa que a empresa foi inteligente, inovadora e, para ser economicamente viável pelos 20 anos futuros, deve ser agressiva, ter uma sólida reserva financeira e antever os percalços da economia, portanto, lucrar, guardar e investir na sustentabilidade financeira da empresa para os 20, 40 e 50 anos. Analisando pela história dos modelos citados de urbanização na cidade do Rio de Janeiro no século XX, a prática dessa empresa externa, que explora o turismo na favela, seria aplaudida como exímio exemplo de desenvolvimento sustentável. O turismo da empresa externa está colocando a favela na rota do progresso. Antes era invisível, agora é vista pelo mundo. A empresa seria exemplo de descoberta de oportunidade de negócio em várias faculdades de economia, MBA em negócios e afins em universidades de excelência em diferentes regiões do país. O problema central sobre o que estava exposto no cartaz não estava nem no morador local e nem na empresa, mas numa estrutura de formação, organização e desenvolvimento da sociedade que legaliza essa relação anacrônica.

Um empresário e um economista formados nessa escola e que nunca tiveram contato com a realidade de vida da favela terão muita dificuldade de compreender a reivindicação dos

Inteira', substituímos a palavra 'desenvolvimento' por 'Promoção da Saúde Integral' e Criação de 'Redes Integradas de Economias Interdependentes'.

²¹⁵ Em 2013, conduzimos um de grupo empreendedores do turismo do Morro Santa Marta para receberem consultoria coletiva e individual na Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio), a fim de que pudessem registrar e legalizar os negócios de turismo que surgiam dentro da favela. No encontro, foram recebidos pela professora Dr^a Sílvia Pinheiro. A experiência de ter empreendedores da favela numa tradicional universidade de referência em negócios no Brasil fez com que a Dr^a Sílvia os convidasse para apresentar suas propostas em uma de suas aulas. Assim, eles apresentaram suas ideias para os alunos e proporcionaram uma troca muito relevante.

moradores. Governos que historicamente trabalharam a expansão da cidade para favorecer esse modelo de desenvolvimento, que coloca os lucros econômicos acima de todos os outros valores da sociedade, terão dificuldades para compreender a reivindicação dos moradores. Museus que historicamente trabalharam para expor esse modelo vigente de sociedade terão muita dificuldade de musealizar a caminhada por direitos dos moradores. Poderíamos fazer uma lista enorme de instituições que não compreenderiam as reivindicações dos moradores. Temos, na verdade, um problema de paradigma de sociedade. Na primeira parte inteira da nossa pesquisa, tentamos fundamentar esse fato, a partir da reflexão sobre o paradigma de conhecimento, isto é, da 'tensão criativa de sentido' presente nas áreas que citamos. A reivindicação dos moradores sobre a exploração do turismo por uma empresa externa se mistura com características peculiares da sociedade brasileira. É preciso considerar um elemento que permeia os modelos de sociedade no Brasil: por mais importante que seja a democracia brasileira, ela preserva, nas relações sociais dos governos com o povo, traços do 'modus operandi' da colonização, da escravidão (1888) e da recente finalização da ditadura (1985). Por esse motivo, o histórico de resistência e luta por direitos dos moradores da favela são movimentos revolucionários de reação ao paradigma de organização estrutural da sociedade não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. A questão do turismo, como representação do espaço que o local receberá nessa 'tensão', é apenas o símbolo do esgotamento desse modelo de sociedade. Portanto, a 'Caminhada por Direitos' dos moradores do morro Santa Marta e a criação de uma empresa local para disputar o turismo está para além de um problema situado num contexto específico. Na verdade, ele revela traços das tensões com que, por diversos fatores, a sociedade brasileira terá de conviver, e sobre os quais governos, empresas, universidades, associações, ONGs e igrejas deverão se posicionar.

Embora no Brasil, como dissemos, ainda sobrevivam formas antigas de relação dos poderes políticos com a sociedade, por outro lado, é interessante perceber esse jogo democrático, no qual o debate, a manifestação e a articulação comunitária se apresentam como formas de participação inteligentes e articuladas. Neste sentido, se de um lado, a remoção é um fato, por outro, o problema tem movimentado a articulação de diferentes grupos que estudam, pesquisam e se mobilizam em torno da discussão sobre o direito à moradia. Na 'Caminhada por Direitos' dos moradores do Santa Marta, em 2013, gravamos em vídeo uma cena profundamente pedagógica e emblemática. Uma senhora estava com a filha de cinco anos, que segurava em sua perna. Tranquila, a criança brincava com um jogo no celular, enquanto a mãe compartilhava no microfone sua história no Morro Santa Marta:

"Sou moradora há quarenta anos dessa comunidade. Em todo momento, nós fazíamos mutirão, arrumávamos a comunidade e o poder público nunca esteve presente. Quando entrou a UPP, bonito! É a urbanização. Desde a urbanização, a

minha casa foi interditada porque eu não posso fazer obra. Em cima da minha casa tem um barraco de madeira, que está caindo e eu não posso mexer. Tenho que morar de favor na casa de parente, porque eu não posso mexer na minha casa. Porque ou ela vai cair ou ela vai ser reconstruída. E eu fico na mão do poder público. É muito triste pra mim, moradora há quarenta anos da comunidade, onde fiz parte do mutirão, onde carreguei poste da Light,²¹⁶ onde carreguei cabo da Light, era o único jeito da gente na comunidade ter luz. Onde tive que carregar cano para ter água dentro da minha casa. E que hoje, eu ter que vir aqui, denunciar o poder público com minha filha, que já está passando por isso como eu passei em 80, 88, da gente ser massacrado pelo poder público. Eu estou sendo massacrada: uma cidadã que paga seus impostos, que paga sua água, que paga sua luz, que paga o esgoto, que não temos. Dentro da minha casa vazou esgoto dois meses e meio, e eu tive que pagar alguém para consertar o esgoto. Porque a CEDAE não vem. Quer dizer, isso é brincadeira!... O Santa Marta tem história, tem história de reivindicações, tem história política, tem história social. E nós somos moradores de consciência política; não dá mais para ficar de braços cruzados. Nessa comunidade, não tem uma creche pública. Nessa comunidade, a escola que atende essas crianças não funciona. Muitas vezes, nossas crianças não sabem nem ler com 8, 10 e 12 anos. Isso é uma vergonha, prefeito! Você mora do nosso lado, está aqui do nosso lado e a gente tem que denunciar que a educação pública não funciona. Não funciona para filho de favelado, mas para os seus filhos, eu sei que funciona. Eu sei que seu filho estuda, eu sei que esse é o único jeito de você impedir que os nossos filhos cresçam socialmente, é através da educação. É muito triste! Ou a gente vai ter que descer a comunidade para vocês resolverem nossos problemas? É muito triste!" (Jane²¹⁷, 2013)

O desabafo de Jane pontua momentos históricos e a história de ausência dos serviços públicos na favela. Ela mostra essa capacidade resiliente de utilizar a dor como forma de superação política. Jane tem convicção de que o "Santa Marta tem história, tem história de reivindicações, tem história política, tem história social. E nós somos moradores de consciência política; não dá mais para ficar de braços cruzados." (Jane, 2013).

Foi proposital que, nos exemplos acima sobre turismo na favela, evitamos citar a questão da 'remoção'. Fizemos isso para mostrar que, do ponto de vista do paradigma de organização da sociedade, a reivindicação dos moradores para que a empresa de turismo externa não explorasse o turismo local é a mesma reivindicação dos moradores que lutam contra a remoção. Por esse motivo, construímos um referencial teórico transdisciplinar; não foi por uma questão de neologismo ou frase de efeito que intitulamos nossa teoria como 'Sustentabilidade Transdisciplinar ou Inteira'. Há três anos, quando iniciamos o contato mais crítico com os debates sobre remoção, percebemos que era imprescindível uma abordagem que aproximasse os dois modelos de inserção na sociedade: um com valores mais universais, nacionais e internacionais, e outro, com valores locais, regionais e comunitários. Isso porque, do ponto de vista da metodologia dessa pesquisa,²¹⁸ nem seria necessário expor aqui o contra

²¹⁶ Light é a empresa de energia da cidade.

²¹⁷ Jane é um nome fictício, uma vez que a moradora não se identificou.

²¹⁸ Nesse momento é possível mostrar o motivo pelo qual escolhemos a História Oral. Se seguissemos o caminho das provas e argumentações a favor ou contra a remoção, entendemos desde o início que não daríamos uma reflexão sobre o problema. De alguma forma, os argumentos a favor e contra já são conhecidos de ambas as

laudo feito por um engenheiro, questionando os argumentos do governo para realizar a remoção. A decisão sobre a remoção é, na verdade, uma iniciativa que está posta bem antes para a manutenção de um modelo de desenvolvimento urbano que está na identidade da cidade do Rio de Janeiro, passado estendido para o presente. Por isso, a remoção no morro Santa Marta também precisa ser colocada ao lado das várias outras que acontecem na cidade do Rio de Janeiro. Nesse quesito, também percebemos o crescimento da consciência crítica e a capacidade de articulação com várias comunidades que passam pelo mesmo problema. Na 'trilha contra a remoção', ocorrida no Pico do Santa Marta, várias lideranças de outras comunidades estavam presentes. Um trabalho de curadoria, realizado por uma equipe investigativa de jornalistas e documentaristas, durante 18 meses pesquisou vários locais da cidade carioca que viveram e viviam a remoção no ano de 2013, conforme explicado abaixo:

"Para chegar a uma resposta, uma equipe investigativa passou 18 meses vasculhando as redes virtuais e presenciais em busca de fatos. Por considerar o vídeo uma das ferramentas mais irrefutáveis de registro e denúncia, decidimos focar a nossa busca em vídeos denunciando remoções forçadas em áreas empobrecidas do Rio de Janeiro.

Encontramos, na fase inicial de janeiro a dezembro de 2012, 114 vídeos, desde clipes feitos por cineastas e veículos da imprensa até vídeos mais brutos, captados no calor do momento pelos celulares e câmeras de moradores atingidos, ativistas e lideranças comunitárias. Assistimos cada minuto, ouvimos cada depoimento e checamos cada denúncia para começar a juntar os pedaços do quebra-cabeça. Vídeo por vídeo, iniciamos um processo de curadoria para sistematizar o conteúdo, encontrar a narrativa da soma das partes e identificar os padrões recorrentes nas denúncias, depoimentos e histórias retratadas nos vídeos." (CURADORIA (ativista) DE VÍDEOS. 2013, p. 2)

No relatório final, a equipe concluiu que, apenas em 2013, vários bairros e comunidades das Zonas Sul, Norte e Oeste do Rio de Janeiro vivem o dilema de terem sido removidos ou estão sob o risco da remoção: Campinho, Madureira, Penha Circular, Largo do Tanque, Arroio Pavuna, Vila das Torres, em Madureira; Restinga, Vila Harmonia, Vila Recreio II, no Recreio; Notredame, Vila da Amoedo, Vila Taboinha, Asa Branca, Vila Azaleia e Vila União, em Curicica; Colônia Juliano Moreira, Metrô Mangueira, Vila Autódromo em Jacarepaguá, Belém-Belém, em Pilares, Favela do Sambódromo, Morro da Providência, Ocupação Machado de Assis, Ocupação Flor do Asfalto, Ocupação na Rua do Livramento, Ocupação Boa vista, Quilombo das Guerreiras, Zumbi dos Palmares, Ocupação Carlos Marighela, Ocupação Casarão Azul, Tabajaras/Estradinha, Virgolândia, Pavão-Pavãozinho,

partes. Mais importante em nossa leitura é que os testemunhos compartilhem o significado do território, que haja a inserção da amplitude do conceito de memória, território e patrimônio no conceito de desenvolvimento urbano e planejamento; por isso o testemunho dos moradores sobre os impactos da remoção. Gostaríamos de deixar aberta também a possibilidade de que outras pesquisas aprofundem tópicos que deixamos abertos de forma consciente. Existem também algumas conclusões que poderíamos ter pela coerência dos testemunhos. Porém, também gostaríamos de possibilitar que outros pesquisadores, ao lerem o material, possam fazer algumas conexões implícitas entre um tópico e outro.

Santa Marta, Vidigal, Horto e Indiana. Segundo o trabalho dessa equipe, ao todo foram removidas 3.099 famílias e 7.843 estão ameaçadas de serem removidas apenas em 2013. Com isso, temos um total de aproximadamente 10.942 famílias que vivem sob o dilema que implica a permanência no território e em suas casas. O interessante é que, em todos esses casos analisados, as justificativas dos governos para a remoção transitam em três pontos: interesse imobiliário, ambiental e área de risco. (CURADORIA (ativista) DE VÍDEOS, 2013. p. 19).

Portanto, o contra laudo sobre a remoção no Santa Marta, em nossa pesquisa, se insere nesse lugar de articulação e fortalecimento da articulação das comunidades locais, que se fundamentam para reivindicar seus direitos. Por esse motivo, fizemos questão de pontuar o 'direito à memória' nos morros, como um dos pontos de diálogo do ecomuseu. Por isso, também, aproveitamos para mostrar porque, politicamente, o termo 'ecomuseu' é mais forte do que apenas museu, conforme tem defendido Hugues de Varine. Por esse motivo também, não acreditamos em leituras ingênuas sobre as dinâmicas sociais existentes dentro da favela. Esses grupos populares da favela e fora dela, no Rio de Janeiro, já perceberam que, para fazer o jogo democrático ser de fato 'demo-cracia', é preciso utilizar as estratégias políticas e de articulação na sociedade que o próprio governo utiliza. Nesse sentido, tornam-se imprescindíveis as vinculações de legislações internacionais sobre o território, patrimônio e heranças culturais que Peter Davis faz com o ecomuseu na França. Isso é muito importante para dar dimensões internacionais a 'tensão criativa de sentido' presente na relação entre moradores e estado em torno do valor do território. Por isso, também, a Nova Museologia torna-se fundamental para se ter lugares acadêmicos que são centros simbólicos de poder e sustentam a mesma tensão. A História Oral ajuda aqui a tirar um pouco o foco da pesquisa no resultado sobre quem tem ou não tem razão. A razão aqui está na exposição da 'tensão' através dos testemunhos e das articulações dos moradores como se observa o relatório assinado pelo Engenheiro Civil e Mecânico, Maurício Campos dos Santos: "Relatório sobre a visita técnica realizada na localidade do Pico, na comunidade Santa Marta (Botafogo), em 27 de fevereiro de 2012, e Parecer Técnico sobre situações de riscos associados a encostas no local." (M. Santos, 2012, p.1). Assim, Maurício dos Santos narra como foi se deu sua visita:

"As visitas foram acompanhadas pela Comissão de Moradores da Localidade, e teve como objetivos: i) Vistoriar preliminarmente as encostas de toda a área, compreendendo 52 residências, que segundo os moradores estão marcadas pela Prefeitura para remoção, por configurar 'área de risco'; ii) Obter informações 'in loco' que permitissem uma melhor análise e consideração da documentação apresentada pela prefeitura.

Quanto a este último ponto, a documentação a que tive acesso foi cópia, fornecida pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, do 'Relatório de Campo' para a comunidade, preparado por empresa (Concremat Engenharia) contratada pela fundação Geo-Rio para serviços de apoio técnico para Mapeamento Geológico em

Encostas do Município do Rio (Relatório 458120-50-CD-599-RL-0112), datado de 03/01/2011." (M. Santos, 2012, p. 1)

Nesse momento, narraremos alguns pontos do seu relatório que, na verdade, já estão inseridos nos casos que citamos anteriormente.

"A favela do Santa Marta sobre um trecho estreito (menos de 200 m) da vertente sul da extremidade sudeste do Maciço da Tijuca, no setor conhecido como Serra Carioca. A área ocupada é limítrofe ao Parque Nacional da Tijuca e situa-se a jusante (mais de 100 m abaixo, tomando como referência as residências situadas na maior altitude) do Mirante dona Marta. A parte mais alta da área ocupada situa-se também nos limites da cabeceira de drenagem voltada para a vertente Nordeste (Laranjeiras). A área ocupada situa-se aproximadamente entre as costas 20 e 200 m. (...)" (dos Santos, 2012, p. 1)

Nesse relatório técnico, que os moradores chamam de contra laudo, é possível perceber alguns dados que já são destacados pelos moradores, que vinculam a remoção ao processo urbano e à política de segurança do governo na favela. Lembramos que quase todos os líderes comunitários entrevistados indagaram que se área era de risco, não fazia sentido ter construído um bondinho que inicia no pé da favela e chega até a suposta área de risco. Na descrição das obras públicas que foram realizadas no local, dá a impressão que, independentemente de ser ou não área de risco, a parte do Pico não entraria no projeto de urbanização. O histórico feito por Itamar Silva explica muito bem os caminhos e descaminhos do projeto que se arrastou por mais de dez anos. Assim continua dos Santos:

"O acesso à comunidade é feito principalmente a partir da São Clemente, em Botafogo, mas para a parte mais alta (Pico) também existe acesso a partir de Laranjeiras, através de caminhos ou da Rua Oswaldo Seabra. Essa via não era pavimentada até bem pouco tempo, e a circulação de veículos por ela era difícil, mas após a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na comunidade, em dezembro de 2008, ela foi asfaltada, conforme informação dos moradores. Atualmente é o principal acesso à sede da UPP, instalada num prédio construído inicialmente pelo governo estadual (gestão Rosinha Garotinho) para ser uma creche com capacidade de atender até 200 crianças, mas que nunca funcionou. A unidade militar é um dos três equipamentos públicos (todos do governo estadual) situado nas proximidades do Pico, juntamente com o campo de grama sintética (inaugurado em 2009, mas a quadra já existia há mais tempo) e a estação final do Plano Inclinado que começou a funcionar em maio de 2008 (foto 1)". (M. Santos, 2012, p. 1)

O relatório também cita algo que o presidente do Ecomuseu Nega Vilma já havia colocado anteriormente em sua fala, a saber, que o Santa Marta sempre conviveu com o medo da remoção. No final da década de 70, relatos do irmão de Nega Vilma contam sobre tentativas do governo, escoltado pela polícia, de derrubar o barraco da família. Portanto, o problema é antigo, conforme destaca dos Santos:

"(...) As aerofotos disponíveis no SABREN (desde 1997) mostram que na área específica do Pico também não houve alteração expressiva de ocupação. O Santa Marta, como um todo, foi declarado Área de Especial Interesse Social em 05/12/2000, porém, a regulamentação da lei, através do Decreto 30870 (uso e ocupação do solo) de 03/07/2009, definiu o Pico como 'área imprópria para ocupação', por situar-se em 'área de risco' (embora o mapeamento de risco esteja

datado do início de 2011), e com isso, cerca de 52 domicílios estão ameaçados de remoção e as famílias residentes sujeitas a reassentamento compulsório. Na verdade, segundo os moradores, essa ameaça de remoção existe há mais tempo, e, devido a isso, há anos as casas não têm recebido melhorias, e o poder público municipal não realiza obras na área.

Contudo, além dos já citados recentes equipamentos públicos implantados pelos governos estadual e federal das proximidades, as concessionárias de energia elétrica e água/esgoto têm realizado intervenções na localidade. Já os próprios moradores, embora preocupados com as ameaças de remoção, têm buscado realizar pequenas intervenções de melhorias de acesso/pavimentação e contenções em pequena escala, diante da falta de ação da prefeitura (Fotos 2 a 6). Uma reclamação frequente dos moradores do Pico é que, embora agora o transporte de material de construção tenha ficado muito facilitado com a pavimentação da rua Oswaldo Seabra, eles podem se beneficiar dessa circunstância diante da ameaça da remoção." (M. Santos, 2012, p. 3)

O relato do engenheiro Maurício dos Santos vai ao encontro aos outros testemunhos que citamos anteriormente e aqueles que citaremos mais à frente. O desabafo da senhora Jane na 'Caminhada por Direitos' toca em diversas questões expostas nessa parte. Outra questão é a diferença de data, isto é, o mapeamento de risco acontece posterior ao decreto que afirma a área como de risco. No relato seguinte, o relatório pontua características geológicas do morro Santa Marta. Como já tinha exposto o líder do grupo Eco, Itamar Silva, por se localizar num morro, a favela toda precisa de cuidados e atenção. Continuemos a compartilhar mais elementos do relatório, conforme produziu dos Santos:

"O Pico situa-se numa área de maior cota ocupada do Santa Marta, em geral acima de 70 m. Apesar da altitude, a observação das curvas de nível, tanto na **Figura 1** acima, como na Figura 1 do citado 'Relatório de Campo' Relatório 458120-50-CD-599-RL-0112, mostra que a declividade média do local não é muito diferente da do resto da encosta ocupada pela comunidade. Não encontrei na área nenhuma evidência de que as declividades médias fossem muito mais altas, entre 65 e 75%, do que no restante da comunidade, como se afirma no relatório (página 5). Mas é verdade que o Santa Marta **como um todo** possui alta declividade média em toda sua extensão, o que justifica plenamente um planejamento de execução e manutenção permanente de intervenções de drenagem e estabilização de taludes.

Quanto a este aspecto, podem-se observar executadas no Pico diversas obras de contenção e drenagem superficial, como revestimento de taludes em concreto projetado e uma grande canaleta superficial, como revestimento de taludes em concreto projetado e uma grande canaleta ancorada na rocha, no limite superior da área ocupada, canaleta esta em razoável estado de conservação e que serve também como limite físico para a área residencial (**Fotos 7 a 13**).” (M. Santos, 2012, p. 5)

O presidente do Ecomuseu, Kadão Costa e outros moradores relatam que, no passado, o governo realizou obras nas encostas do morro que, aos poucos, foram amenizando problemas com as chuvas e o volume alto de água que descia. A indagação é plausível: se em gestões passadas foram realizadas diversas obras, significa que a continuidade das obras solucionaria problemas que surgiram com o tempo, por causa da localização da favela. As canaletas citadas por dos Santos já fazem parte da memória afetiva dos moradores, conforme narra Kadão Costa, ao falar das dificuldades da família no morro:

“Exatamente, o meu pai conta essa coisa de que ele lembra que teve que dar duas viagens, porque eles reconstruíram seu barraco no alto do Santa Marta, numa área que, durante a minha infância, a gente tinha um mito de que cairia uma pedra e que devastaria todo um lado da comunidade. E aí, quando chovia muito, eu lembro da gente acordar de madrugada: ‘A pedra, a pedra!’ E aí foi feito uma obra do governo, de contenção da água em toda a extensão do alto do Santa Marta. A gente chama de canaleta. E a canaleta é importante porque eu tinha entre meus dez e quinze anos, e eu brinquei muito na canaleta. A gente brincava ainda quando estava só a ferragem, e a gente sabe o quanto isso foi importante para o desvio do volume da água que descia ali do morro, “né! Primeiros beijos, muitas outras coisas aconteceram na canaleta.” (K. Costa, 2014)

Portanto, o importante é percebermos que existe um grau de consciência sobre o processo, por parte dos líderes na favela e de vários moradores como vimos até aqui e veremos adiante. Em nossa pesquisa, o relatório técnico é o símbolo dessa capacidade de articulação que hoje existe em diferentes favelas do Rio de Janeiro. Nesse aspecto, mais do que apenas a análise em busca da veracidade, importante é o quanto ele se situa no campo da crise e favorece expor a ‘tensão criativa de sentido’ que elaboramos em toda a primeira parte. O relatório se situa dentro da capacidade que a comunidade local, isto é, os moradores e líderes comunitários têm de se articular para enfrentar um problema que, embora não atinja toda a comunidade, tem reverberações na dinâmica inteira da favela, como exemplificamos através do turismo. Neste sentido, todas as contradições expostas pelos líderes nesse tópico se somam ao questionamento feito no relatório por dos Santos:

“É notável que tais obras tenham sido ignoradas no ‘Relatório de Campo’, onde se afirma (página 5) que não foram observadas obras do PAC ou de contenção ao longo do setor de alto risco’ (setor que incluiu o Pico). As obras citadas não parecem ser recentes e sem dúvidas são insuficientes, mas podem ser completadas por pequenas intervenções e manutenção adequada, sem grande custo. A canaleta, em especial, evita as consequências mais danosas do escoamento superficial, proveniente da encosta a montante, não ocupada (acima de 200 m aproximadamente). É preciso ressaltar que o Santa Marta é atualmente objeto de consideráveis intervenções urbanísticas relacionadas a segunda e terceira fases do projeto PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) local, e que não há motivos para que elas não sejam estendidas ao Pico, onde foram realizados investimentos de porte (privados e públicos) que justificam a plena urbanização da área, com melhorias das residências, pavimentação dos acessos, microdrenagem e contenção de taludes potencialmente instáveis.” (M. Santos, 2012, p. 7)

A exposição da tensão levanta uma série de questionamentos importantes para movimentar o processo e estabelecer diálogos profícuos. Por exemplo, outros líderes citaram a realização de obras, como a construção do bondinho que conduz os moradores e os turistas até a quinta estação, isto é, próximo à área demarcada para remoção. Por que esses serviços não foram estendidos até o Pico? Por que as obras antigas de contenção de água não foram citadas no relatório da empresa que qualificou a área como área de risco? São perguntas que enriquecem o diálogo e devem ser situadas dentro do lugar que a remoção ocupa na história

de urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Parece que sobrevivem alguns modelos de expansão da cidade de épocas que a articulação das comunidades era difícil por causa das conjunturas sociais e políticas do país. Em outras épocas, no Brasil, não seria possível uma articulação de comunidades pobres que questionassem, com embasamento técnico, documentos oficiais do governo. Neste sentido, a 'sustentabilidade transdisciplinar' busca situar esse processo que se dá no Santa Marta dentro de todas as tensões em torno do território, que acontecem na cidade do Rio de Janeiro: de um lado, uma procura por 'direitos' na cidade e, de outro, modelos do passado que se perpetuam. Embora não seja possível remontar todos os dados da discussão teórica da primeira parte, eles estão implícitos quando nos referimos à 'sustentabilidade transdisciplinar ou inteira'. Neste sentido, temos também nessa discussão local a tensão com o paradigma de conhecimento da modernidade e o paradigma de desenvolvimento mundial assumido pela cidade do Rio de Janeiro. O representante do Grupo Eco do Santa Marta, Itamar Silva, percebe essa complexidade sensível ao perceber que as questões locais do Santa Marta estão para além do próprio Santa Marta. A disputa entre o nome Santa Marta ou dona Marta também remete ao problema do território, do desenvolvimento e da 'tensão' que buscamos ressaltar. Assim explica Itamar Silva:

"E eu acho que hoje a principal questão pra mim no Santa Marta, com a entrada da UPP, ela não determina, ela acelera talvez um processo, "né! Mas esse processo já está acontecendo antes. A questão da UPP vem acelerar um processo de individualização, de interesses muito particulares e um corte com o passado, porque tudo que é valorizado é o agora. Então, quer dizer, é um valor muito forte para o agora, para as oportunidades que aparecem, oportunidades de mercado, de novidades, tudo mais. Então tudo que você faz referência ao passado ganha a crítica de um meio saudosista, como aqueles que não querem o desenvolvimento, a modernidade. Então, essa é uma falsa questão, porque ao menos, eu tô falando por mim, pelo que eu represento, quando a gente briga, por exemplo, pelo nome Santa Marta, quer dizer, a gente não 'tá disputando a questão religiosa em volta no nome; a gente tá disputando a questão da identidade local, porque essa comunidade tem uma base em que a sua história, Santa Marta, claro que tem a ver com os primeiros que chegaram aí, tem a ver com a história da própria igreja católica aí, mas tem a ver também com a própria luta de resistência desses moradores nessa localidade. Quando você aceita a denominação Dona Marta, tem dois problemas. Primeiro, você 'tá aceitando uma denominação só do acidente geográfico, do morro, daquela montanha que sempre foi denominado como Dona Marta. Isso. Mas a inauguração da comunidade, daquele agrupamento ali, ganhou sempre o nome de Santa Marta. Então, é você negar a existência desse lugar como um lugar de opção, de alternativa de moradia. Depois você também abre mão e entra numa discussão de que os evangélicos, as igrejas evangélicas todas repetem... Dona Marta, Dona Marta, porque estão numa disputa particular pela questão do catolicismo." (I. Silva, 2014)

Portanto, o desafio é evidenciar essa tensão permanente entre o presente e o passado, o local e o universal, os interesses dos moradores da comunidade e os interesses de empresários que percebem a comunidade como uma oportunidade. Essa tensão também possibilita perguntar qual é o papel do Estado no processo, ainda que apenas isso não

solucione os problemas. Como já questionamos anteriormente, Itamar Silva também percebe que alguns modelos do desenvolvimento, no qual os ganhos econômicos sobrepõem as outras dimensões da vida comunitária e da história da favela, já são evidentes. E aqui está um problema mesmo do conhecimento e da formação universitária vigente. Por essa lógica, um lugar que antes tinha altos índices de violência, não atrairia os 10 mil turistas por mês, conforme pontuou o presidente da Associação de Moradores. Esse número, interpretado isoladamente, pelos que implantaram a Unidade de Polícia Pacificadora já mostram que, nesse aspecto do turismo, a política já deu certo. Um gestor, empresário, político, engenheiro ou desenvolvimentista formado nessa escola cartesiana e positivista tem sérias dificuldades de compreender a leitura integrada e sistêmica que Itamar Silva ponderou. Em outras áreas da cidade do Rio de Janeiro que não era favela, mas tinha forte valor para a memória da cidade foi substituída por empreendimentos que trarão apenas retornos financeiros.

Analisemos mais alguns pontos do relatório para percebermos a 'tensão', conforme descreve dos Santos:

“Quanto às características geotécnicas do solo, a inspeção visual não permitiu uma quantidade anormal de cortes mal executados ou aterros não compactados na área ocupada; tampouco grande acúmulo de lixo e detritos, em proporção tal que não possam ser corrigidos por intervenções simples e de baixo custo e por uma melhor organização da coleta e disposição dos resíduos sólidos.

A encosta não ocupada a montante encontra-se coberta por extensa vegetação, o que não permite sua avaliação puramente visual à distância, mas é provável a existência de afloramentos de rochas fraturados e blocos soltos, embora os moradores relatem que não há notícias de acidentes geotécnicos graves nos últimos 30 anos. Entretanto, por medida de precaução, já que, devido à alta declividade média do Santa Marta, eventos como rolamento de blocos e desprendimento de lascas nesse trecho de encostas podem ter consequências graves para quaisquer residências situadas a jusante (inclusive se fossem removidas todas as casas do Pico, como aparentemente pretende a prefeitura), é aconselhável o estudo detalhado de toda a extensão da encosta entre o Mirante Dona Marta e o limite da área ocupada a jusante, para possível previsão de execução de obras preventivas como fixação de blocos e lascas, muros de impacto, proteção de escarpas com telas fixadas à rocha, etc.” (M. Santos, 2012, p. 7, 8)

Vários moradores do Pico relatam a ausência de acidentes graves nos últimos anos, o que em si já levantaria a 'tensão' com o relatório da prefeitura dando conta de que a área é de risco. Pela análise do relatório de dos Santos, é possível perceber que a área íngreme tem características particulares e precisaria constantemente de manutenção. Neste sentido, seriam necessárias algumas obras que diminuiriam ou até anulariam os riscos inerentes ao local. Porém, como outros moradores relataram, a situação torna-se delicada quando os moradores estão há mais de cinco anos impedidos de fazerem qualquer reforma em barracos que estão ali por mais de quatro ou cinco décadas. Não é preciso ser um perito para considerar

essas habitações como insalubres e um risco também para aqueles que moram na parte baixa da favela. Dos Santos considera esse fato no relatório:

“Um aspecto de possível risco, não relacionado a características geológico-geotécnicas, é a presença de várias casas de construção precária (madeira e restos aproveitáveis, estuque, etc.) e/ou manutenção existente, que favorecem acidentes como desabamentos (por falha estrutural) e incêndios. A situação agrava-se devido ao já citado não investimento dos moradores em suas residências devido às ameaças permanentes de remoção. Mas tal situação pode ser facilmente confortável com a inclusão do Pico nos projetos do PAC em andamento, e a consequente reforma ou, no pior dos casos, demolição e reconstrução ‘in loco’ das residências mais precárias. Além do que, se forem eliminadas as ameaças de remoção, os próprios moradores sentir-se-ão seguros em aplicar seus próprios recursos na melhoria/reconstrução das casas.” (M. Santos, 2012, p. 8)

Essas indagações levantadas por dos Santos são percebidas em vários outros exemplos de remoção que aconteceram em outras localidades do Rio de Janeiro. Segundo diálogo com os moradores, o contra laudo foi encaminhado para a prefeitura²¹⁹ e para diferentes instituições que militam nos direitos humanos e no direito à moradia. O governo, até o momento da pesquisa, isto é, julho de 2014, não desistiu da remoção e continua construindo os apartamentos. Como explicou o presidente da Associação de Moradores, Zé Mário, os governos têm conhecimento do relatório e do contra laudo:

“Ah, o movimento foi crescendo através de passeata, discussões... A gente foi ganhando adeptos também contra a remoção, que muita gente é contra remoção, essas coisas. E o próprio governador várias vezes veio aqui e falou assim: ‘Eu não quero tirar ninguém daqui; só que eu não posso.’ Veio várias vezes participar das nossas discussões: ‘Só que eu não posso construir ali, se a Geo-Rio diz pra mim que eu não posso construir. Então, vocês me provem, provem pra Geo-Rio que ali é uma área habitável que eu vou trabalhar lá pra vocês. O meu governo não é exclusão; a gente não quer excluir vocês, só que eu não posso construir ali, que amanhã acontece alguma coisa, o responsável será o governador que desacatou a ordem da Geo-Rio, “né!’ Então, por isso a gente trouxe o Ministério Público aqui e veio também, ficou ao nosso favor na nossa luta, até que apresentaram pra gente um engenheiro também, que viu e preparou toda a documentação e apresentou pra Geo-Rio, “né! Só que chamaram ele lá depois e nunca mais ele apareceu aqui. Então, tem essas coisas que a gente não entende. Não consigo entender. Mas a população mora no mesmo local. Só que não pode ser feito casa lá. Então, é complicado, porque eles ficam excluídos do crescimento e desenvolvimento da comunidade. A comunidade vai crescendo e lá eles ficam excluídos, mas pagam taxa de luz igual todo mundo paga, iluminação pública, mas não vai ter os serviços.” (Mário, 2014)

Estamos diante de uma situação bastante complexa e cercada de interesses que estão para além daquilo que a remoção mesmo poderia significar. Como afirmamos pela

²¹⁹ Apenas para uma análise, já citamos anteriormente a explicação do presidente da Associação de Moradores, colocamos aqui para conferência de que a prefeitura tem conhecimento do relatório técnico, porém, não muda seu plano, como se pode ver na fala de Zé Mário: “É...quando então começaram os trabalhos aqui, os serviços públicos aqui, excluíram essa parte alta. E a gente foi saber por que estava excluindo ela dos serviços sociais. Aí veio a resposta do estado, que lá eles não poderiam fazer nada, porque a prefeitura deu a área como área de risco. Fizemos o nosso contra laudo, né, lutando em favor dos moradores de lá. Apresentamos o nosso contra laudo, mas mesmo assim nós não conseguimos convencê-los, convencê-los de que é uma área habitável, que talvez a gente gastaria menos do que fazendo os apartamentos, né? Mas a gente não conseguiu convencer.” (Mário, 2014)

perspectiva da 'Sustentabilidade Transdisciplinar', a questão está para além do morro do Santa Marta. Nesse quesito, a moradora Sheila Souza percebe muito bem as contradições do sistema e, principalmente, que existe uma forma velada de realizar a remoção das pessoas que moram no local. Esse é um ponto que os moradores entrevistados também perceberam, fato que levou alguns a aceitarem a proposta de saírem de suas casas. Assim analisa Sheila Souza:

“É exatamente isso, porque o que acontece? Essa é a maneira também do governo sufocar e forçar as pessoas a não terem outro tipo de escolha, entendeu? Então ele força você, tipo assim, se sua casa está caindo aos pedaços, você não vai ficar ali dentro, entendeu? Se você não pode fazer nenhum ajuste, se você não pode ajeitar a sua casa, então o que acontece? Isso é uma maneira também de provocar a sua saída, e aí você provoca assim de uma maneira também fingindo que não está fazendo nada, entendeu? Está sendo feita uma coisa muito sutil. Que é o que acontece com o pessoal lá em cima. A gente sabe que de vez em quando falta luz; a gente sabe que de vez em quando falta água e, às vezes, o de vez em quando vira frequente, que é uma maneira também de você forçar a saída das pessoas dali. Você começa a ficar insatisfeito com essa situação, e aí você começa a procurar outras alternativas de moradia. Então, o governo, de todas as maneiras, ele tenta forçar essa população a sair de lá de cima, exatamente privando as pessoas dos serviços básicos. Então, e não só do serviço básico, mas também de qualidade de vida. Se você der uma olhada lá pra cima, você vai ver a situação das casas. Se bem que tem um pessoal fazendo resistência que 'tá ajeitando a sua casa, que eu acho que isso é bacana.” (S. Souza, 2014)

A análise feita pela moradora Sheila é bastante consciente do processo como um todo. Ela percebe as mazelas do sistema, não apenas ela, mas outros também perceberam essa forma de expulsar as pessoas do local, retirando as condições básicas como luz e água, e ainda não permitindo que o morador faça qualquer melhoria em sua casa, que já é precária pela natureza das construções de madeira. Já citamos anteriormente como a questão está para além do morro e se insere na discussão sobre desenvolvimento no mundo. A narrativa de Sheila Souza também precisa ser colocada ao lado dos dois projetos de expansão da cidade, a saber, a reforma de Pereira Passos no início do século XX e a política das remoções na década de 70, com o símbolo da Praia do Pinto. Isso é fundamental porque, se a interpretação de Sheila Sousa, de outros moradores e do 'Relatório' estiverem corretas, é possível suspeitar que os tempos mudaram, mas alguns modelos de expansão da cidade do Rio de Janeiro continuam os mesmos. Com a redemocratização e a luta por direitos, a década de oitenta assistirá ao surgimento de leis que incluem a favela como parte da cidade. Esse fato inviabiliza colocar as remoções como política de urbanismo. No entanto, por essa leitura, parece que o sistema se reorganiza e acaba perpetuando alguns modelos do passado. Porém, é preciso sempre ter como pano de fundo a 'sustentabilidade transdisciplinar', a fim de que essa interpretação não seja utilizada separadamente do desenvolvimento, do valor do território, da especulação imobiliária, da disputa entre o local e o global e dos elementos da pós-modernidade presentes na dinâmica de grandes metrópoles como o Rio de Janeiro.

Portanto, o relatório é símbolo da consciência da população local dos seus direitos; é símbolo de que, no Rio de Janeiro, os governos precisarão desenvolver a capacidade de escuta e diálogo com a população local. Nesse aspecto, existe uma diferença considerável entre países da Europa, que possuem uma democracia consolidada, e países latino-americanos, que possuem históricos de não participação das classes populares. Nesse aspecto, reportamos à parte no referencial teórico que Peter Davis mostra o surgimento dos Ecomuseus na França e a relação com as políticas públicas de preservação dos parques que fortaleciam as comunidades locais. Da mesma forma, Georges Riviére participaria ativamente desse processo na década de 60 e 70. No Rio de Janeiro, temos uma realidade completamente diferente. Por isso, mais do que a discussão sobre certo e errado, ter razão ou não ter razão, o tema da remoção nos possibilita discutir o paradigma de sociedade no qual a comunidade local no Rio de Janeiro se articula, se fundamenta, tem que administrar as disputas internas e busca seus direitos no jogo democrático da cidade. Da maneira como estamos trabalhando, a remoção no Santa Marta é o objeto no qual a 'tensão criativa de sentido' fica evidente em cada testemunho dos moradores. Após perceberem essa forma do governo conduzir o processo de urbanização na favela, alguns líderes também comentaram sobre a proposta do governo, isto é, remoção ou realocação das famílias nos apartamentos que estão sendo construídos pelo governo na parte baixa da favela. São leituras internas diferentes que qualificam a multiplicidade de interpretações desse processo. Assim inicia o presidente da Associação de Moradores, Zé Mário:

“A força é política, né! É governamental. Se o governo quiser mandar descer todo mundo de lá, vai descer todo mundo. Ele tem o laudo ali na mão da Geo-Rio pra tirar o pessoal de lá. Sendo que ele 'tá exigindo o quê? O bom senso, a discussão, e a discussão é o quê? É melhorar a qualidade de vida dos moradores ali, né! E o governador em contrapartida fez o quê? 'Tá fazendo o projeto de realocação, "né, para as famílias que já querem sair. Quem já está lá em situação, em condições sub-humanas, já vão descer para os prédios. Quem tem casarão lá, que vive em condições melhores, eles vão continuar lá, só que eles continuam lá sabedores que o estado, com esse governo, não vai fazer nenhuma ação social lá. Ele não pode incentivar o crescimento daquela área lá. São quatro prédios com 16 apartamentos, que dariam 64 famílias; 64 famílias que serão realocadas. Os outros, eles construíram no próprio local, dentro da comunidade, onde tinha terreno considerado próprio. Aí foram feitas as casas deles no mesmo local. O prédio primeiro está na fase final e os outros três estão subindo, mas um já está semipronto. 16 famílias vão agora para o semipronto.” (Mário, 2014)

Pergunto se existem famílias que não querem sair. Zé Mário responde:

“Tem. Isso tudo é discutido. Quem quer sair, sai; quem não quer, vai ficar, mas só que vai ficar, sabendo que não vai receber nenhum serviço social do governo lá, nenhuma melhoria pra lá. Amanhã vem outro governo, muda de opinião, é outra coisa, "né! Então, é aquele caso do favelado, é resistência, "né! Quem tem a sua casa boa lá não vai sair. Tem o grupo deles que discute isso e é apoiado pela própria comunidade e pela associação dos moradores, que reconhece que eles deveriam melhorar a sua qualidade de vida no local onde eles moram.

A proposta do governo é realocar. Ou realocar dentro da própria comunidade ou no entorno, ou comprar um imóvel, te indenizar. Porque se você sair, às vezes tem um paraibano que quer voltar pra terra." (Mário, 2014)

Pergunto ao presidente da Associação, por que, no contexto popular, as pessoas falam 'remoção' e não 'realocação'. Zé Mário responde:

"É porque existe, dentro da comunidade..., existem as fatias políticas também. Como tem em qualquer parte da cidade do Rio de Janeiro. Tem a democracia e a democracia você tem que respeitar o direito do outro. Então, quem é contra o governo, fala logo que 'tá removendo; se fosse remoção, o governo já tinha tirado o pessoal de lá. Não é remoção, é discussão do pessoal morar com dignidade e com segurança, "né! Quem quer morar com dignidade e segurança estão construindo os apartamentos, quem não quer 'tá ficando lá. Então, não é remoção. Só que vai ficar lá sabendo que não vai ter nenhum serviço público intervindo naquele local nesse governo. Pode ser que futuramente outro governo se interesse e trabalhe lá e faz outra coisa lá. É assim que é movida a política no nosso país." (Mário, 2014)

Pergunto ao presidente o que acontece se as primeiras famílias forem realocadas nos apartamentos e as outras fizerem resistência para sair. O que acontece? José Mário responde: "Quem desceu, desceu; quem ficou, ficou. E daqui a pouco outras pessoas que estão lá começam a fazer casa para o lado e vai ficando. Não tem pra onde crescer mais a favela. Então, é essa aí a luta." (Mário, 2014) Continuamos a conversa e indago se José Mário sabe da existência de algum projeto do governo pra fazer alguma outra construção lá em cima. José Mario explica: "Não, o projeto que foi discutido no governo é que ele iria realocar essas famílias e reflorestar a área." (Mário, 2014) São muitas nuances e é importante descrever as diferentes leituras daquelas pessoas que vivem o processo e discutem internamente como Zé Mário afirmou que a favela é como outros locais do Rio de Janeiro, isto é, tem o jogo político da *polis*. A moradora Sheila Souza também faz uma leitura do processo específico da realocação, que ajuda a visualizar a 'tensão criativa de sentido'. Assim Sheila Souza interpreta o processo:

"Claro, entendeu? Quais são os caminhos possíveis para essa situação aqui e não no Santa Marta, em vários outros locais, qual é o caminho possível, que olha só, meu querido, o problema aqui é esse aqui, é isso, é isso e isso. Isso aqui, por exemplo, isso aqui é um terreno provado, custa X, a gente tem Y, não tem condição... como é que a gente pode fazer? Senta e vamos conversar. O governo não tem essa postura, então fica complicado também você sentar e conversar, porque você percebe que você não tem uma abertura de diálogo com o governo. O governo ele recua muito pouco. A gente tem, por exemplo, aqui, naquelas casas lá... ali é área de risco. Ali é área de risco... onde eles estão fazendo essa obra aí, é área de risco." (S. Souza 2014)

Pergunto se ela se refere ao local onde estão sendo construídos os apartamentos, Sheila Souza responde:

"É. Ali é área de risco. Numa área de risco, exatamente. Então, o que acontece? Tudo bom, meu lindo! Então, o que acontece? Ali onde eles estão fazendo o prédio, por exemplo, a gente conversou com o pessoal do governo. Na verdade não fui eu, "né! Mas tem um movimento de moradia que pede, por exemplo, que o mínimo, a

metragem quadrada mínima para uma casa seja 42 m². Eles fizeram as casas ali de 36 m², a de lá de cima de 37. E já com essa discussão. A gente, antes de eles começarem a obra, a gente pediu para bancar esse movimento de você legitimar essa luta de moradia e que a gente tem para as pessoas de baixa renda, 42. Você entra nesses cubículos, você fica claustrofóbico. São umas merdinhas desse tamanho assim. Então, o que acontece? Você não tem um movimento de diálogo. O governo 'tá com as coisas prontas e não só de diálogo, mas é bem desrespeitoso porque é estereotipado também o discurso do governo: 'É pobre, entendeu? Esses caras estão morando nesses barracos, agora estão reclamando que estão morando 36m².' É essa a mentalidade e é difícil lidar com essa situação. É difícil você lidar com essa situação das pessoas sempre olhar pra gente como se a gente fosse bicho. Como se a gente não fosse inteligente, como se a gente não fosse capaz, como se a gente não tivesse poder nenhum de fazer diferença. E aí o governo também se estrepa, "né! Porque vai encontrar resistência. Entendeu? Depois de muito tempo assim, vivendo nesse sufoco, as pessoas estão começando a achar que ficar realmente assim está demais, entendeu? Infelizmente, ainda é um movimento pequeno. Aqui no Santa Marta a gente tem esse problema de você mobilizar todas as pessoas, fazer as pessoas entenderem isso. Pra muitas pessoas, faz sentido esse discurso: 'Tu tinha um barraco, agora tu vai morar num prédio todo bonitinho, organizado, 'tá reclamando de quê?' Então, é difícil você desfazer isso das pessoas que viveram sempre na lama. Quem vê isso aqui na lama, Dell!... Poxa, um prédio de 36 m² é paraíso, entendeu? Mas depois de um tempo, você morando em 36 m², você não tem qualidade de vida, porque aí depois que a gente começa sim, "né! Então, tipo assim, você melhora, mas você não tem qualidade de vida. Então, você vive numa situação muito ruim. E as pessoas não entendem isso; não entendem nem o que é qualidade de vida. Entendeu? Ter moradia não é necessariamente ter qualidade de vida. Se você vai morar no subúrbio²²⁰, não é qualidade de vida. Se você vai morar numa obra que foi toda feita com material barato, que vai se deteriorar, isso não é qualidade de vida. Então as pessoas não conseguem entender também essa coisa assim, essa maneira de pensar. Esse discurso de resistência também é difícil." (S. Souza, 2014)

A abordagem de Sheila Souza toca em vários pontos que realçam a 'tensão criativa de sentido' que elaboramos na primeira parte. Ela consegue perceber os detalhes da proposta do governo e inseri-la numa discussão muito maior do que poder ou não poder realocar as pessoas do lugar. Sua narrativa toca no paradigma de relação histórica dos governos com as camadas populares, como nós contextualizamos nos dois momentos de desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro. Esses são os elementos mais importantes de nossa pesquisa, que justifica o intenso esforço de construir um referencial teórico transdisciplinar. Nesse aspecto, podemos dizer que o referencial teórico em nossa pesquisa não é apenas para interpretar o objeto, mas para ser reformado a partir da complexidade transdisciplinar, que é essa realidade das remoções ou dos modelos de urbanização ainda presentes na cidade do Rio de Janeiro. Assim como nas experiências dos ecomuseus e museus comunitários, representados na Declarações de Quebec, 1984, e na Declaração MINOM Rio 2013, a discussão sobre remoção e urbanização no Santa Marta fornece elementos da articulação local imprescindíveis para revisar as teorias e as práticas sociais na pós-

²²⁰ Pelo contexto do diálogo, provavelmente, Sheila Souza se refere à distância do trabalho e do Centro da cidade.

modernidade. Resistência, resiliência e dignidade. Sheila Souza capta questões que envolvem o território, o desenvolvimento e a moradia e transcendem o Santa Marta e a própria cidade do Rio de Janeiro. A continuidade de sua fala poderia muito bem ser um tratado prático de uma teoria transdisciplinar, que busca captar a realidade com maior abrangência e intervir nela com maior eficiência. Analisemos a consideração de Sheila Souza sobre profissionais que não conhecem a realidade da favela ou a leitura transdisciplinar, mas emitem relatórios técnicos sobre ela:

“Não precisa nem viver o dia, mas, tipo assim, cara, tá bom, o pessoal ‘tá falando de urbanização, “né! Tá bom, vamos ver a parada da área de risco. Sobe lá no Pico, cara. Os caras sobem? Sobem nada! O cara manda o engenheiro da Emop vir aqui. Aí, o engenheiro da Emop, a partir do seu parecer, vai dar sua avaliação para o cara que vai entender, que é tudo questão de interpretação, “né! Então, você tem vários níveis aí de filtros de interpretação, Dell. Quando o cara faz uma análise lá de cima, a partir do seu olhar, e o olhar dele é muito particular, ele é muito individual. Quando ele chega lá, isso aí vai passar de mão em mão, cara, até você redigir um documento que vai parar na mão do prefeito. Quantos filtros já não passaram por essa avaliação de área de risco do Pico? Uma cacetada. E fora que você pode ter gente lá dentro: ‘Ah, poxa, não gasta dinheiro com isso daí não. Dá R\$ 2,00 que o cara fica feliz.’ O cara não tem dinheiro. Para o cara que ‘tá desempregado, R\$ 2,00 é dinheiro. Entendeu? Então é difícil, é complicado. Então, as pessoas têm que também sair da sua zona de conforto e querer fazer a transformação. Não faz. A gente tem esse problema até por isso a gente tem problema em trabalho de base em favela. Porque as pessoas também de dentro não têm essa consciência e não têm. É difícil, é muito difícil. Fica cada um no seu quadrado, entendeu? E aí essa coisa de ficar no seu quadrado, nessa circunstância, é muito ruim.” (S. Souza, 2014)

Nosso diálogo com o relatório técnico apenas muda o foco da discussão. Parece que há ciência desses líderes que existem de fato riscos nessas áreas. Porém, a declaração de que a área é de risco não pode ser interpretada isolada dos processos que produziram esses riscos. E mais: a remoção não pode ser tratada apenas como retirada de casas e isolada da história de formação da favela. Nos relatos, é possível perceber que parte dos moradores da favela vive nesse ambiente porque, no passado, vieram servir aos moradores desses bairros de classe média. Outra questão também diz respeito às responsabilidades dos governos em promover o saneamento básico e as condições de moradia. A sustentabilidade transdisciplinar-inteira possibilita aproximar temas que não são tratados de forma equitativa dentro do modelo vigente de urbanização e expansão da cidade. Esse aspecto fica evidente nos relatos da maioria dos moradores. Como pontuamos na primeira parte sobre ‘direito à memória’, a mudança está na capacidade que, atualmente, as comunidades no Rio de Janeiro têm de se articularem e exigirem seus direitos, ainda que não sejam respondidos. A manutenção da ‘tensão criativa de sentido’ está na sustentação dessas diferentes formas de interpretar o mesmo fato. Neste sentido, o relatório do engenheiro contratado pela comunidade representa essa articulação dos grupos de discussão dentro da favela. Como símbolo do engajamento local nas questões da favela, o contra laudo é importante porque

revela a 'tensão' e a capacidade de fortalecer o jogo democrático. É bem verdade que, pelos testemunhos, as autoridades governamentais ainda não os escutam e continuam desenvolvendo projetos nas comunidades sem a participação dos moradores. Provavelmente, uma das virtudes dessa pesquisa é expor essa tensão e mostrá-la na universidade, a partir dos testemunhos dos moradores. Itamar Silva, do Grupo Eco, também fez uma interpretação sobre as estratégias implícitas do governo para retirar as pessoas do Pico. Ele mostra a ausência da dignidade de vida na forma de organização dos apartamentos, preparados para realocação dos moradores. Itamar Silva compartilha:

"Lá se vão mais de 6 anos que o morador não pode fazer sua casa, não pode melhorar sua casa e nada acontece. Não tem nenhum registro de acidente por conta da chuva naquela região nesses seis anos. E o Pico tem mais de 80 anos. Então, assim não tem respaldo esse laudo técnico. Claro que todo morro tem risco; então, quer dizer, todo o Santa Marta é uma área de risco. Então você tem que usar a técnica para exatamente diminuir isso e qualificar aqueles que ali ficaram, porque na verdade, pra mim é uma opção de fachada, porque é o compromisso de reduzir a favela, pra criar outro espaço. Você retira o Pico, você reduz a favela e faz trilha e um parque ecológico; bota mais verde ali e dizendo que, com isso, você 'tá cuidando e oferece para os moradores. A oferta é ridícula! Porque o tamanho dos apartamentos que eles estão oferecendo é muito pequeno. Agora me parece que são 37 m² esses novos, mas o anterior oferecido que eu chamo de Jambalaia, eram 32 m²." (I. Silva, 2014)

Itamar Silva consegue perceber que a questão é mais profunda do que simplesmente remover ou realocar as pessoas. Temos a discussão sobre o paradigma de desenvolvimento e planejamento da cidade, considerando a dignidade das pessoas. Remover ou realocar para condições semelhantes, do ponto de vista da dignidade básica de vivência dentro de um apartamento, pode ter o mesmo impacto negativo que deixar as famílias na suposta área de risco. Temos, na interpretação de Itamar Silva, Sheila Souza e Kadão Costa leituras da dinâmica local que são, na verdade, interpretações transdisciplinares do paradigma econômico e socioambiental do século XXI. É como dizer que não basta ter as condições técnicas para desenvolver determinado experimento se esse experimento não for discutido numa globalidade que favoreça soluções de problemas da humanidade. Portanto, a ética planetária também é bem-vinda na dinâmica do desenvolvimento urbano. Esse é um dos motivos pelos quais citamos, na primeira parte, a inserção da cultura, da memória e do território nos projetos transdisciplinares de expansão da cidade. A 'tensão criativa de sentido' possibilita a visualização das idiosincrasias do sistema sem que isso seja um estímulo para desistir. Pelo contrário, na 'sustentabilidade transdisciplinar', uma forma de nascer o novo é sustentar o conflito entre os modelos, os jogos de interesse, mazelas e virtudes nas relações humanas e sociais, isto é, revelar a vida na sua forma mais nua, conforme os clássicos da literatura mundial nos revelam. Continuando a análise, Itamar Silva dialoga com o argumento do governo sobre a área de risco:

“Então, a base de argumentação deles diz assim: ‘Ah, mas tem gente que mora em menos que isso!’ Não importa. Se alguém mora em menos que isso, mora de forma muito indigna, se o Estado vai resolver o problema, tem que dar o mínimo de dignidade. Então, você tem que oferecer mais e você ‘tá numa casa ali, você vê a possibilidade de se ter recurso; então você faz um segundo andar, faz uma laje, você tem outras condições. Quando você vai pra um prédio, você fica enlatado, você fica encaixotado, você não tem alternativa. É aquilo e ponto. Então, assim, eu acho que é mais uma discussão política que o Estado se meteu para fazer do Santa Marta um modelo, uma referência, referência de controle, referência de controle do crescimento da favela, conhecimento de embelezamento do que mesmo a questão verdadeira de ameaça aos moradores. Eles não estão preocupados com os moradores, porque se tivessem, não deixavam passar seis anos sem nada fazer naquilo ali. Aquelas pessoas já teriam que ser soterradas, porque seis anos já choveu muito, já fez sol, já mudou e, no entanto, as pessoas continuam morando ali.” (I. Silva, 2014)

O relatório tornou-se, em nossa pesquisa, um instrumento representativo que remonta diversas questões que precisam ser consideradas a partir da ‘sustentabilidade transdisciplinar’. Alguns pontos destacados pelo engenheiro dos Santos são percebidos nas articulações dos moradores. Alguns aspectos ficam evidentes: esse tema é complexo. Ele toca na história de urbanização e expansão da cidade do Rio de Janeiro. Urbanização e expansão se entrelaçam nas dinâmicas socioeconômicas específicas do Rio de Janeiro e nos paradigmas econômicos do mundo vigente. Por mais complexa que seja a situação, o tema urbanização/remoção tem uma riqueza intrínseca, porque revela, de forma integral, os atravessamentos convergentes da realidade local, sem fatiamentos. Quase sempre as abordagens dos testemunhos chegam cheias de significados que remetem à realidade inteira. O tema agrega diferentes vertentes dentro da favela e não anula os jogos de interesses também presentes na dinâmica interna. É lúcido fatiar recortes da realidade para pesquisa, mas também é justo situá-los na dinâmica do todo. Por uma série de motivos que debatemos na primeira parte, o paradigma do conhecimento na modernidade que subjaz a economia, o desenvolvimento, as relações interpessoais e outras situações da sociedade é o mesmo que não dá devida atenção à realidade inteira. Continuemos acessando mais algumas interpretações do relatório. Na parte ‘Análise do Inventário e Risco realizado pela Prefeitura para a Comunidade, em especial a área do Pico’, dos Santos explica:

“O ‘Relatório de Campo’ 458120-50-CD-599-RL-0112, na seção 5 (Inventário de Risco), classifica toda área do Pico como sendo de alto risco geológico-geotécnico, ou seja, de alta probabilidade de escorregamentos e outros acidentes. A razão principal para tal é a presença (a montante) de escarpas íngremes e fraturas com trechos pouco espessos de solo residual ‘que não possuem nenhuma proteção’.

Esses fatores de risco estão de fato presentes, sendo aliás uma situação observada em diversas outras comunidades instaladas sobre encostas no Rio de Janeiro. A atenuação de tais fatores de risco é necessária, inclusive porque elas incidem em geral sobre toda área a jusante, devido às altas declividades médias, não somente sobre os terrenos imediatamente adjacentes. Isso implica em intervenções como desmonte e fixação de blocos e lascas, revestimento das escarpas mais altas e verticais com telas metálicas fixadas por chumbadores para confinar a provável precipitação de lascas e fragmentos, execução de muros de impactos para

detenção de pequenas quedas e deslizamentos, execução de muros de arrimo para proteção de trechos de solo residual instabilizados por cortes, drenagem superficial." (M. Santos, 2014, p. 8).

Como já discutimos anteriormente, as diversas perguntas dos moradores sobre os motivos de se realizarem obras numa parte da comunidade e deixar o Pico de fora faz bastante sentido, se analisarmos pelo relatório técnico do engenheiro Maurício dos Santos. A realização de obras de urbanização, que aconteceram em várias comunidades, se fossem feitas no Pico do Santa Marta, amenizariam os motivos que o tornam uma área de risco. Nesse aspecto, vale lembrar a história de urbanização da favela do Santa Marta desde a década de 80, conforme pontuou o Itamar Silva. Inclusive, nessa historiografia, ele pontua as obras que foram realizadas no Pico do Santa Marta, a fim de diminuir os riscos que são inerentes à área e à característica íngreme dessa favela. As diversas mudanças no projeto levam à desconfiança de que a região foi escolhida para outros interesses, antes mesmo da realização do laudo, dando conta que a área era de risco para moradia. No contexto das diversas possibilidades, conforme analisamos a partir da sustentabilidade, essa possibilidade não pode ser descartada. Na sequência, dos Santos compartilha a continuidade da análise do 'Relatório':

"Observemos que uma importante intervenção, a canaleta de concreto fixada na rocha logo acima da área ocupada, já foi realizada (**Fotos 10 a 13**; o 'Relatório de Campo da Concremat omite esse importante dado, como já foi notado). Embora um estudo quantitativo, inclusive com orçamentos preliminares, seja necessário, é razoável estimar que os custos das demais intervenções fossem inferiores aos custos totais da remoção e reassentamento de todas as residências do Pico, como aparentemente pretende a prefeitura. Além do que, a estabilização da encosta a jusante do Mirante do Dona Marta continuaria a ser necessária, mesmo se houvesse a total remoção do Pico." (M. Santos, 2012, p. 9)

Como pontuamos no início, em função de diversos fatores, nossa pesquisa deseja situar o relatório técnico no contexto dos testemunhos. Se o nosso foco estivesse na análise mais comparativa, caberia a realização de uma análise mais minuciosa com os dados da prefeitura, a fim de saber se realizar obras no local é mais barato do que realizar a remoção de todas as famílias, como deseja o governo municipal. No entanto, como esse não é o objetivo central do relatório na pesquisa e por não termos tempo hábil, optamos pelo caminho que já estava previsto. No entanto, um dado do relatório evidencia a 'tensão criativa de sentido' necessária entre a relação do Estado com as comunidades: a percepção de que, ao removerem todas as famílias, será necessária a realização das mesmas obras de retenção no local, para não expor a baixa da favela ao risco de rolamento de algum objeto. Portanto, retirando ou deixando as famílias, serão necessárias obras de grande porte no local. Outro fator que reverbera a 'tensão criativa' é a observação realizada por outros moradores: como

área de risco, deveria ter havido problemas dentro daquilo que foi notificado, conforme destaca dos Santos:

“Não obstante aos fatores de risco presentes, é preciso reafirmar que, segundo os moradores, há mais de 30 anos não se observam acidentes geotécnicos na área. O ‘Relatório de Campo’ cita, para o conjunto do Santa Marta, 23 ocorrências de deslizamentos (incluindo queda de blocos) durante 24 anos (desde 1986 a 2010), mas seria necessário ter acesso aos respectivos laudos de vistoria para verificar a localização e gravidade de cada acidente/ocorrência. O ‘Relatório de Campo’ também cita um ‘mapa de risco’ da GEO-RIO bastante recente (2009) em que a maior parte das encostas do Santa Marta foi classificada como de baixo risco. O inventário de risco do ‘Relatório de Campo’ da Concremat inclui 150 residências da comunidade (ou seja, cerca de 13% sobre um total de 1177, conforme o censo de 2010) situadas em áreas de alto risco. A divergência entre os dois mapeamentos é justificada pelo ‘Relatório de Campo’ pela identificação de novos cortes/escavações nos taludes bem como pelo acúmulo de lixo prejudicando a drenagem superficial. Seria necessário a consulta ao mapeamento de 2009, ao que não tive acesso, mas de toda maneira, devido à já citada pequena redução da área ocupada e apreciável redução da população do Santa Marta, nos últimos anos, parece-me improvável que tenha recentemente um incremento na realização de cortes e aterros mal executados, a ponto de configurar substancial alteração nas situações de risco em dois anos ou menos (2009 a 2011).” (M. Santos, 2012, p. 9)

Essa foi a observação dos moradores e dos líderes comunitários que entrevistamos. Há casos que, de fato, a área de risco não pode ser recuperada. A remoção acontece e, em seguida, a região precisava passar por um processo revitalização. Para cada caso, desenvolve-se um tipo de projeto específico, considerando a natureza do problema que levou a área a ser considerada de risco, as potencialidades do terreno para programas futuros e os custos viáveis para os novos empreendimentos. Ainda são analisados diversos fatores específicos de cada contexto. No caso, por exemplo do Pico do Santa Marta e de outras comunidades, o principal motivo para remoção é o que o ‘Relatório de Campo’ do engenheiro dos Santos já mostrou e em resumo seria que a área oferece riscos para moradia. Os moradores levantaram uma questão muito importante que também impulsiona a inserção do tema ‘direito à memória’ no debate sobre a construção de cidades sustentáveis no século XXI. Nos dois momentos que mostramos paradigmas de urbanização que mexeram na remoção, isto é, nos governos de Pereira Passos, início do século XX, e Carlos Lacerda, na segunda metade do século XX, não se tem de forma clara a conquista do direito das classes populares e o direito à existência das favelas. O primeiro retira essas famílias aleatoriamente do Centro do Rio para as reformas urbanas. O segundo instituiu uma política de remoção das favelas, como mostramos as ligações do Ecomuseu Nega Vilma com a Lagoa Rodrigo de Freitas. Portanto, nesses modelos, as classes populares parecem ser sempre entraves para realização dos projetos de desenvolvimento da cidade se pensamos que, desde o início, especulação imobiliária esteve sempre aliada à economia e à expansão urbana. O Maio de 68 da Europa só reverberou no Brasil a partir da década de 80, momento em que acontecerá

uma mudança significativa na compreensão sobre o que é cidade, sobre a importância da diversidade e a conquista dos direitos legais de grupos que sempre estiveram às margens. Como referencial teórico, todos os 'Zeitgeist' que levantamos na primeira parte também só podem ser compreendidos à luz desse tópico da 'remoção'. Nesse sentido, a remoção é representação da 'tensão' que existe entre os modelos de urbanização incrustados na forma da cidade se expandir e desenvolver com a conquista de direitos das classes que sempre estiveram em situação de vulnerabilidade social e econômica. Como exemplo, podemos citar os 'Direitos Sociais' do capítulo II da 'Constituição da República Federativa do Brasil' no artigo sexto:

"Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000 e EC no 64/2010)." (Biblioteca digital da Câmara Municipal dos Deputados. Centro de Documentação e Informação, 2012, p. 18)

Sendo mais específica, a 'Constituição Estadual' tem leis específicas sobre as modalidades do desenvolvimento urbano para o Estados e os Municípios nos artigos 235 e 265. O importante aqui é o reconhecimento das áreas da favela e daqueles que vivem em locais de baixa renda:

"Art. 234 - No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão:
I - urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área imponham risco à vida de seus habitantes;
II - regularização dos loteamentos clandestinos, abandonados ou não titulados;
III - participação ativa das entidades representativas no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes;" (Biblioteca digital da Câmara Municipal dos Deputados. Centro de Documentação e Informação, 2012, p. 78)

No texto acima, os pontos que nos interessam são aqueles que reconhecem a favela como área habitável e que só deve ser removida quando as condições físicas trazem riscos à vida daqueles que vivem nessas regiões. Esse será um dos pontos de 'tensão' entre os direitos conquistados pela favela e a tentativa de manter modelos antigos de urbanização. O Artigo 265 da 'Constituição Estadual' do Rio de Janeiro aborda as responsabilidades governamentais e as condições para que se processe uma remoção involuntária:

"Art. 265 - Os projetos governamentais da administração direta ou indireta, que exijam a remoção involuntária de contingente da população, deverão cumprir, dentre outras, as seguintes exigências:
I - pagamento prévio e em dinheiro de indenização pela desapropriação, bem como dos custos de mudança e reinstalação, inclusive, neste caso, para os não-proprietários, nas áreas vizinhas às do projeto, de residências, atividades produtivas e equipamentos sociais;
II - implantação, anterior à remoção, de programas socioeconômicos que permitam às populações atingidas restabelecerem seu sistema produtivo, garantindo sua qualidade de vida;

III - implantação prévia de programas de defesa ambiental que reduzam ao mínimo os impactos do empreendimento sobre a fauna, a flora e as riquezas naturais e arqueológicas." (Biblioteca digital da Câmara Municipal dos Deputados. Centro de Documentação e Informação, 2012, p. 90)

Pela história do lugar que as favelas e as comunidades periféricas ocuparam no desenvolvimento urbano e social do Estado, é um avanço ter documentos que legalizem e fundamentem as discussões internas da comunidade. Um dado a ser observado é que todas essas conquistas estão atreladas ao processo de redemocratização do país e que, na verdade, continua ainda a ser democratizado, do ponto de vista prático. A lei é um dos símbolos fortes que sustenta o jogo democrático das relações sociais. Pelo viés da sustentação da 'tensão criativa de sentido', ainda que não seja cumprida, a lei tem uma função pedagógica de reconhecimento, visibilidade e existência. Por esse motivo, também sistematizamos, na primeira parte, que o museu e o ecomuseu, que desejam intervir na promoção da mudança social, precisam se unir a esses grupos que já possuem caminhadas calejadas de luta. Como nosso viés é a sustentabilidade, percebemos que a remoção retoma a discussão sobre o território em sua multiplicidade de significados, para quem está dentro e para quem está fora, o território que remonta à comunidade local que, atualmente, remete à discussão sobre cidades, cidades sustentáveis. Neste sentido, também vale citar aqui como o 'Estatuto da Cidade'²²¹ interpreta o tema:

"O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Diretrizes Gerais

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;" (Brasil. Estatuto da Cidade (2001), 2009, pp. 9, 10)

Todos esses instrumentos têm um significado nesse processo de fortalecimento e inserção dos direitos dos moradores da favela no debate sobre urbanização e

²²¹ Os artigos citados do 'Estatuto da Cidade' estão fundamentados na Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

desenvolvimento. Numa leitura prospectiva, é possível suspeitar que se essas conquistas estivessem vinculadas a um projeto integrado de desenvolvimento que atinge escolas de ensino fundamental, universidades, empresas, instituições não governamentais e o governo, talvez teríamos resultados melhores. No entanto, pela história recente de sobrevivência de modelos antigos de expansão, urbanização e desenvolvimento, talvez o momento seja sustentar a 'tensão criativa de sentido' e expor o jogo de conflitos. Mais um documento se soma aos que já citamos: a 'Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro' também tem uma seção dedicada ao 'Desenvolvimento Urbano' e um item específico sobre o direito dos moradores das favelas, no artigo 429:

“VI - urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras:

- a) laudo técnico do órgão responsável;
 - b) participação da comunidade interessada e das entidades representativas na análise e definição das soluções;
 - c) assentamento em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento;
- VII - regularização de loteamentos irregulares abandonados, não titulados e clandestinos em áreas de baixa renda, através da urbanização e titulação, sem prejuízo das ações cabíveis contra o loteador; (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Procuradoria Geral do Município. 2010, p. 139)

Constituição Federal Brasileira, Constituição do Estado do Rio de Janeiro, Estatuto da Cidade e Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro são documentos que passam a ter um valor especial dentro da dinâmica do desenvolvimento urbano e os direitos conquistados pelos segmentos que ficaram invisíveis durante grande parte da história do desenvolvimento das cidades. Ainda que a teoria não tenha gestado uma prática coerente, não se pode esquecer da história. Por isso, fizemos questão de mostrar apenas dois momentos e dois modos de se projetar o desenvolvimento alijando as classes menos favorecidas. Pensando especificamente na realidade local, o contra laudo também tem o mesmo significado, ainda que as famílias sejam removidas. Na tensão para persistir o modelo antigo de urbanização e a permanência das classes que se beneficiaram com o desenvolvimento, como mostramos com a remoção na Lagoa Rodrigo de Freitas, por um lado, o laudo, ratificando que área é de risco, pode ter-se transformado num instrumento político e de poder, se considerarmos os testemunhos dos moradores. Por outro, o contra laudo solicitado pelos moradores torna-se símbolo de articulação local, a fim de que as leis sejam cumpridas. Em nossa pesquisa, ele é muito mais do que um 'Relatório Técnico' que, apenas contém possíveis contradições do governo. Na verdade, ele é a memória da capacidade dos grupos locais de se articularem e

exigirem seus direitos. Na 'Caminhada por Direitos', na qual os moradores do morro Santa Marta caminharam pelo bairro de Botafogo, a moradora Dina²²² assumiu o microfone e disse:

Temos, portanto, de um lado, a tentativa de continuação dos mesmos modelos e, de outro, a capacidade de articulação e resistências desses grupos. Por esse viés, não seria errado afirmar que os grupos históricos beneficiados buscarão manter elementos do mesmo modelo de urbanização, usando outras formas, já que existem leis que protegem os direitos das classes populares. Neste aspecto, a 'sustentabilidade transdisciplinar' ao incluir a memória e a amplitude do patrimônio no debate sobre cidades sustentáveis, torna-se uma proteção para que não se confirme no Pico do Santa Marta o que os moradores e líderes temem e que dão exemplos de outras experiências de remoção. Portanto, alguns fizeram as indagações: o que aconteceu com outras áreas no Rio de Janeiro cujas famílias foram removidas no passado, sob justificativa de que eram áreas de risco? O que elas são hoje? Vejamos o que afirma Itamar Silva sobre o assunto:

"Pega a botafogo, você pega onde era a favela Macedo Sobrinho, entendeu? Você vai ali, saindo até Botafogo ali, ali é o Humaitá, centro do Humaitá²²³, aquela favela foi removida dali. Você olha, tem um conjunto de prédio de classe média, classe média mesmo. Na entrada da favela. Puxaram a favela pra trás, claro, mas na entrada da favela tem prédios enormes ali. Então, o que pra mim isso confirma? Que havia a possibilidade de manter aquelas pessoas ali com algum investimento. No entanto, foi retirado; valorizou muito aquela área e é a mesma lógica que eles estão agora impondo para a questão, para a saída da Vila Autódromo. Não é que a Vila Autódromo seja um problema; eu estou falando Barra, Recreio ali. Não tem nenhum problema, que lá você tem uma questão mais próxima do canal e tudo mais, mas a questão não é essa, a questão é como você livra a área dos mais pobres para valorizar a área. Isso aconteceu no Macedo Sobrinho²²⁴. Você tira a favela e você valoriza aquilo ali e você pode construir um conjunto de prédios de classe média. O mesmo aconteceu com a Catacumba, entendeu? O mesmo aconteceu com essas remoções nessa região da Zona Sul; onde as favelas são retiradas, valoriza ou revaloriza o terreno em torno." (I. Silva, 2014)

A 'tensão criativa de sentido' é justamente isso que Itamar Silva acaba de mostrar. Existe a consciência aguçada do processo e de todas as possibilidades de seu desfecho,

²²² Nome fictício.

²²³ Humaitá é um bairro nobre da Zona Sul e fica também nas Intermediações da Lagoa Rodrigo de Freitas.

²²⁴ Macedo Sobrinho está nas imediações de onde a família de Geralda e Nega Vilma foram removidas e construíram suas casas no morro Santa Marta, onde está a sede do Ecomuseu Nega Vilma e que, atualmente, está na área demarcada para ser removida. Geralda se tornaria uma das pessoas mais conhecidas e importantes no Pico do Santa Marta. Mãe de leite, rezadeira, solidária e líder. O local onde ela morava, no Pico, foi um dos primeiros a fazer a integração entre a favela e o asfalto, isto é, moradores de Botafogo que subiam para visitar seu barraco e participar das festas. Sim. Sua Patroa rica passou a participar das festas em seu barraco. Desse seu barraco, sobrou apenas um único cômodo, que é parte do Ecomuseu Nega Vilma. O filho, Mestre Sorriso, compartilhou o lugar que sua mãe ocupou no morro: "Minha mãe, rapaz, era uma pessoa no morro conhecidíssima desde lá de baixo até em cima, até o pico. Ela ia em todos os bailes, entendeu? Aí virou a mãe de Santo. Todo mundo vinha da rua para fazer consulta com ela. Aqui no morro, uma pessoa estava com uma dor... 'Vamos lá na dona Geralda!'. Por isso, às vezes, a gente sofria essa carga pesada, porque tinha uma energia negativa em certas pessoas e ficava dentro da casa onde a gente morava. Minha mãe era conhecidíssima, cara, e aí virou mãe de leite, entendeu? Mãe de leite geral. Nego vinha mamar na teta dela. Então, pô, começou a fazer trabalho pra todo mundo. E brigava muito. Minha mãe não tinha medo de nada. Pô, vagabundo corria dela: 'Dona Geralda vem aí!'. Ela conhecia todos os pais dos cara do movimento." (Sorriso, 2013)

inclusive da injustiça. Por isso, também, ainda que tenhamos as leis que, em princípio, assegurariam os direitos à moradia das classes socialmente vulneráveis, elas também fazem parte de um complexo, porque existem outros elementos fortes que têm poder para se beneficiar nessa trama social. Em praticamente todas as falas, é possível perceber a consciência do processo e algum elemento da 'tensão criativa de sentido'. Como seria possível um governo construir obras num local habitável e o outro considera área de risco? Esse foi a pergunta do líder do Ecomuseu Nega Vilma, Kadão Costa, ao nos mostrar a grande obra de contenção de água feita pelo governo na parte superior onde está o ecomuseu. Assim questiona Costa:

“Não, eu não queria falar não. Só que depois eu quero falar também, mas eu queria só... pô, você está num lugar sagrado aqui, cara. Essa aqui é a contenção contra os riscos de desabamento do Santa Marta, feita pelo governo. Então, seria o governo contra a própria obra de um outro governo!... Porque é muito louco. Os caras vêm aqui. Aí eu vou na sua casa, melhora tudo. Vem um outro governo e fala: 'Não, na sua casa tem um risco'. Aí fala: 'Mas, pô, veio um outro cara aqui e já consertou, cara'. O seu problema é com o cara que já consertou. Você tem que dizer pra ele que ele fez uma obra ruim. Isso vai até lá em cima.” (K. Costa, 2014)

Neste sentido, vale retomar o trabalho para mostrar na primeira parte como a consolidação de todos os referenciais teóricos da pesquisa se deram dentro de conflitos e questionamentos de traços centrais do referencial teórico do pensamento na modernidade. Sobre esse referencial teórico complexo da modernidade, foram erigidos os modelos de sociedade que nós herdamos. O que a 'sustentabilidade transdisciplinar' quer evidenciar é que, ao expor as mazelas do sistema, é possível também construir projetos de mudanças. No entanto, como também acontece em várias remoções, os conflitos e enfiamentos são praticamente inevitáveis. Observemos a continuidade da interpretação de Itamar Silva sobre a peculiaridade do Santa Marta e a mudança na valorização comercial do terreno:

“O Santa Marta está mais escondido. Durante muitos anos, a estratégia do Santa Marta era passar, estou falando aí nos anos de 50, 60, resistir à remoção, exatamente porque quem via de fora, não via os barracos; os barracos estavam escondidos atrás das árvores. Você tinha uma vegetação muito grande, então você quase não via os barracos. E isso permitiu uma certa resistência do Santa Marta. Depois, a própria inclinação não interessava; não era um terreno que tinha valor. Hoje começa a mudar isso. Eles pensam. Hoje existe já tecnologia para construir onde quiser, não é? Até no céu. Então, o Santa Marta hoje eles já falam em retirar completamente, mas como é que você reduz isso? Para minha lógica, é essa, como é que você define em quadra, limita? E como é que você mantém isso como uma joiazinha da Zona Sul para mostrar como é que: Olha aqui os pobres! Existiam os pobres algum dia. Isso faz uma memória muito externa, uma memória muito 'fake', isso é que é o grande risco. É você manter marcas ou sombras desses lugares onde algum dia foi uma comunidade para poder contar uma história que não é a história das pessoas. É a história de quem acha que conhece aquela história. Então, os moradores precisam, aí voltando ao meu ponto inicial. Eu acho que o risco hoje é exatamente os moradores abrir mão de contar sua própria história e de transmitir a sua história para outros e aí fazer a disputa com essa lógica mercadológica de que precisa embalar bem essa comunidade para apresentá-la no futuro como uma sombra, uma referência do que foi, né, o Santa Marta.” (I. Silva, 2014)

As ponderações do morador do Santa Marta, Itamar Silva, remontam elementos centrais da discussão que realizamos na conclusão da primeira parte. A remoção, por tocar na problemática do território, exige uma abordagem que interage diversos segmentos da sociedade. Aos poucos, podemos perceber que a forma de compreender desenvolvimento, expansão, crescimento e progresso pode estar ditando o rumo do processo. Não significa que as outras dimensões da estrutura social não sejam importantes, mas, pelo testemunho dos líderes, alguns problemas têm, como elemento central, as mudanças ocorridas nos últimos anos na favela. A questão é que essas mudanças recentes na favela, principalmente com a abertura para o turismo e a valorização financeira do território, têm relação com as mudanças na cidade que, por sua vez, têm interligação com as mudanças ocorridas no mundo. Neste sentido, a 'remoção' pode ser a porta de entrada para discutirmos não apenas o lugar da favela ou das classes populares nesse processo, mas o que seria o desenvolvimento equitativo da cidade. Na favela, essa consciência sobre os 'direitos' e os processos é bem compreendida por diferentes líderes no Santa Marta e por aqueles que participam das discussões sobre a remoção. Traços dessa consciência aguçada e da 'tensão criativa de sentido' também podem ser percebidos na entrevista do líder e guia de turismo local Vítor Lira:

"Aqui a vista é de 180 graus: Urca, Leme, Copacabana, Arpoador, Ipanema, Leblon, Gávea e Corcovado. Estamos pertinho do Cristo e bem abaixo de um dos pontos turísticos mais visitados do Rio. O Pico do Santa Marta passou de lugar marginalizado a uma das áreas mais valorizadas do município, alvo da especulação imobiliária, fenômeno que ficou ainda mais forte com a chegada da Copa. Por isso, querem tirar nossas famílias daqui.

A ocupação do morro começou por cima, pelo pico, mas uma parte também veio por baixo. Quem primeiramente morou na parte de cima foram meus bisavós. Hoje, o lugar congrega 52 casas, onde todo mundo se conhece, como se fosse uma família.

A Favela de Santa Marta foi a primeira do Rio de Janeiro a receber uma UPP. Com o asfalto, o Pico tornou-se alternativa de acesso ao Mirante do Santa Marta. São 788 degraus para se chegar. Com o acesso de carro e a inauguração do plano inclinado, o pico, antes o pior lugar do morro, tornou-se um trecho muito cobiçado. Querem nos remover porque dizem que estamos ocupando uma 'área de risco'. Quando chove, anunciam que devemos abandonar a área. Mas para onde vamos? Dizem que o morro foi urbanizado, mas como e para quem? O esgoto continua correndo a céu aberto. As escadas foram padronizadas, e colocaram corrimão, além de iluminação pública. O morro agora tem internet gratuita. Mas nenhum desses serviços chegou ao Pico porque querem nos tirar daqui.

Eu sou guia e, quando visito a comunidade com turistas, conto a história do morro que eu vi e vivenciei. As histórias dos trabalhadores que construíram a Zona Sul e passaram a viver aqui. Eu conto a história da violência, que é também a história do Brasil." (Lira, 2014)

O presidente do Ecomuseu Nega Vilma revela como o movimento da remoção se articula com outros grupos que discutem a mesma questão no Rio de Janeiro, ao falar sobre os líderes que atuam nas discussões sobre a remoção. É possível perceber que o tema se

tornou um elo aglutinador de diferentes vertentes que debatem sobre o 'direito à moradia'.

Assim narra Kadão Costa, sobre o papel do líder Vítor Lira:

"Da não remoção. E ele está articulado com outros grupos que estão sofrendo o mesmo processo em outras comunidades. Ele criou uma rede, estão atuando forte... as pessoas. Eu vou lembrar. A gente fez eventos, inclusive, junto com o Ecomuseu Nega Vilma. E ele uniu as lideranças da comunidade, lideranças importantes em torno da causa dele. Tenho certeza que a partir do encontro que a gente trouxe, que o Ecomuseu Nega Vilma dá valor ao patrimônio, ele hoje dá valor ao patrimônio. A casa dele, poxa, está no catálogo como um lugar que merece ser visitado, e aí outras pessoas têm feito isso, e eu entendo isso como um grande, pô, um grande, me fugiu a palavra, mas uma coisa importante." (K. Costa, 2014)

Estamos no coração da discussão, pois os testemunhos e o diálogo sobre o contra laudo solicitado pelos moradores abriu possibilidade de inserir a discussão da remoção na sua dinâmica mais ampla, a saber, no processo histórico dos modelos de urbanização e desenvolvimento no Rio de Janeiro e nas principais mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea; uma delas, a conquista de direitos pelas classes populares. Poderíamos chamar da 'tensão criativa de sentido' entre um novo modelo de sociedade que já nasceu e um outro que está resistindo para continuar tendo o controle. Quando se fala de futuro, tudo é possível: o surgimento lento de outra sociedade mais equitativa que, aos poucos, confere direitos diferentes para os segmentos que participaram da construção com a mão de obra, mas que, a cada movimento de crescimento econômico, acabam sendo desvalorizados. Mas também é possível que se confirme o desfecho pior e a remoção aconteça, como destacou a líder Sheila sobre nosso questionamento:

"Corre risco, corre risco, corre esse risco. Só que o que acontece também? A gente tem uma coisa a nosso favor. O governo está cheio de demanda também, entendeu? Eles não estão dando conta de tudo. Porque antes você tinha aqui uma porcaria de um projeto que eles chamavam de Pouso, né, que é um projeto de urbanização, não sei o que lá, não sei o que lá, que é uma sigla. Agora não está tão presente aqui, entendeu? Porque o bicho 'tá pegando em outras favelas; de alguma maneira, essa favela aqui também não dá muito trabalho nesse sentido. Então eles tiveram que voltar seu esforço para outras áreas. Então, é meio que também abandonaram um pouco nesse sentido. Entendeu? De que eles não estão fazendo essa coisa um pouco mais como eles estavam fazendo antes." (S. Souza, 2014)

A partir do diálogo entre a exposição do relatório feito pelo engenheiro Maurício Campos dos Santos e os testemunhos de diferentes líderes, é possível perceber que algumas falas se repetem. Com isso, é possível levantar traço que mostra uma disputa pelo território. A ideia de mostrar os dois modelos de expansão urbana na história da cidade serve para comparar se existem relações com o que ocorre hoje. Mesmo que o tempo seja diferente, como acenamos para as leis que revelam conquistas de direitos pelas classes menos favorecidas, as disputas permanecem. Elas fazem parte do jogo da democracia. Vale retomar

mais uma parte do relatório do engenheiro Mauricio dos Santos e constatar esse fato. Assim narra dos Santos:

“Um último problema apontado pelo ‘Relatório de Campo’, como agravante para os altos riscos de agravante para área do Pico, é a inexistência, para a maior parte das residências, de canalização de águas servidas, que seriam lançadas diretamente sobre a encosta. Em minha vistoria não verifiquei esse problema de forma tão generalizada, e a maior parte do esgoto parece estar canalizada para as vias de drenagem pluvial, que é uma situação que agride o princípio de separação total das redes de esgotos e águas pluviais, mas não é específica do Pico nem sequer do Santa Marta, mas infelizmente está disseminada em todo o Rio de Janeiro, inclusive na área ‘formal’ da cidade, por conta dos recursos absolutamente insuficientes aplicados em saneamento básico por décadas seguidas. De toda forma, no que respeita ao risco geotécnico, os eventuais lançamentos de água servidas diretamente sobre a encosta, parecem-me decorrentes da paralisação quase que completa das intervenções públicas e das melhorias privadas das residências, desde que se estabeleceu a ameaça permanente da remoção do Pico pela prefeitura.” (M. Santos, 2013, pp. 9,10)

Como vários líderes expuseram, a ausência de obras no local por mais de cinco anos torna uma área que já é vulnerável, numa região impossível de se viver. Seria essa uma estratégia para que as pessoas aceitem a oferta de sair? Seria a morosidade de todo processo governamental? Em função do histórico da forma como as comunidades foram incluídas no processo de urbanização da cidade, a permanência da ‘tensão criativa de sentido’ aproxima de certo pessimismo, ainda que a articulação interna local seja também um ato de esperança. Interpretando por esse viés, esse relatório técnico passa a ter uma função simbólica que marcaria um período muito importante para a história de conquistas da favela, ainda que seu fim seja a remoção das famílias. De alguma forma, como já dissemos, mais do que a comprovação dos dados, o fator emancipatório está na resistência, no convite ao diálogo, na manifestação de outra forma de interpretar um mesmo processo. Do ponto de vista hermenêutico, o ‘Relatório de Campo’ solicitado pela comunidade ou o Contra laudo como chamam alguns, estabelece o mesmo diálogo com o paradigma que estabeleceram as Declarações de Santiago do Chile, em 1972, de Quebec, em 1985 e do Rio de Janeiro, em 2013. Diante da complexidade e da dificuldade de pontuar todos os conteúdos que interferem num processo, os elementos chaves de protesto podem significar avanços que serão quantificados e percebidos apenas pelas gerações subsequentes. Acessemos as conclusões e as recomendações do ‘Relatório’, conforme pontua dos Santos:

“4) Conclusões e recomendações

Apesar do caráter puramente visual e qualitativo das observações feitas em campo, e do caráter preliminar das avaliações da seção três acima, do presente Relatório e Parecer Técnico, posso com segurança estabelecer as seguintes conclusões e recomendações:

1) É necessário o acesso aos laudos de vistoria realizados pela GEO-RIO em todo o Santa Marta, bem como o citado mapeamento de risco de 2009, para uma melhor apreciação do Inventário de Risco do ‘Relatório de Campo’. Recomenda-se que os

moradores solicitem tal documentação, bem como quaisquer outras, relativas à situação das encostas da área, à Prefeitura;

2) Os fatores de risco associados à encosta a montante do Pico podem e devem ser tratados com intervenções corretivas e, principalmente preventivas, como as aventadas acima, completando o que já foi realizado e providenciando-se correta manutenção. É bastante provável que o custo de tais intervenções justifique plenamente sua realização, preservando-se dessa maneira as residências existentes e valorizando-se os equipamentos públicos já implantados. Tais intervenções podem ser incluídas nos projetos do PAC em andamento na comunidade.

3) Situação distinta, e não relacionada a risco de encostas, são as casas de madeira, material reaproveitado e de estuque, que são relativamente numerosos no Pico; o mais recomendado seria sua substituição 'in loco' por residências, convenientemente construídas, de alvenaria, argamassa armada ou mesmo madeira, com proteção adequada das instalações elétricas e botijões de gás, bem como ligações de esgotos corretamente realizadas;

4) Os poucos casos que demandasse, por falta de alternativa, reassentamento de famílias, poderiam ser facilmente atendidos dentro do Programa de construção de unidades residenciais, que está em curso na comunidade, através do PAC.
Rio de Janeiro, 17 de julho de 2012." (M. Santos, 2012, p. 10)

O 'Relatório', situado na discussão dos moradores, serve como forma de debate, alargamento das possibilidades de compreender as formas como a cidade está organizada. Nessa etapa, a partir da sustentabilidade transdisciplinar, importante é sustentar essa tensão e expô-la de forma mais natural possível. O tema é apenas a ponta do 'iceberg' que mostra diversas tensões presente atualmente no Brasil. Por mais dolorido que seja o processo de mudança, transitar da inocência para a perda da ingenuidade é condição 'sine qua non' para tratar um assunto cercado de diversos interesses, tanto dos que estão dentro quanto dos que estão fora. É por todos esses fatores que a situação no Pico do Santa Marta está para além do próprio, assim como as ponderações da 'Declaração MINOM Rio 2013' está para além da Museologia e da Nova Museologia. Talvez, por esse motivo, uma das suas maiores virtudes fora ter permitido que, no encontro no Museu da República, Museu da Maré e Museu de Favela (MUF), as experiências locais sobrepujassem as lógicas universais das teorias, ainda que não tenha prescindido delas. Finalizamos esse tópico com a moradora Sheila Souza, que participaria pela primeira vez de um encontro da Nova Museologia e se sentiria como se estivesse nos debates da favela. Assim narra Sheila Souza sobre a remoção no Pico:

"Pô, cara, eles dizem, "né! Eles dizem, 'né, eles falavam lá que é uma área com risco de deslizamento, com risco das casas caírem e a gente sempre questiona isso, entendeu? Porque já fizeram avaliações aqui, 'né! Lá em cima é tão risco quanto é aqui, entendeu?"²²⁵ Então, não faz muito sentido essa coisa de, porque, na verdade, pra mim, quando o governo fala risco, é qual a vontade real do governo de investir ou não numa determinada área; se ele não tem interesse, é área de risco e tipo assim, não tem jeito, tchau!" E aceita que dói menos. A mentalidade é essa! E aí o que acontece? Também o governo não está esperando que a gente também vai fazer uma pesquisa por fora para saber se é isso mesmo, que foi o que aconteceu no Pico. Os engenheiros do governo vieram; a gente veio com engenheiros que não

²²⁵ Sheila Souza e Itamar Silva não moram no Pico do Santa Marta. Ambos residem na parte baixa do morro.

são do governo. Não tem uma pesquisa tendenciosa, né! Então, eles fizeram essa pesquisa, e aí ele também não está esperando que você vai fazer esse tipo de movimento; está achando que você vai aceitar e vai, pô, acatar a decisão governamental, que é o que normalmente acontece. E aí uma vez que as pessoas fazem esse tipo de movimento, aí o governo fica na saia justa. Então, ou vai ser na força ou vai ser na força mesmo, porque eu acho que esse movimento de resistência é um movimento bacana de mostrar que existe outras possibilidades e que o governo precisa sentar para conversar com a gente pra ver isso, quais são essas possibilidades. Tá bom. Se tem inviabilidade econômica, eu prefiro ouvir: 'Poxa, olha só, aqui, na verdade, o que acontece? A gente colocou como área de risco porque a gente vai ter que fazer um investimento 'mega', assim 'supermega' nessa área e a gente não tem grana pra isso.' Entendeu? Melhor do que você passar um atestado de estupidez: 'Ah, sua casa vai cair'. Minha casa não vai cair, cara! Veio um engenheiro aqui e disse que a minha casa não vai cair. Para de querer ficar botando abobrinha na minha cabeça. Eu tenho mais facilidade em aceitar um discurso mais honesto, mas do governo a gente não vai esperar isso, 'né, Dell? Um discurso mais honesto assim: 'Então, tá. Então, como é que a gente faz pra solucionar esse problema? Estou com vocês, cara, mas eu não tenho grana para fazer'. Que aí é outra história, e aí sim, aí a gente gasta energia; invés de fazer resistência, procuramos financiamento." (S. Souza, 2014)

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO VIII: OS TESTEMUNHOS DOS MORADORES SOBRE A REMOÇÃO NO PICO DO SANTA MARTA

Capítulo VIII – Os Testemunhos dos moradores sobre a Remoção no Pico do Santa Marta

Na parte anterior, inserimos a remoção dentro dos processos de urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Dialogamos com quatro líderes comunitários e mostramos o símbolo de unidade local do 'Relatório Técnico' solicitado pela comunidade. Nesses tópicos anteriores, participamos, interpretando e buscando relações com o referencial teórico e com aspectos do desenvolvimento urbano na cidade. Nestes itens subsequentes da pesquisa, optamos por dialogar menos com os testemunhos, a fim de que tivéssemos mais espaços para ouvir a comunidade local. O objetivo é trazer a realidade do morro através do testemunho dos moradores. São pessoas que moram há 40 ou 50 anos no Pico do Santa Marta. Por esse motivo, teremos narrativas sequenciadas, com poucas intervenções interpretativas e correlacionadas. Exporemos apenas as perguntas que fizemos a esses moradores e compartilharemos algumas peculiaridades. Praticamente, foram feitas as mesmas perguntas para todos. Para dar uma diversidade ao trabalho, os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente com alguns critérios: morar no Pico do Santa Marta e ter a casa marcada para ser removida. Para tentar expor ainda mais a 'tensão criativa de sentido', escolhermos algumas famílias que aceitaram a oferta do governo de se mudarem para os primeiros apartamentos que estão na fase final de construção e alguns moradores que não aceitaram a proposta.²²⁶ Embora não façamos as intervenções para priorizar as narrativas; em ambos os casos, devemos estar atentos à discussão que fizemos nos itens anteriores dessa segunda parte.

8.1 Famílias que aceitaram Sair do Pico do Santa Marta

8.1.1 Leonildo Soares da Silva

Esse primeiro grupo de famílias com quem dialogamos colocaram os nomes na lista para receberem um apartamento na baixa da favela. Conforme explicou o presidente da Associação de Moradores, 16 famílias foram cadastradas para ocuparem os primeiros apartamentos que já deveriam ter sido entregue aos moradores. Foi muito interessante estar

²²⁶ Um aspecto que precisa ser considerado foi a dificuldade de conseguir os testemunhos. Mesmo conhecendo um pouco o local, e tendo certa afetividade com alguns moradores, as circunstâncias não eram favoráveis. Favela é tradicionalmente um local de silêncios e silenciados. Quem convive, entende muito bem os códigos, as comunicações sem necessidade de palavras. Qualquer tipo de gravação torna-se um trabalho extremamente delicado. O trabalho de consultor em sustentabilidade no Ecomuseu foi um fator preponderante. O presidente do Ecomuseu Nega Vilma, Kadão Costa, é uma pessoa muito conhecida no Pico do Santa Marta, fato que facilitou na apresentação. Procuramos diversas famílias que preferiram não compartilhar suas ideias. Devemos relembrar que um dos líderes do movimento contra a remoção, o guia de turismo Vitor Lira, recebeu proteção por lutar por direitos humanos. Devemos também relembrar que num dos dias estávamos entrevistando o Sr. Manoel Isidoro, recebemos um comunicado sem identificação de que naquele dia não era para realizarmos mais entrevistas. Assim, naquele dia, tivemos que interromper o trabalho no meio do processo.

presente na vida dessas pessoas num momento de transição, num momento de cortes. Percebemos que as entrevistas também eram formas de despedida, de abrir o coração, de compartilhar dores, de fazer agradecimentos e dividir injustiças. Nesse aspecto, a discussão que levantamos sobre a participação construtiva no pesquisador na construção do objeto foi fundamental. Nenhum encontro foi frio e distante. Tínhamos consciência de que não estávamos apenas coletando um material para uma pesquisa, senão participando de uma transição na vida dessas pessoas. De alguma forma, a transição também passou a ser do pesquisador, que também seria 'removido' para alguma área de si mesmo.

O primeiro entrevistado foi o Sr. Leonildo Soares da Silva. Pergunto com quem ele mora. Leonildo da Silva responde: "Mora só a minha irmã; o meu pai morreu e a minha mãe também. Aí, fiquei só. Tem uma irmã que mora aqui e a outra que mora em Niterói. Aqui mesmo só a minha irmã." (L. Silva, 2014) Leonildo Soares mora há cinquenta anos no morro, mas cresceu conforme narra:

"Não, mais lá pra baixo. Ela morava lá pra baixo; eu que vim aqui pra cima. Que eu morava lá embaixo com o meu pai; aí eu casei aqui, casei com uma menina aqui em cima, mas só que não deu certo. Aí ela foi embora e eu fiquei aqui em cima sozinho morando. Brinquei muito. Joguei muita bola. Fiz muita arte." (L. Silva, 2014)

Aproveito para relembrar um pouco da história da sua família antes de morar aqui no Santa Marta. Pergunto se ele se lembra onde é que eles moravam. Leonildo da Silva responde:

"O que o meu falecido pai falava é que na época aqui, aqui não, lá embaixo, era tudo mato. Aí foi surgindo um barraquinho pequeno, aí começou a fazer um barraquinho, um ali, outro aqui e outro ali, e hoje é essa favela como você tá vendo aí." (L. Silva, 2014)

Continuamos o diálogo e pergunto se ele se recorda das histórias que eram contadas sobre o Pico do Santa Marta e os pais falavam da vida no morro. Leonildo da Silva diz:

"É, diz que na época aqui faltava, não tinha luz, não tem luz. A água também faltava; então, era nascente. A gente pegava no caneco lá pra baixo também, que aqui em cima tudo era no Pico. Então, pegava água no balde e vinha, enchia os baldes voltava e tornava... falava, 'né!'" (L. Silva, 2014)

A partir de sua resposta, lembrei da história de que existia um lugar no alto do morro onde as pessoas iam buscar água. Muitos fatos aconteceram nesse lugar. Iniciamos um diálogo sobre o local e, então, pergunto se ele se lembra da mina de água que existia no alto do morro. Leonildo da Silva responde: "Tem, tem. Tem uma lá no pico, no mato; tem duas lá embaixo e tem uma lá na quarta estação, embaixo da..." (L. Silva, 2014). Em seguida, começamos a conversar especificamente sobre o processo de realocação ou remoção como todos conhecem. Assim, começando perguntando como ele vê esse processo que está acontecendo no morro, e se ele faz uma diferença entre remoção e realocação. Pergunto como ele enxerga isso que acontece atualmente no morro. Leonildo da Silva diz:

“Eu acho que é o seguinte: eles deviam dar mais prioridade às casas de madeira que estão caindo, mexer nelas. Só que eles estão dando mais preferência às casas que diz que é área de risco. E você não tá vendo nada de área de risco... Mas diz que na época, quando se falou que era pra tirar, diz que aqui era pra fazer tipo um hotel na época. Então, é essa a ideia que eles estão correndo um boato aí, que eles não vão fazer nada de florestar; vão fazer um hotel aqui. Fazer uma rua de lá até aqui e fazer um hotel, fazer um muro ali em cima... isso que eu tô ouvindo é boato. Há muito tempo, muito tempo”. (L. Silva, 2014)

Pergunto se ele sabe qual é o governo. Então ele diz: “Eu acho que é a prefeitura. É a prefeitura que tá com esse projeto”. (L. Silva, 2014) Pergunto se ele sabe quanto tempo tem o processo. Leonildo responde que tem uns dois anos. Em seguida, pergunto se ele sabe quais são os motivos que os governos dão para colocar as pessoas nos apartamentos. Leonildo da Silva responde:

“Bem, eles querem pra tirar; o projeto é que eles querem acabar com essa metade do morro. Tem um projeto também; é um boato também, que eles queriam tirar essa metade do morro aqui, fazer um muro e só deixar essa parte debaixo. É por isso que muita gente não quer sair daqui.” (L. Silva, 2014)

Nesse momento que existe certa descontração, pergunto o que ele acha disso, qual a opinião ele tinha sobre a situação, se ele concorda com a forma como estão sendo conduzidas as coisas: Da Silva responde:

“Não concordo, porque assim eu acho que eles querem acabar com a metade da favela. E aos poucos, tirando a metade de cima, futuramente daqui a pouco não tem mais nada. Não tem nenhuma... pode ver que é uma favela no meio da Zona Sul, não tem nenhuma divisão, nem nada.... Então, o projeto mesmo... eles querem... na época que o César Maia foi prefeito, na época do César Maia era tirar a favela daqui. É por isso que muita gente não concorda em sair daqui; é por causa disso, porque eles queriam botar a gente lá pra baixada.” (L. Silva, 2014)

Esse fato aparece em outras narrativas. Kadão Costa narra a história de que no Bairro de Paciência existia uma placa com os seguintes dizeres: ‘Seja bem-vindo Santa Marta’. Pergunto como os moradores reagem à situação. Leonildo da Silva explica que “tem uns que apoia sair e outros que não. Porque não vale a pena, porque você faz a sua casa, o engenheiro, os apartamentos são muito pequenos.” (L. Silva, 2014) Aproveitamos e perguntamos se ele sabe o tamanho dos apartamentos. Leonildo da Silva pondera:

“Eu não sei, eu sei que é ... acho que é dois quartos, sala, cozinha e banheiro, mas uma família que tenha, vamos dizer, cinco, seis filhos, como ela vai morar? Então, por isso que uns quer, outros não, não concorda isso. Porque um vai lá, você gastou pra fazer uma casa que você construiu aqui, carregou material, pagou mão de obra, e quando você botar no papel mesmo não vale a pena.” (L. Silva, 2014)

Nesse momento do diálogo, perguntamos: ‘No início do processo todo, como você ficou sabendo que, por exemplo, que a sua casa estava numa área de risco?’ Leonildo da Silva explica:

“Quando cheguei do serviço, aí a minha vizinha falou que veio uma pessoa da prefeitura cadastrar você. Aí pega os seus dados todinho, leva pra prefeitura, aí

depois vem a outra pessoa da prefeitura vem, tira foto da sua casa pra ver quantos cômodos são, 'né! E você... aí eu falei assim: 'Eu não quero sair daqui não'. Aí ela falou que você é obrigado, tem que sair, mesmo se você não quiser sair. Aí você assina um termo... se a sua casa cair ou uma pedra cair, a prefeitura não é responsável. Você assina um termo. Aí eu falei: 'Tudo bem, se é pra sair, eu vou sair'. Assinei." (L. Silva, 2014)

Pergunto sobre como ele analisa esse processo todo, O que achava da forma como foi conduzida pela prefeitura desde o início. Leonildo Silva responde:

"Bom, eu tiro por mim. Eu, por mim, posso até sair. Agora, eu só não concordo com uma coisa: que a prefeitura quer tirar, mas a prefeitura deveria, se tirou, vir e olhar a fiscalização, para não deixar construir mais nada, porque eu não posso falar... certos lugares aí que eles tiraram pessoas da casa, veio outras pessoas do outro lado lá e fizeram a mesma casa no mesmo lugar que ele falou que era área de risco. Não sei qual é. Tem vez que eu não concordo. Isso que eu queria. Eu não concordo com isso que vocês estão fazendo. Vão tirar nós daqui, que já conhece todo mundo aqui. Um conhece o outro. Vive bem aqui, olha a casa do outro: 'Olha, vizinho, eu vou sair. Você olha a minha casa, eu olho sua casa'. E aqui um liga o seu som, quando dá certa hora, desliga o seu som. É tipo uma família. Agora vai botar você num apartamento com uma pessoa que você nem conhece, que vive com o som ligado, e não sei o quê. Eu acho que a prefeitura deveria ter isso: não deixar construir, pra fazer sua casa, que eu falei, né!" (L. Silva)

Leonildo da Silva, como outros, destacará a perda da vida familiar no morro. Assim, relembramos que ele contou que são mais de 30 anos morando no morro. Aproveito para perguntar o que significa casa para sua história, uma vez que a casa será outra. Da Silva narra sua experiência com a casa:

"A minha casa. Assim, é uma história que eu vou levar para o resto da minha vida: a minha casa. Veio as crianças, você viu pequena, crescer, hoje é um pai de família, uma dona de casa. Então, eu tenho orgulho de morar aqui; eu tiro por mim. Ver a minha casa, chegar em casa, deitar, olhar, acordar e ver as crianças correndo. Você entrou num apartamento; você vai ver como? Não tem... eu acho muito gostoso." (L. Silva, 2014)

A partir de sua narrativa afetuosa, perguntamos se a casa tem um significado muito importante para ele. Da Silva responde:

"Muito importante. Muito, muito... você abrir a sua porta e ver as garotas lá brincando, chamando seu nome. Brincando. Elas gostam de correr, pegando manga, correndo pra lá e pra cá. A minha casa é isso que eu falo, é o meu lar." (L. Silva, 2014)

Saímos de uma dimensão mais intimista e entramos numa dimensão da arqueologia da paisagem: os símbolos do lugar, a memória do morro para sua história de vida. Assim, perguntamos a ele o significado do Pico do Santa Marta. Da Silva responde:

"O Pico é uma paisagem dessa bonita que você 'tá vendo, 'né! O visual. E você chegar, jogar um futebol, subir lá em cima, jogar um futebol, ver a garotada correndo, pulando; tomar uma cervejinha. O Pico pra mim, eu acho que é um lazer. Eu não troco o meu Pico, não troco. Entende?" (L. Silva, 2014)

A partir de sua abordagem, conversamos sobre esse amor que ele demonstra ter pelo local onde ele cresceu: os detalhes da convivência e as histórias. Perguntamos se nesse

processo da prefeitura visitar a sua casa, se em algum momento alguém conversou com ele sobre a memória que ele tinha do local e se alguém propôs um trabalho de resgate de memória, já que ele aceitara se mudar para os apartamentos. Da Silva responde: “Não. Não... até agora nada. Tem esses projetos que eles estão fazendo aí, ‘né, reformando a quadra, o pico, mas no momento, nunca veio falar: ‘Como você vive?’. Até agora nada, nada.” (L. Silva, 2014)

Aproveitamos para perguntar o que ele achava de construir um museu, um ecomuseu que pudesse preservar a história dele no Pico. Da Silva responde:

“Eu acho que era um projeto muito bom, hein? Muito gostoso. Pena que ninguém até hoje nunca teve esse a ideia de fazer.

Tem um jornal Eco ali embaixo, que sempre fazia essas matérias, assim dá uma força; aí, anuncia, põe no jornalzinho contando a história do morro, mas um museu seria interessante.

Estaria a minha foto, a foto da minha família.

Um pouquinho da história. Um projeto muito bom, mas até agora ninguém chegou e falou isso; não teve essa ideia de chegar e debater com o prefeito ou com o estado, ‘né, pra dar um apoio, porque sozinho ninguém consegue nada.

Mas se pudesse ter um lugar, um terreno, cedesse um terreno e a pessoa entrasse pelo menos com a mão de obra. Ou até o pessoal do Pico mesmo... não custava nada, chegar um domingo, meia hora para ajudar, carregando saco de areia, saco de pedra, isso aí seria interessante.” (L. Silva, 2014)

Perguntamos se tem alguma outra coisa da história do Pico do Santa Marta que ele gostaria de destacar para guardarmos a fim de que ninguém se esqueça um dia. Leonildo da Silva responde: “O campo de futebol. O campo de futebol, que é o lazer da garotada. Não vou esquecer nunca isso aí. E a vista também lá pra cima também, que eu gostaria de levar pra história também... só isso.” (L. Silva, 2014)

8.1.2 Sr^a Ângela²²⁷

A próxima entrevistada é a Sr^a Ângela, muito tímida. Quase não falava. Nossa conversa se deu no quintal da casa. Sentamos praticamente no chão. Senhora calada, que trazia a história nos traços do rosto. Após falarmos sobre outros assuntos, começamos pela casa. Antes, porém, perguntamos seu nome completo, no entanto, ela respondeu apenas o primeiro nome. Pergunto há quanto tempo ela mora naquele local; Ângela responde que outras pessoas já tinham morado naquela casa:

“Quem morava era uns pessoal que foram embora, né! Aí eu comprei o barraco, a casa deles, ‘né! Aí eu vim morar, mas eu fiquei poucos tempos aqui nessa casa. Aí, conforme o barraco da falecida Ana caiu, que morava naquele canto ali, então o meu estava fechado, ela veio pra cá, né! Aí ficou aqui muita raça de anos. É, ficou.” (Sr^a Ângela, 2014)

²²⁷ Essa é uma situação normal. Em função de alguns aspectos internos que envolvem a favela, algumas pessoas não gostam de citar o nome completo. Alguns, apenas o apelido. Por isso, mantemos apenas seu primeiro nome, Sr^a Ângela.

Ao ser perguntada de onde sua família veio, Ângela responde: “Ah, nós veio lá do Espírito Santo pra cá. Viemos todos pra cá, morar aqui.” (Sr^a Ângela) Pergunto se tem algum motivo particular, se era por causa de trabalho, e Ângela responde: “Não, chegou lá um tio meu, que morava aqui, e buscou todo mundo pra cá. É, um tio, é... Aí veio todo mundo pra cá e estamos aqui até hoje. Uns já se foram, outros estão aí ainda.” (Ângela, 2014) Aproveito para perguntar com o quê ela trabalha no Rio de Janeiro. Ela responde que é doméstica. Percebo que Ângela está tímida. Assim, antes de entrarmos no assunto sobre remoção, falamos de várias outras coisas do seu universo. Quando ficamos mais à vontade, pergunto se a família dela faz parte daquelas que vão ser realocadas nos apartamentos. Pergunto se escuta sobre remoção, o que ela acha situação. Sr^a Ângela responde:

“Pra mim é bom, meu filho. Eu queria muito. Se isso acontecer como já estão falando que a obra vai voltar, uns falam assim: ‘A obra parou.’ Então, eu fico nessa: parou, parou, ‘né! Cada um. Agora vem você falando que vai retornar a obra.” (Sr^a Ângela, 2014)

Continuamos o bate-papo e pergunto à Sr^a Ângela se ela sabe qual é o governo que está conduzindo a remoção. Ela responde que não sabe. Assim, pergunto se ela sabe há quanto tempo está acontecendo esse processo. Ela me pergunta se foi o período que eles foram em sua casa, e responde: “Ah, já tem, já fez um ano, né, que era pra eles entregar o apartamento e não entregaram.” (Sr^a Ângela, 2014)

Aproveito o momento, e pergunto se quando eles vieram na casa dela, quais foram os motivos que eles deram para sua família não poder mais morar aqui. Sr^a Ângela responde: “Foi essa coisa que falou: alto risco, né! Que não pode construir mais nada aqui, que isso aqui é do governo, sei lá, que ele falou aí.” (Sr^a Ângela, 2014) Nesse momento, pergunto se ela conhece algum grupo dentro do morro, do Pico, que dialoga sobre isso, sobre esse processo deles, da casa, de irem para o apartamento lá embaixo. Assim Sr^a Ângela responde: “Não. Só uns pessoal... e nas reunião, eu não tenho tempo pra ir nas reunião que tem, né! É, sobre os negócios de casa. Mas pra mim não dá, porque eu trabalho. Saio às 8h de casa, chego às 21h. Então, não tenho como.” (Sr^a Ângela, 2014) Nesse momento, pergunto se ela conhece alguém que não quer sair. Ela responde: “Ah, sim... não quer. Ali da tia Maria. Você conhece, né?! Eles não querem. O pessoal aí pra cima não quer.” (Sr^a Ângela, 2014)

Nesse momento que estamos mais à vontade, pergunto se ela sabe os motivos pelos quais eles não querem sair. Sr^a Ângela responde:

“Não, eles querem ficar no mesmo lugar. Eu não quero ficar no mesmo lugar não, eu quero descer lá pra baixo. Você ‘tá dando, você quer trocar a casa por um apartamento, eu quero. É, meu filho, porque eles mandou parar, você vê, parou, ‘né!’” (Sr^a. Ângela, 2014)

Pergunto se existe alguma orientação para ela fazer obras na casa dela e como ela tem feito esse período. Sr^a Ângela responde:

“É... mandou parar a obra. Parar a obra, a casa caiu; e aí pra fazer? Aí é um prejuízo a mais, o senhor não acha? É... porque você mesmo vai comprar os negócios pra poder consertar. E aí fica mais tempo na casa, porque sair da casa pra pagar um aluguel não dá. É, não dá. Tem que está onde está. A sua casa está em alto de risco, a sua casa vai sair daqui, eles falou. Sua casa vai sair. Você vai ganhar um apartamento lá embaixo, pra mim parar com a obra que eu estava fazendo, construindo...” (Sr^a Ângela, 2014)

Sr^a Ângela estava muito tímida, falava pouco, para dentro, mas aceitou o bate-papo. Por isso, também, buscamos transcrever o diálogo respeitando muito sua própria construção, os cortes nas palavras. Em alguns momentos, o silêncio era a única forma de expressão, junto com a respiração forte. O momento em que mais ficou à vontade foi quando perguntei o que a casinha dela significa para sua vida. Sr^a Ângela abriu um sorriso e respondeu:

“Nossa! É a minha vida! Eu gosto da minha casa. Eu gosto. Eu já morei muito tempo na casa de parente. Logo assim que meu filho casou, aí eu falei assim: ‘Vou morar na casa de parentes pra eu não ficar sozinha’, mas aí a senhora que morava na minha casa faleceu. Aí vim morar na casa. Muito bom. Eu gosto.” (Sr^a Ângela, 2014)

Após falarmos da sua casa, começo a conversar sobre o Pico do Santa Marta. Algumas histórias populares, a antiga pedra que rolaria lá de cima. Em seguida, perguntamos o que significa o Pico de Santa Marta para ela. Ângela fala e, em alguns momentos, corta a frase como se quisesse dizer mais coisas sobre a saída e a situação, mas não pudesse. Assim, Sr^a Ângela responde:

“Aqui é lazer, cara. Aqui é lazer. Muito bom morar aqui em cima. Melhor do que lá embaixo, pô! Todo mundo fala. Maior lazer o Pico aqui. E tirar a pessoa daqui e vai botar num apartamento desse fechado, ‘né! Ninguém quer. Eles quer. Não tem, mas, conforme você vê... que a pessoa não vai ficar, ‘né! Não tem como, eu sou uma, não tem como.” (Sr^a Ângela, 2014)

Após sua narrativa, pergunto se alguém do governo ou alguma organização já conversou com ela sobre a preservação da história da família dela, caso tivesse mesmo que mudar para os apartamentos. Sr^a Ângela responde:

“Não, ninguém chegou aqui não, no que você ‘tá falando aí. Se eles deixassem assim, ninguém vai... ficava aqui mesmo. Eles cercavam a casa, faziam uma, ‘né... se o caso, se a obra não for sair, ‘né... sai quem queira, eu ficaria. Mas levaram no projeto lá, pra ver como é que é, como é. ‘Tá entendendo? Então, tudo. Gostei, sabe, do apartamento. Se ‘tá alto risco, então, se ‘tá tendo, vamos trocar essa casa, ‘né! Não dá, meu filho. Se no caso se eles não dessem, no caso eu ia ficar aqui mesmo, né! Aqui é meu. Mas você viu que o terreno é grande, dá casas, pô! Então, parei.” (Sr^a Ângela, 2014)

Na continuidade de sua fala, ela cita as obras de contenção realizadas no passado, pois elas passam atrás de sua casa. São as mesmas citadas por Itamar Silva, Kadão Costa e no relatório do engenheiro Maurício Campos. Assim, finaliza Sr^a Ângela: “Muitos anos atrás.

Justamente do jeito que o Ricardo estava falando. Do jeito que ele estava falando realmente, tudo é arrumado aí pra cima, que naquela época, caía muita raça de água, muita raça de água.” (Srª Ângela, 2014). Terminamos perguntando o que ela acha da existência de um museu com a história da família dela e o tempo que moraram ali. Ângela responde: “É, interessante, lógico. É aquela raiz que vem, ‘né! Pois é, meu filho.” (Srª Ângela, 2014)

Um aspecto que poderíamos pontuar na fala da Srª Ângela é o fato de que ela não vê tanto problema em sair. Na verdade, ela prefere mesmo morar na casa, mas não vê problemas graves em ir para o apartamento, pois percebe as condições ruins de sua casa. Não pode fazer obras, está numa área considerada de risco. Porém, ao mesmo tempo, ela demonstra certo receio porque seu quintal é grande, mora numa área do Pico que tem total privacidade. De uma forma muito simples, ela também pontua a afetividade com a casa e com o Pico. Quando falamos da casa, foi um dos poucos momentos que ela abriu um sorriso, como se também já estivesse fazendo uma despedida; da mesma forma, ao falar do Pico e se referir às ruas. Assim, finaliza Srª Ângela:

“Escolheria ficar aqui, é verdade, eu gosto. Se for pra reformar, comprar as minhas coisinhas devagarzinho, eu prefiro aqui. Lógico, que é casa e lá seria apartamento. Não é comparação com a casa, que sai pra fora, tal. E apartamento não. Você fica dentro, ‘né! Tem diferença enorme, não tem comparação.” (Ângela, 2014)

8.1.3 Maria Tereza

Começamos dialogando informalmente sobre a vida na favela, algumas peculiaridades do morro. Nesse papo informal, descobrimos que Maria Tereza tinha perdido o marido naquele mês. Por isso, Maria Tereza estava um pouco sensível. Entretanto, foi conversando e, aos poucos, foi estabelecendo um diálogo e concedendo as informações. Nesse diálogo, assim Maria Tereza compartilha a chegada no morro:

“Sou eu e os meus filhos, ou seja, quando morava na parte de baixo da favela, então quando eu vim morar aqui, veio eu, meu esposo e meus quatro filhos. Já não moram mais comigo porque cada um tem sua casa. Então, moro eu, uma filha minha e meu netinho.” (Tereza, 2014)

Pergunto há quanto tempo a família mora no Pico do Santa Marta. Maria Tereza responde que reside no mesmo lugar “há 17 anos.” (Tereza, 2014). Digo que 17 anos significa muita história; 17 anos é um pedaço de uma vida. Assim conversamos sobre o fato de eles terem morado na parte mais baixa do morro. Pergunto de onde sua família veio, qual a região aqui do Rio, ou do Brasil. Maria Tereza responde:

“Não, a minha mãe era da Bahia, né! Chegou aqui pra comunidade novinha ainda. Na época ainda era de navio, ‘né! Bom, pouquíssima coisa. Ela veio com a mãe dela da Bahia e era muito novinha ainda, tinha uns 14 anos na época; ela e as irmãs dela, e se instalaram aqui na época dos barracos ainda. A favela ainda não era assim urbanizada; ainda eram os barraquinhos muito humilde, eram uns caminhozinhos muito inferiores, de tábuas; e nunca saiu daqui.”(Tereza, 2014)

Pergunto como é essa experiência deles de nunca ter se mudado do morro. Maria Tereza responde:

“Nunca saiu e ainda mora no mesmo lugar. Na parte de baixo, ou seja, ela morava na parte bem mais baixa, perto da associação, e era uma família assim de cinco irmãos, né. A anfitriã era a minha avó, ‘né! E uma casa, ‘né, elas saíram, foram todos criados... até eu me lembro das filhas, no caso, minhas tias todas casaram nessa casa, foram saindo e aí veio a gente, a geração, ‘né, e fomos criados nessa mesma casa. E com o passar do tempo, venderam a casa. Na época, era uma casa de estuque, ‘né, e agora essa casa está com um novo morador que comprou e está ampliando ela, agora está fazendo ela de tijolo. Acho que já tem uns quatro andares e minha mãe subiu da metade da favela, ‘né, aonde ela mora até hoje lá embaixo. E eu conheci o meu esposo, que já era aqui da favela mesmo; ele faleceu há uns três meses.” (Tereza, 2014)

Com esse assunto, ela mesmo começou a falar da saída e ida para os apartamentos. Assim Maria Tereza explica: “É... ele adoeceu e faleceu. Tem uns três meses que ele faleceu. Viemos morar aqui em cima e hoje estamos na promessa de ir para o prédio, ‘né! Para o apartamento.” (Tereza, 2014) Aproveito que ela tocou no assunto e falo sobre a promessa de ir para o apartamento, sobre como ela vê a situação. Dissemos que uns falam que é realocação, outros falam que é remoção. Perguntamos como ela vê a situação. Maria Tereza responde:

“No caso, que eu saiba é realocação, remoção, ‘né! Remover a pessoa de um lugar para o outro. Bom, pra mim - não sei a opinião dos outros - mas pra mim vai ser legal, ‘né! Porque esse lugar aqui é praticamente um lugar esquecido. Poucas coisas passam por aqui; é um lugar muito úmido; é um lugar que não tem cobras, que essa casa aqui mesmo era uma casa que só tem umidade. Só tenho casa no calor; na chuva, chove mais aqui dentro do que lá fora.” (Tereza, 2014)

Pergunto se ela não poderia reformar a casa dela. Maria Tereza responde:

“Não, a opção é: ou você aceita ... mesmo porque eu não tenho condições de fazer; então pra mim é melhor sair, ir lá para baixo do que continuar aqui. Eu gosto daqui, por causa do silêncio. Eu não sei que tipo de vizinho que eu vou ter lá, ‘né! Aqui é um ótimo lugar, é silêncio, tranquilidade, e é tranquilo mesmo, né! Mas no meu caso, por falta de não ter condições de fazer a casa, e é por causa dessa ‘lixarada’ aí, que se instalou aí. Hoje as pessoas não podem ver um terreninho, que começa a jogar lixo e ‘tá aí esse lixo aí. Daqui a pouco, vai estar na altura da minha laje, ‘né! Mas tirando isso...” (Tereza, 2014)

Pergunto, se ela se lembra de alguém do governo ter visitado sua casa e como se deu esse processo de se mudar para um apartamento. Maria Tereza responde:

“Não, não foi assim. As poucas vezes que eu tive na reunião, teve uma reunião com os moradores, ‘né! E que eu saiba eles estão muito interessados na parte aqui no alto do Pico, ‘né, que é uma beleza, ‘né! E é bom morar aqui pra cima. E ficou na opção. Não foi dizer que tem muitas pessoas que optou: umas querem descer que nem eu, e as que não querem descer, não precisa descer, mas também não pode fazer a casa. Mas, no caso das pessoas aí do Pico, eu não sei qual é a metragem lá do prédio, ‘né. As pessoas têm suas boas casas, altos e baixos, então, eu acho que para muitos, vai sair perdendo. No meu caso mesmo, a minha casa é grande, tem três quartos, sala, cozinha e banheiro, esse ‘corredorzinho’ aqui... eu não sei o quanto

que eu vou perder saindo daqui, mas, no momento, pra mim, se eu tivesse uma condição financeira, e não tivesse esse problema de umidade aqui, ou seja, esse lixo, 'né! Então, eu optava também por não sair, mas pra mim, pra mim, sair é uma boa; pra mim, sair daqui é mesmo, porque eu não tenho condições de construir." (Tereza, 2014)

Pergunto-lhe se ela conhece os motivos pelos quais ela está sendo removida ou realocada para o apartamento e qual é a proposta do governo. Maria Tereza responde:

"Não, não sei.
Não, nós tivemos uma reunião lá em cima, na UPP, né, a qual foi nos mostrado o apartamento que eu saiba vai ser com quatro blocos, que vai ser; e teve um cadastramento, 'né! E as pessoas que concordaram em sair, 'né, assinava lá; teve uma assinatura de concordância, 'né, e aqueles que não querem sair, não foi obrigado a ninguém." (Tereza, 2014)

Pergunto se ela, em algum momento, ouviu falar alguma coisa sobre área de risco e Maria Tereza responde:

"Bom, esse lado aqui é considerado mesmo área de risco, que eu saiba. Eu não sei daí pra cima, mas aqui, esse lado aqui é. Teve até que fazer escora aí na caneleira, porque na época, quando chovia muito, descia muitas coisas aqui pra baixo, destroços, 'né! E teve uma época aí que teve um boato de que ia desabar uma pedra; não sei aonde fica localizada essa pedra, 'né, que estava pra cair essa pedra, e eu acho que essa pedra também foi escorada, mas, realmente, esse lugar aqui onde eu moro é considerado área de risco. Tem, acho, um poço por aí, não sei onde, que mina uma água aí por baixo, 'né, mas não sei do outro lado." (Tereza, 2014)

Pergunto a ela o que as pessoas que não querem sair falam, se eles dão alguma razão, motivo para ficarem. Maria Tereza responde:

"Não. As pessoas que falam que não vão sair não são daqui da minha área; são da parte do campinho pra cima, que realmente é um lugar muito bom, uma paisagem muito boa, 'né! É pra cima da estação, pra cima do terreirão.
Então, aquele lugar ali é maravilhoso, né! Se eu tivesse uma boa casa ali... Há pessoas que construíram suas casas no tempo dos altos e baixos, uma casa boa. Então, eu não sei, de repente não querem sair por também não saber como é que vai ser. Nós ainda não tivemos o prazer de conhecer lá embaixo, o prédio; não sabemos o quanto de metragem o pessoal vai perder, 'né! Então, agora as pessoas se sentem bem. Tinha a época pior; eram épocas que tinham guerras na favela; o pessoal sobreviveu lá, 'né! Então, agora que vai melhorar, o pessoal não quer sair. Não querem sair, e é um dos melhores lugares para morar aqui nessa comunidade é lá em cima. É tudo de bom, então, no caso de eu querer sair, é por necessidade mesmo, 'né! Pra mim vai ser uma boa, mas a causa dos outros moradores lá de cima sair, eu não sei a causa, mas se eu fosse eles, também não saía." (Tereza, 2014)

Nesse momento, que ela já fala dessa contradição de ter que sair por causa das circunstâncias, mas no fundo, não querer sair, pergunto o que significa a casa dela. Ela nos recebeu na sala; a filha estava com os netos. As crianças brincavam e corriam, numa naturalidade, como se fôssemos da família. Maria Tereza fala do significado da casa para ela

"Bom, essa casa aqui, eu comprei essa casa porque na época, 'né, eu morava na parte baixa. Então eu fui, me mudei, né, com o meu marido. Na época fui morar perto, em Niterói. No início, eu não me adaptei lá e teve uma época aqui muito difícil

nessa comunidade a qual as coisas começavam aqui por cima. Então, na época, eu tinha muita facilidade de comprar casa aqui no Pico, né! E quando eu retornei para a comunidade, tinha vendido a minha casa lá no meio da favela, 'né! E a opção estava barato na época; então eu comprei aqui e eu gosto daqui." (Tereza, 2014)
Quer dizer, eu não tenho, eu nunca tive problema aqui. Criei meus filhos aqui, 'né! Não, graças a Deus, nem com vizinho, nem com ninguém." (Tereza, 2014)

Em seguida, Maria Tereza explica as características do Pico do Santa Marta:

"O Pico, pra quem mora há mais tempo aqui, é tudo de bom; as pessoas gostam do Pico mesmo. Quem mora aqui no Pico não quer descer lá para baixo; mesmo porque em questão de... é uma paz, é mais arejado. É tudo de bom aqui no Pico. Se eu pudesse ter a oportunidade de sair dessa casa aqui para uma parte mais lá pra cima no Pico, eu iria, 'né! Eu só vou lá pra baixo por necessidade, por falta de opção, mas se eu pudesse, tivesse uma casa lá em cima no Pico pra mim, ter que entre o Pico ou descer lá pra baixo eu subiria mais." (Tereza, 2014)

Embora more também no Pico do Santa Marta, na área demarcada para ser removida, o Pico a que ela se refere é a parte mais alta da favela. Próximo à quadra, onde a vista é privilegiada. Nessa parte alta, existe também a trilha na mata, por onde, em quarenta minutos, chega-se ao famoso Mirante Dona Marta. Embora tenha esse nome, os turistas chegam a esse Mirante de carro pelo outro lado da cidade. Nas intermediações dessa área mais alta, acontecem as maiores resistências para os moradores não deixarem seus barracos. Alguns moradores com quem conversamos construíram casas de boa qualidade no local, conforme veremos nos testemunhos daqueles que decidiram ficar. Assim Maria Tereza explica as peculiaridades de morar no Pico do Santa Marta, em relação ao resto da favela:

"Porque o Pico, não sei. Eu já morei na parte baixa da favela, eu não sei se é porque lá é tudo muito junto, tudo, é um pouco muito abafado. Aqui não, aqui a gente tem, sei lá, eu acho que a gente respira mais, e a vizinhança é boa. O povo do Pico é um povo unido, 'né! Não tem esses problemas, ou seja, a comunidade toda, ainda mais quem mora já, tive a oportunidade de morar lá embaixo e moro aqui: aqui é um lugar diferenciado. É um lugar bom de morar no Pico, 'né! Então, eu nem sei se é vantagem pra mim descer... que eu vou perder em metragem, 'né?! Ninguém ainda foi convidado para visitar o apartamento. Não sabemos até agora, só quem sabe como é e o que é lá dentro do apartamento é realmente quem trabalha lá, 'né! Então, muitas pessoas, eu acho que têm dúvidas em pensar: 'Poxa, eu vou largar minha boa casa aqui, aqui pra cima, pra de repente nem valer a pena lá pra baixo', 'né! Mas eu é por falta de opção mesmo, porque se eu tivesse condições de consertar essa casa, eu não desceria lá pra baixo." (Tereza, 2014)

Pergunto se alguém assim do governo ou da prefeitura já veio aqui compartilhar a possibilidade de registrar a história dessas pessoas que talvez tenham que sair. Maria Tereza responde: "Eu acho que já, porque eu participei da reunião; porque agora não, eu não estou trabalhando, 'né! Então, eu perdi muita reunião por tá trabalhando, 'né!" (Tereza, 2014)
Explicamos melhor que a pergunta se referia a algum trabalho de memória com as histórias das famílias. Assim Maria Tereza explica:

"Tem até um livro que eu acho que um pouco contando. Ah! é sobre negócios de cidadania. Tem um livro ali. Pega ali, Juju, aquele livro ali; eu acho que tem um

pouquinho da história. Não é esse livro aqui não. É esse aí! 'Um novo olhar sobre o Santa Marta'.

Só o Pico, eu não sei, deve ter algum registro de alguma coisa, não que eu tivesse participado de algum não, mas muita gente... Bom, esse negócio de museu já não é da minha época, mas... é...Eu acho bom.

A Vilma. A Vilma, eu conheci a Vilma. A Vilma era rezadeira, 'né! Ah! Ela era uma pessoa alegre, uma pessoa querida por todo mundo, mas assim a origem da família dela eu não sei. Esse menino aqui é até o sobrinho dela. Quer dizer, com pouco tempo que eu fui morar aqui em cima, 'né, e logo depois ela faleceu, 'né! Mas uma pessoa legal. Tudo que eu sei dela é que era uma pessoa, era uma ótima rezadeira, 'né! Muitas pessoas vinham procurar, 'né! Ela tinha esse dom assim de curandeira, 'né! Eu acho que ela herdou da falecida mãe dela. Não, eu não cheguei tanto não, mas eu só conheci ela mesmo assim. Até a irmã dela que mora ali embaixo, perto da igreja também, mas aí eu não sei a origem assim da família dela não." (Tereza, 2014)

Ao perguntar sobre sua memória do morro e do Pico, Tereza compartilha algumas mudanças que ocorreram em sua vida. Assim finalizamos o Papo com Maria Tereza:

"É, mas tem pessoas aí pra cima que, né, que tem muito ..., na minha época de festividade, era tempo de um montão de baile, 'né! Hoje não, que eu sou uma pessoa cristã, 'né! Particpei de muitos bailes. Gostava, tinha muito pagode. Agora não, eu sou uma pessoa convertida, graças a Deus; eu sou da igreja, mas não tenho nada de, tenho coisas boas pra contar da minha época que eu morava lá embaixo, 'né! E agora voltou de novo a diversão na comunidade: tem flashback, 'né! Que agora voltou de novo as pessoas divertidas ali também.

Na época era festa por todos, 'né! Era uma época bem humilde mesmo, antes do morro ser urbanizado, 'né! Eram pessoas assim mais humildes, mais aconchegante, mais... mais próximo, 'né! Então, a maioria das pessoas aqui muitas pessoas se mudaram, 'né! E tem muita gente nova dentro da comunidade, então." (Tereza, 2014)

Perguntamos se com as mudanças se perde alguma coisa. Maria Tereza consegue detectar elementos que poderiam ser incluídos nas discussões dos itens anteriores. Assim explica Maria Tereza:

"Acho que sim, muitas pessoas se mudaram; era uma época difícil, então. E eu creio que tem pessoas até que desejam voltar, retornar para a comunidade e agora eu acho que não encontram mais espaço, não tem. Porque agora tá valorizado também, né! A comunidade. Então, casa que era uma mixaria antigamente, agora é um preço. Eu acho que é o preço de acordo com a urbanização, 'né! Então, eu, pelo menos, conheço pessoas que têm vontade de voltar para a comunidade. E também mudou muito: os caminhos ficaram... Muitas pessoas que foram criadas aqui e que retornaram para visitar sentiram a diferença, uma diferença assim de melhora, 'né! Antigamente era mais umas coisas inferior: era muito bico, era muita vala negra. E agora não, 'tá bem melhor. Tirando esse pedaço aqui, que esse pedaço aqui eu acho que depois da retirada do povo, aqui, eu acho, não sei se vai virar floresta. Eu não sei o que vão fazer desse lado aqui." (Tereza, 2014)

Pergunto se existe algum boato sobre o que farão do local, e Maria Tereza responde:

"Bom, tudo que eu sei é que eu acho que vão fazer um museu, uma pousada, né! Não sei se é certo, né! Mas desse lado aqui, eu não sei o que vai ser feito desse lado não. Porque eu acho que não tem nada aqui desse lado para aproveitar. Se mudou a unidade, né! As coisas tudo que chama atenção aqui neste lugar é esta árvore aí, 'né, que é uma figueira, um coqueiro dentro de uma figueira, né! Então, eu acho que é a única coisa que vai dar pra aproveitar desse lado aqui é isso, mas

quem tem dinheiro faz, né! Que um monte de coisas aqui que era considerado também área de risco, foi feito prédio, 'né! Pode ser agora área de risco, mas futuramente não vão aproveitar para alguma coisa esse lado aqui?" (Tereza, 2014)

O testemunho de Maria Tereza mistura muitos elementos, porém, em sua simplicidade, é possível perceber que ela tem conhecimento do que está acontecendo. O fato de não poder fazer obras em sua casa, como ela destacou, pode ser um elemento agravante em sua decisão de sair. Como outras pessoas, ela consegue perceber as peculiaridades do Pico do Santa Marta, os efeitos das mudanças sofridas pelo morro, a qualidade das relações interpessoais, a valorização financeira do local e o processo de urbanização.

8.1.4 João Marcelino do Nascimento

Nesse diálogo, conversamos com o Sr. João Marcelino do Nascimento, conhecido por todos no morro como Dom. João Nascimento aceitou a proposta de se mudar para os apartamentos. Dom tem algumas características especiais porque ele mora muito próximo do Ecomuseu Nega Vilma e, nas rodas de samba organizadas pelo Ecomuseu, ele sempre empresta seu som e opera. João Marcelino também sempre tem uma disposição para auxiliar em outras atividades. Em alguns momentos, sua esposa, uma cozinheira de primeira, providencia alimentos para os visitantes, fazendo da sua casa um pequeno restaurante. Portanto, nós já tínhamos conversado com ele outras vezes, sentado em sua cozinha, saboreando um almoço afetivo. João Nascimento começa brincando: "Se eu for morrer com esse nome de João Marcelino, não vai ninguém no meu enterro, mas se morrer o Dom, meu camarada, eu acho que vai o morro em peso, hein?" (Nascimento, 2014) Pergunto quantas pessoas são na família dele. João Nascimento responde: "Cara, entre aqueles que eu conheço e eu não conheço, chega na faixa de 40." (Nascimento, 2014) Pergunto sobre os que tiveram contato com o Santa Marta. Ele responde: "Ah, teve mais ou menos umas quatro a cinco pessoas. É... o resto moraram muito pouco tempo aqui no morro." (Nascimento, 2014) Pergunto se conhece a história da família. Assim João Nascimento narra: "Não, o fundamento da parte da minha mãe ou do meu pai que foi, que eu não conheci, eu conheço muito pouco; só da minha mãe, que me criou aqui na época, nos anos 60, era uma cachaceira, viu?" (Nascimento, 2014) Em seguida ele narra que sua mãe vivia com outra pessoa que faleceu. Assim explica João Nascimento:

"Ela vivia com essa moça que faleceu aqui.
Ana, essa que eu enterrei pouco tempo também. E não é nada minha.
Dona Ana morreu. O registro dela, o óbito, atestado de óbito, 'né, tá lá em casa e tudo pra provar que eu fui lá e enterrei sem ser meu parente. Entendeu? O meu nome não é se chama mais nem 'Dom', é servir a população santamartense."
(Nascimento, 2014)

Em seguida, pergunto se essa é uma característica da vida no Pico do Santa Marta. João Nascimento começa a narrar o estilo de vida no Pico do Santa Marta, a solidariedade, a troca, a tranquilidade:

“O pico, eu acho que em ser assim, significa que tem muitas pessoas que ajudam as outras sem olhar pra trás, entendeu? Conforme, eu tiro por mim, se eu for ali agora, poxa, e pedir um negócio, as pessoas vão querer me ajudar de qualquer forma, mas eu não sei se é meu conhecimento ou é a minha bondade que eu venho fazendo há muitos anos aqui nessa favela, entendeu? E preso, por exemplo, fui preso pra ajudar os outros, conforme... eu tenho um som, eu alugo um som, tenho som em Copacabana, tenho som ali, tenho som no Arena, entendeu? Então eu boto na quadra e, infelizmente, houve aquele problema comigo de negócio de som, fui preso, depois vieram aqui e levaram meia dúzia de passarinho meu e me botaram como traficante. Isso pra mim é tudo natural, é a vida que segue. É... mas eu gosto de conversar.” (Nascimento, 2014)

Começamos, então, a falar sobre outros temas, então, fala sobre o processo que já se arrasta um tempo aí, uns chamam de remoção, outros chamam de realocação. Pergunto o que ele pensa e João Nascimento é taxativo: “Cara, é remoção, remoção. As pessoas, eu queria sim, sabe, uma remoção justa, porque eles fazem a remoção não justa.” (Nascimento, 2014) Perguntamos qual seria a remoção justa e João Damasceno responde:

“É, porque teve a primeira página, que fizeram daquele lado de lá aquelas casas, tinha pessoa que não precisava, não precisava e saíram para aquelas casas lá, segundo andar, primeiro e segundo andar. Quando eles vieram aqui na minha casa, deu problema porque eu sou um cara bom e ao mesmo tempo eu sou ‘amarguroso’, eu sou brabo, entendeu? Então, eu sempre falei pra polícia, falei pra qualquer um: ‘Eu faço!’ Se eu tivesse 30 anos, toda hora eu estava preso, porque eu disputava na mão. Meu negócio é errado, está errado e quer fazer o negócio certo do jeito deles, não é do jeito deles. Entendeu? Tem que entender que quem mora aqui sabe mais do que eles que chegaram aqui ontem. Esse negócio de remoção... essa moça aqui, por exemplo, essa casa aqui, ela não ‘tá no programa de sair.’” (Nascimento, 2014)

Pergunto porque a casa abaixo não está marcada para sair. João Nascimento responde:

“Não está. Essa casa aqui, por exemplo, não está na programação de sair; da tia Vilma aí não está pra sair. Quer dizer, agora pegaram a minha casa, na época que era de madeira, de estuque, ‘né. Poxa, você viu a minha casa? Eu não tenho nem a minha sala, porque a minha tendência ali era fazer a minha sala, alto lá botar dois quartos lá em cima e meus netos quando chega, ‘né, os ‘cavalão’ chega e querem dormir, e eu fico com a velha ali sem poder fazer nada, nem sai, nem rolar nada; não deixa eu fazer nada. E fica aquele negócio ali parado ali, aquele prédio ali. Quer dizer, três anos ‘tá se arrastando por aí, três anos.’” (Nascimento, 2014)

Pergunto se ele se lembra quando começou a comunicação sobre o processo da remoção, da notificação até chegar ao que está hoje. João Nascimento explica:

“O governo falou que ia entregar no mês de... há dois anos atrás, mês de setembro. Lembram que vocês estavam aqui, eu conversei que eu ia sair? Mas o processo começou foi em 2005, por aí. Eu trabalhava nessa obra, que eu entrei em 2004. Nessa obra, se chama a primeira parte, e a segunda parte é essa que desses prédios aí que até agora não saiu nenhuma parte. Então, a primeira parte eles vieram aqui, mas o barraco já estava já sendo construído. Tanto eu vim

casar agora, entendeu? Eu tenho uns seis anos com essa moça aí, entendeu? Andou com problema, eu também andei com problema, não queria saber de mulher. Depois que eu arrumei a mulher, que eu levantei isso aí. Arrumei outra casa lá embaixo, comprei uma casa em Caxias. Caxias é um luxo, 'né? Aí eles vieram com aquela história de que estava em área de risco, porque não sei o quê. Quando não tinha essa área de risco, olha bem pra aquele muro ali, dá pra você ver? Pede pra ela virar pra aquele muro ali, aquela encosta ali, tá vendo? Aquela encosta ali era direto; então caía muita água aqui. Depois que fizeram a encosta, fizeram essa proposta de área de risco.,Área de risco é quando não tinha aquilo ali." (Nascimento, 2014)

É muito importante perceber que, da forma dele, João Nascimento tem total conhecimento do processo, consegue discutir os motivos e fundamenta sua tese mostrando a obra que Itamar Silva e Kadão Costa já tinham dito que foi feita no local para conter as chuvas. Aproveitamos essa fala dele e pergunto se o governo mesmo já tinha feito uma proteção antes de considerar como área de risco. João Nascimento responde:

"Não, mas não caía, batia, vinha aquela enxurrada, entendeu? Mas assim, devido aos locais, porque antigamente ali era uma mina, então que era aquela casa ali, menina, tá escrito aquele verdinho lá, tá vendo? Ali era uma mina d'água, que as pessoas bebiam água daqui, tanto daqui, aqui, aqui. Essa água aqui vai até lá embaixo, só que ela só vai até aqui na mão dele; na minha mão ela vai lá no muro." (Nascimento, 2014)

Pergunto se ele sabe os motivos que o governo dá para dizer que as famílias escolhidas terão que sair. Pergunto quais são os motivos para levar para o apartamento. João Nascimento responde:

"Eu acho que não é bem assim escolhida, sabe? É tipo assim, a prioridade é do Pico. A prioridade que eles estão fazendo, que eles estão fazendo é do Pico. Tipo, tirar o morro do alto para ficar aquele tipo, assim, daqui para baixo; aquela parte, mais tarde, eu não estou aqui para ver, mais tarde, essa é a minha consciência, do meu tempo de morro aqui, entendeu? No meu pensamento, é que mais tarde eles vão fazer isso aqui igual fez com aquele ali, Macedo Sobrinho²²⁸. Ali só tem apartamento. Ele falou que não podia fazer casa ali de madeira, nem podia o morro subir, mas casa de rico pode. Então, dali do Pico, daquela rua, lá pra cima, eles podem botar uma ponta, fazer prédio grandão para os ricos 'morar' mais tarde. Com certeza que pode acontecer é isso!

Não tinham as pessoas antigas aqui. Eu estou falando isso no meu reconhecimento de viver; conviver em favela, me ensina muita coisa, não é a leitura não. A leitura não me ensina nada não. Porque se eu não praticar, a leitura não me ensina nada não. Eu tenho que praticar muita coisa pra mim aprender. Hoje em dia, eu trabalho em mesa de 32/8, aquele mesão grandão de som, mas eu não estudei aquilo ali não, mas eu faço melhor do que professor lá dentro, entendeu?" (Nascimento, 2014)

O testemunho de João Nascimento é um contundente exemplo da 'tensão criativa de sentido'. Ele tem conhecimento aguçado do processo, sabe dos riscos de que pode estar sofrendo injustiça e consegue pontuar outros exemplos (a favela Macedo Sobrinho) que já

²²⁸ Macedo Sobrinho se refere ao paradigma de urbanização do governo de Carlos Lacerda, conforme citamos nos tópicos iniciais. É muito importante perceber a percepção de João Nascimento.

aconteceram na história de urbanização do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, ele mostra como é falho o trabalho de memória no processo de urbanização, uma vez que, de fato, o exemplo dado por ele ocorreu, como mostramos na Praia do Pinto, nas intermediações da Lagoa Rodrigo de Freitas. Perguntamos se realmente aconteceu isso na comunidade do Macedo Sobrinho. João Nascimento é contundente em sua resposta: “Macedo Sobrinho?! Qualquer um vê, quem for cego dá até pra enxergar lá, entendeu? É só prédio e mansão, pode ver lá.” (Nascimento, 2014) Da parte que estávamos no morro, era possível enxergar a antiga comunidade Macedo Sobrinho e os prédios grandes. Pergunto se aquela área também era considerada área de risco, e Nascimento ratifica: “Área de risco nada; era igual aqui!” (Nascimento, 2014) Indago, portanto, para onde foram levados os moradores do local, e João Nascimento explica, com o conhecimento de quem tem acesso aos anais de uma história que pouco se estuda nas tradições universitárias. Assim narra João Damasceno:

“Foram mandados lá pra Cidade de Deus, nuns prédios que têm bloco lá; você passa na Cidade de Deus, você vê um montão de bloco lá, foi tudo pra lá. E mesmo não querendo ir, mas foram. Igual eles querem fazer lá com o prédio que estão fazendo aqui; só que os prédios daqui, o cômodo é três por três. Tudo bem que pra mim, minha esposa, meus netos dá, e pra muitos outros que têm mais filhos?” (Nascimento, 2014)

Nesse momento, questionamos como se resolvem os problemas que ele mesmo levanta. Perguntamos como é que se faz diante dessa situação, e João Nascimento responde com uma sabedoria oriunda da observação e da vida cotidiana da favela. Assim narra João Nascimento:

“Essa parte aí, que é uma parte muito delicada para o governo tentar entender, mas como o governo ou alguém por trás dele não teve infância, não jogou uma bola, não soltou uma pipa, entendeu? Só estudou, estudou, estudou e computador, então eles não sabem o que é a vida por trás... Isso aí! Se deixar que ele possa pegar uma jaca, um negócio, ele não vai saber; jogar uma atiradeira, ele não vai saber. Ele vai fazer tudo errado, porque o negócio dele é estudo, estudo e não saber fazer nada.” (Nascimento, 2014)

A partir da fala de João Nascimento, Sr. Dom, vale fazer referência à discussão teórica e à importância da relação entre teoria e prática. Também fizemos questão de pontuar a crise do conhecimento especializado que não dialoga entre as partes, e como esse aspecto influencia na formação de profissionais que não conseguem construir projetos transdisciplinares. O exemplo de João Nascimento remonta o esforço que fizemos para construir a ‘sustentabilidade transdisciplinar-Inteira’ na primeira parte. Nesse momento, afirmamos que não é fácil dialogar com as questões levantadas por João Nascimento. Como se desse uma aula no quintal da casa, João Nascimento continua sua narrativa:

“Entendeu? O que ocorre é isso, entendeu? Então, eu venho batendo na tecla direto sobre isso aí. Se você tem o teu estudo, mas se você não pratica aquilo ali até você aprender, você vai quebrar a cara; então, não adianta. Aí você pega um cara que ali, entendeu, com aquela leitura bem fraquinha, mas já mexe ali, entendeu?”

Conforme meu irmão, vou te apresentar o meu irmão... Se você vier almoçar comigo amanhã, você vai ter o prazer de conhecer ele. Não sabe ler, entendeu? Mas só no ronco do motor de qualquer carro ele fala: 'Isso aí tá vazando gasolina'. Entendeu? Vamos supor, lá na barriga, ele vai e te fala. Bota lá em cinco minutos, o bagulho do motor cai. Entendeu? Ele tem cinco e seis anos, tem oficina própria e não sabe ler, não sabe assinar cheque, não sabe, não sabe nem... é igual a mim: eu tô mexendo agora nisso daqui, porque aprendi mexendo; é um negócio fácil, mas você tem que praticar. Se você não praticar, você perde. Entendeu? O meu 'tá lá, coisa que... porque o meu negócio era mexer com aquilo ali.' (Nascimento, 2014)

Indagamos-lhe sobre as famílias que não aceitaram sair de suas casas e se mudar para os apartamentos. João Nascimento narra seu argumento:

"Eu aceitei, porque também a minha idade!... Eu acho assim, se fosse uma pessoa, tipo, lá dentro do governo entendesse essas pessoas, claro que ele nunca vai, ele nunca vai conquistar o pessoal nenhum do morro, de favela; ele vai conquistar muito as pessoas da rua, mas em favela e no morro, eu vou morrer dizendo isso. Se for o caso de botar em televisão, em qualquer lugar, eu vou sempre falar que ele não está fazendo a coisa correta, entendeu? Porque se a pessoa não quer sair dali, daquela casinha, ele pega ali mil tijolo e diz: 'Você não tem condição; deixa eu ver o salário que você ganha ali.' Compra ali meia dúzia de tijolo, bota ali a casa dela e força. Ele vai conquistar muitas pessoas em favela. Mas dizer que ele está indo só com o estudo dele, ele não vai chegar a lugar nenhum, entendeu? Então, se você não quer sair da sua casa, você não tem condição porque você tem três filhos, posição, 'né! Mas você com aquele salário, entendeu? Não tem outro negócio pra remanejar por fora e se ele chegar pra você: 'Você quer fazer a sua casa aí mesmo! A gente derruba, eu vou te pagar um aluguel social de três meses, quatro meses - é o tempo ideal pra você voltar pra sua casa - você aceita ou não?' O próprio governo vir aqui e conversar com as pessoas, ele vai reconquistar vários anos de governo, vai ficar velhinho e nego votando nele." (Nascimento, 2014)

Pergunto, então, se o governo nunca chegou para conversar com ele sobre esses assuntos referentes às mudanças na favela. João Nascimento responde:

Não, ele só chega ali, mas só chega com um montão de pessoa, um montão de polícia, um montão de homem. Então ele nunca vai, porque um homem que anda com um montão de homem, gente!... Primeiro ele tem que saber conquistar as pessoas para andar sozinho, cara. O Brizola andava sozinho, Michael Jackson saía no morro aqui, descia o morro aí com helicóptero, pô, descia o morro aqui, conforme todo mundo sabe. Quem é antigo aqui lembra: o Brizola descendo o morro aqui, o Brizola que, esses postes de madeira, legal, antigo, mas foi ele que colocou. Aí, quer dizer, os outros só vêm aí acompanhado de dez e quinze policiais tudo de canhão, que nem fuzil é mais, é canhão! Quer dizer, não chega nem a conversar com você, chega naquela falsidade, como sempre. Eu já estou com 52 anos; ele chega, pega uma criança ali, dá um beijinho. Daqui a pouco faz aquela cara de... e entrega pra lá; dá aquele sorriso falso. E as pessoas tenta conquistar aquele coração. Nós não acreditamos mais." (Nascimento, 2014)

Pergunto porque ele aceitou descer para os apartamentos no primeiro grupo de pessoas que esperam os apartamentos que estão quase prontos. João Nascimento explica:

"Devido assim, tipo minha idade, entendeu? Daqui a pouco esse bondinho não vai ficar funcionando direto, conforme não 'tá tendo. Às vezes, ele para um dia, dois dias pra manutenção. Às vezes, pô, pra mim seria o ideal lá embaixo, porque lá embaixo ali, eu descia ali no forró do Nego, o antigo forró do Nego; pra mim pegar

um taxi, pra mim pegar uma condução, pra mim ir para o hospital ou morrer fica até mais perto. A minha senhora também 'tá velha lá; ela tem 52 anos, entendeu? Quer dizer, melhor lá embaixo." (Nascimento, 2014)

Nesse momento, pergunto sobre o significado do Pico do Santa Marta para a história de vida dele no morro. João Nascimento responde:

"Eu não sei dizer... Pico. O Pico, na parte de baixo eu não conheço muita gente, o Pico pra mim me ensinou muita coisa. Me ensinou muita coisa, entendeu? Muitas palavras. Vi também muitas coisas. Me ensinou muita coisa mesmo, entendeu? Esse modelo de você me ver nesse trabalho me ensinou a convivência com um, com outro. Eu sou aquela pessoa que tenta conversar com um e com outro, aprender melhor as conversas. Levar mais um pouco. Me ensinou muita coisa." (Nascimento, 2014)

Aproveitamos e perguntamos o significado da casa, já que ele teve tantos aprendizados no Pico do Santa Marta. João Nascimento narra sua experiência com a casa:

"Caramba, essa casa, cara, eu trabalhei muitos anos, cara. É um negócio que a gente tem que, é tipo, é a metade, a sua vida vai ficar pra trás, entendeu? Mas você vai tentar e metade daquela vida que você deixou pra trás, você vai tentar reconquistar outra vida pra você preencher aquele vazio que vai ficar pra trás. Fica. Você preenche e o que eu vou deixar aqui vai ficar muita coisa. Por exemplo, dona Aninha, esses pessoal aqui que eu ficava brincando com eles, entendeu? O Kadão foi embora. Todo mundo foi embora. Era uma vida que eles deixaram aqui, mas eles já fizeram outra pra poder preencher aquele vazio. Entendeu?" (Nascimento, 2014)

Finalizamos, perguntando sobre o que significa esse vazio no contexto da casa para ele. João Nascimento explica:

"Fica vazio pra caramba, pô! Isso aqui é tudo pra mim, cara. Eu trabalhei muito por isso aí, cada tijolo desse aí é um sofrimento meu. Não foi chegar e: 'Toma, vou colocar pra você'. Cavei esse buraco com essas colunas aí, aquela coluna grossona que tem lá, essas colunas aí... sofrimento, cara! Ainda não acabei; a minha casa eu não acabei e nem vou terminar, porque aí onde 'tá a bananeira hoje em dia, ali era a sala. A sala ia ficar pra cá e aí em cima fazer a casa, lá em cima." (Nascimento, 2014)

8.1.5 Maria da Guia

Maria da Guia é uma jovem, mora no morro com o marido e os dois filhos de um e nove anos de idade. Fez vários questionamentos antes de conceder a entrevista. Perguntou de onde éramos, qual era a universidade, quem nós conhecíamos na comunidade e também sobre o papel de um ecomuseu. Mora no morro há vinte anos e, naquele local, mora há dez anos. Em seguida, Maria da Guia nos convidou para entrar e, então, o diálogo começou a fluir de forma natural. Ficamos na sala que divide a parede com o quarto. Assim perguntamos qual era a origem de sua família. Maria da Guia responde que "morava na Paraíba. Eu sou paraibana." (Da Guia, 2014) Em seguida, explica que foi bastante acolhida no morro, conforme se observa:

"Fui, fui bem acolhida. Já teve momentos, claro, bem mais difícil. Já foi... bem... tempos de guerra que eu peguei já. Entendeu? Mas assim, fui bem acolhida aqui;

tudo que preciso: escola, tudo assim, tudo bem próximo daqui. Eu gosto daqui.” (Da Guia, 2014)

Como já estávamos à vontade, começamos a conversar sobre a urbanização, as mudanças ocorridas no morro nos últimos anos. Nesse momento, aproveitamos e perguntamos sobre os processos que têm havido em torno da mudança de pessoas. Assim, perguntamos se ela prefere falar remoção ou realocação²²⁹. Maria da Guia responde: “Eu prefiro realocação, né! Fica uma coisa mais legal.” (da Guia, 2014) Em seguida, perguntamos se ela tem consciência sobre qual governo tem conduzido o processo. Maria da Guia responde o nome do governador vigente. Perguntamos também se ela consegue recordar quando se iniciou o processo de dizer que eles teriam que sair e quando receberiam um apartamento. Maria da Guia responde: “Mais ou menos, 2012, por aí. A gente já foi comunicada já.” (da Guia, 2014) Indagamos se antes dessa data ela tinha escutado alguma coisa sobre esse processo. Maria da Guia responde:

“Não, a gente nem tinha ideia, a gente nem tinha ideia. É... a gente ouvia falar que futuramente talvez eles iriam mexer na parte aqui do Pico, mas não estava mais ou menos quando eu falei: ‘Bom, eu acho que a minha casa, pelo fato de ser toda no tijolo, talvez não mexam.’ Eu achava que ia ser mais os barracos de madeira, que tem muito ainda, né!

Aqui pra cima tem bastante. Aí eu falei: ‘Bom’. Pra mim assim, eu tenho ainda vontade de montar lá pra trás, mas eles falaram que não aconselharia. E independente, como é área de risco, independente do que acontecesse assim, eles não poderiam se responsabilizar, ‘né! Aí eu falei: ‘Não, primeiramente eu tenho que pensar no bem dos meus filhos. Se eles estão falando...’ (da Guia, 2014)

Fazemos a pergunta se ela conhece os motivos dados pelo governo para conduzir as pessoas para outra moradia. Maria da Guia responde:

“Não. Isso aí eu não sei. Eles perguntaram se a gente estava de acordo. Eles não chegaram aqui e falaram: ‘Você tem que sair’. Não! Eles perguntaram, tiraram foto, veio o arquiteto da obra de lá de baixo, que estão fazendo. Veio aqui, olhou minha casa, viu tudo. Aí tiraram foto e perguntou se a gente aceitava. Eu falei: ‘Olha, se é o melhor para os nossos filhos, a gente aceita sim, apesar de gostar muito daqui, porque esse lugar aqui é muito bom.’ A paisagem é muito bom. Assim, é muito bom de morar aqui em cima. Eu aceitei, agora eu estou, a gente está mais ansiosa porque ‘tá demorando, ‘tá lento assim. Tipo assim, às vezes para a obra, às vezes não tem verba. A obra já parou duas vezes com essa. Entendeu? E eu agora, com dois filhos pequenos, como você falou...” (da Guia, 2014)

Maria da Guia continua explicando sua situação e as peculiaridades da sua casa sem poder realizar obras e também sem realizar a mudança para os apartamentos que tiveram as obras interrompidas algumas vezes. Assim explica Da Guia:

““Não sei o que fazer. Você está vendo, é muito pequeno aqui. É sala e quarto ao mesmo tempo, ‘né! E se eu pudesse aumentar, eu já teria feito lá atrás. Lá atrás tem

²²⁹ Pela fisionomia de Maria da Guia, percebemos que ela não faz tanta diferença com o nome e nem tem tanto conhecimento da discussão política por trás dessas palavras, conforme observou o presidente da Associação de Moradores, José Mário.

um pedaço que é meu, que eu ia fazer um quarto para os meninos, mas agora não vai dar, 'né!' (da Guia, 2014)

Pergunto quais foram os motivos dados pelo governo para retirar as pessoas daquele local e levar para os apartamentos. Maria da Guia responde:

"O motivo foi de área de risco. Isso aqui em cima é. Uma parte aqui de cima pra lá é área de risco; até devido às chuvas, essa pedra e tudo, teve uma época que ela... que teve de deslocar a pedra um pouco para não cair. Então é área de risco mesmo. O motivo foi esse. E alguns barracos, também de madeira, eles querem tirar." (da Guia, 2014)

Dialogamos sobre os moradores do Pico, sobre como eles analisam essa situação.

Maria da Guia explica:

"Olha, porque assim... eu conversei bastante com algumas pessoas, falei: 'Ah, poxa, vocês não vão aceitar? Que era tão bom se fosse todo mundo junto.' Pelo que eu tenho conversado com algumas pessoas, as pessoas estão achando que, por exemplo, tem gente que tem dois, 'três andar' aqui pra cima e a estrutura que eles estão dando lá embaixo, as pessoas acham que saem no prejuízo em aceitar. Acha pequeno demais. Entendeu?

Estão nessa questão, muita gente não quer aceitar, porque tem casa de 'dois andar', três, acha que vai lá pra baixo, 'é só dois quarto', sala, cozinha e banheiro. Aí acha que é muito pequeno pra quem tem família muito grande, 'né! E lá você não pode mexer também, tipo assim, você não pode bater laje, é aquilo lá. As pessoas criticam muito isso, pelo fato de ter uma casa não boa, porque aqui também não é boa, mas, ao mesmo tempo, chegar lá embaixo e morar num 'cubico'. Só isso. Tem muita gente que não quer aceitar por isso, entendeu? Vai sair perdendo, porque ele não vai dar. Tipo, quem tem três andares de casa, às vezes mora duas famílias na casa; aí, sim, eles vão dar um apartamento para cada, mas quem não tem..." (Da Guia, 2014)

Após expor sua análise da situação, pelas conversas que tem com outras pessoas do morro, Maria da Guia compartilha, sem que perguntemos, um fato que atualmente é comum nas favelas da Zona Sul que passaram pelo processo de instalação da Unidade de Polícia Pacificadora. Como dissertaram Itamar Silva e Sheila Souza, o morro passa por alguns processos que são novos, e a especulação imobiliária é um desses, conforme aborda Maria da Guia:

"Não vai ter mais quartos no apartamento, só dois quartos, sala, cozinha e banheiro. E que eu acho que isso aí realmente poderia ser justo, 'né! Não é justo uma pessoa que tem uma casa com três quartos, quatro, vai ganhar uma casa de dois. A pessoa sai no prejuízo, porque se você for vender... esses dias mesmo apareceu aqui um gringo querendo comprar a minha casa por 60 mil na mão. Aí eu falei pra ele: 'Olha, eu poderia até vender se não fosse essa questão da saída aqui, que talvez, como eu já assinei, eu já estou com o papel, eu não posso mais vender; é área de risco também.' Ele disse: 'Ah, poxa, mas vende, não sei o quê'. É... mas a gente quer descer e ir morar pra baixo." (da Guia, 2014)

Nesse momento, perguntei se com sessenta mil reais ela compraria em algum outro lugar do Rio de Janeiro. Maria da Guia responde: "Não compro em lugar nenhum. E eu fiquei. Aí você termina ficando entre pega ou não pega." (da Guia, 2014). Continuando o bate-papo,

pergunto se ela chegou a pensar em aceitar a proposta do estrangeiro. Ela detalha um pouco das mudanças que têm a ver com a valorização do terreno. Assim, Maria da Guia responde:

“Eu pensei em pegar, porque eu penso em comprar uma casa bem maior, assim, bem mais embaixo, apesar que aqui no morro não dá mais pra comprar com esse valor, que tá bem acima o valor. O quê? Tem gringo aqui no morro aparecendo pra alugar quitinete por 800 reais. Porque o morro, assim, em questão do que já foi antes o Santa Marta e o que é agora, mudou muito; tanto eu acho que a segurança, a questão de você... tem o teleférico que ajuda muito, que na questão também, isso é uma coisa que os moradores a gente está criticando muito. Vive mais parado do que funciona.” (da Guia, 2014)

Em seguida, Maria da Guia explica as dificuldades recentes com o bondinho, que foi uma das obras de urbanização e mobilidade na favela. O líder, Itamar Silva, compartilhou essa experiência em radiografia da história de urbanização do Santa Marta. Assim indaga Maria da Guia sobre o funcionamento do bondinho, mas também fala de mudanças boas:

“Vive muito parado. É uma questão que todo mundo aqui sofre com isso. Às vezes você desce pro supermercado, e aí conta com o bondinho; daqui a pouco o bondinho para. Porque assim... esse bondinho já, se eu não me engano, tem uns quatro anos. Aí tem uma pessoa da manutenção que trabalha, que sempre ‘tá aqui, o técnico, mas ele vem, mexe e pronto. Não tem assim... esses quatro anos nunca foi trocado nenhuma peça; é só, tipo, vamos dar um... ver o que ‘tá... é isso. Não troca, só ajeta. Dá um, mais assim, o morro está bem valorizado pela questão do que já foi antes, que isso aqui já foi feio: guerra mesmo! Eu, pelo menos, acompanhei aqui desde os meus nove anos, oito anos, eu sei que agora tá uma maravilha.” (da Guia, 2014)

Após sua narrativa, começamos a papear sobre aspectos peculiares do morro que o diferenciam do asfalto, isto é, a vida nos bairros tradicionais da cidade. Maria da Guia ficou bastante à vontade e, em alguns momentos, a expressão de emoção do rosto, falava mais do que as palavras. Em frente ao local onde conversávamos, uma criança de um aninho dormia como um anjo, sem imaginar que seu futuro estava sendo desenhado com a decisão de morar em outro local. Subitamente, Maria da Guia começa a compartilhar os motivos por que algumas pessoas não querem sair do Pico. Assim narra Maria da Guia:

“É um dos motivos também. E teve gente que já nasceu aqui mesmo, que ‘tá com aquele sangue aqui mesmo. Então eles falam: ‘Pra mim sair desse morro aqui e ir pra outro... jamais.’ Eu conheço gente que fala que um dos melhores morros que tem é aqui. Mesmo que tenha assim, escadaria, porque tem muita escada também, mas muita gente gosta daqui, muito. Já teve gente aqui que disse: ‘Não, não vendo a minha casa’. Tem gente que nem vende mesmo! Eu assim, como eu sou do Norte, eu ainda tenho essa questão. Eu penso, claro que, assim, no meu modo de vida, eu trabalho, o meu marido trabalha, mas eu penso sim, se for pra mim envelhecer aqui, não sei se eu vou chegar lá. Eu não penso, porque aqui não tem, como é que se diz, uma rua que você possa ir direto. Por exemplo, a idade, a idade chega, você tem que andar escada: isso é ruim. Aí eu penso assim, futuramente eu voltar pra minha terra, porque lá tudo é asfaltado, ‘né! Eu tenho um negócio lá, porque aqui não dá muito pra você ter, viver na comunidade com idade.” (da Guia, 2014)

Em seguida, nosso papo entrou para as diferenças entre a parte baixa do morro e o Pico, vale recordar as falas dos itens que dialogamos com os líderes comunitários sobre a urbanização do Santa Marta. Um dos motivos de não realizar obras é o fato de ser decretado área de risco, conforme explicou o presidente da Associação de Moradores, José Mário. Sobre a diferença nos serviços de um lugar para o outro na mesma favela, assim narra da Guia:

“Sinto. Aqui em cima é menos valorizado. Às vezes, por exemplo, tem alguma... um exemplo que eu vou usar pra você. Tem um negócio de festival de pátio com as crianças no morro Santa Marta. Eles começam logo pela quadra. Aí o que sobrar lá embaixo, talvez sobre para o Pico. Uma das coisas assim, entendeu? É muito assim, tem muito isso. O Pico é o último.

Olha, pra te contar a verdade, eu vou te falar aqui, assim, às vezes a pessoa, assim, quem tá do lado de fora, não consegue enxergar o que ‘tá aqui dentro, entendeu? Por exemplo, aqui: vala aberta. Vala muito aberta.

Tem uma vizinha minha que não tem nem um ventilador, um vaso sanitário.

Aí o que acontece? A minha porta é de frente pra casa dela. Aí, como é que você vai ter saúde, como é que você vai ter? Ela pega simplesmente todas as higiênes, evacuação e xixi, tudo ela joga aqui na vala. Ninguém pode falar nada, ninguém, entendeu? Ela não trabalha, também tem baixa renda mesmo, depende de Bolsa Família, não tem um banheiro mesmo, e aí joga tudo diretamente na vala. E aí você tem porta com porta... eu com criança pequena, é muito difícil.” (Da Guia, 2014)

É muito importante situar a fala de Maria da Guia dentro da discussão levantada nos itens iniciais. Alguns líderes argumentaram que a insalubridade do local é fruto da impossibilidade de realizar obras, já que a Secretaria de Obras tem o laudo da Geo-Rio afirmando que a área é de risco. Como o processo se arrasta por cinco ou seis anos, os próprios líderes comunitários perceberam que essa pode ser uma estratégia para tornar o local sem as condições básicas de vivência. Com isso, os moradores aceitariam a proposta do governo. As indagações de Maria da Guia podem ilustrar esse drama, como descreve abaixo:

"Rato é o que mais tem. Muito rato. Eu não queria sair daqui no começo, mas depois eu falei: 'Aí, meu Deus, se for pra mim sair, e é pro meu bem, eu prefiro'. Porque o que tem de rato, menino! Aqui é muito rato. Muito, muito rato. E isso incomoda, porque a minha casa, mesmo sendo pequena, mesmo eu tendo higiene, mesmo assim, porque tenho criança, acontece de eles de noite virem pra minha casa, eu não posso simplesmente deixar aquela janela aberta.” (da Guia, 2014)

Quanto mais à vontade ela ficava, mais compartilhava algumas situações invisíveis para quem apenas passa pela favela, faz turismo, desenvolve pesquisa e regressa para o conforto de sua casa. Maria da Guia levanta ainda uma questão ética, também ligada ao desenvolvimento e ao próprio turismo, a saber, como transformar lugares e áreas simbólicas que carregam em si a indignidade de vida, em um polo turístico? Assim Maria da Guia continua sua exposição:

“Os ratos entram pela janela. Isso é, entendeu? Incomoda, porque eu tenho criança pequena, às vezes, quando eu tô vendo, tem um andando no meio da casa; não é ratão, mas chega a ser uns camundongos, filhote de camundongo, porque devido às valas. Eu acho que assim... Aí, todo mundo fala, ‘moça, tá isso e tá aquilo’. Eu falo: ‘Gente, ‘tá, ‘tá melhorando.’ Sendo que eu acho que o governo tinha que andar;

eu acho que o governo tinha que fazer isso, vir andar aqui, ver como é que estão as valas, porque simplesmente você só vê gringo. Os gringos acham bonito a paisagem; eles não estão aqui para ver vala. Eles estão aqui, o turismo é para ver a paisagem, o bondinho. E você vê muita vala aberta; incomoda o cheiro, o odor, entendeu? A luz também 'tá faltando bastante, depois que a gente começou a pagar aqui: antigamente era tudo 'gato'²³⁰, 'né! A gente não sabia nem... a gente não tinha um endereço; agora a gente já tem uma conta de luz. A Light²³¹ principalmente entrega por debaixo da porta; a gente recebe. Sendo que a única coisa que a gente até fez foi um debate aí; 'se reunimos' os moradores, 'né, para falar. Tipo assim, choveu, acabou a luz. A conta tá chegando, isso revolta a gente. Entendeu? E tem morador aqui no morro que 'tá pagando 300 reais de luz.

A gente reunimos, fizemos um debate. Eu não participei, nesse dia eu trabalhei, mas tem morador que é aposentado, que só simplesmente porque tem um micro-ondas, está vindo 300 reais de luz. E aí as pessoas perguntam: 'Poxa, mas por que isso, se na rua tem gente que paga 200, 100, é pouco?' 'Aí a gente não entende, entendeu? Por que está indo assim. Tem coisas assim que quem está de fora, não dá para ver, mas quem 'tá aqui dentro, revolta a gente.' " (da Guia, 2014)

Após essa parte intensa de múltiplos sentimentos, em alguns momentos, ela se emocionou ao falar de situações que estão muito distantes da realidade de quem não mora na favela. O assunto virou para o processo mesmo de remoção que acontece no Pico. Assim, narra Maria da Guia:

"Olha, eu acho assim, isso às vezes me faz até pensar em desistir, pegar e vender simplesmente, passar adiante pra outra pessoa, por causa dessa demora, porque ao mesmo tempo, eu conto com essa obra pra eu poder ter um quarto para o meu filho; às vezes, eu quero comprar até uma coisa e não posso, porque posso mexer ali, que a gente trabalha e não pode comprar e fazer, não pode, que eles embargam, tu não quer. Aí, ao mesmo tempo, falaram que a obra ia sair agora, esse ano. Tipo assim, são promessas que eles fazem e não fazem. Então, a gente fica assim: vou vender, não sei o que... quase que eu vendi a minha mesmo e não queria nem saber se vai sair ou não vai sair. Eu ia vender mesmo. O meu marido disse: 'Ah, vamos esperar mais um pouco'. Eu vou esperar até esse ano, se eles não decidirem nada. E o pior, que eu acho mais errado, é que tem um prédio já levantado, o que eu vou, (agora já estão...) antes de acabar tudo, eu fui lá ver, já estão levantando outro do lado. Quer dizer, uma coisa que eles vão tampando o sol com a peneira, termina ou não termina, vai ou não vai? Não é bem assim. É coisas que, se eles estão vendo que tem pessoas em área de risco, tem que agilizar, e quer tirar; eles têm que agilizar a parte deles; aí acabar essa obra, terminar logo, porque a gente depende dela." (da Guia, 2014)

Provavelmente, a 'tensão criativa de sentido' é o lugar mais dolorido para construir o conhecimento. Maria da Guia tem clareza do processo e levanta as perguntas necessárias que revelam a tensão, o conflito e a incoerência, conforme ela interpreta: a área é de risco para retirar as pessoas, mas o mesmo risco não faz com que as obras sejam feitas no tempo hábil, para que não aconteça algum problema no morro. Como fizemos opção em fazer

²³⁰ Forma não legalizada de captar energia, porque muitos endereços não podiam ser notificados, simplesmente não existiam. Com a Unidade de Polícia Pacificadora, a empresa de energia pôde realizar o cadastramento dos moradores, que passaram a pagar pela energia que consumiam. Na 'Caminhada por Direitos' a que nos referimos nos itens anteriores, uma das reivindicações era sobre a conta de luz que chegava, mas o serviço não acontecia como se dá nas outras partes da cidade.

²³¹ Light é a empresa responsável pela energia na cidade do Rio de Janeiro.

poucas intervenções para ter mais espaço para os testemunhos, é sempre importante remontar à 'sustentabilidade transdisciplinar' do primeiro capítulo e às contextualizações sobre os dois paradigmas de urbanização presentes na história de expansão da cidade no século XX. Na continuidade da fala, conversamos sobre os significados do Pico para a vida dela. Assim responde Maria da Guia:

“Ah, significa que a gente sempre tivemos muita união, muita; a gente sempre foi assim: família. Esse lugar aqui tem que... o meu filho praticamente nasceu aqui, o outro também foi criado aqui. Então, a gente tem assim uma história que a gente gosta daqui. A gente fala: 'Ah! A gente mora lá no Pico'. 'Ah! O Pico é alto pra caramba'. Mas a gente mora, a gente gosta daqui. Foi aqui praticamente que eu construí minha família, minha família. Meus filhos, meu marido, tudo; vim morar aqui. A gente gosta muito daqui, sendo que eu acho que, aqui em cima, pra ficar uma lembrança, umas coisas legal a gente tinha que ter muita melhoria aqui em cima. Essas valas, esse esgoto, tampar, pelo menos tampar o esgoto já melhoraria bastante. Tem muito lixo também.” (Da Guia, 2014)

Aproveitamos e entramos no significado da casa, perguntamos qual história ela levará da casa, quais significados tem para ela. Maria da Guia narra com sentimento e nostalgia:

“Ah! Essa casa pra mim aqui eu vou sentir... eu vou até sentir... já sinto às vezes. Fico imaginando: 'Ai, meu Deus, vou sair daqui.... Eu não acredito.' Mas, assim... é uma história, a gente, cada cantinho tem um... - como é que se diz? - um sentimento, tem uma lembrança boa. Cada pedaço, cada cômodo tem uma história, tem uma lembrança, coisa que vai ficar pra lembrança, 'né! Eu já até tirei algumas fotos já de cada, até pra depois eu passar e falar: "Ai, meu Deus, era assim". Entendeu? São coisas que a gente lembra. Carrega pra vida. Vou carregar pra sempre. Muito bom. Eu gosto daqui. Tem os vizinhos também que são muito bons. Meninos criados aqui. Esse mais velho - eu morava de aluguel, porque estava em obra aqui - mas chegou, nasceu, foi criado aqui. O pequenininho também é a mesma coisa, nasceu. Então, assim, é um apego que a gente tem, mesmo que seja pequenininho, mas é nosso. Entendeu? Uma coisinha que...” (Da Guia, 2014)

Logo em seguida, conversamos sobre o significado de ter uma casa que é dela. Em nossa infância, nunca vivemos de aluguel. Mas, gastamos dez anos para construir a casa como nossa família queria. Lembramos que, antes de mudar para o Rio de Janeiro, essa era nossa última meta, finalizar a construção da casa. Maria da Guia explica o que significa morar no que é dela:

“Tem, tem. Eu acho que vale muito. Às vezes você fala assim: 'Ai, eu queria comprar sua casa', mas pra gente tem mais o sentimento, que a gente construímos junto isso aqui, ralamos muito pra conseguir. Isso aqui, na época, era bem mais caro, 'né! A gente comprou o chão; era só no chão isso aqui. Quando a gente comprou, na verdade, não tinha nem chão; era um barraco de madeira, que aí a gente trabalhando teve que negociar e compramos. Aí falamos: 'Agora a gente vai fazendo cada pouquinho'. E fizemos um pouquinho e fomos. É muito bom a gente saber que tem esse pedaço da gente, uma história assim aqui dessa rua, aqui desse beco José Rufino aqui.” (da Guia, 2014)

Concluimos, perguntando o que ela acha de existir um museu que preserve essa história que acabou de narrar e várias outras, pessoas que viveram e vivem no Pico do Santa Marta. Maria da Guia responde ainda emocionada:

“Pois é, eu até fiquei surpresa. Gostei, é uma coisa que você pode chegar um dia com um filho ou também com um neto e falar: ‘Olha, a história do lugar onde a gente morou’. Eu acho isso ótimo. Uma coisa que ninguém nem pensou, que talvez isso aí vai ajudar muito para as lembranças das pessoas não ser apagada de vez. Eu, pra mim vai ser uma honra um dia poder passar ou até meu filho mesmo, o filho do meu filho passar: ‘Ah, foi lá que a mãe morou, a minha avó’. Isso é legal, a pessoa poder ter acesso a uma história, porque é uma história do ser humano, ‘né? Independentemente de ser o Pico ou não, é uma história daí onde você morou. São dez anos aqui.” (Da Guia, 2014)

Intervenho e digo que dez anos é uma década, um pedaço de uma vida que guarda muitas histórias. Nesse momento, Maria da Guia faz sua narrativa:

“É, pois é, ‘né! Muito bom, muito bom mesmo! Às vezes eu tô assim, final do dia, sentamos ali e o vizinho daqui de cima também, que é muito íntimo da gente. A gente bebe uma cerveja, bate um papo, ele também ‘tá pra sair com a gente; então a gente até espera que ele vai ficar porta com porta²³² assim, ‘né! Porque eu falei no dia do meu pedido da casa, que eu tenho um filho, dois filhos menor, então dar preferência ao primeiro ou o segundo andar. Não queria tão alto também por causa das crianças, que teve um menino recentemente que caiu do 10º andar, tipo essas casas aí. Ele caiu e morreu. Tem isso também, pois é, mas, enfim, estamos aí, ‘né! Eles dão um prazo de dez dias pra gente se adaptar, ‘né! Dez dias. Chega aqui, entrega a chave e você tem dez dias pra desocupar. Aí o que eles vão fazer eu não sei, eu não quero nem ver. Imagina eu passar aqui e ver a minha casa sendo derrubada, sei lá o quê?” (da Guia, 2014)

Compartilhamos que é uma experiência forte ver a casa derrubada, local onde você construiu uma história. Maria da Guia concorda e acrescenta:

“Ah, não. Eu acho que vai ser uma emoção muito grande, pra mim vai, porque assim, é uma coisa que a minha casa é tão ‘pequetinha’, mas é minha, sabe? É nossa. Tem tanta gente querendo um porão pra morar aqui e não consegue. Então, eu fico às vezes, eu até perguntei pro moço; no dia que ele veio aqui, eu falei: ‘Ah! Vocês vão derrubar?’ Aí ele olhou e falou assim: ‘Eu não sei como é que vai ficar. Porque realmente de repente pode ser que vire um museu, quem sabe? Virar um museu aqui seria ótimo, ‘né? Aí não sei o que eles vão fazer. Aí eu queria... pior que eu fico doida pra saber o que vai ser aqui. Mesmo assim, eu fico: ‘Ai, meu Deus, o que será?’ Porque é legal, ‘né, um lar assim que foi muito bem vinda essa casa pra gente. Ah! Eu não quero nem ver. O dia que eu passar aqui eu já quero que ela esteja feita já; não quero ver derrubando, o que eles vão fazer. Porque eu não acredito que eles vão... talvez não derrube, mas vão mudar muita coisa, ‘né! Porque eles vão mexer, mas, enfim, vamos esperar, ‘né, pra ver.” (Da Guia, 2014)

8.2 As Famílias que resistem à Remoção do Pico do Santa Marta

8.2.1 Wanderleia dos Santos

A próxima entrevistada é a Sr^a Wanderleia dos Santos. A experiência com Wanderleia dos Santos foi diferente. Na sua casa, funciona um pequeno bar que, durante o

²³² Porta com porta significa que estarão próximos no apartamento.

dia serve almoço aos moradores e turistas, e à noite, nos finais de semana, é uma danceteria, local de diversão. Começamos, perguntando com quantas pessoas ela mora na casa. Wanderleia dos Santos responde: “São quatro, são cinco pessoas. Não, meu filho mora em cima, e meu filho mora embaixo, com a esposa e os filhos. Fez 17 anos. Morava lá no morro do Turano.²³³” (W. Santos, 2014) Como o nome do Bar é Turano, perguntamos se o nome seria uma homenagem ao morro que ela morou antes. Wanderleia dos Santos responde:

“Não, é porque o meu filho, para jogar futebol, e os meninos daqui iam pra lá. Aí os meninos de lá vinham pra cá. Aí, quando a gente ‘viemos’ morar aqui, aí o menino, os colegas dele daqui falou: ‘lh, ele veio lá do Turano’. Aí começou a chamar ele de Turano, Turano, Turano, aí ficou. Aí ficou. Aí a gente ‘abrimos’ esse bar aí, e botamos ‘Lanchonete Família Turano’.” (W. Santos, 2014)

Aproveitamos que ela traz um relato histórico, e eu a elogio por remontar à história do filho e da família, através do nome da lanchonete. Nesse momento, aproveito e pergunto se ela prefere chamar o processo que acontece no Pico de realocação ou remoção. Wanderleia dos Santos explica: “Eles falam remoção, né!” (W. Santos, 2014) Nesse momento, pergunto se ela sabe qual é o governo que conduz o processo. Wanderleia responde: “Eu não entendo muito disso não; aí eu não sei dizer se é governo, se é prefeitura.” (Dos Santos, 2014). Pergunto, então, se ela sabe o que está acontecendo e, nesse momento, Wanderleia dos Santos responde: “Estão querendo tirar a gente daqui de cima e jogar lá pra baixo.” (W. Santos, 2014) A partir de sua fala, pergunto se ela se lembra do momento da primeira notificação, quando disseram que, a partir daquele instante, a ela talvez tivesse que descer para o apartamento, ou alguma coisa assim. Wanderleia dos Santos explica:

“Não, eles vieram aqui, mediram a minha casa. Aí falaram que esse pedaço aqui ia sair. Aí mediram e ficaram de voltar. Só que aí... que eles iam fazer uma reunião pra todo mundo, pra todo mundo ir lá e assinar pra sair. Só que nessa reunião eu não fui. Não fui assinar, teve gente que foi, mas eu não fui. Ah! Bastante recente (deve ter um ano e pouco, mais ou menos), bastante recente. Eles estão fazendo as casas lá embaixo, que... embargaram, e iam começar de novo. Não sei se começou, porque tinham embargado de novo, ‘né!’” (W. Santos, 2014)

Indagamos se o próprio governo ou o representante do governo falou para ela os motivos de realizarem a remoção. Wanderleia dos Santos explica:

“Eles alegam que isso aqui é área de risco. Se fosse área de risco, tu acha que tinha casa aqui, com esses temporal que dá, já não tinha caído muitas casas? Eles falam que é área de risco, eu não acho que é área de risco, porque tem casa lá em cima que tem tempo, tem mais de 10 anos, nunca caiu, nunca teve problema, nunca teve nada. Por que é área de risco? Eu acho que eles querem tirar a gente. Eu, no meu pensamento, eu acho que eles quer tirar a gente porque eles querem fazer uns hotel aí por cima. Eu acho, eu acho. Ah, muita gente fala, ‘né! Muita gente fala. Eu também acho.” (W. Santos, 2014)

²³³ Morro do Turano fica na Zona Norte do Rio de Janeiro, entre os bairros da Tijuca e Rio Comprido.

Sem que precisássemos tocar no assunto, Wanderleia dos Santos explica suas razões para pensar dessa forma e questiona o principal argumento do governo, conforme já discutimos anteriormente. Assim narra Wanderleia dos Santos:

“Eu acho... aonde é área de risco? Daqui pra ali pra cima tem casas que tem séculos, nunca teve um desabamento, nunca teve nada. E por que agora é área de risco, depois que teve essa UPP, teve essas coisas aí modificando o morro, agora é área de risco? Por que a gente tem que descer pra uma caixa de sapato? Uma casa que você não tem uma área, você não tem uma área para as tuas crianças brincarem; você não tem um negócio para você lavar roupa; tua máquina de lavar é dentro de uma cozinha. Como? Você, com uma casa com o espaço que você tem aqui? Você vai trocar por uma mini casa? Teus filhos têm que ficar jogado no meio do caminho? As mães saem para trabalhar, deixam os irmãos tomando conta, as crianças ficam tudo solta no meio do caminho porque não tem um quintal, não tem uma varanda dentro de casa. Não tem condições!” (W. Santos, 2014)

Nesse momento, pergunto se os moradores têm um grupo articulado para discutir as questões que ela levantou. Wanderleia dos Santos responde que sim, e afirma:

“Quem está lutando pela gente aqui, no negócio dessas remoções, é ele; ele é até guia aqui do morro, ele é guia de turista, só que ele está... Eu acho que ele deve está viajando, que é o Vítor . Então, ele é que está lutando pela gente, para não remover, porque a casa dele também está, está no pacote e ninguém quer sair lá de cima também, como a gente aqui embaixo não quer sair.” (W. Santos, 2014)

Perguntamos como os moradores, de uma forma geral, reagem ao que está acontecendo, se eles conversam sobre o assunto, se fazem reuniões. Wanderleia dos Santos explica:

“Ué, todo mundo fala que não quer sair, ‘né! A gente faz reunião com o Vítor , a gente tenta procurar se unir, porque não adianta uns brigar e outros não, ‘né, pra gente ficar, mas aí ‘a gente somos’²³⁴ tudo unidos. Discute sobre quem quer sair, ninguém quer sair.” (W. Santos, 2014)

Nesse momento, perguntamos quais são as razões dadas para as pessoas não quererem sair e podemos observar o destaque da hospitalidade, da comunhão, da partilha e do conhecimento mútuo. Paradoxalmente, o lugar mais atrasado e que, segundo os moradores, não chegaram a urbanização e o desenvolvimento, é o local que conserva elementos da sociabilidade humana e da alteridade. Assim, Wanderleia dos Santos explica:

“E a razão de também que aqui em cima é muito bom de morar. Aqui o pessoal é unido, um ajuda o outro, nós ‘se’ acostumamos aqui, ‘né! E agora você sai daqui pra ir lá pra baixo, um lugar que você não conhece. Você conhece assim que você passa, mas você não tem intimidade com os moradores lá de baixo, com as pessoas lá debaixo. Aqui não. Aqui todo mundo se conhece.

²³⁴ Sempre achei interessante a lógica que existe por trás da forma de falar de algumas pessoas que moram na favela ou que não receberam a alfabetização nos anos iniciais de vida. ‘A gente fomos’ é peculiar porque ‘a gente’ significa que são várias pessoas, portanto, na lógica de algumas dessas pessoas, o verbo precisa ser conjugado com o plural de que a gente significa várias pessoas. Essas expressões carregam significados profundos, têm histórias que ultrapassam mais de seis décadas. Em sustentabilidade transdisciplinar-Inteira, valeria uma pesquisa linguística, buscando relação com a história social e da educação no Rio de Janeiro e no Brasil. Por isso, conservamos algumas dessas expressões, na forma como elas foram ditas.

É verdade, Nega Vilma não saía daqui, eu guardava muito dinheiro pra ela. Ela vinha aqui e dizia: 'Não, esse dinheiro eu não posso mexer; deixa que eu guardo, deixa guardado aí, você guarda pra mim?' Eu falei: 'Guardo'. Aí quando ela queria, ela vinha aqui e apanhava. Eu gostava muito dela." (W. Santos, 2014)

O líder do Grupo Eco, Itamar Silva, já tinha destacado o efeito das mudanças recentes ocorridas dentro da favela. Por isso que estamos fazendo um esforço para mostrar que a favela é parte dos processos que acontecem no mundo, e na cidade que recebe seus reflexos. Fazemos uma pequena digressão para expor uma importante leitura da moradora Sheila Souza, que acompanhou várias mudanças ocorridas na favela. Como já citamos, Sheila Souza mora no morro, mas na parte baixa. No passado, o morro todo era de barraco de madeira, aos poucos, foram surgindo as casas de cimento e tijolos. As narrativas de Sheila Souza juntamente com a de Wanderleia dos Santos servem apenas para apontar para a ambiguidade do conceito de 'desenvolvimento' que discutimos na primeira parte. Sheila Souza também situa a remoção e a urbanização dentro desse mesmo paradigma:

"Tenho, tenho uma memória muito rica daqui, uma memória muito, muito rica. Assim, às vezes eu olho quando eu trago as pessoas aqui, os visitantes aqui eu consigo visualizar, entendeu? Eu consigo ter essa construção na minha cabeça, assim, do espaço. De tudo assim, mudou muito, muito mesmo. Então, mas é uma memória assim que é boa, sabe? E eu tenho um pouco de dificuldade de saber se hoje 'tá' melhor que antes, sabe? Algumas coisas estão melhores, outras coisas, sabe, nem tanto, mas..." (S. Souza, 2014)

Nesse momento, Sheila Souza explicará especificamente sobre as mudanças na estrutura de moradia da favela, que são fundamentais para também problematizarmos o conceito de processo, especulação imobiliária, crescimento focado apenas no econômico e outros fatores ligados diretamente ao direito à moradia. Assim narra Sheila Souza:

"É... perde-se muito, porque, tipo assim, na verdade, assim... quando você dá um passo, você deixa um pra trás, 'né? Então, a gente sempre tem que deixar alguma coisa pra trás. É quase que impossível de você levar tudo. O ideal seria a gente poder carregar tudo de uma vez, mas, por exemplo, todo esse desenvolvimento aqui no Santa Marta... Por exemplo, hoje, a gente tem uma, algumas casas que tiveram melhorias significativas, mas a gente perdeu muito espaço, por exemplo. Essas casas de alvenaria ocupam muito espaço. Então, antes você tinha mais espaço entre as casas; você tinha... a minha casa, por exemplo, era alta, era arejada, a casa de madeira era dez mil vezes melhor que a casa de concreto que eu tenho hoje." (S. Souza, 2014)

Certamente, o importante é possibilitar que a realidade entre na pesquisa por diferentes olhares. Dessa forma, podemos também perceber os elementos da 'tensão criativa de sentido' que aprofundamos na primeira parte. O testemunho de Sheila Souza também é uma memória de um período que marcou a história do morro Santa Marta. Para um pesquisador que não mora na comunidade, a realidade é tão complexa quanto para quem não conhece. Assim compartilha Sheila Souza:

“É... porque, o que acontece? Com a madeira você tem uma certa facilidade de mover as coisas. Se, por exemplo, hoje eu sei o buraco de subir é aqui, você pode fechar e fazer do outro lado. Você não precisa quebrar o concreto pra fazer isso. Alvenaria, depois que faz, você não tem como voltar atrás. E na casa de madeira, não. E é mais leve também. A casa de madeira é mais vulnerável, por exemplo, quando a gente tinha guerra. Você fica muito desprotegido. Entendeu? O tiro passa que você tem que ficar no chão mesmo.,A gente dormia no chão mesmo, coladinho no chão assim. Assim. Entendeu? Então, tipo assim, nesse sentido, você perde, mas, por exemplo, se você tem boas casas de madeira hoje como era naquela época, esse aqui ia ser um espaço mais arejado. Você 'tá entendendo? Assim, você ia ter uma ocupação do espaço mais gostosa também. Entendeu? Que eu acho que a madeira, ela também te traz essa coisa bacana da terra, do contato com a natureza também. E eu achava que era superbacana assim.” (S. Souza, 2014)

Após essa narrativa, Sheila entra especificamente no tema da memória, embora toda sua narrativa já seja. Perguntamos o que ela acha da discussão que levantamos na conferência do MINOM, no Museu da República, de que, por um lado, o fato de que a não urbanização no Pico conservou o modo de favela que, praticamente, não existe mais, a saber, formada essencialmente por barracos construídos com madeiras, formatos bem antigos, precários para os olhos modernos e históricos para os processos de mudança na cidade. Sheila Souza explica:

“Não. Na verdade, é isso que eu tô falando pra você. Sempre que eu vou lá no Pico, isso me traz essa memória antiga da favela que a gente já não tem mais. Aqui eu já não reconheço mais. Então, o que acontece? Hoje, eu acho que daqui a pouco a gente vai ter um movimento de preservar isso daí, porque, daqui a algum tempo, só quem viver é que vai ter a memória. E essa memória eu vou carregar comigo, entendeu? Então, tipo assim, essa coisa que ela é muito mais, ela é muito mais natureza, entendeu? Você vê as casas lá de cima, você tem terra, você tem árvore em volta, aqui a gente tá num lugar privilegiado. Tá vendo essa casa aqui? Essa casa aqui ela tá seguindo o estilo como ela era de madeira. Isso aqui é da minha infância. Eu lembro disso aqui. Lembro: isso aqui tinha... tinha uma rezadeira que morava aqui. Era uma senhorinha gorda, esqueci o nome dela. Mas você tá vendo que ela não segue os padrões das outras casas. Você olha pra ela. Ela é completamente diferente. Já as casas atrás, ó, já mudaram completamente.” (S. Souza, 2014)

Em seguida, Sheila Souza completa com a fala da mudança, da saudade e certo saudosismo de um tipo de transformação que faz parte do processo do 'espírito da época', mas também faz parte o diálogo, a sustentação da 'tensão criativa de sentido' e o trabalho de memória. Assim completa Sheila Souza:

“Exatamente. Então você ter aqui, por exemplo, essa parte daqui. Ela tinha muita árvore. Você 'tá vendo que isso aqui foi tudo engessado, foi tudo engessado. Então, essas coisas que a gente sente muita falta, por quê? Porque você... por exemplo, hoje as crianças não brincam na favela como a gente brincava antes, entendeu? Então, você não tem essa conexão muito forte com a terra, com o espaço, com a natureza da favela. Você fica muito desconectado disso, entendeu? Então, isso é uma coisa que eu sinto falta, por exemplo. As crianças não têm local aqui pra brincar, a não ser que você crie um lugar, que é o que tem acontecido hoje. Se você não cria uma praça, você não tem opção de lazer. Na minha época, não tinha e a gente tinha, a gente brincava muito.

A favela já era. A gente corria pelos becos, Dell, e brincava, sabe? Brincava assim: 'Ah, você vai ter que descobrir onde é que a gente tá'. E a gente conhecia a favela como a palma da nossa mão, entendeu? Subia nas árvores, sabia os cantos, os lugares, entendeu? Agora, é claro, era um espaço insalubre também, entendeu? Mas não tinha nenhuma intervenção. Hoje eu acho que o espaço é mais insalubre por quê? Porque você teve uma intervenção, que não respeita e não resolve também. Então, você engessa muito, querendo formalizar demais espaços que têm uma coisa viva muito forte, entendeu? Então, você descaracteriza muito. Isso aqui 'tá muito descaracterizado, entendeu?' (S. Souza, 2014)

O Testemunho da moradora e guia de turismo local, Sheila Souza, ajuda a pontuar a 'tensão de criativa de sentido' que existe nos modelos de desenvolvimento. Voltemos à parte final do diálogo com a Sr^a Wanderleia dos Santos. Como já estávamos conversando sobre experiências mais afetivas, vivenciadas com diferentes pessoas no morro, perguntamos qual é o significado da casa para Wanderleia dos Santos. Ela relata a experiência de uma trabalhadora, ou melhor, uma empreendedora que encontra sentido de vida no trabalho que realiza todos os dias. Wanderleia dos Santos responde:

"Muita coisa. É... porque isso aqui é o meu pão de cada dia, 'né! Eu abro esse bar, não trabalho fora, quer dizer. Aí eu vou sair, vou viver de quê? Aqui é o meu pão de cada dia. Aí eu saio pra lá; não vou ter que como abrir nada; não tenho como ganhar um dinheiro em casa... vou fazer o quê? Vão me tirar tudo. Eles vão me tirar tudo, porque isso aqui é a minha vida." (Dos Santos, 2014)

Em seguida, perguntamos o que significa o Pico do Santa Marta para ela. Os elementos que ela destacará são alguns que Sheila Souza sente falta na vivência cotidiana da parte baixa da favela que acompanhou as mudanças urbanas dos últimos anos. Wanderleia dos Santos responde:

"Ah, aqui é muito bom de cuidar das crianças, de criar. Criança tem espaço. Tem os campinhos de futebol que as crianças podem jogar seu futebol. Você tem como deixar eles. Você pode sair pra rua, voltar, que é a maior tranquilidade. Ah, é muito bom. As festas são muito boas; só não é melhor ainda porque acabaram com o campinho, 'né! Fizeram o gramado, acabou com as quadrilhas, que aqui era muito bom em época de São João; essas coisas sempre tinham quadrilha, sempre foi animado. Sempre tem as festas; aqui mesmo eu dou baile, baile flashback. Música anos 80, 70. A gente dança. Hoje tem. Vem o DJ fazer o som. Ah! Ele mora lá embaixo, chega aqui umas 21h, 22h. Ele chega umas 21h, aí começa a montar as coisas pra poder dar o baile." (W. Santos, 2014)

8.2.2 Paula Fernanda²³⁵

O diálogo com Paula Fernanda foi bem interessante, pois, ela mora na parte alta do Pico Santa Marta. Embora todo o Pico exiba uma vista muito bonita para a cidade do Rio de Janeiro, na parte alta, os moradores têm a vista mais privilegiada ainda, conforme destacou o

²³⁵ Como sabemos, existem alguns códigos internos dentro da favela. E um deles é não compartilhar o nome completo, assim aconteceu com Fernanda. Portanto, o nome 'Paula' é fictício.

morador e líder contra a remoção, Vítor Lira. Outro detalhe que facilitou foi o fato de Paula Fernanda já conhecer a história de Nega Vilma e do Kadão Costa, presidente do Ecomuseu Nega Vilma.²³⁶ Paula Fernanda mora no morro com o marido e os filhos. Nasceu e cresceu no morro Santa Marta, conforme ela mesma explica: “É... nascida e criada, meu esposo não. Aqui no Santa Marta. Ali abaixo do campo um pouquinho, com a minha mãe. Tenho, bastante história aqui.” (Fernanda, 2014) Na conversa, falamos sobre vários assuntos relacionados ao tema da urbanização e da vida no morro. Assim inicia Paula Fernanda:

“É... nasci aqui e depois eu saí daqui, fui morar na Baixada, aí depois eu voltei pra cá de novo. Minha mãe continua no mesmo lugar. No mesmo lugar, na mesma casa. Ela veio pra cá quando ela tinha vinte e poucos anos, já ‘tá’ com setenta e três. É... e no mesmo lugarzinho, mesma casinha, nunca saiu, foi morar lá embaixo. A Cinco, logo aqui embaixo.” (Fernanda, 2014)

Pergunto se fizeram mudanças na casa da mãe. Ela responde:

“Modificou só pouca coisa, que ela tem plantio, ela não gosta, sabe, que mexe em obra, ela não gosta de barulho. Sabe aquela pessoa da roça? Aí modificou só pouca coisa, que ela fala: ‘Não mexe em nada, depois que eu morrer, tu faz o que você quiser’.

Ela é assim; não gosta. E aí pra não contrariar... essa idade também, a mente já não ‘tá mais como antes, entendeu? Então pra mim não ficar... a pressão, ela tem pressão alta. Assim, não ‘tá passando mal por causa do remédio que ‘tá direitinho, entendeu? Então, pra mim não, tipo assim, fazer as coisas à força, pra dar um treco aí e ir embora; então eu respeito, entendeu? Quer, quer; não quer, eu respeito, entendeu? Não gosto de fazer nada à força não. Eu respeito a idade, eu respeito a vontade, entendeu? Porque ela foi criada de um jeito em outro lugar, roça, ‘né! Minas Gerais. Eu não, eu fui criada aqui, entendeu? Então aqui já é outro mundo, ‘né!” (Fernanda, 2014)

Pergunto o que ela pensa do que está acontecendo no morro e se ela prefere falar remoção ou realocação. Paula Fernanda responde:

“Esse negócio da remoção eu não concordo assim... eu não concordo com isso não. Porque, tipo assim, eles estão querendo tirar essa parte aqui de cima, principalmente esse pedaço daqui de cima. Portanto, aqui você não vê poste novo; olha lá: não tem aquelas bolas, essas luzes igual tem lá embaixo, não tem. Aqui foi a gente que se reuniu e botou e paga, hein? E é cobrado e não temos.” (Fernanda, 2014)

Pergunto como são os serviços públicos como acontecem nos bairros, se eles pagam luz todo mês. Paula Fernanda aproveita relata as diversas dificuldades enfrentadas na vida cotidiana do morro. Assim, Paula Fernanda responde:

“Todo mês e a pública também. E não temos. A gente ficou o quê? Uns três meses sem luz do poste, daqui mais um pouco vai estar tudo escuro aqui, tudo escuro. Daqui mais um pouquinho ‘tá tudo escuro, por quê? Aí ficamos três meses; eles vieram, tudo por causa de uma caixinha, uma coisinha dessa pequenininha que não está tendo força: ela está desarmando. Eles botaram, botaram ela lá aí ficou acho que umas três semanas... está ruim de novo. Está ali, ó. Aí meu esposo foi,

²³⁶ Na semana que planejamos para realizar algumas entrevistas, o Rio de Janeiro passava por um momento delicado nas favelas. Na favela do Cantagalo, um jovem foi encontrado morto. O garoto era dançarino de um dos programas populares mais importantes no momento, na maior emissora do país, TV Globo.

conseguiu com o irmão dele, conseguiu uma caixinha dessa... Cadê? Estava tentando se reunir aqui pra poder botar... também ninguém quer nada com nada, 'né! Aí, 'tá ali, ó. 'Tá aí a caixinha guardada... 'tá escuro. Aí, quer dizer, isso aí eu não concordo, porque desde o momento se a gente paga, tinha que ter a luz. E outra: agora eles querem que a gente saia daqui pra quê? Por quê? A gente não somos antigos? Por acaso a gente conseguiu alguma coisa de graça? Não. A gente, quando vem chegar a morar, a gente compra assim barraquinho velho e vai tentar construir assim devagarzinho. Então nada foi de graça; nada é de graça. Então, custa eles perguntar: 'Quem quer sair? Ah, eu não quero. Eu não quero. Eu não quero.' Então, eu não vou dar uma casa pra vocês. Eu vou dar o material, vocês se viram... é uma maravilha! Eu vou fazer o caminho então pra vocês. Uma maravilha. Uma coisinha dessas. Ah, eu vou pagar alguém pra fazer; o material vocês comprem. Uma maravilha! Mas nem isso. Nada! Nada! Aí quer tirar a gente daqui... Eu acho que a gente não temos obrigação de sair, morar naquele predinho ali ou jogar a gente pra baixada. Eu falei mesmo, logo no início que a moça estava fazendo aqui entrevista, querendo que assinasse o papel, eu falei pra ela: 'Olha só, eu não posso sair daqui nem à força. Tudo bem, eu só vou sair daqui se for de baixo de pau mesmo, machucada, porque fora isso ninguém aqui quer sair.' Mas, mesmo assim, eu nem posso sair, por quê? Minha mãe mora ali, como eu 'tô te falando, só tem eu de filha. A minha família eu não conheço; só eu que cuido dela. Agora, imagina, aonde eu vou encontrar uma casa por aí por baixo, que está cara, sessenta e setenta mil? Aonde eu vou encontrar, de uma hora pra outra, pra 'mim' poder morar perto da minha mãe? Ou eu vou morar lá no prédio... porém, aqui eu desço ali na minha mãe, perto do campo, pertinho. Eu olho a comida dela, o remédio dela, porque ela não gosta de morar junto, entendeu? Ela não gosta. É o jeito dela. Então, a minha obrigação eu faço. De manhã todo dia o café da manhã. O remédio de pressão, entendeu? De tarde, a comidinha... aí tem o lanchinho. A minha obrigação eu faço. Imagina se eu for morar na baixada, e jogava todo mundo pra lá... Santa Cruz, sei lá aonde é. E aí, quem vai cuidar dela? Se ela não quer que eu more junto, aí eu vou deixar ela morrer aqui por causa do gosto do governo?" (Fernanda, 2014)

Pergunto se ela se recorda quando se iniciou esse processo de eles chegarem a notificá-los. Paula Fernanda explica:

"Aí... eu acho que já tem isso, porque obra aqui na comunidade, isso já é prometido desde a época que eu tinha sete para oito anos, sete para oito anos, que isso aqui era horrível: aquela favelinha feia, cheia de barraco de madeira, horrível mesmo! Eu falo porque é verdade: cheio de barraco de madeira... era caminho, a vala escorrendo pelo meio do caminho, 'rataiada'... muito feio! Desde a época... agora eu estou com 34... olha quantos anos! Agora que eles foram botar o bondinho, 'né! Três para quatro anos, é, uma coisa assim. Que eu não estou lembrada. Aí, depois do bondinho, aí veio iniciando a obra, entendeu? De lá pra cá... mas olha quantos anos tem! Olha quantos anos tem! Aí, quer dizer, fez aquelas casinhas primeiras, 'né! As primeiras separadas, se fosse essa, todo mundo queria." (Fernanda, 2014)

Nesse momento, Fernanda explica os motivos das pessoas não aceitarem os apartamentos e aceitarem as casas que foram construídas dentro da favela mesmo, conforme relatou o Sr. João Marcelino. Assim explica Paula Fernanda:

"Entendeu? Porque, tipo assim, não está em cima de ninguém, não está embaixo de ninguém: é sua. Que aí embaixo é uma sala e uma cozinha e em cima é os dois quartos, entendeu? Assim todo mundo queria. Agora, prédio assim, sabe por que a gente não quer? Porque: 'Ah, mas sua casinha é simplesinha, tá velha...' Eu realmente não posso jogar outra em cima, porque eu tenho que bater outra laje por fora, 'né! Tudo bem, mas aqui eu não tô debaixo de ninguém, ninguém tá em cima de mim e nem do lado; aqui eu estou livre." (Fernanda, 2014)

Pergunto o que significa essa liberdade e Paula Fernanda narra:

“Aqui... se eu quiser, eu posso fazer ali, aquele pedacinho de terreno ali eu posso fazer uma festinha ali, que a gente sempre faz, fica a noite toda. Não incomoda ninguém. E lá não tem espaço, às vezes, o filho do vizinho vai correr em cima, você vai falar, o barraco cai e a porrada estanca. Entendeu? Então, quer dizer, pra gente é pequenininho, é pequenininho. Aqui é pequenininho, mas a gente pretende, se Deus quiser, aqui já botou isso aqui já, é devagarzinho... Fazer aqui um murinho aqui, fazer a escada pra subir e vamos fazer outro comodozinho ali atrás. Pretende, pretende, não sei o dia, bater outra laje por fora sem desmanchar essa. A gente faz os quartos em cima, assim, uma laje sem encostar nessa, entendeu? Fora dessa daí, para fazer os quartos em cima, mas, quer dizer, devagarzinho a gente chega lá, porque se eles pudessem ajudar: ‘Ah, você quer assim? Então, tá. A gente vai dar o material e você constrói.’ Uma maravilha! Também não é assim, entendeu?” (Fernanda, 2014)

Continuamos a conversa do lado de fora da casa, no quintal, com a vista linda para a cidade do Rio de Janeiro, ao início do entardecer. Nesse momento, pergunto se ela sabe os motivos dados pelo governo para retirá-los de lá. Paula Fernanda responde:

“Ah! Turista, fazer hotel, é hotel fazenda, hotel sei lá o quê. (Acabou? Bota lá no lixo.) Hotel, quer botar um hotel aqui em cima; eu acho que quer botar alguma coisa pra turista. Porque você vê que a paisagem aqui é maravilhosa. Então você imaginou, saindo essa casa, saindo essa, saindo essa daqui, saindo essa daqui vai ter esse espaço todinho aqui ou até lá eles têm, ‘né! Eles têm. Imagina que hotelzão que dá aqui!... Qual turista que não vai querer ficar? Pagar, de ficar cinco dias, ou um mês, ou de repente dois dias ou pagar por hora ou pagar por mês ou por semana que eu não sei como é que é na Zona Sul, como é que é o preço. Eles não vão ganhar muito? Porque a gente paga o quê? A gente não paga nada, ‘né! O que a gente paga? O que eles ganham? Só ganham o que a gente gasta no mercado, ‘né, nas lojas, que é o que paga o imposto, ‘né!’” (Fernanda, 2014)

A discussão está aberta e os elementos da ‘tensão criativa de sentido’ são expostos a partir da narrativa de Paula Fernanda. Como falamos no início, não importa se essas teses são verídicas, o que importa é situá-las dentro dos processos de desenvolvimento, urbanização, especulação imobiliária e apropriação econômica do território. Isso deve ser lido também a partir da história da urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Poderíamos chamar os dois momentos do século XX em Pereira Passos e Carlos Lacerda, de ‘sustentabilidade insustentável’ do desenvolvimento urbano. Pergunto se Paula Fernanda já ouviu falar se esse modelo já aconteceu em outro local. Ela explica:

“Olha só, eu ouvi falar ali do Tabajara; eu ouvi falar que ‘muita gente saíram’ dali; tem muita gente que saíram. Teve até uma colega que ela veio aqui; ela queria até casa pra alugar. Tem um tempinho já, querendo casa pra alugar, que eles tiraram, e falou que era pra sair, e saíram todo mundo. Até desmanchou a casa dela, a casa dela de ‘dois andar’, bonita... Fez isso pra poder construir.” (Fernanda, 2014)

Nesse momento, perguntamos se existe algum grupo dentro da comunidade que discute essas situações. Paula Fernanda responde:

“Ah, tem muito, graças a Deus, sabe? O Vítor mesmo já é o líder, ‘tá ali junto, sempre tem reunião. Agora há pouco, acho que mês retrasado, teve a reunião lá na quadra sobre o negócio da luz, que a luz aqui teve gente que pagou sabe quanto?”

Acho que dois mil reais. O senhorzinho ali da birosca ali embaixo, pagou dois mil reais. O outro estava pagando seiscentos; o outro, setecentos; o outro, quatrocentos; o outro, quinhentos... Aí nós fizemos reunião ali na pracinha ali, numa chuva... a última chuva, não é essa chuva de agora não, a outra; foi dia vinte e cinco do mês passado. Eu me lembro, que eu acho que se eu não me engano, caiu numa terça-feira. Uma chuva, uma chuva, fez a reunião ali e todo mundo mostrando as contas. Um absurdo! Que é isso? A pessoa não tem máquina; o outro não usa o ar-condicionado. Usa o quê? A televisão normal tem que ter; um rádio, uma geladeira; o liquidificador realmente você tem, mas você não usa todo dia e toda hora; ferro. Eu não gosto de passar roupa, eu não gosto mesmo não. Deus me livre! É muito chato! Então, quer dizer, é uma vez ou outra, então eu acho que não tem necessidade. Olha, vem gente... veio um menino que mora em Copacabana, estava junto com eles lá embaixo, junto com o Vítor; falou, estava dando força pra gente. Ele falou que ele gasta... mora num apartamento em Copacabana, ele falou que gasta menos do que a gente aqui. E aí? Então é isso que a gente fica com raiva, pra tá fazendo, lutando, lutando, fazendo uma coisa, fazendo outra pra poder a gente sair, enjoar daqui e sair." (Fernanda, 2014)

A interpretação de Paula Fernanda se completa com a de outros moradores sobre a suspeita de que essa situação possa fazer parte de um conjunto de ações, a fim de que o morador não tenha condições básicas de morar no local. Pela sustentabilidade transdisciplinar, é preciso fazer correlação direta com a suspeita de que o laudo de que a área é de risco pode estar sendo um instrumento político com outros interesses. Se a interpretação de Paula Fernanda tiver sentido, é preciso também lembrar dos modelos passados de urbanização da cidade que buscarão formas de se manter no presente. Por isso, as leis de 'direito' das classes populares, a consciência e articulação do morador são importantes. Esse é motivo pelo qual inserimos a discussão da urbanização/remoção dentro de sustentabilidade, ou melhor, cidades sustentáveis. Porém, em nossa pesquisa, existe um alargamento do conceito de sustentabilidade conforme construímos. Nesse sentido, a pesquisa na universidade não é para provar quem está certo ou errado, mas levar para pesquisa situações que servem de ponte para debater o paradigma de conhecimento da modernidade e os projetos de sociedade e economia vigentes. Quando questiono Paula Fernanda se, de fato, essa pode ser uma estratégia do governo, já que eles resistem à remoção, Paula Fernanda responde:

"Pode ser, pode não ser. Mas todo mundo acredita que sim, que eu acho que não tem ninguém rico aqui. Ah, ou será que pode ser raiva? Aqui não é o lugar de favelado. É... porque eu vou falar uma coisa pra você: isso aqui, essa cor²³⁷ aqui e morar na favela não tem nenhuma moral: preconceito." (Fernanda, 2014)

Aproveitamos sua fala e conversamos sobre o lugar do morador da favela na cidade e o papel do negro na sociedade brasileira. Assim, perguntamos se ela sente esse preconceito. Paula Fernanda responde:

"Tem, tem muito, tem muito. Você mora na favela e você é preto, acabou. Acabou, acabou. Acabou. É igual, passou ontem no jornal aquela moça que faz o Globo

²³⁷ Paula Fernanda é negra.

Repórter, uma escurinha do cabelo... esqueci o nome dela: Glória Maria. Isso. Ela estava falando que a filhinha dela foi pra festa e ela estava chorando e disse: 'Ai, mãe, estou feliz!'. 'Por quê? - perguntou a mãe': 'Ah, porque lá tinha muita amiguinha, mas eu pensei que ia ter só amiguinha branca, mas tinha amiguinha pretinha também. Ai, graças a Deus, ninguém ficou assim com cara feia para o meu lado.' Quer dizer, a mãe chorou. Quer dizer, olha, são de gente de condição financeira boa. Condição boa, mas a menina ficou preocupada de ir lá por ter só branco e só ela de pretinha. Para você ver como é que é, e olha, que não mora na favela, hein? E quem mora?" (Fernanda, 2014)

Ao finalizar, voltamos ao assunto e perguntamos sobre as famílias que não querem sair, quais são os motivos que elas colocam para não querer sair. Paula Fernanda explica:

"Não, é mesmo. Se você conversar com outras pessoas, vai ser o mesmo motivo, porque o apartamento é pequeno; não tem privacidade; não tem um lugar pra você fazer uma festinha para o seu filho, tipo assim. A gente trabalha muito, a gente luta muito. É lógico que a gente não tem condições de fazer uma festa todo mês, toda hora, toda semana, a gente não tem, mas uma vez ou outra, que a vida 'tá aí, a gente 'tá só no mundo de passagem, entendeu? Se você não tentar, pelo menos, curtir uma 'vezinha'... porque você morre amanhã e fica tudo aí. É lógico que a gente não tem dinheiro pra ficar esbanjando assim, não tem, mas uma vez?... e lá não tem espaço, não tem espaço pra você botar seus móveis, não tem espaço pra você estender roupa, quer dizer, é um lugar pequenininho. É por isso que aqui... a minha é pequena, mas aqui embaixo, depois dessa daqui é uma casa de dois andar. Aquela dali é irmã em cima e irmã embaixo. Aí, quer dizer, aí a família daqui debaixo é tudo família, 'né! Mora muita gente e aí, vai dormir aonde? 'Ah, sinto muito. A família de vocês é grande, mas é só isso daí mesmo. É dois quartos, sala cozinha e banheiro pequeno.' E aí? Como é que eles vão fazer? Vai dormir aonde? Um vai dormir no banheiro, outro na varanda para atrapalhar os outros passar? Deveria dizer: 'Ah, não, pra você eu vou dar casa grande porque a sua é grande.' Não vai fazer isso, 'né! 'Tá entendendo? O que eu tô te falando, as outras pessoas acham a mesma coisa. Entendeu? É pequeno, não tem privacidade, não tem onde você fazer as suas coisas; às vezes, você quer dormir, descansar pra trabalhar, o filho do vizinho tá correndo em cima, aí você não pode reclamar porque o vizinho é barraqueiro. Aí, pra não ter briga, ou você enfrenta ou deixa pra lá. Então, é por esses motivos que a pessoa não quer, não quer." (Fernanda, 2014)

Em seguida, começamos a conversar sobre outras questões do Pico Santa Marta. Assim, perguntamos o que significa o Pico do Santa Marta, essa parte alta do morro. Assim narra Paula Fernanda:

Ai, assim, pra mim é como eu falei antes. Aqui, assim, eu, Fernanda, não troco aqui em cima por lá embaixo. Não troco, nem no meio e nem lá embaixo. Não troco. Eu prefiro mil vezes: 'Ah, Fernanda, vamos trocar de casa?' Eu não quero. A única coisa se eu descesse daqui, saísse dessa aqui, é para perto do campinho, pra ficar perto da minha mãe. Tipo assim, eu ali no campinho, pra descer material é pertinho, pra tu construir é uma maravilha. Eu sempre tive vontade. Tem uma casinha da senhora ali, eu quero trocar com ela, mas ela não quer trocar comigo. Ela quer ir para o prédio, mas não quer trocar comigo. Ali no campinho, uma casinha de madeira, cheio de placa assim escrito ali: remoção. Não sei se tu viu no campo ali..." (Fernanda, 2014)

Perguntamos o que significa a casa para ela, já que vive com os filhos e o seu marido. Paula Fernanda narra: "Ah, acho que pra mim é tudo, 'né! Que desde o momento que você não paga aluguel, sabe? É sua." (Fernanda, 2014) Nesse momento, assim como foi com Maria

da Guia, enfatizamos a dignidade que existe no fato de não pagar aluguel. Paula Fernanda concorda e expõe seu ponto de vista:

“Isso, isso, isso. Com certeza. Com certeza. Desde o momento que você usou ali pra poder pagar, você dizer: ‘É minha!’ Ninguém bate na sua porta assim: ‘Vim pegar um aluguel.’ Eu acho que a pior tristeza do mundo é você pagar aluguel; é claro que uns relaxam, entendeu? Paga porque fica um pouco incomodado. Eu acho que você não tem que incomodar. Eu acho que, desde o momento, muitos também querem comprar, tipo assim, uma casa. Entrou, não faz nada. Só pra quem tem. Eu acho que você não tem que pensar assim. Tem que começar tudo de baixo, compra um barraquinho mesmo, bem ruinzinho mesmo, entra e, aos poucos, você vai... Você pensa que isso aqui estava assim, estava com essa portinha assim? Estava nada. A gente já gastou muito aí. Já gastou muito. E falta gastar ainda. ‘Tá pouco, ainda tem muita coisa ainda pra fazer por fora aí. Por fora você vê. Quer dizer, isso aí é aos poucos. Mas eu fico muito feliz, muito feliz mesmo, porque hoje em dia aqui ‘tá caro a casa. O aluguel, então, quatrocentos, quinhentos, seiscentos e assim vai...” (Fernanda, 2014)

Conversamos sobre a participação do governo no processo de remoção e urbanização na favela. Pergunto se algum representante do governo esteve em sua casa para dialogar sobre o assunto. Paula Fernanda responde:

“Não. Eu acho que não, porque eu acho não, não mesmo. Pra mim é não, não. Porque pelo tempo, de lá pra cá, esse negócio já fez o bondinho, fez apartamento, negócio de obra, está essa guerra de tira ou não tira e disseram que a gente está lutando pra não sair; então ‘tá essa briga grande. Pelo tempo de lá pra cá já tinham feito alguma coisa. ‘Eu vou respeitar a vontade de vocês: o que a Sr^a. Fernanda deseja aqui?’ Poxa, tem duas coisas: aqui o caminho não é só pra mim. Tem uma senhora idosa que mora lá no canto, ela não anda. Ela não anda. Ela não fala. Pra levar para o médico, o filho tem que passar aqui no colo, sem luz, caminho ruim, e aí? Eu tô pedindo só pra mim? Não. Ela ‘tá lá, lá no meio do mato lá, lá no cantinho. E aí? Só os três filhos homens e o esposo. O esposo deixa em casa os filhos, tomando conta; aí tem que trabalhar pra botar comida dentro de casa, e aí? A gente pede alguma coisa de mais? Não, não. Deveriam dizer: ‘Dona Fernanda, a senhora quer o quê?’ Podia fazer a casinha. Se ela quer ficar lá, vamos fazer ela de tijolo, bonitinha, organizadinha, com um quartinho só pra ela, ainda mais ela que não anda. Teve derrame. Ela é nova ainda, cinquenta e poucos anos, mas teve derrame, e aí? A situação triste... Quer dizer, não poderia subir aqui pra ver quem é? Ah, ‘tá. Então faz pra quem precisa mais. Eu acho que todos nós precisamos, porque se a gente não precisasse, não estava morando aqui, estava morando nos apartamentos em Copacabana, numa vilazinha bonitinha. Quem não queria tá morando? Mas não pode, a gente ‘tá aqui porque foi o único jeito de comprar aqui. O dinheiro deu pra comprar aqui, tem que ficar aqui. Ou senão, Baixada Fluminense. Da baixada, você acorda quatro e pouca da manhã pra tá aqui pra trabalhar. Quer dizer, eu não posso morar na baixada. E minha mãe? Ela não sai dali, ela só sai morta, viva não. E aí? Eu faço o quê? Só eu de filha. Não conheço a minha família, não conheço ninguém. Aí eu vou fazer o capricho dele ou meu capricho? Vou deixar ela morrer aqui sozinha? Deus que me perdoe. Entendeu? Aí quer dizer, deveriam falar assim, pô: então, ‘Dona Fernanda, a senhora quer o quê? Quer o material ou quer que pague uma pessoa?’ Eu falaria: ‘Não, eu prefiro o material, porque obra o meu esposo mexe, ele sabe fazer.’ ‘Seu fulano você quer o quê?’ Cada um escolhe o seu. Não poderia? Mas pesar no bolso não vai pesar, eles têm pra isso. Pesa no nosso, que a gente vai comprando aos poucos, tem as dívida, tem as compras, quer dizer, hoje dá pra fazer, pra comprar o cimento; amanhã compra o ferro, e dali levanta só essa parede. Deus sabe qual a outra e quando vai levantar.” (Fernanda, 2014)

O relato de Paula Fernanda serve para dialogar sobre vários elementos que já abordamos anteriormente. Como estamos priorizando os testemunhos, absteremo-nos de fazê-lo. Nesse momento, perguntamos o que ela achava dessa história estar presente no Ecomuseu Nega Vilma, do presidente Kadão Costa. Paula Fernanda responde:

“Ah, acho sim. Acho sim, porque quanto mais pessoas verem, conhecer, saber... às vezes sempre pode ter um filho de Deus ali que pode, ‘né! Pra Deus nada é impossível. Vai que tem, às vezes até deles mesmo lá, ó, que tem o coração bom, e vai lá, e vou tentar fazer alguma coisa, nem que eu perca o meu cargo, mas eu vou. Não sei, tudo pode acontecer, entendeu? Mas é bom sim.” (Fernanda, 2014)

Finalizamos nosso diálogo, falando sobre a articulação das pessoas e a participação da favela. Assim, pergunto se esse é um tema que está posto para todos da favela, se existe reunião para a favela toda. Paula Fernanda pondera e mostra algumas situações da realidade interna:

“Não, a comunidade assim... sobre remoção? É mais, tipo assim, essa redondeza aqui, tipo assim, a redondeza lá embaixo, assim, não está tão assim, porque, tipo assim, não ‘tá prejudicando lá embaixo. Eles não estão mexendo lá embaixo, é só essa redondeza. É só a redondeza aqui do Pico, entendeu? Lá embaixo não. Quer dizer, tipo assim, reunião, a reunião vai mais é a gente, é a gente que ‘tá na briga. É claro que se eles lá embaixo, alguns poucos for pra poder ajudar, ‘né, tudo bem, mas não é todos que vai; também não têm obrigação de ir, ‘né! Porque eles já têm a casa deles, ‘né! Já têm a sua e não estão implicando lá embaixo, estão implicando aqui em cima. Mas só a gente mesmo.” (Fernanda, 2014)

8.2.3 Aparecida Ribeiro

O diálogo com a Aparecida se deu no quintal, com uma vista maravilhosa. Ela mora numa das partes mais altas do Pico. Sua casa está bem perto da trilha, na mata que conduz ao Mirante do Dona Marta. Ela começa dizendo que todos a chamam de Cida: pessoa descontraída e alegre. Embora o marido estivesse presente, disse que era tímido e iria ficar apenas ouvindo nosso bate-papo. No final, ele começou a participar. Pergunto quantas pessoas moram no local e Aparecida explica que, no momento, ela e o marido, pois o filho se mudou para São Paulo, conforme narra: “No momento é só eu e meu esposo; o meu filho mudou pra São Paulo. Tenho uma filha que mora aqui embaixo e outra filha minha ‘tá no céu com Jesus. Foi, foi. Ela faleceu em outubro.” (Ribeiro, 2014) Começamos, então, a conversar sobre essa perda e os dramas da vida. Afirmando que a perda está recente e Aparecida Ribeiro diz:

“Tá, tá recente... deixou um bebezinho: ‘tá com 6 meses e ‘tá todo mundo cuidando do bebezinho. É difícil. E tem mais duas meninas, uma de dez e outra de oito estão lá com a outra avó, ‘né. É, tá com a outra avó, porque eles moram lá em Japeri. Aí todo mundo, aí a gente ‘tá sempre indo pra lá ver o neném, dar uma ajuda. O meu genro também. Assim... o meu genro trabalha aqui em Laranjeiras. A gente tem que entregar na mão de Deus e pede força a ele, ‘né! Porque é bem difícil; ela era uma menina com 27 anos, saudável, estava muito feliz com esse

bebê, que é um menino, 'né! Teve complicação nos últimos meses de gravidez. Ela teve complicação; aí, foi morar com Deus." (Ribeiro, 2014)

Após essa narrativa, começamos a conversar sobre a vida na comunidade, as atividades, o estilo de vida no morro, a vista, os visitantes de fora. Perguntamos quanto tempo ela mora no morro. Aparecida Ribeiro responde: "Dezoito anos." (Ribeiro, 2014). Assim perguntamos onde ela morava antes de chegar ao Santa Marta. Aparecida Ribeiro responde:

"Nós, a gente morava em Laranjeiras. O meu marido ele era porteiro-chefe, e a gente morava naquele apertadinho, 'né! Coisa de moradia de porteiro, 'né... você sabe. Aí nós moramos em Laranjeiras; aí depois a gente fomos morar... onde mesmo? Na rua Alice, não. Continuamos em Laranjeiras. Só que saímos do prédio, da moradia do prédio, fomos morar na rua Alice, em Laranjeiras, pagando aluguel. Depois fui morar em Ramos, também pagando aluguel. Aí, na época ele trabalhava no prédio e em uma farmácia, e aí conheceu uma pessoa que era dono dessa casa, e a gente estava querendo comprar um cantinho pra gente sair do aluguel, 'né! Aí foi quando a gente conseguimos comprar isso aqui, com esse amigo dele que trabalhava junto com ele na farmácia. Aí estamos aqui até hoje." (Ribeiro, 2014)

Diferente de outros moradores, a casa deles é alvenaria, com laje, tijolos, construída no segundo andar de outra. Assim desejamos saber se eles fizeram obra na casa. Aparecida Ribeiro responde:

"É... a gente fez alguma coisa, que ela não era assim, mas era pra já ter terminado. Mas aí, quando começou esse negócio dessas obras: 'Ai, você não pode fazer obra, não pode fazer obra'. Aí nós paramos, mas agora nós vamos continuar de novo a obra. Arrumamos dentro da casa, botamos piso, fizemos uma série de coisas. Aí fora a gente vai começar a arrumar, porque paramos por causa dessa confusão; a gente não podia fazer nada, 'né! Aí agora a gente vai começar outra etapa. Arrumar, 'né!" (Ribeiro, 2014)

Como ela citou que não está podendo mais fazer obras em sua casa, perguntamos como sua preferência sobre o nome do que está acontecendo no Pico, realocação ou remoção? Aparecida Ribeiro responde:

"Olha, eles falam que isso aqui que aqui é área de risco, mas eu pergunto para vocês: dentro de uma comunidade dessa, qual é o local que não é uma área de risco? Porque aqueles prédios ali da terceira estação, ali antigamente teve um desabamento ali. Dizem que ali também foi um lixão; as pessoas mais antigas que moram aqui que sabem dessa história bem e eles construíram os prédios ali, 'tá entendendo? Aí, agora até que eu acho que por causa desse negócio de eleição daqui a pouco, né. Aí eles estão resolvendo as coisas deles pra lá; não tão mexendo com ninguém. Mas eu acho que depois que passar a eleição, eu acho que eles ia dar continuidade à obra daqueles prédios que eles estão fazendo ali, 'né! E para as pessoas que, assim, eu digo assim... pra pessoa que mora num barraco daquele, que mora num outro barraco desse aqui, é... essas pessoas assim... que precisam de um local pra morar digno, sabe? Um local bacana, que a pessoa não tenha, que talvez aquela pessoa tenha medo quando 'tá chovendo. Aí a gente... Às vezes eu fico até com medo, assim, porque você não tem ideia como é quando nós temos inverno, como é que a chuva daqui de cima e os ventos, 'tá? Você não tem ideia como é o vento aqui em cima!... Então, às vezes, quando é nessa época assim de verão, esse verão brabo, eu tenho um pouco de medo. Mas eu não quero sair da minha casa; eu não quero, porque vai tirar toda a tua liberdade, sabe? Para ir morar ali naqueles prédios ali. Eu não quero sair daqui, nem eu, nem ele." (Ribeiro, 2014)

Pergunto se ela sabe qual é o governo que está conduzindo o processo de remoção. Ela responde que é o governo estadual. E disse que o vice-governador já esteve no morro. Perguntamos quanto tempo tem esse processo de chegarem e dizer que a área é de risco. Aparecida Ribeiro responde:

“Na realidade, pelo que os vizinhos contam, isso não é de seis, nem de dez anos, isso é de muito tempo. Tem gente que é nascido e criado aqui que já ouviu falar nisso. E vai ser sempre assim...continuam dizendo que é área de risco. Nós temos um vizinho aqui - esse meu vizinho aqui ele foi nascido e criado lá em cima - ele disse que morava muita gente lá em cima. Então eles desceram com as pessoas de lá pra cá. Então, do mesmo jeito eles querem fazer agora: tirar essa parte daqui de cima e descer mais. Mas ele não quer sair; esse meu vizinho não quer sair, eu não quero sair; meu outro vizinho não quer sair. Graças a Deus, nós nunca tivemos assim desabamento; nunca tivemos nada disso aqui, entendeu? Aí muitas pessoas falam assim que eles querem tirar a gente daqui, que eles querem fazer ponto turístico aqui em cima; então, o interesse deles mais é isso. É prefeitura, é dinheiro que eles querem, entendeu?” (Ribeiro, 2014)

O testemunho de Aparecida Ribeiro é também um levantamento histórico do processo de habitação da área. Como mostramos nos primeiros itens dessa parte, os moradores têm consciência do processo, conversam sobre a história da urbanização e o lugar que a favela ocupou. A narrativa de Aparecida dialoga com a historiografia da urbanização traçada pelo líder comunitário Itamar Silva. A tensão está presente em várias partes de seu testemunho. Assim que ela conclui, pergunto se acredita que pode ser construído algum empreendimento no local. Aparecida Ribeiro é taxativa na resposta:

“Existe, existe, existe! Pois é, olha se isso aí dá pra você entender. Como é que é área de risco pra você morar e não é uma área de risco pra eles fazerem um ponto turístico? Porque, se eles quiserem fazer isso aqui bonito, eles fazem. Por que eles não podem arrumar esses caminhos pra gente fazer uma escadinha aqui?²³⁸ Você tinha que ver minha mãe: quando a minha morava aqui, a minha mãe era doente, a minha mãe não andava; então, quando era pra levar a minha mãe para o médico, meu marido descia com a minha mãe daqui no colo. Entendeu? Descia com ela no colo, por quê? Porque nós não temos um caminho decente. Mas é isso que eles querem, eles não vão fazer nada; eles querem é que você saia daqui. Aí falou assim: ‘Ah, se acontecer alguma coisa e ninguém quiser sair de lá, nós não podemos fazer nada, nós não temos nada a ver.’ O cara mesmo que faz a reunião ele é curto e grosso. Ele fala tudo isso: ‘Nós não vamos gastar um real, um real no Pico’”. (Ribeiro, 2014)

Poderíamos estabelecer várias correlações com as falas dos líderes comunitários e do presidente da Associação de Moradores e discutir nossa percepção de que os tempos mudam, mas traços do modelo antigo de urbanização e desenvolvimento permanecem. Isso, explicaria por que gastamos tanto tempo construindo um referencial teórico transdisciplinar. Porém, tudo isso está implícito, pois priorizamos expor os testemunhos com poucas

²³⁸ Nesse momento, o marido, que está sentado na cadeira ao lado ouvindo o diálogo, intervém e fala a mesma fala da esposa.

intervenções. Assim, continua Aparecida Ribeiro em sua análise, ao ser perguntada se de fato existe essa fala de que nada será feito no Pico:

“Falamos, já teve várias reuniões. Várias pessoas que foram pra reunião e passam isso pra gente, porque às vezes não dá mim ir, nem para o meu marido, porque ele é motorista de escola, ‘né. Mas as pessoas que vão na reunião, eles passam isso. Ah, ele falou isso e isso; não vão gastar um real aqui; que as pessoas têm que ter consciência que isso aqui é área de risco. Isso. É tudo o que eles falam assim.” (Ribeiro, 2014)

Nesse momento do diálogo, perguntamos se o motivo que o governo dá para realizar essas intervenções é por se tratar de uma área de risco. Aparecida Ribeiro responde:

“É, é área de risco. Isso aqui é área de risco? Para o morador, para o pobre é área de risco. Agora, se eles quiserem fazer uma coisa bonita aqui, ‘né! Como você vê em outros lugar aí, você passa, tem aquelas coisas que eles arrumaram tudinho. Quer dizer, pra fazer uma coisa dessa aqui eles não vão gastar nada, que eles fazem coisa muito pior do que isso aqui, ‘né!
É... existe muito comentário sobre isso. Eles falam: ‘Olha, vamos fazer florestamento.’ Florestamento aonde, que isso já é tudo florestado, ‘né’.” (Ribeiro, 2014)

Conversamos, então, sobre essas possibilidades, assim Aparecida Ribeiro compartilha mais leituras como as pessoas interpretam o processo e as razões da remoção. Assim, narra Aparecida Ribeiro:

“É isso que às vezes eles querem passar. Aí já tem outro lado que as pessoas já vê desse jeito: eles querem isso aqui pra fazer ponto turístico, bonitinho, isso e aquilo outro. Quer dizer, eles querem a coisa, a prefeitura, o governo estadual, eles querem coisas que dê lucro para eles, ‘né! Quer dizer, isso aqui seria um lucro pra eles. Se todo mundo descesse daqui e deixasse isso aqui vazio para eles, ‘né! Aí você já pensou: tu sai da sua casa, vai pra ali; de repente vem a prefeitura, derruba tudo isso aqui e, de repente, tu olha lá debaixo, eles estão construindo um monte de coisa aqui. Como é que tu não vai se sentir, cara? É uma traição, ‘né! Pois é, é uma traição com a gente.” (Ribeiro, 2014)

Após sua narrativa, tivemos que parar um pouco e reorganizar novamente os sentimentos para prosseguir o diálogo. Analisando pelos testemunhos dos líderes comunitários e os exemplos que eles deram de outras comunidades que foram removidas e cuja área transformada em empreendimento imobiliário, a ‘tensão criativa de sentido’ fica mais latente e poderia receber nomes diferentes. Quando inserimos esse testemunho no diálogo com o paradigma de urbanização de sustentabilidade insustentável dos dois modelos do século XX, também percebemos a coerência da fala de Aparecida Ribeiro. Nesse momento, perguntamos o que poderia ser feito para isso não acontecer e Aparecida Ribeiro responde:

“Olha, sabe, na minha opinião, eu acharia assim... tudo bem, quem quer ir lá para os apartamentos, pode ir para o apartamento. Você quer ficar na sua casa? Então vamos arrumar isso aqui, vamos arrumar aqui, vamos arrumar ali, tudo isso. Olha só uma pedra dessa aí; quer dizer, meu vizinho, esse meu vizinho aqui ele não ia sair pra ir para os predinhos, mas resolveu sair pra ir para os prédios, por quê? Porque ele sai pra trabalhar e a esposa; eles têm filho pequeno. Então, ele tem medo que num dia de chuva forte essa pedra pode descer, como já desceu uma pedra daqui pra ali. Entendeu?” (Ribeiro, 2014)

Novamente, é possível perceber que área vai-se tornando um local difícil para morar, sem obras básicas de saneamento e sem acompanhamento do poder público. Nesse momento, perguntamos se, para não haver problemas de desabamento, seriam necessárias reformas. Aparecida Ribeiro responde: “Lógico que teria que ter uma reforma.” (Ribeiro, 2014) Indagamos sobre como realizar reforma se, segundo ela, não é permitido ter obras no local. Aparecida Ribeiro responde:

“Não, não pode fazer nada. É o que eles falam, que não vão gastar um real aqui em cima. Quer dizer, só se nós morador, se unir todo e fazer alguma coisa. ‘Tá entendendo? Por nós mesmo aqui em cima, porque por eles mesmo não. Eles vêm aqui; eles não sobem aqui. Só quem subia aqui antigamente era a Geo-Rio, porque já teve laudo da Geo-Rio com a prefeitura; aí disse que o laudo que fizeram da Geo-Rio, da prefeitura foi falsificado. E o da Geo-Rio era o verdadeiro. Eu sei que foi uma fofoca danada com esse negócio de laudo, como aqui não era uma área de risco. E a prefeitura disse que é área de risco. Aí, afinal de contas, você não sabe quem ‘tá falando a verdade, se a prefeitura ou o lado da Geo-Rio. Porque a Geo-Rio também é prefeitura, não é? Mas sei que estava... houve uma fofoca doida aí com esse problema aí desses laudos aí; eu não sei quem foi que deu isso.” (Ribeiro, 2014)

Na continuidade do diálogo, pergunto se tem algum morador que deseja sair e aceitar a proposta de morar nos apartamentos. Aparecida Ribeiro responde:

“Tem morador que tem vontade de sair. É o que eu acabei de te falar. Essas pessoas que moram nesses barraquinhos aqui, ali, eles querem ir para os prédios sim! É porque, às vezes, a pessoa não tem condição de construir, ‘né! E eles não querem que a pessoa, mesmo com o barraco ali, construam. Se aquele ali quiser construir ali, eles não deixam. Como teve uma garota que construiu aqui, já ia bater a laje da casa dela, quando a prefeitura subiu aí, mandou derrubar a casa da moça. Derrubaram. A prefeitura. A prefeitura. Vieram aquele pessoal da prefeitura todo lá com ferramenta lá, e botaram abaixo lá a casa da moça.” (Ribeiro, 2014)

Diante de sua narrativa, questionamos como o morador faz para ficar esse período de quase cinco anos sem pode fazer modificações em sua casa. Aparecida Ribeiro diz:

“Ou você mete as caras ou você deixa cair. Ou mete as caras ou deixa cair. Aí essa minha outra vizinha construiu a dela aí acima da irmã dela; construiu aí, não quis nem saber, ‘né! Meu outro vizinho aqui atrás também construiu abaixo da casa do outro vizinho aqui; e assim... a gente vai deixar a casa da gente cair? (...) Pois é, então é assim... pra gente que mora assim, é muito complicado com essa gente. Olha, uma época, eu tinha um barranco aqui atrás...” (Ribeiro, 2014)

Como o marido começa a participar, convido para se assentar próximo. Nesse momento, Aparecida Ribeiro narra uma experiência que ela viveu e tem relação direta com o que estamos conversando, perguntando se o bate-papo não era para televisão. Assim explica Aparecida Ribeiro: “Isso não é coisa de televisão não, ‘né, meu filho? Ele não gosta de negócio de televisão, porque antigamente a televisão, a Globo, não saía daqui antigamente, logo quando entrou a UPP aí.” (Ribeiro, 2014) Termina sua indagação e começa a narração do assunto anterior. Assim narra Aparecida Ribeiro:

“Caiu, desceu um barranco lá atrás que cobriu a minha janela. Cobriu a minha janela... o que eu fiz? Na época, a minha patroa ela era jornalista da Globo, 'né! E quem era o secretário na época, essas coisas, era o Conde. Aí! Vamos mandar e-mail para o Conde, 'né! Aí ele respondia o e-mail dizendo que ele não podia resolver nada; tinha que ser o município. Mandava outro e-mail para o município. Não é o município, é o estado. Eu sei que ficou nesse empurra-empurra pra lá, e ninguém veio aqui resolver nada. O que veio aqui foi a Geo-Rio, e eles interditaram a minha casa, interditaram a minha casa. Aí, na época, eles estavam fazendo aquelas canaletas ali, fizeram um muro ali, um murinho ali, só pra enganar, para o barranco não descer. Mas eu fiquei, eu tive que sair daqui da minha casa. Aí, depois eu falei para o Marcelo: 'Marcelo, sabe de uma coisa? Vamos voltar pra casa, porque ninguém vai fazer nada por nós: ninguém!'. Até o presidente da associação... a moça na época veio aqui... não vou dizer o nome.” (Ribeiro, 2014)

Aparecida Ribeiro continua pontuando elementos dessa relação dos governos com a favela. Assim explica a continuidade de sua fala:

“Mas, na época, veio uma moça aqui da associação. Ela chegou olhou e olhou e falou assim: 'Poxa, mas não foi nada de mais.' Quer dizer, o barranco inteiro desceu, cobriu a minha janela, e não foi nada de mais, 'né! Aí eu falei: 'Poxa, não foi nada de mais?! Mas se fosse na sua casa, a senhora ia falar que não era nada de mais?' Pronto, foi só isso que ela falou e foi embora. Veio alguém depois pra resolver algum problema? Veio não. Não veio ninguém.

É por isso que eu te falo: eles querem é que a gente se ferre; não querem saber de negócio de ficar ajudando. E vão pra televisão; fica com aquela casa bonitinha, com aquele apartamento, com aquela coisa e tudo. Isso tudo é pra enganar o povo. Tem gente, assim, tudo bem, que a pessoa, às vezes, a pessoa tem assim, um... como é que eu quero te dizer? Às vezes, assim, a pessoa é ignorante, não entende nada. Acha que eles estão fazendo aquilo ali porque eles estão te ajudando, mas eles estão fazendo ali com outro interesse em outras coisas, porque sabe que político não dá nada pra ninguém de graça, 'né! Então, é isso tudo que eu acho daqui.” (Ribeiro, 2014)

Demonstrando aguda consciência do processo, Aparecida Ribeiro fundamenta com propriedade suas ideias. Sua leitura se insere na força de articulação da realidade local que falamos nos itens anteriores. Ao mesmo tempo, seu testemunho também revela que, nos próximos anos, a 'tensão criativa de sentido' pode aumentar muito porque as novas gerações da comunidade e das classes populares no Brasil exigirão cada vez mais seus direitos. Perguntamos a Aparecida Ribeiro qual o significado do Pico do Santa Marta para ela, já que são dezessete anos morando no mesmo local e já passou por muitas coisas. Aparecida Ribeiro responde:

“Olha, eu gosto daqui. Assim... eu sou uma pessoa... eu sou muito da minha casa; eu não sou assim de 'tá na casa do vizinho. Na casa da Fernanda eu vou de vez em quando, eu vou assim... por acaso, 'né! Como eu precisei, 'né. E ela, se ela precisar de alguma coisa, ela vem aqui, mas é mais assim... a gente passa, eu tô aqui no meu portão, o marido dela vai e conversa muito com o meu. Aí ela passa, a gente fica conversando... mas assim... tem muito vizinho assim que eu não sou de 'tá na casa das pessoas. Eu não gosto, sabe?” (Ribeiro, 2014)

Em seguida, Aparecida Ribeiro narra algumas de suas características, as peculiaridades do morro, a vida comunitária que algumas pessoas têm na favela e a privacidade. Assim explica Aparecida Ribeiro:

“Mas sou assim, se você precisar de mim, se eu puder ajudar eu estou aqui na minha casa. Eu acho assim: “cada um no seu quadrado”, ‘né! Eu acho assim, cada um no seu canto, sem problema... se um precisar do outro, o outro ajuda. Então, é esse tipo de coisa que eu gosto; ninguém vem perturbar na minha casa. Mesmo nos tempos da guerra aqui, que eu acordava com aquela coisa grande aqui, na minha porta praticamente, ‘né! Nisso eu nunca tive problemas, graças a Deus. ‘né! Quando eles queriam entrar aqui na minha varanda, eles me pediam licença; nunca entraram invadindo a minha varanda; nunca entraram arrombando a minha porta; a polícia... nunca teve isso. As garotadas também... nunca ninguém me perturbou. Então, eu não tenho o que falar nada daqui. O único problema é só esse: que esses caminhos ruins que a gente tem aqui. (...) Sem reforma. E vai continuar assim, se os moradores não se unir. Porque também tem isso, ‘né! Uns querem: o meu, o dela quer fazer, o outro quer fazer, o outro ali quer ajudar, mas já tem dois, três que não querem; não estão nem aí, entendeu? Aí é assim, ‘né! Que eu acho que todo mundo tem que unir. ‘Vamos arrumar nossos caminhos?’ ‘Vamos’, entendeu? É meio complicado essas coisas aí, sabe?” (Ribeiro, 2014)

Perguntamos qual o significado da ‘casa’ para ela, e Aparecida Ribeiro responde:

“Minha casinha. Eu gosto muito da minha casa, eu gosto muito do meu canto. Você vê a liberdade; ninguém me incomoda. Só os cachorros aí latindo, entendeu? Só a única coisa é essa coisa alta demais, ‘né! Que os meus amigos dizem que eu moro no covão do Cristo. É... Dizem que eu moro no Covão do Cristo, que você olha assim você vê o braço dele. Eu digo: “É.” Mas eu gosto. Já não gostaria se eu fosse morar ali pra baixo. Eu prefiro aqui mesmo. Que aqui, sei lá, aqui eu respiro um ar puro. Ali pra baixo é aquela coisa muito sufocada, sabe? Aquelas casinhas tudo... Aquele barulho de som, de coisa. Aqui já é diferente. Tu bota teu som aqui, tu escuta, tu não vai botar um som pra comunidade ouvir. Tu vai botar pra você ouvir, entendeu? Então, é isso que eu gosto daqui, essa liberdade. (...) Agora a gente sai, ‘né! Volta a hora que quer voltar, sai a hora que quer, não tem ninguém pra te incomodar, sabe? Que antigamente não era assim, ‘né! Era aquela coisa do limite, ‘né! Mas, graças a Deus, muita coisa melhorou aqui. Muita coisa melhorou.” (Ribeiro, 2014)

Após explicar essas peculiaridades da vida no Pico, Aparecida Ribeiro narra algumas mudanças de urbanização que chegaram junto com a instalação da UPP, conforme outros líderes já pontuaram. Assim explica Aparecida Ribeiro:

“Esse problema de luz era negócio de ‘gato’, essas coisas todas, ‘né! Agora nós temos a nossa luz, nós pagamos a nossa luz, pagamos. Chega a conta todo mês. Mal acabou o mês, a outra conta já ‘tá aqui na porta, ‘né! Só a água que... nós temos água, ‘né! Que aquela caixa grande lá em cima, ela joga água para uma caixa de baixo, e ela joga aqui pra gente; só que a água, por enquanto, aqui nós não estamos pagando, entendeu? A água a gente não ‘tá pagando, mas luz a gente paga. Pelo menos esse problema da luz foi resolvido, ‘né! Pra gente aqui. Você pode fazer uma reclamação que você ‘tá provando que você tem um papel de luz e você ‘tá pagando. (...) Tem um endereço, ‘né! Esse tipo de coisa. Ah, eu acho, eu acho, mas ainda falta muita coisa ainda.” (Ribeiro, 2014)

Indagamos sobre as coisas que deveriam melhorar para que os moradores pudessem ter dignidade e uma vida como em outros lugares da cidade. Aparecida Ribeiro responde:

“Acho. Ainda tem muito assim... muito sofrimento de pessoas aqui nessa comunidade. Olha, você vê... uma comunidade dessa na Zona Sul, na minha opinião, não era pra existir uns barracos desses mais aqui. É aqui e lá pro canto... não era. Era pra todo mundo ter uma casa digna pra morar, um lugar bacana, sem medo. Sabe? Eu acho assim, que era... não era pra existir assim... se nós tivéssemos um bom governante, eu acho que isso aqui não existia mais: todo mundo com as suas casinhas bonitinhas, entendeu? Mas, infelizmente, ‘né, ão é isso que acontece, ‘né!’” (Ribeiro, 2014)

Na sua fala é possível perceber o lugar que a favela ocupa na Zona Sul. Aparecida Ribeiro percebe as contradições presentes num bairro que fica na mesma cidade. Nesse momento, perguntamos o que ela acha de existir um museu com a história dos moradores do morro e do Pico do Santa Marta, a partir das narrativas dos próprios moradores, Aparecida Ribeiro responde:

“Ah! Eu acho bacana, porque tem museu de tanta coisa... Por que não um museu de uma comunidade, das pessoas contando a história da comunidade, o que nós temos, o que nós não temos, o que precisamos, né? Porque nós temos menos do que nós precisamos, entendeu? Porque a gente precisa de muita coisa aqui, tá? Precisa muito de muita coisa. Nós não temos. Pra você ver, não tem um lazer pra uma criança aqui. O que é lazer das crianças aqui? É aquela quadra ali, só aquela coisa ali é o lazer das crianças daqui do Pico, ‘né! Quer dizer, aqui nós... Gente podia ter uma praça bonitinha, como lá embaixo tem a praça lá embaixo... mas é lá embaixo. Não é aqui na comunidade. Aqueles banquinhos, aquelas mesinhas para os velhinhos vir sentar, ficar jogando como você vê em outras comunidades aí; você passa e você vê aquelas coisas ali tudo bonitinha, mas aqui não tem nada disso. Não tem um lazer, não tem nada. Não tem nada. Aí o que tem para as crianças? Nada. Não tem nada. Eu tenho dois netos aqui que moram com a minha filha, mora aqui, são gêmeos, ‘né! Têm 10 anos. Eles... tem um moço que tem uma escolinha de futebol aí pra eles toda semana: duas, três vezes na semana. Isso pra eles é coisa maravilhosa... Aí ele leva eles para o Maracanã, leva eles para o parque, leva eles pra cá; eles alugam ônibus, sabe? E leva as crianças. Quer dizer, o lazer deles é mais lá fora, porque aqui, entendeu? É isso.” (Ribeiro, 2014)

A finalização do intenso bate-papo com Aparecida Ribeiro terminou praticamente com um pedido de socorro, um grito para que as questões levantadas por ela sejam ouvidas pela sociedade. Do lugar mais alto do Pico, com o sol sendo abraçado pela noite no horizonte da Lagoa Rodrigo de Freitas, encerrávamos nosso diálogo e, assim, Aparecida Ribeiro mandava sua nota:

“Porque é assim... eu acho, na minha opinião, eu acho que parece que é assim... nós estamos... como nós moramos aqui, é como se tivéssemos jogado; que não tem ninguém ao nosso favor, sabe? É como não ter ninguém ao nosso favor. Que Deus nos livre! Se acontece uma coisa, quem que vai nos socorrer? Quem que vai nos ajudar? A gente nem sabe quem. Oh! Nós aqui que vamos ter que arrumar isso aqui, porque se começar a chover, daqui a pouco, nós não vamos ter caminho aqui, porque a pedra que tinha aqui foi a pedra que rolou e parou ali, entendeu? Tinha um pedrão aqui, a pedra rolou e

ficou ali. Quer dizer, nós que vamos ter que fazer isso. Por quê? Porque a gente mora aqui e vamos ter que fazer. Você acha que ele vem lá de baixo olhar isso aqui e mandar fazer isso aqui? Não vai não.
Então, tem que ter o morador. Que as pessoas que vão visitar, quando eles lerem lá no painel, vê: 'Nossa!' E a gente olha assim, pensa que 'tá tudo bem, tá tudo bonitinha, mas não 'tá. Você vê as pinturas. É praticamente do morro pra baixo. Eles vieram pintar aqui pra cima? Não vieram arrumar nada aqui pra cima. Pra você ver, é o que sempre a gente fala: 'Poxa, quer dizer que o Pico não faz parte do Santa Marta; é só do meio do morro pra baixo". Tem até nisso." (Ribeiro, 2014)

8.2.4 Helen²³⁹ Marcela

Helen Marcela também mora na parte alta, vista privilegiada. Realizamos a entrevista no quintal, com uma vista exuberante. O dia estava lindo, o Pico estava com um silêncio... e era possível ouvir longe galos e passarinhos cantarem. A casa de Helen Marcela também fica bem perto da trilha que, a pé, em quarenta minutos você está no Mirante Dona Marta. Helen Marcela é cria do morro Santa Marta²⁴⁰, como ela mesma diz: "Há quarenta e seis anos. Sou cria do Pico." (Marcela, 2014) Helen Marcela poderia ser incluída na categoria de transeuntes na própria pátria, como fizemos com a história do Ecomuseu Nega Vilma. A família de Helen Marcela já tinha sido removida da área mais alta do Pico, conforme observamos em sua fala:

"Eu morei com a minha família, eu morava mais em cima, 'né! Antes tinha barracos até perto do Mirante. Então, esses barracos foram removidos; as pessoas não ganharam nada em troca. Aí, muitos ficaram na casa de parentes, amigos...(Letícia, pega ele aqui.) Muitos ficaram na casa de parente e amigo até se estabilizar, 'né! Aqui já morou meus avós, meus pais, 'né! E hoje em dia tô eu, meus filhos, irmãos. Só sei que tem 46 anos aqui, que eu moro aqui. Já passei por poucas e boas. Meus pais já morreram e hoje em dia, sou eu e meus filhos. Continuo morando aqui com os meus filhos. Meus pais e avós já faleceram." (Marcela, 2014)

É possível perceber que ela tem muita história, já que todos faleceram. Assim pergunto sobre a memória dela do Pico Santa Marta. Conversamos sobre o fato do Santa Marta estar dentro do bairro de Botafogo, que é importante na configuração do Rio de Janeiro. Perguntamos se os pais contaram alguma história sobre isso para ela, e se ela tem orgulho de morar no Pico. Helen Marcela responde:

"É... mas eu não me orgulho não, porque as histórias que eles contavam eram histórias de assombrações. Eram só história de - eu não acredito - mas história de Saci Pererê. Sabe aquelas pessoas antigas?... Mula-sem-cabeça... eles falaram que viam, que um assoviava para o outro. E aí, graças a Deus, eu nunca vi, 'né!" (Marcela, 2014)

Com as histórias do passado, retomamos o tempo antigo de habitação no Pico, as famílias e as tradições. Nesse momento, então, perguntamos se de fato existiam essas casas

²³⁹ Helen é um nome fictício. Apenas Marcela é o nome real. Já explicamos o fato da pessoa fornecer apenas o primeiro nome. Isso também acontece com a idade. Para não transformar o bate-papo numa entrevista formal, deixamos que cada pessoa compartilhasse a idade ou não.

²⁴⁰ A expressão 'sou cria' é muito utilizada em diferentes favelas no Rio de Janeiro. Ela exprime o fato de alguém ter nascido na favela.

lá em cima. Helen Marcela responde: “Tinham casas, tinham casas. Não, eu lembro, tem pessoas que ainda continuam morando aqui na comunidade que já morou naquela parte lá.” (Marcela, 2014) Nesse momento, percebemos que Helen Marcela se referia a habitações que se estendiam para mais dentro da mata. Perguntamos se a família é um exemplo dessas pessoas que moraram nessa área, mais dentro da mata. Helen Marcela explica: “Não, a minha família morava ali perto do poço; tem uma mina d’água ali, um poço, ‘né! Então, mais pra cima morava mais família, ‘né! A gente não chegou a morar lá perto do mirante não.” (Marcela, 2014) Questionamos sobre o que fizeram com essas famílias, se foram assistidas, e se elas passaram pelo processo de remoção. Helen Marcela explica: “Foram removidos, mas aí não deram casas; a prefeitura não deram casa; tiveram que segurar. Aí muitos foram pra casa de parentes que moravam mais abaixo, ‘né! Parentes, amigos... até conseguir uma outra casa pra eles morarem.” (Marcela, 2014) Perguntamos se isso aconteceu há trinta ou quarenta anos, e Helen Marcela nos responde: “É muito mais, muito mais, porque eu era criança.” (Marcela, 2014)

Aproveitamos que Helen Marcela toca nesse ponto, e começamos a falar sobre os processos de moradia da favela. Preparávamos para entrar no tema específico da remoção, porém, de forma leve, conforme estava a conversa. A espontaneidade do assunto estava tão grande que Helen Marcela mesmo decidiu compartilhar uma história que julgou ser importante para as histórias que levantamos sobre o Pico Santa Marta e a urbanização. Assim, compartilha Helen Marcela: “Tem um assunto também que eu acho que você vai achar muito importante. É... numa época que eu era criança, eu ouvia também essa história, que era o falecido Valentim. Você já ouviu falar?” (Marcela, 2014) Respondemos que não conhecíamos a história. Helen Marcela questiona: “E do falecido Lima?” (Marcela, 2014). Falamos que também não conhecíamos. A partir desse momento, Helen Marcela passa a descrever a história:

“Valentim e Lima. Que eles eram os donos, ‘né! Isso assim, eu era bem menor; então, eu não presenciei isso. Eles eram o dono de uma parte que tinha no alto. Então, assim, as crianças não podiam, tinha cerca, ‘né! Essas cercas de arame; as crianças não podiam ultrapassar essa cerca nem pra pegar fruta, nem pra pegar pipa, porque ali ele tinha uma espingarda e metia bala nas crianças. Então, esse falecido Lima...(...) É... Lima e Valentim. Depois eles começaram a se desentender e tiveram um duelo. Entraram em duelo os dois: um matou o outro. Tá entendendo? Assim, um eu acho que levou três tiros; o outro levou quatro. O Lima, eu acho que morreu na hora, e o Valentim ficou três ou quatro dias no hospital, mas ainda tem uma esposa dele, que a gente chama de tia Maria. Ela tá viva, ela tem mais ou menos uns 100 anos, ‘né! Eu já levei até uma pessoa... já tem... foi o ano passado, começo do ano passado, pra fazer uma entrevista com ela. Ela tá... a mente dela continua lúcida. Então, se você entrevistar ela, ela te conta tudinho. Muito interessante. Ela tem uns 100 anos. Eu acho que ela é a pessoa mais velha daqui da comunidade.

Se você marcasse um dia comigo, eu até levaria você lá.²⁴¹ Mas aí eu teria que conversar com ela primeiro, pra ver se ela aceitava, porque às vezes ela tem que ir ao médico. Ela não 'tá mais saindo de casa, porque ela tá perdendo a visão, 'né! 'Tá bem velhinha mesmo, mas ela 'tá superlúcida." (Marcela, 2014)

Helen Marcela nos dá informações preciosas sobre a tia Maria e esse caso que, de certa forma, está também na origem do morro Santa Marta. Assim Helen Marcela explica:

"Então, assim, ela já foi esposa do falecido Valentim, perdeu o filho dela também, 'né, que era um filho único. Então as crianças ficavam brincando no terreno dela, inclusive, eu, 'né! Então ela ensinava as meninas a fazer bolo, biscoitinho... todo mundo chamava ela de tia, 'né! Até hoje, crescemos, temos nossos filhos, a gente continua chamando ela de tia, tomando a bênção... Mas muita gente aqui da comunidade chama ela de tia; é conhecida como tia Maria." (Marcela, 2014)

Interrompemos essa parte e retornamos para o início. Relembramos o fato de os avós dela já terem vivido no passado a experiência da remoção. Solicitamos que explique melhor como isso acontecera. Helen Marcela narra:

"Só que eles não chegaram a ser... É... removidos. Porque eles moravam mais embaixo. Então, ali daquela caixa ali pra cima - tem uma caixa d'água ali pra cima - todo mundo foi removido. E nós, a gente morávamos abaixo da caixa. Aí ficamos sendo os últimos do Pico, porque as casas que tinham acima foi removida." (Marcela, 2014)

Aproveitamos para tocar numa discussão que existe internamente dentro do Santa Marta, e perguntamos se ela acha que o Santa Marta nasceu de cima pra baixo ou de baixo pra cima. Helen Marcela responde: "De cima para baixo. Todos falavam que era de cima pra baixo." (Marcela, 2014) Se for de cima para baixo, o processo de remoção faz parte da identidade do Santa Marta. Nesse momento, perguntamos como ela compreende o processo de remoção que, atualmente, acontece no Santa Marta. Helen Marcela explica:

"Ah, eu acho assim: é uma palhaçada, porque nós queremos urbanização, não remoção, 'né! Então, a gente 'tá lutando contra a remoção. E assim, eu não vou sair daqui. Se eu tiver que sair daqui, eu posso sair e ir pra outro lugar, mas aí eu vou até alugar a minha casa, eu não vou vender, desfazer da minha casa. Eu já morei lá embaixo, perto de Jabuti, quando eu estava grávida dessa menina aí. Aí eu não gostei, porque, antigamente, eles falavam que o Pico era roça, porque era calmo. A gente acordava com o canto dos pássaros, dos galos. E lá embaixo, o 'fervo' era lá embaixo... era uma bagunça danada. Aí eu não consegui, eu fiquei lá eu acho que um mês. Aí quando eu fui ganhar essa menina, eu peguei, já saí da maternidade, fui pra casa do meu pai. Aí, pedi para o pai dela vender a casa e pra mim dar uma entrada em outra aqui em cima." (Marcela, 2014)

Perguntamos se ela tem conhecimento sobre qual é a proposta do governo e quem coordena o processo no morro. Helen Marcela responde:

²⁴¹ Buscamos realizar essa entrevista durante um mês, mas infelizmente até o decorrer dessa pesquisa não conseguimos. Na semana que realizamos a entrevista com Helen Marcela, os morros da Zona Sul estavam todos em alerta máximo, por causa da morte de um jovem. Nossa visita foi desmarcada algumas vezes e recebemos informações de que não deveríamos continuar as entrevistas até o período em que o morro estivesse melhor. Assim, até nosso trabalho foi prejudicado, pois, não pudemos seguir o cronograma que tínhamos planejado.

“Essa remoção? Ah, é a prefeitura. A prefeitura junto com o governo, mas agora eles falaram que sai quem quer; agora falaram: ‘Sai quem quer’. Teve muitas pessoas aqui que já aceitaram. E já assinaram lá o papel, e tem umas pessoas que aceitaram, e agora ‘tá querendo desfazer o trato.’” (Marcela, 2014)

Como compartilhamos no início, o único critério que tivemos para escolher os entrevistados era alguns que aguardavam o apartamento, isto é, aceitaram a proposta do governo e, aqueles que resistem à realocação ou remoção. Como tivemos que alterar o plano, em função dos problemas de violência que o Rio de Janeiro viveu, deixamos que os próprios moradores nos indicassem as famílias que aceitaram e que não aceitaram. Assim, Helen Marcela também indicou pessoas para a entrevista:²⁴²

“Tem ali essa casa ali; o nome dela é Cida, ‘né! Ela tá querendo desfazer. Que ela falou que agora a família dela ‘tá crescendo; então, eles querem construir e... Ela quer construir e ampliar a casa dela, porque, num apartamento, não vai dar pra ela fazer isso. A Dona Maria ali também, a mãe da Sueli. Do lado ali, ‘né! Ela também ‘tá querendo desistir.’” (Marcela, 2014)

Aproveitamos para perguntar quais são os motivos que o governo coloca para realizar essa remoção. Helen Marcela responde:

“Eles falam que é área de risco, ‘né! Que é área de risco, e que é melhor assim... as pessoas aceitarem a sair, porque senão pode entrar um outro governo aí e aí vai querer derrubar as casas, e não vão oferecer nada em troca. Então as pessoas ficam com medo. É tipo um terror psicológico que eles botam nas pessoas. Aí as pessoas ficam com medo, aí a pessoa... Por exemplo, se você quiser, tem a compra assistida. Quando é compra assistida, eles que dão o valor da sua casa; no caso, é até 40 mil, ‘né! Agora se você não pode consertar a sua casa, como é que você, morando num barraco caindo aos pedaços, você não pode fazer melhorias nenhuma, eles vão dar quanto? Qual vai ser o valor que eles vão dar naquele barraco? Cinco mil, dez mil? E, hoje em dia, com 40 mil você não compra uma casa nem em comunidade. Você vai comprar casa onde? Difícil.” (Marcela, 2014)

Escolhemos a parte que ela colocou que não é possível fazer mudança na sua casa, reforma. Perguntamos como que é isso. Helen Marcela responde:

“Meu irmão ali, o Eduardo, ele é pedreiro, já era pra ele ter acabado. Ele parou a obra dele porque vieram aqui, falaram com ele que não podia continuar, dar continuidade à obra. Porque aqui é área de risco, que todas as casas iriam sair.” (Marcela, 2014)

Assim, solicitamos que ela explicasse como se iniciou o processo no Pico e se ela se lembrava da data em que começaram essas intervenções. Helen Marcela responde:

“Ah! Depois que entrou a UPP. E isso ‘tá acontecendo em todas as comunidades pacificadas. Todas as comunidades. No Tabajara, ali já teve umas casas na estradinha que já derrubaram tudo. Tem algumas pessoas, eu acho, umas cem

²⁴² Esse método trazia certa credibilidade, pois, na favela, não é tão simples dialogar sobre um tema que, nesse momento, desperta grande discussão. Precisamos pontuar que algumas famílias não aceitaram falar. Um senhor, por exemplo, disse que não suportava mais a situação, estava ficando doente porque já se passavam quatro anos que ele vivia sob pressão, não podia melhorar a casa, não podia fazer os trabalhos que fazia antes porque o barraco molha. Ele disse que todos falam que ele está entrando em depressão. Pediu para não gravássemos, apenas escutássemos o que ele dizia, e solicitou que fôssemos embora de sua casa.

famílias que estão resistindo. Mas isso é em todas as comunidades que eles estão fazendo isso. Entra a pacificação; aí já vem tudo junto.” (Marcela, 2014)

Como não temos tempo para discutir todos os testemunhos, vale lembrar a leitura que o líder do Grupo Eco, Itamar Silva, realizou sobre as mudanças ocorridas na favela. Principalmente, quando ele afirma que algumas dessas mudanças já aconteciam antes da instalação das UPPs, mas que a chegada delas acaba acelerando as mudanças. Esse aspecto é muito importante e justifica o número enorme de páginas que gastamos na primeira parte da pesquisa com o referencial teórico. Em nossa pesquisa, referencial teórico e objeto se retroalimentam e fazem parte de um mesmo processo complexo, que se situa dentro da crise dos modelos de sociedade atuais. Ao mesmo tempo em que a realidade local é objeto, ela também é caminho. Portanto, o processo passa pela realidade local, mas ela é parte de um complexo da cidade. Por isso, voltamos a um ponto central da nossa pesquisa. Não pretendemos concluir dizendo quem está certo ou errado, mas apontar os olhares dentro da transdisciplinaridade. Nesse sentido, as falas de Helen Marcela e Itamar Silva são olhares, a partir do local. O governo, ao implantar a UPP, olha a partir do global. O problema é que o olhar global do governo está viciado pela especialização do conhecimento. Ou seja, se tem violência, resolvemos com segurança. E se diminuiu o índice de violência e mortos, a política de segurança foi bem-sucedida. Mas a segurança, para quem vive na realidade local, a segurança pode significar, além da queda na taxa de mortes e violência, a especulação imobiliária, a disputa pelo território por grandes empresários, o aumento do custo de vida - como se viu com a energia - o turismo local explorado por empresas externas... Por esse motivo, expor a 'tensão criativa de sentido' torna-se mais importante do que, necessariamente, responder as diversas perguntas que são levantadas. Helen Marcela, após o diálogo, compartilha sua interpretação sobre a remoção:

“Olha, eu acho... olha, aqui no alto, no Pico, há boatos que estão querendo construir uma pousada. Por causa da nossa vista, dessa visão aí, dessa paisagem que é muito bonita, 'né! Então, quanto mais alto, mais fica mais bonita a paisagem. E o ano novo aqui eu nunca saí de casa. Natal eu vou até pra casa de parente, mas, no ano novo, eu gosto de assistir aos fogos de Copacabana aqui. É.” (Marcela, 2014)

Questionamos como ela sabe sobre o processo de urbanização e se a remoção tem propósitos imobiliários futuros. Assim explica Helen Marcela:

“Mas eu acho que é isso mesmo, porque disse que nos Estados Unidos quem mora no alto são as pessoas ricas, né, que tem dinheiro, né! Inclusive que teve uma pessoa que veio aqui e falou assim: 'Marcela vocês não sabem o valor que tem um pedaço de terra aqui no alto do Santa Marta. Tem mais valor do que se você fosse comprar um pedaço de terra lá no meio do morro ou no começo do morro'”. (Marcela, 2014)

Perguntamos se existe um grupo de discussão sobre esse assunto entre eles e como seria a estratégia de valorizar o local e depois construir outros empreendimentos. Helen Marcela responde:

“Com certeza. Se eles falam que é área de risco, por que eles foram fazer uma trilha para o Mirante? Porque tem uma trilha ali; tinha uma plaquinha ali no campinho escrito: 'Trilha do Santa Marta', 'né. Então, se é área é de risco, pra que eles foram fazer isso? (...) Tem. Eu faço parte desse grupo, faço parte desse grupo.” (Marcela, 2014)

Conversamos sobre as famílias que decidiram que vão sair, sobre como essa situação é encarada por aqueles que resistem a permanecerem no local. Helen Marcela explica a situação:

“Ah, eles colocam que o motivo é porque não podem fazer obras; uns não têm condições, 'né, de fazer uma obra na sua casa. Outro é porque eles falaram: 'É melhor vocês aceitar agora, porque se não pode chegar um outro governante e aí eles não vão querer ideia com vocês. Eles vão pegar, vão derrubar a sua casa e você vai ter que se virar, 'né!' Aí a pessoa fica pensando: ou eu pego agora ou eu pago pra ver? Tá entendendo? Eu tô pagando pra ver.” (Marcela, 2014)

Perguntamos qual o significado do Pico para a história de vida dela, já que são quarenta e seis anos morando no morro. Helen Marcela faz sua leitura:

“Olha, você ir pra um apartamento, eu acho que as pessoas que vão morar no prédio têm que ter união, porque se não tiver união, 'né, porque tudo se acaba, 'né! Com o tempo vai ter rachadura nos prédios, então as pessoas vão ter que se unir pra fazer uma obra; então vai ter pessoas que vai falar: 'Eu não vou fazer.' Porque já teve caso de um apartamento ali da terceira estação ter até briga porque nem todo mundo queria pagar. (...) Ah! eu acho assim, o Pico significa uma paz! Porque aqui... assim... eu tenho uma amiga que ela mora lá embaixo, aqui no morro, 'né! Então ela é doidinha pra comprar uma casa aqui, porque as casas lá embaixo são todas juntas. Ela disse: 'Poxa, Marcela, eu abro a janela da minha casa e já dou de cara com o vizinho na sala ou outro no quarto. Nós não temos espaço.' Ela é doidinha pra ter uma casa aqui no alto, que aqui a gente, apesar do sufoco que nós já passou aqui, 'né!, eu sempre gostei daqui. Lá é o condomínio. Aí teve briga, teve facada e tudo. Então, tem que ter união, até pra isso. E as pessoas aqui não são tão unidas assim. 'né!'” (Marcela, 2014)

Pergunto sobre o significado da casa, como ela interpreta o lugar que a casa dela ocupa em todas essas narrativas que ela fez, e nesse processo que ocorre no Pico do Santa Marta. Assim, explica Helen Marcela:

“Significa tudo pra mim. Assim... eu posso morrer, eu sei que pelo menos eu vou deixar alguma coisa para os meus filhos. E esse apartamento é assim, você só é dona depois de cinco anos, 'né! Um absurdo, 'né! Se eles tiram você da sua casa eles colocam em outra, porque eles não te dão nada: é uma troca, 'né! Aí você não pode dar pra herdeiros, não pode vender, só depois de cinco anos. Quer dizer, é uma coisa que não é sua, 'né!'” (Marcela, 2014)

Nesse momento, aproveitamos que ela faz esse relato histórico e perguntamos o que ela acha de se construir um museu com a história das pessoas que vivem no Pico do Santa Marta. Helen Marcela narra seu ponto de vista: “Legal. É legal, porque é a história, 'né! É uma

coisa assim, que não vai cair no esquecimento, né! Seria uma boa. Se você fizer essa entrevista com tia Maria, seria melhor ainda.” (Marcela, 2014)

8.2.5 Manoel Isidoro

A entrevista com o Sr. Manoel Isidoro, como é chamado pelos vizinhos, foi bastante 'sui generis'. Sr. Manoel Isidoro mora há 60 anos na favela. Chegou para a favela quando todas as habitações eram feitas de madeira. Conhecemos Manoel Isidoro Ferreira por indicação de Helen Marcela. Segundo ela, Manoel Isidoro Ferreira tem muitas histórias do morro. Senhor Manoel Ferreira nos recebeu em casa, especificamente em seu barraco, na sua cama. Sua esposa, também muito simpática, é bem mais nova que ele, que deve ter aproximadamente oitenta anos. Não se lembra mais quanto anos tem. Irreverente, alegre e disposto. Barraco muito simples, guardando a disposição das casas, que, certamente, representam a primeira fase de habitação da favela. Mesmo tendo feito modificações, transformando-a com alvenaria, a organização é da época antiga. Seu filho nos atendeu, a esposa mandou entrar. Não existe quintal: saiu da rua, se entrou, já está na sala, que também é quarto. Seu Manoel Isidoro está deitado e se levanta. Compartilhamos quem éramos e que gostaríamos de ter um bate-papo. Sr. Manoel Isidoro diz que teria maior prazer, mas apenas outro dia, pois estava muito triste: seu filho mais velho, de outro casamento, que mora em outra parte da cidade, tinha falecido. O enterro ocorria naquele momento e ele não queria participar, por causa da sua saúde. Ele tinha receio de passar mal. Agradecemos e falamos que entendíamos a situação, e que voltaríamos outro dia. Como estávamos sentados em sua cama, começamos a conversar sobre o filho, a vida, os encontros e desencontros da travessia humana na terra. Passados alguns minutos, Sr. Manoel Isidoro disse que poderia começar as perguntas porque aquele assunto estava ajudando a aliviar a dor da tristeza, e que seria bom contar histórias do passado da favela, já que ele foi um dos primeiros moradores do Pico do Santa Marta. Nesse ambiente de reciprocidade e muita afetividade, se deu a longa conversa do Sr. Isidoro, sempre costurada com 'causos' de época que não existem mais. No meio, paramos para saborear um café delicioso feito pela esposa. Juntos fizemos fotos com os filhos. Num dia em que a lógica inversa da vida deu o ar da graça, experimentamos a surpresa da comunhão.

Assim explica o Sr. Manoel Isidoro sobre sua família. Ele dá um sorriso largo e diz:

“Eu vou falar, eu vou falar assim, não ri não. Eu casei com uma menina de 14 anos e 10 meses. Eu tive o registro, que naquela época, você saía daqui pra ali e tirava outro registro. No passado, se você nascesse, tua mãe e teu pai botasse o teu nome e depois não quisesse, não gostava do teu nome, ia, trocava. Tinha isso. Pode perguntar um monte de gente mais velho, que não é mentira. Você ia no cartório, trocava. Aí, eu não gosto do meu nome, eu não tô gostando do nome do meu filho; eu quero trocar. Aí a tua mãe ia lá e trocava o teu nome. Não tô mentando pra você

não.²⁴³ Trocava o teu nome. Se teu nome for Joaquim, botava pra Zé ou Mané, entendeu? Trocava teu nome, entendeu? Tu 'tá entendendo?" (Isidoro, 2014)

O próprio Sr. Joaquim Emanuel começa a narrar como era o tempo quando ele chegou no morro Santa Marta. Assim disse: "Aí, quando eu vim morar aqui o morro era todo de madeira, não tinha barraco de tijolo, nenhum barraco de tijolo." (Isidoro, 2014) Pergunto quando foi mais ou menos. Manuel Isidoro responde: "Isso em 54. Rafael, 54 pra 55. É. quando eu vim morar." (Isidoro, 2014). Como ele já tinha me contado algumas histórias sobre o ex-presidente Getúlio Vargas, que marcou a história do Brasil de diversas formas, dentre elas, ter construído a capital do Brasil, Brasília, solicitamos que contasse novamente. Manuel Isidoro narra como se estivesse aliviando a alma. Em alguns momentos, ficava ofegante. Assim narra Sr. Manuel Isidoro:

"Do Getúlio, porque quando o Getúlio morreu, o Getúlio era Presidente da República, no ano que Getúlio morreu, pode perguntar aí quem aí, que vai falar: "O seu Manoel não tá errado não". Getúlio, naquela época do Getúlio... eu tive com Getúlio, eu não tô mentindo pra você, que antes o Palácio ficava embaixo, de Laranjeiras, e o Getúlio, naquela época, o Getúlio, o governo do presidente não tinha esse negócio de andar com medo não. Andava com motorista, o motorista podia ser o segurança dele e tudo. Eu conversei com ele; eu não tô mentindo pra você não. Aí, no Palácio de Laranjeiras, eu fui lá uma vez, conversei com ele um tempão." (Isidoro, 2014)

A conversa é interrompida porque a neta chega com o telefone, as filhas querem saber como ele está. Sr. Manuel Isidoro brinca dizendo que está tudo bem e manda dizer que estava dando entrevista para uma pessoa. Em seguida Sr. Manuel Isidoro diz sobre a garota que veio trazer o telefone: "

"Essa é neta. Eu tenho 199 netos. É muito neto. Eu não tô mentindo pra você não! A mãe dessa daí, minha filha, tem quatro filhas mulher, só quatro filhas mulher. Se você tem quatro filhas mulher, cada uma filha tua tem um homem, cada ano é um filho, 'né!" (Isidoro, 2014)

Nesse instante, perguntamos para o Sr. Manuel Isidoro de onde ele estava vindo quando chegou ao morro Santa Marta. Sr. Manuel responde:

"Eu vim do Norte. Tenho três irmãos homens, e tenho um irmão. Um, Deus já levou, foi para o andar de cima, e tem dois em Niterói: o mais velho... dois moram em Niterói. Eu vim do norte em 54, de 54 pra 55, eu vim da Paraíba, do Estado da Paraíba, eu vim morar aqui. Eu vim direto para o Santa Marta e, naquela época, a gente só vinha de trem; de trem não, carro, eu nem sei como é que a gente vinha. Eu sei que a gente não tinha avião. Naquela época não tinha avião, vocês sabem, que avião foi de 60 e pouco pra cá. Aí vim aqui pra Laranjeiras. Trabalhar na pedreira. Trabalhava na pedreira que 'tá desativada. Tinha um irmão que trabalhava lá. Ele ainda 'tá vivo, que é o mais velho. Aí fui trabalhar com ele na pedreira. Aí tinha um que veio morar aqui no Santa Marta. Esse hospital do coração que tem embaixo, que eu acho que você conhece. Aqui em Laranjeiras, não tem o hospital do coração?" (Isidoro, 2014)

²⁴³ Como um contador de histórias, Sr. Manuel Isidoro repetia essa frase sempre, 'eu não tô mentindo pra você não.'

Como várias outras narrativas do crescimento e surgimento das favelas cariocas, muitos dos entrevistados serviam nas casas como empregadas domésticas ou como trabalhadores nas diferentes obras que aconteciam na cidade. O Caso de Sr. Manoel Isidoro não foi diferente, conforme narra:

“Eu cheguei a trabalhar naquele hospital, eu cheguei a trabalhar. Meu irmão era servente, porque naquela época não tinha direito trabalhista. Você sabe de toda a história, que não é do tempo de vocês não; não é do seu tempo não a lei trabalhista. Você estava trabalhando com carteira assinada, mas você não tinha direito a nada, não tinha direito a nada. Se você tivesse trabalhando numa firma, se você fosse um bom empregado, o patrão não mandava você embora assim logo. Você ia trabalhando, trabalhando... Você ia trabalhar, ele fichava a tua carteira. Naquela época, você trabalhava durante a semana, depois botaram uma coisa de você trabalhar no sábado até meio-dia.” (Isidoro, 2014)

A experiência com Sr. Manuel Isidoro se enquadra muito bem nas discussões levantadas sobre verdade e participação, na primeira parte, pela História Oral. Da mesma forma, a contribuição dada pela reflexão de Elizabeth Loftus sobre o ato de recordar e as memórias falsas e verdadeiras, ou melhor, que a memória não é perfeita. Sr. Manuel Isidoro traz reflexões de sessenta e cinquenta anos atrás. Em vários momentos, reconstruímos juntos as narrativas, a fim de que ele pudesse perceber o sentido com a história que ele havia contado anteriormente. Portanto, continua Sr. Manuel Isidoro, quando perguntei os motivos dele morar no morro:

“Eu vim morar aqui é por causa disso. Porque naquela época estava fazendo esse hospital do coração. Não, espera aí... Aí botaram... eu trabalhava já de carpinteiro, que eu comecei trabalhar e tinha um encarregado, e eu iniciei na profissão de carpinteiro. Aí eu vim morar aqui no Santa Marta. Aí eu vim aqui no tempo do Getúlio; no último ano do Getúlio, eu já era carpinteiro. Eu trabalhava nas obras como carpinteiro de obra. Vocês sabem o que é carpinteiro de obra? Fazendo laje, botando laje, fazendo viga, fazendo essas coisas todinha. No último ano do Getúlio. Aí o Getúlio foi um presidente, entendeu, você sabe pela história. Você não era nascido.” (Isidoro, 2014)

Perguntamos sobre uma de suas narrativas de que, na época, se trabalhava e ainda tinha que se pagar o aluguel. Pedimos uma explicação sobre como se dava isso no trabalho. Sr. Manuel Isidoro detalha da sua forma como as coisas aconteciam:

“Cobrava o aluguel, você não tinha direito a nada. Você trabalhava, o tempo ia passando... Quando você entrava para nove meses... isso aconteceu na obra que eu trabalhei; eu estava fazendo a obra ali no Largo do Machado, aí mandavam o servente chamar: ‘Quem é o carpinteiro fulano de tal?’ O rapaz disse: ‘Sou eu’. O apontador falou pra você ir lá no escritório. Ele foi, largou o serviço, e foi no escritório. Daqui a pouco, ele chegou chorando. Eu toda vida eu fui assim, eu gostava da brincadeira, eu digo: ‘Pô, o apontador te bateu?’ Ele respondeu: ‘Não, seu Manoel, ele não me bateu não; ele me botou de aviso, eu tô de aviso prévio, seu Manoel... eu vou trabalhar até as duas só, seu Manoel.’ Você estava trabalhando, botava de aviso, você trabalhava até duas horas. Você largava oito dias, quando terminava os oito dias, você ia para o escritório receber as tuas contas. Você tá entendendo? Eu não tô mentindo pra você não.” (Isidoro, 2014)

Embora a narrativa fosse longa e o Sr. Manuel Isidoro se repetisse por várias vezes, percebemos que seu objetivo era explicar a situação do trabalhador que se mudou de estado para o Rio de Janeiro e que, de repente, ficava desempregado. Para onde ele iria e o que poderia fazer sem dinheiro para pagar o aluguel. Gastamos um tempo, deixando Sr. Manuel ir e voltar nas mesmas falas, para poder encontrarmos um sentido das narrativas, por vezes, desconexas e sem coerência, segundo os parâmetros da lógica cartesiana que está dentro da nossa forma de interpretar a realidade. Assim, narrou Sr. Manuel Isidoro sobre o trabalhador que foi chamado no escritório e como ele chegaria ao morro:

“Ficava por conta do seu aviso. Quando fazia oito dias que você recebia o aviso, aí você ia no escritório e recebia aquela mixaria. Aí, você ficava jogado e ia procurar outro emprego. Ou, às vezes, você andava dias de bonde, não tinha ônibus, não tinha nada. Você só andava de bonde. Você apanhava um bonde no Largo do Machado, dava a volta por Copacabana e ia direto pra donde você saiu. Não tô mentindo pra você não, pode perguntar a gente da minha idade, não é muita gente que sabe dessas paradas não. Tinha um ônibus em Laranjeira, ‘um’ bonde, ‘dois’ bondes e o ‘três.’ O ‘três’ ia para Cosme Velho, lá em cima, no final. E o ‘dois’ fazia ponto onde está até hoje em dia, só não tem a linha, que a linha tá coberta de concreto. Mas, meu filho, eu vim morar aqui por causa disso. Aí quem trabalhava em obra eles estavam cobrando aluguel. Eu digo: ‘Eu vou morar no morro.’ Eu não sabia nem o que era morro. Arrumei um barraco, pagava aluguel, bem aqui. Nesse trecho aqui. Pagando aluguel, o meu barraco era ali. Eu tenho um filho que vai ser enterrado agora, daqui a pouco. Ele nasceu ali. Nasceu ali nessa época, ele nasceu ali. Aí eu vim morar no Santa Marta, aí eu fiquei aí. No Santa Marta não tinha água.”
(Isidoro, 2014)

Aos poucos, fomos percebendo que o Sr. Manuel tinha uma forma muito peculiar de construir as narrativas. Fomos percebendo que ele inseria exemplos concretos nos interlúdios das frases, a fim de que, no final, ele pudesse citar o que realmente queria que nós soubéssemos sobre o assunto. Nas categorizações oficiais, facilmente Sr. Manuel Isidoro seria enquadrado como prolixo. Temos também aqui um exemplo muito importante sobre outra lógica de interpretação da realidade que existe dentro da favela. É uma lógica que acompanha o pensamento concreto, a necessidade de exemplos para explicar eventos. Na favela, a realidade local não é vivida de forma fragmentada como muitas vezes o resto da cidade. Talvez, por isso, a realidade local ofereça elementos que contribuem muito para a formação de uma visão transdisciplinar da vida e da sociedade.

Continuemos com as narrativas do Sr. Manuel Isidoro. Já que ele chegou no Santa Marta, perguntamos sobre a habitação. Na resposta, entra a história da pedra que existe no Santa Marta, conforme fala Sr. Manuel Isidoro:

“Aqui embaixo onde tem uma pedra? Que você vê que tem a estação do bondinho assim? Ali era uma pedra que tinha uma água que eu não sei se você já viu, uma água nascida. Você passa lá e olha assim pra trás; aqui que tem uma água, uma água nascida. Uma mina. Antigo, do começo. Essa caixa d’água aí não existia. Não existia. Aí, rapaz, o barraco ia até lá em cima. Isso aqui tinha um cano, uma mina d’água, você subia por aí. Tinha um que morreu na bala, isso não é bom nem falar.

Isso eu não falo não, porque isso aí já... É, compromete. Ele também já foi cangaceiro. Aí, meu filho...
O peixe fica com fome, hein? O peixe vai atrás daquele negócio e diz: 'opa, achei uma comida'. Não, tô te falando assim... aí pega aquilo, aí a pobrezinha da isca entra na boca do peixe." (Isidoro, 2014)

Temos aqui um exemplo do que falamos anteriormente, para falar sobre o cuidado com o que se deve falar e o que não se deve falar dentro da favela. Sr. Manuel Isidoro utiliza o exemplo do peixe que morde a isca achando que é alimento. Como citamos, a utilização dos exemplos concretos, principalmente quando não se pode falar as coisas abertamente. Entendemos sua preocupação e explicamos que não éramos representante de nenhum órgão, usando também a linguagem e os códigos internos de comunicação da favela. Falamos novamente o objetivo do diálogo. O Sr. Manuel Isidoro explica:

"Ah, isso é bom. Aí você fala: 'Esse aqui é um dos antigos da Santa Marta. É um dos antigos da Santa Marta e conhece o Santa Marta desde quando começou'. Porque, meu filho, quando eu vim morar... o Santa Marta depois... isso não é bom nem de saber." (Isidoro, 2014)

Aproveitamos a digressão para conversamos sobre as questões relacionadas ao momento presente e uma delas, as mudanças recentes ocorridas na favela e, em particular, no Pico. Assim perguntamos como ele compreende o processo que tem acontecido na favela, que as pessoas chamam de remoção. Sr. Manuel Isidoro explica:

"Essa remoção, porque... Já perguntou. Esse negócio da remoção eu vou falar pra você: teve um cara que trabalhou num governo aí, que ficou com essa 'parada' aí; aí ele saiu, entrou esse que saiu agora, que saiu e deixou um outro no poder dele.²⁴⁴ Essa área aqui, eu não vou mentir pra você não, eles fizeram obra do estado, do governador do estado daqui pra baixo, já com intenção de tirar essa parte aqui pegando de lá direto. Tirar essa parte daqui, pegaram e botaram aquele negócio de alto falante lá, dizendo que isso aqui é área de risco, você tá entendendo, 'né! Isso aqui é área de risco. Eles têm medo de desabar e matar gente. Eu vou dizer uma coisa pra você, que eu moro aqui desde cinquenta e pouco. Isso aqui é uma pedra, e andando pelo morro, essa pedra vem lá de baixo, da onde tem aquele negócio lá; ela vem subindo... quando chega naquele meio, não tem a segunda estação? Ela desce. A pedra desce. Os moradores fizeram a moradias em cima da pedra. Cavaram, fizeram moradia por conta própria. Cada um fez sua casa, entendeu? Cavaram até descobrir a pedra, furaram a pedra e chumbaram e fizeram as casas, tá entendendo? Tu 'tá entendendo, 'né! Aí esse morro veio de baixo. Aí passa aqui por debaixo da minha casa, a pedra passa lá, que você anda por aí, você vê. Eles iam fazer essa caixa d'água ali, atrás, aqui, lá atrás, mas o engenheiro que ia fazer a caixa d'água, naquela época não tinha dinheiro; o recurso era pouco pra furar a pedra, quebrar a pedra, você sabe, ali embaixo onde tem a igreja. Aí eu que tomava conta do Santa Marta." (Isidoro, 2014)

Nosso diálogo era sobre remoção e, para explicar o governo que decretou a remoção, ele explica o processo inteiro da obra, e remonta ao momento do surgimento de símbolos

²⁴⁴ Sr. Isidoro se refere à mudança que ocorreu no primeiro semestre de 2014. O governador do Rio de Janeiro, que conduz às remoções, pediu exoneração do cargo para concorrer a uma vaga de Senador. Em seu lugar, assumiu o vice-governador do Rio de Janeiro. Na verdade, sua narrativa se refere a, aproximadamente, quatro gestões com governadores diferentes. Sr. Manoel Isidoro não quer citar nomes de pessoas.

importantes para a história do Santa Marta, a saber, a igreja, a mina de água, o nome. É importante acentuar que não buscamos aqui a veracidade desses fatos. Outras pesquisas podem se aprofundar a ajudar a construir a história do surgimento da favela. Nosso olhar está no quanto as histórias nos ajudam a construir elementos para compreender o lugar da favela no desenvolvimento da cidade, tanto no passado quanto no presente. Nesse sentido, as histórias são relevantes, ainda que em construções sintáticas que fogem o vernáculo do português. No entanto, conservar essas estruturas sintáticas e linguísticas, na forma como o Sr. Manuel Isidoro falou, também é uma forma de musealizar os afetos, as cadências, os ritmos, os ditos e interditos que revelam a construção social de uma época que cobre o raio de mais de sessenta anos. Até chegar à remoção, são mais duas histórias, conforme explica Sr. Manuel Isidoro:

“A imagem do Santa Marta, você ‘tá entendendo? E ele tomava conta da imagem de Santa Marta. Era um barraquinho de madeira e ele tomava conta da imagem de Santa Marta. Aí ele falou para o padre, o padre Veloso, não, o padre Agostinho, ele falou: ‘Padre, eu deixo o senhor fazer a caixa d’água aqui, se o senhor prometer tirar Santa Marta, fazer a caixa d’água, e fazer a igreja de Santa Marta em cima’. Fizeram. Deixa eu te falar. Construir a igreja em cima da caixa d’água. Aí o padre combinou comigo, combinou com o responsável do Santa Marta; aí ele prometeu: ‘Eu vou fazer a caixa d’água, eu vou tirar a imagem de Santa Marta com essa caixa d’água, e faço a capela de Santa Marta em cima da caixa d’água’. Você ‘tá entendendo?’” (Manoel, 2014)

Após as narrativas, ele retoma o tema perguntado no início, que era o da remoção:

“Ah! Foi quando eles fizeram, já foi nesse governo nosso que já saiu agora. É: Sérgio Cabral. O Sérgio Cabral fez essa obra, tirou esse pessoal, e fez essa obra: essa obra que você vê esses prédios lá embaixo. Você ‘tá escutando, ‘né! (...) Não, ele não tirou ninguém; queria tirar esse pessoal daqui; disse que isso é área de risco, porque já foi descoberto que ele que ia fazer um hotel aqui, hotel turista. Sabe o que é hotel turista? Para esse pessoal que vem de fora, porque não tem hotel de turista aqui.

Quando ele fez a obra, aí ele desceu uma barreirinha ali. Quando você passar, você vê: desceu uma barreira. Ele ainda fez uma escada de madeira, uma escada de madeira pra esse pessoal que mora aí passar. Ele que mandou fazer. E esse pessoal que mora daqui pra baixo - não é eu só - já nasceu... tem uns que nasceu, se criou, tem filho, filha e mora nessa área aqui, entendeu? Já estão acostumados aqui, você ‘tá entendendo? Não querem sair daqui, porque aqui, andando aí, você diz: ‘seu Manoel ‘tá certo’ Isso aqui, se quiser fazer uma obra aqui, vai limpar, descobrir a pedra e furar a pedra, e chumbar, e fazer uma cinta, um muro de concreto, e o morador faz a sua casa do jeito que quer fazer. Você tá entendendo? Aí o pessoal daqui não quer sair. E o Sérgio Cabral já dividiu isso aqui querendo tirar, tudo bem que agora ele saiu²⁴⁵, mas tá arquivado.” (Isidoro, 2014)

Perguntamos se ele conhece pessoas que não querem sair e quais são os motivos que essas pessoas dão para permanecerem no Pico. Manuel Isidoro responde entre uma história e outra:

²⁴⁵ Sr. Manuel Isidoro se refere ao pedido de exoneração do ex-governador para concorrer à vaga de Senador.

“E tem não sei quem aí que ‘tá dando em cima para não sair, porque o pessoal não quer. Já nasceu e se criou aqui, tem pai já velho, mãe velha já morando aqui, não quer sair porque o morro... você já, mais ou menos, conhece. Esse morro já foi muito perigoso. Quando dava uma chuva assim, comparação, chovia dois dias, aí descia barreira aqui, desse lado aqui. Você descendo por aí, desceu uma barreira uma vez e matou nove de uma vez. Porque desceu o barraco com morador, com tudo, só tiraram os corpos, tem até filho aí que ajudou a enterrar morador.” (Isidoro, 2014)

Na narrativa seguinte, Sr. Manuel Isidoro começa a narrar como ele foi abordado quanto ao processo de remoção. Assim, explica Manuel Isidoro:

“Veio uma mulher aí e disse: ‘O senhor é o Manoel Isidoro?’ ‘Sou’, respondi: ‘Nós viemos com ordem pra quebrar o seu barraco’. Porque quebraram um ali no canto, que você passando por aqui você vê. Ele estava comprando material pra fazer a casa que quebraram aí; até hoje ele não fez, ‘tá na justiça e ele não fez. Ela disse: ‘Eu vim pra quebrar, demolir o seu barraco’. Dois pedreiros. Eu digo, já vinha ficando nervoso e disse: ‘Tu vai derrubar minha casa, meu rapaz? Eu tenho quatro filhas mulher, mora a minha filha aqui embaixo com uma montoeira de neto. Eu vou ficar na rua?’ Ele respondeu: ‘Não, calma, seu Manoel.’ Pode perguntar à mulher aí, que ela tem o papel e disse: ‘Calma, seu Manoel, calma, calma, que a gente vai fazer acordo.’ Eles não trouxeram ferramenta pra quebrar, deixaram lá embaixo pra depois subir e quebrar, ‘tá entendendo? ‘Tá entendendo?’ Eu disse: ‘Como é que vocês vão quebrar minha casa e eu vou ficar na rua? Como é que eu vou ficar na rua com quatro filhos, com a mulher e a minha neta; aí mora com um montão de neto?’ ‘Não, o senhor fica calmo e tal’. Aí controlou e não quebraram. Aí já fizeram obra, vê aí; o meu barraco você ‘tá’ vendo como é que é, que naquela época que eu fiz era o senhor que tomava conta, padre Agostinho.” (Isidoro, 2014)

Voltamos ao assunto sobre a área de risco e o Sr. Manuel Isidoro explica seu ponto de vista:

“Que nem eu tô falando com você... aqui não tem nada de área de risco, nada de área de risco, que eu moro aqui esse tempo todinho. Uns anos atrás, quando caiu uma barreirazinha, esse barraco aqui atrás... ali caiu uma barreira, quebrou o telhado, aí o dono que morava disse: ‘Sr. Manoel, quer comprar esse material? Eu não vou fazer mais obra não’. Aí depois que eu estava contando as telhas, que é dessas telhas, aí ele disse: ‘Sr. Manoel, pode ficar com tudo, o senhor faz o que o senhor quiser.’ Esse barraco aí, ó. Eu consertei, eu fiz muro; hoje em dia mora um casal aí. Mas aqui não tem nada de área de risco. Se você andar por aí, você vê. Seu Manoel tá certo: isso é uma pedra, que essa pedra vai subindo, ela vai subindo, quando chega ali em cima, ela vai por cima, ela vai até em cima no Mirante.” (Isidoro, 2014)

Perguntamos, então, qual seria o motivo de o governo se interessar pela área e o que o Sr. Manuel Isidoro acha disso. Ele responde da seguinte forma:

“É porque ele quer daqui pra cima; ele fez obra, que nem eu tô falando pra você. E daqui pra cima, ele isolou, isolou e disse: ‘Daqui pra cima nós não vamos mexer que vai sair’. E o governador quer essa parte daqui para cima pra fazer obra política, obra política. Sabe o que é obra política? Fazer hotel, fazer qualquer coisa pra vir gente de fora. Alguém diz: ‘Vou pro Santa Marta, vou ficar lá no hotel.’ E ele ‘tá só comendo dinheiro. Vou ficar no hotel, lá em cima no morro de Santa Marta. Você está entendendo, ‘né!’ Fica aqui e não quer mais nem sair daqui. Não vou mais para os Estados Unidos não. Eu vou ficar no Santa Marta.” (Isidoro, 2014)

Sabendo ou não, essa discussão já está posta em diferentes favelas que receberam Unidade de Polícia Pacificadora. Com a segurança, veio a valorização da área e, em seguida, a especulação imobiliária. Na análise do Sr. Manuel sobre todo esse processo, é possível perceber sua consciência da situação:

“Eu acho que não tá certo. Eu acho, não é porque eu moro aqui esse tempo todinho... eu falo mais por mim e meus vizinhos. Eu falo por mim e meus vizinhos que nasceu e se criou aqui, têm filho e não quer sair. Tem até um cara aí que estava a trato dele aí, um menino, sabe a pessoa como é que é, que ele ‘tá dando contra para tirar o pessoal daqui²⁴⁶. Entendeu? Esse moço tá dando contra, contra o governo tirar o pessoal daqui que já nasceu e se criou aqui, cara. Entendeu? Não quer sair daqui. (...) É... tem história aqui, cara. Quando eu vim morar aqui meu filho, não tinha nem um barraco de tijolo. Era tudo de madeira, de madeira. Eu fiz muito, cortava as folhas de lá. Cortava. O morador arrumava a lata de óleo, abria e ia guardando. Depois eles diziam: ‘Seu Manoel, tô guardando a lata lá para o senhor cobrir o meu barraco.’ Quando tinha umas dez, vinte latas, eu ia fazer a telha, ia botando o sarrafo aqui e botava duas latas, uma em cima da outra e pregava tachinha de um lado e do outro. Aí eu pegava outra, e ia botando, e fazia a parede do barraco. Entendeu? Aí, em cima no telhado era a mesma coisa, ficava tudo de lata, dessas latas de óleo. Essas latas de óleo. Fazia parede e cobertura tudo dessas latas de óleo, entendeu? De vez em quando, dava incêndio, queimava barraco.

Eu fiz um montão, meu filho! Os primeiros barracos de tijolo quem fez fui eu. Eu fiz uma pra uma mulher; a mulher largou do marido, o barraco ficou lá alugado. Agora botaram abaixo, fizeram até o caminho onde era o barraco.

Aí um pessoal foi chegando, foram chegando e os barracos eram tudo - não tô mentindo pra você não - os barracos eram tudo de madeira.” (Isidoro, 2014)

O testemunho do Sr. Manuel Isidoro é importante porque carrega a memória de uma época muito antiga na favela. Sua narrativa sobre as construções dos barracos, as latas de óleo usadas como telhas e a forma bem artesanal de construir a casa revela outra forma bem peculiar de se relacionar com a casa e com o espaço. Tema que só agora ganha força em sustentabilidade com as chamadas construções sustentáveis. Colocamos a pergunta sobre o significado da casa, justamente para percebermos se de fato confirmava essa relação simbólica diferenciada. Passados mais de sessenta anos, Sr. Manuel Isidoro consegue perceber exatamente os detalhes de como se davam as construções naquela época. Por isso, também, a urbanização, que está focada apenas nas reformas urbanas, sem consideração da memória e dos símbolos, pode estar produzindo mobilidade e progresso de um lado, e destruição da história e da memória, e violência simbólica do outro.

Não é necessário retomar aqui as discussões sobre o ‘direito à memória’ e os significados de ecomuseu conforme destacamos na primeira parte. Porém, é importante mostrar que a questão da remoção no Pico mostra, na verdade, um problema estrutural sobre o conceito de desenvolvimento e progresso na cidade. Além de todos os fatores econômicos

²⁴⁶ A frase ‘um menino, sabe a pessoa como é que é, que ele tá dando conta para tirar o pessoal daqui’ significa que alguém está intervendo a fim de que haja uma resistência e os moradores não sejam retirados do Pico. Provavelmente, Sr. Manuel Isidoro está se referindo ao trabalho da comissão de moradores que debatem e discutem o problema da remoção no Pico do Santa Marta.

que estão em jogo na questão, temos dois projetos de sociedade que são diferentes. A realidade local da favela, pela história de sofrimento, estabelece outra relação com os espaços, com as vielas, os becos e a casa. Mesmo sem sistematização teórica, pelos testemunhos, é possível perceber que os moradores do Pico do Santa Marta musealizam cada espaço e cada acontecimento na vida da favela. Essa relação afetiva e histórica com o espaço não é muito percebida na vida cotidiana dos moradores dos bairros de classe média, que estão no entorno do morro Santa Marta. A favela tem um projeto de sociedade que valoriza outros aspectos. O projeto de sociedade dos governantes da cidade do Rio de Janeiro, analisado apenas pelos testemunhos dos moradores e dos líderes comunitários, segue o modelo de desenvolvimento no qual a expansão e a modernização da cidade priorizam traços de épocas, nas quais as classes populares ainda não tinham conquistado direitos fundamentais. Por isso, expor essa 'tensão criativa de sentido' torna-se, na pesquisa, mais importante do que debater caminhos para solucionar o problema. Isso porque, no Rio de Janeiro e no Brasil, o problema é estrutural e está presente em vários lugares onde a realidade local quer assumir o protagonismo. A décima quinta conferência do Movimento Internacional para uma Nova Museologia produziu a Declaração MINOM-Rio 2013, justamente, porque percebeu que o encontro tinha conseguido apreender a realidade local de forma diferenciada. Devemos destacar que a realidade apresentada por todos movimentos de base e populares do Brasil mostravam semelhanças hermenêuticas com problemas sofridos pelos moradores do Pico do Santa Marta. Quando perguntamos à artista plástica, irmã de Nega Vilma, sobre como ela descobriu que tinha o dom para pintar telas, ela deu uma resposta que, a partir da sustentabilidade transdisciplinar, poderia ser pesquisada por diferentes áreas do conhecimento. Pelo viés da Nova Museologia. Seria possível dizer que seu barraco foi seu primeiro museu, e seu irmão, o curador. Analisemos o relato de Rosa da Costa, ao lado da narrativa de Manuel Isidoro, sobre as latas de óleo que se transformavam em telhas:

“Nós colecionávamos tudo: chapinha de cerveja, maço de cigarro, tudo, caixinha de fósforo... nós fazíamos tudo ou então trocavam entre nós. Era um tipo de moeda entre as crianças... até os adultos participavam. Então, só para finalizar a questão da arte, meu irmão Walmir, ele trabalhava na Glória numa certa época, num edifício na rua do Russo. E quando ele voltava pra casa, ele voltava sempre com várias bolsas cheias de gibis, livros, revistas, jornais. Ele catava essas coisas lá no edifício, pra gente ler. Não era ler, porque a gente era pequeno, mas pra gente ficar olhando; a gente recortava todas essas fotos, todas essas figuras, e colocávamos nos buraquinhos do barraco, porque tinha muito buraco. Era muito engraçado. Tinha foto de artistas, misturado com político, tinha altas histórias e, na verdade foi até assim que meu irmão me aprendeu a ler. Eu aprendi a ler, eu acho que eu tinha cinco anos, antes de ir pra escola, porque não tinha como você não ler. Olhava para todo lado da casa: tinha foto de jornais, gibis, revistas, fotonovela, Mandraque, Zé Carioca. A gente estava realmente imerso. Sem saber, a gente estava imergido na arte contemporânea.” (R. Costa, 2013)

Dessa forma podemos completar a narrativa do Sr. Manuel Isidoro, e percebermos essa relação diferenciada com o espaço, a casa e o morro. Quando perguntamos quantos

moradores tinham no início, Sr. Manuel Isidoro explica, praticamente, o surgimento do morro, retomando uma história que tinha falado no meio da conversa:

“Tinham poucos. Tinha uns cento e pouco. Eu acho que não chegava a cem de morador não, chegava não. Que os barracos eram longe do outro. (...) Era de baixo, até em cima. Era de baixo até em cima, já tinha barraco aqui e o pessoal foi fazendo barraco - não tô mentindo pra você não. Você tinha o seu barraco ali. Aí tu fazia uma cerca de madeira, tá entendendo? Aí tu fazia uma cerca lá, botava lá e outra aqui. Se tivesse uma terra, tu plantava alguma coisa: plantava um pé de abóbora, plantava um pé de coisa, de tomate, entendeu? Pra tu comer um negócio daqui mesmo. Aí tu tomava conta daquele pedacinho ali, era teu. Aí o pessoal foram fazendo barraco de tijolo, entendeu? Começou lá embaixo. Não... mas vamos começar quando eu tomei conta.²⁴⁷

Aí o cara falou: 'Seu Manoel, o senhor vai tomar conta do Santa Marta, vai ficar tomando conta do morro Santa Marta', que a D. Laura tinha dado pra D. Marta, a D. Marta deu pra D. Laura tomar conta do morro. É uma confusão doida. Aí o senhor vai tomar conta do morro. Eu digo: 'Mas logo eu? Eu vou tomar conta do morro? Eu não posso pagar'. A Light tinha cortado a luz, que, naquela época, quem tomava conta era a gente mesmo, e a vagabundagem depois que entrou.²⁴⁸ Mas o senhor vai tomar conta do morro... Mas logo eu?" (Isidoro, 2014)

Nessa etapa, entre tantos 'causos', histórias e café, perguntamos ao Sr. Manuel Isidoro que significado afetivo tem o Pico do Santa Marta para sua história de vida. Ele responde:

“Para mim e para os moradores que moram aqui. Pra mim, pode perguntar algum morador aí. Pô, o seu Manoel... 'você mora aqui no Pico há muitos anos? Você conhece o seu Manoel Isidoro?' Pode perguntar a qualquer aí: 'Você conhece o seu Manoel Isidoro? Um velho que já tá meio caduco? Conhece o seu Manoel Isidoro?' Pergunta pra tu ver o que eles vão falar, o que eles vão falar contra mim. Eu moro aqui desde cinquenta e um para cinquenta e dois; quando vim morar aqui, eu não sabia nem o que era um morro; vim morar aqui no tempo do Getúlio. Vim morar aqui em cima no Pico, porque quem trabalhava em obra não tinha direito a nada. Você trabalhava numa obra dessa aí cinco, seis, sete ou se fosse um bom empregado, você trabalhava até oito meses. Quando entrava com nove, o negócio já estava pegando, porque o encarregado... esse cara se machuca, você 'tá entendendo?' (Isidoro, 2014)

Em seguida, voltamos ao tema da casa, e solicitamos que ele falasse o que significa o barraco dele. Sr. Manuel Isidoro responde, costurando mais histórias:

“Significa porque aqui fui eu que fiz. Entendeu?
É... e eu já tô acostumado aqui. Você vê que é uma bagunça doida, que elas não têm lugar pra... Porque quando eu fiz, podia ter feito isso pra lá, essa parede aqui ter levado pra lá, cobria, que até aí tem um muro, 'né! Era um muro de pedra antiga, que o muro que eu podia ter feito pra lá, e a chuva quando viesse batia e escorria pra lá. Aí, quando chove, isso aqui é um 'Deus me acuda': começa a correr água por aqui por dentro, que a gente tem que ficar entrando dentro d'água.
Claro que eu gosto de morar aqui. Eu era garoto... essa aí já é a terceira mulher.

²⁴⁷ Seguindo seu método de narrar, ir e voltar, inserindo outras histórias na narrativa central, ele retoma agora a história anterior na qual ele contava que estava no trabalho, e foi chamado para fazer uma obra no morro, e depois convidado para tomar conta do morro.

²⁴⁸ Sr. Manuel Isidoro relata uma época que as responsabilidades eram compartilhadas por eles mesmos no morro. Detalhe importante é que também ele narra um momento que não existia tráfico de drogas dentro da favela. Ele usa o termo 'malandragem' para não precisar falar traficante. Ao explicar, Sr. Manuel Isidoro contou outra parte e pediu para não ser gravado.

É a terceira, porque eu casei com uma mais nova, que nem eu falei com você. Aí ela ficou doente, porque naquela época eu não tinha experiência. Ela pegou câncer. Só no hospital que ela morreu ela levou nove meses e dias... aí morreu. Esse filho que vai ser enterrado agora é filho dela. Foi o primeiro filho meu; que eu tenho é a terceira mulher, com essa aí eu tenho quatro filhos homens.” (Isidoro, 2014)

Já caminhando para o final, voltamos ao assunto do início, a remoção, e perguntamos o que ele acha de tudo isso. Sr. Manuel Isidoro responde, mostrando, com sua forma peculiar de narrar, e conta histórias de épocas antigas:

“O que eu penso é: a gente que mora em favela, não é só aqui nessa nossa favela, entendeu? Porque você mora na favela não é porque você queira morar na favela; é porque você, infelizmente, você é uma classe, né, chamam de pobre, é uma classe mais fraca... você não pode morar dentro da cidade. Morar num prédio ou morar, comprar um apartamento pra você morar. Aí você mora na favela. Igual eu vim morar na Santa Marta em cinquenta e pouco. Vim morar no Santa Marta e trabalhava em obra. Era carpinteiro... vocês sabem quem é carpinteiro? Era quem trabalha em obra da construção civil. Agora não, agora tem um pouquinho de valor; naquela época não tinha valor nenhum. Você trabalhava, você ganhava o que você trabalhasse. Tinha firma que era na sexta-feira; chegava com o pagamento: ‘Seu fulano de tal, seu Manoel Isidoro’. Eu ia. Ele dizia, ‘Seu pagamento, seu Manoel’. Aqui, eu assinava e o cara me dava o dinheiro na mão. Quando era na segunda-feira eu ia trabalhar; quando era na sexta-feira, às vezes era na sexta-feira o pagamento, trabalhava com o empreiteiro; aí, saía de uma obra e ia pra outra, saía de uma obra e ia pra outra.

Às vezes eu estava trabalhando, aí dizia: ‘Seu Manoel, ajunta a ferramenta aí, o senhor vai pra Copacabana, o senhor vai pra Laranjeira, ‘tá precisando do senhor lá’. Eu dizia: ‘Tudo bem’. Ele falava: ‘Precisa trocar de roupa não, leva roupa de trocar na mochila.’ E botava a roupa na mochila, botava no carro e me mandava pra Laranjeira. Quando dava cinco, quatro horas, vinha subir o morro por aqui - tem um caminho aqui por dentro da mata, aqui por dentro da mata tem um caminho - não sei se você já passou.²⁴⁹

²⁴⁹ O caminho a que ele se refere diz respeito à subida pela mata. O Pico do Santa Marta tem essa peculiaridade. É possível chegar ao Pico por dois lugares: tradicionalmente por dentro da favela, e pelos bairros de Botafogo e Laranjeiras, subindo a pé pela mata. Atualmente, com a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora, as ruas por esse caminho são largas e bem calçadas, bem diferente da época do Sr. Manuel Isidoro.

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

**CAPÍTULO IX – URBANIZAÇÃO/REMOÇÃO NA FAVELA SANTA MARTA, A PARTIR DA
'SUSTENTABILIDADE TRANSDISCIPLINAR-INTEIRA': URBANIZAÇÃO
IN-SUSTENTÁVEL E A DESCONSIDERAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES DA
COMUNIDADE LOCAL**

Capítulo IX – Urbanização/Remoção na Favela Santa Marta a partir da 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira (STI)': urbanização in-sustentável e a desconsideração das reivindicações da comunidade local.

Aos poucos, começamos a perceber que o tema da remoção, a partir da 'sustentabilidade transdisciplinar' pode ser situado dentro do projeto de configuração do desenvolvimento e expansão da cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, é possível dizer que o que acontece no morro Santa Marta está diretamente ligado às outras mudanças que acontecem na cidade. Não voltaremos às especificidades do Brasil em relação à Europa, fato que fizemos na primeira parte. Porém, é importante frisar que o Rio de Janeiro também vivencia a mesma crise. De um lado, a sociedade que alcança direitos e, de outro, a cidade, com modelos de expansão da época da colonização, da escravidão e da ditadura. Temos ainda outro agravante: o Rio de Janeiro se posiciona entre as grandes metrópoles do mundo, assume valores da pós-modernidade sem, contudo, resolver questões antigas. Portanto, cada vez mais, acentuam-se os conflitos. As questões levantadas pela remoção representam o olhar da comunidade local. Nesse sentido, o diálogo com três líderes comunitários, que atuam dentro do Santa Marta, ajuda a ponderar elementos específicos desse olhar da realidade local. Portanto, queremos apenas dizer que, como expressão da 'tensão criativa de sentido', a remoção é mais um elemento desse complexo de disputa pelo território que há tempos acontece no Rio de Janeiro. Com isso, é possível perceber a intenção da pesquisa, fazer da 'tensão criativa de sentido' a memória da realidade da comunidade.

9.1 A empresa de turismo local 'Brazilidade' e a empreendedora Sheila Souza: capital econômico

Há mais de trinta anos, existe um trabalho de base comunitária no morro Santa Marta. Pensando na forma como se organiza a estrutura de sociedade no Rio de Janeiro, o trabalho de base, para ser inserido na lógica de lucro da cidade, precisa batalhar muito. Estamos dizendo que o problema da remoção, ou o 'direito à moradia' é parte de uma série de outras situações, nas quais a realidade local busca ocupar seu espaço dentro da dinâmica global. A Guia de Turismo Local, Sheila Souza, é um exemplo de engajamento nesse tipo de trabalho. Antes de apresentarmos alguns pontos da entrevista, gostaríamos de mostrar algumas peculiaridades:

“A idealizadora da Brazilidade é a Sheila Souza, formada em Turismo, com MBA em Turismo e Negócios, experiência em intercâmbio cultural e guiamentos no Rio de Janeiro. A Sheila fala inglês, espanhol, alemão e entende um pouco de sueco. A experiência profissional dela começou em 1992, com intercâmbios e vivências de

turismo no morro Santa Marta, com grupos nacionais e internacionais. Em 2010, a Brazilidade se formalizou como empresa pioneira de turismo de base na favela Santa Marta.

Mas a principal formação da Sheila para gerenciar a Brazilidade foi ter nascido e crescido no morro Santa Marta, ter olhado para a favela e acreditado nela. A Brazilidade hoje é um pouquinho da Sheila e também de todos aqueles que passam pelo morro através dela." (Brazilidade, 2014)

Tivemos a oportunidade de debater vários assuntos com Sheila Souza nas discussões sobre o lixo na comunidade, sobre o trabalho de memória do comitê e outras situações que envolvem o desenvolvimento local. Vale perceber que a empresa de turismo de base comunitária na favela do Santa Marta desenvolve um trabalho desde 1992. Assim como a remoção, o turismo também tem relação direta com a apropriação do território e as disputas pelo seu uso na cidade. O trabalho da empresa Brazilidade inverte a lógica do paradigma vigente de lucro econômico, no qual os benefícios maiores ficam com poucos, que não estão na realidade local.²⁵⁰ Observemos a definição, para analisarmos como já está expressa a inversão de paradigma, a fim de que a realidade local seja protagonista de sua própria história:

"Nossas experiências guiadas, palestras e tours educativos foram pensados para promover uma conexão com as representações naturais, culturais, históricas e sociais da favela Santa Marta. Além de oferecer serviços de turismo, nos preocupamos em movimentar a rede de trabalho local, oferecendo para os turistas uma experiência completa e uma possibilidade de crescimento para os empreendedores do Santa Marta." (Brazilidade, 2014)

A preocupação em movimentar a rede de trabalho local com investimento para os empreendedores locais já tem uma mudança da lógica de desenvolvimento focada no acúmulo individualista e na concorrência. Esse movimento, que parece simples na comunidade local, interfere na estrutura global de desenvolvimento da cidade, que segue a lógica das grandes metrópoles. Quando citamos anteriormente a 'Caminhada por Direitos' que ocorreu em 2013, onde os moradores do Santa Marta marcharam pela rua São Clemente, em Botafogo, uma das reivindicações era para que a empresa de turismo externa, Jeep Tour, não tivesse o direito de explorar o turismo na comunidade. Os moradores se uniram e organizaram a caminhada. Mas o trabalho começou muitos anos atrás. Da mesma forma, a resistência contra uma empresa externa gerará conflitos entre os interesses da realidade local e os interesses dos empresários que exploram o turismo em toda a cidade. Isso é o mesmo que acontece com o tema do território e da especulação imobiliária no Rio de Janeiro. Seria

²⁵⁰ No próximo tópico, exploraremos esse aspecto quando mostrarmos como a realidade global pressiona a realidade local tornando-a submissa. Nossa intuição é que o grande problema da remoção é a apropriação do território.

necessária longa investigação para sabermos se o governo instalou a Unidade de Polícia Pacificadora com a intenção de valorizar a área, remover moradores e depois revender os terrenos para empresas que exploram a construção civil e rede de hotelaria. Não é esse o propósito da nossa pesquisa. O Estado, sabendo ou não sabendo, já se tornou agente de uma realidade que está vigente na cidade do Rio de Janeiro. Pelo testemunho dos moradores, as primeiras urbanizações no morro e a instalação da UPP foram fatores que aceleraram o processo. Não é necessário ser economista para saber que o mercado, na economia liberal, vive de especulação, procura, oferta e possibilidades. A responsabilidade do Estado consistiria em possibilitar que essa relação fosse justa. Enquanto isso não acontece, a realidade local se fortalece, conforme podemos perceber na articulação da empresa, de base comunitária, *Brazilidade*:

“O que move a *Brazilidade*? Trabalhamos para mudar o estereótipo cultivado em relação aos moradores do morro e, através dos nossos serviços de turismo de base, gerar identificação e respeito. Queremos mostrar que a favela Santa Marta está de braços abertos para pessoas de toda parte do Brasil e do mundo que quiserem fazer turismo no Rio de Janeiro e descobrir a cidade de verdade.

O que nos move é ver que as pessoas que participam dos nossos ‘tours’ no Rio conseguem entender melhor a favela a partir de uma simples conversa de alguns minutos e da imersão de algumas horas no ambiente, interagindo com o espaço e com as pessoas que moram ali.

Não somos apenas uma empresa de ‘favela tour’; queremos ir além disso, através das nossas experiências guiadas, e destacar o que nós temos de melhor, porque a Favela Santa Marta são as pessoas que vivem nela.” (*Brazilidade*, 2014)

Uma das primeiras questões que está posta no morro Santa Marta é o próprio nome. A favela é chamada de Santa Marta e Dona Marta. A discussão, que toca diretamente em sua identidade, é também uma das formas da favela se situar na história da cidade, a partir da pergunta pelas razões do seu surgimento. Ao apresentar a empresa *Brazilidade*, a primeira linha do parágrafo se refere à questão da identidade da favela e, provocativamente, coloca o morro dentro do Bairro da Zona Sul, Botafogo. Na disputa da realidade global sobre a local, esse é um ponto fortíssimo, conforme se vê:

“Quem não conhece a história fica sempre na dúvida se fala Santa Marta ou Dona Marta. Eu, Sheila Souza, idealizadora e empreendedora da *Brazilidade*, nunca tive essa dúvida. Aprendi desde pequenininha que é Favela Santa Marta, ou, como sempre escrevo no meu endereço: é Morro de Santa Marta – Botafogo.

A história do morro Santa Marta é antiga e se confunde com a história do Rio de Janeiro. A favela tem mais de 60 anos e foi ocupada da base até o topo, de maneira bem heterogênea, a partir de 1942. Os primeiros moradores vieram de várias partes do Rio e interior. É uma favela bem delimitada, cujo acesso só se dá a pé ou pelo bonde, ou pelo pico da favela, por uma rua que dá acesso à parte alta, onde se encontra hoje a sede da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora).” (*Brazilidade*, 2014)

Nesse momento, podemos tirar algumas conclusões sobre o tema da remoção. Esse tema é parte da disputa que existe pelo território na favela. Ele se insere nas mudanças ocorridas há anos nas favelas. Por isso, é importante perceber um pouco de sua história e, aos poucos, a situação da remoção, nas diversas questões e engajamentos que envolvem a vida local no morro Santa Marta. Assim narra Sheila Souza:

“Bom, o meu nome é Sheila. Na verdade, assim... Sheila Souza, 'né! Eu sou nascida e criada aqui no Santa Marta, tenho 40 anos. E tô nesse processo aí dentro do Santa Marta desde sempre, entendeu? Eu sempre estive envolvida em tudo quanto é tipo de trabalho aqui dentro. Eu já trabalhei em ambulatório, já trabalhei na creche, já trabalhei no grupo Eco, um grupo de trabalho voluntário. Participava sempre de todas as discussões aqui, de melhoria da favela; plantava meus mutirões nas discussões; eu ia pra fóruns também, fóruns da favela. Então, tipo assim, sempre fui muito ativa durante essa minha trajetória aqui no Santa Marta.” (S. Souza, 2013)

É muito interessante perceber que nos exemplos dos três líderes escolhidos aleatoriamente, o engajamento também é fruto da consciência da história familiar e de que a chegada ao Santa Marta tem relações diretas com o processo de urbanização na história da cidade. Já citamos a ligação da família de Kadão Costa, presidente do Ecomuseu Nega Vilma. Observemos agora a história de Sheila Souza:

“Exatamente. Então, que a minha mãe veio pra cá com meu pai. Eles, na verdade, moravam aqui em Botafogo num cortiço, 'né! Mas aí a casa caiu e eles ficaram sem ter onde morar. E minha mãe tinha uma amiga aqui, que morava aqui no Santa Marta, ficou muito comovida com a situação dela, que ela estava querendo um lugar pra ficar. Aí ela chamou minha mãe pra vir pra cá, comprou um barracinho... nem era um barraco, era um espaçozinho muito, muito ruim, muito feio. A minha mãe fala disso com muita dó. Ela falava que tinha lesma na parede, muita lama, muita água e tal, e eles foram morar lá mesmo, 'né! Então foi assim que começou na verdade. A minha mãe veio pra cá com o meu pai e aí ela trabalhou muito pra poder pagar de volta essa pessoa, que já faleceu há muitos anos. E aí, assim a gente começou a nossa trajetória de vida aqui.” (S. Souza, 2014)

Certamente, assumindo a 'tensão criativa de sentido', uma das contribuições dessa pesquisa é apresentar um tipo de articulação da realidade local da favela que é desconsiderada quando se tem a capitalização do território semelhante ao que acontece em outras áreas da cidade, fora da favela. Essa vivência comunitária possibilita descobrir outros significados e valores do espaço, que não podem ser quantificados dentro do modelo de desenvolvimento que prioriza apenas os valores econômicos. Nesse sentido, está implícito aqui toda discussão que Peter Davis desenvolveu sobre o 'Ecomuseu como sentido de lugar'. A Ecomuseologia e a Sociomuseologia possibilitam inserir a discussão dentro das leis internacionais sobre os amplos significados do território, das heranças culturais e dos patrimônios material e imaterial. Embora já existam leis e áreas que discutem esses temas no Brasil, elas ainda não foram suficientes para interferirem nos projetos de construções das cidades. Por isso, também, preferimos chamar nosso referencial de 'sustentabilidade transdisciplinar ou inteira'. Na verdade, é uma provocação para que se perceba que o tema

da urbanização/remoção, da forma como ele acontece no Pico do Santa Marta, exige um conhecimento transdisciplinar e acadêmico que relaciona Economia de Mercado, a formação dos empresários, dos gestores públicos, o desenvolvimento urbano e a estrutura da sociedade vigente. A complexidade é ainda maior porque a democracia brasileira, embora esteja consolidada, tem traços da história colonial e ditatorial do Brasil. Quando perguntada sobre a infância, analisemos a resposta de Sheila Souza e o significado do espaço:

“Na verdade, eu tive uma infância muito bacana, Dell. A gente cresceu aqui com muita falta de coisa, ‘né! Então eu digo que eu tive uma infância. Sempre falava isso, que eu tive uma infância pobre, mas, na verdade, a minha infância foi desprovida do capital, mas eu tive uma infância rica no sentido de que, por exemplo, a falta de luz, por exemplo, era constante aqui no Santa Marta. E eu lembro que, nessa época, a gente ficava muito em volta da vela, conversando. Sabe? Minha mãe contava história, o vizinho contava história. E aí tinha história de terror, tinha história da nossa vida, da trajetória. A gente conversava muito. E a falta de luz era constante. Então, por exemplo, os filhos dos vizinhos iam lá pra casa quando tinha vela. Quando não tinha vela a gente ia pra casa do vizinho que tinha vela, porque a gente ficava com medo de ficar no escuro, até a hora de dormir, entendeu? Então, tinha muito essa troca; a gente brincava muito. Então, era um espaço que não é essa selva de pedra que você ‘tá vendo hoje. A gente tinha, por exemplo, ali na parte onde eu moro, lá embaixo, aqui, onde era a quadra da escola de samba, tinha um quintal enorme. Eu vivia pulando o muro, tomando mordida do cachorro, subindo nas árvores, comendo manga no pé. Então, eu tive uma infância muito rica nesse sentido, entendeu?”

A criança brincava muito fora. Então a gente teve isso. E também foi uma infância, uma juventude também difícil, porque foi uma época que o Santa Marta era uma favela com muitas guerras do tráfico de drogas. Brigas entre as facções, as gangues, ‘né, os grupos de droga. Então, assim, eu, por exemplo, tive uma infância e juventude onde a gente perdeu muitos amigos, ‘né! E foi uma coisa que marcou muito, ‘né! E a gente tem muita coisa bloqueada que foram momentos muito difíceis, ‘né! Você ver gente morta o tempo todo acaba virando uma constante, e você, de alguma maneira, acaba bloqueando muito disso assim. Porque é muito difícil, é muito duro. Então, nesse sentido também foi uma juventude e uma infância muito dura.” (S. Souza, 2014)

Pela perspectiva da ‘sustentabilidade transdisciplinar-Inteira’, a realidade local do Santa Marta é uma provocação para que toda essa riqueza seja considerada como dado no processo de urbanização de uma área. Se voltarmos aos testemunhos dos entrevistados, todos estabelecem relação diferenciada com o território. Essa relação é muito diferente daquela que é assumida nas outras partes da cidade, embora esse problema vivido na favela atualmente seja colocado por outros grupos em áreas históricas da cidade que estão sendo transformadas sem consideração à história das pessoas que viveram ali. Para os gestores que não estão inseridos nesses ambientes, a urbanização e a remoção podem ser interpretados como embelezamento, melhoria da estética do local e a chegada do progresso. Contudo, para as pessoas que construíram suas identidades com os símbolos que a favela oferece, a urbanização pode ser uma violência. Por isso, é muito importante separar urbanização, desenvolvimento e obras que favorecem as condições mínimas de vida no local. Por esse motivo, também, é preciso buscar caminhos a fim de que o tema não fique reduzido

aos guetos tradicionais. Quando perguntada se o tema da remoção está na pauta de vários segmentos, Sheila Souza coloca sua crítica e decepção:

“Na verdade, assim, você tem um grupo muito pequeno aqui dentro que ‘tá’ fazendo essa discussão. Eu acho que as pessoas de fora que estão muito mais interessadas Mas, Dell, hoje eu vejo essas pessoas que falam que estão interessadas, estão interessadas em termos de pesquisa. Elas não estão interessadas em termos do quanto isso vai realmente impactar diretamente na vida das pessoas, mas no quanto isso vai impactar no resultado da sua pesquisa. E aí, o que acontece? A gente fica, um pouco assim nesse processo, sem saber exatamente quem é que ‘tá’ construindo com a gente e quem é que ‘tá só coletando dados pra sua pesquisa. Isso é muito complicado hoje.” (S. Souza, 2014)

Observemos que Sheila Souza tem a consciência de que existe uma desarticulação entre teoria e prática, pesquisa e contribuição real para transformar a realidade onde a própria pesquisa é realizada. De alguma forma, as discussões da primeira parte sobre o paradigma da modernidade e a construção dos ‘Zeitgeist’ querem também levantar essa questão. A realidade local do morro Santa Marta é muito complexa para que apenas um referencial teórico possa conseguir abranger. Quanto mais adentrávamos nas questões que implicavam sua história e as novas questões, mais percebíamos que a remoção é consequência de um paradigma de cidade que está posto no Rio de Janeiro. Ele atinge tanto a favela como toda a cidade em si. A diferença é que, na favela do Santa Marta e outras localizadas na Zona Sul do Rio de Janeiro, a história de engajamento de anos, nas questões locais, trouxe um nível de consciência política que, pelos testemunhos dos moradores, o Estado e outros segmentos da sociedade não estão preparados para enfrentar. Repetimos uma citação de Sheila Souza, para relembrarmos o que discutimos:

“Isso é muito complicado hoje. Aí o que acontece? Às vezes a gente bate de frente com jornalistas, com pessoas que vêm dizendo: ‘A gente ‘tá querendo ajudar.’ Eu tô ouvindo isso já há um tempão. Dell, eu ouço isso há mais de quinze, vinte anos. Gente entrando aqui, entrevistando e, tipo assim, não muda nada. Esse pessoal já foi embora, já se formou, tem título, ‘tá ganhando bem, sei lá, ‘tá fazendo alguma coisa bacana, não retorna.” (S. Souza, 2014)

Um momento ‘sui generis’ para história do Brasil e, em particular, para a história do Rio de Janeiro, foram as manifestações históricas ocorridas em junho de 2013, em todo o Brasil. Ainda não é possível retirar todas as conclusões, mas algumas indicações podem ajudar a interpretar o conflito entre os interesses locais e os externos na favela Santa Marta. Da forma como a sociedade está fragmentada na cidade do Rio de Janeiro, não é possível fazer articulação entre um problema e outro dentro da mesma cidade. Várias frentes trabalhavam isoladas exigindo seus direitos. Isso significa dizer que as questões estavam sempre desarticuladas. Após quase trinta anos é que o povo saiu às ruas pedindo o fim da ditadura. A população de todos os cantos do país marchou nas praças históricas de um mesmo objetivo, a saber, preço abusivo do transporte público. Em menos de duas semanas,

o transporte público foi a ponte para que cada cidadão saísse às ruas com seus cartazes, dando luz aos problemas crônicos que ainda sobrevivem no Brasil.

Vale ressaltar que o grupo que pedia constantes reuniões com os governantes, já estava há mais de um ano tentando negociar com o governo para que não subisse a tarifa de ônibus. Porém, suas reivindicações não eram atendidas. Na semana que começaram as manifestações, entrevistamos o adolescente de dezesseis anos, Rafael Godói, que participou dessas reivindicações desde o momento em que eram apenas um grupo pequeno de pessoas reprimidas e intimidadas na prefeitura. Na entrevista, começamos perguntando o que significava para ele participar desse momento histórico no Rio de Janeiro. Assim explica Raphael Godói:

“É motivo de muita felicidade, porque nós começamos sem saber que teríamos essa grande adesão ao nosso movimento, com um sonho. Mas no começo, isso beirava a utopia, imaginar que nós teríamos cem mil cariocas nas ruas do Rio de Janeiro, protestando contra essa forma de governo que nós temos hoje, e como causa principal, esse aumento da passagem, que foi o estopim para esse pessoal todo sair às ruas.” (Gol para o Planeta/Dell Delambre. 2013)

Explicamos ao jovem Raphael que, naquela semana tínhamos conversado com acadêmicos, jornalistas, sociólogos especialistas em Brasil, e todos estavam surpresos porque nenhum deles tinha escrito qualquer coisa sobre a possibilidade de um engajamento tão forte próximo à data da Copa das Confederações. Eles não imaginavam que, em três semanas, em todas as capitais do Brasil, a população estaria nas ruas, reivindicando seus direitos. Vários especialistas não conseguiam perceber que o movimento tinha começado com a reivindicação contra o aumento das passagens, e que o grupo fraco e pequeno já estava articulado. Assim, Raphael Godói faz uma historiografia, a partir da realidade do Rio de Janeiro. Devemos perceber que, o problema do 'desenvolvimento urbano insustentável' no Rio de Janeiro e o que acontece no Pico do Santa Marta fazem parte desse mesmo complexo. Analisemos a resposta de Raphael Godói:

“Se engana quem acha que começou há duas semanas atrás nessas últimas manifestações,²⁵¹ onde foi visto um pouco mais de violência por parte de alguns manifestantes e por parte de polícia. Nosso movimento começou no ano passado. A nossa primeira manifestação foi no dia vinte e quatro de novembro de 2012: foi na data em que foi fundado o fórum de luta contra o aumento das passagens, que é um movimento que tem puxado as manifestações aqui no Rio de Janeiro. E assim que foi anunciado que no dia primeiro de janeiro haveria um aumento, então, nós nos mobilizamos rapidamente e puxamos essa manifestação, fizemos um abaixo-assinado recolhendo seis mil assinaturas em três dias, que foram entregues à prefeitura, e fizemos a primeira manifestação. E até o fim de 2012, tivemos três manifestações, duas em novembro e uma em dezembro; e agora, esse ano, depois desse atraso, eles disseram que apenas em junho teria o aumento. E quando disseram que teria o aumento em junho, nós nos mobilizamos novamente e recomeçamos com as manifestações. Então, está desde novembro do ano passado

²⁵¹ Raphael Godoi se refere às grandes manifestações que aconteceram em todo país.

esse movimento contra o aumento da passagem.” (Gol para o Planeta/Dell Delambre, 2013)

Já que na semana de junho de 2013 as manifestações alcançaram uma margem de cem mil pessoas na principal avenida do Rio de Janeiro, solicitamos que Raphael Godói explicasse quantas pessoas eram inicialmente. O movimento era tão isolado quanto são as caminhadas contra as remoções que acontecem no Pico do Santa Marta. Assim, Raphael Godói disserta:

“Na primeira manifestação, nós tínhamos entre duzentas e trezentas pessoas em frente à prefeitura do Rio de Janeiro e ficamos ali na prefeitura. Foi a primeira vez no Brasil que vimos grandes quantidades de pessoas nas ruas e sendo mobilizadas pela internet. Era um poder que o governo brasileiro ainda não conhecia, o poder de mobilização da internet. Apesar de muito se ver lá fora, na Europa e na Ásia, nós não tínhamos visto isso ainda aqui na América do Sul, especificamente, no Brasil. E mostra uma nova forma de mobilização, uma nova forma muito importante e que ainda vai dar muita dor de cabeça para governos que estiverem governando contra o povo, e não a favor do povo. E começou de uma maneira muito simples: criando um evento, mostrando ali o que nós éramos contra, o que queríamos, e convocando as pessoas. E, aos poucos, fomos tendo essas adesões.” (Gol para o Planeta/Dell Delambre, 2013)

O referencial teórico da 'sustentabilidade transdisciplinar' impulsiona a analisar o que acontece no Pico do Santa Marta no contexto da cidade. Nesse sentido, as questões que estão colocadas no Rio de Janeiro sobre como a mobilidade urbana prejudica as classes mais pobres são exemplos desses grupos à margem. O alto preço da passagem e a falta de qualidade no transporte coletivo são reivindicações que estavam na pauta dos grupos que militavam a favor da mobilidade urbana na cidade, há alguns anos. Assim como existe o risco da capitalização mercantilista do território, também se dá no transporte coletivo de massas no Rio de Janeiro. Esse fato ficou evidente após as manifestações, quando algumas capitais congelaram os preços: Rio de Janeiro, e outras. O governo reduziu a tarifa, porém, após a mobilização das grandes massas. O movimento, que ganha as massas, conseguiu que algumas de suas reivindicações fossem atendidas, conforme explica Raphael Godói abaixo:

“Em Porto Alegre e Goiânia, nós conseguimos a redução da tarifa da passagem após início das manifestações. Isso deu mais força ainda para as principais capitais do Brasil, que são Rio de Janeiro e São Paulo. E desde então, nosso movimento vem só crescendo, não somente nessa cidade, mas em todo país e até sendo representado fora do país que nos apoia.” (Gol para o Planeta/Dell Delambre, 2013)

Se a remoção no Pico do Santa Marta estivesse entre os três, quatro ou dez casos na cidade, poderíamos interpretá-la numa discussão, que coloca lado a lado os argumentos dos moradores e do estado. O laudo de área de risco da Geo-Rio é o maior argumento do estado para realizar a remoção. Como já citamos, só em 2013 foram 3.099 famílias removidas na cidade do Rio de Janeiro. (Curadoria (ativista) de Vídeos, p. 21). Dentro do nosso referencial teórico, é importante o fato de que em todos os casos de famílias que foram

removidas nessa data, e que estavam em processo, como acontece no Pico do Santa Marta, as justificativas se enquadram numa dessas categorias, a saber, interesse imobiliário, área ambiental e área de risco. (Curadoria (ativista) de Vídeos, p. 21) Por coincidência, na interpretação dos testemunhos dos moradores, a remoção no Pico do Santa Marta agrega os três elementos. Uns comentam sobre o reflorestamento, a maioria desconfia da especulação imobiliária, que já existe em toda favela e área de risco como justificativa oficial do governo. Na verdade, que muitas dessas áreas são riscos, isso já é sabido. A questão é que esse risco pode deixar de existir se forem feitas obras compatíveis com cada realidade. No caso do morro Santa Marta, isso é bem mais visível porque, no passado, foi realizada uma grande obra que minimizou alguns problemas e resolveu, de uma vez por todas, outros. Portanto, o laudo dando conta de que área é de risco pode estar sendo instrumentalizado dentro da lógica da 'urbanização insustentável' presente na reforma de Pereira Passos no início do século XX e na política de remoção das favelas de Carlos Lacerda, na segunda metade do mesmo século.

Do ponto de vista do paradigma, tanto na discussão sobre remoção quanto na mobilidade urbana, com o preço alto das passagens que gerou as manifestações históricas, estão disputando dois projetos de sociedade, dois projetos de cidades: um que prioriza atender os interesses locais e da população; e outro, que atende os interesses externos e das grandes corporações, que podem receber quaisquer nomes. No Rio Janeiro, isso é muito complexo, porque o tema do desenvolvimento agrega elementos da história de 'urbanização insustentável' do século XX, da ditadura e, recentemente, da preparação radical da cidade para os grandes eventos internacionais, a saber, Copa do Mundo, que todo brasileiro não vai querer lembrar pelo vexame da seleção, e as Olimpíadas de 2016. A lógica que levou os jovens a se manifestarem é a mesma; e os moradores do Pico a resistirem, é a mesma: vinte centavos tem muito significado para quem ajunta moedas para fazer as quatro refeições do dia. Os barracos de madeira e toda criação solidária e de resistência no morro têm um grande simbolismo para aqueles que construíram a história de vida nesse ambiente. Observemos essa 'tensão criativa de sentido' na narrativa de Raphael Godói, quando perguntamos sobre a crítica de que lutar por vinte centavos não justificaria tanto engajamento:

"A questão é que muita gente tem dito: Ah! Não sei por que ter esse alvoroço todo se são apenas vinte centavos. A questão é que as nossas bandeiras não são apenas o aumento. As questões que têm levado os brasileiros às ruas não é somente esse aumento da tarifa. Eu acho que foi o estopim para a indignação do brasileiro. O Brasil sempre foi revoltado com bastantes coisas que acontecem no meio político, mas sempre dizia: 'Ah, não dá pra fazer nada; ninguém luta por nada; acontecem as coisas aí e ninguém está nem aí', e que o brasileiro era acomodado. Mas eu acho que não. E essa revolta foi ficando dentro das pessoas, e esse aumento da passagem foi o estopim que estourou, e essa revolta transbordou, e quando foi ver, todo mundo já estava na rua. Então, eu acho que tem muita coisa por trás: são várias questões, que dão motivações para as pessoas irem protestar nas ruas, não é apenas essa questão do aumento. Na plenária ontem, foi votado isso; nós temos que dar passos que nossas pernas podem aguentar, não adianta

nós quisermos reivindicar tudo de uma vez. Porque se for tudo de uma vez, não dá, pois o Brasil tem tanta coisa que precisa mudar para ser uma coisa assim, de uma hora para outra... temos que ir aos poucos. Nosso foco agora é reivindicar a queda da tarifa, depois dessa queda, nós quisermos reivindicar também o passe livre; nós quisermos realmente o transporte público, porque nós não temos um transporte público, nós temos um transporte coletivo em massa, mas ele é privado. Nós temos que pagar para receber um serviço de 'qualidade' e hoje estamos recebendo um serviço que não tem qualidade." (Gol para o Planeta/Dell Delambre, 2013)

Portanto, retomando a narrativa da empreendedora Sheila Souza, é possível perceber que em toda sua interpretação a força está no desejo que a realidade local seja incluída equitativamente no projeto de desenvolvimento das cidades no Rio de Janeiro. Como discutimos na primeira parte no referencial teórico da 'sustentabilidade transdisciplinar', de um lado, a articulação da comunidade é fundamental, mas de outro, é importante discutir a dimensão estrutural de organização e expansão da cidade. Por esse motivo, inserimos a discussão sobre esse momento histórico no Brasil, que foram as manifestações de 2013. Quando questionamos Sheila Souza sobre qual a relação do processo do Pico do Santa Marta com outros lugares onde aconteceu a remoção, e depois a valorização da área, perguntamos se ela acredita que existe esse risco no Santa Marta. Assim Sheila Souza analisa:

"Acho, com certeza. Isso aí a gente já ouviu falar disso há muitos anos, entendeu, Dell? Às vezes, eu estava sentada conversando com a Nana, ela estava me explicando. Eu falei: 'Nana, é sério?' Mas aí, tipo assim, também é a perspectiva da Nana. Que eu não sei a perspectiva de outras pessoas. Mas é claro! Assim... eu também falo que aqui a gente tem um risco muito grande de especulação imobiliária nessa área. Você tem uma vista muito bacana da cidade. É uma vista que não é a vista da praia, é uma vista dessa parte daqui; é uma vista bonita também. E você tem um acesso de carro para o outro lado, que facilita muito essa transformação do espaço em termos de ganho financeiro com o prédio lá em cima. Então, eu acho que isso é uma coisa real. Eu só não sei o quanto perto ou longe a gente 'tá disso. O quanto perto ou longe eu digo, Dell, no sentido de uma oferta concreta para que isso aconteça. Por enquanto é só especulação, e especulação imobiliária tu sabe, 'né! Daqui a quinze anos, essa porcaria explode que tipo assim... Ah, isso aí é um processo que já vem se arrastando há muitos anos. Quando eu conversei com a Nana há mais de cinco anos, ela me falou isso: 'Sheila, esse é um processo que se arrasta desde não sei quando.' Um dia, que é isso, é aquela história que fica meio que assim, vira lenda. Tu vai contando, daqui a pouco aquela porcaria acontece, entendeu? Então, assim... a gente também tem medo disso, porque se aquilo ali é uma área de risco, então como é que pode se pensar em especulação imobiliária em uma área de risco? Ou seja, então, tudo é, na verdade, uma questão de aporte de capital, o quanto se quer ou não, o quanto se quer e se pode investir ou não em determinada área, e quem é que tem disponibilidade de capital para fazer isso. O dia que algum maluco fizer uma proposta concreta..." (S. Souza, 2014)

A análise de Sheila Souza poderia tranquilamente se encaixar nas mesmas questões levantadas por Raphael Godói, e também insere o tema da remoção no projeto de desenvolvimento da cidade. Por isso, também acreditamos que o Ecomuseu tem uma chance grande de desfocar a discussão dos guetos tradicionais e inseri-la em âmbitos nos quais se tem muita dificuldade em encarar a cidade pela ótica da localidade. É verdade, que somos

dependentes da fragmentação do conhecimento que vai compartimentando as áreas no raio do tradicional campo de atuação. No entanto, assim como foi com as manifestações, outros movimentos podem eclodir na cidade. Eles também estão separados. Não é por acaso que criamos um referencial teórico transdisciplinar no campo da sustentabilidade utilizando referenciais teóricos das ciências humanas. Esse trabalho em si já é uma provocação ao campo da sustentabilidade que teve uma fase dialogal, e da mesma forma, foi picotado em diversas fatias na academia e cooptado, com o 'modismo verde', pelo marketing econômico. No entanto, um dos objetivos da pesquisa é que esse tema, como 'tensão criativa de sentido', esteja presente na discussão sobre desenvolvimento urbano e mobilidade nos debates sobre Cidades Sustentáveis no mundo.

Sheila Souza continua sua narrativa sobre a lenda que pode se tornar realidade, a saber, que área que hoje é de risco amanhã possa ser negociada dentro da especulação imobiliária. E uma das situações que torna isso possível é o fato de que o desenvolvimento urbano também está dissociado dos trabalhos de memória, das discussões sobre patrimônio material e imaterial, heranças culturais. Assim explica Sheila Souza:

"A lenda vai, a lenda vira realidade. Vira. É porque a gente ainda não teve, entendeu? Porque também o que acontece lá em cima, Dell, você vai precisar de uma mega obra. Mas uma vez que você faz também, e aí a gente inicia um processo massivo de 'gentrificação', com certeza. Se fizer um hotel lá em cima, um empreendimento mega desse, o Santa Marta vai sofrer o mesmo que a rocinha 'tá sofrendo hoje. Se é que as pessoas estão percebendo isso, entendeu? Ué, as populações originais das favelas estão mudando, entendeu? Estão se mudando. Você tem, principalmente, estrangeiros comprando casas em favelas. A gente tem esse movimento, que é um movimento, na verdade, a gente sabe disso. Na Europa, morar em morro é chique, e essas pessoas que perceberam que há essa possibilidade aqui no Rio de Janeiro estão sendo estimuladas para fazer. O governo apoia esse tipo de ação aqui, e a gente não tem força financeira para lutar contra esse tipo de especulação. Então, o que tem acontecido? Em muitas favelas, as pessoas estão vendendo os seus barracos por quantias assim até fora do mercado da favela, que a gente na favela, assim... pra gente morador, a gente não tem condição de pagar 200 mil por uma casa, 250 mil por uma casa. A minha casa se valorizou tipo 200%, 300%, antes pacificação, pós-pacificação. Então, a gente não tem nenhuma condição de lutar financeiramente contra isso. Não. Então, tipo assim, vai ser uma sedução praticamente 'orgásmica'; você não vai ter como parar uma sensação dessa. Uma grana assim tão forte que você vai ficar realmente assim... Putz! É tipo... se alguém hoje me oferece 500 mil pela minha casa, eu balanço." (S. Souza, 2014)

Desfocar a discussão do dualismo que polariza, manequeisticamente, a favela contra o governo e o governo contra a favela, possibilita debater as questões dentro de uma abordagem sistêmica e conjuntural. Para o governo que proporcionou a segurança, e com a segurança a valorização dos imóveis, significa, em sua visão, que foi feito algo bom: levou o progresso para dentro da favela. Para o morador que teve sua casa valorizada e que já queria vender, a segurança foi algo válido. No entanto, é preciso situar as mudanças dentro do conjunto das transformações que essas novidades podem trazer. É preciso pontuar que a

sustentabilidade transdisciplinar-inteira não se posiciona previamente contra o progresso ou desenvolvimento. Como debatemos com a História Oral, Memória Coletiva, Ecomuseologia e Nova Museologia, a 'sustentabilidade transdisciplinar e inteira' insere outros elementos para qualificar o progresso e o desenvolvimento. Essa discussão já está posta, com outras palavras, na abordagem 'orgásmica' de Sheila Souza. Perguntamos se Sheila Souza se sentiria seduzida a vender a casa e negociar a história, mesmo com toda formação adquirida nesses anos todos em trabalho de base comunitária. Na resposta verdadeira de Sheila Souza, podemos perceber que a força do desenvolvimento urbano, focado na especulação de áreas de memória, é muito mais forte do que podemos imaginar. Assim explica Sheila Souza:

"Balanço. Balanço. Balanço! Não tô dizendo que vou ou não topa, mas que balança, balança. Poxa, cara! 600 mil agora, cash, dinheiro na mão, vivo. Nunca vi esse dinheiro nem na minha vida, Dell. Nunca vi. Tu já viu 500 mil reais? Nem no banco. Pô. Nem no museu do dinheiro eu já vi esse dinheiro, cara! Nem 200 mil, cara, eu nunca vi na minha mão. Alguém fala que 600 mil... 'tá bom 500 não, 600. 'Ainda pago a mudança.' Tu balança, Dell, é ruim de não balançar, cara." (S. Souza, 2014)

Do assunto da especulação imobiliária e do desenvolvimento urbano que pode alterar consideravelmente a história dos moradores locais, entramos no significado simbólico e afetivo do morro. A empreendedora e guia de turismo local, Sheila Souza, narra a relação com o espaço como se estivesse escrevendo um poema ou pintando uma tela que deverá ficar de lembrança para as gerações. Assim narra Sheila Souza, conforme se observa:

"O Santa Marta, Dell, é onde eu cresci e é onde eu quero morrer. Eu sempre falei isso para o meu filho. O meu filho agora, eu já repeti tanto que ele falou: 'Mãe, eu já sei que você quer morar aqui, e eu sei também que você pediu pra eu não mexer mais na casa'. É muito engraçado. Então o Santa Marta na verdade, Dell, pra mim, assim... é onde eu quero envelhecer... eu quero morrer, entendeu? Eu acho que eu sou uma privilegiada, que eu moro na parte baixa. Então, eu espero que eu não vá ter os mesmos problemas da minha mãe, que minha mãe, por exemplo, eu moro embaixo, mas minha mãe, por exemplo, não pode morar aqui. Tem problema na coluna, tem problema de... o lance de escada, a ladeira, só a ladeira já mata. Se minha mãe não conseguir subir de táxi, não rola." (S. Souza, 2014)

Na continuidade de sua fala, aparecem todos os elementos simbólicos que atualmente fazem da realidade local um 'locus' para reelaborarmos os estilos de vida e de sociedade na realidade estrutural das cidades. Na realidade local exposta por Sheila Souza e vários entrevistados, não se escondem os problemas que são vários. Mas a maioria dos entrevistados demonstram estabelecer uma relação carregada de afetividade e símbolos que, inclusive, transcendem as condições insalubres dos locais. Por isso, a proposta de que o museu são todos os signos semióticos eleitos pela comunidade é fundamental para legitimar, do ponto de vista do desenvolvimento urbano, outros valores que não são quantificados, quando se analisa um território apenas dentro de suas potencialidades econômicas, conforme as normas vigentes do mercado na cidade do Rio de Janeiro; ou quando se realiza uma

remoção porque naquela área será construída uma rua. O governo, através do debate na comunidade, para implementar qualquer projeto, deveria levar o debate e 'tensão criativa de sentido' até ao limite máximo. Conforme narra Sheila Souza:

"É... Então, o que acontece? A minha ideia, na verdade, é envelhecer... Eu sempre falo isso para quem eu converso aqui: 'Ah, não deu pra gente fazer tudo que a gente queria, quem sabe numa outra vez.' Eu falo: 'Se você voltar, você vai me encontrar aqui.' Eu sempre falo isso. 'Ah, mas eu não sei quando...' 'Daqui a dez anos, você volta eu vou 'tá velha. Eu não sei se eu vou lembrar, mas se você me procurar, eu devo tá por aqui.' A minha ideia é essa, eu sempre, eu não conseguia entender porque eu não conseguia me desconectar do Santa Marta, porque eu tive proposta para morar fora, de fazer uma vida melhor fora, e não sei por que eu me sentia muito presa a isso aqui, eu não conseguia explicar. As pessoas falavam que eu era burra, que eu estava jogando o meu futuro fora e tudo mais. E eu, de alguma maneira, não conseguia explicar por que eu não queria sair daqui e, hoje, assim, eu entendo isso, sabe? Entendo o meu processo aqui dentro; entendo a importância da gente tá sempre lutando, ainda que seja um trabalho cansativo que a gente 'tá lutando, mas o Santa Marta, tipo assim... o Santa Marta é a minha referência de vida, é a minha referência social, é a minha referência realmente de favela, de comunidade. Eu gosto dessa coisa de tá junto com as pessoas, ainda que a gente 'tá vivendo os problemas, a gente 'tá vivendo os problemas juntos. O ideal seria que a gente tivesse mais unido, que a gente tivesse lutando mais junto, mas, em alguns níveis, às vezes acontece, em alguns níveis, não acontecem. Mas a minha ideia é morrer aqui nessa favela, é assim. Eu quero levar comigo e levo assim... até hoje, eu sempre falo isso pra as pessoas: 'Se eu morrer hoje, eu vivi uma vida boa aqui, entendeu?' Então, é uma coisa que eu carrego comigo sempre, e passei por muita dificuldade aqui sim, mas eu gosto muito dessa favela, gosto das pessoas aqui e a favela, na verdade, são as pessoas. E eu adoro as pessoas aqui, com seus defeitos, com as suas problemáticas, com a sua falta de consciência, que às vezes você quer esganar mesmo. Entendeu? Mas a gente às vezes tenta também entender o processo do outro. Ontem a gente estava falando sobre isso. Depois do 'hip hop', todo mundo chapado, e a gente estava falando exatamente desses processos, entendeu? Então, assim, o Santa Marta significa muito para mim; significa também que eu sou a pessoa que eu sou também graças a esse ambiente onde eu tive muita interação, onde eu aprendi muito com outras pessoas, onde eu vivi muito também, com muita intensidade. Então eu espero assim... eu espero terminar minha vida aqui. Não acho que as pessoas assim... precisam ter tristeza de nada. A gente sempre sente das pessoas que fizeram história aqui e tiveram uma trajetória longa aqui na favela. A gente sempre sente muito, mas espero que as pessoas consigam lembrar de mim de uma maneira bacana, de uma maneira alegre, porque a ideia é sempre... : 'Tudo bom?' 'Camisa bonita, hein?'²⁵² Então, é isso, entendeu, Dell? Eu gosto muito do Santa Marta e até meus últimos dias eu vou lutar... (Pra você também!) Vou lutar, eu vou sempre lutar pra ter uma qualidade de vida melhor, entendeu? É isso que a gente fazia, 'tá vendo?'" (S. Souza, 2014)

Entretanto, Sheila Souza tem consciência de que as novas gerações fazem outra relação com o espaço, constroem outras memórias. Quando perguntamos se o filho estabelece essas mesmas relações, Sheila Souza pondera:

"Não, não passou. A gente faz isso também. Entendeu? Então, eu espero que eu vou terminar aqui, e assim eu tô um pouco hoje passando essa mensagem para o meu filho, porque ele não tem essa mesma conexão com o espaço.

²⁵² 'Camisa bonita, hein?' Com essa frase, Sheila Souza cumprimenta as pessoas que passam. Cada pessoa que passa, manda um abraço pra ela, um beijo, fala uma frase. Estávamos, numa pracinha dentro da favela. Ela cumprimentava a pessoa, e voltava no ponto certo.

Não. Com certeza não. Porque também, o que acontece? Ele já entende também um pouco o que é que a qualidade de vida, 'né, Dell? E a gente 'tá lutando por qualidade de vida aqui; a gente não tem. E uma vez que... e eu falo sempre isso... a consciência também ela acaba tirando muita coisa bacana da gente. Sabe? Não tô dizendo que é ruim ter consciência não, é bacana ter consciência! Mas você sofre muito também, porque você começa a entender as coisas, entendeu? E isso machuca.

As discriminações. A coisa de você não ter grana, o racismo, entendeu? Então você fica muito vulnerável, e você fica também muito à flor da pele, 'né! E aí nesse sentido, é complicado. Que é quando você sai do nível de sobrevivência e você vai pra um nível de consciência, que é um pouco, que é completamente diferente, entendeu? Então a gente passa uma grande parte da nossa vida sobrevivendo. Hoje eu tenho consciência dos meus processos de sobrevivência. Isso é muito doido, cara." (S. Souza, 2014)

Em praticamente todos os entrevistados, o processo de engajamento crítico nas discussões e na prática, para exigirem os direitos da população, produzia um nível de consciência muito aguçada da realidade e das injustiças. Em nossa caminhada como construtor conjunto desse objetivo, esses foram os momentos mais difíceis para nossa condição emocional de pesquisador: perceber que a sustentação da 'tensão criativa' pode gerar sentidos muito contrários àqueles que temos, que são fruto de uma formação familiar sólida, de ter os direitos mínimos garantidos, de ter tido sempre uma casa, de ter tido oportunidade de estudar e de não ter vivido quase nada das explorações que essas pessoas viveram por séculos dentro da estrutura de desenvolvimento do país. Como mostramos, todos os líderes conhecem muito bem de onde os pais vieram, quais fatores sociais e de 'desenvolvimento urbano insustentável' fizeram com que seus pais chegassem a ter que morar na favela, e por que hoje eles sofrem problemas semelhantes àqueles que seus pais viveram. Nesse momento do diálogo, dividimos a tensão com Sheila Souza e perguntamos se é possível a um adolescente se dar conta desse processo de consciência através da arte.

Assim, responde Sheila Souza:

"É, mas tipo assim, às vezes, eu fico aliviada disso ter vindo tarde, entendeu? Porque ia ser muito pior, já foi difícil sem ter, você imagina tendo consciência.

Pode ser, cara. É porque também depende assim, 'né, depende de como isso é trabalhado. Eu tive uma educação que ela foi muito, muito boa nesse sentido, a gente lutava para transformar o mundo, para melhorar a nossa vida. O jovem de hoje a educação é muito ruim, 'né, Dell? Então, tipo assim, o jovem de hoje, quando ele logra uma boa educação e tudo mais, ele fica muito individualista, 'né! Ele quer melhoria pra ele mesmo; ele quer uma casa boa; ele quer um carro bacana; ele quer um sonho; ele quer... entendeu? Então ele não 'tá pensando muito na questão da relação dele com o espaço e com as outras pessoas desse espaço. Então, cada um defende o seu. O cara não entende, por exemplo, que se em volta dele todo mundo tiver ferrado, que ele 'tá ferrado também; ele não consegue ter essa compreensão. Mas, por exemplo, eu fui uma jovem que eu tive muito acesso a ser, eu fui a muitas exposições, eu vi muitos filmes, eu tive muito contato com esse tipo de coisa, e isso, de alguma maneira, essa sementinha fica dentro de você, cara. O problema é como é que você bota isso pra fora depois. A gente recebe esse tipo de informação, mas às vezes, você não é educado para trabalhar com esse tipo de informação. Você é

trabalhado pra seguir um determinado padrão que a sociedade impõe e você segue, mesmo você tendo essa sementinha lá dentro." (S. Souza, 2014)

A conclusão de Sheila Souza sobre esse aspecto mostra a possibilidade de se ter crises que são inerentes aos processos de descobertas do conhecimento da realidade. Em nossa leitura, significa a transição da inocência para a perda da ingenuidade sobre o olhar para sociedade. E o que fazer diante disso? Para que a perda da ingenuidade não seja um lançamento suicida no pessimismo ou numa tentativa de solução pueril e simplificada dessa equação, é imprescindível descobrir outros sentidos. Embora não tenha dado tempo de aprofundar, a 'tensão criativa de sentido' que construímos na primeira parte tem um fundamento filosófico-teológico muito forte, que pode ser apreendido e descoberto no contato radical com os dramas da vida na dinâmica local. Assim, quando perguntada sobre a possibilidade dos conflitos oriundos dessa descoberta caótica e injusta da realidade, Sheila Souza explica seu ponto de vista:

"Começam os conflitos, exatamente. Poxa! Será que isso é realmente o que dá sentido à minha vida? Onde é que eu vou com isso? E aí, quando você desperta, às vezes, é muito tarde, por exemplo. Eu sempre falo isso: 'Poxa, quisera eu poder ter vivido isso hoje no meu tempo, eu vivi tudo depois.'" Os acessos às coisas... eu vivi tudo muito, muito depois. Entendeu? Os jovens hoje, por exemplo, têm acesso à educação, acesso à cultura, acesso à coisa bacana que a gente recebeu muito tarde. E aí também você já fica meio cansado e não tem aquele poder de transformação que você tem com a força da sua juventude, 'né!" (S. Souza, 2014)

Perguntamos se esse foi o sentimento que ela teve pelo fato de ter potencial para fazer um mestrado em sua área, mas, no entanto, ter descoberto que as vagas eram quase sempre destinadas para os mesmos, das mesmas classes sociais, e que há determinados pré-requisitos herdados da criação familiar e social. Sheila Souza responde:

"Exatamente. Então a gente fica frustrado, cara. E aí, tipo assim, aí você fica cansado, e a tendência é você se render a essa situação de você pensar assim: cara, isso aí não vai dar em nada, deixa pra lá, deixa pra lá. É claro que as mudanças elas são muito pequenas, às vezes, a gente não consegue visualizar, mas acontece. Só que a gente quer, a gente quer mudanças grandes, 'né! Então." (S. Souza, 2014)

Diante de um assunto denso, retornamos aos significados simbólicos da casa. Compartilho as transições que ela havia dito que ocorreram entre o barraco de madeira e a casa de alvenaria. Nesse momento, solicitamos que ela narrasse o significado da casa para ela. Como outros moradores relataram, a casa está no contexto do espaço afetivo do território da favela. Não é algo à parte, mas possui outro significado importante na dinâmica simbólica dos lugares. É muito interessante que a Sheila Souza, na primeira frase, afirma que sua casa é seu Templo. Templo que remonta ao significado de totalidade simbólica da religião e o próprio museu como Templo dos deuses. Sua descrição é compêndio afetivo de memória. Assim narra Sheila Souza:

"Minha casa é meu templo. Minha casa é meu refúgio, é meu lugar de paz. Eu gosto de estar na minha casa demais! Gosto muito. Gosto porque tem a história da minha família ali; então, na parede da casa, eu vejo. E não é só isso: eu tenho na minha

memória todo o processo de melhoria da minha casa. Eu lembro de cada fase: eu ajudei o meu pai a emboçar parede; eu ajudei a encher as pilastras; eu participei de todo o processo de construção da minha casa, de transformação da minha casa. E esse último processo também, e que eu quis fazer do jeito que eu quis. Então, o que acontece? Eu gosto de estar em casa, e como eu sou uma pessoa que, normalmente, eu estou muito fora, quando eu estou em casa, se eu pudesse, eu botava um campo de força em volta da minha casa, tipo assim, pra ninguém conseguir nem me alcançar dentro de casa. Tipo assim, quando eu consigo deitar na minha cama e olhar para o teto, relaxar, eu adoro, cara! Eu não tenho tido muita possibilidade desses momentos, de sentar, mas quando eu tenho, Dell, eu posso passar o final de semana inteiro sem sair de casa, sem vir e botar o pé aqui fora. Ficar só dentro de casa. Então, tipo assim, a casa é uma coisa muito importante pra mim, mas não é só a casa, só estrutura física, mas tudo que é construído dentro. Então eu tenho uma relação bacana com o meu filho, a minha sobrinha mora comigo... então, tem uma relação bacana, de ter uma relação bacana com eles, porque é isso também que faz sentido da casa ser um templo.” (S. Souza, 2014)

Certamente, o simples trabalho de registrar esses testemunhos já é um trabalho importante de memória de um tipo de favela que passa pelas mesmas transformações que acontecem em toda cidade. Algumas dessas mudanças são frutos da época. Porém, inserir essa discussão como possibilidade de se construir políticas públicas que colocam o cuidado com a memória nas discussões sobre desenvolvimento, é fundamental. Neste sentido, o paradigma da remoção como apagamento da memória, também acontece em toda cidade quando o progresso urbano não dialoga com as ciências humanas e não têm abordagem transdisciplinar. No caso da favela, detectar que as pessoas estabelecem relações profundas com seus barracos e com suas casas-templo, deveria produzir conhecimentos e projetos que humanizassem qualquer ação empresarial e governamental de transformação desses espaços. Para isso, também é necessária uma fundamentação transdisciplinar que interfira na dimensão estrutural de desenvolvimento da sociedade nos diversos segmentos, dentre eles, a economia.

Assim completa Sheila Souza, ao definir o significado de sua casa-templo-museu e os processos que ela passou na relação com a casa. Há também o contraste entre moradores da favela e moradores dos bairros vizinhos conforme Sheila Souza pontua:

“Se você tem uma casa bacana, mas você não tem paz com as pessoas que convivem com você lá dentro não adianta nada, ‘né, Dell? E aí, tipo assim, e isso é bacana. O meu filho, também eu sinto que ele gosta muito, nesse sentido. A gente tem muito respeito pelos espaços; então, tipo assim, lá em casa, por exemplo, não se briga por televisão. Eu quase não vejo televisão. Meu filho brinca, às vezes, ele vê televisão, e ele adora isso. Ele diz: ‘Poxa! A minha mãe não briga por televisão.’ Aí ele tem os espaços dele. Eu gosto que ele compartilhe a casa com os amigos, que eu, por exemplo, isso era uma coisa que eu não tive na minha infância. As pessoas não iam na minha casa. Eu - na minha vida acadêmica inteira - eu sempre falo isso... Na minha vida acadêmica inteira, eu só tive duas pessoas que foram na minha casa: uma amiga de faculdade e a minha professora da pós-graduação. Só. (...) Não, não tem, mas isso é uma coisa que eu fui tolhida durante toda a minha juventude que, tipo assim, hoje não é uma coisa que vem assim muito fácil. Qualquer pessoa fala assim: ‘Pô, vai lá em casa. Vamos fazer uma bagunça e tal.’ A minha casa é pequena, entendeu? Mas, tipo assim, eu sempre falei: é coração de

mãe. Lá em casa, pô, as pessoas ficam à vontade e tudo mais, mas eu não tenho ainda essa coisa muito natural de convidar... ainda é uma coisa que eu ainda tenho trabalhado bastante nesse sentido de ficar mais 'relax'. Eu fico supertranquila quando as pessoas estão lá em casa... É esse movimento de convidar, entendeu? Se você chegar lá em casa, por exemplo, às vezes, tem dias que ficava no portão, que essa coisa assim... às vezes eu ficava conversando com a vizinha no portão e falava assim: 'Pô, cara, desculpa'. 'Ah, não, eu tenho que ir embora.' 'Pô, foi mal, cara', porque isso era uma coisa tão assim... constante na minha vida, de as pessoas não entrarem, você já nem para pra pensar mais, entendeu? É quase parte do seu ser. Então, hoje eu me sinto muito feliz nesse sentido de que, na verdade, a casa 'tá bacana, mas também aprendi que a casa sou eu. Então, não tem nada a ver com ela tá mais bem pintada hoje ou não. Entendeu?" (S. Souza)

Esse relato da empreendedora Sheila Souza tem alto grau de profundidade e revela relações que, na dinâmica da vida urbana, quase não existem, principalmente se pensarmos que o morro de Santa Marta está situado na Zona Sul, em Botafogo. O relato acima poderia muito bem ser utilizado para explicar o fato de que toda favela é um ecomuseu e os lugares simbólicos serão escolhidos pelos próprios moradores. Quem passa pela Avenida São Clemente enxerga barracos amorfos, mas para quem nasceu, cresceu e experimentou a intensa vida comunitária, a favela é construtora da identidade de quem cresce com ela. Sheila Souza continua a musealização de sua casa, que também processual. Parece que a casa e as relações estabelecidas na vida comunitária que ela e os moradores descreveram nos testemunhos são etapas de um mesmo processo, como se observa abaixo no relato de Sheila Souza:

"Mas aí você precisa amadurecer pra isso também. Se a casa tá bagunçada ou não o mais importante é se você é bem tratado quando você 'tá sendo convidado. 'Poxa, Delambre, não repara a bagunça não, cara, mas senta aí! Quer tomar alguma coisa, quer um café?' Eu já fui em casa super arrumada, super lindas, que a pessoa não olha nem pra tua cara... 'tá preocupada se você 'tá bagunçando o sofá, se você 'tá apoiando não sei aonde, não sei o quê, entendeu? Então, essas coisas pra mim já não passam, mas, então, é relaxar que, tipo assim, a casa é a gente. E é você que tem que fazer a pessoa se sentir bem. Então, a minha casa é uma extensão de mim... se a pessoa vai, se a pessoa gosta de mim, vai gostar da minha casa. Independente de qualquer coisa, agora hoje eu precisei arrumar a minha casa pra poder entender isso. Enquanto a casa estava bagunçada, não fazia sentido pra mim, você 'tá entendendo? Mas hoje que a casa 'tá arrumada, eu me sinto mais à vontade de fazer essa reflexão. De que realmente não é porque eu botei uma escada nova, porque eu pinteí a parede, porque eu botei uma textura, porque eu botei cor a, b ou c, não é isso. Entendeu?
Exatamente! Mas aí, Dell, isso é uma coisa também assim... é um processo de reflexão que você precisa passar pra fazer sentido na tua cabeça. Se eu ficasse, se eu ficasse com a casa do jeito que ela estava antes, eu nunca ia, essa ficha nunca ia cair, porque eu sempre ia tá achando que estava faltando alguma coisa, entendeu?" (S. Souza, 2014)

Nesse momento, fica claro que todos os processos ocorridos com a construção da casa são, na verdade, as diferentes etapas de engajamento na vida comunitária da favela. Nesse aspecto, a dinâmica de vida na favela e a forma como constrói a identidade de quem cresce nela é um fator que poderia fornecer elementos à teoria da memória social, para

relação entre memória coletiva e memória individual e todas as áreas que, atualmente, buscam descobrir os múltiplos significados do território, das heranças culturais e do patrimônio. Porém, a 'sustentabilidade transdisciplinar', a partir do tema da remoção, indica que tudo deve ser incluído na discussão aberta, em todo mundo, sobre cidades sustentáveis. Observemos como, na dinâmica da vida de Sheila Souza, o movimento da casa forja seu amadurecimento interior, como pessoa, conforme explica Sheila Souza:

“Precisei fechar esse processo para entender que tem outras coisas mais significativas. Então, você tem que passar por esse processo para poder compreender que caminho que realmente ‘tá seguindo. E aí também se desfazer de coisas; então, isso é uma coisa que eu tenho me preocupado muito, de me desfazer de coisas e de processos que não levam a gente para lugar nenhum. A minha casa é isso.

Aqui, por exemplo, na luta de base também, de tentar um pouco mais focar nas coisas que vão realmente promover transformação de base - e isso é uma coisa que é bacana no processo no Santa Marta que, nosso exemplo, ele é muito mais transformador do que o nosso discurso. Isso aqui eu aprendi no Santa Marta. E eu tenho tido muita atenção com a minha postura com as pessoas, que é muito mais se eu tô ou não na reunião, mas o modo como eu ouço as pessoas, o modo como eu converso com as pessoas, o meu respeito pela diversidade, pela diferença... isso é muito mais importante, isso gera muito mais transformação do que você só promover a transformação em si. Se você é um cara que é, tipo assim, você fala pra mim: ‘Poxa, Sheila, seja uma pessoa fiel e tal’, e você sacaneia a tua mulher, aí, tipo, que exemplo que você passa pra mim? Eu vou olhar pra você, poxa, ‘o cara trai a torto e a direito e vindo com discurso pra mim de eu não trair’. Então, você não é a referência que faz sentido no que você fala. Então, hoje aqui é isso que a gente percebe. Essas coisas fazem muito mais diferença e aí, por exemplo, quando você vai nas discussões e tudo mais, as pessoas têm mais facilidade de entender o que você fala, porque elas sabem que você é uma pessoa realmente honesta com as suas convicções. Não é honesta só de não roubar - não é nada disso - mas que você tem coerência na sua vida, no dia a dia, entendeu? Então, tipo assim, eu não fico devendo 0,50 centavos na birosca. Se eu falo pra você que eu vou, eu vou; se eu não posso, você vai ficar chateado comigo, mas eu vou falar: ‘Não vou, Del.’ Eu não vou falar assim: ‘Pô, cara, demorou, eu vou passar lá.’ ‘Poxa, cara, olha só, amanhã eu tenho compromisso, eu não posso ir.’ E você tem respeito com isso. Porque aí as pessoas depois: ‘Pô, tu falou que ia lá e não foi’. Falei: ‘Poxa, eu falei pra você que não dava pra eu ir’. E não é essa coisa: ‘Não, demorou, vamos e não sei o quê’. Que aí você vira um 171, ‘né! Fica armando pra cima dos outros. Ah, você se compromete com uma coisa e você não faz. Você fala que vai fazer uma coisa e você não faz. Então, são essas coisas, na verdade, também que promovem muita transformação de base que a gente não dá conta... a gente fica achando que é só o discurso ou que são ações pontuais que você precisa fazer. Também faz, mas em termos de longo prazo, médio e longo prazo, faz muito mais diferença, entendeu? Então aqui hoje, nessa discussão, até, por exemplo, na discussão do Pico, quando eu converso com as pessoas, as pessoas ouvem e dizem: ‘Poxa, gente, olha só, vamos fazer uma reflexão, poxa, se coloca no lugar do outro, ‘né! “Pimenta nos olhos dos outros é refresco”. Você gostaria?’ Então, eu tento fazer a inversão de papéis, entendeu? Para as pessoas poderem entender, mas isso é um processo também que você precisa conhecer as pessoas. Precisa conversar. E como é que você vai conversar se você é 171; ninguém quer conversar com 171. ‘Tá entendendo, Dell? E se te escutar, não vai te ouvir.’ (S. Souza, 2014)

Portanto, o tema da remoção é uma provocação para inserirmos na discussão sobre desenvolvimento urbano as múltiplas significações do território que a favela oferece. Dentro

de um sistema, no qual a especulação imobiliária e a expansão urbana são trabalhadas apenas pelo valor financeiro da área, toda a riqueza presente no testemunho dos moradores acaba se perdendo com o processo de remoção e a capitalização da área. Os moradores dos novos empreendimentos não conhecem essa riqueza. Porém, é preciso também frisar que parte desse processo é inerente à expansão urbana. Por isso, em todos os sentidos, o tema da memória e todos os correlatos que citamos na forma da 'sustentabilidade transdisciplinar' são imprescindíveis hoje para discutir e organizar o crescimento das cidades. Outro aspecto que o 'sentido de lugar' revela nesses testemunhos é a força cada vez maior da comunidade local de se articular e exigir seus direitos. Uma simples análise revelará que, do ponto de vista da democracia, o Brasil está melhor que há cinquenta anos. Porém, o debate sobre remoção no Pico do Santa Marta e outros locais no Rio de Janeiro revela que existe uma fragilidade na democracia brasileira quando se refere à participação. Essa 'tensão' é assentuada quando os governantes precisam negociar com esses grupos da comunidade local. Podemos exemplificar pelos modelos de urbanização da cidade herdados do passado, como mostramos. Mas isso está para além da urbanização e pode ser visto nas articulações para as manifestações de junho de 2013. Observem que o modelo participativo tem o mesmo princípio do trabalho de base comunitária que Sheila Souza afirma existir na favela do Santa Marta. Assim explica Raphael Godói:

“A primeira coisa é essa democracia, nosso movimento é totalmente horizontal. E uma coisa que também ajuda bastante é a própria internet, que é uma ferramenta de mídia popular. Qualquer um pode ir lá e expor o que está pensando. Então, os eventos têm várias discussões; as pessoas conversam sobre isso; querendo ou não, se discute, porque está levantando bandeira. Então, as pessoas têm uma conscientização. A internet dá essa transparência para nós. Nesse movimento horizontal, tudo é decidido por plenárias. As plenárias são convocadas pela internet; todo mundo sabe onde vai acontecer, o horário que vai acontecer, sabem que podem participar, tem uma democracia realmente. Então, lá é tudo votado, é tudo exposto, as ideias propostas são colocadas na mesa; a gente debate sobre elas, e depois votamos se é viável e se não é viável. Portanto, a internet proporciona essa transparência também, e buscamos sempre a coletividade, estar nas reuniões presenciais e tirar todas as decisões pela plenária.” (Gol para o Planeta/Dell Delambre, 2013)

Se os modelos do que aconteceu em outras favelas no Rio de Janeiro se repetirem, mesmo com a resistência, existe grande probabilidade que, boa parte dos moradores sejam retirados do Pico Santa Marta na base da força, já que os apartamentos estão sendo construídos. Só o tempo dirá o que será feito no local. Em nossa pesquisa, interpretamos o problema da remoção ou do território dentro dos dois modelos de desenvolvimento das cidades, a saber: um que prioriza suprir as necessidades locais; e, outro, que sustenta os ganhos externos, governamentais e aqueles segmentos que, tradicionalmente, se beneficiam da expansão da cidade. No entanto, cresce uma articulação popular e comunitária no Rio de

Janeiro que tem conseguido pequenos avanços. Assim, a situação no Pico do Santa Marta pode mudar, e os moradores serem chamados para expor suas reivindicações, que poderão ser analisadas por uma equipe transdisciplinar de profissionais representados pelo governo e representados pela comunidade. Juntos, construiriam o projeto de urbanização do Santa Marta. Seria parecido com o projeto original, conforme explicou o líder Itamar Silva, em sua historiografia sobre a urbanização no Santa Marta. Por isso, vale finalizar esse tópico com a interpretação de Raphael Godói sobre o que significaram as manifestações nessa 'tensão criativa de sentido' entre esses dois modelos de conduzir a cidade, o estado e o país. Do ponto de vista transdisciplinar, existe relação direta com a discussão sobre desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro e pode reverberar no que acontece no Pico do Santa Marta. Assim Raphael finaliza a entrevista que nos concedeu em 2013, no auge das manifestações que contagiaram o país:

“Gostaria de deixar que muito foi dito que há muito tempo a população brasileira era acomodada. Várias vezes que eu fui panfletar na rua pelo movimento que eu milito, ‘Dia do Basta’, pessoas viraram para mim e disseram: ‘Por que vocês estão perdendo tempo aqui? Vocês podem botar o tanto que for de pessoas na rua que isso não muda. Daqui a alguns anos você vai perceber que você perdeu tempo.’ Teve uma vez, e esse dia me marcou muito, foi assim que eu tinha começado minha vida militante. Acho que foi a terceira vez que eu fui à rua fazer uma panfletagem, e uma senhora disse: ‘Por que você está perdendo seu tempo? Vai embora, vai descansar, vai estudar, vá encontrar seus amigos, esquece isso, nunca vai mudar.’ Eu falei para ela o seguinte: ‘Podem passar cinco anos, cinquenta anos, eu posso estar em leito de morte e o Brasil não ter mudado nada e até estar pior. Mas eu vou poder virar para o meu filho e dizer: ‘se hoje está desse jeito, não é porque eu quis, não é porque eu fiquei em casa; não porque eu fiquei sentado ali falando como a coisa está feia e não fiz nada. Eu poderei falar para ele, ‘eu lutei para você ter um futuro melhor.’ O que eu posso dizer para vocês é: não se acomode, não deixe as circunstâncias te impedir de lutar, porque é uma luta de todos nós. Nós vimos que, no Brasil, tem sim força; nós vimos que quem manda no país é a população. E os governantes são apenas representação nossa; eles têm que apenas nos representar; e quando eles não estiverem nos representando, nós temos que nos opor a eles e perguntar o que está acontecendo e por que você não está me representando. Nós temos força, sim, e vamos continuar sempre lutando... Nunca mais se acomode, porque você tem força, eu tenho força e nós temos a força.” (Gol para o Planeta/Dell Delambre, 2014)

9.2 A Organização Não-Governamental 'Grupo Eco' e a liderança comunitária de Itamar Silva: capitais social e humano

Assim como na história de Sheila Souza, a dinâmica da favela Santa Marta molda a experiência de engajamento e de vida de Itamar Silva. Por isso, decidimos narrar sua trajetória como fortalecimento da realidade local. A 'Rede Brasil Atual', numa matéria realizada com Itamar Silva, faz a seguinte descrição:

"Coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e do grupo Eco, criado em 1976, Itamar Silva nasceu e mora na favela Santa Marta, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Desde os anos 1970, participa dos movimentos sociais e chegou a ser presidente e diretor da Associação de Moradores, ao longo da década de 80. De fala calma e comedida, só altera o tom ao comentar o Jeep Tour, que leva turistas para visitar a favela: 'Coisa meio de zoológico, com a qual eu tenho uma implicância absoluta!'

Nesta entrevista, ele observa que a discussão da UPP Social – de prever a elaboração sistemática de políticas públicas que satisfaçam as demandas das populações dos morros historicamente abandonados pelo Estado – é uma contribuição das comunidades. Por intermédio de sua pressão organizada, a política das Unidades de Polícia Pacificadoras deve evoluir para algo que efetivamente funcione na construção da paz nos ambientes dominados pela violência, dos bandidos e da polícia." (Rede Brasil Atual [RBA]. 2011)

É importante apontar que o Grupo Eco, onde Itamar exerce liderança na favela, faz parte desse processo que busca fortalecer a articulação dentro da comunidade local. A agência internacional 'Tierra del Futuro', que apoia iniciativas para o desenvolvimento de base socialmente justo e ecologicamente sustentável na América do Sul, Ásia e Suécia, fez uma descrição do Grupo Eco que atua no Santa Marta:

"O Grupo Eco, fundado pelos moradores da favela Santa Marta no Rio de Janeiro, em 1978, realizou várias atividades para crianças e jovens durante os anos. Uma das atividades é a colônia de férias, iniciada em 1980, que funciona durante 15 dias, no mês de Janeiro de cada ano, onde são contempladas 320 crianças e 70 monitores da própria favela. Este evento implica em esforços de organização, convivência e formação através de reuniões e outras atividades no decorrer do ano. A Colônia de Férias tem uma programação intensa e seu maior objetivo é oferecer oportunidades de lazer para as crianças no período de férias escolares de uma forma bastante abrangente e divertida. Os monitores das atividades são os jovens que já participaram das colônias; isso contribui para criar uma afinidade entre as crianças e jovens de diferentes idades.

O Grupo Eco também trabalha com questões ambientais, a partir dos problemas que os moradores sofrem no seu dia-a-dia, como, por exemplo, a deficiência do manejo de lixo, esgotos entupidos e inundações. O Grupo Eco faz um trabalho importante de informação na comunidade, através de reuniões, jornais, boletins, fotografias e programas de TV produzidos pelos membros do grupo. Um dos projetos de informática é a própria TV comunitária, a TV Favela, que produz documentários e programas informativos para os moradores. O foco da TV Favela, naturalmente, é de acompanhar o dia-a-dia do Santa Marta e os diferentes projetos que a organização realiza com a ideia de documentar e mostrar para todos as atividades e as mudanças que estão sendo feitas na área." (Tierra Del Futuro, 2014)

Em parceria com outras instituições, o Grupo Eco desenvolveu o projeto 'Tá no Mapa', que, a partir da discussão sobre o território, revela esse fortalecimento da realidade local através do trabalho realizado com jovens da comunidade. A ação possibilitou que os jovens conhecessem a história do Santa Marta, discutissem os problemas da localidade e, de alguma forma, buscassem se situar dentro dos últimos movimentos de transformações da favela. Assim narra o resumo da atividade:

“Durante o ano de 2011, jovens de diferentes idades, estudantes e trabalhadores, de Campo Grande e da favela de Santa Marta (Botafogo) discutiram a situação dos seus locais de moradia, produziram vídeos sobre o tema e, ao final, montaram um mapa com aspectos e marcos relevantes para as suas vidas nesse bairro. (...) 'Tá no mapa' – Juventude Santa Marta - tem no verso o mapa, traçado por mais de 20 jovens, em que eles indicam os conflitos e os problemas existentes na favela. Entre o vídeo e o mapa, a equipe do projeto realizou grupos focais (técnica de pesquisa e entrevista) com jovens de Santa Marta. (...) 'Tá no mapa' é assim um bom início de caminhada para jovens, adultos, educadores e gestores discutirem e trabalharem justiça ambiental e direito à cidade. As atividades do projeto Cidade, mudanças climáticas e ação jovem na favela de Santa Marta começaram em maio, com uma oficina em que representantes do Grupo ECO, entre eles jovens, disseram os temas do bairro que mais lhes preocupavam. Lixo, o fortalecimento da organização, mobilização e comunicação dos moradores, rediscussão das taxas públicas, falta d'água, visibilidade da favela na mídia, regras de convivência entre moradores e Estado, obras, animais soltos na comunidade, pontos positivos e negativos da UPP, o papel da associação de moradores e a rádio comunitária estiveram entre os temas levantados. Lixo, a rediscussão das taxas públicas e o fortalecimento da organização, mobilização e comunicação dos moradores foram os assuntos mais votados e pautaram uma produção audiovisual (veja encarte). Os outros temas, no entanto, ficaram de fora. Muitos apareceram tanto no vídeo quanto nos grupos focais da etapa seguinte do projeto.” (Lânes, P., Ribeiro, M. & Silva, I. 2012)

Essa articulação interna com jovens tem ligação com os testemunhos que coletamos, que vinculam o tema da remoção às mudanças urbanas ocorridas na favela. A partir da transdisciplinaridade, os testemunhos dos moradores podem dialogar com as questões levantadas pelos jovens. Enquanto os grupos de participação comunitária não são considerados pelos governos, ao desenvolverem projetos que interferem na vida da comunidade, os movimentos se fortalecem através da formação comunitária não formal. Isso faz com que aumente a tensão entre os interesses da favela e os interesses externos. Aos poucos, fica mais evidente que a 'remoção' faz parte de um paradigma de desenvolvimento presente na cidade. O enfrentamento dos moradores à empresa Jeep Tour é um dos reflexos dessa consciência política interna e da tensão criativa. Na medida em que se tem melhorias na área e aumenta a segurança, a favela se torna polo turístico. Se não existisse articulação interna, o fato de uma empresa externa ficar com a maior parte do lucro pela exploração da arqueologia da paisagem e da vida na favela seria interpretado como normal. É a lógica vigente da economia global. Existe uma ética do desenvolvimento urbano que justifica essa forma de mercado que está em outros lugares do Rio de Janeiro que não são favelas. O

exemplo de Sheila Souza, com a empresa Brazilidade, e Itamar Silva, com o Grupo Eco, são indicadores de que, ainda que não se tenha mudanças estruturais rápidas, existe o fortalecimento da 'tensão criativa de sentido'. Assim como narrou Raphael Godói, sobrevive uma articulação de base na cidade e as manifestações foram importantes porque os movimentos locais e pequenos, que atuavam no engajamento local, estavam separados. Nas manifestações, percebeu-se que alguns problemas têm a mesma raiz. No caso do Santa Marta, na 'Caminhada por Direitos', aqueles que lutavam contra cobranças abusivas das taxas de energia estavam com aqueles que exigiam limpeza e saneamento básico; aqueles que exigiam a retirada da empresa de turismo para fortalecer o empreendedorismo do turismo local estavam junto com aqueles que lutavam contra o aumento do custo de vida na favela; aqueles que estavam contra a abordagem policial fora dos parâmetros da lei estavam juntos com aqueles que solicitavam rever a remoção. De alguma forma, em todas as reivindicações, a questão do território estava implicada e, nela, os problemas do desenvolvimento urbano com subsequente valorização da área.

A sustentabilidade transdisciplinar-inteira está implícita nessa análise: são os óculos com os quais enxergamos essa realidade. Neste sentido, retirar o tema da remoção desses entrelaçamentos complexos da cidade significa aceitar a polarização que fortalece aqueles segmentos que interpretam o território apenas pelo viés econômico do solo. Na verdade, a partir da sustentabilidade transdisciplinar, faz-se esforço para construir outro modelo interpretativo que se distancia da discussão que se foca na questão de ser ou não área de risco. Os próprios testemunhos já revelaram que esse não é o problema central, pois, no passado, vinham sendo realizadas obras que minimizavam os riscos, na medida em que eles apareciam. A questão é mais complexa e, de certa forma, difícil de ser combatida, uma vez que, segundo a narrativa dos moradores e de outros exemplos que aconteceram em várias comunidades, podemos suspeitar que o Laudo Técnico, dando conta de que área é de risco, se transformou num instrumento político que dá legalidade às remoções. Pelos testemunhos dos moradores, essa hipótese se confirma. Quando inserimos o tema da remoção dentro do modelo de 'desenvolvimento de urbanização insustentável' dos governos de Pereira Passos e Carlos Lacerda no século XX, podemos dizer que esse modelo insustentável se acomoda dentro das novas configurações sociais do presente. Esse modelo herdado do passado está em constante 'tensão' com os direitos adquiridos pelos moradores de favelas e de áreas vulneráveis. Portanto, inserindo a remoção no desenvolvimento da cidade, o documento apresentado pela KoBra cita a conclusão de Itamar Silva no Fórum Cinco da 'Bundesweiter Zusammenschluss der Brasiliensolidarität':

"Depois da apresentação dos participantes e a colocação de seus interesses no fórum, Itamar Silva (IBASE) trata, numa introdução, da gentrificação e do processo

de segregação social e espacial, em especial no Rio de Janeiro. Que fatores aceleram a gentrificação?

Itamar Silva enfatiza a gentrificação na fala do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que coloca a Copa e as Olimpíadas como forma de solução de problemas não enfocados antes. Os megaeventos impõem uma urbanização segregadora e sem processos democráticos participativos.

Ele explica que as alterações urbanas na cidade influenciam fundamentalmente o dia-a-dia das camadas sociais pobres, os maiores perdedores neste processo de elitização da cidade. As zonas portuárias, que já vivem com grandes déficits da infraestrutura, vivem num processo de urbanização segregadora, bem como as periferias do Rio de Janeiro, entre outras a Barra da Tijuca, Cidade de Deus, etc.” (Koopération Brasilien [KoBra], 2013)

O que temos na cidade do Rio é a representação do que acontece atualmente no mundo, a saber, a ‘tensão’ entre dois modelos de compreender e propor o crescimento da cidade. Um privilegia as novas demandas da realidade local, e outro as condições gerais dos segmentos que operam na lógica da economia de mercado. A crise em nossa cidade tende a se intensificar porque esses grupos populares, no caso da pesquisa, os moradores de favela sempre estiveram à margem do desenvolvimento da cidade. Seria o ‘desenvolvimento urbano insustentável’. Por uma série de fatores que fazem parte da conjuntura social do Brasil, a saber, a politização dos movimentos populares, o trabalho de base, de décadas, os investimentos educacionais dos últimos quinze anos, o surgimento de uma nova classe média e outros fatores específicos da realidade carioca, têm-se gestado novas forças que têm desestabilizado a lógica que sempre existiu na cidade. A resistência à remoção faz parte dessa conjuntura. Ainda que seja não percebido ainda, o simples fato de haver resistência para permanecer no local, articulado com outras comunidades que passam pela mesma situação, como se constatou na ‘Caminhada contra a Remoção’ no Pico do Santa Marta, é um sinal de que, após décadas, a ‘tensão criativa de sentido’ tem resultados positivos para os moradores das favelas. Vale recordar o lugar que as redes sociais ocuparam dentro desse processo de articulação de base, conforme acenou o jovem Raphael Godói.

No final do documento sobre o que foi o Fórum Cinco, apresenta-se aquilo que mostramos praticamente em toda essa segunda parte, isto é, que a favela é parte da cidade e os processos de desenvolvimento influenciam diretamente em sua forma de viver. Assim, para determinadas classes sociais, é mais fácil se adaptar mesmo quando o desenvolvimento não os favorece. Mas no caso da favela, isso não é possível porque a maioria dos moradores já vive no limite. Assim compartilha o texto que resume o que foi o Fórum Cinco:

“No final, Itamar Silva discute a imagem da favela nos movimentos de base. A favela é vista popularmente como classe ralé. Os movimentos do Rio apresentam uma nova recepção do termo, já que enfatiza que a “Favela é cidade”:

Favela é parte indissociável das cidades.

Favela, uma planta, é uma estrutura social, que infelizmente ganhou com os anos um sentido muito pejorativo popularmente.

A definição da Favela como “comunidade” ou “morro” é incompleto e limitado (estes conceitos são muito utilizados na televisão segregadora)

Favela é uma diversidade sociocultural" (KoBra, 2013)

Em nosso diálogo com Itamar Silva, é possível perceber essa discussão na medida em que a realidade de vida no Santa Marta é apresentada. A provocação e a transdisciplinaridade da pesquisa servem para mostrar que não se removem apenas barracos ou casas dentro da favela; removem-se histórias, patrimônios imateriais que foram construídos na dinâmica do sofrimento. Por isso, essa discussão não pode ficar reduzida aos cursos de Museologia, História, Ciências Sociais, Teologia. Da mesma forma, a discussão não pode chegar aos cursos de Arquitetura, Urbanismo, Engenharia Civil, Economia, Administração e Gestão Pública, sem a sustentação da 'tensão criativa de sentido'. Por isso, apresentar a realidade local, já é a interpretação do problema 'remoção'. O motivo é porque a dinâmica de vida e memória do contexto local se apresenta quase sempre inteira, complexa e paradoxal. Neste sentido, as crises de transformação urbanísticas que acontecem dentro da favela também acontecem fora. Do ponto de vista da 'sustentabilidade transdisciplinar', 'remoção' pode se tornar uma chave hermenêutica para interpretar as mudanças ocorridas em toda cidade, independentemente de ser área de favela. Assim pontua Itamar as mudanças no Santa Marta:

"Lá no Santa Marta, minha avó sempre foi rezadeira, mas minha avó não fazia parto, mas ela entendia disso. Mas, no Santa Marta, nessa época haviam muitas; eu lembro quando pequeno das parteiras Maria Batuca, sei lá, outras tantas que tinham lá, outras mulheres que aliavam a coisa da rezadeira com...
Tinha a D. Geralda, tinha a D. Rita, tinham outras mulheres que eram rezadeiras, faziam parto e eram rezadeiras. A minha vó não fazia parto, a minha avó cuidava muito de criança, mas por opção dela, ela não fazia parto, mas ela era só rezadeira."
(I. Silva, 2014)

Em seguida, é possível perceber que algumas transformações acontecem em qualquer instância. Agora Itamar Silva narra o fato de que antigas tradições do morro já não existem mais, e que se colocam novos assuntos para serem debatidos sobre a memória da favela. Itamar Silva explica:

"Não, as rezadeiras acabaram completamente no Santa Marta, ao menos no Santa Marta. Eu acho que isso a gente pode pensar que vem acabando nas comunidades populares porque a questão da rezadeira está muito ligada a opção, a questão dos cultos afro-brasileiros, né! Tem muita relação direta. E a minha avó... por que a minha avó virou rezadeira? A minha avó ela tinha santo e, em determinado momento, ela não queria mais ir para o centro²⁵³, nem fazer nada. Ela faz uma promessa, e faz uma obrigação, e ela coloca como alternativa prestar um serviço para a comunidade, que é rezar e, com isso, para não cuidar mais de santo. Então, ela vai a vida inteira dela depois só fazer a reza. As outras rezadeiras que eu conheci no Santa Marta ou eram mães de santo ou eram filhas de santo. Então, tinha essa relação muito, muito forte. E que se misturava também com a religiosidade popular brasileira. Entendeu? Com o catolicismo popular; essas coisas estão sempre muito imbricadas. Mas assim, na medida em que você acaba e vão sendo...., pra mim o

²⁵³ 'Centro' era o local onde se realizavam os rituais a que Itamar Silva se refere.

marco disso são os anos noventa mais fortemente; você tem um avanço muito forte das igrejas pentecostais, principalmente nas áreas populares, nas favelas, e no Santa Marta em especial, e que você vai acabando com os 'centros', você não tem uma renovação. Então, no Santa Marta, quer dizer, dos centros que eu conheci quando pequeno, não existe mais nenhum. Então, o último pai de santo que tinha, o Abraão, hoje é da Igreja Universal." (I. Silva, 2014)

Na perspectiva de Itamar Silva, a questão que está colocada são os espaços que possibilitariam a discussão sobre as mudanças profundas da favela que interferem em sua identidade. Analisando pela sustentabilidade transdisciplinar, essa mudança também está ligada aos processos maiores de desenvolvimento das cidades. Ao ser perguntado sobre a ausência de um trabalho de memória, Itamar Silva concorda:

"Não, com certeza. Não, e esse talvez seja a maior perda do Santa Marta como lugar de memória, como a identidade daquela localidade, porque você não tem um espaço para fazer essa transição. Nem para você acessar esses dados e discutir sobre qual é a consequência da presença ou não desses espaços de encontro dentro dessa localidade. Então, isso é um problema, porque o Santa Marta caminha hoje pela conjuntura que a gente 'tá vivendo para ser um outro lugar, um outro lugar sem memória, o que é preocupante." (I. Silva, 2014)

Se a remoção for vista como uma categoria que discute as transformações urbanas e o lugar que se deve ao trabalho de memória, talvez seja possível incentivar o olhar integrado para os outros processos da favela que têm um mesmo pano de fundo. Assim é possível inserir as mudanças com o processo de urbanização e a intervenção do governo na segurança dentro desse grande complexo de transformações que acontece na cidade e na favela. Isso é importante porque, para algumas pessoas de fora e de dentro da favela, essas mudanças são irrevogáveis, inclusive a remoção física das casas que estão em área supostamente de risco. Não se deve esquecer que, na prática, a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora valorizou mais de duzentos por cento a casa dos moradores. Esse é um fato percebido também em diferentes testemunhos. A moradora Sheila Souza compartilhou a dificuldade que é não negociar sua moradia diante de tantas procuras altas. Portanto, o problema está posto para todos e, ainda que o governo não tivesse essa intenção com a instalação da UPP, ele deveria, com as pesquisas acadêmicas recentes, estar atento a esse fato. Por isso, também, interpretar a instalação da UPP como agente direto do processo de 'remoção' tem sua razão de ser, uma vez que ela acelerou especulações imobiliárias que já aconteciam na cidade, mas não na favela. Portanto, para quem, há anos, depende desse tipo de comércio, não existe ilegalidade em desapropriar áreas com potencial econômico para transformá-las em locais de empreendimento imobiliário. A partir da 'sustentabilidade inteira', o problema da 'remoção' é também a entrada radical da lógica urbana da cidade e da metrópole dentro da lógica da favela que, em função da dor e da exclusão, gestou uma dinâmica própria e comunitária de

viver dentro dos centros urbanos. Os testemunhos todos apresentam uma relação diferenciada com o local, com a casa e com as pessoas.

Todas as questões levantadas por Itamar Silva fazem parte das transformações dos grandes centros urbanos e coloca em pauta a questão da identidade, da memória, da arqueologia da paisagem, do lugar da cultura. Os temas destacados por Peter Davis sobre 'Ecomuseu como um Sentido de Lugar' está implicado nessas discussões. O importante de vincular o tema da sustentabilidade é interage discussões feitas por diferentes segmentos, como indicamos na história da Nova Museologia. Na sustentabilidade transdisciplinar-Inteira, o tema do território implica a memória que, por sua vez, está vinculada diretamente às transformações socioambientais e urbanísticas da cidade. Como vimos, no Santa Marta, a questão das transformações urbanas tocam no nome da favela, ou seja, na identidade. Itamar Silva percebe que a questão está posta, e obriga a favela a reconhecer sua história, identidade, ou apagar uma parte da história. Mas ele percebe que, além das questões internas, a mídia externa, ao se referir à favela, acaba interferindo no processo, consciente ou inconscientemente. Assim explica Itamar Silva:

“Isso está posto. Claro. Você pega um pouco... eu tenho essa discussão muito, já tive, atualmente eu abandonei, mas com o pastor Valdeci, que é da Missão Batista Dona Marta, eu já falei para ele que essa Missão aqui é Santa Marta. Vocês podem não querer nominar e durante o trabalho que eles fazem, eles vão repisando isso. Ele chegou a dizer pra mim em algum momento, que eles tinham revisto essa questão e que estavam fazendo uma reflexão sobre isso. Mas, objetivamente, eu não vejo mudança, e acho difícil também porque no campo de disputa em que eles estão colocados, isso tem um peso. Tudo bem, mas eu acho que, para os moradores, isso a gente chama muito a atenção, temos algumas vitórias. Eu acho que no Santa Marta, mesmo a associação, comprou essa briga e eu acho que alguns ativistas do Santa Marta compraram a briga de rebater o nome Santa Marta, que é uma briga também com a própria mídia, com a própria imprensa, porque a imprensa, e aí se eu for usar a imprensa, 'O Globo' como referência, sempre faz referência à Dona Marta, nunca faz a Santa Marta, mesmo quando você tem um fato, e eu cito um fato sempre emblemático. Você teve a presença do Presidente da República no Santa Marta, uma atividade. Com o presidente, estavam o governador e o prefeito: os três. E o prefeito se refere àquela localidade como Dona Marta. O presidente rebate e fala: 'Olha, eu conheço isso aqui desde 86; eu tive aqui ainda quando o Santa Marta não estava na moda; então, eu aprendi com os daqui que aqui é Santa Marta. Então, prefeito, por favor, e o governador...'. No dia seguinte, a matéria que sai no 'O Globo' sai como Dona Marta. Ele não faz nem referência à discussão que o presidente teve com o prefeito. Então, assim, é uma intencionalidade muito clara, quer dizer, do jornal, de fazer essa imposição a esta localidade. Então, essa é uma disputa que o Grupo Eco levantou essa bandeira já há um tempo; sempre a gente 'tá com essa bandeira, e a gente conseguiu, eu acho que hoje um pouco, contar, de agregar outros ativistas no Santa Marta que fazem essa disputa também.' (I. Silva, 2014)

E Itamar Silva destacará justamente essa relação entre passado e presente, moradores antigos e moradores novos, mas em tudo, é possível perceber a questão da identidade presente nessas mudanças, conforme Itamar Silva continua a narrativa:

“E você tem o problema da formação, porque, por exemplo, eu que nasci no Santa Marta e, para mim, durante muitos anos, isso nunca foi uma questão, os de dentro sempre falavam Santa Marta, mesmo que a imprensa falasse Dona Marta. Mas isso não tinha nenhum impacto, porque os de dentro sempre falavam Santa Marta. Quando entra por dentro, essa disputa entra através dos evangélicos e algumas instituições externas que vêm pra cá, isso começa a fazer efeito nas gerações futuras. Então você tem os jovens.(...) É uma coisa de não se ligar ao passado; é uma coisa, é essa coisa sempre de quem chega está sempre inaugurando alguma coisa. Entendeu? Porque reconhecer o nome, significa você reconhecer a história, reconhecer os atores dessa história também, ‘né! Isso não tem como. Não existe história sem protagonistas. Então, essa é a disputa que a gente está colocando.” (I. Silva, 2014)

Após o intenso diálogo com Itamar Silva, perguntamos se todos os seus relatos têm implicações com as questões atuais que acontecem na cidade do Rio de Janeiro, a saber, intensas mudanças, diversas obras de modernização. Em sua narrativa, Itamar Silva levanta várias questões das teses que temos proposto, ao trazer a discussão da remoção para o contexto da realidade local em tensão com o desenvolvimento externo. Assim, Itamar Silva narra sua conclusão:

“E é uma lógica que está em descompasso com os debates mais recentes de urbanistas, inclusive. Que é um pouco a diversidade e a multiplicidade das cidades essa lógica de que as cidades precisam ser arrasadas, entendeu?, e definidas por um determinado modelo; isso já tem críticas no mundo inteiro. Hoje, cada vez mais, você assumir que a questão do urbano está aqui; você tem uma concentração e tem uma diversidade, que é importante você garantir isso. Então, você tem que garantir lugar para o mais pobre, para o menos pobre, para o de classe média: essa convivência é que forma uma cidade interessante. Do contrário, você vai ter uma cidade elitista, uma cidade desse tipo ou daquele tipo, mas não uma cidade com a força, ‘né, e que essa cidade de alguma forma fosse construída ao longo do tempo.” (I. Silva, 2013)

Itamar Silva toca numa das razões de interpretarmos a problemática da remoção a partir de um referencial de sustentabilidade. Embora até o tema da sustentabilidade tenha sido cooptado pela lógica do mercado, naquilo que chamamos de Sustentabilidade In-Sustentável, (Delambre, 2014), é na sustentabilidade que também podemos discutir para quem a cidade é sustentável. A diversidade na cidade à qual Itamar Silva se refere pode ser o conceito de sustentabilidade a partir dos múltiplos entroncamentos que construímos na primeira parte. Por isso, é fundamental inserir as questões do Pico do Santa Marta nessa nova forma de compreender a cidade, o desenvolvimento urbano e, portanto, consolidar a convivência de todas as classes e etnias no mesmo espaço da cidade urbana. Nesse quesito, o Rio de Janeiro possui questões peculiares que são extensão de seu passado histórico e situações novas do mundo que a cidade tenta processar sem dirimir mazelas antigas. O início da fala de Itamar, ainda que ele não faça referência direta aos dois paradigmas de urbanização do século XX no Rio, a saber, a reforma de Pereira Passos e a política de remoção de Carlos Lacerda, sua radiografia da cidade em 2014 é de setenta e oitenta anos atrás. Analisemos a continuidade do raciocínio de Itamar Silva:

“Então, nesse sentido, pra gente no Rio de Janeiro, as favelas são parte constitutiva do jeito de ser cidade dessa cidade. Então, você abre mão disso por um discurso elitista que é acabar com as favelas; na realidade, ‘tá falando que quer acabar com os pobres; o ideal é colocar os pobres para longe. Só que isso é impossível. Então, você vai ter alguns exemplos, alguns pontos aí que você vai tentar exercer esse tipo de lógica. Então, eu acho que as brigas da favela hoje, pela permanência onde elas estão, eu acho que é bacana; mas eu acho que tem que ir um pouco além, permanecer, entendeu? Não é só uma questão de permanecer. Ninguém tá defendendo a pobreza ou a questão da precariedade das moradias, muito pelo contrário. Essas favelas precisam ficar, precisam ser requalificadas suas habitações, esses territórios, mas precisa garantir aquilo que constituiu, que elementos que constituíram essas localidades. Uma certa aproximação, ‘né, uma coletividade, uma certa solidariedade, eu acho que o respeito entre os vizinhos isso vai se desfazendo, mas isso é um elemento constitutivo dessas comunidades. E outras tantas. Por isso, que a gente precisa descobrir e dar visibilidade. Então... mas isso o morador de favela precisa.” (I. Silva, 2014)

Nesse momento, dialogamos como o morador poderia ter acesso a essa discussão exposta acima. Perguntamos mais como uma provocação, até porque nosso conhecimento interno da favela também revela dificuldades imensas de engajamento. Por um lado, existe a consciência, grupos organizados, mas, por outro, existe também a descrença em qualquer mudança, já que se tem o conhecimento sobre o histórico abandono por parte do Estado. Portanto, Itamar Silva completa sua tese:

“Ter acesso e acreditar nisso, porque é uma pressão tão forte para dizer, irmão. É como a questão dos negros. Vocês são feios, vocês são... você acaba acreditando, entendeu? Então, a briga toda é isso, você achar que não. Eu costumo dizer: ‘A favela é cidade, a favela é bonita.’ Tem gente que fala: ‘Itamar, pelo amor de Deus, não. Menos.’ Eu falei: ‘Menos não, cara. O ponto de vista urbano, do desenho dessa cidade.... O Rio de Janeiro é lindo!’ A geografia dessa cidade é maravilhosa, a geografia humana dessa cidade é maravilhosa porque ela vai se conectando, por mais que as pessoas não queiram, entendeu? Há um imbricamento, há um entrelaçamento disso que faz essa cidade alguma coisa diferente. Não é à toa que vem qualquer um: vem sueco, vem italiano, vem americano que fica - pode fazer um monte de críticas - mas fica fascinado e não sabe por que quer ficar. Então, nós precisamos acreditar nisso, nessa força. E os moradores de favela precisam acreditar que a favela cumpre um papel importante na composição dessa identidade, dessa força, dessa força de atração que a cidade tem, e a gente tem que preservar e lutar para isso.” (I. Silva, 2014)

A concretização da narrativa de Itamar Silva de ter uma cidade que reconheça a favela dentro desse patrimônio da cidade depende também do trabalho interno feito na realidade local. Mesmo com todas as dificuldades, o Santa Marta é um exemplo desse engajamento.²⁵⁴ Por isso, fizemos questão de finalizar o capítulo com o exemplo da

²⁵⁴ Após a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), vários problemas relacionados à abordagem policial de moradores começou a ser denunciada. Sendo assim, o Rapper Fiel, morador do Santa Marta, lançou uma cartilha que explica quais são os direitos e deveres do morador nessa relação com a polícia. Esse fato demonstra a articulação interna da favela e o trabalho das lideranças locais, conforme destacou o órgão Justiça Global ao registrar o assunto: “Assim que a Unidade de Polícia ‘Pacificadora’ (UPP) foi implantada no Santa Marta, no fim de 2008, todos os jornais se apressaram em fazer matérias sobre as maravilhas que haviam sido levadas pelo Estado ao ‘Dona’ Marta. Foram poucas as matérias que deram visibilidade aos casos de agressão e abuso de autoridade que começaram a ser denunciados por moradores para organizações da sociedade civil e para a

Brazilidade, com Sheila Souza. Esse exemplo é paradigmático porque é a resistência que se dá através do empreendedorismo local. É a combustão da economia local, é a exposição e o enfrentamento da 'tensão criativa de sentido' através do capital. São capital e mercado submetidos à lógica comunitária, com todas as suas virtudes e mazelas. Mas é a comunidade tomando as rédeas do próprio destino, estudando como funciona o mercado frio e agressivo, e atuando dentro dele. Neste sentido, a Brazilidade é apenas um exemplo, um modelo daquilo que também transcende a favela e torna-se demanda mundial. A construção de uma nova sociedade para o século XXI passa pela construção de modelos de economia que valorizem a troca, o ganho em rede, e lucros comunitários. Já existem outras iniciativas de empresas locais no Santa Marta na área do turismo, da pintura, do entretenimento. Mas, assim como no turismo e na busca de desapropriação da área compreendida como de risco, empresas externas já têm base no Santa Marta, por perceberem que ali existem potenciais consumidores de diferentes produtos. Se o processo de capitalização de tudo que pode ter valor comercial e financeiro é um problema presente na cidade, no estado, no país e no mundo, como a comunidade local pode enfrentar esse dilema? Como frear esse caminhão desgovernado que desce ribanceira abaixado esmagando tudo que encontra pelo caminho?

Quando estendemos mais ainda o paradigma de interpretação da 'remoção', é possível situá-lo dentro do mais importante evento de sustentabilidade da ONU, ocorrido em junho de 2012, no Rio de Janeiro, a saber, a Rio+20. Durante todo os dias da Conferência, a polarização estava em construir um documento para o futuro que invertesse a lógica da economia e do desenvolvimento vigentes na sociedade até aquele momento. Essa lógica vigente, criticada pelos movimentos que participaram da Cúpula dos Povos²⁵⁵ no Aterro do Flamengo, tinha os quinhentos cientistas que se reuniram na PUC-Rio. Todos afirmaram que o desenvolvimento favorece as grandes instituições e prejudica justamente a comunidade local, onde se encontra a biodiversidade. Sem alterar essa lógica de desenvolvimento e sociedade a curto, médio e longo prazo, a proposta fundamental da primeira conferência de desenvolvimento sustentável do século, começou derrotada e diante de um drama: como erradicar a pobreza sem agravar a saúde do planeta se todos os que são incluídos na vida social passam a assumir o mesmo estilo de vida que foi canonizado como o único correto para movimentar a economia de mercado e sustentar o desenvolvimento? E qual seria esse estilo

Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. Um dos autores das denúncias foi o rapper Fiell, um jovem negro que gosta de se vestir com roupas largas e que passou a ser rotineiramente abordado na entrada de sua comunidade. O livreto, que traz orientações sobre os direitos e os deveres do cidadão em situações de abordagem policial, foi uma iniciativa do coletivo Visão da Favela Brasil, grupo coordenado por Fiell." (Justiça Global, 2010); (Cartilha Popular do Santa Marta, 2010)

²⁵⁵ Os representantes entregaram o documento construído em diálogo com uma grande representação de grupos populares que discordavam do documento final, construído na Rio+20, 'O Futuro que Queremos'.

de vida? Aquele no qual a economia depende essencialmente do consumo e transforma condições desnecessárias e corriqueiras do cotidiano em necessidades imprescindíveis para o ser humano encontrar sentido de vida. (Delambre, 2014)

Do ponto de vista da 'sustentabilidade transdisciplinar-inteira', os questionamentos levantados por Itamar Silva, por Sheila Souza e pelos moradores fazem eco às diversas propostas que não aceitavam a chance que os líderes mundiais estavam perdendo de repensar a sociedade a partir de suas estruturas fundantes. Neste sentido, o problema levantado nessa pesquisa, a saber, o tema da remoção, da capitalização do território no Pico do Santa Marta, é sintoma de problemas vigentes no âmbito global. Embora a luta para se manter na terra se dê no âmbito local, os testemunhos dos moradores nos oferecem valores e princípios de convivência que deveriam ser assumidos como políticas públicas em toda cidade, no estado e no país. A exclusão e os condicionamentos históricos na favela do Santa Marta forjaram formas de vida comunitária necessárias para transcender o projeto de sociedade e de ser humano que constrói sua subjetividade tangenciada pela necessidade de consumir e pelo individualismo. O mercado tem ritos, normas sacralizadas, memórias e um plano concreto de salvação. Portanto, ele provoca constantemente o centro existencial de todo ser humano. Como a moradora Sheila Souza, afirmou, é difícil não aceitar uma proposta tão sedutora de negligenciar minha casa, mesmo ela tendo a história familiar que tem. Nesse sentido, poderíamos ainda aproximar outras áreas do conhecimento para fornecer mais elementos teóricos que nos ajudassem a interpretar a vida na comunidade local pensada a partir da problemática do território. Para percebermos que a questão do Pico do Santa Marta se insere nessa dinâmica integral dos conflitos vigentes entre o surgimento de outra sociedade, observemos o que o 'Documento Final da Cúpula dos Povos' entregue ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon:

"Movimentos sociais e populares, sindicatos, povos, organizações da sociedade civil e ambientalistas de todo o mundo presentes na Cúpula dos Povos, na Rio+20, por Justiça Social e Ambiental, vivenciaram nos acampamentos, nas mobilizações massivas, nos debates, a construção das convergências e alternativas, conscientes de que somos sujeitos de uma outra relação entre humanos e humanas e entre a humanidade e a natureza, assumindo o desafio urgente de frear a nova fase de recomposição do capitalismo e de construir, através de nossas lutas, novos paradigmas de sociedade.

A Cúpula dos Povos é o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais que produz novas convergências entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as, familiares e camponeses, trabalhadores/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito à cidade, e religiões de todo o mundo. As assembleias, mobilizações e a grande Marcha dos Povos foram os momentos de expressão máxima dessas convergências.

As instituições financeiras multilaterais, as coalizões a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a captura corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial. Em contraste, a

vitalidade e a força das mobilizações e dos debates na Cúpula dos Povos fortaleceram a nossa convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do capital financeiro.

Há vinte anos, o Fórum Global, também realizado no Aterro do Flamengo, denunciou os riscos que a humanidade e a natureza corriam com a privatização e o neoliberalismo. Hoje afirmamos que, além de confirmar nossa análise, ocorreram retrocessos significativos em relação aos direitos humanos já reconhecidos. A Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro." (EcoDebate, 2012)

A discussão sobre o território no Pico do Santa Marta é, na verdade, uma demanda que remete a organização das sociedades no século XXI diante dos principais problemas que dividem a humanidade em todo o mundo. Do ponto de vista hermenêutico, como aprofundamos na primeira parte, o contexto 'Zeitgeist' de surgimento da declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile era o enfrentamento das principais demandas da sociedade na época. A Museologia se abre para discutir a sociedade e procurar meios de intervir, tendo o museu como agente transformador. Desde a mesa-redonda de Santiago do Chile em 1972, os temas da sociedade escolhidos para dialogar com a Museologia eram os assuntos centrais da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, junho de 1972, mas que teve sua preparação em junho de 1971. Portanto, na origem do que seria a Nova Museologia, está discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento já estava posta para a Museologia. Certamente, Hugues de Varine é a figura mais importante como memória desse casamento e seu épico almoço com o secretário do ministro do Meio Ambiente da França e seu amigo Georges Rivière. Para mostrarmos o intercâmbio dos contextos, observemos a narrativa de Ignacy Sachs sobre esse momento e a preparação da conferência um ano antes na Suíça:

"Eu tinha muito trabalho pela frente. Assim, soube com alegria que, por sugestão da Unesco, iria participar da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, programada para junho de 1972, em Estocolmo. Em 1971, nos reunimos na Suíça, num motel em Founex, pois em Genebra todos os hotéis estavam lotados por causa de outra conferência." (Sachs, 2009, p. 231)

O mais importante para a nossa pesquisa é perceber o que, naquela época, dividia o posicionamento dos especialistas sobre qual projeto de sociedade e desenvolvimento deveria ser proposto para o mundo. Acessar esse debate de 1971, como se vê abaixo, e ler o texto anterior sobre o caminho que os líderes mundiais escolheram na Rio+20 significa que ainda muitas questões estão abertas. Porém, já é possível, inclusive, repensar a prática e propor novos direcionamentos para a construção da sociedade do futuro. Assim, Ignacy Sachs completa sua narrativa sobre o que dividia o debate na época:

"Duas posições extremas se confrontaram a respeito das relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento. De um lado, os partidários do crescimento

selvagem, que diziam: 'Primeiro o crescimento, e depois veremos.' Um diplomata brasileiro de ideias progressistas, mas que interpreta errado o meio ambiente como algo que seria simplesmente uma pedra jogada no caminho da industrialização dos países do Sul, nos disse, num momento de discussão livre, que 'todas as indústrias poluentes vão para o Brasi; temos espaço suficiente para isso, e no dia em que formos tão ricos como o Japão nos preocuparemos com o meio ambiente'. Havia também um inglês que considerava que o meio ambiente era uma invenção das classes ricas e desocupadas que custavam a encontrar uma ocupação. Esses partidários do crescimento selvagem diziam, portanto, que o meio ambiente era algo para amanhã. No oposto, estavam os 'zeistas' (partidários do crescimento econômico zero) de diferentes espécies, partidários do crescimento demográfico zero, do crescimento material zero e, por fim, os partidários de parar qualquer crescimento." (Sachs, 2009, p. 232)

Talvez, uma importante provocação que essa pesquisa faz é se de fato a premissa do crescimento e do desenvolvimento não precisam ser revisadas completamente na sua estrutura fundamental. Será que após quase quarenta anos da Conferência de Estocolmo e da Mesa-Redonda de Santiago, não seria necessário buscar e definir outro paradigma mesmo de construção da sociedade que, embora dependa ainda do paradigma econômico vigente, vá assumindo paulatinamente outros projetos acadêmicos e sociais numa outra lógica? Será que o desenvolvimento e o crescimento, conforme Ignacy Sachs citará abaixo, já não deveriam também ser repensados? Certamente, uma das grandes armadilhas desse sistema econômico e de planejamento é amarrar nesse sistema de vida até aqueles que propõem um caminho diferente desse para a sociedade. Por isso, a partir da sustentabilidade transdisciplinar, o dilema da remoção no Pico do Santa Marta é parte desse grande projeto de sociedade, no qual as decisões de fazer da cidade uma das maiores metrópoles do mundo são decididas nos âmbitos internacionais. Conversando sobre as mazelas do 'ethos' humano, concluímos que os testemunhos dos moradores fornecem outra lógica de vivência dentro da lógica do urbano e, pelo viés da emergência: a periferia pode ser o centro, e o centro ser, na verdade, a periferia. Talvez, por isso, Itamar reforce tanto que o próprio morador precisa acreditar que seu estilo vida é parte da cidade e que a cidade precisa da favela para encontrar outro sentido profundo de vida. Vejamos a última parte da citação do economista Ignacy Sachs para resolver o problema da tensão entre os dois grupos e como conseguiu chegar a um caminho conciliador. Assim considera Ignacy Sachs:

"Graças a esse colóquio, conseguimos definir uma via média que consistia em dizer: nada de parar o crescimento enquanto houver pobres e desigualdades sociais gritantes; mas é imperativo que esse crescimento mude, no que se refere a suas modalidades e, sobretudo, à divisão de seus frutos. Precisamos de outro crescimento para um outro desenvolvimento. Olhando para trás, eu diria que, na prática, saímos de Founex com as ideias claras sobre a articulação do social, do meio ambiente e do econômico. Os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais, há uma condicionalidade ambiental que é preciso respeitar, e finalmente, para que as coisas avancem, é preciso que as soluções pensadas sejam economicamente viáveis. Essa posição foi retomada em Estocolmo, em 1972, na primeira grande conferência internacional sobre o tema." (Sachs, 2009, p. 232)

Embora Ignacy Sachs tenha desenvolvido seu pensamento em outras obras, é possível perceber, pela narrativa acima, que o paradigma não muda. A solução da pobreza está condicionada ao crescimento e ao desenvolvimento. Do ponto de vista macro e global, essa premissa é verdadeira e, guardando as devidas diferenças, assemelha-se com o discurso final da Rio+20, quando interpretada pelo paradigma vigente. A questão é que a condicional 'economicamente viável' relativiza o processo e permite que o sucesso econômico esteja acima de outras modalidades fundamentais da vida. É óbvio que, sustentando o mesmo paradigma, o econômico continua sendo o centro gravitacional das dimensões humanas e sociais. É aqui que o contexto local poderia fornecer outros projetos sólidos de convivência humana, nos quais a qualidade de vida é adquirida por formas de vivência interdependente e solidária. Assim, o fator econômico torna-se parte parte do processo. Esse deveria ser o cuidado de propostas teóricas e sociais que propõem o desenvolvimento comunitário. O comunitário tem, em si, os atributos para fornecer à sociedade outra lógica de relacionamento social, outra lógica de suprimento das necessidades e outra lógica de economia, desde que ela não esteja contaminada pelo vírus do consumismo, do individualismo e pela competição agressiva do mercado, conforme Itamar Silva já alertou anteriormente. Por mais paradoxal e antagônico que seja, as situações de perda total das seguranças básicas no contexto urbano, podem ter possibilitado que uma comunidade inteira gestasse ao longo dos anos, nas dinâmicas simples da vida cotidiana, elementos de saúde da vida humana aplicáveis em qualquer contexto social. Quando perguntados sobre o significado do Pico Santa Marta, ainda que todos falassem os problemas inerentes à insalubridade da área, praticamente todos enfatizam princípios fundamentais da convivência solidária gestados dentro da lógica de resiliência de anos vivendo desprovidos das políticas públicas presentes na cidade.²⁵⁶

Quando entrevistamos a candidata à presidência da república, conhecida por debater o paradigma do desenvolvimento na sustentabilidade, ela retrata essa necessidade de transitar para outro paradigma de sociedade. Assim narra Marina Silva:

“O futuro que eu quero é aquele que possa ser bom para os jovens, porque eles precisam de terra fértil, água potável, ar puro e de biodiversidade. O futuro que nós queremos é um futuro que seja possibilitador das nossas melhores capacidades. E isso nós não vamos conseguir se continuarmos na lógica do dinheiro pelo dinheiro, e do poder pelo poder. É preciso investir no desenvolvimento sustentável, não como uma maneira pura e simples de fazer as coisas, mas como uma maneira de ser, uma nova forma de produzir, uma nova cultura para o uso dos recursos. Não podemos ser destruídos pela nossa ganância de consumir, consumir

²⁵⁶ Em função dos processos ideológicos referentes ao progresso nas palavras 'desenvolvimento' e 'crescimento', temos defendido que essas palavras sejam substituídas por 'Economias Independentes para Promoção da Saúde Inteira.' Neste sentido, o contexto local se tornaria o referencial de medição da convivência e de saúde. A economia local estaria mais voltada para realização das necessidades básicas. A convivência local, onde está a biodiversidade, que deveria fornecer os critérios para 'crescimento' e 'desenvolvimento' global. É uma mudança radical de paradigma.

indefinidamente os recursos do planeta. O desenvolvimento sustentável é o uso com sabedoria dos recursos que temos, os recursos naturais, de modo a assegurar o suprimento das nossas necessidades, sem comprometer os direitos daqueles que ainda não nasceram. Deixar um mundo melhor para que as pessoas possam nele continuar sendo prósperas, sendo felizes, sendo justas, produtivas e livres. Eu espero que daqui a vinte anos, possa ser feito diferente do que os governantes fizeram aqui. Estão dizendo que o documento fraco foi por falta de ambição. Eu não acho que foi por falta de ambição, tem excesso até de ambição. Acho que o que aconteceu foi uma espécie de renúncia do compromisso com a agenda da Rio 92 e com a agenda do desenvolvimento sustentável. Esse que foi o grande problema.” (M. Silva, 2012)

Embora sua dissertação esteja qualificada na perspectiva do global para o local, Marina Silva toca nos elementos centrais que sustentam o paradigma de desenvolvimento e que foram conservados pelo documento oficial da Rio+20. A mesma ‘tensão criativa de sentido’ que descrevemos na primeira parte para apontar para o jogo de interesse que existe no tema da remoção no Pico do Santa Marta também está presente aqui. O modelo de desenvolvimento das maiores economias do planeta, que saíram vencedoras na Rio+20, é o mesmo que impõe um tipo de desenvolvimento à cidade, que aborda o território e as regiões, colocando o econômico sobre todas as outras potencialidades. O problema enfrentado no Pico do Santa Marta é apenas o sintoma dos diversos problemas que acontecem em diversas partes do mundo com o ressurgimento de culturas locais, tradições, línguas vernáculas que estavam desaparecidas. Das muitas entrevistas que realizamos na Rio+20 para elaboração de um documentário sobre sustentabilidade, com pessoas de várias partes do mundo, Lala conseguiu expressar exatamente o âmago de nossa tentativa de inserir a ‘remoção’ como uma categoria de resistência da comunidade. Ao mesmo tempo, no caso do Pico do Santa Marta, os testemunhos revelam também princípios para construção de outras formas de convivência, de relações humanas e econômicas. Quando entrevistamos a escritora e militante da sustentabilidade, perguntamos sobre sua compreensão prática e conceitual da sustentabilidade, Lala Deheinzelin nos explica:

“Sustentabilidade para mim é um estado que a gente alcança quando tem a noção de interdependência, de que somos uma coisa só, e busca fluxos harmônicos entre todas as dimensões da vida, considerando como riqueza e patrimônio, não apenas o financeiro, que, na verdade, é o menor dos patrimônios, mas todo patrimônio do capital humano, do capital social, do capital natural, e é uma noção de riqueza multidimensional e como a gente harmoniza os fluxos dessas muitas riquezas. Eu acho que está claro que as soluções estão na sociedade civil. E o que eu estava falando é que eu fico muito feliz em escutar que, em diversos fóruns, a percepção sobre a importância de desenvolver outras maneiras de medir riqueza, além da financeira. Outras moedas, outras métricas, recursos, resultados, mudar o PIB, que é um absurdo, etc. Eu acho que esse é o nosso próximo grande passo. Porque se não a gente não vai conseguir sair do lugar, enquanto as regras e réguas forem as mesmas.” (Deheinzelin, 2012)

Nesse momento, também podemos mostrar por que chamamos nosso referencial teórico de sustentabilidade transdisciplinar e inteira, conforme construímos na primeira parte.

Não estamos buscando o uso retórico de palavras, mas dando um qualitativo transdisciplinar a um tema que, atualmente, é um dos poucos que representa a totalidade da condição limite e integral da vida humana. Nesse tema, encontramos também a 'tensão criativa de sentido' entre os interesses locais e a força do modelo de desenvolvimento que privilegia as economias dependentes dos combustíveis fósseis. O resultado dessa tensão reverbera de forma agressiva no contexto local que não faz uso da biodiversidade e dos capitais que eles plantam no quintal. O fato de usar referências teóricas da área de ciências humanas na primeira parte para construir a 'sustentabilidade transdisciplinar' é uma provocação ao predomínio tecnicista e especialista que atualmente está sobre um tema que, após o enfraquecimento das críticas da modernidade feita por importantes filósofos dos séculos XIX e XX, é um dos poucos que possibilita apresentar a sociedade e o ser humano pelos seus limites ontológicos e pelas possibilidades teleológicas. A realidade local, conforme percebemos nos testemunhos dos moradores e na exposição das lideranças comunitárias, apresenta-se sempre inteira e complexa, simbólica e concreta, angustiada e alegre, separada e unida. Analisemos o testemunho de Itamar Silva, ao ser perguntado sobre qual é o significado do morro Santa Marta para ele:

"O Santa Marta assim é a minha casa. Entendeu? Então, assim, sempre que eu penso num lugar, o meu lugar, eu penso no Santa Marta. Quer dizer, eu já viajei pra caramba, e toda vez que eu saio do Brasil ou do Rio - a minha referência é sempre o Santa Marta - eu quero voltar. E aí, quer dizer, eu quero voltar porque ali tem aquilo que me constitui como pessoa, me constitui como ser político. Eu aprendi a fazer política no Santa Marta a partir da minha família, a partir daquelas relações, a partir das ausências, a partir das faltas, entendeu? Mas também a partir do que aquilo tinha como potencial. Então, assim, eu sou muito crítico à própria localidade onde eu moro; faço bastante críticas e tudo mais, mas isso também é uma forma de eu reconhecer a importância dela na minha constituição e na constituição política das favelas na cidade. Assim, é o meu lugar; eu não tenho dúvidas disso, entendeu? De onde é que você é? Eu sou do Santa Marta, entendeu? Antes de qualquer coisa... Isso não me obriga... eu nasci no Santa Marta, vivo no Santa Marta até hoje ... não me obriga a viver permanentemente ali, mas esse é o lugar que eu tenho como referência, como possibilidade de relações entre as pessoas, com possibilidade de encontro como de construção de amizade, pensar, 'né, o mundo, então, é o lugar que eu gosto." (I. Silva, 2014)

Ainda que nem todos os moradores tenham a consciência tão elaborada sobre como o estilo de vida na comunidade local do Santa Marta molda a construção da subjetividade política, é preciso considerar essa abordagem no conjunto das interpretações dos moradores. Ter o bairro como casa tem diversos simbolismos de construção de identidade. Ter o local como referência, mesmo compreendendo todas as violências que as pessoas já sofreram ali, é a possibilidade de construção das formas de dar vazão à 'tensão criativa de sentido' como engajamento. Talvez, por isso, Itamar Silva tenha dito que o Santa Marta foi sua universidade de ciências políticas. Ter o local como referencial de amizade é também sinalizar as possibilidades de convivência solidária, mesmo tendo que dar conta de todas as obrigações

inerentes à vida no contexto urbano. Quando perguntado sobre o significado da casa, Itamar Silva aprofunda os símbolos daquilo que chamamos de musealização dos cômodos da casa:

“A minha casa, assim... eu acho que é meu abrigo, eu acho que a gente, assim... tem uma coisa que é muito pessoal: aí é você com você, 'né! Tem um espaço na minha cabeça, na minha vida que só me pertence, não pertence nem a minha mulher, nem aos meus filhos, nem ninguém, é meu, mas a casa é quase que essa ante sala desse lugar, é onde você compartilha com aqueles que você gosta, onde você sente alguma... onde você sente abrigado ali. Então, eu subo o Santa Marta, o Santa Marta é o meu lugar, bacana. Eu acho que na minha casa é um conforto diferente, entendeu? Eu reencontro os meus filhos preciosos, mas também reencontro a minha possibilidade de seguir pensando o mundo, dar uma relaxada. Na verdade, é quase que, na casa, é possível ser você, desarmar completamente, 'né! Então, é esse lugar que eu acho que você é você mesmo, assim... Às vezes não, às vezes tem que fazer disputas dentro da própria casa, entendeu? Mas, enfim. Mas, simbolicamente, é esse lugar onde você chega e baixa as armas e pode respirar com mais tranquilidade.” (I. Silva, 2014)

Retomamos o tema da remoção, porém, agora dentro das diversas mudanças que acontecem na cidade e na favela. Perguntamos, portanto, a Itamar qual seria o papel de um trabalho de memória diante dessa realidade. A resposta de Itamar Silva insere a discussão considerando as mudanças, ou seja, levando em consideração que algumas mudanças são parte do processo de caminhar do ser humano. Por isso, a memória é importante. É neste aspecto, que as políticas públicas para o desenvolvimento urbano deveriam considerar não apenas a memória, mas a noção de patrimônio material e imaterial, a partir da análise da própria comunidade. Assim Itamar Silva explica:

“Bom, eu acho que o tema da memória é fundamental até para essa política... como eu penso, entendeu? Que é de eu não sou um preservacionista, no sentido de que eu quero manter a favela intacta não, mas no sentido de manter essa favela como o lugar de construção, de relações e de uma identidade que ajudou a construir a cidade. Então, é esse o lugar que eu quero manter, 'né! Então, nesse sentido, eu acho que a memória, quer dizer, a transmissão sobre esse lugar, sobre a sua história, sobre os marcos, ela é fundamental. E ela precisa ser feita de uma forma não oportunista, que às vezes acontece isso, mas são coisas muito assim, pontuais, que não têm uma continuidade. Para mim, memória é uma coisa de processo também, é uma coisa que tem que ter uma continuidade, ter uma coisa de transmissão e de formação que é isso que deve, no meu ponto de vista, ser estimulado. Então, por exemplo, no Grupo Eco, a gente tem um trabalho de contar a história do morro, mas também de alguns personagens que passam pelo próprio grupo para aqueles que estão chegando. É claro que ele vai se apropriar disso de forma diferente, pois uma coisa é você viver o fato, outra coisa é você ouvir contar o fato, mas não importa, pois é desse amálgama que a gente acredita que é possível você manter o fio da memória, entendeu?, circulando e sempre atualizado. Então, eu acho que esse é o desafio que é importante. Nesse sentido, não existe o trabalho de memória, eu acho que existem várias iniciativas e várias possibilidades que têm que ser estimulados, né! (I. Silva, 2014)

O objetivo de situar o tema da remoção na complexidade da realidade serve para mostrar que ela está entrelaçada em várias outras questões, conforme os moradores pontuaram. Como liderança comunitária e presidente do Grupo Eco, a interpretação de Itamar Silva foi importante porque ajudou a confirmar nossa tese, mostrando que, embora seja difícil,

o tema 'remoção' torna-se complicado porque não se removem apenas casas, mas histórias e patrimônios que não são apenas do morro: a favela é da cidade. Pela 'sustentabilidade transdisciplinar', os estilos de vida comunitária estão dentro de uma lógica global que busca alternativa aos estilos de vida dependentes do consumo e das regras do modelo econômico vigente. Neste sentido, o Grupo Eco é um paradigma das possibilidades de inserção consciente, crítica e criativa no contexto local, não apenas no Santa Marta, mas em vários lugares do mundo. Com alguns pontos desse diálogo, Itamar Silva finaliza sua análise:

“Rio de Janeiro, que parece, parece não, que traz elementos positivos, mas me traz muitos problemas, que eu acho que hoje há uma disputa por esse lugar da favela, entendeu? Que é um lugar das oportunidades, eu acho que vem cheio de problemas também. Problemas que eu acho que fragmentam o que já é complexo, porque essa questão é mesmo da identidade. Tem muitos moradores que tem vergonha de ser favelado, ‘né! Tem vergonha de morar na favela, claro que tem coisas muito objetivas, que sei lá, não posso falar no emprego e tal, tal, tal. Mas não é só isso, é sim pouco do que se construiu ou do que o senso comum acha que é a favela. Então, mas só ele vai poder enfrentar essa questão, só ele pode desconstruir essa questão. Então, assim, é uma briga grande essa. Então, esse momento que a gente vive hoje das favelas.

Eu tenho esperança, porque enquanto a gente tiver lutando, fazendo as coisas é porque eu acredito que a gente pode interferir, que a gente pode mudar, que a gente pode fazer diferença. Então, eu tenho muita esperança, eu sou um cara crítico, mas com muita esperança.” (I. Silva, 2014)

Como já citamos anteriormente, o Rio de Janeiro é uma cidade complexa e paradoxal. Por um lado, em termos de desenvolvimento urbano, subsistem ‘modus operandi’ de gestão pública do século passado. Principalmente, a dificuldade da ação participativa inserida na gestão pública. Por outro, a cultura, o turismo, a exposição midiática, o carnaval, a música, a arte, o estilo de vida, o futebol e o cinema colocam a cidade carioca na rota das grandes metrópoles do mundo. E os últimos empreendimentos governamentais e empresariais, principalmente, da construção civil, aproximam o Rio de Janeiro, de vez, das principais capitais do mundo. Porém, analisando pelo tema do território e seus múltiplos significados que transcendem o econômico, ainda faltam trabalhos elementares. A nomeação do nosso referencial como ‘sustentabilidade transdisciplinar’ torna-se mais compreensível nesse percurso final da pesquisa. Em nossa concepção de pesquisa, a ‘sustentabilidade com o adjetivo transdisciplinar’ é o que, em nossa leitura, mais possibilita interpretar a sociedade a partir dos entroncamentos locais e das perguntas que provocam novamente o sentido de finitude, continuidade, solidariedade, comunidade, humanidade, cosmicidade e transcendência.

9.3 O Ecomuseu Nega Vilma e o produtor cultural Kadão Costa: capitais cultural e ambiental

O Ecomuseu Nega Vilma tem algumas particularidades e o presidente Kadão Costa é parte desse processo de fortalecimento da realidade local, conforme temos dialogado com o tema da remoção. Como vários moradores relataram, o processo de urbanização acabou isolando o Pico do Santa Marta do restante da favela. Com isso, vários serviços não chegavam. Assim também acontecia com os projetos. Embora fosse a área mais carente da comunidade, a maioria dos projetos está na parte baixa da favela. Por esse motivo, o Ecomuseu Nega Vilma tem um significado particular. Diferente de outros projetos, o Ecomuseu Nega Vilma tem a identidade da festa, da celebração. Ele resgata e mantém na memória da favela uma das heranças mais importantes do Brasil: o samba. Praticamente, em todos os encontros no Ecomuseu Nega Vilma, a roda de samba era esse elemento lúdico que confere outro sentido à vida.

Embora já tenhamos falado, é necessário relatar que o Ecomuseu Nega Vilma tem suas raízes identitárias no tema da migração dos interioranos para suprir a falta de mão de obra nos grandes centros e a urbanização insustentável da década de 70. Ele só existe no Pico do Santa Marta porque houve a política da remoção instaurada na década de 70 pelo governador Carlos Lacerda. Portanto, o Ecomuseu Nega Vilma, em 2014, por estar numa área considerada de risco, é, na sua essência, um museu de trânsito, um museu sem endereço próprio, um museu do risco, um museu da resiliência, um museu da resistência, um museu da sobrevivência, um museu de gênero. Provavelmente, o Ecomuseu Nega Vilma é um dos poucos ecomuseus sustentados na raiz de uma mulher, negra, mãe solteira, que precisa reorientar a vida após ser violentada sexualmente. Seria essa mulher, Geralda, que, mais tarde, se transformaria em mãe de leite, rezadeira, liderança no Pico, defensora dos mais fracos, disseminadora da música, forte, guerreira, construtora do próprio barraco, referência de resistência para os sete filhos. Ambas falecidas, Geralda, a mãe; e, Nega Vilma, a filha, são memórias sociais dos principais encontros culturais, étnicos, sociais e religiosos que ocorreram no século XX no ambiente urbano do Brasil. Vejamos alguns testemunhos dos filhos sobre a mãe Geralda, que está na raiz do Ecomuseu Nega Vilma. Waldir da Costa cresceu no Pico do Santa Marta; é pai do presidente do Ecomuseu Nega Vilma; mora atualmente na França. Nesse país, trabalha com culinária e música. Quando perguntado sobre o papel social da mãe Geralda no Pico do Santa Marta, Walmir da Costa narra sua experiência:

“Minha mãe nunca foi feliz; nunca teve uma relação durável com os maridos. Teve vários maridos. Uma pessoa com caráter muito forte, personalidade muito forte. E o que fazia minha mãe? Ela era parteira. Eu me lembro, às vezes, três horas da

manhã: 'tá nascendo... bota água no fogo, pano...' Nascia a criança. Era mãe de leite também, porque muitas mães não tinham leite.

A Vilma era filha de um incesto [muda de voz e o assunto]. Eles moravam, era muito grande a família de minha mãe, eram 18 irmãos. Antes eles eram posseiros, posseiros eram como nômades. Eles viajavam, chegavam numa fazenda, numa colheita; eles colhiam, aí depois saíam, acampavam; era um quilômetro de Minas Gerais. Faziam um acampamento, colocavam música e depois faziam plantação (...) Aí, depois, eles se instalaram e teve os irmãos que aprenderam profissão como pedreiros e vieram para o Rio porque estavam em expansão.

Esses irmãos de minha mãe vieram para o Rio porque estavam em expansão, para trabalhar. E, depois, eles iam lá para pegar as irmãs novas. Eles falavam: 'vou levar uma irmã pra mim para passar...'. Esse era o princípio, a mentalidade. (...) E depois eles usavam como mulher, usavam em tudo. E assim aconteceu com a Geralda. (...)” (W. Costa, 2013)

Após esse relato, Walmir da Costa narrará como as dificuldades do Pico do Santa Marta forjavam o nascimento de sabedorias para a sobrevivência. Esse é um dos exemplos da resiliência que se tornaria uma característica importante da identidade da favela, conforme descreve Walmir da Costa ao falar sobre Geralda:

“Se não tivesse minha mãe... essas senhoras que eram rezadeiras, parteiras, que aliviavam as dores das pessoas? Realmente eu sou testemunha ocular; eu vi curar pessoas que chegavam lá. Uma vez chegou um cara todo entevado, achou que ia morrer, amarelo... minha mãe pegou o cara: 'vira as costas', virou as costas dele e plá, plá. O cara era grande, estalou o cara todo e ele gritou, e ela disse, vira de novo; estalou o cara, botou ele lá no chão, pegou uma espada de São Jorge, 'comigo ninguém pode', deu uma surra no cara, jogou água salgada nele. O cara saiu dali andando tranquilo. E ela falou: 'agora vai buscar uma garrafa de água de cachaça lá pra mim e vem.' Eu me lembro disso. O cara saiu bom. (...) Como você vai entender isso?” (W. Costa, 2013)

Vejamos o que relata o outro filho de Geralda. Mestre Sorriso também descreve sobre esse papel da mãe no Pico do Santa Marta, ao ser perguntado se Geralda era uma liderança social como se tem nos dias atuais. Mestre Sorriso responde que não; ela exercia outro tipo de atuação social. Esse aspecto é muito importante porque, nessa época, as lideranças eram para servir à comunidade. Em geral, elas eram escolhidas porque já exerciam serviços de solidariedade, religiosos e outros que supriam a ausência do Estado. Essa foi uma das virtudes de retirar o tema da remoção do quadro apenas da discussão sobre área de risco, capitalização mercadológica do solo ou das mudanças no contexto urbano. Quando percebemos que esse tema estava correlacionado com as múltiplas implicações do território, fizemos todo esforço para construir o referencial teórico transdisciplinar. Essa transdisciplinaridade permitiu enxergar que na raiz do Ecomuseu Nega Vilma estão implicadas tanto a memória quanto as consequências do desenvolvimento. O outro filho de Geralda, é o Mestre Sorriso, que cresceu no Pico do Santa Marta. Mestre Sorriso é um dos fundadores de um dos grupos de capoeira mais famosos do mundo, o Grupo Senzala. Atualmente, Mestre

Sorriso ensina capoeira na França. A relação social de Geralda era diferenciada, conforme Mestre Sorriso narra:

“A transação social que ela tinha era mais natural, era na comunidade; a transação social que ela tinha era que ela fazia as grandes festas aqui no morro; as grandes festas era ela que fazia. Lembro que não tinha nem luz e a gente puxava uma luz de uma gambiarra de alguém que tinha um bico de luz. Minha mãe cantava igual dona Ivone Lara, tinha uma voz igualzinha. Ela cantava os sambas da antiga, muito bolero, samba canção, rumba, mambo ela cantava, entendeu? A gente chegou a morar num barraco desse aqui, porque tinha uma varandinha ali que a gente fazia uma seresta. Lá no canto eram as grandes festas que ela fazia e vinha o povo da rua, os patrões dela, os amigos; Rafa e, com todo mundo, fazia capoeira aqui no terreirão, era festa mesmo de acabar no outro dia, churrasco (...) Era a festa da dona Geralda, sacou? Vinha todo mundo da rua, foi uma das festas mais famosas daqui do Santa Marta, ela que organizava. Por isso que eu tenho esse negócio de fazer festa, o Walmir também, a gente adora fazer a festa. Até no meu movimento que eu faço lá França, na capoeira, todo dia tem uma festa. A festa é o lado lúdico da coisa, é muito importante a confraternização, é a junção de uma coisa com a outra, porque a capoeira não é uma coisa de combate direto, de ringue; é uma coisa de resistência social também, educativa, cultural; a capoeira é tudo isso.” (Mestre Sorriso, 2013)

É muito importante percebermos o quanto as festas realizadas no século XXI, no único cômodo do barraco que sobrou dessa casa, tem uma memória de mais de um século. Segundo Walmir da Costa, a família já usava a festa, quando eram posseiros em Minas Gerais. Na década de setenta, no Pico do Santa Marta, Geralda e a filha mais velha, Nega Vilma, mantinham a tradição. Os filhos cresceram educados nessa memória; dois deles, residentes na França, conservam a tradição e, no Brasil, o neto de Geralda, Kadão Costa, sistematiza essa memória através do Ecomuseu Nega Vilma. O dado inovador do conceito de ecomuseu é que ele apenas revela aquilo que já existe na prática, como veremos com o personagem Nelson Crisóstomo. Como temos mostrado, realizar a remoção dentro do paradigma vigente de urbanização no Rio de Janeiro é matar a memória dessas famílias. Ao mesmo tempo, é preciso dizer que o desenvolvimento urbano precisa ser interpretado a partir de um paradigma transdisciplinar, no qual outros elementos passam a ter significado, assim como a capitalização do solo. A fala de Mestre Sorriso sobre a pedagogia da Mãe Geralda revela o quanto sua educação não formal foi o que direcionou sua vida. Na verdade, essa é a força da realidade local da favela. Essa sabedoria é necessária para toda cidade, se considerarmos a crise de conhecimento, de valores, de sociedade e de sentido de vida que mostramos na primeira parte da pesquisa. Assim narra Mestre Sorriso:

“Minha mãe, ela que nos passou toda essa bagagem, todo esse material cultural. Cozinhar, por exemplo, eu cozinho muito bem, mas o Walmir, então, Walmir é profissional. Mas eu? Se me mandar fazer comida para não sei quantas pessoas, junteca, bobó, feijoada, o que você me mandar eu fazer... que ela colocava a gente ali pra ver, ‘é assim como se faz, oh; faz assim, porque ela saía pra trabalhar e deixava a gente fazendo em casa. Tinha a Vilma que passou pra gente muita coisa e gostava de festa. Então a família era assim, bem unida.” (Mestre Sorriso, 2013)

A memória do ecomuseu da estrada, do alpendre, da janela, do medo, do terror e do constante trânsito em busca de casa, mesmo vivendo na sua pátria, também é retratada na fala de Mestre Sorriso. Embora se tenha aproximadamente cinco ou seis anos que a área foi considerada de risco, o impacto e o risco da remoção são parte da história da família e de todos que moram no Pico do Santa Marta desde a sua fundação. Observemos a narrativa de Mestre Sorriso, quando ainda morava no morro, e o papel de Geralda em proteger os filhos. Assim narraria Mestre Sorriso:

“Os caras²⁵⁷ vieram para tentar derrubar essa parte aqui; já tentaram derrubar isso aqui várias vezes, cara! A gente não saía; minha mãe juntava os filhos todos e falava assim: ‘Oh, esse papo de entrar e tirar aqui... tem que matar todos nós aqui.’ Aí o cara da defesa civil voltava; aí já conhecia a dona Geralda.” (Mestre Sorriso, 2013)

Como representação da memória e da sabedoria da comunidade local, o Ecomuseu Nega Vilma também é o registro da ecologia, da botânica e da arqueologia da paisagem do Pico do Santa Marta. Por causa do abandono do Estado, a ausência da medicina tradicional e falta dos serviços básicos de saúde, Geralda desenvolveria os remédios que eram extraídos do conhecimento de botânica que ela adquiriu no contato com a mata que ficava próxima ao seu barraco. Sem nunca ter entrado numa escola, conhecia cada planta e as usava na vida cotidiana. Esse seria mais um elemento que a comunidade local poderia oferecer: os conhecimentos que nascem da necessidade de sobreviver, como destaca o filho Mestre Sorriso:

“Eu acho isso uma coisa super legal, porque a gente vive um momento nesse planeta de muita doideira; as pessoas acham que sabem através só dos estudos, mas não têm uma educação da natureza, natural. Entendeu? Então, eles se ligam só no estudo tradicional, eles começam da metade. Eles não se aprofundam não sei por quê. Porque o pessoal lá do exterior pega as nossas coisas para fazer e aqui a gente não consegue fazer, você entendeu? E a gente tem as coisas aqui, como o remédio, entendeu? Chá, planta que cura não sei o quê; você vai na Holanda, tem plantas que cura que saiu daqui e foram plantar lá. Então, a sabedoria quem tem são as pessoas que viveram dentro daquilo, você entendeu? Então, essa coisa é muito importante para mostrar para esse povo, para levar; tem que ter o estudo social, mas hoje a gente está precisando mais disso do que o estudo social na sociedade. Porque muitas pessoas estão morrendo de câncer, de Aids, não sei mais o quê, com tanto estudo, com tanta invenção, mas não conhecem esse caminho mais simples.

Agora eu te pergunto: como é que vivia uma pessoa que tinha um filho aqui? Que as coisas não eram esterilizadas, não dava tempo de nada; as coisas cicatrizavam só à base de chá, de banho... tinham alguns remédios? - claro que tem que ter, entendeu? Mas o que segurava a onda era a fé naquilo que você estava fazendo. As pessoas precisam mais um pouco de fé, entendeu?, pra acreditar. E humildade para acreditar nos antigos, nas coisas antigas e buscar com essas pessoas, porque essas pessoas têm uma sabedoria que eles nunca vão ter. Te digo a verdade, eles nunca vão ter a sabedoria dessas pessoas. Então, se unir o útil ao agradável, vai rolar, mas hoje o capitalismo, ‘né; a ambição, o egoísmo, mata qualquer pessoa. E essas coisas vão se perdendo, porque eles nem querem isso. Os caras querem tirar isso para fazer um hotel para mostrar para os turistas: ‘olha o que eu fiz aqui!’ Mas

²⁵⁷ Os ‘caras’ são representantes do governo que subiram escoltados pela polícia.

não está preocupado em ver o que tem nessa mata... uma coisa boa é que ele pode dar continuidade, e como surgiu isso aqui, lá em cima na mata, no morro. Entendeu? Ele não sabe preservar a coisa que ele tem. Então, você vê tanto o lado do egoísmo..." (Mestre Sorriso, 2013)

A narrativa de Mestre Sorriso é uma musealização da vida cotidiana na favela nos últimos quarenta anos. Como compartilhou, as lideranças comunitárias do Santa Marta, com as mudanças, toda essa riqueza pode se perder e cair no esquecimento. Nesse sentido, todos também pontuam a necessidade de um trabalho sério de memória, conforme defende Mestre Sorriso:

"Há vinte anos atrás, ou até mais, ninguém queria saber disso aqui. Diziam: 'Ah! Você mora lá morro? Ih!...' Mesmo para trabalhar, você não podia dar o endereço daqui, senão você perdia, é lógico, cara! Você perdia... várias vezes eu perdia emprego, pô! Quando a gente dava o endereço aqui, Marechal Francisco de Moura, 370, e nego já falava: 'é no morro Santa Marta'. Aí você perdia a vaga. Várias vezes eu pedia endereço de amigos meus para entrar no trabalho, lá de baixo, entendeu? Então, cara, era uma doideira. Nego dizia: 'Tu mora lá no morro, ih!... caramba! Cuidado que esse cara; é um crioulinho lá do morro, hein.' Qualquer merda, era o crioulo do morro." (Mestre Sorriso, 2013)

Nesse momento, Mestre Sorriso relembra que, se não houver um trabalho de memória, a história vai cair no esquecimento. Assim como aconteceu com o Morro do Sossego, conforme relatamos sobre as raízes identitárias do Ecomuseu Nega Vilma, na Lagoa Rodrigo de Freitas, com a política de urbanização insustentável do governador Carlos Lacerda. Assim narra Mestre Sorriso:

"Se não tiver um trabalho de memória, buscar e rebuscar para quem está chegando... agora, meu Deus do céu, ele não vai ter a referência de nada disso; se não tiver essa coisa de memória, como é que você vai passar a história daqui? A história daqui acabou, a história daqui acabou, velho. Vai acabar essa história como a história do Morro do Sossego acabou; ninguém deu nada para essas coisas, ninguém quer saber; tem muita gente que conhece, mas não quer nem saber. Porque ele não vai botar isso na história dele, porque vai ter gente que vai dizer: 'Não, você estava em outra parada; você não fez isso', entendeu? Daquilo que você falou, de botar coisa, tatatá. O importante pra mim não é nem eu ou minha família; isso aqui é de todo mundo que viveu aqui esse passado, antepassado; assim vai passando para o filho, para ela, ela vai acreditando mais e vai valorizar as coisas dela, as raízes dela, você entendeu? Não vai deixar ser atropelado por uma sociedade hipócrita. Sacou? Então cara, essa doideira, pô. Por isso esse trabalho é super importante. Mas quem faz esse trabalho tem que ter cuidado também, porque está arriscado, você está fazendo esse negócio como está fazendo, e você vai embargar. Porque você vai lançar uma parada que vai embargar esses caras que estão querendo tirar esse pedaço aí. Aí você comprou a briga, tem que ter maior cuidado. Se pudesse não se meter nessa parada, mas mostrar a coisa, que é o trabalho de memória, pô! Você trabalha com isso." (Mestre Sorriso, 2013)

O processo de reconhecimento de que, naquele endereço da Rua da Tranquilidade, no Pico do Santa Marta, já existia um ecomuseu ficaria por conta do animador cultural Nelson Crisóstomo que visitou o local e conheceu a história de Nega Vilma através de Kadão Costa.

Nelson Crisóstomo é um animador cultural e estudioso das trilhas de escravo. Perguntamos como ele descobriu o morro Santa Marta. Assim explica Nelson Crisóstomo:

“O Zé Maria²⁵⁸ foi que me indicou pesquisar mais no quintal mesmo, no quintal do Império, no quintal da República, andar pelo centro da cidade, e buscar as histórias próximo aos muros do poder... foi por onde eu resolvi chegar ao Santa Marta.” (Crisóstomo, 2013)

Nelson Crisóstomo narra que, ao procurar os lugares de poder político no Rio de Janeiro, ele chega ao Santa Marta. É muito importante perceber que sua descrição mostra o local estratégico que Geralda escolheu para fazer seu barraco quando saía de uma remoção no morro do Sossego. Dessa forma, narra Nelson Crisóstomo:

“Qualquer pessoa da sua família que seja mais velha é uma referência para sua história. E você será uma referência para uma pessoa mais nova. O Santa Marta sempre esteve ali naquele lugar. Ali próximo você tem o Museu da República; muito próximo dali você tem Palácio do Governo do Estado, em Laranjeiras, e você tem muito próximo dali o Palácio da Cidade, a estrutura de poder do governo municipal que é bem embaixo; dá pra você ficar dali de cima brincando com a piscina. Mas o Santa Marta é um pedacinho de um maciço que é conhecido por muita gente como quilombo do Leblon²⁵⁹. Se você sair do Leblon e for até a Tijuca, você terá que

²⁵⁸ Zé Maria foi o professor com quem Nelson Crisóstomo dialogava sobre sua pesquisa sobre trilhas dos escravos.

²⁵⁹ O Quilombo do Leblon foi o primeiro quilombo abolicionista do Brasil. No local, situado na Zona Sul do Rio de Janeiro, hoje é um dos metros quadrados mais caros do Rio de Janeiro. Nesse quilombo, cultivavam-se as famosas camélias, que se tornaram símbolo do movimento de abolição da escravidão no final do século 19. Já no final da escravidão, o modelo de quilombo separado da vida cotidiana, quase como um lugar de fugitivo, dá espaço para o quilombo de protesto, visível, gerenciado por pessoas importantes da sociedade que discordavam da escravidão. Assim foi o Quilombo do Leblon, administrado pelo português Seixas que cultivava as Camélias. Assim narra o pesquisador Eduardo Silva: “Já no modelo novo, o quilombo abolicionista, as lideranças são muito bem conhecidas, cidadãos prestantes, com documentação civil em dia e, principalmente, muito bem articulados politicamente. Não mais os poderosos guerreiros do modelo anterior, mas um tipo novo de liderança, uma espécie de instância de intermediação entre a comunidade de fugitivos e a sociedade envolvente. Sabemos hoje que a existência de um quilombo inteiramente isolado foi coisa rara. Mas, no caso dos quilombos abolicionistas, os contatos com a sociedade são tantos e tão essenciais, parte do jogo político da sociedade.” (Silva, E. 2014, p. 2). A descrição de Eduardo Silva será muito importante porque, a despeito do que muitos colocam, esse quilombo servia como uma forma avançada de inclusão social dos negros. Infelizmente, o processo não alcançou dimensões políticas. É importante observar que o português, José de Seixas Magalhães, era alguém que tinha prestígio na sociedade e boa condição financeira, conforme narra Eduardo Silva: “Sobre o quilombo do Leblon, no Rio de Janeiro, as notícias são ainda mais surpreendentes. A começar por seu idealizador, ou chefe, que era o português José de Seixas Magalhães. Os quilombolas não demonstravam qualquer indício de preconceito racial. Também o Seixas positivamente era um homem de ideias avançadas, dedicado à fabricação e comércio de malas e sacos de viagem na Rua Gonçalves Dias, no Centro, onde já utilizava os mais modernos recursos tecnológicos. Suas malas, feitas com máquina a vapor, eram reconhecidas pelo mundo afora, e mereceram prêmios tanto na Exposição do Rio de Janeiro, quanto na Exposição de Viena d`Áustria.” (Silva, E. 2014, p. 2). Essa descrição aqui é importante porque Nelson Crisóstomo verá ligação do Santa Marta com esse quilombo no Leblon que, na época, representava essa integração entre livres e escravos. Não seria sem motivo, que a casa de Geralda seria um dos primeiros lugares no Pico do Santa Marta a fazer a integração entre a favela e moradores do asfalto que subiam para participar das ‘festas da Geralda’. Analisemos mais alguns detalhes desse quilombo abolicionista: “Além de sua fábrica a vapor, o Seixas possuía uma chácara no Leblon, onde cultivava flores com o auxílio de escravos fugidos. Seixas ajudava os fugitivos e os escondia na chácara do Leblon com a cumplicidade dos principais abolicionistas da capital do Império, muitos deles membros proeminentes da Confederação Abolicionista. A chácara de flores, a floricultura do Seixas, era conhecida mais ou menos abertamente como o “quilombo Leblon”, ou “quilombo Le Bloon”, então um remoto e ortograficamente ainda incerto subúrbio à beira-mar. Era, digamos, um quilombo simbólico, feito para produzir objetos simbólicos. Era lá, exatamente, que o Seixas cultivava as suas famosas camélias, o símbolo por excelência do movimento abolicionista..” (Silva, E. 2014, p. 2). O interessante que Nelson Crisóstomo narra ter chegado ao Santa Marta quando conduzia sua pesquisa através dos muros do Império e do poder. O português José Magalhães Seixas enviava as Camélias para a princesa Izabel que estava no Palácio Guanabara, Laranjeiras, que fica nas constas do morro Santa Marta. Eduardo Silva também narra esse apoio da princesa: “Com a proteção do Imperador, felizmente, o quilombo do Leblon nunca chegou a ser investigado, continuando a Princesa a receber

passar pelo Santa Marta. Também era um caminho feito para tirar as pessoas que chegavam pelo Atlântico no Rio de Janeiro antes de entrar na boca da Baía de Guanabara. Do Leblon até a Tijuca, você tem um caminho do mar para o interior do estado. Dali você pode dobrar à direita e seguir pelo Atlântico mesmo. Você vai pegar aí Mangaratiba, Itaguaí, Angra dos Reis. Se você for hoje no Mirante Dona Marta, vai entender tudo. Você tem um giro de cabeça que vai saber se está entrando navio, se está saindo... tem o Maracanã. Não é porque é o morro Santa Marta; é porque é um local estratégico entre o mar e o interior do centro de poder. O Santa Marta ou Dona Marta que está ali atrás, se você chegar hoje onde está o Kadão, ali é fim de linha, cara, onde a família do Kadão escolheu para morar não dava para ninguém morar ali; porque ali é depois do lugar que o cara fez a marca do terreno dele.” (Crisóstomo, 2013)

A narrativa do Animador Cultural Nelson Crisóstomo é muito importante porque ele mostrará para Kadão Costa algumas características peculiares e históricas que existiam no Pico do Santa Marta. O fato de ele ter ficado esquecido das obras governamentais e separado do resto da favela, isso também favoreceu para que símbolos antigos ficassem preservados na forma exata, como eram no passado. Muitos desses símbolos fazem justamente referência à demarcação do território. O barraco de Geralda e o local onde abrigava praticamente toda família do pai e da mãe de Kadão Costa tem até hoje um enorme coqueiro que cresceu em cima e dentro da figueira. Essa é uma das poucas junções de duas árvores que ainda existem no Estado e, no contexto urbano, provavelmente, a única. Essa junção, no passado, era proposital e mandava um recado explícito sobre o território. Embora seja bem extensa, é fundamental citar a narrativa de Nelson Crisóstomo na íntegra, para percebermos os diversos entroncamentos históricos da memória da formação da identidade do povo brasileiro. Isso será imprescindível para que Kadão Costa percebesse que, ao redor da história social de sua família, existia um poço de memórias que deveria ser instrumentalizado pedagogicamente para promoção e fortalecimento da identidade da favela. Assim, começaria a gestação do projeto do ecomuseu no Pico do Santa Marta. A narrativa de Nelson Crisóstomo revela essas peculiaridades:

“Pra você olhar lá debaixo e saber até aonde vão as suas terras, você tem que ter uma referência no meio daquela mata. A referência que se tem até hoje, ou é de árvores floridas, ou é de palmeiras. Mas se chegar lá de baixo e olhar lá pra cima, você vai ver um coqueiro, mas se você for ver, o coqueiro que você vê lá debaixo lá em cima, ele é uma referência de propriedade do dono, ele está num local absolutamente diferenciado. Houve uma ação de contestação ali. Houve um

calmamente os seus ramalhetes de camélias subversivas. E com isso, como se pode imaginar, crescia barbaramente o poder simbólico das camelliaceas dentro do movimento político, sobretudo das que pudessem ser identificadas como “camélias do Leblon” ou “camélias da Abolição”. Na guerra simbólica que se instaura, uma ou outra vez, a Princesa ousou aparecer em público – o que era sempre notado pelos jornais – com uma dessas flores do Leblon a lhe adornar o vestido. O simbolismo estará presente até na hora da assinatura da lei, quando aproximou-se da princesa o presidente da Confederação Abolicionista, João Clapp, e lhe fez entrega, solenemente, de um “mimoso bouquet de camélias artificiais”. E, logo em seguida, quando aproximou-se também o imigrante Seixas, honrado fabricante de malas, que passou às mãos da Princesa um outro bellissimo buquê de camélias, desta feita, contudo, camélias naturais, vindas diretamente do quilombo do Leblon.” (Silva, E. 2014, p. 5) O mais importante desse relato é que mostra outra leitura da relação que pessoas com poder aquisitivo na sociedade brasileira estabeleciam com os negros.

conflito, porque o proprietário, o dono que vai fazer uma marca dessa, bota lá uma árvore que eu quero saber até aonde vai a minha terra. O cara bota até lá e tudo bem, depois dali, não mexe. Alguém chegou lá em cima e plantou uma árvore de castigo, uma figueira; árvore de castigo, geralmente, você usava uma figura pra imprimir um castigo para alguém que tinha cometido um erro, um crime, ou uma desobediência. E a gente encontrou essa mesma árvore em vários lugares. Em Santana, lá em Lieder, no mato em Agra, Parati e Mangaratiba também tem figueiras e também tem coqueiros separados. No Santa Marta, alguém plantou ou coqueiro que o cara mandou, mas antes, botou uma figueira no lugar. E hoje, o coqueiro que estou te dizendo, está em cima da figueira; a figueira suporta o coqueiro. As raízes do coqueiro estão na figueira, elas estão na Rua da Tranquilidade. Então, é uma árvore que sustenta a outra. É um marco de referência, mas isso aqui está atrás de Laranjeiras, que era também fim de linha. Você não chega a Botafogo por Laranjeiras por aquele caminho onde tem hoje a pracinha que as pessoas vão lá. Ali era fim de linha, atrás do morro. Mas ali morava o poder. Quem prestava serviço e quem tinha poder morava ali em Laranjeiras, mas tinha que ter água; a água saía do morro Santa Marta, pelo outro lado. Quando você não tem trilhas, você usa o caminho da água.” (Crisóstomo, 2013)

O importante também é perceber que essa região rica de símbolos que preservam parte da história da sociedade brasileira não é, ao menos, citada dentro do processo de urbanização que tem como consequência a remoção. A sustentabilidade transdisciplinar é essa possibilidade de inserir a urbanização dentro dos significados históricos do território e do 'sentido de lugar'. Dentro da 'tensão criativa de sentido', a remoção possibilita discutir que uma região não pode ser interpretada apenas pelo potencial financeiro do solo ou da área. Isso exigiria que, cada processo de urbanização em qualquer região da cidade, exigiria equipe transdisciplinar e participação ativa da comunidade local. São eles que conhecem a história do local que fortalece a identidade. Nelson Crisóstomo seria uma figura fundamental, pois, através dele, começaria o processo de criação do Ecomuseu Nega Vilma. Nelson Crisóstomo levaria o museólogo Mário Chagas, na época, representante do IBRAM. Assim começaria um longa caminhada de reconstrução sistemática da memória dessa família e o estabelecimento dos elementos que marcariam sua identidade. O Ecomuseu abriria espaço para começar a recontar a história da família e perceber que era, na verdade, a história de várias mulheres que sustentaram a cultura carioca. Assim narra o presidente do Ecomuseu, Kadão Costa, ao ser perguntado sobre quando a família chegara ao Rio de Janeiro:

“Há mais ou menos, 50 anos por parte de pai, e mais ou menos, uns 70 anos por parte de mãe. A minha família, por parte de mãe, já estava lá há muito tempo, inclusive, a minha família por parte de mãe cedeu uma parte do terreno para a minha família na parte de pai.

Meu pai casou com a minha mãe, que é a vizinha, então a gente ficou com uma grande faixa de terreno ali no alto do Santa Marta. A nossa família é bem grande ali. O entorno é bem familiar.

Eu tive acesso a essa história inclusive por conta das curiosidades que foram desmistificadas através do processo do Ecomuseu, de que a minha família vem de Minas; as memórias mais remotas que a gente tem é de que a minha família veio de Minas para o Rio de Janeiro.” (K. Costa, 2014)

Ao falar especificamente sobre como o processo de urbanização e remoção interfere na preservação da memória, Kadão Costa explica a importância que o Ecomuseu tem ao utilizar a memória da família para despertar nos outros moradores o desejo de preservar a memória. Assim explica Kadão Costa:

“O pessoal aqui agora diz assim: ‘Ah, é, se a nega Vilma é importante, então minha vó também é’. É isso, eu gostaria que as pessoas comessem a olhar para as suas histórias, sabe? E que essas pessoas simples pudessem protagonizar essa ideia do Ecomuseu, é exatamente isso. O Vítor falou: ‘Não, a minha casa é legal, é feita assim, assim, assim. O meu pai foi um grande sambista.’
E eu tenho certeza, tenho certeza que hoje eu vejo pessoas até me interpelando, falando: ‘Pô, vou te falar a história do meu avô também.’ Eu falo: Opa! Mas eu quero saber. Sabe, eu gostaria de ter uma plataforma para trazer todas essas histórias e convergir ou não com a história da nega Vilma e com a remoção, que é o processo no qual a gente está.” (K. Costa, 2014)

Nesse momento do diálogo, pergunto ao Kadão Costa qual seria, especificamente, o papel do Ecomuseu Nega Vilma no processo de remoção. Qual seria o papel de um ecomuseu dentro desse tema que, inclusive, diz respeito também ao Ecomuseu. Kadão Costa disserta:

“É muito difícil te dar um panorama geral, cara, porque eu até me assusto, porque muita gente tem aceitado a remoção no sentido de quando existe uma discussão em grupo: Não que eu sou contra a remoção, mas quando vem alguém da secretaria lá do governo e faz um tá, tá, tá no ouvido, cara, uma menina normalmente, ‘né, decotada, aí vem e diz: ‘Olha, vai ser bom pra você. Aí segura na mão e acolhe ele, tem toda uma técnica para fazer’. Aí, nego ‘tá aceitando os apartamentos lá embaixo. Com 50, 60 metros quadrados, trocando isso por 34, 14, não lembro qual é o tamanho. Enfim, me preocupa muito, assim... São poucas as pessoas que eu vejo dizendo: ‘Olha, eu não vou, não quero saber disso.’ Se ela existe em maior número, elas nem vão nas reuniões e nem falam nada, tá? Mas eu vejo muita gente dizendo: ‘Não, poxa, não tem outro jeito, não tem outro jeito’. E isso me preocupa muito e, na verdade, é muito difícil determinar. Agora não falando enquanto Ecomuseu Nega Vilma e, sim, falando enquanto Kadão, que tô morando ali no Catete, na Zona Sul, no conforto, num prediozinho, ‘né. Se tivesse faltando água na minha casa, ou tivesse com goteira, eu talvez tivesse um outro posicionamento no momento em relação à remoção. Então, eu tenho distanciamento suficiente para, pelo menos, fazer com que a gente pense nessas questões. Vale mesmo a pena? O que eu tô deixando? O que é importante e o que não? Qual a minha ligação, qual meu bico com o meu vizinho? Que é isso? Então, na verdade, é isso assim, eu não sou contra que as pessoas aceitem o apartamento, que é muito difícil opinar em relação a isso. Mas eu digo que o meu terreno não pode, não será removido porque eu tenho intenções de respeitar a história das pessoas que chegaram ali para hoje a gente estar ali, para quem resistiu primeiro, para quem subiu lá em cima, cavou buraco, abriu a mata e falou: ‘Eu vou construir aqui’, pra hoje a gente dizer: ‘Eu posso morar aqui’. Então, tem que ter um respeito; eu não posso não dar valor a isso e trocar por um pedacinho de, sei lá, de terra num lugar que não me pertence, de uma maneira que eu não estou adaptado a viver. É só para gente discutir.” (K. Costa, 2014)

Solicito que Kadão Costa faça um pequeno resumo sobre como se deu o processo até que a área fosse considerada de risco e os moradores notificados. Kadão Costa levantará várias questões que os moradores também levantaram nos testemunhos que coletamos. Assim como as outras instituições locais, Kadão Costa também aponta para o fato de que a

comunidade precisa de urbanização. Os projetos deveriam ser debatidos conjuntamente e a opinião do morador deveria ser mais respeitada, conforme narra:

“Então, teve primeiro algumas reuniões da secretaria de governo com algumas pessoas. Eles fizeram um mapa propondo uma organização dizendo que tirariam uma parte da comunidade e realocariam ela para prédios construídos em outras localidades. Muitas pessoas foram contra, outras a favor. E eles começaram a construção do prédio para a remoção das pessoas; começaram a visitar as pessoas e perguntar se elas queriam catalogar as pessoas. Mas uma série de problemas já começou a acontecer no local da obra. O solo não é ideal, acidentes com trabalhadores foi retardando o processo e você sabe como coisas de governo têm prioridade, né! E aí agora eles estão desfocados um pouco disso, mas como eu te disse, daqui a pouco esse fantasma volta e ele volta em etapas.

Olha, é muito difícil, porque existe uma comissão dos moradores do Santa Marta que discute em nome da comunidade que são, na verdade, os diretores das instituições existentes lá. Porém, eu não garanto que essas pessoas, somente essas pessoas sejam a voz da comunidade. São 10 a 12 mil moradores; 12 pessoas não vão, mesmo que queiram, representar a vontade de todo mundo, 'né! Porque elas são das mais plurais. Mas eu entendo que a comunidade, a maioria das pessoas - aí eu vou tomar partido da minha opinião - não está de acordo com a remoção. As pessoas querem saneamento básico, querem os mesmos direitos do que qualquer cidadão que paga seus impostos na cidade. O morador, depois da pacificação, passa a pagar os impostos, como água, luz, como todo mundo. Tudo certo. Então, a gente passa também a ter os mesmos direitos. Então, a gente não deveria ser tratado de maneira tão ríspida pela polícia, 'né, de maneira tão desrespeitosa pela polícia, de maneira tão despreparada. E eu tenho certeza que as pessoas querem melhorias nas suas casas. Se isso é possível, ela vai querer condições melhores. Todo mundo quer condições melhores, mas o ideal seria dar condições melhores nas casas das pessoas: melhores caminhos e discutir de fato com a comunidade, e não chegar as ideias prontas, os projetos. O que funciona na Rocinha não funciona no Santa Marta, que não funciona na Mangueira, entendeu? Cada favela tem a sua identidade e é importante respeitar a identidade das favelas.”
(K. Costa, 2014)

Assim como Sheila Souza e Itamar Silva, Kadão Costa também pontua as implicações na vida cotidiana da favela trazidas pela Unidade de Polícia Pacificadora, UPPs. Ele mostra como os moradores passaram a ter os mesmos deveres que todo morador da cidade; no entanto, não recebe os mesmos serviços. Qualquer ação do governo que não considera a transdisciplinaridade, isto é, a complexidade envolta no território, corre o risco de resolver um problema - 'segurança' - e abrir vários outros, a saber, as diferentes consequências da valorização de áreas que serão assediadas e capitalizadas dentro do modelo de sociedade, economia e desenvolvimento. Pela pesquisa, não temos como provar que a urbanização feita no Santa Marta, a saber, instalação do Plano Inclinado, reformas nas ruas e Instalação da UPP faça parte de um plano do governo para retirar as pessoas do Pico, valorizar a área e depois negociar no mercado. Porém, o projeto tem o erro crasso porque deveria ter previsto esse fato. Outro aspecto é que, com a visão da 'sustentabilidade transdisciplinar', vários desses aspectos já teriam sido discutidos antes, junto com os moradores e lideranças. Como frisou o presidente do Ecomuseu Nega Vilma, cada favela tem sua identidade. O processo de urbanização e de implantação de segurança jamais poderia

ser conduzido da mesma forma em todos os lugares. Aqui temos outro problema: nos casos de remoção na cidade do Rio de Janeiro, praticamente todos repetem os mesmos modelos. Por isso, nossa suspeita de que o laudo da Geo-Rio de que a área é de risco esteja sendo usado como uma forma de manter paramentos de urbanização insustentável dos dois momentos cruciais do século XX. A questão que está por trás desse modelo é que ela está presente em outras remoções que acontecem no Rio de Janeiro.

Quando perguntamos ao presidente do Ecomuseu Nega Vilma sobre o significado do Pico do Santa Marta para sua vida, ele relata a mesma experiência de relação profunda com o local, na mesma linha das lideranças comunitárias de Itamar Silva e Sheila Souza. Dessa forma, explica Kadão Costa:

“Então, Dell, é muito, assim... representa muito, muito, muito mais além porque eu não estou morando lá agora. E, rapaz, eu já morei em alguns lugares da cidade e já morei até fora do país. Mas é lá que eu me reconheço como gente, como humano; eu sou Kadão partindo dali, das minhas raízes. É muito legal você ter contato com o lugar onde você cresceu, onde você brincou, onde você caiu, onde você tem todas as experiências da infância, adolescência. É muito legal porque eu vejo a minha memória nos becos, eu vejo a minha memória nos meus amigos, eu vejo a minha memória no outro. E ter isso é muito importante. Eu vejo as pessoas que não têm muito apego onde nasceram. Porque nasceu na Tijuca e mora na Barra. Mas o cara que vem de um lugar como Pico do Morro, que sempre foi uma grande família, pô; você passa nos caminhos, é a tua memória que está ali; está naquela árvore que cresceu, e isso é memória para você, é noção de tempo, é o filho do vizinho, é a filha da vizinha que 'tá linda agora. E, pô, até então você viu ela pequenininha, sabe? Todo o universo ali conversa comigo o tempo todo; se está chovendo, o que eu lembro, se está sol, eu revisitando as minhas memórias. O alto do Santa Marta é o patrimônio imaterial vivo. Você vê, ecoa nega Vilma nos caminhos às vezes quando eu estou ali, sabe? E eu acho que para o morador, para o ex-morador, você vai e poder vir visitar o teu lugar... Que é óbvio que ele esteja remexido, que é óbvio que ele tenha sofrido a ação do tempo, mas não sucumbiu, mas não foi removido, nem realocado. Isso é um respeito com a sua história, né!” (K. Costa, 2014)

O relato sobre o significado do Pico do Santa Marta para Kadão Costa é uma musealização das experiências que foram construídas com a totalidade do território. Por isso, o conceito de ecomuseu foi tão importante no processo de debater o lugar que o Pico do Santa Marta ocupa dentro da remoção. Por isso, os moradores locais são os genuínos museólogos que detêm a própria memória. Kadão Costa também percebe que a remoção dos barracos e casas é mais do que remover pessoas para outros lugares. Na verdade, a remoção atinge a memória, os símbolos, as relações, as referências, as subjetividades e interfere na identidade. Pelo testemunho das três lideranças, representando a articulação local, é possível perceber que o morador da favela constrói sua subjetividade dentro de uma pluralidade de relações com o território e com tudo o que ele implica para a vida de quem nasce e cresce no morro de Santa Marta. Por isso, explica Kadão Costa que a remoção tem implicações que não podem ser quantificadas:

“Não pode só ser removido. Você está removendo o quê? Por que você está removendo? Primeiro a gente tem que saber, o que ‘tá removendo? E o Ecomuseu surge como plataforma para, ainda que capenga, precisa muito melhorar como instituição. Gostaríamos muito de poder colocar vários pesquisadores e falar: ‘Olha, olha só, você que está removendo, leia isso tudo aqui! É isso aí que você está removendo!’ Antes de ir lá arrancar aquelas pessoas, é um pouquinho da história do Dão, do senhor fulano, do seu não sei quem. O que essas pessoas atravessaram para estar ali? De que maneira elas construíram suas casas? O senhor removeu, dá uma lida, por favor. Pense um pouco. Vai lá, mas com isso, sabendo que é isso o que você está removendo, que não é só um lixo humano: são histórias riquíssimas que atravessam com a sua, e como, segundo você disse, atravessam a história do país. Vamos respeitar pelo menos.” (K. Costa, 2014)

A falta de uma abordagem transdisciplinar, conforme construímos na primeira parte, no processo de remoção, acaba por justificar algumas mazelas que fazem parte da formação exclusivista da sociedade brasileira. O trabalho de memória, inserido na construção teórica e prática da sustentabilidade, possibilita que, ao longo dos anos, seja feita uma verificação sobre para quem a cidade é sustentável e para quem ela se torna insustentável. Assim, pela memória da expansão da cidade, seria possível qualificar o que seria o desenvolvimento urbano insustentável. Nesse aspecto, as discussões locais do Santa Marta revelam mais ainda a ‘tensão criativa de sentido’ quando os moradores discutem suas origens e percebem que muitos são frutos de outras remoções que, no local, existem prédios luxuosos e condomínios. Por isso, a favela, no Rio de Janeiro, tem uma interpretação muito particular sobre o significado da cidade e para quem ela é preparada. No diálogo com Itamar Silva, ele ressaltou o caso de outras favelas que foram removidas, e em seu local foram feitas outras construções. Sheila Souza pede transparência do processo. O presidente Kadão Costa relembra que essa memória está na raiz do Ecomuseu Nega Vilma, conforme fizemos questão de sistematizar nos tópicos anteriores. Com isso, Kadão Costa questiona se isso também não poderá acontecer no Santa Marta:

“Que é o Macedo Sobrinho, ‘né! É exatamente isso. É isso, poxa, brilhante. Olha lá, filma lá, está o que lá hoje? Perto da Lagoa... É... é lindo, só casarão bonito, rapaz. É, existia uma favela ali, a praia do Pinto. E aqui no Santa Marta eles não têm como tirar a favela por inteiro, então, penso eu, que estão criando uma política de divisão mesmo dentro da própria comunidade, com prédio. Uns vão morar ali no prédio. Ele está interferindo na maneira de viver das pessoas.” (K. Costa, 2014)

Portanto, de um lado, a comunidade local passa a ter consciência do seu papel, articula, busca informação e as formas de lutar pelos seus direitos, por outro, a força do modelo de desenvolvimento, as adequações rápidas da cidade do Rio de Janeiro para entrar nos moldes estéticos das grandes metrópoles e a força do projeto de economia global são pressões sobre a realidade local da favela através da dinâmica do desenvolvimento urbano da cidade. Temos a ‘tensão criativa de sentido’ que, no caso específico da remoção no Pico do Santa Marta, prejudica os moradores e altera drasticamente a vida das pessoas.

Praticamente, todos os moradores, tanto os que aceitaram se mudar quanto os que resistem a ficar, nomeiam os diversos problemas advindos dessa mudança. A maior parte dos entrevistados preferiria que realizassem obras básicas de urbanização no local, e que suas casas fossem reformadas. A sustentação da 'tensão criativa de sentido' é um dos exemplos da importância das instituições locais; por esse motivo, as atividades desenvolvidas pelo Ecomuseu Nega Vilma no Pico do Santa Marta é importante.

Embora se tenham registros de que, desde a década de 70, o espaço do barraco da família de Geralda e Vilma realizam as festas, que marcam a identidade central do ecomuseu, somente em 2013 o Ecomuseu Nega Vilma conseguiu seu registro legal. Foram várias reuniões, diálogo com pessoas da comunidade e fora dela²⁶⁰. Como consultor, tivemos que mediar diversos diálogos com a família, uma vez que a memória deles seria instrumentalizada na dinâmica social da favela. Outro aspecto foi o local, onde, praticamente, Geralda e Nega Vilma viveram por décadas, criaram os filhos e construíram uma história. Tínhamos uma memória familiar sendo transformada numa memória social. O filho mais velho de Geralda, irmão de Nega Vilma, Walmir Costa, era quem respondia legalmente pelo espaço. Residente na França, seu filho Kadão Costa era quem há vários anos dava prosseguimento à tradição cultural da família no mesmo espaço do barraco. Quando começamos o planejamento para a legalização, reunimo-nos com os dois filhos de Geralda Roberto e Walmir várias vezes para explicar a proposta. Isso porque, por causa da especulação imobiliária, alguns empresários já tinham tentado comprar o espaço, e a família estava com receio de que a memória fosse dissipada.

Gastamos, praticamente, dois anos debatendo o projeto de legalização que, no passado, já tinha a contribuição de outras pessoas que passaram pelo Ecomuseu, mas que, naquele momento, já não estavam mais. Dentre eles, podemos citar Nelson Crisóstomo - que levou a proposta de Ecomuseu - Cláudia, Zeca Barros, Cida O. Pádua, Michele, Polyanna Ferrari e vários outros. Segundo apresentação de Kadão Costa, o Ecomuseu Nega Vilma foi fundado formalmente em 2009. No dia 06 de outubro de 2010, o Ecomuseu Nega Vilma receberia a presença do prof. Mário Chagas, representando o IBRAM, e da representante do Museu Maré, Cláudia Rose. Eles Conheceriam o espaço e ouviriam as histórias narradas por Nelson Crisóstomo e Kadão Costa. Em dezembro de 2010 aconteceria uma pré-inauguração com o "Encontro Memórias de Nega Vilma", com apresentação da Banda Fala Brasil, Feijoada

²⁶⁰ As complicações do Pico do Santa Marta sempre dificultaram inserir o Ecomuseu Nega Vilma na dinâmica de vida dos moradores, senão a partir de algumas festas. Quando do campo lúdico saía-se para o formal, de reuniões, discussão de estatuto, tínhamos algumas dificuldades de engajamento participativo nas decisões de construção do estatuto, como desejávamos. Num determinado momento, tivemos que decidir seguir com o registro. Assim, criamos um plano de gestão de sustentabilidade, no qual estava contemplado formar pessoas do local para assumir a liderança do Ecomuseu Nega Vilma.

do Walmir, Roda de Samba, Exposição do Fotógrafo Marco Terranova. Como já citamos, é importante perceber, pelos testemunhos dos filhos de Geralda, a manutenção de uma tradição que tem mais de sessenta anos, a saber, a música, a feijoada e o diálogo com moradores de fora da favela, aqui representados pelo renomado fotógrafo Marco Terranova.

Com uma nova equipe de gestão, o ecomuseu daria continuidade a sua caminhada. Sendo assim, em fevereiro de 2013, o Ecomuseu Nega Vilma foi registrado com o CNPJ de número 17.617.003/0001-71 e a seguinte diretoria, Delambre Ramos de Oliveira, 'Dell Delambre', Presidente; Ricardo da Silva Costa, 'Kadão Costa', Vice-Presidente, e Julyanna Costa, Diretora Administrativa, tendo seu Estatuto Social, conforme reza o Artigo 1:

“Artigo 1º - ECOMUSEU NEGA VILMA é uma Associação Civil, sem fins lucrativos, de direito privado, que usará como denominação social somente **ECOMUSEU NEGA VILMA**. Sem fins políticos, raciais ou religiosos, tem por finalidade contribuir para o bem social, educacional, cultural e sustentável:

A) Cooperar com a população de todos os níveis na recuperação histórica, e na manutenção e expansão, recuperação da memória de seus valores culturais de origem e do respeito à sua integridade e dignidade;

B) Dimensionar a importância da contribuição fundamental do ser humano na construção de valores da vida na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo em termos demográficos, econômicos, culturais, religiosos e artísticos; visando sempre promover a justiça social.

C) Promover e contribuir para o conhecimento sistemático da realidade dinâmica e pluridimensional e multicultural da comunidade, bem como das suas relações históricas e implicações atuais com as pessoas e suas culturas, tanto na comunidade quanto na individualidade de cada ser, aplicando uma metodologia em consonância com os valores morais da própria comunidade brasileira;

D) Promover e contribuir para a construção da verdadeira igualdade racial e para a melhoria da qualidade de vida da população na comunidade local.

E) A partir do compromisso com valores inerentes ao projeto, que são, promover a vida com dignidade, respeito as diferenças e valorização das minorias, exercer sua ação nas seguintes áreas: pesquisa, cultura, educação, cidadania, memória, documentação e sustentabilidade.” (Estatuto Social Ecomuseu Nega Vilma, p. 1)

O Ecomuseu Nega Vilma também debateria com várias pessoas de dentro e de fora da comunidade, para construir sua missão, conforme reza também seu Estatuto Social:

“Artigo 2 – MISSÃO

O ECOMUSEU NEGA VILMA tem por missão ser uma instituição de referência na afirmação e preservação das memórias material, imaterial e territorial, em tempos de mutação urbana e na promoção dos valores eco-sócio-culturais da comunidade do Santa Marta, contribuindo com a efetiva integração sustentável desta comunidade com a cidade do Rio de Janeiro e a sociedade brasileira, a partir de atividades de responsabilidade social, que promovam a dignidade humana e as sabedorias de resistência oriundas da favela, enfatizando a Educação, a Cultura e a 'Sustentabilidade' dos Valores da Vida.

Artigo 3º - O ECOMUSEU NEGA VILMA tem sua sede e foro nesta cidade, na Rua da Tranquilidade, nº 3, Casa 2, Morro de Santa Marta, Bairro Botafogo - Rio de Janeiro, RJ, Cep: 22260-140.” (Estatuto Social Ecomuseu Nega Vima, p. 1)

Embora a equipe de gestão do Ecomuseu Nega Vilma fosse reduzida, realizamos várias atividades no Pico do Santa Marta. Essas ações se enquadram dentro da proposta de

que a urbanização e a remoção precisam ser enfrentadas a partir do fortalecimento e engajamento das instituições locais. Esse aspecto também é um desafio porque, como descreveram as lideranças Sheila Souza, Itamar Silva e Kadão Costa, as divisões existem também dentro da favela. Na verdade, as mudanças, sem discussão e exposição da memória, aceleram o problema porque os moradores novos e jovens não conhecem a história da favela. Portanto, a remoção pode ser vista como uma categoria na qual debatemos todos os outros problemas advindos da implantação do modelo de desenvolvimento e urbanização da cidade que tem reflexos de valorização do solo no morro de Santa Marta. Em parceria do Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais e Econômicas, IBASE, O Grupo Eco, o qual é presidido por Itamar Silva, participou da construção do 'Diagnóstico Socioambiental do Morro Santa Marta', da primeira etapa do projeto 'Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem'. Foram realizados grupos focais em dias diferentes, com "37 jovens participantes dos cinco grupos focais realizados, sendo 23 moças e 14 rapazes (um deles declarou-se também travesti), com idades de 17 a 29 anos." (Projeto Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem. Relatório de Pesquisa-Diagnóstico socioambiental do Santa Marta, 2012, p. 7) O objetivo da construção do relatório está ligado diretamente com os problemas advindos do projeto de desenvolvimento presente na cidade do Rio de Janeiro, conforme descreve o relatório: "As grandes questões que orientam este relatório referem-se ao Território e às Identidades Locais; Organização e Mobilização dos Moradores do Santa Marta; Meio Ambiente (lixo, água, esgoto, entre outros); Cobrança de Taxas Públicas e Acesso à Cultura e ao Lazer." (Projeto Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem. Relatório de Pesquisa-Diagnóstico socioambiental do Santa Marta, 2012, p. 6) O alarmante é a conclusão que o relatório chega, porque demonstra, nas novas gerações, as consequências dessas transformações urbanas. Como demonstramos na 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira', 'direito à memória' deveria ser considerado no projeto de desenvolvimento urbano da cidade. Analisemos a conclusão desse relatório:

"A maioria dos jovens que participou dos grupos focais não está engajada em qualquer tipo de ação coletiva. Alguns já participaram do Grupo Eco, mas acabaram se afastando – a maioria em função do nascimento de filhos.

Em geral, os jovens pouco conhecem da história do Santa Marta e os que mais sabem são aqueles que já participaram, em algum momento, do Grupo Eco ou aqueles cujas famílias cultivam a transmissão da história oral, conversando com filhos e netos sobre como era a vida quando chegaram ao morro, como viviam seus pais etc. Contudo, todos consideram importante que essa história seja registrada, a fim de ser preservada.

A saída de moradores antigos – empurrados, principalmente, pelo aumento do custo de vida no local – produziria prejuízo significativo desse registro histórico, visto que carregam consigo suas memórias.

Os jovens relatam mudanças significativas na comunidade, que vieram em função de duas ações principais – obras de reurbanização e a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora. As obras melhoraram a estrutura dos caminhos, facilitaram a circulação na comunidade, melhoraram o abastecimento de água e a oferta de luz, mas não acabaram com problemas relativos ao esgoto, coleta de lixo, e mesmo o fornecimento de água e luz enfrenta problemas.

A cobrança de taxas é muito mobilizadora da conversa, mas a maioria concorda que os serviços públicos devam ser pagos, contestando apenas cobranças consideradas injustas ou indevidas – contas de luz muito altas para alguns e cobrança de esgoto quando ainda persistem valas abertas na comunidade.” (Projeto Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem. Relatório de Pesquisa-Diagnóstico Socioambiental do Santa Marta, 2012, p. 38)

Na verdade, a remoção é uma questão dentre as várias vividas pelos moradores do Santa Marta. Praticamente, todas têm relação direta com o modelo de desenvolvimento urbano da cidade, as obras de urbanização realizadas dentro da favela, a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora, valorização do terreno, aumento do custo de vida, especulação imobiliária e o risco de banalização da história dos antigos moradores. Por isso, em nossa pesquisa, a remoção é interpretada como uma categoria que possibilita discutir os temas que atravessam o desenvolvimento, memória e o território. Nesse sentido, abre-se um papel especial para o Ecomuseu Nega Vilma. Como mostramos que o Santa Marta já tem uma história de engajamento e articulação interna para reivindicar seus direitos, o Ecomuseu Nega Vilma pode assumir o papel articulador ao longo dos anos. Isso porque, através da Ecomuseologia, tem a possibilidade de levar essa discussão da cidade para fora da favela. Com isso, mostra a ‘tensão criativa de sentido’ que existe entre o modelo de expansão urbana que desrespeita e desconsidera a realidade local e os projetos que trabalham para promoção da manutenção da sabedoria dos moradores. Como categoria interpretada a partir da sustentabilidade transdisciplinar, a remoção no Santa Marta pode fornecer uma hermenêutica que está para além dos problemas da favela. Pelo contrário, a transição, que prioriza a promoção dos valores da comunidade local, em detrimento dos interesses globais, é uma das propostas defendidas em diferentes lugares do mundo como paradigma da sociedade do século XXI. É nesse contexto que devem ser inseridas as atividades realizadas nos últimos três anos que apresentaremos abaixo. Devemos perceber o quanto elas guardam ligação identitária com práticas inclusivas que fazem parte da história de resiliência da família antes de virem para o Rio de Janeiro em busca de trabalho. Até o fantasma de ter que conviver com o risco iminente da remoção faz parte dessa identidade.

Antes de finalizar o estatuto, organizamos um evento muito importante. Seria a primeira vez que apresentaríamos o projeto integral do Ecomuseu Nega Vilma para lideranças do morro Santa Marta, tanto do Pico quanto da parte baixa. O evento, que ocorreu no terreno de chão batido do Ecomuseu, foi nominado como “Ecomuseu é da Comunidade.

Apresentação do Ecomuseu para Líderes da Favela.” Tínhamos como representantes: a empreendedora e participante do Comitê de Memória, Sheila Souza; Tande Firmino, importante fotógrafo da favela que faz exímio trabalho de denúncia das ações de injustiças dentro e fora da favela; Mariana Adão, da Equipe de Gestão Social Local da Comunidade Santa Marta, Programa Territórios da Paz, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro; Roberto Nascimento, filho de Geralda e irmão de Nega Vilma; Vítor Lira, um dos líderes do movimento contra remoção; Zeca Barros, do Parque Arqueológico e Ambiental São João Marcos e outras pessoas. Esse foi um divisor de águas porque algumas pessoas que moravam no Santa Marta nunca tinham escutado falar sobre o Ecomuseu Nega Vilma. Nesse dia, recebemos várias críticas, a maioria relacionada ao trabalho de memória do entorno do Ecomuseu Nega Vilma que não tinha sido realizado e, na parte baixa, as pessoas não conheciam o Ecomuseu. Na oportunidade, pudemos compartilhar a identidade do Ecomuseu Nega Vilma.²⁶¹

Outro evento importante para firmar a história do Ecomuseu Nega Vilma foi a organização da 'Exposição TecidoSer' da artista Rosa da Costa. Existe uma continuidade indetitária entre a história de Rosa da Costa e a memória que o Ecomuseu Nega Vilma instrumentaliza na realidade do Pico do Santa Marta através das festas. Rosa da Costa é filha de Geralda, irmã muito ligada a Nega Vilma, mora no Canadá e cresceu no Pico do Santa Marta. Convencemos a artista plástica Rosa da Costa a expor suas telas pelo do morro, isto é, no caminho que ela brincava quando criança, até chegar à sua casa, onde atualmente está o Ecomuseu. A exposição ocorreria no dia 17 de dezembro de 2012, com o seguinte texto de curadoria que foi enviado para as áreas de cultura do morro Santa Marta e da cidade:

“Exposição, ‘teciDOser . RDaCosta

O Ecomuseu Nega Vilma tem o privilégio de apresentar ao público, pela primeira vez no Brasil, a exposição ‘teciDOser’.

As telas são assinadas pela artista plástica, Rosa da Costa.

Com um trabalho responsavelmente engajado e sustentável, fruto da sua história no Santa Marta, e atualmente no Canadá, Rosa da Costa pinta – ‘mit Maestria’ – as relações humanas fundamentais: questões de gênero, dilemas existenciais, tendências religiosas, angústias e felicidade: a busca da liberdade. Rosa da Costa é uma artista do século XXI e seu olhar multifocal para a realidade confere identidade multidisciplinar ao seu trabalho.

No estilo que pode ser caracterizado também como ‘Arte Naïf’, Rosa explora o simbolismo, justapondo diferentes elementos figurativos dentro de espaços híbridos.

Seu estilo enamora-se com abstração e se apoia na narração figurativa. Fotografia, desenho, pintura, instalações, montagem e colagem são alguns dos meios com os quais dá vida à arte.

Como não há limites pra sua criatividade, ‘Arte Naïf’ utiliza telas, tecidos, madeiras, vidros e outros materiais que permitem a incursão artística sem fronteiras no

²⁶¹ Durante quase o ano inteiro de 2013 tentamos articular com Sheila Souza a apresentação do projeto do Ecomuseu Nega Vilma para o comitê de memória do Santa Marta. Infelizmente, no dia em que estava marcado, caiu uma chuva forte no Rio de Janeiro e o encontro teve de ser adiado. Depois desse momento, não conseguimos mais estabelecer essa articulação.

romance humano, costurado pelas interrogações intrínsecas DO Ser (Dasein) e as incógnitas inexploradas do Universo (Chaos und Cosmos)
(*Dell Delambre, Dr. Pesquisador de Memória e Consultor de Sustentabilidade*)

Informações: Kadão e Dell

Sejam bem-vindos ao Tecido-do-Ser de Rosa que também pode-Ser-o-seu!"
(Delambre, K. Costa & J. Costa, 2012a)

Quando tomamos conhecimento da história de Rosa da Costa e de que ela estaria no Brasil, destacamos que seria muito importante essa exposição para firmar uma identidade e, ao mesmo tempo, possibilitar que a comunidade do Pico do Santa Marta percebesse que suas casas podiam ser partes do Ecomuseu. Essa ação simples teve um resultado muito forte para todos nós que organizávamos, e para Rosa da Costa que, depois de muitos anos, retornava às origens artísticas. Lembramos que tivemos que nos reunir várias vezes com Rosa da Costa para convencê-la da importância e do legado histórico que essa exposição 'através do caminho' iria deixar para a favela, para ela e para o Ecomuseu Nega Vilma. Fizemos um trabalho bastante coletivo de curadoria. Registramos com fotos cada local, no caminho da quinta estação até o Ecomuseu. Cada lugar Rosa da Costa escolhia com cuidado. Orientamos para que ela deixasse a infância conduzir os locais dos becos, as casas e muros que receberiam telas. Nessa caminhada, aproveitamos para gravar uma entrevista com Rosa da Costa. Pedimos, no momento da escolha de um barraco para colocar uma tela, que ela explicasse o que conversamos para construir o conceito dessa exposição. Sua resposta é a proposta do Ecomuseu e também se relaciona com a resposta dos moradores sobre o significado da favela e da casa. Assim Rosa da Costa responde que "a gente não está num espaço fechado. A galeria aqui é a favela toda, todo espaço que a gente está utilizando isso é a galeria." (R. Costa, 2012)

Enquanto Rosa da Costa amarrava uma tela em frente à rua que dá acesso ao Ecomuseu Nega Vilma, começamos um diálogo que registramos em nossa câmera. Perguntei-lhe o que significava para ela voltar ao quintal, ao morro, à casa. A artista Rosa da Costa responde:

"Para mim é uma experiência assim, alegria total. Porque estou participando de um processo de criação com a minha comunidade. Isso pra mim é importantíssimo. Eu poderia chegar aqui no Brasil e expor em uma galeria, ir para Laranjeiras, Copacabana, Botafogo. Para mim, estar aqui é de uma alegria fundamental, é de uma alegria capital." (R. Costa, 2012)

Em seguida, perguntamos sobre o conceito mesmo da exposição, isto é, expor sua arte através do caminho, usando os barracos e as casas das pessoas. Rosa da Costa responde:

"Eu acho isso fantástico porque habitualmente a gente fica seguindo os padrões clássicos; a gente expõe num lugar fechado, as pessoas chegam, vão assentar.

Mas aqui é aberto. Isso que eu estou achando legal, porque tudo faz parte: essas pedras aí, essas plantas, esse lixo, está tudo fazendo parte dessa arte.” (R. Costa, 2012)

Todos nos emocionamos durante a entrevista. Num determinado momento, o semblante de Rosa da Costa se abriu de uma forma que reluzia felicidade; a voz embargou na garganta como se a alma tivesse outro código de comunicação para além da linguagem. Rosa da Costa, que sorri muito pouco e traz a história do retraimento e da timidez nos traços do rosto, irradiava satisfação. No final da narrativa, abriu um sorriso quando perguntamos o que significava a exposição nas ruas do Pico. Assim, Rosa da Costa responde: “É isso que, para mim, eu acho super legal mesmo. Pisei no cocô do cachorro. Mas isso faz parte da arte lixo, arte lixo é luxo.” (R. Costa, 2012)

Outro evento realizado em Dezembro de 2012 também marcou um divisor de águas para o Ecomuseu Nega Vilma. Foi o “Ato Contra Remoção dos Moradores do Pico – Intervenção Comunitária e Debate”. (Delambre, K. Costa & J. Costa, 2012b). a) Esse evento foi simbólico porque, até esse momento, todas as nossas estratégias para participar desse problema estavam em não mostrar publicamente nossa postura de exigir do governo explicações e participação dos moradores no projeto de urbanização. Num primeiro momento, expúnhamos nossas opiniões em diálogos e nos encontramos com outros grupos fora do Santa Marta. Depois de um período, começamos a perceber que, em alguns lugares de produção e discussão da memória, o Ecomuseu Nega Vilma parou de ser convidado. Fizemos algumas consultas e descobrimos que o problema era o fato de em tudo que falávamos sobre o Ecomuseu, estava presente o convite a problematizar o tema da remoção, da forma como acontecia no Pico do Santa Marta. A partir desse momento, discutimos nossa estratégia e ficamos um período sem tocar no assunto publicamente. Esse evento marcaria, então, um posicionamento do Ecomuseu Nega Vilma, dizendo que seu espaço serviria também para discussão do tema, independentemente das consequências e retaliações que vínhamos recebendo de várias instituições. Nesse ato, vários moradores falaram, contaram suas histórias e indicaram os moradores mais velhos da favela. Tivemos a presença de lideranças de outras comunidades e pessoas importantes do cenário da Nova Museologia como, por exemplo, o museólogo Mário Chagas. Nesse período, lecionávamos uma disciplina no curso de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na ementa, estava a visita externa a locais produtores de memória que não estão no circuito tradicional que, normalmente, apresenta a cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, tivemos também a participação dos alunos do curso de História da UFRJ. Todos ouvimos a narração sobre o histórico da remoção no Pico do Santa Marta através do guia de turismo local e membro da Associação contra a

Remoção, Vítor Lira. Mantendo a identidade sexagenária, o encontro terminou com roda de samba, conduzido pelo grupo Fala Brasil.²⁶²

Aliás, como trabalho de memória, é necessário pontuar que, decidimos fazer o curso de pós-doutorado em História na UFRJ, como estratégia de mostrar a riqueza presente no Ecomuseu Nega Vilma. Com isso, poderíamos provocar o governo a discutir o processo da memória no projeto de urbanização. Com isso, teríamos um local com pesquisa séria, vinculada a uma universidade de expressão. Esse fato levaria à reflexão se o local poderia se simplesmente ser removido em função das adequações urbanas. O objetivo era inserir o Ecomuseu Nega Vilma na rota da pesquisa acadêmica no Rio de Janeiro. Por isso, no dia dezoito de maio de 2012, organizamos um evento no Ecomuseu Nega Vilma com o seguinte tema: “A UFRJ chega, com Pesquisa de Memória, ao Ecomuseu Nega Vilma, morro Santa Marta.” Debate: “Memória se faz com Histórias, e a Paz, com Educação.” Nesse dia, recebemos o Historiador e Antropólogo Dr. André Leonardo Chevitarese. O professor André Chevitarese fez uma leitura do espaço, falou sobre a importância da memória e o lugar que os símbolos da memória de Nega Vilma ocupam na formação da identidade do povo brasileiro. Outro aspecto importante foi a análise do professor de que aquele espaço era peculiar, pois tinha sido conservado até aquele momento sem construções de alvenaria. Esse fato fazia da área um local privilegiado para uma pesquisa arqueológica, já que existia a possibilidade da região ter servido como trilhas de escravo. Como esse encontro foi disponibilizado em diferentes mídias e universidades, foi muito importante para o trabalho do Ecomuseu Nega Vilma legalizar o trabalho de memória que era feito no Pico do Santa Marta. O professor André Leonardo Chevitarese cumpriu um papel muito importante nesse processo de desenvolvimento da pesquisa.

Outro importante evento que organizamos no dia 18 de julho de 2013 foi o “Memórias da Senzala. 50 anos do Grupo de Capoeira Senzala.” (Delambre, K. Costa, & J. Costa, 2012). Nesse dia, tivemos uma abertura com um pequeno relato sobre a história do Grupo Senzala, roda de capoeira dirigida pelos mestres Sorriso e Garrincha, projeção de fotos com a história do Ecomuseu Nega Vilma, Roda de samba comandada por Walmir e os grupos Folha Seca e Fala Brasil. Esse encontro teve um caráter muito especial também para firmar a identidade local do Ecomuseu Nega Vilma. O grupo de capoeira Senzala tem algumas peculiaridades que o vincula diretamente à identidade do Ecomuseu. Esse foi um dos primeiros grupos de capoeira organizados no Rio de Janeiro, um dos primeiros a realizar e a divulgar trabalhos de capoeira na Europa. E o elemento importante, dois dos fundadores, mestres Sorriso e Garrincha, são únicos moradores da favela, isto é, que eram oriundos do Santa Marta. Como

²⁶² Nessa fase, Kadão Costa, Dell Delambre, Julyanna Costa e Thiago Leite trabalhavam sempre juntos e de forma coletiva.

já dissemos, Mestre Sorriso é filho de Geralda e irmão de Nega Vilma. Por isso, esse outro elo identitário do Ecomuseu Nega Vilma: a capoeira. Porém, é importante perceber como a capoeira entrou na vida de Sorriso. A mesma resiliência que brota da transformação de dor em oportunidades, que estava presente na vida de Geralda, também está presente na vida dos filhos Walmir da Costa e Mestre Sorriso. Mestre Sorriso descobre a capoeira quando, com nove anos de idade, morava na rua e na sua casa ao mesmo tempo. No dia da comemoração dos cinquenta anos do Grupo de Senzala, entrevistamos Mestre Sorriso, que veio da França para as comemorações. Começamos perguntando como foi o surgimento do Grupo Senzala. Mestre Sorriso deu uma aula de história e de vida:

“O Grupo Senzala surgira com o pessoal jovem da classe média, universitários, que se uniram e começaram a fazer a capoeira. Um era pernambucano; outro era baiano: era a família Flores Viana, Mestre Rafael, Mestre Paulo Flores. Aí vieram Mestre Gato e Mestre Cláudio Danadinho. Eram todos garotos jovens e começaram a treinar capoeira entre o pessoal. E aí eu apareci também. Naquela época eu ia fazer nove anos de idade.” (Mestre Sorriso, 2013)

Perguntamos onde ele morava nessa época. A resposta de Mestre Sorriso pode ser relacionada aos efeitos da mudança abrupta do morro do Sossego para o Pico do Santa Marta, conforme mostramos na ligação identitária do Ecomuseu Nega Vilma com a Lagoa Rodrigo Freitas, no que se refere à política de remoção do governador Carlos Lacerda. Sem amigos no local e sem referência, opta pela rua e a casa. Assim, Mestre Sorriso responde nossa pergunta sobre o local onde morava:

“Eu morava na rua. Eu morava aqui no morro e morava na rua. Eu gostava de ficar na rua dando pernada, vadiando, trabalhando, lavando os carros, engraxando sapato, fazendo carretos. E aí, um dia, eu estava brigando com um garoto, na praça lá em Laranjeiras. E esse Rafa vinha passando. Ele separou a briga e começou a conversar comigo, e me perguntou se eu queria ir para a capoeira. Naquele dia mesmo ele me levou para o terraço; oito para nove anos; mudou a minha vida totalmente. Ali eu comecei. Jogava futebol, mas a capoeira era muito mais forte dentro de mim. Eu faltava muito o futebol e ia para a capoeira. Assim fui ficando na reserva. Assim que começou o Grupo Senzala. E a gente foi treinando. Treinava junto e não tinha um mestre. Tinha referência de outros mestres da Bahia, de outros lugares do Rio também, do pessoal antigo. E aí a gente começou a treinar e surgiu o Grupo. Começamos a mudar algumas coisas, colocar um treinamento diferente. Era mais didático. A gente começou a treinar mais sério a coisa. Daí surgiu a roupa e o nome do grupo.” (Mestre Sorriso, 2013)

Nesse momento, perguntamos se ele poderia narrar como surgiu o nome do grupo.

Mestre Sorriso explica o contexto de criação:

“A gente precisa ter um nome (porque a gente começou... as pessoas faziam aniversário e convidavam a gente: era presente do aniversariante; era uma roda de capoeira nos prédios mesmo, na sala... aí a gente começou a ir na televisão, e tal.) E aí nego falou: ‘Mas não tem um nome?’ E aí pensamos: ‘a gente tem que ter um nome!’ E aí o pessoal sentou lá na casa do Rafa e deu um nome. O irmão do Rafa que deu esse nome.” (Mestre Sorriso, 2013)

Nesse momento, solicito que ele narre os nomes dos principais personagens do Grupo Senzala nos dez ou quinze primeiros anos de sua existência. Mestre Sorriso responde:

“Falecido Mestre Peixinho, falecido Mestre Mosquito, as pessoas que foram, que Deus os tenha em um bom lugar. Tinha o Borracha. As pessoas que chegavam da Bahia treinavam junto com a gente e fazia parte do grupo, como Mestre Baiano, Anzol, Mestre Preguiça... Entende? Essas pessoas foram fundamentais para o crescimento do Grupo Senzala. Mas as pessoas principais eram o Rafael Flores, Paulo Flores e a família Flores; Gato, que mora aqui no Brasil; Rafa mora no Espírito Santo. Vieram essas pessoas e começou a criar uma coisa mais de trabalho. Veio a roupa, a gente começou a dar aulas e começou a se expandir. E foi embora. São essas pessoas.” (Mestre Sorriso, 2013)

O importante é perceber que, em todos os sentidos, a história da capoeira se aproxima tanto da história de remoção no Santa Marta quanto da história do conceito de Ecomuseu. Poderíamos dizer que o processo de resistência e sobrevivência da Capoeira na história do Brasil seria um dos melhores exemplos práticos da ‘tensão criativa de sentido’ que construímos na primeira parte. Podemos dizer, também, da ausência de teoria que desse conta de instrumentalizar a sabedoria não formal presente em cada rito da capoeira. O mesmo período em que delimitamos o projeto de urbanização insustentável do Rio de Janeiro com a reforma de Pereira Passos, no início do Século XX, era também a época que capoeiristas eram presos e perseguidos, conforme explica Hernâni Donato:

“Respeitado, admirado, temido e perseguido, procurado, combatido e utilizado, o capoeirista marcou de modo particular a vida urbana do século. Especialmente, a segunda metade. (...)

Os negros trouxeram a prática dessa luta que era, a um só tempo, jogo e arte. Fugindo da Senzala, sem armas, escondiam-se nas matas ralas, também chamadas capoeiras. Ali se defendiam com os passos, as pernas, os golpes do seu modo africano de combater, uma aliança da agilidade, da força e da surpresa. Ficaram sendo capoeiristas. Sua atividade, a capoeira, era tão comum no Rio de Janeiro que ficou conhecido no romance sobre a vida na cidade-corte, *Memórias de um Sargento de Milícias*. (...)

A constituição de 1934 liberou a capoeira para se praticada em locais fechados, considerada manifestação cultural afro-brasileira.” (Donato, 2005, p. 286).

Nesse momento, conversamos com Mestre Sorriso sobre o lugar que a capoeira ocupou no cenário brasileiro: lutas, discriminações e construção de uma identidade de resistência. Mestre Sorriso responde:

“A capoeira é aberta para tudo. A gente até introduziu várias coisas de outras lutas dentro da capoeira... foi bem aceita. Quem quiser fazer assim, faz; quem não quiser... A capoeira é livre, é ampla, é o maior barato, é liberdade mesmo. Sacou? Então, ela está para qualquer parada; respeitando o ritual, a identidade, aí está tudo bem. Porque ela é um organismo: não deu certo, ela bota para fora, ela mesmo. Tem um anticorpo muito forte ela; não deu certo, está avacalhando, a pessoa sai por livre e espontânea vontade. Ela vai te imprensando até você sair. Mas ainda ela te dá chance para você voltar... várias. Você quer coisa melhor do que isso?” (Mestre Sorriso, 2013)

Pergunto para Mestre Sorriso, como foi a conquista do público internacional, já que no encontro dos cinquenta anos haviam praticantes da França, Itália, Alemanha, Japão e outros lugares. Mestre Sorriso faz uma pequena historiografia:

“A gente começou a trabalhar com a capoeira lá fora nos anos 80. Foi uma coisa mais forte, entendeu? Fizemos um projeto em 87 e, nosso projeto, não sei o que houve, era um projeto cultural que o Ministério da Cultura criou. Escrevemos o projeto, mandamos para Brasília, foi aprovado, mas a gente não recebeu a notícia. E estava tudo programado para a gente ir, e acabamos indo por outros caminhos. E vendemos telefone, moto, quentinha e nos agregamos com o pessoal que já estava lá fora, que nos recebeu muito bem, como Marcos China, Mestre Samara, que está aqui hoje, Marretinha. Começamos a ensaiar para fazer os espetáculos porque a maior parte já estava vendida. E a gente custeou isso do nosso bolso mesmo. Mas tudo deu certo. E a partir daí, nós fizemos o primeiro encontro europeu, que foi em Paris. O primeiro encontro europeu foi o Senzala que fez, há vinte cinco anos atrás. E aí foi aceito porque, naquela época, a idade dos capoeiristas lá fora era de trinta anos para cima. Não tinha criança, não tinha adolescente, não tinha nada. Aí, com essa abertura, as pessoas começaram a entender o que é isso, Capoeira. Alguns antigos já conheciam mais ou menos, pelo acesso que eles têm muito mais fácil. Daí para lá, meu irmão, a capoeira expandiu de tal maneira que é muito difícil parar agora. E hoje o Grupo Senzala está na Europa inteira. E quem está lá fora com outros grupos também agradeça a esse movimento que a gente fez. Isso é verdade. Espero que, com esse trabalho que vocês estão fazendo, que a coisa fique cada vez mais forte. A capoeira é uma coisa de resistência. E a gente está nessa resistência para conseguir mostrar para o mundo que a cultura é uma das coisas mais fortes que existe em qualquer país.” (Mestre Sorriso, 2013)

Discutir a remoção e a urbanização a partir das instituições locais é acessar essa riqueza do patrimônio cultural da favela que, na verdade, é a história do Brasil. Celebrar esse quinquagésimo aniversário no Ecomuseu Nega Vilma, é reafirmar os fundamentos da sua identidade. A raiz? Geralda, mulher, negra, oriunda de Minas Gerais, que sofre uma violência sexual na infância, que depois foge da remoção no morro do Sossego, coloca o barraco literalmente na cabeça, começa nova vida no Pico do Santa Marta e dissemina a música, culinária, dança e a resiliência para todos os filhos. Mestre Sorriso e a Capoeira são representações simbólicas da força que existe na comunidade local, a saber, na favela. Por isso, nosso trabalho, muito além de reduzir a pesquisa no binômio quem tem razão ou não tem sobre a remoção, comunidade ou governo, está focado no olhar transdisciplinar. Esse olhar, como construímos na primeira parte, é o que possibilita debater a urbanização, ao mesmo tempo que deixamos um legado de memória para aqueles que um dia contarão as histórias de um dos principais grupos de capoeira do país. Nesse aspecto, temos um problema grave com a remoção, da forma como o governo a tem conduzido no Pico do Santa Marta. O que seria de uma história como essa? Um dos problemas da remoção, portanto, é interpretar o território apenas dentro da lógica da economia vigente e dos modelos de desenvolvimento urbano herdados do passado no Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, toda essa riqueza é lançada fora. Isso é o que aconteceu em outros casos de remoção no Rio de Janeiro. Alguns

são citados pelos entrevistados. Sendo assim, nossa pesquisa é de memória, história, urbanismo ou museologia? A sustentabilidade transdisciplinar possibilita indicar que, tendo o território como ponto de partida, essas áreas estão juntas. Fechamos com nossa fala, na homenagem, no Ecomuseu Nega Vilma, aos mestres de capoeira que sustentam essa cultura por mais de cinquenta anos:

“O Ecomuseu é um espaço de memória e vocês, a partir desse momento, fazem parte agora do Ecomuseu Nega Vilma. Porque vocês estão assentados sobre um lugar sagrado. E isso que é memória. E, quando nós comemoramos os cinquenta anos do Grupo Senzala, a gente precisa dizer algumas coisas sobre o Brasil, sobre a capoeira no Brasil. Durante algum tempo, se uma pessoa fosse encontrada lutando capoeira na rua, essa pessoa era presa. Mas a capoeira faz parte de um elemento cultural de resistência do Brasil. Então, nesse exato momento, a gente tem outra leitura da capoeira, mas é a memória que faz com que a gente nunca mais repita agressões que aconteceram no passado; por isso, é importante a gente celebrar a memória. E celebrar a memória significa registrar a memória. Então, nós vamos registrar a memória nesse dia, nesse momento. Gostaria de convidar o mestre Sorriso para receber a sua placa de homenagem.” (Delambre, 2013c)

O outro evento de que o Ecomuseu Nega participou marcaria seu deslocamento para dialogar com o contexto global e articular sua memória ao lado de outras experiências dentro dos mesmos princípios. O Ecomuseu Nega Vilma, junto com o Museu da República e com o Museu de Favela, participaria da organização da XV Conferência do Movimento Internacional para uma Nova Museologia, que ocorreu no Rio de Janeiro, nos dias 8 a 10 de agosto de 2013, no contexto da 23ª Conferência do Conselho Internacional de Museus. A participação do Ecomuseu foi muito importante porque possibilitou sua aproximação da discussão mais conceitual, a partir das diferentes práticas desenvolvidas em todo mundo. Como já mostramos, sua contribuição para a sistematização da Declaração MINON Rio 2013 tem um caráter simbólico importantíssimo para o fortalecimento de sua identidade. Essa participação também representava a sistematização da sabedoria da realidade local para a discussão sobre a Nova Museologia, conforme já indicamos na primeira parte. Ser um dos anfitriões num encontro que tem ligações de identidade com a Mesa-Redonda de Santiago do Chile é marcar seu terreno também num campo específico do conhecimento. Por esse motivo, foi muito importante a apresentação da diretora executiva do Ecomuseu, Julyanna Costa, na Cidade das Artes, 23ª Conferência do Conselho Internacional de Museus com o tema: 'O jeito Nega Vilma de Ser, de Fazer e de Acontecer do Ecomuseu Nega Vilma', conforme se vê abaixo:

“O pequeno espaço da cozinha de Nega Vilma é o espaço do Ecomuseu. Nega Vilma foi uma senhora que, por situações bem complicadas de família, acabou chegando ao Santa Marta. Morreu no morro Santa Marta. Nos últimos anos, ela já não saía mais do morro e toda sua vida era vivenciada no morro. Seu nascimento foi conturbado porque a mãe veio para o Rio de Janeiro tentar uma vida melhor. Foi recebida pelo irmão, que passou a abusar sexualmente dela, que engravidou. Para não perder a criança, que havia até uma proposta de se vender Nega Vilma, Geralda fugiu desse irmão e foi recebida por uma mulher que era uma Mãe de Santo. Após esse acolhimento e depois de muitas situações, ela acabou indo morar no morro

Santa Marta. A história de Nega Vilma é que ela foi uma mulher muito forte, muito importante, de muita presença no morro Santa Marta. Uma mulher que viveu sua vida com as curas, os chás e sempre muito procurada pelas pessoas da comunidade e de fora; não só da comunidade, mas de fora do Brasil. Ela era grande amiga das ervas, conhecedora da mata como ninguém, guerreira, forte, parteira e tudo que pode se imaginar que uma mulher pobre de comunidade pode viver para tentar transformar a realidade do seu entorno. Portanto, durante muitos anos, Nega Vilma atuou de forma importante ali, e seu quintal sempre foi um espaço de encontro: roda de samba, capoeira... Ela sempre estava ali direcionando e sendo procurada por muitas pessoas. Pessoas de fora vinham e decidiam viver por um tempo com ela. Ela as recebia em sua casa e as pessoas ficavam ali naquele espaço tão humilde. O espaço sempre foi um espaço de procura da comunidade, de festas. Nós acostumamos a dizer que o quintal de Nega Vilma, para a equipe que está lá, é um espaço sagrado. Outro dia nós vivenciamos uma situação muito interessante, que estávamos lá organizando um evento que aconteceu em comemoração aos cinquenta anos do Grupo de Capoeira Senzala, e uma senhora chegou e disse: 'deixe eu matar saudade só um minutinho da minha foto'. Nós ficamos surpresos, estávamos eu e o Delambre dentro do Ecomuseu; ela entrou e ficou perto da foto quase que querendo tocar a foto. Ela disse: 'É tão bom me rever'. Porque uma dessas fotos mostrava quando ela estava grávida, há mais de dez anos atrás. Por isso, é muito importante perceber o quanto as pessoas se reconhecem em coisas mínimas que estão ali dentro do museu. Nega Vilma representa o resgate das manifestações culturais existentes na comunidade. Ela morreu em 2006." (J. Costa, 2013)

Espaço sagrado, lugar de memória e identificação marcados pelo samba e a capoeira, lugar de profunda afetividade. Uma senhora simples que mantinha o lenço na cabeça, antes de ir ao trabalho, passa naquele espaço simples e sem conforto para ver sua foto grávida, ainda empoeirada, nas paredes úmidas do Ecomuseu Nega Vilma. Nesse dia, entendemos claramente o que significavam as discussões da Nova Museologia e a importância de existirem museus com as características dos moradores do local. Considerando todas as dificuldades, as memórias locais presentes na identidade do Ecomuseu Nega Vilma são paradigmas para interpretar o lugar que elas ocuparam no processo de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro: a memória da capoeira, do samba, dos moradores da favela, da periferia, as mulheres, as mulheres negras, aquelas que não tinham instrução formal da escola. Como os processos de urbanização e desenvolvimento incluíram ou excluíram as sabedorias que nascem dessas vivências que usam a solidariedade como forma de sobrevivência diária?

Esse testemunho da Produtora Cultural Julyanna Costa tem muito significado porque, quase sempre, tínhamos que explicar as razões de ter um ecomuseu com o nome de uma mulher, 'Nega'. O testemunho é simbólico porque está inserido no contexto do debate sobre a necessidade dos museus abarcarem a realidade na qual estão inseridos. Pela narrativa, antes mesmo de o Ecomuseu existir, o trabalho de memória e de serviço à comunidade já acontecia. É sempre importante ter como pressuposto o referencial teórico da primeira parte, porque o paradigma que não inclui essa memória nos centros de poder simbólico da cidade é o mesmo que a desconsidera no processo de desenvolvimento e urbanização da cidade. Os

testemunhos dos moradores revelam, mas a fala do governo na reunião com os moradores não cita em nenhum momento qualquer tipo de trabalho de memória com os moradores que serão removidos. Por isso, o transdisciplinar é tão importante. Por esse motivo, estar no MINOM, ser um dos anfitriões, ter participado da organização do evento e ter estado no Grupo de Trabalho que sistematizou a 'Declaração MINOM Rio 2013' são movimentos práticos, teóricos e simbólicos cujo peso para a história e o fortalecimento da identidade do Ecomuseu Nega Vilma só no futuro se poderá descrever.

Na verdade, a identidade de Nega Vilma carrega uma tradição antiquíssima. Uma pesquisa acurada pode remontar costumes e tradições de mais de trezentos anos, antes mesmo de os negros serem trazidos como escravos para o Brasil. Nega Vilma, com as ausências presentes no morro, assume um estilo de vida muito semelhante ao que se encontra em determinadas regiões da África. Nega Vilma herda da mãe Geralda esse estilo de vida solidária e, após a morte de Geralda, dá continuidade ao que já fazia junto com a mãe, conforme nos testemunhou o filho Walmir da Costa: "Ela aprendeu tudo com minha mãe, que aprendeu com minha vó. Ela dizia: 'Vilma, vamos apanhar umas ervas'. E depois de dez anos fazendo isso, ela se apegou a isso como vida. A Vilma nunca trabalhou." (W. Costa, 2013)

Julyanna Costa continua sua narrativa na 23ª Conferência do Conselho Internacional de Museus e destaca como essa memória latente de mais de sessenta anos se transformaria no Ecomuseu Nega Vilma. Aquele que mais tarde seria o padrinho do Ecomuseu Nega Vilma, o museólogo Mário Chagas, já estava presente como instituição no momento, conforme narra Julyanna Costa:

"O Ecomuseu Nega Vilma foi fundado no dia 06 de outubro de 2010, o dia em que o Mário com a equipe do IBRAM esteve lá para reconhecer as atividades. E bastou o Mário falar uma frase para se entender que o nome deveria ser realmente ecomuseu. Quando o Mário viu tudo que já acontecia ali, ele falou: 'Vocês já fazem um trabalho de ecomuseu. Aqui já é um ecomuseu'. Porque, na verdade, depois da morte de Nega Vilma, as atividades continuaram, oficinas e muitas outras. Mas não sabia o que seria, se vai ser uma ONG, OCIP, o que vai ser. E foi, então, nesse dia, 06 de outubro de 2010, com a visita do Mário que nós institucionalizamos o espaço como um ecomuseu. Estavam também Nelson Crisóstomo e Cláudia Rose, do Museu da Maré. (...) Após a fala do Mário Chagas, houve um encontro de pré-inauguração do Ecomuseu em dezembro de 2010²⁶³; foi o 'Encontro de Memórias de Nega Vilma'. (...) O Ecomuseu Nega Vilma participou do primeiro e do segundo Encontro Nacional de Empreendedorismo Cultural, 2011 e 2012. Teve a exposição 'Tecido do Ser', de Rosa da Costa, que nasceu no morro. Como em tantas outras comunidades, passam por um momento um tanto quanto delicado, com enorme risco que os moradores sejam retirados, coisa que muitos não querem. Alguns acham que é uma boa proposta; a maioria não. Então, esse foi um evento, um ato contra a remoção dos moradores, uma intervenção comunitária. Nesse dia foi muito interessante, porque nós convidamos as pessoas que fossem ao evento, a nos encontrar no final do plano inclinado, no bondinho, e juntos nós fizemos a

²⁶³ Esse encontro ocorreu no dia 4 de dezembro de 2010, a partir das 11h, com apresentação da Banda Fala Brasil, feijoada do Walmir, Roda de Samba, Exposição fotográfica do fotógrafo Marco Terranova e da história do Ecomuseu Nega Vilma. (Acervo Ecomuseu Nega Vilma)

caminhada pelo Pico, para que as pessoas conhecessem a beleza do espaço, aquele visual maravilhoso. E, no decorrer, o rapaz que foi fazendo toda caminhada com a gente que é um guia turístico também, que é um grande parceiro do Ecomuseu, ele foi falando: 'É esse espaço que a gente vai perder. São essas pessoas que serão retiradas ou não'. Nesse mesmo dia do ato contra a remoção, que o Mário estava presente, nós comunicamos que não teria como escolher outra pessoa, que ele é o nosso padrinho. Ele recebeu a camisa e nós dissemos que vestiu a camisa não tem mais jeito, agora é padrinho do Ecomuseu Nega Vilma. (...) Terminando contando algo. Teve um dia que nós estávamos lá na correria do trabalho porque somos poucos, muito trabalho, sem dinheiro, muita coisa para fazer. E os meninos disseram: 'Nós já estamos preparando alguma coisa para vocês comerem. O Almoço é por nossa conta.' Aí, eu me lembro que a gente não sabia o que fazer; Delambre e o Kadão um olhando para o outro. Aí o Delambre perguntou assim, com nossa cabeça capitalista, 'Quanto vai ser, valor?' E aí eles disseram: 'Não, isso é um presente. Nós pegamos o cartão da nossa mãe, usamos um restinho, compramos fiado alguma coisa no mercado e conseguimos. Tem aqui um estrogonofe que preparamos para vocês.' Então, foi algo muito importante perceber que melhor do que o reconhecimento das grandes instituições, do IBRAM, do IPHAM e dos representantes, é o reconhecimento das crianças da comunidade; e como se diz, crianças são espontâneas. É muito legal porque, às vezes, a gente demora de estar lá porque causa dos nossos trabalhos, porque a gente não consegue estar lá diariamente porque temos os nossos trabalhos e os nossos compromissos, e as crianças reclamam: 'Poxa, vocês sumiram, 'né. Está tão sem graça o quintal...' Então é isso, quem não conhece, conheça; vai lá se apaixonar, mergulhar nesse universo que vale a pena, nesse espaço sagrado que é o quintal de Nega Vilma." (J. Costa, 2013).

Em busca de reforçar a identidade local do Ecomuseu, outro evento muito importante foi a Exposição Fotográfica 'Nossas Raízes', 'Memórias da Abolição da Escravatura no Brasil, 13 de maio de 1888',²⁶⁴ com as fotos do fotógrafo Franco-Malgaxe François Maurel, em 11 de maio de 2013. Essa exposição foi diferente porque as fotos eram da África e de outras periferias do mundo. Além da exposição, promovemos um diálogo com as fotos que foram projetadas à noite num telão, montado no quintal de Nega Vilma. O objetivo era percebermos os traços brasileiros e do morro na África e os traços da África no morro e no Brasil. Abaixo o texto do convite que enviamos para as organizações e nas redes sociais:

"Após termos realizado, em 2012, a exposição TECIDO DO SER, da artista plástica Rosa da Costa, agora é a vez da exposição NÓ-SSAS RAÍZES com o fotógrafo Franco-Malgaxe, Maurel François. Nossa exposição será dialogal, pois debateremos, na semana da abolição, nossas raízes na África, através das fotos desse renomado fotógrafo de envergadura internacional. Será dia 11 de maio, sábado, a partir das 14h, no Ecomuseu Nega Vilma, morro do Santa Marta, última estação. Divulguem esse evento em suas redes sociais e na faculdade, através dos Flyers (português e Francês) que estão em anexo. Você é nosso convidado! É só se chegar, se apaixonar e se en-raizar! Com carinho, Equipe de Produção (Kadão Costa) e Curadoria (Dell Delambre, Julyanna Costa e Thiago Leite) Ecomuseu Nega Vilma". (Delambre, D., K. Costa, J. Costa & Leite, 2013).

²⁶⁴ Os curadores dessa exposição foram Dell Delambre, Julyanna Costa e Thiago Leite.

Outro evento marcaria a história do Ecomuseu Nega Vilma. A ideia nasceria do Animador Cultural Nelson Crisóstomo num encontro com Kadão Costa. Seria o "1º Seminário do Ecomuseu Nega Vilma. 125 anos de Memória" ocorrido nos dias 18 e 19 de novembro de 2013 no Museu da República. (Costa, K., Crisóstomo, Delambre, J. Costa & Leite, 2013). Um dos objetivos principais do evento era pontuar metodologicamente a relação entre teoria e prática do ecomuseu. Várias pessoas e instituições estavam se aproximando do Ecomuseu Nega Vilma, mas não conheciam a história dos ecomuseus, não sabiam a diferença de um museu tradicional e as especificidades de um ecomuseu, dentre eles, o Ecomuseu Nega Vilma, no Pico do Santa Marta. Não conheciam a Nova Museologia e a Sociomuseologia. Esse encontro também estava carregado de muitos símbolos, a saber, a aproximação, num mesmo espaço, da sabedoria da favela; a universidade, representada pela Universidade Cândido Mendes (UCAM-IUPERJ), e um museu, dito tradicional, o Museu da República. O objetivo era mandar esse recado de que a cidade partida precisa se aproximar, realçar a 'tensão criativa de sentido' e encontrar caminhos inclusivos. Vejamos o convite enviado pelo Sr. Ricardo Portugal da assessoria de imprensa do Museu da República:

"1º SEMINÁRIO DO ECOMUSEU NEGA VILMA – 125 ANOS DE MEMÓRIA
Com o apoio do Museu da República, da Universidade Cândido Mendes (UCAM), do IUPERJ e da Trama Afro-indígena, entre outros, será realizado, nos próximos dias 18 e 19 de novembro, o 1º Seminário do Ecomuseu Nega Vilma – 125 anos de memória. O evento tem como objetivo nivelar informações sobre o Ecomuseu Nega Vilma, sistematizando as propostas de ações e atividades para os próximos períodos, como garantia que estejam afinadas com os objetivos gerais e específicos do projeto.

No seminário, o Ecomuseu Nega Vilma será alvo de reflexões sobre suas origens, como surgiu, onde se constituiu e o que pretende realizar.

Na programação, que terá lugar no Museu da República, no bairro do Catete, zona sul do Rio, estão previstas diversas atividades, entre as quais mesas-redondas abordando questões ligadas aos ecomuseus e à nova museologia, curso de extensão UCAM/IUPERJ, bem como reflexões sobre as novas práticas no processo do Ecomuseu Nega Vilma.

Uma exposição intitulada 'Memórias do Morro' vai mostrar, a partir de fotografias e pinturas, as diferentes leituras e abordagens de cinco artistas sobre o Morro Santa Marta, em Botafogo. Dois deles são moradores do local e os demais exercem atividades artísticas de relevo para importantes instituições no Rio de Janeiro.

E, fechando o ciclo de atividades, haverá a apresentação musical do Grupo Fala Brasil, celebrando o samba como a linguagem genuína e universal do morro.

SERVIÇO

1º Seminário do Ecomuseu Nega Vilma - dias 18 e 19 de novembro
Exposição Memórias do Morro - de 18 de novembro de 2013 a 19 de janeiro de 2014.

Local: Museu da República - Espaço Multimídia

Rua do Catete, 153 - Catete - Rio de Janeiro." (Assessoria de Imprensa do Museu da República/RJ, 2013).

As mesas redondas do dia 18 de novembro foram compostas estrategicamente para mostrar a diversidade do Ecomuseu Nega Vilma. O presidente em exercício, Kadão Costa, abriu o evento narrando algumas especificidades do Ecomuseu Nega Vilma que levaram a realizar o evento: 'nivelamento'. Em seguida, Dell Delambre, mediador da mesa, apresentou

o tema da mesa: 'Uma noção geral do que é Ecomuseu e Museologia Social'. Em seguida, convidou os participantes e assim começaria o seminário. Mário Chagas falou sobre o papel do Museu da República em abrigar um ecomuseu com a natureza do Ecomuseu Nega Vilma. Dr. Geraldo Tadeu Monteiro, diretor da ICAM/IUPERJ, falou sobre as possíveis definições teóricas do conceito de ecomuseu, realçando a relação entre ecomuseu, identidade, memória e patrimônio. Lucienne Figueiredo dos Santos, da Superintendência dos Museus, falou sobre o lugar que os novos museus ocupam atualmente no cenário dos museus, e o Animador Cultural Nelson Cristóstomo, Trama Afro Indígena/Ecomuseu Nega Vilma, compartilhou o processo de criação e constituição do Ecomuseu Nega Vilma, as peculiaridades da vida de Nega Vilma e como o Pico do Santa Marta se insere numa rota de fuga dos escravos, portanto, rota de memória. Nelson Crisóstomo foi o responsável por fazer o nivelamento, a fim de que pessoas e futuros parceiros do Ecomuseu Nega Vilma pudessem conhecer a riqueza de sua memória e a relação que ele deve estabelecer com a comunidade do Santa Marta. Na parte da tarde do dia 18, intitulada 'Curso de extensão UCAM/IUPERJ e Ecomuseu Nega Vilma saberes que se encontram' representantes da IURPEJ discutiram a possível parceria com o ecomuseu. Ainda, os participantes ouviram novas experiências no campo da Sociomuseologia, com representantes do Museu da Maré e Museu de Favelas, MUF. No debate à mesa do dia 19, intitulado, 'Nosso jeito de Ecomusear - experiências práticas no processo do Ecomuseu Nega Vilma', compartilharam o Jeito Nega Vilma de 'ecomusear' com os colaboradores Kadão Costa, Dell Delambre, Julyanna Costa, Thiago Leite, Cida Pádua e Giselda Godói. Cada um compartilhou suas leituras, propostas e desafios para a ação efetiva do Ecomuseu Nega Vilma no Pico do Santa Marta e sua relação com a comunidade. Ambos ponderaram a necessidade de uma capilaridade mais eficiente na parte baixa da favela. No dia 20, foi o momento da visita técnica ao Ecomuseu Nega Vilma e de apreciar a feijoada e a Roda de Samba com o Grupo Fala Brasil.

Esse '1º Seminário do Ecomuseu Nega Vilma. 125 anos de Memória' também era composto de uma exposição denominada "Memórias do Morro", onde artistas nascidos na favela e de fora dela apresentavam fotos, telas e maquetes sobre o morro. A exposição tinha ainda elementos simbólicos que representavam a identidade do Ecomuseu Nega Vilma, a saber, a panela, representando a feijoada de Walmir; o berimbau, a capoeira do Sorriso; o pincel, as artes plásticas de Rosa. Segue o texto de curadoria e apresentação da exposição que ficou dois meses no coreto do Museu da República para os visitantes conhecerem a realidade da favela na República:

"Exposição Memórias do Morro

O morro é um mosaico de memórias 'a-morfais' sempre a caminho de formas esteticamente 'in-formais'. Vielhas e becos, subidas e descidas, casas rebocadas em

permanentes construções 're-constroem' o sentido da própria vida. Vida decoradora nos rostos das janelas narram antigas lembranças no mosaico de memórias. Choro e alegria, tristeza e esperança, chegadas e partidas, noites e dias, mortes e nascimentos, nos olhos dos artistas, a favela inteira é corpo pulsante de história, memória e vida. De dentro ou de fora, pra quem mora ou 'ena-mora', a favela fala e grita, muitas vezes, sonora, que o morro, em toda sua estética, reverbera genuínas e provocativas memórias.

Essa é a pro-vocação da "Exposição Memórias do Morro" nos diferentes olhares dos artistas convidados. Já que um Ecomuseu vive e respira memória, o Ecomuseu Nega Vilma, através da exposição "Memórias do Morro", expõe os múltiplos olhares sobre o Santa Marta através dos trabalhos dos artistas Fabio 'nélio (Morador), Rogério Elias (Dedéu - Morador), Marco Terranova, Mário Barata e Sérgio Cezar.

Panela, Pincel e Berimbau, memórias Brasileira

O que tem a ver panela, pincel e berimbau? No Ecomuseu Museu Nega Vilma, tudo! Nega sempre tem panela, Rosa não larga seu pincel e o Sorriso só pode ser largo com o Berimbau. Genuínas *Raízes do Brasil* no quintal de Geralda, crescidos no morro Santa Marta.

Dell Delambre, Dr. (Consultor em Sustentabilidade e Pesquisador Ecomuseu Nega Vilma)

Produção Cultural: Kadão Costa

Equipe: Julyanna Costa, Thiago Leite, Nelson Crisóstomo, Giselda Godói, Dell Delambre". (Delambre, K. Costa, J. Costa & Leite, 2013).

Como temos mostrado, a identidade do Ecomuseu Nega Vilma tem uma vinculação histórica com a memória da família. Porém, dentro do processo do ecomuseu, percebemos a necessidade de aprofundar esses elementos de memória familiar a fim de que o ecomuseu atingisse a dinâmica comunitária, fato sempre destacado pelo idealizador Kadão Costa. Se, por um lado, era diferente ter um ecomuseu que partia da memória de uma mulher que viveu na favela, por outro, tínhamos o risco de que, para a comunidade, o ecomuseu fosse apenas um trabalho de preservação da memória de uma família. Embora esse fato fosse válido, aos poucos, a equipe foi tomando ciência da teoria de ecomuseu e percebemos que o Ecomuseu Nega Vilma precisava atingir a adesão comunitária. Assim, começamos um trabalho de buscar os símbolos da história de Geralda e Nega Vilma que, na verdade, eram tipologias das histórias dos moradores da favela do Santa Marta. No entanto, como já mostramos, por diversos fatores e, um deles, o abandono público do Pico, o morro do Santa Marta foi muito dividido.

Esse trabalho em busca dos símbolos foi muito importante para descobrirmos a grandeza dos elementos que formam a identidade de sobrevivência e superação da família, algo característico da favela, bem como os elementos do patrimônio cultural e do capital humano. Precisávamos instrumentalizar aquilo que já existia na memória da família que transcendia o próprio morro de Santa Marta. Nesse aspecto, a pesquisa de Pós-Doutorado em História na UFRJ, com a supervisão do Professor, Historiador e Antropólogo, Dr. André Leonardo Chevitarese, foi fundamental. Foram vários diálogos. Da mesma forma, foram importantes as diversas conversas com o idealizador do projeto, Kadão Costa. Através dele,

foi possível entrar no âmago da família em situações de muita intimidade. Essa experiência ajudou muito a descobrir a dependência do paradigma objetivo da modernidade presente na metodologia da História Oral, conforme pontuamos na primeira parte. Isso significa dizer que, sem a participação de Kadão Costa e o trabalho de aproximação afetiva da família, seria quase impossível coletar testemunhos quentes, traumáticos, carregados de afetividade, dor, alegria e resiliência. Esse trabalho ajudou a elencar os símbolos da memória social brasileira que tecem a família, estão no morro e narram um viés importante da história da formação da identidade do povo brasileiro, a saber, a religião que interliga o Brasil à África e ao sincretismo brasileiro; a problemática da terra e os quilombos; a abolição da escravatura sem direitos e sem preparação; a transformação do Brasil de um país rural para urbano; a formação das favelas, a partir da ótica das urbanizações; a vivência na favela sob o risco de remoções; transeuntes na pátria; questões de gênero; o lugar da mulher na formação e preservação da cultura, na construção da identidade masculina dos filhos, na sustentação da religião e no engajamento social; os símbolos da cultura e da musicalidade brasileira como o samba, a capoeira e a culinária. Todos esses elementos podem ser aprofundados e, inclusive, questionados, se o Ecomuseu Nega Vilma não deveria ser considerado o Ecomuseu da República na favela.

No entanto, mesmo com todo esse trabalho, no encontro que realizamos com lideranças comunitárias, recebemos a crítica de que a parte baixa da favela não conhecia o Ecomuseu Nega Vilma. Sua memória ainda estava voltada para as festas que aconteciam em seu espaço. Por isso, a partir da articulação do produtor cultural e idealizador do Ecomuseu Nega Vilma, começou-se a discutir uma parceria com a Universidade Cândido Mendes. Foi mais de um ano discutindo qual seria a natureza dessa atuação para que a Universidade se adequasse à realidade da favela e não o contrário. Assim, após analisar sua natureza no local e as diversas críticas das lideranças do Santa Marta, a equipe do Ecomuseu Nega Vilma²⁶⁵ decidiu que a parceria com a UCAM/IUPERJ deveria ser focada na construção do processo de servir e levantar a memória do entorno do Ecomuseu Nega Vilma, já que alguns moradores corriam o risco de serem removidos. Assim começamos as negociações com os diretores da UCAM/IUPERJ e estabelecemos algumas terças-feiras do segundo semestre 2013 para a construção do programa de parceria entre Universidade Cândido Mendes e Ecomuseu Nega Vilma.

Trabalhamos durante quase seis meses na Universidade Cândido Mendes e juntos construímos o documento da UCAM/IUPERJ intitulado 'Projeto de Extensão e Pesquisa

²⁶⁵ Nesse período a equipe era Kadão Costa, Dell Delambre, Julyanna Costa e Thiago Leite.

Ecomuseu Nega Vilma", de extensão, que foi finalizado e dividido em algumas áreas conforme descreve o documento:

"O IUPERJ pretende se integrar ao Ecomuseu Nega Vilma através de um projeto de pesquisa e extensão com três programas, envolvendo alunos e professores dos seus cursos de graduação, mestrado, doutorado e pós-graduação *lato sensu*, a saber:

- Memórias do Entorno do Ecomuseu Nega Vilma
 - Inventário Patrimonial do Ecomuseu Nega Vilma
 - Oficinas de fotografia para os moradores da comunidade do Santa Marta."
- (UCAM/IUPERJ & Ecomuseu Nega Vilma, 2013).

Nos primeiros encontros, reunimos todos os componentes da direção da IUPERJ e da equipe de Gestão do Ecomuseu Nega Vilma. O Ecomuseu Nega Vilma, através do produtor cultural, apresentou um material que nós tínhamos produzido para balizar a atuação da Universidade no morro. Praticamente, toda ação visava dialogar com as principais necessidades que já tínhamos percebido no local. Assim, no primeiro encontro, o Diretor da UCAM/IUPERJ, Dr. Geraldo Tadeu Monteiro, compartilhou a perspectiva da universidade:

"Vou falar como diretor do IUPERJ. (...) Na área de extensão, temos o interesse de desenvolver projetos ou programas, diferentemente do que foi anteriormente, isto é, cursos. A gente quer ações mesmo de intervenção na realidade em diferentes níveis, colaborando na formação e conscientização dessas pessoas, o papel da universidade mesmo, extramuros. E nós vimos nessa parceria com o Ecomuseu, a possibilidade de dar o pontapé inicial efetivamente num conjunto ou num projeto. Começaria de uma maneira mais focada, falando em projeto de extensão e, à medida que conseguirmos achar pontos de interesse comum, aí sim, nós transformaríamos isso num programa. A minha ideia é que a gente possa fazer isso de maneira organizada, institucional, regular, com outros departamentos mais diretamente ligados ao que pode vir a ser esse projeto. A partir daí, identificar ações que possam ser de interesse comum. Que o nosso pessoal possa ajudar na proposta do Ecomuseu e, de certa maneira, usar o Ecomuseu como uma plataforma mais ampla de acesso à comunidade e descobrir outras demandas que a comunidade tenha e a gente possa ajudar a atender nesse sentido. Primeiro, ajudar na própria proposta do Ecomuseu e, na outra, descobrir outras demandas que possam ter dentro da comunidade e aí envolver nossos alunos, depois escolher um professor para ficar à frente do projeto. Vamos estipular um certo número de bolsas de extensão. Nós não temos bolsa de extensão, podem ser em formas de horas PAC, podem ser em forma de descontos na mensalidade para que os alunos se envolvessem. Contudo, o projeto precisa ter objetivo, programa, produtos esperados, etc. Eu acho que é uma oportunidade ímpar para a gente dar início. Daqui há alguns anos vamos dizer: lembra daquela reunião que começamos o primeiro projeto? Então, a reunião de hoje é para a gente começar a ver como podemos começar a trabalhar esse projeto. (Monteiro, 2013)

Esse encontro ocorreu numa quinta-feira, dia 03 de setembro de 2013, no 11º andar, Centro do Rio de Janeiro, no edifício onde funciona a Universidade Cândido Mendes, e foi um marco histórico para equipe do Ecomuseu Nega Vilma. Planejamo-nos por quase um ano; produzimos material para apresentar a história do Ecomuseu Nega Vilma e pontuamos aspectos do programa. Esse projeto tinha um diferencial, porque não seriam os jovens da favela que desceriam à universidade, mas a universidade que subiria à favela. Pelo histórico

de exclusão e das violências concretas e simbólicas narradas pelos moradores entrevistados nessa pesquisa do doutorado, esse movimento de ir, ouvir e servir, tem um valor especial para o morador do Pico do Santa Marta. O colaborador do Ecomuseu Nega Vilma na área de acervo, Thiago Leite, fez um relatório de memória dessa reunião que entraria para a história de parcerias do Ecomuseu Nega Vilma. Assim narraria Thiago Leite:

“Rio de Janeiro, 3 de setembro.

No intuito de dar seguimento à estruturação do Ecomuseu Nega Vilma, a equipe responsável pela gestão do espaço, composta por Kadão Costa, Julyana Costa, Dell Delambre, Ladislau Domingues Porto Neto e Thiago Leite encontraram-se com representantes do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro-UCAM) representado pelo Dr. Johannes Andreas Valentin (Coordenador de Ensino), Dr. Ivair Reinaldim (Chefe do departamento de Artes), Dr. Carlos Abraão Moura Valpassos (Professor de ciências sociais), Dr. Geraldo Tadeu Moreira Monteiro (Diretor), Ana Paula Del Pretti (Coordenadora de Extensão e Atividades Complementares) para discutir parceria entre as instituições, no âmbito da pesquisa e catalogação de acervo acerca da história do morro Santa Marta.

Durante a reunião, foram lançadas algumas questões pertinentes a atividades já realizadas pelo Ecomuseu Nega Vilma, bem como a apresentação da instituição e de seu grupo diretor. Neste encontro ficou estabelecida a participação do IUPERJ como colaborador na área de pesquisa e catalogação do acervo já reunido durante os anos de atuação do Ecomuseu Nega Vilma no Morro St^a Marta. Além da cooperação na área de pesquisa e catalogação de acervo, foi proposta pelo Dr. Andreas Valentin uma oficina de fotografia ministrada pelo IUPERJ, tendo como local de aula tanto o Santa Marta quanto as dependências do IUPERJ. Nestas oficinas participarão membros da comunidade e alunos de graduação e pós-graduação da universidade.

Após apresentações, ficou pré-estabelecida uma visita técnica ao Ecomuseu Nega Vilma, no dia 14/9, permitindo aos representantes do IUPERJ familiarizarem-se com o local no qual está situado o Ecomuseu Nega Vilma.” (Leite, 2013)

Nos meses que se seguiram, os grupos de trabalho foram divididos e, no final, apresentaram o projeto de cada equipe que formou o ‘Projeto de Extensão e Pesquisa – Ecomuseu Nega Vilma da UCAM-IUPERJ’. O projeto de extensão e pesquisa era composto de três programas. O primeiro era Projeto de Pesquisa ‘Memórias do Entorno do Ecomuseu Nega Vilma, Morro Santa Marta, Rio de Janeiro.’ Os coordenadores eram Prof. Dr. Carlos Abraão Moura Valpassos (IUPERJ), Dr. Dell Delambre (ECOMUSEU NEGA VILMA), Prof^a Dr^a Lucieni Simão (IUPERJ) e Ricardo Costa (ECOMUSEU NEGA VILMA). Nosso trabalho foi mais fácil porque, em 2012, por causa da pesquisa de pós-doutorado em História na UFRJ, escrevemos um projeto para criação de um laboratório de História Oral no Ecomuseu Nega Vilma. Nós o preparamos para ser submetido à FAPERJ²⁶⁶, porém, por critérios específicos do edital, ele não foi aceito. Assim, o objetivo do projeto era, por um lado, atender às críticas das lideranças do Santa Marta sobre o envolvimento local do Ecomuseu Nega Vilma e, de outro, trabalhar a memória num local que está sob o risco de ser removido. Portanto,

²⁶⁶ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

oferecemos o projeto na íntegra, com metodologia, referências bibliográficas e objetivos para ser discutido com o grupo e desenvolvido pela UCAM/IUPERJ na favela do Santa Marta. Até o presente momento, o trabalho no morro Santa Marta não começou. Provavelmente, comece a funcionar ainda no segundo semestre de 2014 ou primeiro de 2015.

O segundo programa do projeto era 'Inventário Patrimonial do Ecomuseu Nega Vilma'. Os coordenadores eram a Prof^a Ms. Fátima Gonçalves (IUPERJ), Prof^a Cristiane Valladares (IUPERJ), Prof. Dr. Ivair Reinaldim (IUPERJ), Prof^a Ms. Ana Lattanzi (IUPERJ), Ricardo Costa, Thiago Leite, Jullyana Costa (ECOMUSEU NEGA VILMA). Assim reza o documento desse projeto:

"Programa Acervo

O acervo do Ecomuseu Nega Vilma é composto de objetos pessoais e documentos iconográficos e audiovisuais. A ausência de um espaço (reserva técnica) destinado à reunião das peças e ao seu acondicionamento constitui um dos entraves à elaboração do inventário patrimonial do Nega Vilma.

A partir da definição do local que abrigará o acervo, da instalação do mobiliário para guarda e da implantação dos equipamentos para o processamento e o armazenamento das informações, serão iniciadas as ações de documentação, conservação e comunicação do acervo do Nega Vilma." (UCAM/IUPERJ & Ecomuseu Nega Vilma, 2013, pp. 10, 11)

O outro projeto se referia às 'Oficinas de Fotografia' que seriam realizadas no morro Santa Marta e supervisionadas pela equipe de coordenadores, a saber, Prof. Dr. Andreas Valentin (IUPERJ), Prof. Dr. Ivair Renaldim (IUPERJ) e Ricardo Costa e Thiago Leite (Ecomuseu Nega Vilma). Assim reza o objetivo e o detalhamento do projeto:

"Realizar oficinas regulares de fotografia para moradores da comunidade do Santa Marta, visando a alfabetização do olhar e resultando em exposições ao ar livre na própria comunidade. (...)

As oficinas terão duração de 20 horas (10 sessões de duas horas cada, duas vezes por semana) e serão ministradas por alunos/bolsistas de extensão dos cursos de graduação do IUPERJ. Pretende-se que cada aluno/bolsista do IUPERJ ministre oficinas para grupos de 10 alunos, totalizando três grupos. Os alunos/bolsistas serão treinados por professores do Departamento de Artes do IUPERJ.

As aulas serão conduzidas na comunidade em local a ser definido oportunamente. Os alunos utilizarão suas próprias câmeras e/ou celulares, podendo, caso necessário, utilizar ainda câmeras do IUPERJ que foram doadas para essa finalidade." (UCAM/IUPERJ & Ecomuseu Nega Vilma, 2013, pp.15, 16)

Nós citamos três instituições do morro Santa Marta que têm naturezas diferentes, a saber: a empresa de turismo local 'Brazilidade', empreendedora Sheila Souza; a organização não governamental de promoção da cultura e da cidadania, 'Grupo Eco', liderança comunitária e Presidente Itamar Silva; e uma organização voltada para preservação e instrumentalização da memória local para a promoção comunitária, 'Ecomuseu Nega Vilma', produtor cultural e presidente Kadão Costa. Todas essas instituições recebem implicações diretas e indiretas das mudanças de uso do território na favela. De forma diferente, a urbanização atinge a todas.

Esse é um dos problemas centrais quando se discute urbanização apenas pelo viés do laudo ratificando que a área é de risco, portanto, avalizando a remoção dos moradores pelo governo. Sob esse paradigma de desenvolvimento, que tem elementos fortes dos modelos de urbanização insustentável da cidade do Rio de Janeiro, toda essa riqueza que acabamos de enumerar e elucidar desaparece.

Todos estamos cientes de que a economia de mercado tem uma lógica fria, dependente dos números e resultados; as áreas são valorizadas na medida em que podem oferecer dividendos. Nesse aspecto, seria papel do governo regulamentar e interferir possibilitando que o desenvolvimento seja equitativo e justo. A discussão sobre a origem dos Ecomuseus na França recebia incentivo das leis municipais e estaduais, que passaram a proteger os parques ambientais e os patrimônios culturais. Isso está na gênese da Ecomuseologia. Se, como mostramos, as instituições locais são produtoras de memórias e agentes do desenvolvimento local, elas deveriam ser incentivadas para realizar esse trabalho. Pelos testemunhos das lideranças, não existe essa participação. Como afirmou Itamar Silva, o engajamento na preservação do passado na favela recebe crítica interna de que não se quer o desenvolvimento. E aqui nós chegamos no coração do problema da pesquisa ou da 'tensão criativa de sentido' sobre o tema da urbanização vinculado à remoção: de um lado, os interesses financeiros de grupos da sociedade que pressionam o governo a implementar obras que valorizam o solo na cidade e abrem espaço para os empreendimentos imobiliários e todos os ganhos advindos da especulação financeira, fato que já aconteceu na história da urbanização e da remoção na cidade do Rio de Janeiro; e de outro, toda essa riqueza dos patrimônios cultural, ecológico e humano, que corre o risco de ser extinta, como já aconteceu com outras favelas que foram removidas sem nenhum respeito aos valores e à história.

Portanto, temos um jogo de interesses que é um tipo de 'tensão criativa de sentido' desconhecido da grande parte da população carioca. Um dos motivos é a pulverização dos problemas sociais na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, o trabalho das lideranças comunitárias é fundamental quando, por exemplo, o Grupo Eco desenvolve uma pesquisa sobre a favela com uma instituição internacional. Da mesma forma, foi estratégico construir um projeto de extensão e pesquisa da Universidade Cândido Mendes, apresentando a memória do Entorno do Ecomuseu Nega Vilma. E, do ponto de vista de enfrentamento do paradigma econômico, o turismo comunitário de base, na empresa Brazilidade. Em nossa pesquisa, exemplos têm um valor prático, mas servem muito mais como símbolo de onde deverá haver possibilidade de equilibrar a 'tensão criativa de sentido' para o benefício dos moradores, a saber, na articulação inteligente e estratégica da comunidade local; por isso o paradigma da 'sustentabilidade transdisciplinar-Inteira'. Os testemunhos dessas lideranças também revelam que existem os jogos de interesses dentro da própria comunidade, fato que

enfraquece a articulação inteligente e estratégica para inserir o debate sobre a remoção em todas as situações externas e internas que têm a ver com a dimensão do território e dos patrimônios material e imaterial.

Nesse capítulo, fica mais evidente por que chamamos nosso referencial teórico de 'sustentabilidade transdisciplinar-Inteira'. Outro problema que essa 'tensão criativa de sentido' revela é o risco de acontecer o apagamento da memória com o desenvolvimento econômico e urbano. Devemos recordar que esse o mesmo problema que atualmente divide os dois principais modelos de desenvolvimento socioambiental do mundo, como observamos na Rio+20, em junho de 2012. O dilema da remoção ou do desenvolvimento no Pico do Santa Marta, representado pelas obras de urbanização é outra faceta do mesmo problema que o mundo vivencia com a extinção acelerada da biodiversidade, grau elevado de poluição nas grandes metrópoles, programas de austeridade em países como Grécia, Espanha e Portugal e o problema da fome em vários países do mundo. Portanto, o trabalho dessas lideranças na comunidade local tem um papel simbólico e prático de oferecer um caminho que deveria atingir o paradigma de desenvolvimento econômico e socioambiental do mundo no século XXI: o lugar prioritário da comunidade local.

CONCLUSÃO

Quando nos reportamos à hermenêutica presente na 'definição evolutiva de sociomuseologia' conforme propôs Mário Moutinho, podemos concluir dizendo que a 'sustentabilidade transdisciplinar-inteira (STI)' é outra forma de se referir à sociomuseologia. A razão para isso está no fato de que os princípios elementares para repensarmos o paradigma de atuação da Museologia na sociedade contemporânea podem ser vistos nessa 'tensão criativa de sentido' que pontuamos. À guisa de exemplo, basta apenas citar algumas propostas da 'definição evolutiva de sociomuseologia' para constarmos que a forma como aproximamos as diferentes áreas do conhecimento implica, implícita e explicitamente, a Sociomuseologia: diálogo com a realidade contemporânea, participação do museu na realidade local, articulação com áreas do conhecimento (na tese, articulamos História Oral, Memória, Ecomuseologia e Nova Museologia), a urbanização implica o planejamento e a articulação da museologia com outras áreas do conhecimento; nesse aspecto, a 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' implica a multidisciplinaridade: a 'tensão criativa de sentido' é uma proposta hermenêutica que pode ser aplicada em todos os campos do saber. Aqui, a Museologia é ponto de partida. A urbanização, analisada a partir da remoção, levanta o problema da inclusão, da equidade e do direito à memória. De certa forma, estamos no coração da sociomuseologia. Quando a sociomuseologia aceita a interdisciplinaridade como foco e se abre para áreas do conhecimento já consolidadas, ela toma a sociedade contemporânea como lugar de fazer, refazer e revisar o seu 'status quaestionis'.

Neste sentido, compreender a 'sustentabilidade transdisciplinar-inteira (STI)' como Sociomuseologia significa debater a sociedade inteira em âmbitos que o conceito 'Museologia' ou 'Sociomuseologia' não são compreendidos e, por vezes, não são convidados às mesas que planejam e constroem as cidades. Se na Europa os problemas são imensos, na América Latina muito mais. Se a modernidade enfrentou o desafio da especificidade, a contemporaneidade tem o dilema da transdisciplinaridade. Mais do que o nome ou o título, será mais importante o significado, a semiótica e a hermenêutica. Isso é o que possibilita enxergar a proposta da Sociomuseologia transcendendo os campos da Museologia e atingindo, por um lado, a construção do conhecimento, e por outro, provocando as organizações canonizadas de sociedade. Por exemplo, embora o museu tenha características específicas, pelo viés da Sociomuseologia, a reflexão teórica fornece uma hermenêutica da realidade que serviria para escolas, universidades, empresas sociais, associações, ONGs e grupos menores que desejem estabelecer uma relação diferenciada, crítica e participativa com seu entorno. A complexidade da urbanização/remoção no Santa Marta revelou as dificuldades de apenas uma instituição local isolada conseguir interferir de forma relevante no processo equitativo e justo de organização da cidade. Neste aspecto, encarar a

'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira (STI)' como Sociomuseologia é uma provocação tanto para Museologia quanto para áreas do conhecimento que planejam e executam os programas de desenvolvimento das cidades. Há situações que, falar de 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' já pressupõe os princípios basilares da Sociomuseologia, ainda que o nome 'Sociomuseologia' não seja citado explicitamente como concluímos no todo de nossa pesquisa. Muito mais do que conteúdos que possam ser aplicados em qualquer contexto, a 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira', como Sociomuseologia, quer construir uma hermenêutica de aproximação da sociedade que é complexa, hierárquica, festiva, cosmogônica, caótica e conflituosa, isto é, lugar por excelência da 'tensão criativa de sentido (TeCS)'. Com essas considerações preambulares, podemos citar as conclusões das partes da pesquisa.

No início da pesquisa, nos propusemos a fazer a memória de famílias que seriam removidas de suas casas no Pico do Santa Marta, bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, e seriam realocadas para os apartamentos que estavam sendo construídos na parte mais baixa da favela. Ao realizarmos esse trabalho de memória com as famílias selecionadas, buscaríamos também as razões que o governo do Estado do Rio de Janeiro dava para realizar a realocação ou remoção, conforme falam os moradores. O interesse da pesquisa se dava porque existia forte resistência de grande parte dos moradores para deixarem suas moradias e porque, pelos primeiros diagnósticos, não havia nenhum trabalho de preservação da memória dessas famílias e dos patrimônios material, imaterial e cultural do local por parte do governo. Outro agravante estava no fato de que o Ecomuseu Nega Vilma também fazia parte da área delimitada para ser removida. As famílias alegavam vários motivos para não saírem; quase todos estavam ligados à preservação da memória familiar, o significado simbólico e afetivo do território, a relação de convivência com os vizinhos, a injustiça do governo em não atender as reivindicações dos moradores e a especulação imobiliária presente na cidade. Basta chegar na quinta estação do plano inclinado da favela, que já é possível visualizar as casas decoradas com faixas e frases de resistência contra a remoção. Da parte do governo do Estado do Rio de Janeiro, o principal argumento para retirar os moradores e realocá-los nos apartamentos era que o local delimitado se tratava de uma área de risco: o governo precisa cuidar da integridade física dos moradores. Assim, inicialmente, tínhamos esse quadro para investigar e descrever, a partir da Ecomuseologia e da Sociomuseologia, qual seria o papel de um Ecomuseu diante dessa situação. Esse era o nosso problema inicial.

Contudo, já no início da pesquisa, quando começamos a dialogar sobre esse assunto com vários moradores, juntando certo conhecimento prévio da situação, percebemos que o problema era bem mais complexo e isso interferiria na metodologia que pensávamos adotar. Com isso, concluímos que não adiantava seguir o modelo clássico de ouvir as duas partes

envolvidas no processo, a saber, moradores e governo, e, em seguida, trazer o resultado sobre quem tinha razão. Na construção do 'Status Quaestionis' sobre o estudo do tema em várias outras favelas do Rio Janeiro, a metodologia de apenas comparar os argumentos só aumentaria o estigma de cidade partida que temos no Rio de Janeiro e reforçaria o abandono histórico da favela pelo poder público. Isso já é um conhecimento notório nos estudos de sociologia da cidade e na história das favelas cariocas. Precisávamos encontrar outro caminho mais eficaz para lançar luz a um problema que percebemos interferir diretamente na identidade da favela e na forma como as gerações futuras contariam as memórias da comunidade. O morro de Santa Marta começou por cima há setenta anos, segundo narram os moradores. Retirar o Pico sem trabalho de memória poderia ser a decapitação de parte da história. Essa simples problematização já implica o direito à memória e as diferenças entre Ecomuseologia no Brasil e na Europa, conforme discutimos nas abordagens de Georges Rivière e Hugues de Varine.

Do lado do governo, encontramos uma reunião paradigmática de janeiro de 2012, onde o Vice-Governador Luiz Fernando Pezão e sua equipe vão à comunidade e dialogam com os moradores sobre a urbanização. Ainda que os resultados não fossem o que os moradores desejavam, interpretamos esse ato como mínima possibilidade de inserir esse problema dentro de outro paradigma de cidade e da relação entre governo e favela, uma vez que, na história de não ouvir e nem dialogar com a favela, esse movimento ganha símbolo importante. Nesse sentido, o movimento do Vice-Governador e seus representantes de irem à favela e se reunirem com os moradores recebe valor simbólico significativo na metodologia que escolhemos para abordar o problema e buscar o referencial teórico para analisá-lo: 'tensão criativa de sentido' em 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.

Portanto, como o motivo para retirar os moradores já estava dado pelo governo, área de risco, alargamos as perguntas para investigarmos o problema de forma sistêmica e menos linear, pela 'tensão', a saber, o que as famílias que estão nas áreas de possível remoção pensam sobre esse processo? As histórias dessas pessoas são consideradas nesse processo de remoção? Que relação essas pessoas estabeleceram com o local onde moram? Que tipo de convivência desenvolveram ao longo dos anos? Qual o lugar da memória e dos patrimônios material, imaterial e cultural no processo de remoção? Onde essas famílias residiam antes de chegarem ao morro Santa Marta? Qual seria o papel de um ecomuseu já que, no local, existia o Ecomuseu Nega Vilma? Ainda que fosse o zelo pela vida – área de risco –, a remoção seria também a morte da vida com o apagamento da memória e da história? Existe um trabalho de preservação da memória através de objetos, histórias e manutenção de alguns lugares simbólicos por parte do governo, a fim de que as famílias tenham a história do local

preservada? Todas essas perguntas tem relação direta com a construção crítica e multifocal da realidade local que será o 'locus' da Sociomuseologia e o lugar de intervenção do museu ou de ecomuseu.

Com pouco tempo de contato com os testemunhos dos moradores e com o histórico do problema da remoção, através dos documentos das reuniões guardados nas instituições locais, percebemos que, para sair do modelo clássico de abordar o problema, era necessário um referencial teórico mais amplo, inteiro, coletivo e sistêmico. Aos poucos, a pesquisa revelava que o tema da remoção tinha condicionamentos históricos que transcendiam a organização social da favela e se inseria no programa de expansão e desenvolvimento da cidade com todas as vicissitudes e mazelas. O fato de não focarmos a pesquisa prioritariamente sobre a questão de quem tem ou não razão, mas trabalharmos as consequências da remoção para a vida do morador e para identidade local na relação com o global da cidade, possibilitou construir diálogos que remetiam ao todo do problema, aos significados do local, da casa e da favela dentro do desenvolvimento da cidade e da relação estabelecida com o governo. Dessa forma, a historiografia do problema, coletado através dos testemunhos das lideranças comunitárias e da paradigmática reunião do dia 17 de Janeiro de 2012 com o Vice-Governador, revelava que o dilema da remoção estava dentro de um campo maior de compreensão que agregava os conceitos de território, memória, identidade, cidade, desenvolvimento e urbanização. Todos esses fatores estavam presentes na organização social da cidade do Rio de Janeiro e na forma como o Estado se relaciona com os moradores da comunidade local para implementar seu projeto de urbanização como sinônimo de desenvolvimento. Assim, logo percebemos que se seguissemos nossa intuição, teríamos que abandonar de vez a metodologia clássica de pesquisa que está preocupada com resultados objetivos, por isso, fica focada em levantar os argumentos do X e Y e no final apresentar o XY.

Aos poucos, tínhamos convicção de que estávamos diante de uma situação local que poderia fornecer elementos para compreender o paradigma de sociedade e de conhecimento da sociedade contemporânea. Como nosso olhar inicial era o papel do Ecomuseu, os temas da Sociomuseologia eram sempre visitados. Assim, as primeiras conclusões mostravam que a compreensão sobre o significado de território, memória, identidade, cidade, desenvolvimento e urbanização para os moradores e das lideranças comunitárias entrevistados era uma e para o Estado é outra bem diferente. Ambos usavam palavras semelhantes, mas o local de onde falavam, sentiam e viviam era bem diferente, portanto, nossa metodologia possibilitava enxergar muito mais essa 'tensão' do que a solução. Por isso, a tese tem certo ineditismo e, ao mesmo tempo uma contribuição, a saber, a construção de um referencial teórico que se aproxima de forma dialogal dessa situação concreta da realidade

local. Por causa disso, gastamos um longo período sistematizando os pontos de 'tensão' em áreas do conhecimento que poderiam dialogar com esse problema local que entrelaçava entendimentos antagônicos sobre território, memória, identidade, cidade, desenvolvimento e urbanização. Esse aspecto é o que mais se aproxima da natureza multidisciplinar da sociomuseologia, conforme pontua Mário Moutinho. Assim, pela metodologia que possibilitou captar a 'tensão criativa de sentido', aproximamos áreas que há anos pesquisávamos de forma isolada, a saber, História Oral, Memória, Nova Museologia e Ecomuseologia. Esse trabalho pode contribuir para futuras pesquisas que buscam explicitar melhor a epistemologia da Sociomuseologia e da Museologia Social. Essa aproximação de diferentes áreas do saber permitiu fundamentar o referencial teórico que chamamos de 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia. Os principais elementos nessas áreas que questionavam o paradigma antigo da modernidade, a partir de contextos específicos, eram, tipologicamente, os mesmos que percebíamos na 'tensão criativa de sentido' entre moradores e governo sobre como deveria ser a intervenção urbanística no território e, portanto, o significado da memória local, da identidade da região, da equidade na cidade e do desenvolvimento justo. A 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira (STI)' é a sustentação dessa 'tensão criativa de sentido'. Esse referencial teórico possibilitou manter a tensão entre as duas interpretações sobre a urbanização no Santa Marta e transformar essa relação numa memória da urbanização na favela. Os símbolos da hermenêutica da sustentabilidade ou da Museologia Social descritos na primeira parte estão todos presentes nesse jogo entre a preservação da identidade local com promoção da saúde integral dos moradores e os interesses do governo expressos através de um projeto de urbanização construído de fora para dentro, que reflete os traços da antiga urbanização in-sustentável presente na cidade. Quase tudo que destacamos sobre o 'direito à memória' se aplica na 'tensão criativa de sentido' desse relacionamento.

Neste sentido, a pesquisa dá uma contribuição ao campo específico das teorias da Sociomuseologia e da Sustentabilidade, ao dialogar com o paradigma de conhecimento especializado da modernidade, na vertente que separa as áreas do conhecimento sem interfaces dialogais para transformar a realidade. Ao fazer essa crítica, oferecemos uma teoria transdisciplinar para dialogar com o conceito de desenvolvimento das cidades que, tanto no Rio de Janeiro como em vários lugares do mundo, é interpretado pela força do econômico e da especulação do mercado, estando sobre todas as outras dimensões culturais, antropológicas e socioambientais. Pelo viés hermenêutico, não é necessário citar a Sociomuseologia, pois, está implícita o tempo todo na discussão. Nessa contribuição, indicamos um método, a saber, o caminho sobre como se dão as transições do conhecimento nas áreas escolhidas na pesquisa para interpretar nosso objeto. Esse trabalho está aberto

porque apenas apontamos caminhos, mas ele pode ser estendido para outras grandes áreas do conhecimento, quase todas vivenciam a 'tensão criativa de sentido' entre modelos oriundos da modernidade e as demandas da contemporaneidade. Sob essa base que sistematizamos a teoria da 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia. Ela significa o destaque da 'tensão criativa de sentido' nas áreas de conhecimento citadas. Contudo, essa tensão está presente nos interesses entre o local e global, que revela as injustiças e idiosincrasias da urbanização na favela de Santa Marta. O que observamos na relação entre a favela e a cidade, representada pelos interesses do governo, é a tensão que está presente no conceito de desenvolvimento mundial, como se viu na Rio+20. Essa tensão também está na formação do conhecimento contemporâneo e, em particular, em cursos e áreas correlatas à Museologia que citamos: História, Escola dos Annales e Maurice Halbwachs; Memória, Elizabeth Loftus e o 'direito à memória'; Museologia, Georges Riviere e Hugues de Varine (base histórica) e Mário Moutinho com Sociomuseologia e Mário Chagas com a Museologia Social e todas as declarações que citamos, a saber, Mesa-redonda de Santiago (1972), Quebec (1984) e Rio (2013). Por esse viés e a introdução que fizemos sobre como compreendemos a transdisciplinaridade e sustentabilidade, a 'Sustentabilidade Transdisciplinar ou Inteira (STI)' está sempre em construção, porque é uma hermenêutica de abarcar a realidade pelo conflito, o movimento e a mudança, isto é, abarca os pontos de tensão entre individual e coletivo, interno e externo presente em qualquer segmento ou transição de época, com objetivo de preservar a integralidade da vida inteira que transcende a dimensão econômica, embora não prescindida dela. Assim, tipologicamente, constatamos que a crise e a tensão em torno dos significados do território que acontecia no Santa Marta se dava no campo macro da organização das sociedades contemporâneas. Essa hermenêutica pode ser estendida para outras áreas da ciência. Nosso objetivo era utilizar mais dois exemplos em nosso referencial teórico, a saber, como essa 'tensão criativa de sentido' se dava também na área da Economia, com a ecossocioeconomia de Ignacy Sachs, e com outro modelo de gestão empresarial com o conceito de Empresa Social de Muhammad Yunus. Portanto, como apresentamos uma hermenêutica, concluímos que a 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' é uma teoria da prática e uma prática da teoria que se constrói no limite, na fronteira entre os símbolos telúricos da vida e da morte. Portanto, além de ser a história da nossa caminhada prático-acadêmica, a escolha da sustentabilidade é representação do nosso sofrimento para encontrar eco dialogal com os diferentes âmbitos e faixas etárias da sociedade onde atuamos no Rio de Janeiro e no Brasil.

Outra conclusão da pesquisa é o trabalho de mostrar como dois modelos de desenvolvimento – urbanização in-sustentável – presentes na história da cidade do Rio de Janeiro no século XX têm traços fortes nesse início do século XXI. Isso pôde ser visto na

'tensão criativa de sentido' entre o projeto urbano do governo e o dos moradores da favela Santa Marta. A pesquisa deixa o legado sobre a memória do lugar que a favela ocupa na expansão urbanística e financeira da cidade. Quando o desenvolvimento econômico e a vida da Zona Sul precisavam de mão de obra para suprir as necessidades emergenciais da cidade e das famílias do bairro, o morro se tornou uma moradia aceita dentro da cidade, mesmo convivendo as constantes remoções. Quando esses moradores não são mais necessários, o morro não é incluído no planejamento da cidade e passa a poluir o designer como observamos nas políticas de remoção na história do Rio de Janeiro. A pesquisa cumpriu o objetivo de ser um registro da interpretação dos moradores que, por vários anos e décadas nesses lugares, construíram suas histórias, amores e novelas; tiveram filhos e filhas, perderam maridos e reinventaram a vida. O abandono forjou resiliência, cultura e heranças culturais. Muitos sofreram, construíram costumes, identidades e famílias. Os testemunhos dos moradores entrevistados e das lideranças já tem um valor próprio como legado de memória da favela do Santa Marta para pesquisas futuras.

A pesquisa realçou um problema que não é apenas da favela do Santa Marta, isto é, a pulverização dos diversos dilemas sociais presentes na cidade do Rio de Janeiro torna problemas sérios invisíveis para os lugares de formação de poder. Nesse sentido, só o fato de revelar a 'tensão criativa de sentido' presente na urbanização de uma favela possibilita que cada universidade seja inserida nessa rota, onde os conflitos da realidade local podem oferecer teorias e práticas para intervir na realidade global de uma sociedade em redes. Nesse sentido, a pesquisa dá uma contribuição específica à Sociomuseologia, na medida em que ela se vincula à Mesa-Redonda de Santiago do Chile. Enfrentar a organização da sociedade a partir da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável foi a realidade da sociedade que provocou a construção do conceito de Museu Integral e outras propostas que nasceriam a partir dessa hermenêutica. Porém, passadas quatro décadas, talvez seja importante perguntar qual instrumental ajuda a compreender e intervir na sociedade atual. Ou se não é necessário discutir a hermenêutica da Mesa-redonda de Santiago, mais dos que os conteúdos que estão circunscritos aos dilemas daquela época. Sendo assim, tanto a 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' quanto as questões levantadas pelo estudo do desenvolvimento urbano e suas implicações no território da favela e na vida dos moradores da favela são intrinsecamente questões da Museologia ou da Sociomuseologia. Igualmente, a pesquisa contribui para o aperfeiçoar o papel não apenas de um museu chamado de tradicional, mas de um ecomuseu que está dentro da favela. Nesse aspecto, tem-se uma contribuição importante para pensar o papel dos ecomuseus e dos museus ditos de periferia e comunitários: os lugares onde representam modelos semelhantes ao do Santa Marta, o papel do Ecomuseu deveria ser muito mais como articulador junto às outras instituições para implementar a

promoção da saúde integral, compreendido como fator preponderante do desenvolvimento. Neste quesito, fica evidente a forma de Georges Rivière compreender Ecomuseu e Hugues de Varine, é possível também perceber que há diferenças conceituais e metodológicas entre a sociomuseologia de Mário Moutinho e a Museologia de Mário Chagas, trabalho que adoraria produzir em forma de documentário narrativo. Mesmo na Nova Museologia, já é possível perceber a 'tensão criativa de sentido' que realça os lugares a partir dos quais os pesquisadores constroem suas propostas.

A partir de outro prisma, a pesquisa também é importante para que, não apenas o governo, mas a sociedade e os empresários percebam que o desenvolvimento urbano sustentável exige a inserção de outros valores para além do valor econômico do solo. Os testemunhos dos moradores e das lideranças revelam valores necessários não apenas à dinâmica de vida da favela, mas também de uma sociedade do século XXI, na qual todo desenvolvimento deveria estar a serviço da promoção da saúde da comunidade local, onde está a biodiversidade e as riquezas humanas e ecológicas imensuráveis numa economia focada estritamente no capital financeiro e no lucro quantitativo e tangente. Sendo assim, a pesquisa possibilita colocar, do ponto de vista hermenêutico, os princípios metodológicos para se construir uma abordagem transdisciplinar e inteiro do desenvolvimento urbano. Essa proposta seria marcada pela relação dialética entre teoria e prática e a busca de acessar a 'tensão criativa de sentido' presente na relação conflituosa entre interesses globais e locais. Pela natureza e origem do conceito de sustentabilidade, 'Nachhaltigkeit', essa teoria denominamos que como 'Sustentabilidade Transdisciplinar' ou 'Sustentabilidade Inteira' pode ser estendida e aplicada em diferentes situações. Nessa pesquisa, ela tem como ponto de partida o campo da Museologia ou da Nova Museologia ou da Sociomuseologia.

Portanto, especificamente, sobre as perguntas que fizemos no início do trabalho, a pesquisa conclui que:

A) A remoção dos moradores é parte do projeto de urbanização da favela Santa Marta. Urbanização e remoção são inseparáveis e são parte de um mesmo projeto de desenvolvimento da cidade que passou a incluir a favela.

Na reunião paradigmática do dia 17 de Janeiro de 2012, foi possível perceber que o laudo de risco da Geo-Rio é a sustentação do governo para manter a remoção dos moradores. Sobre esse assunto, não há discussão para o governo. Esse fato coloca em xeque a transparência e a lisura do processo de urbanização. Itamar Silva, presidente do Grupo Eco, que, no passado, foi presidente da Associação de Moradores, explica que houve uma mudança no projeto original de urbanização por parte do governo. Segundo Itamar Silva, no primeiro projeto, construído e discutido com a comunidade, as casas do Pico do Santa Marta seriam preservadas. O governo não conseguiu explicar por que mudou o projeto. Apenas deu

duas respostas: uma, que não se podem manter construções numa área de risco, sustentando-se no laudo da Geo-Rio²⁶⁷; segunda, que se o custo para melhorar o local for grande, o governo optaria pela remoção. Mas em momento algum revelou os custos para comunidade. Apenas os valores liberados para fazer os apartamentos. Essa opção já demonstra a leitura que o governo tem sobre as heranças culturais e a identidade da favela, já que, parte da favela, começou pela área mais alta e isso é exposto em todas as reuniões que catalogamos. Essa postura também remonta traços fundantes do modelo de urbanização in-sustentável presente na história do desenvolvimento da cidade. Mas o grande problema é que, se houvesse interesse em rever o programa do governo, tudo deveria ser discutido antes de aprovar a construção dos apartamentos, pois, como aconteceu em outras comunidades no Rio de Janeiro e recentemente na comunidade do Metrô-Mangueira, quando fica pronto o local para onde os moradores serão removidos, a resistência é desarticulada porque a polícia entra para realizar o mandado de desapropriação.

O governo não conseguiu explicar os questionamentos das lideranças quanto ao fato de que, se área é de risco, não faz sentido apresentar um projeto de urbanização no qual inclui a construção de um centro social com um prédio de cinco andares próximo à quinta estação do plano inclinado. O projeto torna-se ambíguo porque a maior parte das casas marcadas para serem removidas fica próxima à quinta estação. Sendo assim, conforme destacaram as lideranças, se área é de risco, serão necessárias obras para que o centro social não fique no caminho de possíveis deslizamentos. Como bem sinalizaram todas as lideranças comunitárias entrevistadas, de qualquer forma, o governo terá que fazer obras de contenção, com ou sem os moradores do Pico. Isso porque, se a preocupação é o risco de vidas, na parte alta, os moradores serão removidos, mas ficará o resto da favela logo embaixo. Aqui, entra outra 'tensão' entre os interesses internos e externos no processo de urbanização na favela, a saber, percebendo essas condições íngremes da favela, nos últimos trinta anos, os governos anteriores já tinham realizado grandes obras que minimizavam o risco das construções feitas nessas condições, tornando sempre o local habitável. Portanto, o processo para deixar que a parte alta fosse uma área de risco já estava sendo realizado em obras de urbanização do passado recente. Portanto, é percebido pelas lideranças locais que o argumento do governo de que a área é de risco pode ser uma forma de legalizar a remoção das famílias dessa parte mais alta e mais valorizada financeiramente da favela. Por isso, quase todos os entrevistados suspeitam da pressão de empresários para retirar essas famílias, em função da especulação imobiliária presente em todas as favelas onde foram

²⁶⁷ Entramos em contato com a Geo-Rio e falamos com o senhor Luís Otávio. Ele solicitou que enviássemos um e-mail para marcar o diálogo. No entanto, não recebemos nenhuma resposta. Para reafirmar a posição quanto ao laudo, em nota, a fundação Geo-Rio informou para o Jornal da emissora de TV Bandeirantes que "não há como, tecnicamente, executar obras no Pico do Santa Marta sem retirar as casas." (TV Bandeirantes, 2012)

implantadas as Unidades de Polícia Pacificadora, UPPs. Embora não se possa provar a hipótese, porque o processo ainda está em andamento, as coincidências para que ela seja verdadeira são várias. Por isso, a importância de revelar e sustentar a 'tensão criativa de sentido' presente nos argumentos das partes interessadas, a saber, moradores e governo, sem pressa de chegar a síntese simples. Ao mesmo tempo, ao registrar os testemunhos orais dos moradores e do governo, a pesquisa apresentou um trabalho de memória sobre o processo de urbanização na favela e suas implicações para a identidade local e da identidade da cidade e os conceitos de equidade, justiça, gênero e patrimônio que está vigente na favela e nos centros de poder da cidade carioca.

B) O Significado de urbanização para a favela é bem diferente do significado para o governo.

Na verdade, temos no Santa Marta, a tensão entre dois projetos antagônicos de urbanização da cidade no passado e no presente. O programa do governo mantém traços fundamentais da urbanização in-sustentável das reformas de Pereira Passos, no início do século XX, e da política de remoção das favelas, das décadas de 60 e 70, do governador Carlos Lacerda. O modelo de urbanização dos moradores está focado na participação, no direito à memória, no direito à cidade e no trabalho de conscientização que há anos vem sendo realizado na favela do Santa Marta pelas lideranças locais. Esse é um ponto alto que agrava a 'tensão criativa de sentido', já que o governo, pelo modelo de gestão não participativa, imprime seu projeto de urbanização na favela. Porém, os moradores, segundo os testemunhos, têm consciência dos processos de urbanização insustentável do passado. Conseguem nomear as injustiças, estão articulados e sabem quando seus direitos são vilipendiados. Alguns entrevistados comentam casos de outras favelas que foram consideradas áreas de risco e, alguns anos após a remoção, foram erguidas construções de luxo no local. Por isso, quase todos os moradores que tiveram suas casas marcadas não concordam com a postura do governo. Os argumentos de discordância dos moradores são variados, porém, eles podem qualificados como injustiça e perda da solidariedade que existe na vida no Pico, na tranquilidade, na relação afetiva com o local e com a casa. Neste sentido, se analisarmos pelas respostas do governo dadas às reivindicações e pela forma como os moradores são convidados e forçados a deixarem suas residências, pode-se dizer que o projeto de desenvolvimento urbano do governo para o Santa Marta desconsidera o 'direito à memória', o surgimento da favela, a identidade do local, a história dos moradores e a participação comunitária na construção e execução da urbanização no morro. Portanto, as principais questões que envolvem a aplicação prática e teórica da sociomuseologia estão implicadas nesses tópicos. Do ponto de vista da sustentabilidade, o contexto do Brasil ainda é um campo novo que começa a ter visibilidade. Por isso, torna-se imprescindível utilizar os

referenciais da Nova Museologia para levar ao debate temas que não são considerados no desenvolvimento urbano. Ou quando são, estão submetidos à lógica econômica ou à força do marketing. Neste sentido, a teoria da 'sustentabilidade transdisciplinar-inteira' é fundamental para debater, no Rio de Janeiro, as cidades que são coerentemente sustentáveis.

D) Do ponto de vista da 'tensão criativa de sentido', o contra laudo e a união dos moradores em torno do problema da remoção é uma forte expressão do lugar que a favela ocupa na cidade, no que se refere ao 'direito à memória'. Por mais que o governo não tenha atendido as reivindicações dos moradores, essa articulação acena para caminhos que tendem a equilibrar essa relação entre a comunidade local e o governo. Pelo histórico do projeto de urbanização e desenvolvimento da cidade no Rio de Janeiro, a favela era estigmatizada como local inóspito e sujo, o que seria um dos motivos para tentar eliminá-la nos governos de Pereira Passos e Carlos Lacerda. Analisando pelos testemunhos das lideranças locais, dos moradores entrevistados e pelas respostas do governo, é possível dizer que traços desse modelo de 'desenvolvimento urbano insustentável e exclusivo' estão fortemente presentes na forma como o governo conduz atualmente o processo de urbanização na favela do Santa Marta. Na fala, urbanização está ligado ao desenvolvimento. E aqui está a complexidade e ambiguidade dessa palavra, inclusive quando muitos interpretam os museus e ecomuseu como promotores do desenvolvimento local. Por isso, defendemos que, mais do que utilizar essa palavra eivada de significados contraditórios, a crise fundante das relações sobre a qual a sustentabilidade lança luz no século XXI, pede outra forma de promoção da local. Esse é um dos motivos de construir uma hermenêutica que forneça aos envolvidos no processo a possibilidade de visualizar a 'tensão criativa de sentido' e, assim, perceba seu lugar e o lugar do outro na cadeia sistêmica dos jogos de interesse. Nessa relação, não há ingênuos, mesmo aquele que supostamente é o mais vitimizado com o processo. O caso da urbanização/remoção no Santa Marta é um exemplo dessas contradições que remontam perguntas épicas e crises antropológicas expostas em personagens construídos por grandes autores como Agostinho, mestre Eckart, T. Hobbes, Dostoiévski, os diários de Sônia e Sasha sobre a vida ambígua do gênio Leon Tolstói, o mito de Sísifo de Albert Camus, a pergunta pela alteridade diante dos horrores do nazismo feita pelo filósofo francês Emmanuel Levinàs ou a ingenuidade das descobertas dos prazeres da puberdade experimentada Anne Frank nas condições mais insalubres para sobreviver os mistérios do amor. Todas essas questões profundas da humanidade estão tangenciadas naquela inóspita área com barracos informes, prontos para caírem. São esses conflitos entre o bem e o mal também expostos por Machado de Assis, João Guimarães Rosa ou Adélia Prado. O morro, com suas perguntas, virou o mundo ao reverberar a 'tensão criativa' em busca de sentido. Talvez, por isso, o nível de articulação comunitária, representado pela elaboração do contra laudo, também demonstra

um tipo de articulação que, na favela, nasce da crise, do caos, do abandono histórico e se transforma em resiliência no advento do 'direito à memória'. Nesse sentido, não está descartada a possibilidade de termos problemas graves nessa relação entre comunidade e governo no futuro: memória é poder. Os testemunhos revelam que o direito à memória na favela faz parte de um fortalecimento da identidade dos moradores que aprendem a se articular para exigirem seus direitos fundamentais. Como mostramos, a articulação alcança outros grupos da cidade e do país que vivem as mesmas situações.

E) Do ponto de vista conceitual, isto é, a definição de desenvolvimento urbano do governo que é possível captar mediante a 'tensão' com os interesses locais, o conceito de urbanização está focado estritamente no paradigma de enxergar o desenvolvimento como realização de obras e projetos construídos de fora para dentro. Quando acontece a mudança num projeto que já tinha sido debatido com a comunidade por outro governo, isso expressa uma postura agravante da tensão. Os testemunhos revelam que, na urbanização, em nenhum momento o governo considera a história e a memória dos moradores que viveram na área que está mapeada para ser removida. Todos os entrevistados deixam transparecer o descaso com a história de onde começou a favela. Ainda porque há moradores com quase cinquenta anos de vivência no local, caso do Sr. Manuel Isidoro que entrevistamos. Portanto, esse paradigma de desenvolvimento urbano é ambíguo, pois o argumento para retirar os moradores é o risco de vida, mas a forma de conduzir o processo também atenta contra a vida, quando desconsidera a história dos moradores e os patrimônios cultural, material e imaterial da região. A ambiguidade também está presente quando se analisam as condições de vida que o morador terá no apartamento. Pessoas acostumadas com a liberdade e a solidariedade da vida no Pico não são preparadas emocionalmente para se mudarem para um apartamento de 36 ou 40 metros quadrados. Por esse motivo, as lideranças comunitárias questionam a razão principal do governo para realizar a remoção, a saber, de que área oferece risco de vida, conforme pronunciou a fundação Geo-Rio.

F) Traços da Urbanização In-sustentável. O modelo de urbanização focado estritamente nas obras de melhorias não contempla a complexidade, a transdisciplinaridade do território e as riquezas da comunidade local. Com a sustentabilidade transdisciplinar-inteira, o projeto conteria formas de medir os resultados da urbanização para a vida integral dos moradores do local. Pelos testemunhos, isso não aconteceu, pois o governo não implementou formas de minimizar e avaliar, de maneira transdisciplinar, os impactos das mudanças na vida cotidiana daqueles que, supostamente, a urbanização viria para melhorar a qualidade de vida. Se isso tivesse ocorrido, na reunião de 17 de janeiro de 2012, onde já se tinham resultados concretos da primeira fase da urbanização, o governo poderia ter rediscutido o projeto, considerando as diversas reivindicações que foram apresentadas pelos

moradores. Porém, a reunião se tornou uma cerimônia para o governo inaugurar o início das obras e o projeto já predefinido. Na medida em que se construiu o plano inclinado, em que algumas ruas foram pavimentadas, em que se colocou internet gratuita em áreas da favela, e ofereceu-se segurança policial 24 horas, automaticamente houve a valorização do solo, cresceu a especulação imobiliária e vários moradores venderam suas casas para estrangeiros ou para famílias de classe média. Aqueles que ainda não negociaram seus imóveis, convivem diariamente com a sedução de empresários ou de pessoas que, por causa das intervenções urbanísticas, agora veem a oportunidade de morar na Zona Sul, mesmo que seja dentro de uma favela. Por esses resultados colaterais das obras realizadas na favela, ainda que de forma implícita e indireta, o fato de a urbanização no Santa Marta desconsiderar aspectos integrais e transdisciplinares do significado do território para o morador, e na valorização econômica do solo na cidade, a urbanização tem consequências semelhantes aos resultados do desenvolvimento urbano insustentável do início e da segunda metade do século XX. Como foi apresentado, nessas urbanizações, as pessoas pobres eram expulsas das áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro e realocadas na baixada e Zona Oeste da cidade. O exemplo continua sendo o famoso caso da Praia do Pinto. Por isso, apenas o fato de registrar essa 'tensão criativa de sentido', presente no processo de urbanização no Santa Marta, serve como trabalho imprescindível para narrar a memória de expansão da cidade do Rio de Janeiro e buscar a equidade no futuro. Esse aspecto já seria imprescindível para a sociomuseologia ou a Museologia Social.

G) Sinais de uma mudança na postura do governo. Numa outra perspectiva, a pesquisa revela pontos positivos da ação do governo, se analisarmos pela hermenêutica da 'tensão criativa de sentido'. A presença do governo na favela é um elemento simbólico que revela uma mudança importante no significado que a comunidade ocupou na composição da cidade após a redemocratização do país e a conquista de direitos. Nesse aspecto, a transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade é condição 'sine qua non' não apenas para Sociomuseologia como também para todos os segmentos acadêmicos. Muito desse novo olhar para comunidade está ligado à articulação na favela pelo direito à memória e uma combinação de contextos, 'Zeitgeist', conforme pontuamos. Por isso, entendemos que, em função da história de governos absolutistas e da invisibilidade da favela nos direitos à cidade, a sustentação dessa 'tensão criativa de sentido' atualmente possibilita que moradores e lideranças comunitárias reconheçam as mazelas do sistema social dentro e fora da favela e, ao mesmo tempo, o governo pode ser forçado a estabelecer outra forma de relação com os moradores locais e dos bairros. Nas articulações dentro da comunidade, é possível construir uma visão antropológica muito aprofundada sobre o que é o ser humano, com suas virtudes e eternas mazelas egoístas. Isso também é importante porque possibilita desmistificar o lugar

do pobre e retirá-lo da constante condição de vítima que precisa ser ajudado ou 'empoderado' por quem vem de fora. Por isso, a 'tensão criativa de sentido' revela os interesses que existem também nas relações internas da favela e na relação entre a proposta dos moradores e a do governo. A sustentação e exposição da 'tensão criativa de sentido' pode ser uma forma pública de pressionar o governo a reconhecer e interagir com os canais de participação comunitária presentes nas favelas e, com isso, construir um projeto de desenvolvimento urbano que inclui outros fatores que estão para além da remoção de casas em áreas de risco, embora isso seja também possível quando esgotadas todas as possibilidades para que o morador permaneça onde construiu sua história. Nesse aspecto, pelos testemunhos dos moradores, a 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' poderia ser uma das ferramentas teóricas para discutir um projeto participativo na urbanização de comunidades no Rio de Janeiro. Além de sustentar a 'tensão criativa de sentido', a teoria considera elementos centrais ligados ao significado amplo que o território possui para a realidade local de uma favela e que, segundo os testemunhos, são completamente ignorados pelo governo na execução da urbanização. Como se vê, a base teórica é da Nova Museologia, porém, na prática, serão necessários muitos anos de trabalho para mostrar que tudo o que falamos não restringe à Museologia, embora parta dela. A hiperespecialização do conhecimento ainda faz com que gestores, empresários, acadêmicos e diferentes instituições se distanciem de uma proposta apenas pelo peso histórico que o nome carrega. Além de elaborar conteúdos, a contemporaneidade lança o desafio de reconstruir conceitos e linguagens para alcançar determinados objetivos. Nesse aspecto, 'tensão criativa de sentido (TeCS)' e 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira (STI)' são tentativas com possibilidades e limitações.

H) O que pensam as famílias que aceitaram sair da área demarcada? É possível perceber que, mesmo as famílias que aceitaram a oferta do governo para se mudarem para os apartamentos, se existisse outra possibilidade, elas optariam em permanecer em suas casas. A maioria revela estabelecer um relacionamento diferenciado com o local, fato que, pela 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira', confere um significado simbólico e de sentido de vida ao território. Segundo a 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira', diferente de outros lugares na cidade do Rio de Janeiro, o morador do Pico do Santa Marta constrói e reconstrói sua subjetividade numa relação intensa com o barraco e o espaço externo, que é extensão de sua casa. Esse fato poderia explicar também a resistência em sair e ter a casa derrubada. Sobre esse tópico, é preciso considerar um aspecto pontuado por alguns moradores entrevistados e por todas as lideranças comunitárias que revela a suspeita de que o Pico do Santa Marta esteja sendo alvo da especulação imobiliária de grandes empresários. Esses empresários da área da construção civil podem estar pressionando o governo, uma vez que a parte alta do Pico do Santa Marta tem características comerciais privilegiadas. O Pico está

na Zona Sul, possui uma belíssima vista panorâmica da cidade, tem entrada independente do restante da favela através dos bairros de Botafogo e Laranjeiras, possui uma trilha de quarenta minutos a pé que leva ao famoso Mirante Dona Marta, tem uma Unidade de Polícia Pacificadora instalada na chegada da área e tem acesso confortável de carro. Ainda que não tenha sido possível analisar a suspeita dos moradores na pesquisa, uma fala recorrente deles torna-se emblemática: o governo não explicou por que mudou o projeto antigo que mantinha o Pico do Santa Marta. No projeto novo, seguiu-se uma sequência de fatos, a saber: em abril de 2009, instalou-se o Pouso (Programa de Orientação Urbanística e Social) no Santa Marta, e intensificou-se a fiscalização nas casas marcadas, a fim de que os moradores não construíssem e não fizessem nenhum tipo de reforma em suas casas. Há vários relatos de casas que foram derrubadas porque o morador fez uma modificação. Portanto, esse fato levanta uma suspeita grave de que o governo usa uma estratégia desumana, agressiva e legalizada pelo laudo de risco da Geo-Rio para forçar o morador a abandonar seu barraco. No momento em que o morador fica mais de cinco anos sem poder fazer nenhum tipo de reforma em seu barraco, que já é precário e alguns são de madeira, no final do processo de construção dos apartamentos, ele não tem opção: é obrigado a aceitar a oferta do governo porque sua casa não tem a mínima condição de ser habitada. Qualquer local numa favela que fica meses sem receber os serviços sociais básicos, com pouco tempo, a vivência se torna insalubre. Isso, por si só, acaba justificando a remoção pela análise daqueles que visitam a favela e não conhecem os meandros do processo de urbanização na 'tensão criativa de sentido'. Neste aspecto, ainda que não seja possível provar que a área está sendo preparada para empreendimentos imobiliários, porque o projeto do governo fala em reflorestamento, existe evidente violação da dignidade humana, dos direitos básicos de moradia e do direito à memória. É possível perceber que pelos resultados que esse processo trouxe para a vida das pessoas, conforme analisamos nos testemunhos, existe pouquíssimas diferenças nas remoções ocorridas no século passado, no modelo de urbanização in-sustentável.

G) As Famílias que resistem à remoção. Quanto aos relatos das famílias que resistem à remoção, além da desconfiança de que a área seja mesmo de risco, é possível perceber que o motivo principal está no significado simbólico e afetivo que o local ocupa na dinâmica de organização da vida pessoal e coletiva, isto é, a identidade. A maioria dos relatos realçam aspectos da convivência comunitária e da relação com a arqueologia da paisagem que praticamente não existem em grande escala na região da Zona Sul urbanizada da cidade do Rio de Janeiro. Vários testemunhos narram sobre a liberdade de criar os filhos, a relação diferenciada com os vizinhos, o conhecimento recíproco dos moradores, a sustentação da história familiar e outros aspectos que demonstram que casa e localidade fazem parte de uma única dimensão complexa da identidade do morador. Eles falam também das dificuldades de

conviver com a ausência dos serviços básicos e a exclusão do Pico das melhorias que ocorreram nos últimos anos no Santa Marta, conforme destacaram as lideranças comunitárias e o presidente da Associação de Moradores. Também descreveram a dificuldade de se adaptarem à realidade de apartamentos, que é bem diferente da vida livre do alto do morro. Mesmo faltando o básico do saneamento, ainda é possível ouvir o galo cantar e acompanhar, todos os dias, o casamento do sol com a lua.

Neste momento, podemos perceber que o tema da urbanização na favela de Santa Marta é bastante complexo. Nossa pesquisa conclui percebendo alguns erros crassos na forma como o governo elaborou e executou a urbanização. O governo poderia ter construído o projeto de urbanização junto com a comunidade, através de suas lideranças comunitárias. Esse fato possibilitaria que os patrimônios cultural, material e imaterial da localidade fossem inseridos no projeto. Por um lado, o fato de o Vice-governador se deslocar à comunidade é simbolicamente importante, mas por outro, demonstra não haver um projeto de urbanização no qual representantes dos moradores e governo dialogam. Seria impossível para o Vice-Governador estar nas várias comunidades que precisam de urbanização. Por isso, a 'sustentabilidade transdisciplinar-Inteira', ao propor a manutenção da 'tensão criativa de sentido', pode ser uma proposta que force o governo a ter representantes dialogais dentro das comunidades e seja instaurado canais eficientes de gestão participativa. E aqui vais mais um exemplo da transdisciplinaridade, a saber, os critérios teóricos e práticos que a Nova Museologia utiliza para realizar um inventário participativo serviria como base para se construir um modelo de gestão participativa nas favelas para interferir nas mudanças centrais da favela. Sobre esse tema, a teoria da 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' pressupõe a articulação comunitária, conforme percebemos na força das instituições locais no Santa Marta, simbolicamente representadas por uma empresa de turismo local, seria o campo da economia; uma Organização Não-Governamental, Grupo Eco, focada na cultura e na promoção dos capitais humano e social da favela, e uma organização que trabalha com a instrumentalização de uma memória familiar para acessar a identidade da favela, a saber, o Ecomuseu Nega Vilma.

H) Aberturas advindas da pesquisa. A pesquisa suscita novas investigações em algumas dimensões específicas: primeira, dimensões teóricas, a saber, a Nova Museologia, a Sociomuseologia, a Ecomuseologia e 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira'. A hermenêutica que utilizamos para revelar ou indicar a 'tensão criativa de sentido' nas áreas de História Oral, Memória, Nova Museologia e Ecomuseologia pode ser aprofundada em outras áreas que atualmente buscam se desprender do paradigma da racionalidade fechada da modernidade. Essa é uma contribuição muito específica para a Sociomuseologia que procura definir seu 'status' multidisciplinar, como foi a Mesa-Redonda de Santiago do Chile.

Da mesma forma, o mesmo pode ser dito sobre a teoria da 'sustentabilidade' da ONU que, no documento final da Rio+20, foi cooptada pelo modelo de desenvolvimento das grandes potências poluídas, dependentes dos combustíveis fósseis e do consumo como mola da economia de mercado. Neste sentido, 'Sustentabilidade Transdisciplinar ou Inteira' suscita novas investigações sobre a teoria da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Sobre isso, vale lembrar a discussão que fizemos sobre de onde vieram os temas centrais que mudaram a epistemologia da Museologia na Mesa-redonda de Santiago do Chile, base da Nova Museologia, Sociomuseologia e Museologia Social. Através da sustentação da 'tensão criativa de sentido', 'sustentabilidade transdisciplinar-inteira' expõe a crise entre os interesses locais, onde estão a riqueza da biodiversidade e os pobres que morrem de fome, e os interesses globais que exploram as riquezas locais sem dar o devido retorno à comunidade local. Essa investigação tensa deveria chegar à economia, à arquitetura e às engenharias, a fim de que se possa também descrever a 'tensão' nessas áreas. A segunda área é a dimensão do objeto, a saber, o projeto de desenvolvimento urbano em curso no morro Santa Marta. A pesquisa suscita a necessidade de que hajam outras pesquisas sobre o desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro que analisem a presença dos traços fundamentais do desenvolvimento urbano in-sustentável do século XX, conforme o conceituamos. O desenvolvimento urbano na cidade do Rio de Janeiro poderia transitar do pragmatismo para a complexidade e a participação comunitária. A urbanização talvez seja um dos temas mais importantes quando se fala atualmente em cidades sustentáveis em todo mundo. A pesquisa deixa aberta a possibilidade de analisar se as cidades sustentáveis incluem os significados simbólicos do território e a participação da comunidade local como elemento definidor do processo de urbanização e melhoria da qualidade de vida na cidade. Como citamos na discussão sobre a origem dos ecomuseus na França, sobre esse aspecto, existe uma diferença radical do papel dos ecomuseus na Europa e no Brasil. No que se refere à urbanização, outras trocas de experiências, como ocorrera na XV Conferência da Nova Museologia no Rio de Janeiro em 2013, seriam imprescindíveis e relevantes.

I) Nova Museologia, Sociomuseologia, Ecomuseologia e Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira (STI). Diante da complexidade, que é o tema da urbanização/remoção na comunidade de Santa Marta, é possível revisar qual deveria ser o papel de um ecomuseu no processo de desenvolvimento da comunidade local. Pelo que acontece no Santa Marta, o ecomuseu pode trabalhar no processo de articulação junto com outras instituições locais. Pelo fato de ter trânsito com a universidade, ele pode levar para os centros simbólicos de poder a 'tensão criativa de sentido (TeCS)', de forma inteligente e estratégica. Dessa forma, algumas instâncias como mídia, empresas, universidades, museus tradicionais e outros podem ter acesso ao que acontece dentro da favela. Isso é importante porque existe atualmente uma

pulverização das demandas sociais no Brasil, o que enfraquece as possibilidades de articulações em torno da mesma causa. Ao mesmo tempo, esse conflito entre a promoção integral da saúde na comunidade local defendida pelos moradores e lideranças e os interesses do governo podem ser vistos como paradigma simbólico dos principais dramas sobre desenvolvimento urbano, econômico e socioambiental que ocorrem hoje no mundo. Nesse sentido, a urbanização/remoção na favela de Santa Marta pode fornecer importantes ensinamentos, isso porque o Rio de Janeiro está inserido no conjunto das grandes metrópoles do planeta. Portanto, essa pesquisa que analisou uma situação prática pode contribuir para o aperfeiçoamento da Sociomuseologia e da Museologia Social quando estas propõem uma reflexão sobre uma Museologia que se posiciona diante dos problemas do bairro, da cidade e do país. Igualmente, a Sociomuseologia, por se autoconstruir a partir da transdisciplinaridade, a complexidade da 'tensão criativa de sentido' exposta tanto na teoria quanto na prática pode ser um 'locus' para futuras análises e encaminhamentos de pesquisas. Nesse momento, fica claro que a teoria da 'sustentabilidade transdisciplinar-inteira' é uma forma de expor a 'tensão' para a manutenção da plenitude dos valores e da dignidade da vida. Embora forneça conteúdos, por que está sempre circunscrita numa 'tensão criativa de sentido' da realidade local no conflito com o global, a virtude da 'sustentabilidade transdisciplinar-inteira' está no fato de construir uma hermenêutica, isto é, uma forma inconformada de se colocar na vida e de enxergar as relações humanas de poder pelo viés do conflito, do limite, da transição e das possibilidades do nascimento do novo. Neste sentido, buscando certa modéstia, tenho o privilégio de encontrar esse eco primevo na Museologia, de uma forma geral, e na Nova Museologia, Sociomuseologia, Museologia Social e Ecomuseologia, de uma forma particular. Contudo, buscando certa modéstia, essa hermenêutica que sustenta a 'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' poderia servir para discutir que tipo de conhecimento acadêmico seria imprescindível para construção da sociedade no século XXI que, por um lado, revela o esgotamento e a caducidade de muitas importantes proposta teóricas do passado diante das perguntas e dilemas vigentes e, por outro, as questões teleológicas que brotam do cotidiano em quase todos os lugares do planeta, expondo novamente o ser humano diante de sua radical e eterna demanda existencial: qual é o Sentido e qual é o Destino, 'Welche ist der Sinn des Lebens und Wohin gehen wir'.

Bibliografia

- Albert, V. (1990). *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da FGV: CPDOC.
- Alberti, V. (2005). *Manual de história oral*. (3th ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Amado, J. & Ferreira, M. (Org.). (2006). *Usos e abusos da história oral*. (8ª ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Andrade, S. *Reflexões sobre políticas de urbanização nas favelas*. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, In http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/reflexoes-sobre-politicas-de-urbanizacao-de-favelas-o-caso-do-pac-favelas-em-manquinhos-rj.pdf. Acedido em 02 de setembro de 2014.
- Andreatta, V. & Herce, M. (2006). *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad Editora.
- Antunes, M. (2014). Vilarinho da fuma: um projeto museológico de turismo sustentável. In. *Revista Iberoamericana de Turismo*. 4. pp. 22-35.
- Antunes, M. (2010). Da medida do desenvolvimento ao índice de desenvolvimento humano ponderado sustentável. O caso de Moçambique. In. *Fluxos e Riscos*. 1, pp. 93-110.
- Aperam South America. [Aperam]. (2014) <http://www.aperam.com/brasil/port/home/> Acedido em 05 de Setembro, 2014 de Aperam em <http://www.aperam.com/brasil/port/home/>
- Assessoria de Imprensa do Museu da República/RJ. (2013). *1º Seminário do Ecomuseu Nega Vilma - dias 18 e 19 de novembro*. E-mail enviado no dia 14 de novembro, 2013.
- Associação Brasileira de História Oral [ABHO]. (2014). <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=index> Acedido a 13 de maio, 2014 em <http://www.historiaoral.org.br/>
- Barbuy, H. (1995). A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. In. *Anais do Museu Paulista* (pp. 209-236). São Paulo. v. 3. Janeiro/dezembro, 1995.
- Barbuy, H. (2006). *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: EdUSP.
- Barcelos, A. (2000). *Espaço e arqueologia nas missões Jesuítas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: EDIPUCRS. Coleção arqueologia, v. 7.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benadiba, L. & Plotinsky, D. (2005). *Historia oral: construccion del archivo historico escolar, una herramienta para la ensenanza de las ciencias sociales*. Argentina: Noveduc Libros.
- Biblioteca digital da Câmara Municipal dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. (2012). *Constituição da República Federativa do Brasil*. (35th ed.).

- Brasília: Edições Câmara. Retirado: setembro, 20, 2014, de file:///C:/Users/Dell/Downloads/constituicao_federal_35ed%20(1).pdf
- Bloch, M. (2002). *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Brand, W. (2014). *Sustainability Research Consulting*. <http://www.src-brand.de/> Acedido em 05 de setembro, 2014.
- Brasil. Estatuto da Cidade (2001). (2009). *Estatuto da cidade: lei 10.257* de 10 de julho de 2001, e legislação correlata. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Retirado: 21, setembro, 2014, de file:///C:/Users/Dell/Downloads/estatuto_cidade_2ed.pdf
- Brazilidade, 2014. *Turismo de base para transformar a favela*. In <http://brazilidade.com.br/empresa-turismo-rj/>. Acedido em 14 de setembro de 2014 em <http://brazilidade.com.br/>
- Boff, L. (1970) Cristianismo, fator de um humanismo secular planetário. *Revista de Cultura Vozes*, 65, 461-468.
- Brum, M. (2011) *Cidade Alta: Histórias, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense.
- Brum, M. (2013). Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. In *O social em questão*. Ano XVI, 29, 179-208.
- Bruno, M. (2010). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura ; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- BRUNO, C. (1998). *Museologia para professores: os caminhos da educação pelo patrimônio*. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.
- Bruno, C. (1997a). Propostas, projetos e modelos: os caminhos para a experimentação museológica. *Cadernos de Sociomuseologia*. Portugal. 10, pp. 52-90.
- Bruno, C. (1997b). Teoria museológica: a problematização de algumas questões relevantes a formação profissional. *Cadernos de Sociomuseologia*. Portugal. 10, pp. 13-21.
- Burke, P. (1992). (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP.
- Burke, P. (1997). *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Burke, P. (2002). *História e teoria social*. São Paulo: Editora Unesp.
- Bosi, E. (1987) *Memória e sociedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3th ed. São Paulo: Cia das Letras.
- Bosi, E. (2012). Entrevista: Eclea Bosi. In Bruck, M. Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. *Dispositiva*. 1, 2. pp. 196-199.

- Bulhões, G. (2013). *Colonização da Museologia Social no Museu das Bandeiras???* Comunicação apresentada no XV Conferência Internacional da Nova Museologia, MINOM; Rio de Janeiro, Agosto 10 a 17, 2013. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.
- Burgos, M. (2002). *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Edições Loyola.
- Câmara Municipal de Timóteo (2007). Câmara entrega títulos de cidadão honorário. In <http://www.timoteo.cam.mg.gov.br/noticias/camara-entrega-titulos-de-cidadao-honorario/> Acedido em 07 de setembro de 2014.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Centro de Educação Ambiental [Gênesis]. (2014). <http://www.centrogenesis.net/> Acedido em 05 de setembro, 2014 de <http://www.centrogenesis.net/>
- Chagas, M. (1994). Millôr Fernandes e a Nova Museologia. *Caderno de Museologia*. 2. 67-71.
- Chagas, M. (2001). Memória e Poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. In: Movimento Internacional para a Nova Museologia [MINON] & Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe [ICOFOM LAM]. *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM*. (1 St. pp. 12-19). Rio de Janeiro: Tacnet Cultural Ltda.
- Chagas, M. (2013). Delambre, D. *Museologia do afeto*. In <https://www.youtube.com/watch?v=6PZi0TM0KtM>. Acedido em 15 de junho de 2014 em https://www.youtube.com/channel/UCLaQ0b26R_o0-Sj92vzzxQ
- Chevitarese, A. (2011). *Cristianismos. Questões e debates metodológicos*. Rio de Janeiro: Editora Kline.
- Chiva, I. (1985). George Henri Rivière: un demi-siècle d'ethnologie de la France. *Terrain*, 5, pp. 76-83. Acedido a 04 de novembro, 2014, em <http://terrain.revues.org/2887>.
- Conde, P. & Magalhães, S. (2004). *Favela-Bairro: Uma outra história da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Viver-Cidades. São Paulo: FAAUSP.
- Corsane, G. (2007a). 'Ecomuseum evaluation: experiences in Piemonte and Liguria, Italy'. SNI in Davis, P. Et al. (2010). Heritage, local communities and the safeguarding of 'Spirit of Place' in Taiwan. *Museum and Society*. Jul. 8 (2). p. 81.
- Costa, J. (2013). O jeito Nega Vilma de ser, de fazer e de acontecer do Ecomuseu Nega Vilma. In XV Conferência do Movimento Internacional para uma Nova Museologia/23ª Conferência do Conselho Internacional de Museus. *Cidade das Artes. Rio de Janeiro*. 8 a 10 de agosto de 2013. Rio de Janeiro: Cidade da Música.

- Council of Europe (2014). European Landscape Convention. http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Landscape/default_en.asp. Acedido em 13 de junho, 2014 em <http://www.coe.int/en/web/coe-portal>.
- Cunha, N., & Mello, M. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. (2011) in *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 4, 3, 371-401.
- CURADORIA (ativista) DE VÍDEOS, 2013. Remoções forçadas e megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. In http://rio.portalpopulardacopa.org.br/wp-content/uploads/Dossie_Curadoria-Comite_Popular_RJ.pdf. Acedido em 03 de setembro de 2014.
- DAVIS, P. (2001). Places, “cultural touchstones” and the concept of the ecomuseum. In: Movimento Internacional para a Nova Museologia [MINON] & Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe [ICOFOM LAM]. *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM*. (1 St. pp. 33-37). Rio de Janeiro: Tacnet Cultural Ltda.
- Davis, P. (2010, August). *New museology, communities, ecomuseus*. Lecture. Newcast University, UK.
- Davis, P. (2011). *Ecomuseums, a sense of place*. (2nd ed.). London: Continuum International Publishing Group.
- Debate sobre Museu e Ambiente Urbano. Mesa-Redonda de Santiago de Chile. (2012). *Mesa Redonda sobre la importância y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972*. (1 St. p.128-130). Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Declaração MINOM Rio 2013. (2013). In Gol para o Planeta. <http://golparaoplaneta.files.wordpress.com/2013/09/declarac3a7c3a3o-do-rio-minom-2013.pdf>. Acedido a 06 de novembro, 2014 em <http://golparaoplaneta.wordpress.com/>
- Deheinzelin, L. (2012). *Entrevista sobre Rio+20 e conceito de sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Rio Centro. Junho de 2012. Acervo Gol para o Planeta.
- Delambre, D. (2012a). Semana nacional de ciência e tecnologia: recontado a história – ecologia social da favela. In *Gol para o Planeta* acedido em 04 de agosto, 2014 em <https://www.youtube.com/watch?v=g4WsTrRM9-4>
- Delambre, D. (2012b). [Rio+20+Paralelos = Sustentabilidade, Casa da Transdisciplinaridade no Século XXI](http://golparaoplaneta.wordpress.com/2012/07/12/rio20paralelos-sustentabilidade-casa-da-transdisciplinaridade-no-seculo-xxi/). In *Gol para o Planeta*. Acedido em 17 de março, 2014 em <http://golparaoplaneta.wordpress.com/2012/07/12/rio20paralelos-sustentabilidade-casa-da-transdisciplinaridade-no-seculo-xxi/>

- Delambre, D. (2013a). Museologia do Afeto. In *Gol para o Planeta* <https://www.youtube.com/watch?v=6PZI0TM0KtM> Acedido em 07 de setembro de 2014.
- Delambre, D. (2013b). Papo de improviso com Maria Helena Johannpeter (ONG Parceiros Voluntários). In *Gol para o Planeta* acedido em 04 de agosto de 2014 em https://www.youtube.com/watch?v=AR2EtnOypek&list=UULaqQ0b26R_o0-Sj92vzzxQ
- Delambre, D. (2013c). Momento Histórico do Brasil: Povo nas Ruas. Fechou-se um ciclo? E agora? In <http://golparaoplaneta.wordpress.com/2013/06/22/momento-historico-do-brasil-povo-nas-ruas-fechou-se-um-ciclo-e-agora/>. Acedido em 15 de junho 2014 em <http://golparaoplaneta.wordpress.com/>
- Delambre, D. (2013d). Novo Ciclo do Brasil passa por atender demandas locais. Manifestações no hospital do Andaraí, um exemplo. In <http://golparaoplaneta.wordpress.com/2013/06/28/o-novo-ciclo-do-brasil-passa-por-atender-as-demandas-locais-manifestacao-no-hospital-do-andarai-um-exemplo/>. Acedido em 10 de fevereiro de 2014 em <http://golparaoplaneta.wordpress.com/>.
- Delambre, D. (2013e). *Entrega da 'Placa de Memória' ao Mestre Sorriso. Memórias da Senzala. 50 anos do Grupo de Capoeira Senzala*. Rio de Janeiro. Acervo Ecomuseu Nega Vilma.
- Delambre, D. (2014). *Sustentabilidade In-Sustentável. Os Conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável no documento oficial da Rio+20: diálogo com a proposta de Ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs*. Curitiba: Editora CRV.
- Delambre, D., Costa, K. & Costa, J. (Curadores). (2012a). *Exposição 'teciDOser. R.daCosta'*. Rio de Janeiro. Acervo Ecomuseu Nega Vilma.
- Delambre, D., Costa, K. & Costa, J. (Orgs.). (2012b). *Ato Contra Remoção dos Moradores do Pico – Intervenção Comunitária e Debate*. Rio de Janeiro. Acervo Ecomuseu Nega Vilma.
- Delambre, D., Costa, K. & Costa, J. (Orgs.). (2012c). *A UFRJ chega, com Pesquisa de Memória, ao Ecomuseu Nega Vilma, morro Santa Marta*. Rio de Janeiro. Acervo Ecomuseu Nega Vilma.
- Delambre, D., Costa, K. & Costa, J. (Orgs.). (2012d). *Memórias da Senzala. 50 anos do Grupo de Capoeira Senzala*. Rio de Janeiro. Acervo Ecomuseu Nega Vilma.
- Delambre, D., Costa, J., Costa, K. & Leite, T. (Curadores). (2013a). *Nossas Raízes. Memórias da abolição da escravidão no Brasil, 13 de maio de 1888*. Rio de Janeiro. Acervo Ecomuseu Nega Vilma.

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

- Delambre, D., Costa, J., Costa, K. & Leite, T. (Curadores). (2013b). *Exposição memórias do morro*. Rio de Janeiro. Acervo Ecomuseu Nega Vilma.
- Delambre, D., Crisóstomo, N., Costa, K., Costa, J. & Leite, T. (Orgs.). (2013). '1º Seminário do Ecomuseu Nega Vilma. 125 anos de Memória'. Rio de Janeiro. Acervo Ecomuseu Nega Vilma.
- Demartini, Z. (2006). Memórias que interrogam: formação e atuação docente. In Souza, E., & Abrahão, M. (Orgs.) *Tempos, Narrativas e Ficções: a intervenção de si*. (1 st pp. 279-297) Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Dejours, C. (1999). *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: FGV.
- Desvallées, A. El desafio museológico. (1993). In Rivière, G. *La Museología. Curso de museología/textos y testimonios*. (1st. p. 80). Madri: Ediciones AKAL.
- Diário do Aço. (2012). <http://www.diariodoaco.com.br/noticias.aspx?cd=67596> Acedido em 05 de Setembro, 2014 de Diário do Aço em <http://www.diariodoaco.com.br/>
- Donato, H. (2005). *História de usos e costumes do Brasil*. São Paulo: Editora Melhoramentos.
- EcoDebate. (2012). Declaração Final da Cúpula dos Povos na Rio+20. <http://www.ecodebate.com.br/2012/06/23/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20/> Acedido a 16 de setembro, de EcoDebate <http://www.ecodebate.com.br/>
- Ecomuseu Nega Vilma (2013). Caminhada por Direitos, 2013. Rio de Janeiro, Santa Marta. In. Acervo do Ecomuseu Nega Vilma.
- Ecomuseu Nega Vilma. (2013). Estatuto Social Ecomuseu Nega Vilma. Rio de Janeiro. Acervo Ecomuseu Nega Vilma.
- Ecomuseu Amigos do Rio Joana. (2014). <https://www.facebook.com/EcomuseuAmigosDoRioJoana> Acedido em 07 de setembro, 2014 a <https://www.facebook.com/EcomuseuAmigosDoRioJoana>
- Ecomuseu Nega Vilma (2014). Acedido a 05 de setembro, 2014 <http://ecomuseunegavilma.wix.com/santamartarj#lecomuseu/c123z>
- Enseñat, E. (2012). Museus e o desenvolvimento cultural no ambiente rural e o desenvolvimento da agricultura. Coordenador do debate: Sr. Henrique Enseñat, Engenheiro. *Mesa Redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972*. (1 St. pp.121-123). Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Febvre, L. (1977). *Combates pela história*. Lisboa: Presença.
- Ferreira, M., & Amado, J. (Org.). (1996) *Usos e Abusos da História Oral*. (8th ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Freitas, M. (2006) *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

- Fronteiras (2014). Manuel Castells analisa as manifestações brasileiras. In <http://www.fronteiras.com/canalfronteiras/entrevistas/?16%2C68> Acedido em 15 de junho de 2013 em <http://www.fronteiras.com/>.
- Frin, R. (2012). Discurso de Raymonde Frin. In Nascimento Junior, J.; Trampe, A. & Santos, A. *Mesa Redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972*. (1 St. pp. 113). Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Fiori, J., Riley, E. & Ramirez R. (2004). Melhoria física e integração social: o caso do favela-bairro. In Fernandes, E. & Valença, M. *Brasil urbano*. (1 st ed., pp. 189-211). Rio de Janeiro: Mauad.
- Gomes, M., Maia, R., Cardoso, I. & França, B. (Org). (2013). *Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais*. Rio de Janeiro: Maude X.
- Gol para o Planeta, (2014a). Acedido a 07 de setembro, 2014 <https://www.youtube.com/watch?v=SIOIDiqbsMc>
- Gol para o Planeta, (2014b). <http://golparaoplaneta.wordpress.com/> Acedido a 07 de setembro de 2014 de <http://golparaoplaneta.wordpress.com/>
- Gol para o Planeta/Dell Delambre. (2013). Papo de Improviso com Raphael Godói. In https://www.youtube.com/watch?v=TnPpgg2b_Qk. Acedido em 20 de julho de 2014 em <https://www.youtube.com/user/golparaoplaneta>.
- Grele, R. (2006). Oral History and social history. In Charlton, T.; Myers, L. & Sharpless, R. (Eds.). *Handbook of oral history*. (1st ed., pp. 43-100). Oxford: Rowman Altamira.
- Grupo Eco (2014). Sociedade de Educação e promoção social. <http://www.ser-eco.org/grupoeco.htm>. Acedido a 23 de julho de 2014, de Grupo Eco em <http://www.ser-eco.org/grupoeco.htm>.
- Grynszpan, M. & Pandolfi, D. (2007). Memórias de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. (1St ed. pp. 65-93). Gomes, A. (Coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: GFV Editora.
- Guarniere, W. (1980). *Um museu de indústria em São Paulo*. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, SICCT.
- Guia de Preparação Individual: Mesa-Redonda de Santiago de Chile. (2012). In Nascimento Junior, J.; Trampe, A. & Santos, A. *Mesa Redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972*. (1 St. pp. 109-110). Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Gwyn, P. História Oral. (1992). In Burke, P. (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. (1 st ed. pp. 163-199). São Paulo: Editora UNESP.
- Halbwachs, M. (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan.

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

Halbwachs, M. La mémoire collective chez les musiciens (1939). In *Revue Philosophique*, 127, pp. 136-165.

Halbwachs, M. (1941). *La topographie légendaire des évangiles en Terres Saintes: étude de mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France.

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.

Hauenschild, A. (1993). Heimatmuseum. In Rivière, G. *La Museología. Curso de museologia/textos y testimonios*. (1st. p. 80). Madri: Ediciones AKAL.

Haughton & Hunter, (1994). *Sustainable cities*. (2nd ed). Routledge: London and New York.

Instituto Brasileira de Geografia e Estatística [IBGE]. (2010). *Sinopse do censo demográfico 2010: Minas Gerais*. <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31>
Acedido a 07 de julho de 2014, em <http://www.ibge.gov.br/home/>

Ibase & Grupo Eco. (2012). *Projeto Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem. Relatório de Pesquisa-Diagnóstico Socioambiental do Santa Marta*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase).

Jacques, P. (2001). *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Jane (2013). *Caminhada por Direitos*. In. Acervo Ecomuseu Nega Vilma. Rio de Janeiro.

Justiça Global (2010). <http://global.org.br/programas/cartilha-popular-do-santa-marta-abordagem-policial/> Acedido a 01 de novembro, 2014 de Justiça Global em <http://global.org.br/>

Justiça Global. (2010). Cartilha Popular do Santa Marta: abordagem policial. In <http://global.org.br/programas/cartilha-popular-do-santa-marta-abordagem-policial/>
Acedido a 03 de outubro de 2014 de <http://global.org.br/>

Justiça Global Brasil. (2014). Ato de Campanha Linha de Frente no Pico do Santa Marta, no Rio. <http://global.org.br/programas/ato-da-campanha-linha-de-frente-no-pico-do-santa-marta-no-rio/> Acedido a 01 de julho de 2014, Justiça Global em <http://global.org.br/>

Kooperation Brasilien [KoBra]. (2013). Rio de Janeiro – Uma cidade define sua imagem. Megaeventos e seus impactos. [Fórum 5]. Acedido em 20 de setembro de 2014 em <https://www.kooperation-brasilien.org/de/veranstaltungen/runder-tisch-brasilien/rtb-2013/forum-5>.

Kucinski, B. (2007). *Jornalismo econômico*. (3 ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Kuschel, J. (1999). *Os escritores e as escrituras: retratos teológico-literários*. São Paulo: Edições Loyla.

- Lânes, P., Ribeiro, M. & Silva, I. (Orgs.). (2012). *Tá no mapa. Juventude Santa Marta*. Rio de Janeiro: IBASE/Grupo ECO.
- Leff, E. (2006). *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Le Goff, J. (1996). *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP.
- Le Goff, J. (2001). Prefácio. In: Bloch, M. *Apologia da História ou ofício de historiador*. (1st ed. pp. 15-39). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Leis, R. & D'Amato, L. (1998). O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In Calcanti, C. (Org.), *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. (2 nd. ed. pp. 77-103). São Paulo: Cortez.
- Leite, T. (2013). *Relatório de memória da reunião da parceria de pesquisa UCAM/IUPERJ e Ecomuseu Nega Vilma*. Acervo do Ecomuseu Nega Vilma. 05 de setembro, 2013. Rio de Janeiro. Acervo do Ecomuseu Nega Vilma.
- Leroux-Duhys, J. (1993). Georges Rivière, um hombre em su siglo. In. Rivière, G. *La Museología. Curso de museologia/textos y testimonios*. (1st. pp. 13-49). Madri: Ediciones AKAL.
- Lira, V. (2012). Papo de Improviso com Vitor Lira. In *Gol para o Planeta*. <https://www.youtube.com/watch?v=WDxWHA1QJpk>. Acedido a 20 de julho de 2014, Gol para o Planeta em https://www.youtube.com/channel/UCLaqQ0b26R_o0-Sj92vzzxQ.
- Lobo, S. (2006). *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX*. Coimbra: Editora Imprensa da Universidade Coimbra.
- Loftus, E. (1980). *Memory. Surprising new insights into how we remember and why we forget*. Massachusetts: Addison-Wesley.
- Loftus, E. (1979). *Eyewitness testimony*. Cambridge: Harvard: University Press.
- Loftus, E. (1980). *Memory. Surprising new insights into how we remember and why we forget*. Massachusetts: Addison-Wesley.
- Loftus, E., & Ketcham, K. (1991). *Witness for the defense. The accused, the eyewitness, and the expert who puts memory on trial*. New York: St. Martin's Griffin.
- Loftus, E. (1997). Creating false memories. *Scientific American*. 277, 3, 70-75.
- Loftus, E. (2003). Make-believe memories. *Ameriacan Psychologist*. 58, 11, 864-873.
- Loftus, E. (2011). Intelligence Gathering. In *American Psychologist*. 66, 6, 532-541.
- Loftus, E., & Ketcham, K. (1994). *The myth of repressed memory: false memories and allegations of sexual abuse*. New York: St. Martins' Griffin.

- Maia, C. (2010). Remoção. In <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1704201006.htm>.
Acedido em 02 de setembro de 2014. (COLOCAR A DATA DE 2010 NO TEXTO)
- Mário, Z. (2011). Reunião sobre o retorno da urbanização. Parte 1.
<https://www.youtube.com/watch?v=F1evcVrD0Do>. Acedido a 20 de julho, 2014 de TV
Favela/Grupo Eco em <https://www.youtube.com/watch?v=F1evcVrD0Do>.
- Meihy, B. (Org.). (1996a). *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola.
- Meihy, B. (Org.). (1996b). *(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã/USP.
- Mendes, J. (2009). *Estudo do patrimônio. Museus e educação*. Portugal: Imprensa da
Universidade de Coimbra.
- Mendes, I. (2006). Programa favela-bairro: uma inovação estratégica? Estudo do programa
favela -bairro no contexto do plano estratégico na cidade do Rio de Janeiro.
Dissertação apresentada à faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para obtenção do grau de mestre, orientada por Maria Cristina da Silva
Leme.
- Mensch, P. (1994). *O objeto de estudo da museologia*. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF.
- Mondi Locali (2014). Ecomusei in Italia e nel Lazio: passato, presente, futuro.
<http://www.mondilocali.it/wp-content/uploads/2011/02/report04.pdf>. Acedido a 04 de
novembro, 2014 em <http://www.mondilocali.it/>.
- Monteiro, G. (2013). *Reunião de ratificação da parceria de pesquisa entre UCAM/IUPERJ e
Ecomuseu Nega Vilma*. Acervo do Ecomuseu Nega Vilma. 05 de setembro, 2013. Rio
de Janeiro. Acervo do Ecomuseu Nega Vilma.
- Montenegro, T. (1992). *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo:
Contexto.
- Montenegro, T. (2010) *História, metodologia, memória*. São Paulo: Ed. Contexto.
- Moraes, M. (Org.). (1994). *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora LTDA.
- Morar Carioca em Compasso de espera. O Globo, 25 de maio de 2014, In
<http://oglobo.globo.com/rio/morar-carioca-em-compasso-de-espera-12521373>.
Acedido em 02 de setembro de 2014.
- Moutinho, M. (1992). Ecomuseu: a experiência em Portugal. In Prefeitura da Cidade. *1º
Encontro Internacional de Ecomuseus*. (1ª ed., pp. 93-149). Rio de Janeiro: Prefeitura
da Cidade.
- Moutinho, M. (1993). Sobre o conceito de Museologia Social. *Cadernos de Museologia*. 1, 5-
7.
- Moutinho, M. (1999). Declaração de Quebec. Princípios de base de uma nova museologia
1984. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15, 223-225.

- Moutinho, M. (2007). Evolving definition of sociomuseology: proposal for reflection. *Cadernos de Sociomuseologia*, 28, 39-44.
- Moutinho, M. (2013). *Organização do grupo de trabalho para o produzir a Declaração do Rio MINOM 2013*. Fala na XV Conferência Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia, Rio de Janeiro, Brasil.
- Museus e Educação Permanente. Mesa-Redonda de Santiago de Chile. (2012). *Mesa Redonda sobre la importância y el desarrollo de los museos en el mundo contemporâneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972*. (1 St. pp. 133-139). Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Nascimento, P. (2011). *Abordagem do Pós-moderno em Música: a incredulidade nas metanarrativas e o saber musical contemporâneo*. São Paulo: Ed Unesp.
- Nascimento-Junior, J. (2012). Memória para falar hoje. In Nascimento Junior, J.; Trampe, A. & Santos, A. *Mesa Redonda sobre la importância y el desarrollo de los museos en el mundo contemporâneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972*. (1 St. pp. 101-102). Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Nascimento-Junior, J. (2012). Memória para falar hoje. In Nascimento Junior, J.; Trampe, A. & Santos, A. *Mesa Redonda sobre la importância y el desarrollo de los museos en el mundo contemporâneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972*. Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Newcastle University - School of Arts and Cultures (2014). <http://www.ncl.ac.uk/sacs/staff/profile/peter.davis>. Acedido a 25 de março, 2014 de <http://www.ncl.ac.uk/sacs/>.
- Nicolescu, B., Morin, E., & Freitas, L. (1994) Carta da Transdisciplinaridade. *I Congresso Mundial de Transdisciplinaridade*. Convento da Arrábida. In <http://blogmanamani.files.wordpress.com/2013/08/carta-da-transdisciplinaridade.pdf>
- Nascimento, R. (1998). O objeto museal, sua historicidade: implicações na acção documental e na dimensão pedagógica. *Cadernos de Sociomuseologia*. 11, 13-141.
- Nunes, G. (1980). *Favela: resistência pelo direito de viver*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Oliveira, D. (2013). Ecomuseu Nega Vilma, Santa Marta: paradigmas para inclusão do 'Direito à Memória' no Debate sobre Cidades Sustentáveis. Relatório de Conclusão de Pesquisa de Pós-doutorado apresentado ao programa de Pós-graduação em História Comparada, IFSC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de pós-doutor, orientado por André Leonardo Chevitarese.
- Osborn, C. (2013). 'História das Urbanizações nas Favelas Parte III: Morar Carioca na Visão e na Prática (2008 – Presente)' in <http://rioonwatch.org.br/?p=5735> Acedido em 02 de setembro de 2014 em <http://rioonwatch.org.br/?p=5735>

- Ory, P. (1993). G. Henri Rievière, fundador del museo de artes y tradiciones populares. In Rivièrè, G. *La Museología. Curso de museologia/textos y testimonios*. (1st. p. 81). Madri: Ediciones AKAL.
- Papke, S. (2010). *Möglichkeiten und Grenzen der Oral History als geschichtswissenschaftliche Methode*. Deutschland: GRIN Verlag.
- Paulo, P. (2013). *Do "Ponha-se na Rua" ao "Sai do Morro Hoje". Das raízes históricas das remoções à construção da "cidade olímpica"*. Niterói: IASC/UFF.
- Penna, S. (2005). *Fontes orais e historiografia: avanços e perspectivas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Perlman, J. (2010). *Favela. Four decades of living on the edge in Rio de Janeiro*. Oxford: University Press.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. In *Estudos Históricos*. 2, 3, CPDOC, 3-15.
- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Procuradoria Geral do Município. (2010). [*Lei Orgânica (1990)*]. *Rio – Lei Orgânica do Município*. (2nd ed.). Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município. Retirado, 15, setembro, 2014, de <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>
- Preti, D. (Org.). (2001). *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH/USP.
- Primo, J. (2007). Documentos básicos de museologia: principais conceitos. *Cadernos de Museologia*. 28. 117-133.
- Primo, J. (2008). Museus Locais e Ecomuseologia: estudos do projeto para o Ecomuseu da Murtosa. *Cadernos de Sociomuseologia*. 30. 19-101; 149-231.
- Primo, J. (1999). Pensar contemporaneamente a museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*. 16. 5-37.
- Princípios Norteadores do Museu Integrado. Mesa-Redonda de Santiago de Chile (2012). *Mesa Redonda sobre la importância y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972*. (1 St. pp.140-141). Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Rey, G. (2002) *Pesquisa quantitativa em psicologia – caminhos e descaminhos*. São Paulo: Cengage Learning Editores.
- Recomendações para Unesco. Mesa-Redonda de Santiago de Chile. (2012). *Mesa Redonda sobre la importância y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972*. (1 St. p.115). Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Resoluções. Mesa-Redonda de Santiago de Chile. (2012). *Mesa Redonda sobre la importância y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda*

- de Santiago do Chile, 1972.* (1 St. pp.116-117). Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Recomendações para a Unesco. Mesa-Redonda de Santiago de Chile. (2012). *Mesa Redonda sobre la importância y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972.* (1 St. p.139). Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Rede Brasil Atual [RBA]. (2011). *O mercado sobre o Morro. Entrevista com Itamar Silva.* In <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/55/o-mercado-sobe-o-morro>. Acedido em 14 de setembro de 2014 em <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/11/em-reuniao-com-dilma-alkmin-apresenta-projeto-para-oito-obras-e-pede-r-3-5-bi-1994.html>.
- Repositório Científico Lusófona [Recil]. (2014). Cadernos de Sociomuseologia. <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/723>. Acedido a 05 de novembro, 2014.
- Reunião do dia 12 maio de 2012, áudio, arquivo pessoal. (Zé Mário, Ícaro Moreno, Ruth Juberg, Luiz Fernando Pezão, Fernando, Lana, André Luiz, Raissa, Tânia, Andreia – associação de comerciantes).
- Ricour, P. (2007). *A Memória, a história e o esquecimento.* Campinas: Ed. UNICAMP.
- Ritchie, D. (2003). *Doing Oral history: a practical guide.* (2nd ed.) New York: Oxford University Press.
- Rivière, G. (1985). The Ecomuseum – an evolutive definition. *Museum.* XXXVII, 148, 182-183.
- Sachs, J. (2009). *Terceira Margem. Em busca do Ecodesenvolvimento.* São Paulo: Companhia das Letras.
- Salzmann, J. (2012) *Naturethik und Nachhaltigkeit.* Muenchen: GRIN Velarg GmbH.
- Santander, U. (Org.) (2010). *Memória e direitos humanos.* Brasília: LGE.
- Santos, M. (2003). *Memória Coletiva e Teoria Social.* São Paulo: Annablume.
- Santos, C. M. (2012). Relatório sobre a visita técnica realizada na localidade do Pico na Comunidade Santa Marta (Botafogo) em 27 de fevereiro de 2012, e parecer técnico sobre situações de risco associados a encosta local. Relatório apresentado à Comunidade do Santa Marta no dia 25 de julho de 2012, Rio de Janeiro.
- Santos, M.C.T.M. (1993). *Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus.* Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. p. 105.
- Santos, M.C.T.M. (1996). Uma abordagem museológica do contexto urbano. In. *Cadernos de Sociomuseologia.* Portugal, 5, pp. 35-57.
- Santos, M.C.T.M. (2008a). *Repensando a ação cultural e educativa dos museus.* Bahia: Centro Editorial e Didático da UFBA.

- Santos, M.C.T.M. (2008b). *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais.
- Santos, P. (2012). A Mesa de Santiago para pensar o futuro. In Nascimento Junior, J.; Trampe, A. & Santos, A. *Mesa Redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972*. Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Saviani, D.; Sanfelice, J. & Lombardi, J. (1999). (Orgs.). *História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Scheiner, T. Ecomuseu: a guarda da memória coletiva. In Prefeitura da Cidade. *1º Encontro Internacional de Ecomuseus*. (1ª ed., pp. 49-93). Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade.
- School of Social Ecology – University of California. Irvine. Elizabeth Loftus. [UCI] (2012). <http://socialecology.uci.edu/faculty/eloftus/> Acedido a 24 de fevereiro de 2012, em <http://socialecology.uci.edu/faculty/eloftus/>
- Schüller, A. (2002). *Dicionário enciclopédico de teologia*. Canoas: Ed. ULBRA.
- Secretária Municipal de Habitação (2011). *Morar Carioca. Plano municipal de integração de assentamentos precários informais* in <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1451251> acedido em 02 de setembro, 2014 em <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh>
- Secretária de Obras [SEOBRAS]. (2012). Governo inicia segunda fase de obras no Dona Marta. <http://www.rj.gov.br/web/seobras/exibeconteudo?article-id=748415>. Acedido a 15 de julho, 2014 de <http://www.rj.gov.br/web/guest/principal>.
- Silva, R. (2010). *PAC-Rio Anil: análise da implementação do programa*. São Luiz/MA: EDUFA.
- Silva, B., Mendonça, M. & Benjamim, M. (1997). *Benedita*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda.
- Silva, E. (2014). As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. http://www.miniweb.com.br/historia/artigos/i_contemporanea/pdf/camelias_leblon.pdf. Acedido a 10 de setembro de 2014, de Casa Rui Barbosa www.casaruibarbosa.gov.br.
- Sirkis, A. (2009). O morro não é só dos pobres. <http://www2.sirkis.com.br/noticia.kmf?noticia=8271411&canal=262&total=3333&indicador=20>. Acedido a 01 de julho, 2014, em <http://www2.sirkis.com.br/noticia.kmf?noticia=8271411&canal=262&total=3333&indicador=20>.
- Sorj, B. (2003). *Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Souza, M. (2001). *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Souza, M. & Farina, R. (2012). Família Sacopã: identidade quilombola e resistência ao racismo e à especulação imobiliária na Lagoa, Rio de Janeiro. O'Dwyer, E. (Org.). *O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais. O caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro*. (1 st ed., pp. 147-191). Rio de Janeiro: E-paprs.
- Souza, M. & Rodrigues, G. (2004). *Planejamento urbano e ativismo sociais*. São Paulo: UNESP.
- Stoltenberg, U. (2002) *Nachhaltigkeit lernen mit Kindern: Wahrnehmung, Wissen und Erfahrungen von Grundschulkindern unter der Perspektive einer nachhaltigen Entwicklung*. Badheibrunn: Klinkhardt, 2002.
- Stoltenberg, U. (2009). *Mensch und Wald. Theorie und Praxis einer Bildung für eine nachhaltige Entwicklung am Beispiel des Themenfelds Wald*. München: ökom.
- Stoltenberg, U. (Hrsg.). (2013). *Weltorientierung durch Bildung für eine nachhaltige Entwicklung: Theoretische Grundlagen und Praxis des Sachunterrichts in der Grundschule*. VAS Verlag F. Akadem.Schr.
- Stoltenberg, U. (2014) *Bildung für eine nachhaltige Entwicklung – Lernen durch regionale Entwicklung*. In Delambre, D. *Sustentabilidade In-sustentável. O conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável no documento final da Rio+20: Diálogo com a proposta de Ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs*. (1 St ed, pp. 15-18). Curitiba: CRV.
- Thomas, K. (2003). *Religion and the Decline of Magic: Studies in Popular Beliefs in Sixteenth and Seventeenth-Century England*. London: Penguin UK.
- Thomsom, A.; Frisch, M.; & Hamilton, P. (2006). Os debates sobre memória e História: alguns aspectos internacionais. In Amado, J. & Ferreira, M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. (8 th ed. pp. 65-93). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Thompson, P. (1992). *Voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Thompson, P. (1998). *Voz do passado: história oral*. (2. ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tierra Del Futuro (2014). Grupo Eco. http://www.tierradelfuturo.org/?page_id=83. Acedido em 21 de agosto de 2014 em <http://www.tierradelfuturo.org/>
- Trebitch, M. (1994). A função ideológica e epistemológica da História Oral no discurso da História Contemporânea. In Ferreira, M. *História Oral e Multidisciplinaridade*. (1 st pp. 24-25). Rio de Janeiro: Diadorim Editora.
- Trindade, D. (Org.) (2011). *Imaginários de cinema*. Rio de Janeiro: E-papers.
- TV Favela/Grupo Eco. (2011). Reunião sobre o retorno da urbanização. Parte 1. <https://www.youtube.com/watch?v=F1evcVrD0Do>. Acedido a 18 de junho, de TV/Grupo Eco em <https://www.youtube.com/watch?v=F1evcVrD0Do>.

- UCAM/IUPERJ & Ecomuseu Nega Vilma. (2013). Projeto de Extensão e Pesquisa Ecomuseu Nega Vilma e da UCAM/IUPERJ. Rio de Janeiro. Acervo do Ecomuseu Nega Vilma.
- UCI Social Ecology. [UCI]. Elizabeth Loftus Brief Biography. (2014). <http://socialecology.uci.edu/faculty/eloftus/>. Acedido a 07 de outubro de 2014 de <http://socialecology.uci.edu/faculty/eloftus/>
- Urani, A. (2008). *Trilhas para o Rio*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier Brasil.
- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais [Usiminas]. (2014). <http://usiminas.com/quem-somos/institucional/> Acedido a 05 de Setembro, 2014 de Usiminas em <http://usiminas.com/>
- Valladares, L. (2000). A Gênese da favela carioca. A produção anterior às Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 15. 44. 5-34.
- Vansina, J. (1985). *Oral Tradition as history*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Varine, H. (1992). Ecomuseu: a experiência europeia. In Prefeitura da Cidade. *1º Encontro Internacional de Ecomuseus*. (1st ed., pp. 273-301). Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade.
- Varine, H. (1993). Georges Henri Rivière, museólogo del mundo... In Rivière, G. *La Museología. Curso de museologia/textos y testimonios*. (1st. p. 80). Madri: Ediciones AKAL.
- Varine, H. (1996). Respostas de Hugues de Varine às perguntas de Mário Chagas. In *Cadernos de Museologia*, Portugal, 5, pp. 5-18.
- Varine, H. (2000). Ecomuseu. In *Revista Ciências e Letras*, Fapa, Porto Alegre/RS, 27, pp. 62-69.
- Varine, H. (2012a). *Raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz.
- Varine, H. (2012b). A museologia se encontra com o mundo moderno. In Nascimento Junior, J.; Trampe, A. & Santos, A. *Mesa Redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972*. Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos.
- Velloso, M. (2003). As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. In Sússekind, F.; Dias, T. & Azevedo, C. *Vozes femininas: gêneros, mediações e práticas da escrita*. (1ª ed., pp. 92-121). Rio de Janeiro: 7Letras, Fundação Casa Rui Barbosa.
- Vergara, R. & Almeita, M. (Coords.). (2008). *Ciência, História e Historiografia*. VIA LETTERA.
- Visão da Favela Brasil (2010). Cartilha Popular do Santa Marta: abordagem policial. Acedido a 01 de novembro de 2014 em <http://global.org.br/wp-content/uploads/2010/03/cartilha-santa-marta.pdf>.
- Voldman, D. *Definições e usos*. (2006). In Ferreira, M., & Amado, J. (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. (8 th ed., pp 33-41). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

Von Humboldt, A. (1844). *Central-Asien: Untersuchungen über die Gebirgsketten und die vergleichende Klimatologie*. Volume 2. Belin: Verlag von Carl J. Klemann.

Weis, H. (Coord.) (1989). *La Museologie selon Georges Henri Rivière: cours de muséologie, textes et témoignages*. Paris: Dunod.

Weil, P., D'Ambrósio, U. & Crema, R. (Org.) (1993). *Rumo à nova transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento*. São Paulo: Summus.

Zentrum Mach Bloch. Deutsch-französisches Forschungszentrum für sozialwissenschaften.
(2014) Acedida em 07 de fevereiro de 2012, em <http://www.cmb.hu-berlin.de/cmb>.

Moradores entrevistados da Favela Santa Marta

Aparecida Ribeiro

Helen Marcela

João Marcelino do Nascimento

Leonildo Soares da Silva

Maria Tereza

Manoel Isidoro Ferreira

Maria da Guia

Paula Fernanda

Sr^a Ângela

Wanderleia dos Santos

Delambre Ramos de Oliveira
'Sustentabilidade Transdisciplinar-Inteira' como Sociomuseologia.
A Tensão na Urbanização/Remoção na Favela de Santa Marta, Rio de Janeiro.

Lideranças Comunitárias entrevistadas da Favela Santa

Itamar Silva (Presidente do Grupo Eco)

Kadão Costa (Presidente do Ecomuseu Nega Vilma)

Sheila Souza (Diretora da Empresa Brazilidade)

Outras Pessoas Entrevistadas na Pesquisa

Cláudia Rose (Museu da Maré)

Clea (Metrô-Mangueira)

Mestre Sorriso (Irmão de Nega Vilma, Filho de Geralda)

Nelson Crisóstomo (Animador Cultural, Cidadão que apresentou o conceito de Ecomuseu para Kadão Costa)

Rita de Cássia Santos Oliveira (Mãe do pesquisador Delambre)

Rosa da Costa (Artista Plástica, Irmã de Nega Vilma, Filha de Geralda)

Vitor Lira (Morador do Santa Marta e uma das lideranças contra remoção)

Walmir Costa (Irmão de Nega Vilma, Filho de Geralda)